PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS

Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria.

Doutorado em História

SÃO PAULO/SP
2015

JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS

Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria.

Doutorado em História

Texto apresentado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Rago Filho

SÃO PAULO/SP
2015

Banca Examinadora

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ Local e data: _____

Dedicatória

Ao Meu Filho João Pedro “Jajão” e minha companheira, Andrea, minha Preta.
Pelo amor e carinho, que tanto me motivaram ao longo desse caminho.

Agradecimentos

As pessoas entram e saem das nossas vidas sem pedir licença, contudo deixam suas marcas.

O trabalho de pesquisa muitas vezes parece solitário, mas ao olhar o resultado, vejo que só foi possível por conta das pessoas que passaram na minha vida e nesse caso deixaram suas marcas que possibilitaram a construção dessa tese.

Agradeço imensamente a minha família, em primeiro lugar minha companheira, Andréa Pires Rocha, minha Preta, que desde início foi a maior incentivadora, esteve comigo nas primeiras linhas do projeto escrito numa madrugada do final de 2010. Já não tenho palavras para agradecer o seu companheirismo e seu amor que só se consolidou ainda mais com a vida do nosso filho João Pedro Rocha dos Santos, "Jajão", filho querido trazendo outro sentido para minha vida, à vocês dois todo meu amor.

Aos meus pais, seu Francisco Pereira dos Santos e dona Francisca Pereira dos Santos, "seu Chico e dona Chica", um porto seguro que sei que sempre poderei atracar. Ao meu irmão Ailton Pereira dos Santos, me orgulho de tê-lo como irmão, a minha cunhada Lilian e a minha sobrinha Gabriele , um motivo a mais de alegria e motivação.

Meus sogros Sr. José Carlos Rocha e dona Gloria Pires Rocha "Glorinha", as minhas cunhadas Renata Pires Rocha e Laura Pires Rocha, o meu carinho.

Aos meus amigos de sempre Ronaldo Francisco e Alex Lauriano, dos tempos das madrugas da feira carregando sacos de batatas, ao tempo da metalúrgica, em que além do trabalho pesado ainda tinha o trem lotado, mesmo assim que saudade desse tempo, muito obrigado pela amizade.

Aos colegas da FMU, Andréa Almeida Torres, grande incentivadora para que continuasse meus estudos no doutorado, ao casal Fábia Ribeiro e Paulo Alves Junior e aos alunos que tive nessa instituição.

Na PUCSP, agradeço a acolhida da professora Maria Antonieta Antonacci, que me acompanhou no mestrado, assim como no início desse trabalho com alegria, coragem e sinceridade, o meu carinho de sempre. Agradeço aos professores das disciplinas e seminários temáticos que contribuíram para a

construção desse trabalho, em especial a Dra. Estefânia Knotz Canguçu Fraga pela compreensão e força que meu deu. Foi na PUC, que fiz novas amizades que felizmente continuam fazendo parte a minha vida, como o casal paulista, baiano e paranaense, Joana Darc e Marcos Profeta, Vitorino da Conceição, a cara Helenice Dias e seu companheiro Heitor Loureiro, aos meus amigos piauiense Jonas Rodrigues e Maria José e na USP o Dr. Mauricio Waldman.

Algumas pessoas que deixei de agradecer em outras oportunidades, mas que contribuíram para minha formação na época da minha graduação na UNESP/Assis, os professores Paulo Henrique Martinez, Áureo Busetto, Juvenal Zanchetta Junior e a cara professora Lucia Helena, que atualmente ministra aulas de História da África nessa mesma instituição.

Em Portugal, onde morei por seis meses e cursei o seminário História de África: Problemas, Fontes e Métodos, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, vivi momentos muitos especiais, que só foram possíveis pelo apoio da historiadora Isabel de Castros Henriques, do historiador José Augusto Nunes da Silva Horta, e não posso deixar de mencionar que as suas aulas contribuíram e muito para minha formação, do Sr. Manuel de Albuquerque (in memoriam) que contribuiu para viabilização da minha viagem. Agradeço também aos colegas da disciplina de História de África, os brasileiros Chris Borges, Diego Zonta e sua esposa colombiana Angélica, a angolana Véronica Leite de Castro, a franco-portuguesa Rosário Severo. Assim como meu colega alemão Sebatian Höhn, que dividimos um apartamento em Alfama. E enfim, aos funcionários da Biblioteca Nacional de Lisboa, o meu muito obrigado.

Em Londrina, a antropóloga Elena Andrei, dizer simplesmente obrigado é muito pouco, pois no momento que cheguei à cidade estava deslocado e você foi o norte que eu precisava, não tenho palavras para agradecer o voto de confiança e as oportunidades que meu deu. Lecionar no curso para capacitação de professores sobre a lei 10639/2003 contribuiu para minha maturidade intelectual e pessoal, assim como fazer parte da Vila Cultural, aprendi muito com as crianças do projeto e as pessoas que fizeram e o fazem funcionar, Crisângela de Almeida, Miriam, Kyamani e Carlos. Em Londrina também agradeço a Laure, Cacau; a Silvia Alapanian, que meu deu apoio logístico ainda quando morava em Mauá cedendo sua residência no bairro da Luz na cidade de São Paulo, onde escrevi o

projeto naquela madrugada do final de 2010, o que se transformou nessa tese e quando cheguei à cidade de Londrina procurou me incentivar a enfrentar os desafios que qualquer lugar novo oferece. Ao Eduardo Baccarin pela leitura atenta do meu trabalho e a sua esposa Josi. Agradeço ao Prof Nevton Liz e ao caro Leonardo Fernandes pelos auxílios me dados.

Em Maringá, é impossível deixar de destacar a alegria que tive quando a equipe do DHI da UEM me ligou perguntando se tinha interesse na vaga para docente dessa instituição, momento em que estava com a esposa grávida de quatro meses, ao assumir essa vaga tive condições materiais para dar condução na minha pesquisa. Ao departamento de História (DHI), agradeço a todos os colegas de trabalho, em especial ao amigo José Henrique Rollo, o primeiro que me chamou para tomar um café, além disso, vem contribuindo para minha formação intelectual, com seu conhecimento polivalente e suas iniciativas com os discentes sobre História de África. Ao caro Ailton Morelli, Rivail Rolim, Ângelo Priori e Luiz Felipe, pelos incentivos e compreensão, nos momentos que precisei sempre estiveram à disposição; ao secretário do DHI, Manoel sempre disposto a ajudar, um ser humano incrível. Agradeço também aos professores Marco Cicero, Isabel Cristina pelo apoio. Agradeço ao meu parceiro Carlos Eduardo pelas conversas descontraídas e as contribuições que vem dando na disciplina de História da África.

As pessoas que entrevistei para essa pesquisa, Dra.Tania Macedo, Dra. Rita Chaves, Dr. Carlos da Silva Feijó, a cantora Leci Brandão, Dr. Adelino Torres e Dr. Henrique Cunha Junior ; o meu muito obrigado pelas contribuição que tanto enriqueceram meu trabalho.

Aos membros da banca, a Dra Leila Hernandez, Dr. Acácio Sidinei Almeida Santos, que tanto contribuíram na qualificação, com sugestões e críticas construtivas, ao caro Dr. Amailton Magno Azevedo e Dra. Vera Vieira.

Em Angola, agradeço a toda equipe da Universidade Independente de Angola – UnIA; nomeadamente Dr. Francisco Soares, Dra. Maria de Jesus Rebolo, que possibilitaram a minha ida para Angola, aos docentes dessa instituição que me receberam tão bem, professores José Manuel, Mário, Diana. Aos mantenedores dessa instituição os irmãos Dr. Carlos Alberto B. Burity da

Silva e Dr. António Burity da Silva Neto. No período que fiquei em Angola agradeço a recepção do Dr. José Joveta e da brasileira Martha Simas.

Tenho um agradecimento especial ao Magnifico Reitor da UnIA, Dr. Filipe Pina Zau, que me fez o convite para participar da comemoração dos 10 anos dessa distinta instituição, pelas conversas fortuitas, em acreditar no meu trabalho, inclusive me entregando fontes inéditas da PIDE sobre os marítimos, que vou procurar trabalhar com toda dedicação merecida. Onde estiver estamos juntos!

Agradeço a CAPES e o CNPq por financiar esse trabalho, o meu muito obrigado. Ao Dr. Pio Penna, que no mestrado numa conversa informal me entregou diversos documentos da relação Brasil e Angola, não pude trabalha-los no mestrado, mas foram peça fundamental dessa tese. O seu ato evidencia um pessoa comprometida com avanço do debate histórico é um gesto de altruísmo. Obrigado pela confiança.

Ao ministro Ovídio de Andrade Melo (in memoria) não nos encontramos no meu doutorado, mas no mestrado no ano de 2008, me recebeu em sua casa e passamos algumas horas junto em um café no Leblon na época com seus 80 e poucos anos com uma energia e disposição de um jovem para além da aula sobre a relação Brasil e Angola que me deu, cedeu documentos originais que agora em uso nessa tese, que espero que possa contribuir para mostrar o seu protagonismo no processo de independência de Angola.

Aos mourãos, primeiro o filho Fernando Emanuel Mourão, que desde primeiros contatos em sua residência construímos uma relação de amizade, e que foi muito importante, fato que só aumentou com minha estadia em Angola que pude contar com o seu total apoio. Agradecer ao Dr. Fernando Mourão é covardia, pois não tenho palavras, desde que nos conhecemos nos idos de 2008, sempre que precisei me ajudou, a admiração e o respeito que tenho pelo senhor são imensuráveis, pois tenho um grande amigo, amizade no sentido mais nobre, que não se exime de crítica quando necessário e está a disposição quando precisamos, desejo tudo de melhor nessa vida. Não posso deixar de agradecer também a sua esposa a Dona Iara Oliveira e também a sua secretária Amarilda, todo meu carinho.

Por fim, mas nem por isso menos importante, ao meu orientador Antonio Rago Filho, que fiz os primeiros contatos quando sai da graduação com interesse

em estudar Angola ou Moçambique. Veja como é a vida, no doutorado nossa vida se cruzou e foi com serenidade, competência, solidariedade que me orientou, não podia esperar nada menos que isso do ser humano espetacular que é.

Sobre os possíveis erros e equívocos que a tese tenha são de inteira responsabilidade minha.

Sumário

LISTA DE SIGLAS 13

RESUMO 17

ABSTRACT 18

APRESENTAÇÃO 19

INTRODUÇÃO 31

Capítulo I: A RUÍNA DO GOVERNO AUTORITÁRIO PORTUGUÊS E O PROCESSO DE AUTONOMIA DOS PAÍSES AFRICANOS 44

1.1 Antonio Spinola e o Movimento das Forças Armadas: desarticulações no processo revolucionário. 53

1.4 Salazarismo, Revolução, Partidos Políticos e descolonização. 56

1.2 A renúncia de Antonio Spínola e novas conjunturas e articulações 71

1.3 Ligações Brasil/Portugal distanciamentos e aproximações. 75

1.4 Relações do Brasil com a África de colonizado por Portugal. 90

1.5 Análises de Fontoura sobre as “Províncias Ultramarinas”, no processo de independência. 94

1.6 - Potencialidades comerciais entre Brasil Angola e Moçambique e possíveis auxílios estruturais aos países em processo de independências. 124

Capítulo II – O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA: BRASIL/ ÁFRICA PERCEPÇÕES E ESTRANHAMENTOS COMERCIAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E DIPLOMÁTICOS. 133

2.1 A Representação brasileira e prospecções comerciais entre os negócios brasileiros e angolanos. 137

2.2 Atuação da Representação brasileira em Angola e observações referentes aos movimentos pró-libertação 171

2.3 O papel da Imprensa ligações da Imprensa angolana e brasileira e a cobertura internacional. 189

2.4 Visitas ministeriais ao Brasil a procura de uma nova Angola ou a Rota de Fuga?. 218

2.5. “Os Misteriosos tiroteios de Luanda”: o medo para criar caos 234

Capitulo III – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA E O CONSULADO BRASILEIRO CRISE IDENTITÁRIAS E O ÊXODO EMINENTE DE BRANCOS. 249

3.1 Êxodo eminente de brancos 249

3.4 Conflitos ideológicos acerca do protagonismo do reconhecimento brasileiro: a independência de Angola e o preço pago pela atuação de Ovídeo de Andrade Melo. 317

Capítulo IV – Angola Pós-independência: apontamentos acerca das perspectivas da relação Brasil e Angola 334
4.1 Transições da Representação Especial Brasileira para Embaixada brasileira em Angola. 334
4.2 Repercussões internacionais do reconhecimento do Brasil em relação Angola e os percalços para o estabelecimento da Embaixada. 345
4.2. O “27 de Maio” de 1977 363
4.3. Comentários e informações sobre acusações da CIA à política brasileira em Angola e papel dos EUA dentro do cenário da Guerra Fria 370
4.5 Revisão da expulsão do José Lima de Azevedo. 374
4.6 Ligações Brasil e Angola reaproximações das duas margens do Rio Chamado Atlântico 376
4.7 Angola em construção reflexões sobre os seus reais colaboradores? 388
4.8 Breve Histórico da relação Brasil e África de 1979 aos dias atuais. 392
CONSIDERAÇÕES FINAIS 407
ENTREVISTAS 417
DOCUMENTOS 417
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 418

LISTA DE SIGLAS

ALN	Ação Libertadora Nacional
CARPML	Comitê de Apoio à Reconstrução da Partido-Marxista Leninista
CEA	Centro de Estudos Africanos
CEAA	Centro de Estudos Afro-Asiáticos
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais.
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CERNAI	Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional
CITT	Correios, Telégrafos e Telefones
COPCON	Comando Operacional do Continente
CPLP	Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
DISA	Direcção de Informação e Segurança de Angola
FLING	Frente de Libertação Nacional da Guiné
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNL	Frente Nacional de Libertação.
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola.
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
FUA	Frente de Unidade Angolana
FUNDEC	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino da Ciência
GTPLUN	Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros
IPM	Inquérito Policial Militar
JSN	Junta de Salvação Nacional
LCIT	Liga Comunista Internacional Trotskista
LUAR	Liga da Unidade de Ação Revolucionária
MABLA	Movimento Afro-brasileiro Pró-libertação de Angola.
MDG	Movimento Democrático da Guiné
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola.
MRPP	Movimento Reorganizativo do Partido Proletariado
OESP	O Estado de S. Paulo.
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas.
OPA	Operação Pan-Americana.

OSPAA	Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia
OTAN	Organização do Atlântico Norte.
PAIGCV	Partido de Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde.
PCP	Partido Comunista Português
PEI	Política Externa Independente
PIDE	Policia Internacional e de Defesa do Estado
PSP	Partido Socialista Português
UDP	União Democrática Portuguesa
UGEAN	União Geral dos Estudantes da África Negra.
UNITA	União Nacional de Libertação Total de Angola.
UPA	União Para Libertação de Angola
URSS	União das Republicas Socialistas Soviéticas.
ZOPACAS	A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Mapa Cor de Rosa..... 36
Mapa 2. Grupos Étnicos Angolanos..... 161

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Anuncio do Supermercado Jumbo 148
Imagem 2. Situação Militar em 30 de Setembro de 1975..... 298

RESUMO

Esta pesquisa teve por finalidade refletir a respeito da relação Brasil e Angola nos aspectos diplomáticos, econômicos, sociais e culturais, por meio de documentação do Itamaraty e bibliografia pertinente ao período entre1974 até os dias atuais. Observamos que o trabalho irá concentrar-se no relatório produzido pela Embaixada brasileira em Lisboa, no ano de 1974 para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil a respeito da Revolução dos Cravos e principalmente sobre a situação do processo de independências dos países africanos que até aquele momento eram chamadas de “Províncias Ultramarinas”. Registramos no ano posterior os documentos diplomáticos produzidos principalmente pela Representação Brasileira em Angola ao longo do no de 1975, liderado pelo o diplomata Ovídeo de Andrade Melo. Em um segundo momento, analisamos documentos do Itamaraty de 1976 até 1983. Os demais períodos são recobertos por bibliografia e depoimentos referentes a relação Brasil e Angola.

Palavras chave: Angola - Diplomacia brasileira – Independência – Continente africano – Guerra Fria.

ABSTRACT

This research had as finality to reflect about the relation Brazil and Angola in the diplomatic, economic, social and cultural aspects, through a documentation of the Itamaraty and bibliography pertinent to the period between 1974 until the current days. We observed that the work is going to concentrate itself in the report produced by the Brazilian embassy in Lisbon, in the year of 1974, to the Brazilian Ministry of Exterior Relations regarding the Carnation Revolution and, mainly, the situation of the independence processes of the African countries, which, until that moment, were called “Overseas Provinces”. We registered in the following year the diplomatic documents produced mainly by the Brazilian Representation in Angola throughout the year of 1975, led by the diplomat Ovídeo de Andrade Melo. In a second moment, we analyzed the documents of the Itamaraty from 1976 until 1983. The other periods are covered by bibliography and depositions concerning the relation Brazil and Angola.

Keywords: Angola – Brazilian diplomacy – Independence – African Continent – Cold War.

APRESENTAÇÃO

O projeto de pesquisa anteriormente intitulado “Brasil – Angola: os encontros e desencontros dentro do processo diaspórico – 1975 a 2002”, que agora é denominado “Angola: ação diplomática brasileira no processo de independência dos países africanos em conflito com Portugal no cenário da Guerra Fria” inicialmente teve como objetivo geral historicizar o processo de relacionamento entre Brasil e Angola no período contemporâneo, visando mostrar elementos políticos, diplomáticos, culturais, econômicos entre esses dois países em específico , tratando do período que vai da independência angolana ocorrido no ano de 1975 até o fim da Guerra Civil em 2002. Contudo, no decorrer do processo de leituras, estudos, reflexões, fomos construindo outros elementos, o que modificou o objetivo proposto para um estudo pormenorizado dos relatórios, memorandos e telegramas produzidos por agentes do Itamaraty, em Portugal, Angola, Nairóbi entre outros lugares entre anos de 1974 a 1983.

Como alertam os debates acerca da metodologia de pesquisa, essas alterações são comuns, tendo em vista que os investigadores vão amadurecendo e remodelando suas propostas até chegarem a um objetivo coeso, a exemplo do debate proposto por Maria do Rosário e outros autores no livro *A pesquisa em História (2007),*

> Alguns temas propostos, inicialmente de forma muito ampla, vão sendo progressivamente delimitados. A experiência tem mostrado que esta delimitação tem se dado de formas diferentes e por motivos diferentes. (VIEIRA *et al*. 2007, p.34)

No caso do presente trabalho ao realizarmos revisão bibliográfica e análise com as fontes. O recorte temporal centrou-se no processo final de independência de Angola, especificamente no ano de 1974 e 1975, recorte que se deu especialmente por conta das leituras críticas de relatórios do Itamaraty, cumprindo observarmos que ainda eram inéditos. Dessa forma, a pesquisa centrou-se nas críticas imanentes de relatórios e memorandos que a embaixada de Lisboa enviou para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, assim como memorandos

enviados pela Representação Brasileira em Angola, que tinha o diplomata Ovídio de Andrade Melo à frente, registrando as relações estabelecidas entre Brasil e Angola neste período e, principalmente, as percepções que o diplomata tinha a respeito do processo de independência e suas peculiaridades.

Cumpre observarmos que mesmo com o recorte temporal centrando-se nesse período, o trabalho vai ter ilações com fenômenos que ocorreram direta ou indiretamente, tanto antes da independência como depois. Registramos que nas fontes analisadas há memorandos de representantes que ficaram na Representação Brasileira em Angola e logo depois na Embaixada angolana em 1976. Temos outro grupo de memorandos que vão até a década de 1980, que tratam da relação entre a Embaixada Brasileira em Angola e o Estado brasileiro. Acrescentamos também outras experiências brasileiras no âmbito acadêmico e do Movimento Negro Brasileiro.

Portanto, a crítica imanente na pesquisa levou-nos a tentar entender de forma especifica compreender as percepções da Representação Brasileira acerca do processo de libertação de Angola e as possibilidades vislumbradas para o estreitamento da relação do Brasil com Angola pós-independência.

Em meio de toda conjuntura apresentada pela representação brasileira, observamos preocupações a respeito da maciça vinda de portugueses ao Brasil, portanto, entender o porquê de isto tornar-se um de nossos objetivos específicos. Outro oi o conhecimento de como se se deu o *lobby* da indústria brasileira em Angola, tendo em vista que no período em questão se possibilitou a implantação de empresas privadas e estatais (do nosso país)

Nosso trabalho vai se basear em outras fontes, dentre elas, depoimentos orais, periódicos da grande imprensa brasileira e alguns números do jornal *A Província de Angola* do ano de 1974, livros de memórias, documentos oficiais do Itamaraty. O trabalho de análise das fontes que são variadas e constituídas por diferentes linguagens – discursos, imprensa, memórias -, serão ajustadas no intuito de aproximarmos o melhor possível dos acontecimentos, pois, mesmo sabendo que muito do passado venha de maneira parcial, fragmentária e subjetiva entendemos que o resgate histórico é essencial para o entendimento do presente.

Cabe ao historiador cruzar informações adquiridas, realizar análises de experiências sociais vivenciadas e que deixaram diferentes registros e expressões, como a crítica literata Beatriz Sarlo discorre:

> [...] restituir uma noção concreta de tempo que o esquecimento oblitera num fluxo de desastres cuja repetição os condena a perderem seu caráter individual e, portanto, a se integrarem num relato convencional, repetitivo, hipercodificado: uma narração cuja letra conhecida destrói o estranhamento e a distância. A questão, portanto, por uma nova materialidade que o detalhe acumula sobre a morte conhecida e em processo de esquecimento. Mesmo quando pensamos saber, nessa certeza há um mal-entendido: sobre esse ponto, sobre o holocausto, nunca se pode saber tudo, nem nunca podemos nos resignar a um saber parcial e ao mesmo tempo inevitável (como o de toda prática) e inimigo da memória. Aceitando-se "saber menos", aceitar a possibilidade de esquecer. E aceitando-se a possibilidade de esquecer, o passo seguinte não é a repetição (pode até ser, ou não) [...]. Voltar à questão não é, portanto, mero exercício da memória factual, mas da memória das razões da condenação. Os detalhes lutam pela presentificação do passado para tornar presente os valores que nesse passado, foram atacados por uns e defendidos por outros.[...]. (SARLO, 2005, p.41 - 42)

Sarlo (2005) trata de aspectos essenciais para a compreensão histórico-crítica e dialética da realidade, considerando os movimentos objetivos e subjetivos que a constroem. Ressalta, inclusive, a importância da memória e dos elementos que a acompanham, inclusive o esquecimento e sua reconstrução. Sobre a questão da memória cumpre observarmos o que o historiador Daniel Àrão Reis escreve sobre história e memória,

> São conhecidas as artimanhas da memória. Imersa no presente preocupado com o futuro, quando suscitada, a memória é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia. Não raro, é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz a alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais. Acuada, dissimula. Manhosa, ou enganosa, traiçoeira. Não se trata de afirmar que há memórias autênticas ou mentirosas. Às vezes, é certo, é possível flagrar um proposito consciente de falsificar o passado, mas mesmo neste caso o exercício não perde o valor porque a falsificação pode oferecer interessantes pistas de compreensão do narrador, de sua trajetória e do objeto recordado. Por outro lado, e mais frequentemente, embora querendo ser sincera, a memória, de modo solerte, ou inconsciente, desliza, se faz e se refaz em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivência, novos achados e ângulos de abordagem. (REIS, 2004, p. 29)

Ou seja, construir um trabalho em que envolva memória é sempre um exercício que exige cautela, ponderando o ir e vir das lembranças e a subjetividade que a é inerente. Vemos desta forma que produzir a História por meio da memória é um caminho tortuoso, mas também instigante, portanto, se eximir desse trabalho é contribuir com uma "pá de terra" sobre eventos que são relevantes para a compreensão dos fenômenos históricos.

A autora Beatriz Sarlo (2005) também menciona na citação citada anteriormente o exercício da busca da presentificação do passado, o que nos remete a uma passagem do livro que o pensador Michel Lowy, no qual escreve sobre Walter Benjamim, na qual ele faz a seguinte consideração,

> O dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (LOWY, 2005, p.65)

Podemos acrescentar ainda em relação à forma de como o passado pode ser visto o debate do historiador inglês Thompson, no qual revela que "os valores tanto quanto as necessidades materiais serão sempre um terreno da contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos" (THOMPSON apud VIEIRA, et al, 2007, p.07)

Cumpre observarmos, nesta trajetória, a relevância da utilização de periódicos como fonte para estudos, principalmente para historiadores, cujo interesse aumentou consideravelmente a partir da década de 1970 e 1980. Importa, porém, percebermos que as abordagens desse tipo de fonte variam sendo que hoje a imprensa vem sendo tratada, essencialmente, como objeto de pesquisa, já que o status (em itálico) da imprensa também se alterou neste intervalo. A respeito dessa questão salientamos o que a historiadora Tania de Luca discorre,

> Na década de 1970, ainda era relativamente pequeno o número de trabalho que se valia de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil. A introdução e difusão da imprensa no país e o itinerário de jornais e jornalistas já contava com bibliografia significativa, além de amiudarem-se as edições *fac-símiles* e os catálogos dando conta de diários e revistas que haviam circulado em diferentes partes do território nacional.

> Reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa. (LUCA,2006, p.111)

A historiadora Heloisa de Faria Cruz aponta em seu livro *São Paulo em papel e tinta* (2000), que desde o final do século XIX os jornais, progressivamente, deixaram de ser uma atividade de cunho artesanal para transformarem-se numa indústria, organizada em moldes empresariais, havendo uma crescente segmentação da imprensa destinada a públicos e setores sociais cada vez mais específicos.

Observamos, ainda, que houve profundas mudanças em relação à estrutura interna das publicações. Se antes este tipo de material era visto como depositário de dados e informações que dispensam as conclusões do pesquisador, atualmente abriu–se espaço para estudos que evidenciam, por meio de análise do discurso, a parcialidade das informações e o quanto os órgãos de imprensa estão subordinados a interesses de grupos variados.

Para o desenvolvimento da pesquisa nos pautamos também em depoimentos orais como auxiliares das outras fontes, no sentido de trazermos percepções e referencias em torno das relações Brasil e Angola. Acreditamos que os depoimentos reúnem lembranças, rememorações de experiências de agentes históricos conforme suas inserções sociais, políticas e culturais nas lutas de ontem e de hoje.

O recurso dos depoimentos orais, nos tempos contemporâneos é de suma importância, pois os mesmos evidenciam vivências, pensamentos, sentimentos frente a acontecimentos que, muitas vezes, alteram sentidos e significados de lutas em curso, como da própria inserção dos sujeitos históricos que se partilharam recordações de processos que marcaram suas vidas de maneira inverossímil.

Para além da veracidade dos fatos ocorridos, dos testemunhos orais emergem ângulos dos acontecimentos que nunca foram tratados por inserirem-se nas dobras do registro e explicitando, escapando de suportes convencionais.

A História Oral, inicialmente muito criticada, justamente por trabalhar com subjetividades históricas, hoje é amplamente levada em consideração por

historiadores e outros estudiosos cientes das representações com que são vividos processos e acontecimentos. Alessandro Portelli (1997), pesquisador italiano, faz importantes considerações em torno do potencial de destes registros, a depreciação e a supervalorização das fontes terminam por cancelar as qualidades específicas, tornando estas como meros suportes para outras f tradicionais escritas. Mas como valorizá-las então ? Portelli faz a seguintes considerações,

> Fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade diferente. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há "falsas" fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do criticismo filológico e verificação factual, que são requeridos por todos os tipos em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas "erradas" são ainda psicologicamente "concretas", e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registro factual confiáveis. (PORTELLI, 1997, p.32)

Neste estudo, o recurso dos depoimentos orais foi acompanhado de uma pesquisa criteriosa, em que as contrariedades com expressões advindas de outras fontes podem ser valorizadas de modo a reforçar a credibilidade. Portelli ainda chama atenção sobre a visão dos outros documentos como fonte e o papel do historiador,

> Muito mais que documentos escritos, que frequentemente carregam a aura impessoal das instituições que os editaram – mesmo se naturalmente composto por indivíduos de quem sabemos pouco ou nada – as fontes orais envolvem o relato inteiro em sua própria subjetividade. Junto à primeira pessoa do entrevistado se situa a primeira pessoa do historiador, sem o qual não haveria entrevista. Ambos os discursos, do informante e do historiador são em forma narrativa, que raramente é o caso dos documentos de arquivo. Informantes são historiadores, de certo modo; e o historiador é algumas vezes, uma parte da fonte. (PORTELLI, 1997, p.37-38)

As considerações em relação a testemunhos orais foram importantes nesse trabalho pelo uso de depoimentos, fundamentais nessa pesquisa, tendo em vista a importância de trazer relatos que ainda não foram trabalhados por outros historiadores e que não se encontram em documentos oficiais, ou mesmo, quando

localizados, trazem narrativas parciais. Por outro lado, é importante ressaltarmos, que para o desenvolvimento desta proposta investigativa, o recurso da pesquisa documental será muito utilizado, tendo em vista os importantes relatos presentes em documentos, especialmente, os do Itamaraty que registram o processo de relacionamento entre Brasil e Angola, no período, de independência e pós-libertação, ou seja, após 1975. No livro *A pesquisa histórica no Itamaraty*, o historiador Pio Penna (1999) chama atenção para a metodologia de leitura de um documento do Itamaraty, problematizando a questão do acesso a essas fontes, na medida em que

> O acesso ao arquivo histórico do Itamaraty sempre foi visto pelos historiadores, e pelos interessados em estudar as relações internacionais do Brasil, como muito problemático. Sem dúvida, esta não era uma percepção equivocada. As dificuldades que quase impediam totalmente a investigação no arquivo diplomático brasileiro, foram gradualmente sendo removidas. O interesse sobre a política internacional, cada vez mais manifestado pela sociedade, vem contribuindo de maneira decisiva para a abertura da documentação diplomática brasileira e abrindo espaços para uma mudança qualitativa das discussões em torno do tema. (PENNA, 1999, p.136)

A reflexão de Pio Penna é importante, pois como ele mesmo expõe, a documentação disponibilizada pelo Itamaraty contribui para um olhar mais crítico e concreto de fatos acontecidos. Importa salientarmos, que essa abertura permite a busca de documentos. No entanto, cabe registrarmos que para o desenvolvimento desta pesquisa, temos as fotocópias de relatórios, memorandos, entre outros documentos, que foram gentilmente cedidos pelo caro Pio Pena, sendo inclusive utilizados como fontes preliminares para a construção do projeto de pesquisa e, é claro, deste trabalho. Numa análise inicial, percebemos o elevado número de memorandos, os quais são muito importantes pois, segundo Penna,

> Nos *Memorandos*, encontram-se as discussões internas, nas variadas instâncias do Ministério das Relações Exteriores, que levam às decisões na política externa brasileira apresentando as questões mais sensíveis que foram tratadas no âmbito do MRE. Os memorandos constituem uma excelente demonstração do processo decisório interno do Itamaraty, contento assuntos meramente administrativos ou pontos altamente sensíveis, como a análise política da conjuntura internacional, avaliações sobre países e assuntos correntes da agenda internacional ou

> planejamento para o relacionamento bilateral. Em alguns casos, é possível acompanhar toda a trajetória de um determinado assunto, desde a elaboração da questão eventualmente tratada por um Secretario e enviado ao seu superior, o parecer e a recomendação deste até o visto e a decisão final do Ministro de Estado. (PENNA, 1999, p.118-119)

Portanto, acreditamos que por meio dos memorandos foram revelados vários elementos referentes à relação Brasil e Angola, os quais trazem elementos que envolvem aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, possibilitando a historicização da proposta em questão. Além disso, foi desenvolvida uma revisão bibliográfica sobre o tema em obras clássicas, como também, a busca de novas discussões historiográficas.

Sem restringir o campo de pesquisa apenas à exposição de fatos, trabalhamos numa perspectiva de personalizar os eventos do passado para trazermos contribuições mais densas para o presente. Para tanto iremos recorrer ao historiador José Honório Rodrigues, em seu livro *África e Brasil* (1961) no qual o mesmo demonstra que a relação entre os territórios portugueses, que depois irão se tornar Brasil e Angola existia desde o século XVI, valendo ressaltarmos que a referida obra aborda o tema até o período de sua publicação, ou seja, a década de 1960. “Outros pesquisadores se debruçaram a estudar aspectos da relação entre os dois países no que concerne ao período colonial, a exemplo de Luiz Felipe de Alencastro, em seu livro *Trato dos Viventes* (2000), Isabel Castro Henriques, com seu livro *Os pilares da diferença relações século XV-XX” (2004).*

Na área de história, propriamente dita, conhece-se, até o presente momento, os artigos, a dissertação e a tese, do historiador Marcelo Bittencourt, especialmente a tese, que tem como título “*Estamos Juntos*: o MPLA e a Luta Anticolonial (1961 – 1974), defendida em 2002, na Universidade Federal Fluminense - UFF”. Esta informação decorre do processo de construção de dissertação “Movimento Afro-brasileiro pró-libertação de Angola (MABLA) – ‘Um Amplo Movimento’: Relações Brasil e Angola de 1960 a 1975”, no qual o historiador José Francisco dos Santos realizou levantamento de bibliografia sobre Brasil – Angola, verificando a pouca produção sobre a temática.

Sobre a relação Brasil e África, especificamente Angola, temos produções significativas mais ligadas às relações internacionais, como exemplo temos a obra de José Sombra Saraiva *O lugar da África* (1996), que nas palavras de Amado

Luiz Cervo, o livro “tem o mérito de atualizar, revisar e, sobretudo, alargar os horizontes da obra escrita no início dos anos sessenta de José Honório Rodrigues”. Podemos citar também Paulo Fagundes Vizentini[1] “A política do Regime Militar brasileiro: multiralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964 – 1985)”.

Recentemente foi lançado o livro do brasilianista, Jerry de Dávila, *Hotel Tropico* (2011), nome inclusive do hotel onde residiu durante um período significativo a Representação brasileira em Angola durante o ano de 1975. Temos também o livro *Relações Brasil-África* (2011), do geógrafo brasileiro Eli Alves Penha, que faz uma discussão historiográfica e geopolítica das relações entre Brasil e África discutindo principalmente entre as décadas de 1970 a 2000. Temos também as obra organizada pelo historiador Paulo Fagundes Visentini, *As Revoluções Africanas* (2012) discorre sobre a História da África, especificamente sobre o processo revolucionário, em Angola, Moçambique e Etiópia, nos dois primeiros casos apontando o envolvimento do Brasil.

Como o recorte temporal da pesquisa envolve o período da Guerra-Fria, há dois livros lançados recentemente em Portugal que discutem os envolvimentos das duas potências da época: a ex-URSS e os Estados Unidos. O primeiro, como já sabido, representando o dito socialismo real e o segundo o capitalismo, sendo assim considerado como um período de bipolaridade. Dentro desse contexto o processo de independência de Angola sofreu diretamente, pois os movimentos envolvidos tiveram ligações com os dois polos de influência.

O historiador português José Milhazes, em seu livro *Angola*: *O principio do Fim da União Soviética* (2009), discute , por meio de documentos da extinta KGB - Polícia Secreta Russa entre outras fontes, a respeito das influências das grandes potências da Guerra Fria. Neste texto evidencia o envolvimento direto da então URSS nos movimentos de pró-libertação de Angola, em especial o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola.

Por outro lado, o historiador, também português, Tiago Moreira de Sá, escreveu o livro *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola* (2011), que consiste em discutir a politica arquitetada no governo estadunidense de diminuição

[1] Cumpre observarmos que livros do autor apresentam grafias do seu sobrenome de forma diferente, algumas vezes como Vizentini e outras como Visentini.

da influência da então URSS no processo de independência de Angola, que tinha a frente o primeiro ministro Henri Kissinger e o Presidente Gerald Ford,. Dentre as fontes analisadas no livro, há memorandos do departamento estadunidense sobre as questões ligadas a Angola. Esse conjunto de livros citados tem como perspectiva discutir a história no âmbito das relações internacionais. O que para esse trabalho foi essencial, haja vista que a pesquisa discute a relação Brasil e Angola.

Registramos que no levantamento bibliográfico, como podemos já perceber em alguns dos títulos citados, os pesquisadores portugueses têm-se dedicado a um campo mais amplo de pesquisa sobre a relação de Angola com Portugal. Vemos que, diferentemente da importância dada por estudiosos lusitanos, são poucos os estudos que buscam entender as relações do Brasil com Angola. Inferimos que este fenômeno se deve ao fato de que até 1975 o principal país que mantinha relações com Angola era Portugal, relações essas que decorriam do domínio português sob as chamadas “Províncias Ultramarinas”. Evidenciamos, portanto, que mesmo havendo uma relação histórica entre Brasil e Angola desde o período do império, os contatos entre esses países só irão se estreitar após a construção do Estado angolano.

Ao levantarmos a bibliografia que ora apresentamos, vimos que os livros editados em Portugal, em sua grande parte demonstram a história vivida pelos portugueses e seus descendentes em solo africano, em alguns casos parecendo que as vítimas da colonização foram os próprios portugueses.

É importante registrarmos que parte da comunidade portuguesa ao se mudar para o continente africano foi iludida com promessas de riquezas e de uma vida próspera, porém, a população local, que sempre viveu em solo africano, foi o grupo que mais sofreu por conta dos *mandos e desmandos* do Estado autoritário português.

Títulos como o livro *Purga em Angola* (2009) da historiadora Dalila Mateus e do jornalista Álvaro Mateus, sobre o famigerado 27 de maio de 1977, uma data simbólica para a “caça às bruxas” dos que queiram ir contra o regime estabelecido. Outro livro de Dalila Mateus, *Memórias do Colonialismo e da Guerra (2006)*, em que recolhe depoimentos de protagonistas que lutaram nas guerras de independência das colônias portuguesas em Angola.

O historiador luso-angolano, Carlos Pacheco, entre vários títulos, escreveu o livro autobiográfico *Angola: um gigante com pés de barro* (2011), que narra as torturas sofridas pelo autor por ser acusado de traição, em 27 de maio de 1977. Seguindo esta linha, há também o livro de memórias do General Silva Cardoso, *Angola: anatomia de uma tragédia* (2009), que já está na sua 7ª. edição. Nesta obra, o autor discorre, entre vários assuntos, sobre o período que exerceu a função de chefe provisório de transição para o Estado Angolano, na qual verificamos críticas contundentes aos lideres africanos do processo de independência de Angola.

Ainda sobre, o drama vivido pelos portugueses em Angola, temos o livro *S.O.S Angola:* Os dias da Ponte Aérea (2011), livro que está em sua 2º edição e conta a retirada maciça de(?) (falta uma palavra aqui) português e seus descentes de Angola para Portugal.

Temos significativa bibliografia envolvendo Angola, contudo relacionada com Portugal, ou como os portugueses sofreram lá, ou ainda como atual regime angolano não soube tomar as diretrizes corretas para uma nação mais democrática e justa. Não obstante, as obras contribuem para uma ampla reflexão sobre a história de Angola e, no caso de nossa pesquisa, como se dá essa história envolvendo o Brasil.

Por fim, embora não tenhamos discutido com profundidade questões de identidades, que são tão caras a construção de um país, no nosso caso especifico Angola, a filósofa Marilena Chauí discorreu sobre o Mito Fundador,

> O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como da ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vêm se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico da formação, alimenta-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente. (CHAUÍ, 2000, p.6)

As reflexões realizadas pelo filósofa Marilena Chauí são pertinentes ao nosso trabalho, pois embora, sua análise seja referente ao mito fundador do Brasil, as questões postas pela autora podem ser pensadas para os países

africanos que na década de 1970 lutaram por suas independências e vão, a partir daí, justamente construir suas identidades.

Após essa breve demonstração metodológica e bibliográfica, podemos iniciar o debate propriamente dito, portanto, a introdução que se segue tem como proposta situar o leitor à conjuntura que é o “pano de fundo” para a investigação em questão.

INTRODUÇÃO

Nossa introdução irá discorrer sobre aspectos históricos da relação Brasil e Angola numa perspectiva de possibilitar uma contextualização sobre o tema. Primeiramente vale enfatizar que atualmente tem-se ampliado o leque de produções significativas na historiografia brasileira acerca da História da África e seus vínculos com Brasil, porém o processo de disseminação do assunto ainda é pequeno. Embora a lei 10.639/2003 que l institui o ensino de História da África e Afro-brasileira em todas as instâncias da educação brasileira, tenha mais de dez anos, são diversas as instituições pelo Brasil que ainda não estabeleceram o ensino dessa disciplina e desses conteúdos. Sendo assim, uma parte importante da população brasileira está alheia a qualquer familiaridade sobre o assunto.

A respeito da relação Brasil e Angola, importa salientarmos que os contatos existem desde a ocupação portuguesa, sendo que ao longo de mais de 500 anos, o relacionamento foi muitas vezes intenso, outras vezes, de forma mais latente, todavia, sempre existiu, a ponto de pensarmos na frase do africanista e embaixador brasileiro Alberto da Costa e Silva que diz “África e Brasil, como o mar fosse mentira”, podendo-se transferir esta frase a uma parte desta África denominada Angola.

Não obstante, a constituição dessa relação deve-se, infelizmente, ao processo de colonização que subjugava os povos originários (de lá?) com o discurso de ter uma cultura superior ao dominado. Porém o argumento de uma África Negra sem História acaba indo por terra (creio que você aqui teria que explicar em que momento este discurso é invalidado), discurso esse difundido pelo renomado filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel no século XIX. Sobre essa questão, Henriques nos aponta,

> A revisão do lugar da África no campo da sua própria história e da história universal conseguiu fazer de Hegel um pensador arcaico, tão inaceitáveis são as considerações que o filósofo alemão consagra a uma África mítica, África dos preconceitos esclavistas europeus. E se é certo que Hegel fora anunciado por Kant, convém assinalar aqui a importância das modificações introduzidas no campo da história. Como tantos outros historiadores especializados na história do continente e das suas relações com o mundo, pude assegurar a passagem da negatividade obscura de Kant e de Hegel, à compreensão

> dinâmica marcando os diferentes passos da construção da história pelos africanos. Tarefa nem sempre fácil, dado o peso dos estereótipos negativos: desvalorização do homem africano não podia deixar de levar à desvalorização dos seus produtos civilizados e da sua história. (HENRIQUES, 2004, p.15)[2]

Ainda a respeito dos aspectos culturais, em que procuram justamente desvalorizar a cultura do *Outro,* a religião africana foi e é a mais execrada, tanto na Europa, como no Brasil, muitas vezes patrocinada pelas religiões cristãs. Estas, inclusive, usam o argumento bíblico para "justificar" a "inferioridade" dos negros e argumentar que ainda em África se utilizam práticas escravocratas,

> [...] Mais chocante para nós, hoje, é ainda encontrarmo-nos face a missionários e outro clero que não só apoiaram como praticaram o trafico negreiro, limitando-se balizar as centenas de homens e de mulheres embarcados em navios especialmente organizados para recusar aos "passageiros obrigados" quaisquer condições humanos! Trata-se de uma "traição" do homem, mesmo se não faltaram os teólogos que encontraram na Bíblia a fonte presença de Caim, que foi rapidamente transformado em único vero antepassado dos africanos, vitimas da maldição de Noé, seu pai. Uma interrogação parece inevitável: como foi possível que os homens que criaram, permitiram e mantiveram a escravatura pudessem encarar a possibilidade de criar Estados autenticamente democráticos?
> A insensibilidade portuguesa – como, aliás, europeia – que pode deixar de surpreender, deve-se a um preconceito que ainda não foi morto na sociedade portuguesa contemporânea: os africanos são naturalmente escravos e estão naturalmente destinados a ser servidores dos brancos, e do portugueses em particular. A violência do preconceito, reforçado pelo inventário dos caracteres somáticos (cor da pele, tipo de cabelo, odor maneira de falar), ainda não abandonou a sociedade portuguesa, explica a marginalização violenta a que estão voltadas as comunidades imigrantes africanas. (HENRIQUES, 2004, p.28).

Vemos que a autora problematiza a questão da escravidão, da opressão e da subserviência imposta aos negros a partir da realidade portuguesa e europeia, portanto, não podemos esquecer de que esses valores também foram reproduzidos no Brasil, fazendo com que a relação entre brancos e negros

[2] A historiadora Maria Antonieta Martines Antonacci compartilha das ideias de Henriques fazendo uma reflexão sobre a nação bantu: Para estudar hábitos alimentares de povos bantu, contém argumentos que refutam postulados de Hegel e demais construções ideológicas da modernidade colonial. Na contra mão de tempos marcados pela mecânica do progresso e vazios de experiências históricas, Cascudo perseguiu seculares rotas comerciais e culturais que das Índias atravessaram as Áfricas e estabeleceram conexões com os Brasis, "demonstrando influências recíprocas, prolongamentos, interdependências, contemporaneidade motivadora nos dois lados do Atlântico e do Índico". (ANTONACCI, 2009, p.52)

aconteça sob a influência de inúmeras contradições. Não nos propusemos a desenvolver, na presente tese, o debate de raça e a questão do racismo, todavia, vemos que é importante ponderarmos e refletirmos como o homem europeu da época trata o *outro* como exótico, diferente, menor, subserviente. Por outro lado, é essencial observarmos que a historiografia a respeito do continente africano começou a dar alguns passos para o desenvolvimento de uma interpretação em que o *Outro* não seja visto como o exótico direcionando-se rumo à quebra de paradigmas,

> A necessidade de avançar com rapidez constantemente controlada no sentido de renovar a historiografia portuguesa que se ocupa do estudo das relações multisseculares dos portugueses com o continente africano, exige o conhecimento dos avanços registrados nas historiografias similares europeia, americana e africana, e impõe o reforço da pesquisa, tanto nos arquivos escritos, como nos iconográficos e nos orais. Obriga, finalmente, construir uma visão liberta dos códigos discriminatórios e das práticas racistas, seja em Portugal, seja nas Áfricas, devolvendo aos africanos a autonomia e a dignidade que colonialismo português lhes havia recusado, e criando – aqui e lá - as condições indispensáveis à transformação das culturas colônias em culturas das alteridades. (HENRIQUES, 2004, p.30)

Dentro da relação histórica entre Brasil e Continente Africano, é essencial considerarmos a questão do tráfico negreiro, ampliando a discussão da África dita Lusófona[3], composta por Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, esses países africanos, têm a sua história intrinsecamente ligada à história da formação do Brasil, desde a chegada dos portugueses, tanto no Continente Africano, como no Americano.[4]

De forma geral, os autores citados registram a ocupação da região do Reino do Congo, o desenvolvimento do comércio do tráfico negreiro em Angola,

[3] O termo lusófono é um termo controverso, pois traz a ideia da presença cultural portuguesa fosse majoritária para os países que faz parte dela. Dessa maneira escamoteando a própria cultura dos países africanos, que além de falar a língua portuguesa têm seus idiomas e culturas.

[4] Sobre a questão do tráfico negreiro, podemos apontar como leitura fundamental os pesquisadores: José Honório Rodrigues (1964); Luiz Felipe de Alencastro, em seu livro "Trato dos Viventes"(2000), Isabel Castro Henriques, com seus livros "Os pilares da diferença relações século XV-XX" (2004) e Percurso da Modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX (1997).

realizado por brasílicos[5] e “brasileiros”, apontando Cabo Verde como entreposto para os portugueses que comercializavam escravos, tanto na América lusitana como na América espanhola. Contudo, antes de discorremos sobre o comércio do tráfico negreiro registramos que a relação entre Portugal e o continente africano não se resumia somente ao tráfico negreiro, embora o nosso trabalho seja o de compreender a relação Brasil e Angola, torna-se necessário recuar na história para percebemos as dinâmicas das relações entre portugueses e africanos e consequentemente brasileiros.

Luiz Felipe de Alencastro (2000) aponta que diferentemente do que os compêndios de história de senso comum apontam, a relação entre Portugal e alguns países do continente africano foi muito além do tráfico negreiro. Reforça ainda que a visão geral enfatiza haver uma relação de subserviência materializada no jogo entre dominante e dominador, todavia, o autor desconstrói essas ideias, mostrando-nos que a relação entre Portugal e Continente Africano foi determinada por elementos diversos, que perpassam esse reducionismo.

É comum discorrermos sobre os horrores da escravidão e colocarmos uma história maniqueísta, em que Portugal é visto como dominador e explorador e os países do Continente Africano, vistos como pobres e escravizados. Não queremos com isso tirar o peso da escravidão moderna, bem como o seu horror. Todavia, Alencastro nos alerta a respeito de algumas questões sobre essa relação. Vejamos um exemplo da relação entre Portugal e do Reino do Congo,

> [...] o Congo era um reino independente, reconhecido como tal por Lisboa e outras capitais europeias, e não um sobado do Libolo ou do Dembo. Aliás, o próprio Conselho Ultramarino havia estatuído em 1651: "El-rei de Congo não é vassalo desta Coroa [portuguesa],senão irmão em armas dos reis dela". Desde logo, os cônegos e padres de São Salvador do Congo consideravam que a ofensiva ordenada por Negreiros tinha por alvo um reino cristão e por isso não constituía uma "guerra justa", nos termos da lei canônica e da lei régia. Dos nove eclesiásticos que assinaram os protestos contra a guerra enviados ao governador de Angola, oito eram mulatos ou negros nascidos em São Salvador do Congo, em geral aparentados à família real congolesa. Giuseppe de Bassano,

[5] O termo *brasílicos* é usado pelo historiador Luiz Felipe de Alencastro em sua obra O Trato dos Viventes (2000) para designar os comerciantes lusos que viviam na então colônia portuguesa na América, o Brasil, e que trabalhavam no comércio do tráfico negreiro. Com o passar do tempo esses portugueses não se identificavam mais como os de origem portuguesa. Sendo assim nomeados de brasílicos.

> capuchinho italiano, aparecia como o único signatário não africano. O estatuto de reino cristão - regularmente atribuído ao Congo por Roma - fora reiterado em 1648, quando o papa Inocêncio recebeu dois capuchinhos nomeados embaixadores congoleses e enviou uma coroa régia para Kimpako. Na mesma ocasião, o papa reconhecera a plena soberania política do reino do Congo. Tais circunstâncias representavam sério embaraço à invasão planejada por Negreiros. Por isso, o governador precaveu-se, obtendo uma refutação prévia do caráter cristão atribuído à Corte Congo-Lesa. Quem redigiu o atestado foi o padre Manoel Curado, deão de Angola e do Congo, obrigado por suas funções a residir na sede episcopal de São Salvador mas que se recusara a tanto, fixando morada em Luanda. (ALENCASTRO, 2000, p. 290)

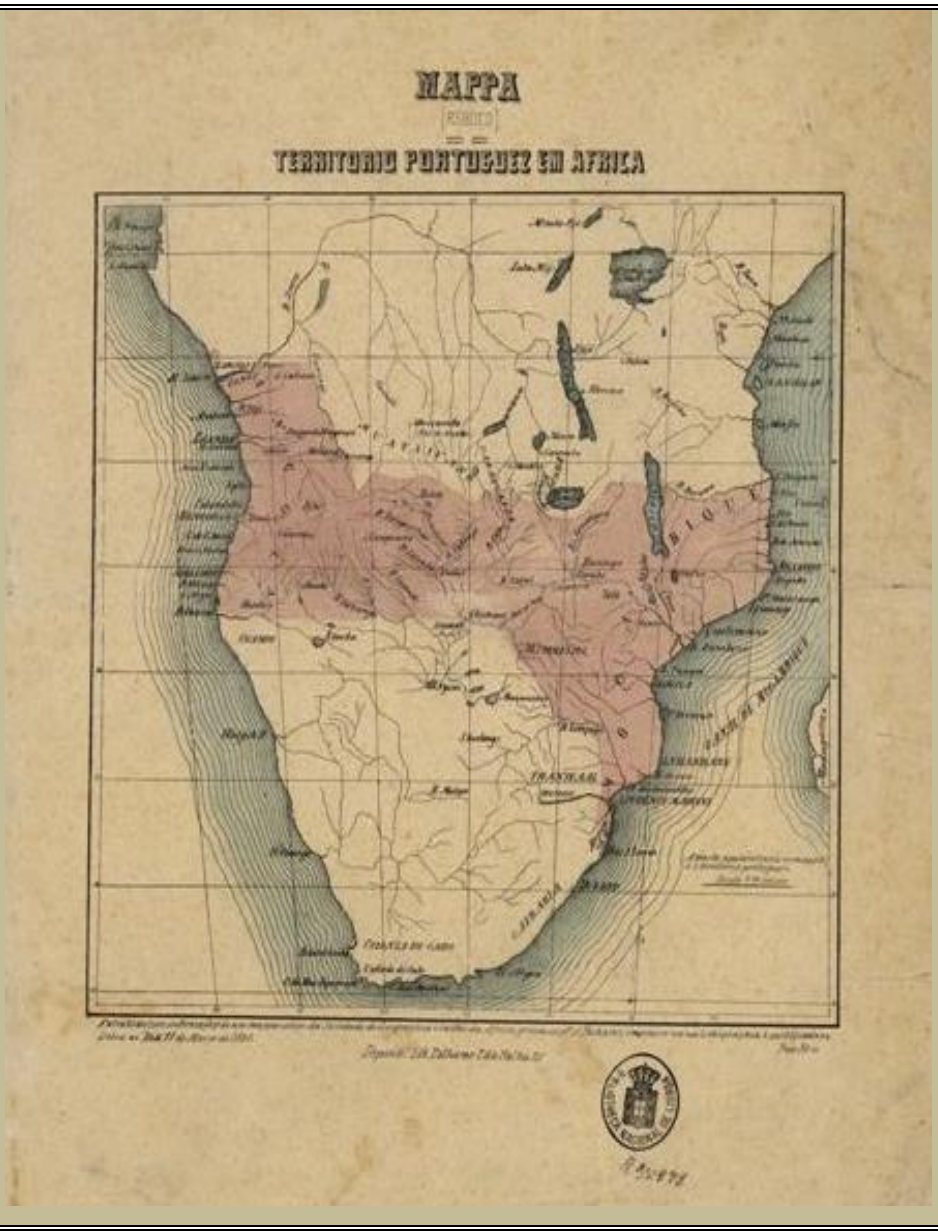
O trecho discorrido do livro do historiador Alencastro (2000) demonstra a complexidade da relação entre Portugal e o reino do Congo, em que o papa Inocêncio reconhece a legalidade e a soberania do reino congolês e tinha o apoio dos capuchinhos. Ao ponto de se criar uma situação constrangedora na ocasião da tentativa de invasão do território por parte dos Negreiros.

A partilha na África realizada no final do século XIX refez o próprio mapa do continente africano. Portugal, que tem relações instituídas com o continente desde século XV, agora é obrigado a estabelecer seu domínio oficial. Na conferência de Berlim, em 1889, os portugueses queriam estabelecer o “Mapa Cor-de-rosa”, como nos aponta a Historiadora Leila Hernandez,

> [...] Foram nos anos de dificuldades econômicas, mas, sem dúvida, de “arranque” para um novo projeto colonial, ao mesmo tempo expansionista e protecionista. Expansionista, consagrado pelo “mapa cor-de-rosa”, representação de uma colônia transcontinental angolo-moçambicana unificando Angola, Moçambique, uma parte do baixo Congo, quase toda a Rodésia do Norte e Rodésia do Sul, reeditando na África a construção de um novo Brasil. (HERNANDEZ, 2008, p. 506)

Vejamos o mapa na próxima pagina,

Mapa 1. Mapa Cor de Rosa



"O Mapa Cor-de-rosa"**.** Desenvolvido pela Sociedade Geográfica de Lisboa, previa a união dos territórios correspondentes a Angola e Moçambique. Fonte: VALENTIM, 2004: 960

A história desses povos vai se cruzar diversas vezes, mesmo com o fato de o Brasil ter obtido sua independência no século XIX e os países da África, dita "Lusófona", terem intensificados seus processos de independência a partir da década de 1970Sabemos que ao longo do século XX, o Brasil seguiu diretrizes de Portugal em relação a sua política colonialista, que é radicalizada a partir de 1926, quando o regime republicano cai e ao surgimento do que depois, em 1928, vai ser chamado de Salazarismo. Esse regime, que foi instituído por António de Oliveira Salazar, tinha diretrizes de cunho autoritário, criando leis que aumentavam a

diferença entre brancos e negros na África, nesse período, as colônias portuguesas em África eram quem contribuíam para grande parte da economia portuguesa[6].

Cabe salientarmos que após a II Guerra Mundial, as colônias francesas, inglesas, belgas, iniciam processos de independência, os quais são sacramentados em 1955 com a Conferência de Bandung[7], não podemos também deixar de destacar, 1959, Accra onde acontece a II Conferência dos Estados Independentes em África,; em 1960 a II Conferência dos Povos da África, em Conacri[8], em 1961 a I Conferência dos Países Não Alinhados, em Belgrado[9] e em

[6] O autor Santos (2010) contextualiza o aspecto político e econômico do salazarismo, exemplificando as consequências na política econômica brasileira "Portugal, desde 1926, convivia com um regime autoritário, que teve como protagonista, a partir de 1928, a figura maior de António Oliveira Salazar (MAXWELL, 2006, p.34), tanto que o regime estabelecido foi denominado salazarismo. A característica deste regime autoritário deixou marcas, de conservadorismo, opressão, repressão e manutenção das colônias em África. Essa manutenção política das colônias foi essencial, pois a partir delas Portugal conseguiu manter suas bases econômicas explorando-as, para que produzissem gêneros agrícolas. Inclusive Angola, no período da década de 1950, competia com o Brasil pelo mercado de café, além de ter grandes reservas minerais, como diamantes e petróleo (VIZENTINI, 1996, p.233).

[7] A respeito da Conferência de Bandung, a historiadora Leila Hernandez traz elementos importantes para contextualizar, o referido evento: Em 1952, o grupo "afro-asiático" constitui um entidade, ao se estabelecer na Nações Unidas a cooperação entre países africanos e asiáticos, de conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas sobre os acordos regionais. Esse movimento amplia-se durante a guerra da Indochina e principalmente em Genebra, quando das negociações para pôr termo à guerra, ocasião em que os primeiros-ministros da Birmânia, do Ceilão, da Índia, da Indonésia e do Paquistão unem-se em torno de posições comuns. Pouco mais tarde, entre 28 de abril de 2 de maio de 1954, reunidos em Colombo, capital do Ceilão, lançam a proposta de organização de uma conferência governamental afro-asiática, cabendo ao presidente Sukarno, da Indonésia, a preparação do evento. As adesões ultrapassaram o esperado, e os "Cinco de Colombo", quando se encontram em Bogor, na Indonésia, em fins de dezembro de 1954, resolvem convocar para o ano seguinte, na cidade de Bandung, uma Conferência Afro-Asiática para qual são convidados delegados de 29 governos da África e da Ásia (HERNANDEZ, 2002, p.151)

[8] Sobre as referidas conferências registramos conforme Hernandez, [...] Em 1958, é realizada a Conferência dos Estados Independentes da África, em Monróvia, e entre 4 e 8 de agosto de 1959, em Accra, ocorre a II Conferência dos Estados Independentes em África, ocasião em que é publicamente apoiada a independência da Argélia. Por sua vez, diante da irracionalidade da dominação, da exploração e da repressão crescente, as discussões passam a configurar, cada vez com maior clareza, um momento de inflexão entre o gradualismo e a revolução, como possíveis caminhos para a conquista da independência na África. Aliás, dadas sua relevância e complexidade essa questão é debatida, sem que se chegue a um consenso, na Conferência dos Povos Africanos em Accra, realizada de 5 a 13 de dezembro, quando, por iniciativa de Nkrumá, encontram-se lideres e intelectuais africanos de todos os pontos do continente. Não menos importante é a II Conferencia dos Povos da África ocorrida em Conacri, em 1960, quando o conflito ideológico entre chineses e soviéticos torna-se público. Essa cisão repercute em toda a parte, aumentado o número de simpatizante da linha chinesa, considerada mais fiel aos "verdadeiros" ideais revolucionários [...] (HERNANDEZ, 2002,p.152)

[9] A conferência de Belgrado, segundo Leila Hernandez: Com evidentes influências do encontro de Bandung, em Belgrado, os chefes de Estados e do governo dos novos países não alinhados da

1966 a Conferência Tricontinental[10], realizada em Havana entre outras conferências. No entanto, o governo salazarista não altera sua postura em relação a suas colônias em África.

Devemos registrar que foi nesse mesmo período que o sociólogo e antropólogo brasileiro Gilberto Freyre foi convidado pelo governo salazarista para visitar a África dita "Lusófona",. É nesse contexto que surgem as teses do Luso-Tropicalismo, que defendiam a permanência da colonização portuguesa em África, pois a partir daí, os povos teriam condições de desenvolverem-se a altura dos brasileiros. Sobre a questão do Luso-tropicalismo, vale a pena apresentarmos a considerações da historiadora Isabel Castro Henriques,

> As teses de Gilberto Freyre foram elaboradas para tentar encontrar uma solução teórica para a dura situação racial que sempre se viveu no Brasil, antes e depois da abolição da escravatura a 13 de maio de 1888. Com efeito, os brasileiros herdam os preconceitos portugueses. E queixam-se deles. Euclides da Cunha não hesita em dizer que a mestiçagem não foi uma invenção brasileira. Estar-se-ia perante uma invenção portuguesa na própria Metrópole. Os dois extremos estão assim postos face a face, mas preferiu-se desconhecer a carga polémica de Euclides para reter apenas e utilizar com insistência a ladainha de Gilberto Freyre, sobretudo a partir os anos 50. (HENRIQUES, 2004, p.43)

Neste sentido, a historiadora Isabel Castro confirma a ponderação que fizemos anteriormente, enfatizando que a questão étnico-racial brasileira também está repleta de contradições reforçadas por pensamentos ideologizados, como o de Gilberto Freyre. E, ao retomarmos o resgate histórico das relações brasileiras com países africanos vemos que além da postura de Gilberto Freire, na década de 1950, destaca-se o Acordo de Cooperação e Amizade assinado pelo Primeiro Ministro brasileiro, Vicente Rao, em 1953, que (re)institucionalizou os vínculos

---

Ásia e da África decidem unir esforços para, além de se oporem ao colonialismo e ao imperialismo e de participar coletivamente da política internacional e dos assuntos de paz. À diferença dos demais encontros internacionais, a conferência em Belgrado tem acentuado caráter global e significativa natureza militante. (HERNANDEZ, 2002, p.165).

[10] Cumpre observar sobre a Conferência Tricontinental: [...] o problema da força e da violência vem cada vez mais quando a luta armada parece ser a escolha mais adequada para alcançar a independência. Essa perspectiva é defendida publicamente na Conferência de Fundação da Organização de Solidariedade dos Países da Ásia, África e América Latina, mais conhecida como Conferência Tricontiental, realizada, em 1966 e organizada por Fidel Castro, contando coma presença de Pedro Pires, Vasco Cabral, Domingos Ramos, Joaquim Pedro da Silva e Amílcar Cabral que apresenta a comunicação "Fundamentos e objetivos da libertação nacional em relação com a estrutura social". (HERNANDEZ, 2002, p.166-167)

entre Brasil e Portugal. Este acordo tinha a intenção de que tanto Portugal como o Brasil tivessem privilégios nas relações comerciais, Outra condição do acordo era de que o Brasil não interviesse nas relações de Portugal com suas colônias, portanto, um diálogo entre o Brasil e África Lusófona, dependeria da mediação e controle de Portugal.

Em nossa dissertação de mestrado há informações pertinentes sobre a relação entre Brasil e as "Províncias Ultramarinas"[11], e com base na pesquisa desenvolvida, vimos em Saraiva (1996) que ao assumir a presidência, Juscelino Kubitschek traçou uma política de

> [...] modernização para o Brasil, reforçou a política econômica difundida pela Comissão Econômica para América Latina da ONU – CEPAL, cabendo registrar naquele contexto o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA)[12], visando fortalecer a nova política externa brasileira (SARAIVA, apud SANTOS, 2010, p.26)

E, por isso, não estreitou as relações com o Continente Africano. Para a reflexão sobre este debate, temos os estudos do historiador José Honório Rodrigues, tendo em vista que sua produção historiográfica é importante para um melhor conhecimento da História da relação Brasil e Continente Africano. O historiador em questão foi um dos primeiros a discorrer a respeito dessa relação demonstrando proximidade histórica de ambos (Brasil e Continente Africano) e, além disso, tem uma postura militante referente à política externa brasileira que deveria ter se assumido de forma mais combativa a favor das, então províncias africanas, que iniciam processo de independência. Honório Rodrigues desenvolveu críticas à opção de Juscelino Kubitschek em manter o Brasil

[11] Segundo Gonçalves (1994, p107-108), o termo colônia foi utilizado desde início do processo de colonização até o período liberal, quando Portugal passou a usar a designação "Província Ultramarina", explica ainda que, com o advento da República, 1910, voltou a se usar o termo colônia até a promulgação do Ato Colonial, já no regime salazarista, quando retornou usar, em 1951, o termo "Províncias Ultramarinas".

[12] OPA – Operação Pan-Americana era uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, insistiram na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam os meios mais eficazes que se apresentavam como soluções, para países atrasados. A OPA foi lançada em uma conjuntura adequada, em 1958, imediatamente após a mal sucedida viagem do então vice-presidente Nixon à América Latina, oportunidade em que antiamericanismo dos sul-americanos ficou sobejamente evidenciado nos incidentes de Lima e Caracas. Esta parte da América ficara à margem do Plano Marshall. Carente de divisas, não conhecera os beneficio das cooperações então vigentes em outras áreas do Globo. As relações entre os Estados Unidos e a América Latina pediam revisão. A proposta de JK voltou-se para uma atualização das relações entre os dois segmentos do continente. (CERVO e BUENO, 2008, p.290)

vinculado ao “Tratado de Cooperação e Amizade” com Portugal. Além disso, problematiza a questão econômica, fato que fica bem evidenciado quando coloca que “A OPA obscureceu o mais importante fenômeno do processo histórico mundial, entre 1958-1960: a liberdade africana” (RODRIGUES, 1964, p.372).

Esses fatos serão alterados a partir de 1961, quando o então Presidente Jânio Quadros rompe com a política colonialista, aproximando-se das chamadas “Províncias Ultramarinas”, bem como, grupos de diplomatas do Itamaraty têm uma postura que contemplam a ideia deste presidente. Tais fatos possibilitaram a vinda de estudantes africanos para o Brasil (importa frisar que até os dias atuais mantêm-se convênios entre vários países da África e Brasil para a vinda de estudantes africanos, inclusive angolanos). A ruptura do governo Jânio Quadros com a política colonialista portuguesa se dá de maneira concreta a partir de missões diplomáticas, que vão para a África, inclusive para as “Províncias Ultramarinas”, no intuito de desenvolver uma relação política, cultural e econômica, com esses países e províncias. Esse trânsito entre os continentes deu a possibilidade de um conhecimento mais profundo dos horrores que ocorriam na África, a partir deste conhecimento e da vinda de estudantes africanos para o Brasil. Acrescentamos ainda que é neste período que nascem os primeiros centros de estudos sobre África no Brasil.

Este contexto possibilitou o surgimento de movimentos de Pró-Libertação de África, como é o caso do Movimento Afro-brasileiro de Pró-Libertação de Angola, o MABLA,[13] composto por diplomatas, políticos, acadêmicos, estudantes universitários brasileiros, angolanos e de outras colônias portuguesas em processo de independência, entre outros protagonistas. Que por meio da imprensa e de contatos com a diplomacia brasileira, procuraram interceder por um apoio mais abrangente da independência dos países da África dita “Lusófona”.

A política de Jânio Quadros tem continuidade com seu sucessor João Goulart, no entanto, com o golpe de Estado da autocracia burguesa-militar[14],

[13] Esse movimento foi objeto de estudo em nossa dissertação. (SANTOS, 2010)

[14] O termo autocracia burguesa usado aqui é pensando no intuito de não esquecer que para o golpe acontecer teve a contribuição civil, como a “Marcha com Deus e povo”, ocorrida em São Paulo com a participação de mais de meio milhão de pessoas, na véspera do golpe de 1 de abril de 1964”, neste projeto utiliza-se esta expressão com a mesma intenção de ditadura militar, registra-se que o artigo Sob este signo vencerás a estrutura ideológica da autocracia burguesa

ocorrido em 1º. de Abril de 1964, o governo brasileiro altera sua política em relação ao Continente Africano, voltando-se no primeiro momento para a política que privilegiava Portugal, permitindo inclusive, que a PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado[15] (portuguesa), agisse em solo brasileiro, atuando na prisão de membros do MABLA. No entanto, a autocracia burguesa-militar, em meados da década de 1970, já no governo Médici, inicia um processo de reaproximação com as colônias portuguesas em África, haja vista a missão comercial liderada pelo diplomata Mario Gibson Barboza[16]. Essa aproximação se dá por conjuntura da "Crise Petróleo", ocorrido na década de 1970, o que fez o Ocidente ter uma política pró-reativa diante do Continente Africano, devido à riqueza gerada em torno do Petróleo. O ápice dessa aproximação culmina, em 1975, já no governo do General Ernesto Geisel, no ineditismo do reconhecimento da independência angolana.

Relembramos que o debate exposto aqui foi objeto de nossa dissertação de mestrado, a qual teve como título "Movimento Afro-brasileiro pró-libertação de Angola (MABLA) – 'Um Amplo Movimento': Relações Brasil e Angola de 1960 a 1975". Doravante, a discussão que apresentamos por hora neste trabalho, tem o objetivo de mostrar a importância da continuidade da pesquisa desenvolvida, dentro de uma nova periodicidade e em busca de novos agentes históricos, ampliando a discussão sobre a relação Brasil – Angola.

E, para a continuidade das reflexões historiográficas aqui expostas, dividimos este texto em quatro capítulos. No primeiro capítulo intitulado *A ruina do governo autoritário português e autonomia dos países africanos* no qual procuramos, a partir dos relatórios da Embaixada Brasileira em Portugal ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, demonstrar o panorama do processo

---

bonapartista (RAGO,2001, p.157-199) serviu como inspiração para o termo. Tendo em vista o seu trabalho que discute sobre a classe que assume o poder com o golpe de 1964.

[15] Salienta-se que Santos (2010, p.13), que analisou documentos deste órgão, explica que "A PIDE – Policia Internacional e de Defesa do Estado (polícia secreta portuguesa da época de Salazar) agia tanto dentro como fora do Estado português com o intuito de coibir ações que fossem contrários ao regime salazarista".

[16] A missão de expedição comercial ao contente africano liderada pelo então Ministro das Relações Exteriores Mario Gibson Barboza no ano de 1972 tinha a intenção de estreitar a relação os países africanos que teve como rota Costa do Marfim, Senegal, Togo, Zaire, Daomé, Nigéria, Camarões em seu livro de memoria ainda expõe a intenção de aproximar dos países africanos que estavam sobre domínio português. (BARBOZA, 2007, p.396-443)

de luta por independência dos países que faziam parte de Portugal em África. Contextualizamos os processos de libertação na conjuntura da Revolução dos Cravos e, além disso, tentamos mostrar como a Embaixada Brasileira em Lisboa via o processo de independência dos países africanos: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

No segundo capítulo, buscamos compreender o entendimento da Representação Brasileira em Angola acerca do processo de independência do país, haja vista que o Brasil protagonizou o reconhecimento da emancipação angolana. Além disso, vimos que a partir da análise de conjuntura, a Representação Brasileira pode-se vislumbrar relações que poderiam, no futuro ser favoráveis ao Brasil, por isso o intitulamos como *O Processo de independência de Angola: Brasil/África percepções e estranhamentos, comerciais, políticos, econômicos e diplomáticos.* Para a construção deste capítulo, analisamos documentos do Itamaraty, especialmente os memorandos (produzidos durante a década de 1975) que a Representação Especial Brasileira estabelecida em Angola envia ao Estado brasileiro. A representação tinha à frente o diplomata brasileiro Ovídio Andrade de Melo e este, em seus telegramas e memorandos, abordava inúmeros aspectos referentes ao processo de independência e a construção de Angola como uma nação, problematizando, inclusive, as disputas internas protagonizadas pelos movimentos pró-libertação. Além disso, o diplomata mostra nos documentos suas intervenções em prol do estreitamento das relações entre Brasil e Angola.

No terceiro capítulo intitulado *Representação Brasileira e Consulado Brasileiro: crise identitária e êxodo de brancos eminente*, discorremos sobre a saída em massa de portugueses e seus descentes para Portugal e Brasil e retratamos as preocupações de Ovídio de Andrade Melo expostas nos memorandos, nos quais aponta as complexidades envolvendo o consulado e a representação no que se referia ao excesso de pedidos de visto para o Brasil e os prováveis impactos políticos que este fenômeno poderia desenvolver para o Brasil.

Já, no quarto e ultimo capítulo, *Angola Pós-independência, críticas no cenário na Guerra-Fria, perspectivas da relação Brasil e Angola, no âmbito político e dos movimentos sociais Angola Pós-independência: apontamentos acerca das*

perspectivas da relação Brasil e Angola. Problematizamos a relação Brasil e Angola pós-independência angolana.

Pautamo-nos em entrevistas e livros de memórias, os quais abordam questões ligadas à construção de Angola como um país independente. Buscamos, no decorrer do capítulo, refletir as nuances culturais, políticos e sociais que vinculam Brasil e Angola nas décadas de 1970 e 1980. Neste sentido, apontamos como membros do Movimento Negro estabelecem uma aproximação com os acontecimentos no Continente Africano, os quais mostram em seus relatos os seus encantamentos e desencantamento com relação à África real em contraposição à África imaginada. Por fim um breve histórico das relações Brasil e África, em especial Angola no até o momento atual. Estes são os assuntos abordados nesse trabalho.

Capítulo I: **A RUÍNA DO GOVERNO AUTORITÁRIO PORTUGUÊS E O PROCESSO DE AUTONOMIA DOS PAÍSES AFRICANOS**

O Regime Salazarista que perdurou em Portugal de 1926 até 1974 foi um dos últimos sistemas políticos "colonialistas" a cair. Embora o Salazarismo seja por muitos colocados em outras classificações, é inegável que há elementos que o aproxima do nazismo, fascismo e do franquismo, a exemplo do culto personalista do líder maior, ou seja, no caso de Portugal, o culto a Antonio Oliveira Salazar. Nesse sentido importa ressaltar a forma como o historiador Kenneth Maxwell classifica o regime,

> Salazar, um austero celibatário de 39 anos nascido em 1889 na região central de Portugal, assumiu o controle absoluto a partir de 1930, governando inicialmente como ministro das Finanças e em seguida como presidente do Conselho de Ministros. A Constituição do "Estado Novo" que ele redigiu em 1932 criou um regime "corporativo" nos moldes que Benito Mussolini acabara de instituir na Itália. Apesar de vernizes fascistas como a lei trabalhista de proibição de greves inspirada em Mussolini e a implacável polícia secreta, o Estado Novo era essencialmente um regime autoritário católico. Um século e meio depois do ultimo governo com mão de ferro em Portugal, o do Marques de Pombal, Salazar manteve a estabilidade habilmente interesses concorrentes-[...] (MAXWELL, 2006, p. 35)

O regime autoritário católico de Antonio Salazar estabelecido como "Estado Novo" continuou mesmo após sua saída do poder em 1968, quando "literalmente caiu do poder"[17], mesmo assim o regime perpetuou com essa nomenclatura (salazarista) até 1974 quando aconteceu a Revolução dos Cravos, que em 24 de abril do mesmo ano, põe fim ao regime autoritário.

Além das características dos outros regimes citados (nazismo, franquismo e fascismo), outro elemento que marcava o regime salazarista era a manutenção das colônias em Continente Africano, Asiático e Oceania e, somente nas décadas

[17] Sobre essa questão Maxwell (2006, p. 42 – 43) discorreu: "Em 1968 a espreguiçadeira onde Salazar se sentava desabou, e a queda o deixou em um estado de coma da qual nunca se recuperou. O presidente, almirante Américo Tomás, teve de substituí-lo. Foi com relutância que Tomás, modesto mais inflexível seguidor de Salazar, nomeou primeiro-ministro um dos antigos protegidos do ditador, o professor de direito Marcello Caetano, de 64 anos. Mas até 1970 houve um estranho hiato, pois o moribundo Salazar resolutamente se recusava a morrer, Tomás parecia viver com constante preocupação de que o velho revivesse e perguntasse por que fora removido do posto".

de 1960 e 1970, por iniciativas locais e resistência da população destas colônias, iniciaram-se processos de luta por independência, as quais conquistaram a libertação destes países.

Nesta tese, a problematização desse fato vai ser posta em relação ao continente africano e as colônias portuguesas denominadas na época como "Províncias Ultramarinas". E, vale a pena apontarmos que, segundo muitos historiadores, o processo de libertação de Angola, ou de descolonização, como alguns preferem chamar, foi um dos mais complexos[18].

Ressaltamos o apontamento do historiador Lincoln Secco sobre o território, até aquele momento chamado de "Império Ultramarino",

> Ora, Portugal continental não ultrapassava muito modesto 91 mil quilômetros quadrados, mas Angola ultrapassava os 1.246,700 quilômetros quadrado. Moçambique tinha (e tem) um tamanho que é ligeiramente superior à metade do território angolano. As demais colônias eram menores do que a parte europeia do Império. Não se podia pensar no Império (e nas ideias que sobre ele se faziam) ouvindo, lendo, observado, só aquela extremidade ocidental da Península Ibérica. (SECCO, 2004, p. 63)

Em meio do desmonte do "Império Ultramarino" refletimos qual foi à influência do Brasil neste processo e para análise teremos como principal fonte empírica deste capítulo o relatório escrito pelo então embaixador brasileiro em Portugal, Carlos Alberto da Fontoura, no qual apresentou informações para o governo brasileiro fazendo um levantamento da conjuntura portuguesa pós Revolução dos Cravos e como estava a relação com suas "Províncias Ultramarinas". O intuito do relatório era subsidiar o Ministro das Relações Exteriores Antônio Francisco Azeredo da Silveira para sua visita a Portugal. Não obstante, a análise acerca deste relatório será acompanhada de bibliografias que discorrem sobre esse período.

Para iniciarmos a reflexão é essencial considerarmos que na maioria das vezes um relatório diplomático tem como intuito informar seu país a respeito dos

[18] A respeito dessa questão importa salientamos que a maioria dos autores que discorrem sobre os conflitos do continente africano e não propriamente sobre Angola ressalta as complexidades do processo de independência de Angola. A exemplo das obras: A Revolução dos Cravos (2004) do historiador Lincoln Secco, Os filhos da Terra do Sol (2002) da historiadora Leila Hernandez, O Império Derrotado (2006) do historiador Kenneth Maxwell, Moçambique (2010) do antropólogo José Luís Cabaço, entre outras obras.

acontecimentos e possíveis ações que o Estado pode tomar para alcançar benefícios políticos, econômicos, diplomáticos, sociais, dentre outros aspectos. Já na introdução do seu relatório, o embaixador Carlos Alberto da Fontoura discorre que

> A Embaixada do Brasil em Lisboa, com a finalidade de contribuir para o preparo da visita do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Portugal, fez preparar o presente estudo a respeito da conjuntura lusitana, descrita e analisada, em seus traços mais relevantes, nos domínios políticos, econômico e cultural, procurando ressaltar seu reflexo no plano dos negócios luso-brasileiros. Cuidou-se, ainda, de dar maior ênfase às possibilidades e aos meios da expansão ordenada das relações entre os dois países, algo ressentidas com a Revolução de 25 de abril e suas consequências em Portugal e suas colônias, uma das quais já soberana.
> Não foi colocado à margem uma análise, posto que sumária, das relações atuais e potenciais do Brasil com a África de expressão portuguesa.
> Da mesma forma, consta deste trabalho apêndice, elaborado pelo Adido da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, a propósito de questões de suas especialidades. Dada a premência de tempo, a vastidão da matéria e a fluidez das situações focalizadas, inseridas em contextos altamente dinâmicos e complicados por contradições ainda não ultrapassadas, este estudo, dentro dos limites sumários por mim estabelecidos, não poderia ter a pretensão de formular soluções para os problemas nele aflorados. Trata-se, assim, de mero breviário, condensado dentro do possível, e, por isso mesmo, contendo simplificações analíticas, para as quais estou certo contar com a Tolerância da Vossa Excelência.[19]

O embaixador Fontoura, na introdução de seu relatório, descreve ao Ministro das Relações Exteriores Francisco Azeredo da Silveira[20] como se deu a transição do regime político português, como também o processo de emancipação

[19] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

[20] A respeito do Ministro das Relações Exteriores do Brasil Francisco Azeredo da Silveira registramos sua visão sobre a Revolução dos Cravos: “o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo revolucionário de Portugal. Isso foi muito importante. Quer dizer, me preparei de tal modo, quando senti que... a nota já estava pronta para ser respondida, no momento da comunicação. E isso também foi muito importante porque cortou completamente qualquer tipo de nostalgia ou de solidariedade ou de incompreensão com o que ia acontecer em Portugal, e que, necessariamente, tinha que ter contradições enormes. E, também nesse fim de ano, eu visitei Portugal, o que foi considerado um gesto temerário. Nessa época, fui muito bombardeado com sugestões, algumas simpáticas, outras, até agressivas”. (SPEKTOR, 2010, p. 267)

das denominadas “colônias portuguesas em África”. Como vimos no trecho acima, o relatório aborda aspectos políticos, econômicos e culturais.

Importa salientarmos que os militantes que estavam à frente da Revolução dos Cravos, os chamados de Capitães de Abril, tinham tendências de esquerda, que a *priori* traziam algum receio ao governo brasileiro, pois se temia atitudes esquerdistas do novo governo português. Cumpre observarmos que o embaixador Carlos Alberto da Fontoura, quando foi assumir a embaixada brasileira em Portugal, já em período pós-revolução, não foi bem recebido. O governo português, inclusive, chegou a pedir para que fosse enviado outro embaixador, pelo fato de Fontoura ser militar ligado ao Exercito Brasileiro (foi chefe do Serviço de Informação - SNI[21]), sendo assim acusado por exilados brasileiros em Portugal de servir a autocracia militar brasileira.

Fontoura só conseguiu assumir após o presidente Ernesto Geisel ter acenado que caso Portugal não o aceitasse, a embaixada brasileira em Portugal ficaria sem embaixador. Sendo assim, o governo português aceitou “à força” o representante brasileiro. A respeito desse episódio, o então presidente Ernesto Geisel comentou em uma entrevista à pesquisadora Celina D’Araujo,

> [...] Logo no começo de meu governo, após a Revolução dos Cravos, tive um problema diplomático com Portugal. Havia sido nomeado o embaixador em Lisboa, pelo Médici, o general Carlos Alberto de Fontoura, que fora chefe do SNI. Por problemas de saúde de uma filha, ele protelou sua ida para lá. O novo governo português através de seu encarregado de negócio entre nós, manifestou o desejo de que o Fontoura não fosse o nosso representante. Certamente, os esquerdistas que haviam feito a revolução sabiam que ele vinha do SNI. Quando o Silveira me deu conhecimento dessa posição portuguesa, mandei que dissesse ao encarregado de negócios que Fontoura iria como nosso embaixador ou então não iria ninguém. Os revolucionários portugueses acabaram cedendo e o receberam muito bem como representante do Brasil. Mais tarde, Mario Soares veio em caráter

[21] A respeito do SNI órgão de investigação e repressão da autocracia militar brasileira, o seu fundador, general Golbery do Couto e Silva disse, segundo Elio Gaspari, "Criei um monstro" (*Folha de S Paulo* 2 de junho de 1999). Observamos também que o mesmo autor em seu livro *Ditadura Escancarada* (2002) expõe sobre o SNI: “No aparelho de repressão política montado pela ditadura brasileira, um oficial classificado no CEI, por exemplo, ficava burocraticamente lotado no gabinete do ministro do Exército. Outro, no SNI, tornava-se parte do quadro de pessoal da Presidência da República. Isso assegura-lhe uma pequena gratificação salarial e uma boa quantidade de pontos no sistema de avaliação funcional que orienta promoções e remanejamentos. Um oficial que entrasse como capitão no circuito SNI-CEI-DOI tinha duas vezes mais chances de vir a servir como adido no exterior do que outro mantido na rotina dos quarteis. [...]” (GASPARI, 2002, p. 26)

> oficial ao Brasil, conversou amistosamente comigo e foi bem acolhido, como sempre os portugueses o foram entre nós. Houve uma ocasião em que um grupo de militares portugueses queria invadir Portugal contra a Revolução dos Cravos, partindo do Brasil e com a nossa cooperação. Era uma loucura, uma fantasia. Coisa sem pé nem cabeça. Fizeram contato com o Itamarati e com militares nossos, mas foram fracamente dissuadidos de qualquer ação dessa natureza. (apud D'ARAÚJO,1997, p. 345).

No livro organizado pelo pesquisador Matias Spektor, *Azeredo da Silveira: um depoimento* (2010), o então ministro das Relações Exteriores do Brasil comenta sobre a posse do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, indagado se houve problemas diplomáticos, Silveira discorreu,

> Houve muito problema com ele, sim...Antes de tomar posse, o general Geisel havia negado ao presidente Médici se ele, Geisel que nomearia o [general Carlos Alberto] Fontoura para embaixada em Lisboa. Geisel aceitaria se o Médici fizesse acho que em janeiro [de1974]. Houve o *agrément* em janeiro e ele foi submetido ao Senado logo na abertura dos trabalhos legislativos em 1º de março e depois foi nomeado pelo Médici. Só sei que ele só foi apresentar suas credenciais ao novo governo português. Antes disso, porém, enquanto ele ainda estava aqui, o novo governo tentou retirar o *agrément*. [...]

Como havíamos exposto em linhas anteriores o governo português não queria o *agrément*[22] de Fontoura, Azeredo comentou como resolveu o problema:

> Fui duríssimo com eles nesse telegrama. Disse que eles não tinham o menor direito de se meter de um ato de decisão do governo brasileiro; que tínhamos dado todas as provas de que reconhecíamos, respeitávamos e acataríamos as decisões a nível interno. Em contrapartida, não aceitaria que eles retirassem o *agrément* e que, se fizessem, não mandaríamos embaixador para Portugal. Fiz isso por várias razões: em primeiro lugar, porque não podia estabelecer uma divisão dessa natureza entre o governo Médici e o governo Geisel. O presidente Geisel nunca gostou demais do Fontoura, mas ele sabia o problema político que isso criaria para ele (apud SPEKOTOR, 2010, p. 270).

No livro *A Ditadura Derrotada* de Elio Gaspari (2002, p. 205 - 206), há um trecho que fortalece o descontentamento do general Geisel com Fontoura: "[...] Não devia confiar sequer no chefe do SNI, general Carlos Alberto da Fontoura retraído, Fontoura era o melhor amigo de Médici". Vemos que o embaixador

[22] Na linguagem diplomática significa consentimento de um Estado para que determinado diplomata estrangeiro seja nomeado para função em seu território [O diplomata, assim aprovado, torna-se persona grata]. Visto no site Acessado em 09/07/2014.

enviado para Portugal aquela altura não era unanimidade dentro do corpo diplomático brasileiro e nem do Estado português. Observamos que Fontoura não era um diplomata de carreira, contudo como apontamos acima fazer parte de órgãos repressores (SNI-CEI-DOI) contribuía para acessão de cargo.

Azeredo comentou em depoimento que em sua gestão reduziu ao máximo o número de pessoas que não eram da carreira diplomática, “em determinado momento, só havia um em Portugal, o [general Carlos Alberto] Fontoura, que tinha sido designado pelo presidente Médici e depois, o presidente Geisel ofereceu a embaixada em Paris ao Delfim [Neto]”. (SPEKTOR, 2010, p. 278).

Apresentado o perfil do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, o seu relatório apresenta o quadro de um país em fase de diversas transformações nas quais as relações entre os dois países - Brasil e Portugal - eram complexas por conta do próprio contexto histórico, o fato do Brasil ser uma ex-colônia portuguesa, assim como também sua intensão de posicionar no cenário internacional com maior autonomia e liderança.

A descolonização africana e o próprio período revolucionário português contribuíram para que setores de formação de opinião pública, em parte ligados ao governo brasileiro, enxergassem a importância do Brasil agir com maior protagonismo no desmonte do Estado salazarista.

O que podemos notar com o diplomata Azeredo da Silveira que fez reflexões sobre a opinião de alguns setores da sociedade que queriam uma maior atuação do Estado brasileiro como podemos observar no seguinte trecho,

> O Carlos Lacerda, nessa época, por exemplo, me escreveu umas cartas que denotavam um certo desequilíbrio no pensamento dele. Eu me pergunto se ele não estava mais doente do que se achava que estava. Ele tinha uma aparência sã, mas as cartas que seguiam uma linha inteiramente de apoio àquele general que usava monóculo, o [Antônio de] Spínola... É muito difícil uma revolução, na segunda metade do século XX, com um general de monóculo. Também não quero ser tão contra o monóculo assim [risos]. A verdade é que ele queria que eu apoiasse totalmente o Spínola[23].

[23] António Sebastião Ribeiro de Spínola foi militar. Atuou a guerra colonial como governador e comandante-chefe das Forças Armadas na Guiné de 1968-1973. Nomeado vice chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, em 1974, foi exonerado do cargo em relação da publicação do livro Portugal e o futuro, em que criticava a política ultramarina do regime salazarista. Com a revolução foi nomeado presidente da República pela Junta de Salvação Nacional em 1974, tendo renunciado

> O [Júlio de] Mesquita [Neto], do Estadão, me telefonou uma noite, queria que eu fosse a Portugal, em pleno processo revolucionário, muito antes da época que (fui em fins de novembro). Achava que eu ia ser árbitro em Portugal: "O senhor tem todas as condições para ser arbitro". Disse: "Nem que eu tivesse condições. Não tenho direito de ser árbitro de nenhum outro país senão do Brasil, e cada vez vai ser mais europeu e menor, por causa disso mesmo". (SPEKTOR, 2010, p. 267-268)

As duas pessoas citadas por Azeredo da Silveira, o primeiro, Carlos Lacerda, conhecido defensor do regime salazarista, que no período da autocracia militar brasileira contribuiu para ação da PIDE no Brasil em 1964, que torturou membros do MPLA/MABLA, no então Estado da Guanabara, em que era governador.[24] Já o jornalista Júlio de Mesquita Neto, do jornal *O Estado de S Paulo,* que ficou exilado em Portugal e não tinha boas recordações do período que viveu sobre regime salazarista até por isso mesmo ao regressar ao Brasil noticiava em seu periódico noticias contra o jugo português em território africano[25].

Ambos embora, em momentos anteriores terem estado em posicionamentos divergentes[26] no que se referia à Portugal nesse momento pediam a interversão do Estado brasileiro. Contudo, percebemos que essa configuração não se concretiza, pois não vemos uma intervenção direita (ou direta?) do governo brasileiro, embora o relatório de Fontoura apontasse quais os caminhos que o Estado brasileiro poderia tomar.

Voltando ao relatório produzido por Fontoura, ele expõe suas impressões acerca da Revolução dos Cravos,

---

ao cargo do mesmo ano. Viveu exilado no Brasil e, posteriormente na Espanha. (GOES, 2007, p. 34-35).

[24] Para maior conhecimento sobre esse episódio consultar o livro *Torturas e Torturados* (1966), do jornalista e político Márcio Moreira Alves, dissertação Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola (2010) e o livro Relação Brasil/Angola (2014), ambos de José Francisco dos Santos.

[25] Para maior conhecimento sobre esse episódio consultar, a dissertação do pesquisador Claudio Ribeiro, *O Jornal o Estado de S Paulo em Face da Política Africana dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)* e dissertação *Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola* (2010) e o livro *Relação Brasil/Angola* (2014).

[26] Cumpre observar que o grupo *O Estado de S Paulo* antes do golpe da autocracia militar pensou em apoiar para presidente do Brasil o jornalista e naquela altura governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. Para maiores informações consultar, o livro de memoria do jornalista Urbano Rodrigues, *O Tempo em que Vivi. II* (2004) e a dissertação Movimento Afro-brasileiro de Pro-Libertação de Angola (2010) e o livro Relação Brasil/Angola (2014).

> [...] A Revolução do (dia?) 25 de abril, uma vez vitoriosa, logo demonstrou as contradições que lhe eram inerentes, pessoais umas, ideológicas outras. Planejada e executada pela jovem oficialidade, o movimento trouxe à cúpula do poder, mercê das circunstâncias do momento, um General conservador. Este rodeou de auxiliares de confiança, elevando alguns à Junta de Salvação (JSN) e aos comandos militares de relevo. Nem o primeiro, nem os segundos, por serem alheios à gênese do movimento, estavam afinados com o espírito que o 25 de Abril iria revelar, numa etapa posterior, fato este que surpreendeu a ambos. Spínola, posto que estranho ao aspecto conspiratório do 25 de Abril, emprestara força moral e política ao "Movimento das Forças Armadas". Publicara "Portugal e o Futuro", em desafio ao regime; recusara-se à conciliação proposta, deixando de comparecer ao espetáculo de vassalagem prestada pelos generais ao Presidente do Conselho; rompera com o Governo, forçando-o, ainda que contra a vontade, a demiti-lo de suas funções. Resto, o General pertencia por formação, pendor e até vinculação empresarial, como antigo diretor de companhia do "grupo Champali maud" [sic]. Assim, o conflito subjacente, que era de geração e de doutrina, se exteriorizou ainda na fase, anormalmente larga, de escolha do chefe de Estado e formação do primeiro Governo Provisório.[27]

Como já apontamos, à frente do governo provisório foi escolhido o general Antônio Spínola e Carlos Lacerda insistiu para que o Estado brasileiro o apoiasse. Todavia, como próprio Fontoura expõe Spínola não estava em consonância com os "jovens Capitães de Abril", pois foi apoiador de Salazar ao longo do processo colonial, mas entrou em desacordo, fato que o levou a escrever o livro *Portugal e o Futuro.* O historiador Kenneth Maxwell faz a seguinte consideração sobre essa contradição,

> Para um militar as palavras "horas" e "derrotas" não podiam ser associados com tamanha displicência, e para Spínola aquela ideia era abominável. Ele retornou a seu posto na África muito abalado, decidido a levar sua opinião ao próprio povo. Os comentários de Caetano também tiveram o efeito de reviver um pesadelo dos oficiais portugueses. Em 1961 Salazar ordenara uma guarnição portuguesa em Goa, em grande inferioridade numérica, que morresse heroicamente combatendo a conquista militar pela Índia daquele minúsculo posto avançado colonial no subcontinente. A guarnição portuguesa sensatamente se rendeu depois de um simulacro de resistência, mas Salazar submeteu os sobreviventes à corte marcial e fez com que a impressa, controlada pelo governo, os estigmatizasse como covardes. "O exemplo da Índia é

[27] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974

> precedente bem vivo do porvir que receamos", Spínola escreveria em seu livro *Portugal e o Futuro*, que chacoalhou o regime ao ser publicado em fevereiro de 1974.

As atrocidades do regime salazarista sensibilizaram Spínola, que, como já inferimos, não via mais futuro nesse regime. Maxwell além da citação que demonstra a total insanidade do regime salazarista chamando de "covardes" um pequeno destacamento, na Índia (Goa) por se renderem e não lutarem até a morte. Fez com que Spínola não visse outra saída a não ser contribuir com o termino do regime salazarista.

Importa para nosso texto destacar um trecho do livro do Lincoln Secco, a respeito do livro *Portugal e o Futuro*,

> O documento de maior significado no período, no entanto, não veio dos capitães. O general Spínola, desejando antecipar-se à iniciativa deles e reaglutiná-los sob uma crítica moderada ao regime, antecipar a publicação do seu livro-bomba: *Portugal e o Futuro*, verdadeiro recorde de vendas. Admitindo que a dominação colonial estaca num beco sem saída e que a solução não poderia ser de natureza militar, somente política, o general Spínola (1974, p. 56) advogava "o reconhecimento dos povos à autodeterminação" e o "recursos à consulta popular" (p. 160), uma "solução federativa" (p. 149) que contemplasse a independência progressiva das colônias, por sua integração numa "comunidade lusíada" com eleições democráticas dos seus representantes. Os objetivos de Spínola eram moderados e constituíam uma alternativa conservadora, pois se apresentavam como "antidoto à desagregação de Portugal pela via revolucionária" (p.133). O livro abalou pessoalmente o primeiro-ministro Marcello Caetano porque ainda que moderado para as exigências revolucionárias dos capitães, implicava o fim da estrutura de poder fascista e era escrito por um alto insuspeito, leal ao salazarismo e herói de guerra no ultramar. (SECCO, 2004, p. 109-110)

Podemos desta forma, entender porque o general Spínola tinha um contato com o grupo *Champalimaud*, um conglomerado de empresas de propriedade de António de Sommer Champalimaud, que segundo a *Revista Fouber,* em 2004 era considerado o homem mais rico de Portugal. Neste contexto é importante ressaltar que durante o Estado Novo português ele teve o apoio do Estado, desenvolvendo negócios em Angola, Moçambique e até no Brasil. Como Spínola vislumbrava a derrota do regime salazarista, e por sua visão moderada era natural seu contato

com empresários portugueses, que também tinham preocupações com a manutenção de seus negócios no novo regime.

O historiador Lincoln Secco, a respeito da cena empresarial portuguesa demonstra que, o fato do Estado salazarista ter fechado o seu mercado às empresas estrangeiras permitiu que os empresários portugueses construíssem grandes oligopólios,

> A cena empresarial portuguesa era dominada por alguns grandes oligopólios que fizeram fama. O secular CUF, surgido de uma pequena fábrica de sabão no século XIX, possuía, em 1973, mais de cem empresas interligadas nos ramos químicos, têxtil, naval, elétrico, bancário, de seguro etc. isso sem contar os restaurantes, hotéis e cassinos. Só uma de suas empresas (em verdade, a empresa-mãe) contava com 4,4% do capital industrial do país (Martins, 1975, p. 22). Além disso, o grupo estava quase que diretamente representado no Estado pelo presidente do Conselho de Ministro Marcelo Caetano, um intimo amigo da família Melo, dono do Grupo CUF. Outros grupos eram igualmente poderosos, como o Espirito Santo, Champalimaud, Borges e Irmãos, Grupo Português do Atlântico, Banco Nacional Ultramarino, Fonseca e Burnay, Grupo Jorge de Brito e Grupo Pinto de Magalhaes. Os balancetes dessas empresas, notadamente as financeiras, revelavam lucros crescentes. (SECCO, 2004:93)

As empresas portuguesas sofreram impactos diretos com a revolução, o conglomerado empresarial Champalimaud citado por Fontoura, que detinha um grande oligopólio, também foi citado por Kenneth Maxwell (2006) que fala sobre o monopólio da família Champalimuad na produção de cimento.

Como Secco evidencia em seu trabalho, era do interesse dos grupos detentores dos oligopólios portugueses acompanhar o processo de mudanças politicas e econômicas que o país vivenciaria, pois grande parte do lucro destes grupos vinha das colônias africanas de Portugal, com as quais tinham mercados fechados para exportação.

1.1 Antonio Spinola e o Movimento das Forças Armadas: desarticulações no processo revolucionário.

Fontoura discorrendo em seu relatório sobre possível presença de membros da “MFA – Movimento das Forças Armadas” na presidência,

> Ao que tudo indicava, e agora se sabe, era Costa Gomes o candidato natural do "MFA" à Presidência da República. Naquela conjuntura, porém, o atual Chefe de Estado, lento na decisão, pois repele compromissos antes de estarem os jogos feitos, foi vítima de sua prudência, e também da falta de carisma de sua personalidade introvertida. Impunha-se, então, mais do que a escolha de um Presidente manipulável "vender" o 25 de abril ao povo português e ao mundo ocidental; Spínola, com a sua mística, construída pela publicidade do regime passado, pareceu, no momento, mais útil que Costa Gomes.
> Cedo, porém, a Comissão Coordenadora do "MFA", que emergia como a força diretiva da Revolução, iria dar-se conta das dificuldades de carregar um símbolo como Spínola, sobretudo depois que este perdera sua utilidade real, desaparecia assim que a nova situação se consolidou.
> A obra de Spínola, conceituada por Costa Gomes como "o livro da esperança nacional que foi o ideário da revolução das flores" só valeu ao "MFA", à falta de melhor arma, como instrumento adicional de polarização da oficialidade para revolta contra o antigo regime. Para o resto as teses de Spínola de nada serviram. Eram elas, em pontos essenciais, incompatíveis com o programa revolucionário.[28]

O embaixador brasileiro, ao discorrer sobre os rumos da presidência de Portugal, descreve Spínola como alguém que não corresponderia às ansiedades do MFA e como ele mesmo havia exposto, Costa Gomes estaria mais preparado. Contudo sua falta de carisma e sua introspeção levaram a não ter apoio para colocar-se como candidato. Fontoura é incisivo em dizer que o plano de Spínola não condizia com o projeto revolucionário do MFA.

Os problemas entre Spínola e o Movimento das Forças Armadas, como podemos evidenciar pelo relatório, eram grandes. Secco (2004, p. 110) escreveu a respeito,

> As divergências entre Spínola e o MFA eram muitas e cresceram à medida que o novo poder instaurado em 25 de abril de 1974 teve que tomar medidas concretas para terminar a guerra na África. Incialmente, todas as diretivas do MFA apontaram para a necessidade de construir um Estado democrático de direito e não uma ditadura militar, no que concordavam com as proposições aparentes de Spínola.

[28] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

O processo pelo qual Portugal (falta uma palavra aqui, talvez PASSOU) pode ser, de fato, considerado como revolucionário, pois a ruptura do Estado Novo Salazarista que perdurou por mais de 40 anos, se caracterizava a partir da manutenção de um sistema colonial anacrônico. Após o processo revolucionário, o país não teria mais condições morais para manter seu domínio sob as, até então, "colônias africanas". Tal conjuntura uniu-se ao descontentamento popular dos africanos, levando a construção de movimentos em prol da descolonização, os quais culminaram na liberdade de todos os países africanos que ainda estavam sob o jugo de Portugal.

Sobre essa questão, Fontoura faz as seguintes considerações,

> No domínio da descolonização, a Comissão Coordenadora do "MFA", interpretando o vago enunciado de seu programa referente à política ultramarina, assim que depois do 25 de Abril, pôs-se deliberar, rejeitou o essencial das formulas desenvolvidas no "Portugal e o Futuro". Aqueles, como se sabe, previam o reconhecimento imediato da autodeterminação, seguido de negociação para cessar fogo e da reconstrução das áreas devastadas. Numa segunda etapa, após a regionalização das estruturas politicas, econômicas e sociais, previa Spínola a realização de referendo, a fim de as populações interessadas decidir a forma de associação ou integração a um Estado multirracial e plurinacional, por ele imaginado como factível: a República Federal Portuguesa. Uma vez no governo, em seu primeiro pronunciamento substancial sob a matéria, a 11 de junho, o Presidente, confrontado ai com o desmoronamento da posição estratégica portuguesa no ultramar, avançou até o limite máximo das concessões por ele admitidas: aceitou, como solução extrema e indesejável, tanto para Portugal quanto para as colônias, que, que o referendo contemplasse também a opção de independência total, concedida depois de regulado o estatuto dos cidadãos e dos investimentos portugueses. Mesmo essa concessão essencial, já em desacordo com seu pensamento original, foi considerada insuficiente pela Comissão Coordenadora, que interpretando a posição do MFA, queria o cessar-fogo incondicional, seguido pela paz imediata e acelerado desengajamento político, militar e econômico. Não interessava aos intérpretes da jovem oficialidade, cansada de treze anos de guerra, com seus soldados psicologicamente desmotivados, prosseguir combates, permanecer no terreno e retardar negociações para a defesa dos interesses colonialistas ou neo-colonialistas do capitalismo português em África.[29]

[29] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974

O prognóstico apresentado por Fontoura a respeito do encaminhamento da Revolução dos Cravos mostra que a população portuguesa estava farta de treze anos de guerra, portanto nas palavras do embaixador brasileiro chegava (a ser?) até “indesejável, tanto para Portugal quanto para colônias, que o referendo contemplasse também a opção de independência total”. Cumpre observamos que o “indesejável” referendo para independência total das colônias, era sim mais que desejável para os territórios africanos. Registramos que o conflito de mais de treze anos foi conduzido justamente por grupos de resistência que não concordavam mais com o jugo português em solo africano.

1.4 Salazarismo, Revolução, Partidos Políticos e descolonização.

Fontoura escreve em seu relatório uma análise sobre a política em Portugal intitulada “O retorno à vida política”, em que procura entender o fenômeno do salazarismo que contribui com a permanência dos portugueses em África.

> Privado da vida política normal desde 1926, o povo português, desabituado das práticas do regime representativo assiste, nos dias que sucedem ao 25 de abril, uma completa reabertura democrática. Com a derrogação da Constituição de 1933, na parte restritiva ao exercício das liberdades públicas e à dissolução dos instrumentos de repressão do salazarismo, os partidos políticos, ou seus embriões não esperam a Lei Eleitoral para se organizarem, até hoje em discussão no Conselho de Estado. Dos presídios e do exílio retornam os dirigentes oposicionistas incluídos na famosa lista da PIDE-DGS dos principais inimigos do sistema deposto: Álvaro Cunhal, Mário Soares[30], Palma Ignácio, Piteira Santos, Varela Gomes, Octávio Pato, Sarmento Pimentel, Rui Luís Gomes e outros.[31]

Os nomes citados pelo embaixador ao longo do processo revolucionário português vão acabar tornando quadros importantes no cenário político, ocupando quadros ministeriais importantes no novo regime. Como evidenciado pelo

[30] Registra-se que Mário Soares foi Primeiro Ministro de Portugal de 1976 a 1978 e também de 1983 a 1985 e presidente de 1986 a 1986.

[31] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974

embaixador, muitos que retornaram a Portugal foram perseguidos pela PIDE por não concordarem com o regime salazarista, dessa forma exilando-se em vários países, inclusive no Brasil.

A respeito dos nomes citados por Fontoura, os quais serão protagonistas importantes na composição do novo governo. Dentre eles Secco (2004) aborda Mário Soares e Álvaro Cunhal, fazendo a seguinte consideração:

> O primeiro líder político civil a se avistar com a Junta de Salvação Nacional (JSN) foi o socialista Mário Soares, convidado para representar o novo governo junto à comunidade internacional. Em seguida foi a vez de o secretário-geral do Partido Comunista Português Álvaro Cunhal, ser recebido no aeroporto pelos militares do MFA e transportado num blindado! Na história dos homens, imperiosos é, para além dos acontecimentos, ouvirmos os discursos. O que relevantes de "novo"?
> Na solução de chegada ao aeroporto, Cunhal expôs as cinco demandas do PCP: consolidar as "as conquistas democráticas" de 25 de abril; legalizar os partidos políticos; pôr fim a guerra colonial; satisfazer as reivindicações imediatas dos trabalhadores; e assegurar a realização de eleições livres para uma Assembléia Constituinte. (SECCO, 2004, p. 119-121)

Cumpre observarmos, o que Maxwell (2006) discorreu a respeito de Varela Gomes,

> No grupo pró-comunista estava o capitão Varela Gomes, herói da revolta de Beja de 1961 que, após anos de exílio em Argel, fora reintegrado às forças armadas com patente de coronel. Varela Gomes era figura dominante na Quinta Divisão do Estado-Maior, agencia coordenadora de propaganda e doutrinação, e logo se empenhou em um programa de "dinamização cultural" nas forças armadas e no país. (MAXWELL, 2006, p. 127).

Como o próprio nome atribuído a essa parte do relatório, "O retorno à vida política" podemos situar dentro da dissolução do regime salazarista o retorno e protagonismo dos nomes citados, todavia devemos tomar o cuidado, pois as pessoas mencionadas nunca saíram da atuação política, como vemos nos autores aqui apresentando, os mesmo exerceram a política nos lugares que foram exilados.

Fontoura segue em seu relatório discorrendo sobre os partidos políticos a respeito do PCP escreve,

> Como era de esperar-se, o Partido Comunista Português (PCP) que lograra manter na clandestinidade o contato entre o Comitê Central e as bases, surgiu, desde os primeiros dias, como o movimento de opinião dotado de mais sólido enquadramento partidário. Isso tudo apesar da decantada eficácia operacional da PIDE-DCS que encarcerou, num superior a 255 anos, vinte e três membros do Comitê Central, a maioria dos quais alternavam as prisões com longos períodos de exílio. Solidamente implantado nas áreas industriais urbanas, nos latifúndios do Alentejo e entre intelectuais, artistas e universitários, bancários e empregados de escritório, o PCP, de linha moscovita ortodoxa, segue automaticamente, apesar do passado estalinista de seu Secretário-Geral, as diretivas atuais do Kremlin. Apresenta-se ele, assim, como um partido disciplinado, pouco inclinado a aventuras, dispostos a alcançar o poder através de combinações derivadas do processo eleitoral, a fim de, dentro da ordem constitucional, realizar as reformas de estruturas constantes de seu programa. Bom tático, Cunhal evita de falar na retirada do país da Organização do Trado do Atlântico Norte (OTAN) e do assalto ao Estado pela força. Entrosado com a Intersindical, por ele desenvolvida com grande rapidez, com vistas a transformar-se em uma possível "Confederação Geral dos Trabalhadores", o PCP, se bem que incentivando as reivindicações clássicas do proletariado português, evita provocar, antes modera, as "greves selvagens" e as ocupações de locais de trabalho que se tornaram rotineiras nas primeiras semanas após a revolução.[32]

Carlos Fontoura apresenta um quadro interessante de ações do PCP, em que podemos inferir sua consternação ao perceber que a cúpula do partido não segue as diretrizes de reivindicações da base, assim como não vislumbra seu desmembramento da OTAN, para defender-se de um possível ataque comunista dentro do cenário da Guerra Fria.

Lincoln Secco (2004) comentou em seu livro as discrepâncias entre a base e cúpula do PCP,

> O próprio Cunhal, mais tarde, e como teremos oportunidade de ver, passaria a criticar os "excessos" praticados por alguns sindicatos, cujas reivindicações "exageradas" poderiam levar o país a uma espiral inflacionária, com repasse dos aumentos salariais aos preços. Além disso, como demonstrara a greve dos Correios, Telégrafos e Telefones (CITT), o movimento sindical podia facilmente ser conduzido ao isolamento político (conforme dissera Cunhal no seu discurso 22 de junho, no Porto).

[32] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974

> Assim como os capitães precisam de um braço popular-civil enraizado na estrutura sindical, os comunistas ansiavam por um braço militar-revolucionário que os conduzisse ao poder; afinal desde seu VI Congresso, em 1965 (conforme já vimos), o partido definira a insurreição como caminho para superação do salazarismo e rejeitara a politica pacifista e outros comunistas europeus. Não contraditoriamente (nem paradoxal) que, uma vez ocorrida a revolução, o partido se tornasse moderado o suficiente para atrair um setor importante dos capitães. Em seu VII Congresso (extraordinário), realizado em outubro de 1974, abrandou suas críticas à participação de Portugal na Otan e suprimiu a expressão "ditadura do proletariado" do seu programa (Mujal-Leon, 1997): o partido comprometia-se, ao menos em seu discurso, com democratização formal do país. (SECCO, 2004, p. 123-124)

Podemos perceber que o PCP mudou sua postura em relação à condução política que deveria conduzir o Estado português, antes com uma postura ideológica "radical" doravante menos agressiva. Fontoura, ao logo do seu relatório, vai apontando outros partidos que acabam se formando a partir da insatisfação e por não se sentirem representados pelos partidos até então existentes, dentre eles o PCP.

Como já mencionado, o Brasil vivia uma autocracia burguesa militar e o regime que se constituía em Portugal era visto com ressalva. Todavia, como nos indica o relatório do embaixador Fontoura, o governo de esquerda não tomava atitudes "ortodoxas". Fontoura atenta seus interlocutores com relação a revolta de membros da esquerda portuguesa que não ficaram satisfeitos com os posicionamentos do partido,

> Essa moderação programática e operacional do PCP, que inscreve na estratégia de poder formulada por Moscou para os partidos comunistas da Europa Ocidental, decepciona os impacientes, adeptos da revolução armada imediata. Por isso, aparecem rapidamente, à sua esquerda, embriões de partidos extremados, que agem com mais ruidoso que eficácia, mas que, com suas iniciativas, contribuem para radicalizar o panorama politico. Destes deve-se mencionar o Movimento Reorganizatório do Partido do Proletariado (MRPP), de tendência maoísta, forte entre os estudantes; a Liga Comunista Internacional Trotskista (LCIT); a Liga da Unidade de Ação Revolucionária (LUAR), de recente passado terrorista, e o Comitê de Apoio à Reconstrução da Partido-Marxista Leninista (CARPML). Outros grupos de tendência similar, reflete, por sua proliferação desordenada (são mais de trinta à extrema-esquerda) e confusão ideológica (um deles, a juventude Monárquica Revolucionária, deseja a restauração da

> Casa de Bragança e reinar sobre o Estado Marxista), a embriaguez de uma liberdade política recém-adquirida.
> Tirante o MRRP, essas tentativas de reorganização partidária não carecem de relevância.[33]

O historiador Secco (2004) nos atenta para pluralidade partidária decorrente do processo revolucionário,

> A esquerda de cores mais radicais, além de ser muito fragmentada e com escassa inserção social, era na sua maioria oposto ao MFA ou oportunamente não tomava nenhuma posição, esperando uma definição do regime – só mais tarde uma parcela se destacará pela ligação com o setor militar liderado pelo major Otelo Saraiva de Carvalho[34]. Vejamos a suas ideias. Suas posições. Suas palavras de ordem. A Frente Popular Revolucionário do Proletariado declarou que "quem continua no poder á a burguesia". O Movimento Reorganizativo do Partido Proletariado (MRPP) definiu o 25 de abril como o "golpe de Estado conduzindo por um setor da oficialagem do exercito colonial-fascista, chamando os capitães de abril de "abutres", "hienas" e "chacais". (25 de abril: Documento, 1974, p. 177-82 apud SECCO, 2004, p.122).

No processo de transição do regime salazarista para o democrático percebemos uma desorganização entre ou grupos políticos e como discorrido pelo embaixador Fontoura "uma confusão ideológica". Havia ainda grupos de direita, moderados, entre outros. O próprio governo provisório agregava agremiações que, em outra conjuntura, não estariam do mesmo lado. O embaixador brasileiro dá um exemplo interessante, do governo de Palma Carlos e o "MFA",

> O condomínio do poder, dividido entre quem dele tinha a aparência (Spínola) e quem detinha a força real (Comissão Coordenadora do

[33] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974

[34] Passados vinte e sete anos, o Tenente-Coronel Otelo Saraiva Carvalho, em entrevista concedida à Waldyr Rampinelli (2002), comentou sobre os Movimentos dos Capitães de Abril: "Eu tenho, a posteriori, uma visão clara e serena dos acontecimentos. No dia 24 de abril de 1974, havia aderido ao programa político do MFA. Colocava-me na categoria dos progressistas, mas percebia logo que não havia possibilidade de uma revolução socialista. O que vai alterar as minhas convicções é exatamente o processo revolucionário, dominado em grande parte por pessoas de partidos, quer do comunista, quer de movimentos de esquerda e da própria esquerda do Partido Comunista, que galvanizaram as massas populares perdedoras e lhes deram motivo para uma luta que elas começaram a desenvolver. Então surgiram líderes de trabalhadores e populares que fizeram um grande trabalho, mas também muita asneira. CARVALHO, Otelo Saraiva. *Por que a Revolução dos Cravos deixou de ser socialista?* Entrevista concedida a RAMPINELLI, Waldyr. *Revista Lutas Sociais*. NEILS - Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais (PUC-SP). Volume 8. São Paulo, 2002.

> "MFA"), encontrou, em maio, fórmula equivocada de equilíbrio, com a constituição do Governo Provisório e do Conselho de Estado. Do primeiro, o Presidente afastou os autores da Revolução, colocando à testa de grupo civil, representante dos quatro partidos (PCP, PSP, PPD e MDP), jurista conservador, afinado com seu pensamento. Assim, Palma Carlos[35] declararia ao empossar-se: "uma revolução faz-se num dia, a alteração das estruturas sociais é obra que exige longo estudo e longa ponderação".[36]

Percebemos que o estabelecimento de um novo regime político não foi fácil e, no caso de Portugal, havia um complicador, que é justamente o eixo principal desse trabalho, os territórios africanos, em especial Angola. Organizar com coesão para questão interna já era tarefa complexa o que dirá sua politica externa[37]. Fontoura faz a seguinte reflexão,

> [...] Expurgo maciço nas Forças Armadas, pressões para a realização de reformas de base e interferência na negociação de descolonização caracterizavam as iniciativas da referida Comissão. Nenhum membro do Governo Provisório partia para o exterior, com vistas a negociações com a CEE, tratativas com os Presidentes do Senegal, da Argélia ou da Zâmbia, entendimentos com o PAIGC e a Frelimo, sem que fosse fiscalizado, em sua atividade, por representante do poder "de facto" que se afirmava, o "MFA".[38]

---

[35] "O primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos era um jurista conservador, e logo se chocou com os capitães. Ciente das travas políticas e militares que cercavam o presidente, Palma Carlos propôs a alteração da lei constitucional provisória emitida pela Junta, em acordo com o programa do MFA, que estabelecia prazos dilatados para celebração de eleições de uma Assembleia Constituinte e só depois de presidente da República. O intuito era clarividente: submeter a referendo um projeto de Constituição provisória elaborado pelo governo e eleger simultaneamente o presidente da República. O Conselho de Estado, nomeado sob influência do MFA, rejeitou a proposta. Um ponto de discórdia residia na velocidade da descolonização (os capitães exigiam rapidez, enquanto o presidente desejava realizar plebiscitos nas colônias)". (SECCO, 2004, p.127)

[36] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974

[37] Ao pensar os países que foram colônias portuguesas em África, o historiador Lincoln Secco escreve em seu livro "[...] tratar da Revolução Portuguesa sem a África. E a percepção dessas desigualdades entre diversas partes do império só assumiu feições violentas numa conjuntura: a da guerra colonial. O deslocamento da pesquisa para o continente negro explica-se pela necessidade de dar conta dessa conjuntura" (Secco, 2004, p. 88). Essa relação é dialética, pois não podemos pensar nos países africanos que foram colônias portuguesas sem pensar em Portugal, e no caso da pesquisa que estamos realizando, é impossível sem situar a Revolução dos Cravos.

[38] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974

A situação complexa do processo de descolonização dos territórios africanos acabava tendo o seu complicador pela própria desorganização do governo provisório. Fontoura afirma que nesse momento os membros do Governo Provisório não iam ao exterior negociar com as diversas organizações que reivindicavam, a mais de uma década, a independência de Portugal e com os países que os apoiavam, exemplo de Argélia, Zâmbia entre outros.

Para pensarmos o processo de independência dos territórios africanos é essencial nos atermos à questão do espaço geopolítico e geoestratégico. Vimos em nossa pesquisa que os países mencionados no relatório estão sendo atingidos direta ou indiretamente pelos acontecimentos ocorridos nas então "colônias portuguesas", como é o caso do Senegal que faz divisa com a Guiné-Bissau e da Zâmbia, que faz divisa com Angola e Moçambique; ou ainda por questões ideológicas, à exemplo da Argélia, que abrigou membros dos MPLA, entre outros. Para ilustrar o impacto decorrente do processo de independência, Maxwell (2006) desenvolve reflexões acerca da questão de Angola que vão ao encontro das reflexões postas por Fontoura no relatório, vejamos,

> [...] A postura de defesa que os estrategistas militares da África do Sul haviam adotado na década de 1970 delimitou substancialmente as opções sul-africanas para Angola. Embora o primeiro-ministro, Dr. Voster houvesse falado em détente com os países negros vizinhos, também se apressara a desenvolver as forças de defesa do país. Nesse meio tempo, os estrategistas militares sul-africanos evocaram com ênfase crescente procedente israelense da rápida ação preventiva uma doutrina que, no contexto sul-africano, era chamada de "*hot pursuit*" ("perseguição implacável" de inimigos, mesmo se fosse preciso atravessar fronteiras de outro país) Ironicamente, a tática do "*hot pursuit*" foi usada pela primeira vez em 1971 contra Kenneth Kaunda, da Zâmbia, em decorrência de confrontos na faixa de Caprivi, quando Botha, ministro da Defesa da África do Sul, ameaçou "ataca-lo tão duramente que ele jamais esqueceria". A doutrina do "*hot pursuit*" foi usada para justificar as primeiras incursões armadas sul-africanas em Angola no verão de 1975. A "defesa" do complexo da Barragem de Cunene, na fronteira com a Namíbia, serviu de justificativa para a primeira instalação permanente de forças regulares sul-africanas em território angolano no inicio de agosto de 1975. A deterioração da situação em Angola também preocupava o Zaire e a Zâmbia. O fechamento da ferrovia de Benguela no verão de 1975 como resultado das hostilidades em Angola não poderia ter acontecido em pior momento para os dois países. (MAXWELL, 2006, p. 179-180)

O quadro apresentado pelo historiador Kenneth Maxwell (2006) evidencia como o processo de independência, além das questões transatlânticas e da Guerra Fria, que por si só já eram um grande problema, independente das questões ideológicas, os conflitos atingiam diretamente toda a região territorial, acentuando desta forma os problemas econômicos e sociais. Em outra parte do relatório o embaixador brasileiro da outros exemplos da dificuldade do governo provisório em relação ao processo de libertação dos territórios africanos,

> O conflito latente, com referência à política ultramarina, radicalizou-se em torno dos processos concebidos, pelas duas partes em oposição no âmbito português, para o caso guinéu. Spínola, Governador-Geral e Comandante-em-Chefe na referida colônia durante cinco anos, lá deixara, ultrapassando sua ação guerreira, uma obra de pacificação interna, 'ultrapassando sua ação guerreira, uma obra de pacificação interna, ao preparar as populações nativas, através do "Congresso dos Povos de Guiné", para o alcance de índice de representatividade política que permitisse diálogo com a Metrópole. Através desses processos, procurava-se o encaminhamento da solução federativa, que o Presidente abandonara, mesmo depois do 25 de Abril, como o desfecho ideal para os anseios do nacionalismo guinéu e a proteção dos interesses lusitanos.[39]

A historiadora Leila Hernandez (2008) faz uma síntese interessante do processo de independência da Guiné-Bissau que vai ao encontro das considerações que o embaixador Fontoura faz em seu relatório quando, durante para a década de 1960, o governo português tentou estabelecer reformas por direitos iguais,

> Entretanto, na prática, em 1970 a Guiné foi bombardeada, assim como a sede do PAIGC na Guiné-Conacri, o que enfraqueceu o governo de Sékou Touré. Mas nem por isso o PAICG recuou. Ao contrário, respondeu em 1971 com a atuação das Brigadas de Ação Política, levando os princípios políticos-ideológicos e os objetivos do partido á população das zonas libertadas. Essas novas ofensivas sinalizou a irreversibilidade do processo de emancipação, o que incluiu a mudança do nome do território para Guiné-Bissau. Dai em diante os êxitos prevaleceram e, em 1972, os ganhos de território foram relevantes processos que continuou a se desenvolver mesmo com o assassinato de Amílcar Cabral em

[39] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974

> 21 de janeiro de 1973. Assim em 24 de setembro, reuniu-se primeira vez a Assembleia Nacional Popular, que proclamou unilateralmente a independência. De imediato, foi formado o Estado da República da Guiné-Bissau, que adotou a sua primeira Constituição e designou os órgãos do poder executivo. No dia 26 de agosto de 1974, o governo português reconheceu a independência. Abria-se uma nova etapa, na qual foi definida a organização partidária de acordo com as resoluções do I e II Congressos do PAICG e do Congresso dos Quadros Dirigentes, em Boké. Também o partido foi reconhecido como "vanguarda" que, com "legitimidade histórica", tutelaria o Estado e as manifestações da sociedade por meio da organização de massa. (HERNADEZ, 2008, p. 548)

Inferimos que na realidade os protagonistas do governo provisório não sabiam ao certo como lidar com a independência. No periódico *A província de Angola,* jornal que, como veremos no próximo capítulo deste trabalho, servia aos interesses portugueses, em sua primeira página do dia 13 de fevereiro de 1974 trazia a seguinte manchete:

> A HOLANDA NEGOU RECONHECER A INDEPENDÊNCIA DA REPÚBLICA FANTASMA DA "GUINÉ-BISSAU" que tem a sua capital (confessada) Conakry
> Lisboa, 12 – O ministro dos Negócios Estrangeiros holandês negou à delegação de quatro membros da independência da República Fantasma da "Guiné-Bissau". Entretanto essa delegação chefiada pelo cabo-verdiano J. Araújo concedeu na Haia uma conferencia de Imprensa no decorrer da qual esse dirigente terrorista admitiu que "Portugal, apesar de tudo, ainda controla uma parte do território da Guiné e a respectiva população. No decorrer dessa conferência de Imprensa cheia de contradições assistiu em representação do "Diário de Notícia" Handel de Oliveira que a dado passo escreve: "Foi preciso insistir-se durante vinte minutos para que a delegação informasse onde fica a capital da sua Guiné em Conakry".
> Um jornalista holandês que assistiu à conferência depois de ter ouvido as declarações de J. Araújo tirou a seguinte conclusão "Não há dúvida que afinal os portugueses controlam a "Guiné".

Embora a notícia exposta pelo jornal *A província de Angola* seja antes da Revolução dos Cravos percebemos ao longo desse capítulo que parte significativa do governo provisório não queria abrir mão de suas "colônias ultramarinas". Contudo, a própria historiadora Leila Hernandez enfatiza que a Guiné-Bissau,

obteve sua independência, em 24 de setembro de 1973[40]. Segundo ela "*Embora a maioria dos países do mundo reconheça o novo Estado, Portugal só o faz um ano depois, temeroso da repercussão da sua perda politica perante as demais províncias"* (Hernandez, 2002, p. 185).

A este respeito o embaixador Fontoura expõe a conduta de Mário Soares a respeito dos territórios africanos,

> Mário Soares, que trouxe para o Governo os compromissos [ideológicos] de seu partido com a Internacional Socialista também em matéria de descolonização, seguiu, ainda nas tratativas preliminares de Londres, ao revés das de Spínola, as instruções do Conselho de Estado e da Comissão Coordenadora do "MFA". Tanto assim que, nas declarações iniciais à imprensa preferiu fixar-se no cessar fogo como principal condição prévia para independência, sem aludir à opção federativa. Na segunda etapa das tratativas procurou, com êxito, separar o caso guinéu do cabo verde. O Presidente, por sua vez, no discurso de posse dos Governadores-Gerais de Angola e do Moçambique (12 de junho), repeliu tais formulações de independência às colônias pelo "facilitário", elaborando longamente sobre sua política referente à autodeterminação das províncias, apenas após esta assegurada, mediante eleições livres, em clima de paz, poder-se-ia cuidar da opção final, federativa ou de soberania.[41]

Ainda sobre o processo de independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, Fontoura escreve que Mario Soares queria ver em separado o processo de emancipação de ambos os países, pois ansiava para Cabo-Verde uma autodeterminação, semelhantes aos arquipélagos da Madeira e Açores. A historiadora Leila Hernandez (2002), discorreu sobre a identificação de grande parte da população que vive nessa região com a identidade portuguesa em detrimento da africana. Registramos o prospecto feito pela historiadora a cerca da emancipação de Cabo-Verde,

---

[40] Cabe salientar que o historiador Maxwell escreve sobre a postura do Brasil a respeito o reconhecimento da Guiné-Bissau: "[...] O Brasil, supostamente parceiro na concepção de Spínola, decidiria minimizar suas perdas e fazer suas próprias abordagens ao novos Estados lusófonos que emergiam na África. O Brasil reconheceu a Guiné-Bissau em 18 de julho, uma semana antes do próprio Spínola declarar, em 27 de junho, que Portugal iniciaria imediatamente a transferência de poder para suas colônias africanas. Aquela altura, 84 países já haviam reconhecido a Guiné-Bissau". (MAXWELL, 2006, p. 124)

[41] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

> [...] Quando à ação diplomática pelo reconhecimento da independência pelo governo português, realizam-se várias conversações iniciadas em Londres, um mês após o afastamento de Salazar, por motivo de saúde, quando se reúnem o comissário adjunto das Forças Armadas, Pedro Pires, e Mario Soares como representantes do governo português. Os quatro encontros subsequentes são realizados entre junho e agosto em Argel, envolvendo um processo de negociação que culmina em 26 de agosto [1974], com a assinatura do Acordo de Argel pelo qual o governo português reconhece a independência da Guiné-Bissau e reafirma o direito do povo das ilhas de Cabo-Verde à autodeterminação e à independência. (HERNANDEZ, 2002, p. 197)

Segunda a autora, Cabo-Verde passa pelo governo de transição, que inicia em dezembro de 1974, após amplos debates entre o Partido de Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde PAIGC e o governo português, em cinco de junho de 1975, é proclamada a independência de Cabo-Verde. Em relação a Moçambique e Angola, o periódico *A província de Angola*, em oito de julho de 1974 exibiu em suas páginas uma entrevista com o então ministro dos negócios estrangeiros, Mario Soares. Encontramos ali alguns trechos que se referem a descolonização, os quais são pertinentes ao nosso trabalho, vejamos,

> O Dr. Mário Soares, numa longa entrevista que concedeu em exclusivo, aos enviados angolanos, haveria de explicar que a delicadeza dos pontos em discursão e a fragilidade inerentes a primeiros contatos desta natureza poderiam ser facilmente comprometidos por um mínimo deslize, por uma palavra mal avisada ou proferida a destempo. Por essa razão, tinha sido ponto assente quer com os delegados da PAICG em Londres, quer com os da FRELIMO, em Lusaka, que todas as partes manteriam a maior discrição sobre assuntos discutidos.
> O que não pode ser negado é que na altura das leituras do comunicado final, o ambiente reinante entre os responsáveis, compartilhado pelos altos funcionários e governantes zambianos assistentes, era de facto cordial e descontraído, verdadeiramente amigável. Como estavam longe – e tinham passando apenas 24 horas... – os gestos protocolares e os abraços “para o fotografo” do primeiro encontro! O amplexo final de Mario Soares e Samora Machel foi sincero. Os dois homens não serão amigos, nem terão ideias totalmente coincidentes; mas passaram a conhecer-se e a respeitar-se. Isso, incontestavelmente ficou aberto o caminho para as próximas negociações, das quais dependerá facilmente o futuro de Moçambique.

A matéria do jornal, que podemos dizer ser naquele momento era representante dos interesses portugueses, descreve um encontro cordial entre Samora Machel e Mario Soares, e sabemos que entre as ex-colônias, Angola foi a que mais ônus enfrentou, contudo o processo em Moçambique também não foi um "mar de rosas", o que parece simbolizar no momento em que descreve o amplexo entre o representante português, Mario Soares e o representante moçambicano, Samora Machel[42].

No que tange a Angola, Mario Soares comentou ao jornal,

> Relativamente a Angola o caso pia mais fino. Há um MPLA que fomos encontrar gravemente dividido e perplexo. Incapaz de tomar qualquer decisão positiva e válida, antes da realização de um Congresso, o qual se antevê bulhento e clivado, entre opiniões antecipadamente irreconciliáveis; há a FNLA, agora enquadrada com elementos chineses, bem armada, mas cada vez mais dissociada das populações angolanas, apoiada em "patrões" neocolonialistas; há a UNITA, a quem os outros dois partidos negam validade e pretendem destruir a todo o custo, mas é afinal a única organização que formou todos os seus quadros e conduziu toda a sua luta do interior de Angola, onde sempre estiveram os seus chefes maiores... E há Angola, em si, o gigante adormecido, das populações rurais cujo despertar para uma vida diferente é ainda tão próximo; das riquezas naturais mal esgravatadas a superfície do terreno e já tão potencialmente reveladoras de tanta abundância que os "patrões" do mundo vão afiando a faca para colher a fatia mais grossa que lhes for possível trinchar a Angola, com uma convivência de raças que nenhum labéu de colonialismo pode fazer esquecer com dimensão humana que se tem de considerar quando se de guerra e daqueles por ela atingidos. (*A província de Angola*,8 de julho de 1974, pagina 02)

As informações expostas na entrevista de Mário Soares ao jornal, contudo já nos antecede a complexidade que foi o processo de independência angolana. Cabe ressaltar o que Mário Soares expôs sobre autodeterminação,

[42] Para fortalecer esse argumento sobre os conflitos entre Moçambique e Portugal vejamos uma síntese do livro As Revoluções Africanas, do historiador Paulo Visentini: "A Frelimo lançou a luta armada em Moçambique em 1964, por agentes da PIDE – a polícia portuguesa. Para seu posto como novo dirigente foi nomeado Samora Machel, o qual viria a conduzir com sucesso a luta armada em Moçambique, tornando-se seu presidente depois do país ter se tornando independente de Portugal, em 1975. Machel era considerado mais "radical" que Mondlane e representava a ala militar da Frelimo. O movimento de libertação nacional em Moçambique elaborou um discurso e uma estratégia contra o colonialismo português dentro de uma modelo bem particular de luta: incorporaram questões específicas de identidade africana, aliado a um discurso enquadrado aos paradigmas marxistas". (VISENTINI,2012, p. 91).

> Ora, o problema da autodeterminação também assume aspecto de extrema complexidade. Não basta lançar a palavra, enunciar o principio e esperar que as dificuldades se resolvam como a neve derrete sob o Sol. Também na autodeterminação (que tem fases) se põe a questão do escalonamento dessas fases "timing". As grandes questões do futuro de qualquer das resoluções não pode jamais ser unilateral. São as populações na sua totalidade, mais do que os Movimentos... o Povo, na sua totalidade, que deve ser ouvido. (*A província de Angola*, 8 de julho de 1974, p. 02)

A respeito da autodeterminação podemos inferir que até o ultimo momento Portugal pensava em continuar com um vinculo que permitisse continuar intervindo ou manter grande participação nas decisões dos novos países, por isso, perder essa zona de influência foi sentenciar os portugueses a uma grave crise, não só financeira, mas de própria existência, visto que o Estado português viveu praticamente mais de cinco séculos da exploração colonial. Não obstante, houve tentativas de reações, sobre as quais Fontoura faz as seguintes considerações,

> Contra tal tendência, que se ia reproduzindo com algumas diferenças no caso moçambicano, Spínola ensaiou reagir o quanto pôde sem, contudo, sensibilizar os demais órgãos de soberania que com ele dividiam o poder político. De resto, igualmente no campo doméstico, sob o impacto de inflação galopante, de baixa nos níveis de emprego e da produção e de crescimento dos grupos de extrema-esquerda com domínio nos órgãos de comunicação social e no renascente sindicalismo e do desrespeito à hierarquia, os partidos marxistas passaram a desafiar o Governo. Se o PCP, atento a seu trabalho de mobilização das massas, deixou de participar abertamente dessa constante provocação, dela se encarregaram o MRPP, a Esquerda Socialista e os grupos trotskistas. Em resposta, o Governo empregou violência para dissolver manifestações populares, multou jornais e rádios e encarcerou líder do MRPP que tentava agitar as Forças Armadas.[43]

A postura do governo provisório, como vemos no relatório de Fontoura, era, muitas vezes, parecida com as atitudes do governo salazarista, assim como a repressão aos grupos de estrema esquerda, multas a periódicos. Essas atitudes vislumbram o próprio caos em que estava Portugal. Mormente a questão colonial, pois antes as bandeiras de muitos daqueles que lutavam contra o salazarismo

[43] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974

eram a favor da emancipação dos territórios africanos, agora se tornaram contrários, querendo a permanência desses territórios, com discursos semelhantes ao governo anterior de serem Estados portugueses (Províncias Ultramarinas) em África.

A respeito de a Guiné-Bissau e Cabo-Verde cabe ainda salientar, o que embaixador brasileiro nos aponta,

> Mário Soares, com instruções do Conselho de Estado e do Primeiro-Ministro, que em seu discurso de posse exigira de Spínola a mudança de atitude nas negociações com o PAIGC, retoma as tratativas guinéas, agora em Argel. Antes da nova "rodada", o Presidente, por declarações de 27 de junho, reformula outra vez a política descolonização. Esta, sem contudo abandonar as províncias à sua sorte, já não mais se assemelha ás formulações de "Portugal e o Futuro" e do discurso de 11 de junho: praticamente afastava a tese federalista. Vasco Gonçalves é ainda o vencedor. Novas instruções implicam em novos agentes: são demitidos os Governadores-Gerais do Moçambique e de Angola e seus substitutos são homens do "MFA", não de Spínola. E o Comandante-em-Chefe na Guiné, este de confiança presidencial, multiplica declarações à imprensa, no sentido de que se impunha a paz a qualquer preço, pois suas forças se recusavam a combater. Aquela chegaria com os acordos de Argel, de 28 de agosto. Portugal, no ritmo dos capitães, abandonava sua mais antiga colônia às pressas, sem referendo, sem cerimônia.[44]

Nos fatos discorridos acima sobre o processo de independência de territórios africanos percebemos que haviam grupos inseridos, mas dois bem discrepantes, o que era liderado por Spínola e outro por Mário Soares. Registramos a figura marcante de Vasco Gonçalves, general e na altura Primeiro Ministro de Portugal, notoriamente próximo ao PCP e que perdeu sua influência após os acontecimentos de 25 de novembro de 1975, conhecido como verão quente, em que grupos de extrema esquerda procuraram radicalizar o processo revolucionário.

A tendência ideológica dos grupos fizeram, como percebermos no relatório de Fontoura, de "Vasco Gonçalves o vencedor", sendo assim, com uma visão a esquerda que nas negociações com o PAIGC, fazia da Guiné um Estado livre, em

[44] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

que o embaixador brasileiro expõe como “Portugal, no ritmo dos capitães, abandonava sua mais antiga colônia às pressas, sem referendo, sem cerimônia”[45].

Fontoura segue o relatório discorrendo a cerca de como o Governo Provisório negociava com os movimentos de independência em África,

> Agosto termina com o reinício das conversações com a Frelimo em Lusaca, esforço de articulação partidária do centro e agitação provocada no meio militar com o memorial dos oficiais que acusavam a Comissão Coordenadora do “MFA” de haver usurpado atribuições políticas que ninguém delegara. Setembro anuncia-se “quente” com a resposta da Comissão Coordenadora do “MFA” às críticas mencionadas, a mini-revolta de Lourenço Marques, a mobilização de massas promovidas pela “Semana de Solidariedade do Chile”, as denúncias da esquerda de retorno iminente do fascismo e os acordos de Lusaca, referentes ao Moçambique. Outra colônia era entregue, a curto-prazo, sem forma ou figura de processo, com insuficiente garantia dos direitos das populações interessadas, o partido revolucionário maoísta.
> A 10 de setembro, visivelmente contrafeito, Spínola discursa ao reconhecer a independência da Guiné. Fere tema de política interna, mas de passagem, estabelece a diferença entre “a descolonização autêntica”, por ele preconizada, e a “simples entrega das populações dos territórios africanos ao arbítrio de novas ditaduras e à satelização de terceiros”, como acabava de ser consumado. Quanto à metrópole, admite ele concessão formal aos projetos da Comissão Coordenadora do “MFA”, ao falar na inelutável “intervenção socializante do poder do Estado na distribuição dos rendimentos”; investe, porém, sobre “os extremismos que ameaçam mergulhar o país no caos econômico e social”. Convoca mais uma vez, em alto e bom som, a “maioria silenciosa” a despertar e a se defender ativamente do totalitarismo. Todos sabiam que as palavras do Presidente tinham alvo certo: “o oportunismo da extrema esquerda”, por ele agora nomeado. [46]

[45] Para essas questões são interessantes as considerações do historiador Kenneth Maxwell: “Quando ocorreu o golpe [Revolução dos Cravos], o grosso das forças armadas portuguesa encontrava-se na África; os guerreiros coloniais estavam esgotados, e os oficiais de médio escalão sentiam-se muito pressionados. Por isso, não demorou para que o cessar-fogo fosse combinado em vários lugares. O general Spínola queria criar uma federação de países lusófonos, mas o MFA prevaleceu e deu início à descolonização. A primeira grande crise ocorreu em junho de 1974, quando Spínola e o primeiro-ministro, professor Palma Carlos, tentaram reduzir a influência do MFA e tiveram seu plano frustrado. A crise acarretou a renuncia de Palma Carlos e a nomeação do pró-comunista coronel Vasco Gonçalves para primeiro ministro. Para excluir a possibilidade de um desafio por parte de Spínola nas forças armadas, o MFA também se empenhou em consolidar a sua autoridade militar estabelecendo uma estrutura de comando, o COPCON (Comando Operacional do Continente), em 8 de julho, sob comando efetivo de Otelo Saraiva de Carvalho, que também se tornou comandante da guarnição militar de Lisboa”. (MAXWELL, 2006, p. 116-117)

[46] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

Fontoura, no excerto acima. discorre a respeito dos conflitos entre o governo provisório e os territórios africanos de expressão portuguesa que procuram justamente desvencilhar da “Metrópole”. O embaixador brasileiro aponta que o governo provisório não tem um consenso de como conduzir o processo de independência tendo que lhe dar com as reivindicações tanto dos africanos, como de setores do próprio governo provisório que queria manter a influência nos territórios africanos, doravante países africanos. Esses conflitos como vamos ver leva a renúncia do General Antonio Spínola.

1.2 A renúncia de Antonio Spínola e novas conjunturas e articulações

Segundo o relatório do embaixador brasileiro, o general Spínola, insatisfeito com o processo de descolonização dos territórios africanos e a influencia do MFA, no Estado português, acaba renunciando em meio dos acontecimentos de setembro de 1974, como podemos acompanhar no seguinte trecho,

> A manifestação não se realizou. Nos dias 28 e 29 o país esteve à deriva, sem governo, com o PCP caçando e encarcerando “fascismo”, a polícia recolhida aos quarteis e o COPCON a agir segundo ordens dadas a esmo. Descontrolados, os meios de comunicação da massa criam clima de histerismo que prenuncia a guerra civil, se combatentes houvesse da outra parte... A 30, privado de condições para continuar no poder, do qual não mais dispunha, Spínola, praticamente prisioneiro no Palácio de Belém, renuncia perante o Conselho de Estado. Com ele caem os membros da JSN de sua confiança (Galvão de Melo, Silvério Marques e Diogo Neto). O órgão de soberania fica reduzido a três membros, um dos quais se encontra ausente em Angola. Com o voto deles, além do seu próprio. Costa Gomes, apesar da inexistência de “quórum” deliberativo, chega à Presidência da República. O discurso de renúncia inquieta ainda mais a nação já traumatizada. Sem medir palavras, pois já lhe era desnecessário o jogo político em busca do equilíbrio para o qual sua formação militar psicologicamente pouco o predispunha, Spínola põe o dedo na ferida. Carrega nas tintas ao pintar o quadro apocalíptico de um país que oscila da servidão à desordem, abraços com crises econômicas, social e politica, as quais, em seus efeitos cumulativos, “impediam as prometidas restauração das liberdades públicas e instauração de democracia autentica”.[47]

[47] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

Com a renúncia do general Antonio Spínola, justamente por não concordar com a direção que o processo revolucionário estava tendo com as diretrizes do MFA em relação ao processo de libertação das então “colônias africanas”. Assim como o próprio caminho que o Estado português tomava.

Assume em seu lugar o marechal Costa Gomes, como apontado por Fontoura, sendo indicado pela Junta de Salvação Nacional. O período que ficou no poder é considerado pela historiografia portuguesa como o período mais radical da revolução, embora ressalte que seu mandato impediu uma guerra civil em Portugal[48].

O relatório aponta diversos aspectos do Estado português, alguns muito caros à nossa pesquisa. A comunidade Luso-Brasileira foi um dos pontos discorridos pelo embaixador Carlos Alberto da Fontoura, trazendo informações sobre a relação dessa comunidade com ambos os Estados (Portugal e Brasil).

Quando se iniciam os processos de independência em África, os portugueses residentes naquele continente se refugiam no Brasil, valendo registra que grande parte da colônia aqui residente apoiava o salazarismo, contundo, havia uma parte que era contrária ao governo, especialmente aqueles vinculados ao PCP e ao MABLA. Fontoura faz a seguinte consideração

> O 25 de Abril trouxe profundo impacto nas relações exteriores de Portugal. Até então cortado do “Terceiro Mundo”, hostilizado nas Nações Unidas, sem negócio com o Bloco Socialista e cada vez menos tolerado na Europa Ocidental, o país se encontrava vítima de isolamento progressivo. Para que este não se tornasse total, o Palácio das Necessidades concentrava seus modestos efeitos em áreas prioritárias, onde por razões históricas, afetivas e estratégicas, o Governo de Lisboa ainda conserva certos laços. Assim, essas relações especiais, sobretudo com Brasília, Madrid,

[48]Maxwell sobre esse episodio escreve: Em fins de setembro de 1974, o conflito entre o MFA e Spínola chegou ao clímax. Spínola tentou contornar a influencia do MFA pedindo uma demonstração de apoio à “maioria silenciosa”. Preocupados membros da velha oligarquia financeira e empresarial ajudaram a financiar a propaganda para o apelo de Spínola. Mas àquela altura os sindicatos dos bancários estavam vigiando de perto todas as transferências de numerário extraordinárias, e prontamente publicaram a notícia do financiamento clandestino do PPD e dos partidos de direita. O MFA, os comunistas (sob a cobertura de sua organização de fachada, o Movimento Democrático Português) e os socialistas mobilizaram seus partidários e entrincheiraram Lisboa contra os que tinham vindo manifestar apoio a Spínola, forçando-o a cancelar o evento. Em consequência disso, o general renunciou à presidência em 30 de setembro. Foi substituído pelo General Costa Gomes, que havia sido a escolha original do MFA e cuja flexibilidade política refletia-se em seu apelido, “o Rolha”. (MAXWELL, 2006:117)

> Washington e Londres, o Governo português procurou solidificar tendo em mira principalmente a defesa de sua política colonial. Para isso, serviram os instrumentos internacionais já existentes da Comunidade Luso-Brasileira, do Pacto Ibérico, dos acordos referentes à cessão das bases açorianas e da aliança medieval com o Reino Unido.
> A comunidade Luso-Brasileira passou, assim, a ser usada por Lisboa, antes tudo, como recurso para vincular o Brasil à concepção lusitana referente às chamadas "Províncias Ultramarinas". Nesse contexto essencialmente político, eram marginais as vantagens, destituídas, aliás, de reciprocidade proporcional, concedidas de fato, quase que unilateralmente, aos cidadãos portugueses residentes em território brasileiro. O que interessava realmente a Lisboa era promover o alinhamento mecânico de outra parte por suas posições em África.[49]

Como é possível notar no presente relatório, Portugal ficava cada vez mais isolado, restando apenas o apoio de países que tinham laços históricos, políticos e econômicos. O caso dos Estados Unidos estava ligado à base militar estadunidense nos Açores concedida com o Tratado do Atlântico Norte, que foi realizado entre Estados Unidos e países europeus, que tinham como intuito criar uma zona de segurança contra uma possível investida militar da União Soviética[50].

Com a Revolução dos Cravos, as relações entre Portugal e Estados Unidos ficaram estremecidas a ponto do chefe da delegação da CIA em Londres, Cord Meyer, proferiu o seguinte comentário: "Quando a revolução aconteceu em Portugal, os Estados Unidos tinha saído para almoçar" (MAXWELL, 2006, p100). O secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, comentou em seu livro Anos de Renovação (1999) sobre a parceria entre Portugal e EUA,

> Não vemos como poderia ser possível tolerar um governo marxista no seio da OTAN [...]. Dadas as inclinações de esquerda ou de esquerda radical dessas pessoas, o mais certo é que acabe por surgir um governo comunista, e uma tal situação seria totalmente

[49] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

[50] A respeito a base no Açores registra-se: Salazar manteve Portugal neutro durante a Segunda Guerra Mundial. Simpatizava com Hitler e Mussolini, e por algum tempo o país forneceu tungstênio tanto para a Alemanha como para os Aliados. Mas em 1943, depois que a maré claramente virou contra o eixo, Salazar permitiu que os britânicos e seus aliados americanos recorressem ao Trado de Windsor para obter sua permissão de usar bases submarinas e áreas nos Açores. Como recompensa, o Ocidente garantiu-lhe que a integridade dos territórios coloniais de Portugal na África e Ásia seria respeitada e, posteriormente, que Portugal seria membro da Otan. (MAXWELL, 2006:37)

> inaceitável para nós se eles pertencem à OTAN. (KISSINGER, 1999, p. 557)

Embora o relatório da Fontoura discorra sobre uma aproximação entre Lisboa e Washington, o Estado norte-americano tinha várias ressalvas com o atual governo, mas numa conjuntura de Guerra Fria, deixar de participar e se distanciar era um perigo maior ainda. Podemos ainda inferir que por conta da base em Açores, os EUA fizeram "vista grossa" mediante a questão das colônias em África e, foi também pelo mesmo motivo que, mesmo discordando da postura ideológica do novo Estado português, os Estados Unidos mantiveram relações diplomáticas com o país.

Como se observa, Não obstante, os próprios Estados Unidos, na declaração do funcionário da CIA, Cord Meyer, a revolução pegou os EUA de surpresa, sendo assim esse não pode se planejar. Contudo, a ação não tardou como verificamos na fala de Kissinger,

> Era de facto muito sério o perigo da participação comunista no governo português. Em 25 de abril de 1974, o governo autoritário conservador foi derrubado pelo general António Spínola e por um grupo de oficiais do exército desencantado com as guerras que Portugal levava a cabo para manter as colônias africanas. Pouco ou nada sabíamos a respeito das personalidades envolvidas, apenas tínhamos conhecimentos de que estavam empenhadas na descolonização do império português em África. Entre setembro de 1974 e novembro de 1975, a Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e Angola alcançaram a independência sob a égide de governos de esquerdas. Estabelecemos rapidamente relações diplomáticas com todos eles exptos com Angola, dada a presença militar cubana e soviética nesse país. (1999, p. 557)

Henry Kissinger, como já mencionado anteriormente , não estava a par do que ocorreu em Portugal antes da Revolução dos Cravos. No entanto, logo agiu e estabeleceu laços com os novos Estados em África, com exceção de Angola que veremos pormenorizadamente no próximo capítulo.

No caso da Espanha, que vivia os seus últimos momentos sobre o regime autoritário de Francisco Franco, morto em novembro de 1975 e com ele o franquismo, podemos inferir *a priori* que o Estado espanhol não aceitou facilmente revolução, tendo em vista o Estado provisório estabelecido em Portugal. Contudo,

a situação geográfica, por fazer parte da Península Ibérica, fazia com que houvesse minimamente uma relação diplomática.

1.3 Ligações Brasil/Portugal distanciamentos e aproximações.

O Brasil, como apresentado na introdução desse trabalho, tinha laços históricos com Portugal. Em 1953 o "Tratado de Cooperação e Amizade" foi assinado que, em síntese, colocava que o Estado brasileiro tivesse alguma questão com os territórios portugueses em África se reportaria ao Estado português.

Na dissertação que desenvolvemos, abordamos acerca do MABLA (2010) e ali esse tema foi amplamente debatido. Salientamos que o embaixador brasileiro expõe que a "Comunidade Luso-Brasileira" estava interessada no processo de independência. Nas palavras de Fontoura a menção a este interesse, estava repleto de "[...] vantagens, destituídas, aliás de reciprocidade proporcional, concedidas de fato, quase que unilateralmente, aos cidadãos portugueses residentes em territórios brasileiros". Na realidade, Fontoura expõe que a "Comunidade Luso-Brasileira" pensava em benefício unilateral, que poderia vir a ter em relação à África.

Como discorrido em linhas anteriores, a Revolução dos Cravos contribuiu para a inserção lusitana no cenário internacional, uma vez que o Estado anterior permaneceu fechado por quase meio século. Fontoura discorre a respeito no seguinte trecho do relatório,

> Com o 25 de Abril e a completa revolução operada no comportamento do país no que concerne à política ultramarina, cessou o isolamento no plano internacional. Os adversários e indiferentes de ontem passaram, uma vez desfeito o sonho federalista de Spínola, a ser os amigos de hoje. Os acordos para a independência da Guiné e Moçambique foram assinados em Argel e Lusaca. No trabalho preliminar de mediação, necessária a colocar Lisboa em postura, oeste-alemães, escandinavos, britânicos e até neerlandeses. Spínola, antes de pensar no Brasil, conferenciou com Senghor, Mobutu e Nixon. Aí, de tudo esteve ausente o Brasil, mesmo apesar da tentativa singular de a OUA vinculá-lo ao engajamento real das tratativas.
> Em parte, tal se deve à latitude operacional que, na matéria, o Ministro dos Negócios Estrangeiros obteve do Presidente da República, do Governo Provisório e do Conselho de Estado. Marxistas declarado, membro do Conselho Executivo da

> Internacional Socialista, matendo relações pessoais com os dirigentes do “Labour Party”, do “SPD” oeste-alemão, da coligação popular neerlandesa, em suma, com todo o socialismo europeu, Mário Soares carecia de motivação política para associar ao processo da descolonização o Brasil, país latino-americano, cujo regime desperta entusiasmo entre seus correligionários deste continente.[51]

O passado de apoio ao regime salazarista e a conjuntura política do país, que tinha a frente uma autocracia burguesa militar, fez com que o Estado brasileiro fosse visto pelos “capitães de abril” com restrições para uma aproximação. Como discorrido no inicio desse capítulo, houve resistência de parte do Estado português mediante a indicação do nome de Carlos Alberto da Fontoura, que foi responsável pelo SNI, órgão de inteligência do regime autoritário no Brasil.

No relatório fica evidente o grifo que Fontoura expõe a postura ideológica de esquerda dos países e dos partidos e movimentos que apoiam o processo de descolonização em África, assim como a ausência do Brasil nesse processo, embora a própria Organização da Unidade Africana – OUA fosse a favor da inclusão do Brasil no contexto. Ressaltamos que além dos países de esquerda, tínhamos a participação do presidente Mobutu do então Zaire, agora Congo. Sua postura ideológica não se aproximava da esquerda, muito pelo contrário. No processo de independência de Angola apoiou a FNLA, que tinha ligações estreitas com o EUA[52].

Fontoura segue no relatório pontuando outras posturas do Estado brasileiro que ele inferiu como elementos que distanciaram Portugal do Brasil,

---

[51] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

[52] Importa salientamos sobre essa questão: “No Zaire, a eficácia de Mobutu na promoção de seus objetivos e a sensibilidade especial dos Estados Unidos aos desejos do presidente zairense tinham cinco causas. Primeiro, uma das consequências da crise econômica no Zaire em fins de 1974 de durante 1975 foi criar uma preocupação incomum com os assuntos do país nos meios financeiros internacionais, especialmente nos Estados Unidos, França e Bélgica. Segundo, Mobutu usou suas influentes linhas particulares de comunicação com Washington para contornar e neutralizar as numerosas avaliações menos parciais auto-interessadas feitas por experientes especialistas em África que trabalhavam para o governo americano. Terceiro, no fim do verão de 1974 Mobutu já antecipara a estratégia do Ocidente, dando a FNLA acesso privilegiado a fontes de apoio ocidentais. Essas foi uma consequência inevitável de agir em Angola por intermédio do Zaire. No decorrer dos anos, FNLA tornar-se pouco mais que uma extensão das forças aramadas de Mobutu, e Holden Roberto era aparentado com Mobutu pelo casamento e lhe devia obrigações por muitos favores passados”. (MAXWELL, 2006, p. 181)

> Acrescente ainda notar que o Chanceler, crítico do apoio político que, no passado, o Itamaraty emprestava às teses ultramarinas lusitanas, se ressentiu também da fria acolhida que recebeu no Brasil, nas vezes quando, antes de 25 de abril, lá estivera, a fim de explicar seus anti-salazarismo a uma colônia altamente trabalhada pela publicidade do regime anterior, bem como os meios de comunicação de massa, com exceções, hostis a suas teses, quando não indiferentes ao problema.
> Ademais, o auxilio que, em passado ainda recente, dera o Itamaraty à política africana deste país o seu simétrico desinteresse pela libertação das possessões, assim como seu escasso dialogo com a Organização da Unidade Africana e os movimentos nacionalistas da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, não predispunha a diplomacia brasileira, apesar das recentes retificações de rumo, a uma ação marcante no processo de descolonização.
> Partidário da vocação europeia de Portugal; querendo vê-lo integrado na CEE e participando, através de seus comércios, instituições e imigrantes, do processo sócio-econômico da parte livre desse continente; desejoso de fazer instaurar, com o PSP uma vez no poder, um regime de esquerda moderado e responsável no país, a imagem do situacionismo de Bonn, Londres e a Haia, era baixa prioridade para Mário Soares, ao iniciar sua gestão, a busca de uma maior aproximação com o Brasil.[53]

O quadro exposto por Fontoura deixa claro o ressentimento dos revolucionários pela postura de apoio ao regime salazarista e à política de apoio à manutenção das “Províncias Ultramarinas”. Podemos inferir que embora a Revolução tenha sido de esquerda, com princípios de emancipação dos homens, as negociações para liberdade dos territórios africanos acabava sempre influenciada por vozes que diziam que seria importante a manutenção de laços com esses estados e de certa maneira ter as “Províncias Ultramarinas”, doravante como Estados reais portugueses. Assunto já evidenciado no caso de Cabo-Verde que discorremos em linhas anteriores, no qual era sugerido um acordo semelhante aos arquipélagos de Açores e Madeira.

Inferimos que a postura de Mário Soares de manter o Brasil distante, decorria da influência que o mesmo poderia exercer no processo de independência. Pois o Brasil era o oposto do que Portugal representava até alguns

[53] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974.

meses antes para os Estados africanos. Contudo, sabemos que na realidade, o Estado brasileiro queria preencher a lacuna que Portugal deixava. Fontoura discorreu que o receio da participação brasileira no processo era tão grande que se não fosse às relações históricas entre os dois países o distanciamento seria maior,

> Não fosse as componentes históricas e afetivas das relações entre as duas nações, a separação poderia ainda ter sido mais grave do que ocorreu.
> De resto, porque iria Portugal, antes de conformar-se com a perda irrecuperável de suas possessões, fenômeno que só ocorreu depois da Revolução, facilitar o ingresso nelas de concorrentes em potencial, da mesma língua, vinculada à África por laços de sangue, absolvido do pecado colonialista e economicamente mais pujante? Rival em condições de fazer-lhe sombra em seus projetos, até certa altura, ainda havidos como factíveis, de manter com as antigas províncias, pelo futuro, uma hipotética vinculação, em nome de interesses especiais?
> Em verdade, num dado momento, o dialogo bilateral esteve praticamente interrompido. Os mecanismos de consulta, previstos pelo Tratado de 1953, deixaram de ser utilizados, de lado a lado por Lisboa, abstendo-se de informar a outra parte da política descolonizatória que estava sendo negociada; e, pelo Brasil, no episódio do reconhecimento da Guiné. Os interlocutores, da mesma língua, quase nada se falavam.[54]

A relação entre Brasil e Portugal estava desgastada. No entanto não era um fenômeno daquele momento, do processo de descolonização da década de 1970, mas sim o resultado de um contexto histórico muito mais amplo. Embora houvesse o Tratado de Cooperação e Amizade que discorremos anteriormente, assinado em 1953 pelo então Ministro das Relações Exteriores Vicente Rao, no governo Jânio Quadros e João Goulart, na década de 1960 o Estado brasileiro distanciou-se de Portugal e aproximou-se dos países africanos. Foi nessa época que tivemos o início de uma política de bolsa para africanos estudarem no Brasil, como também a abertura de embaixadas e consulados no continente africano. O exemplo mais claro de uma ruptura com o tratado com Portugal, foi o

[54] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 32-33.

estabelecimento de um consulado em Luanda na década de 1960, instituído por Jânio Quadros, na denominada Política Externa Independente – PEI.

Portanto, essas informações demonstram que o Estado brasileiro tinha interesse em destacar-se de maneira internacional e neste contexto a relação com Portugal sofreu alguns abalos. Não obstante, após o governo conturbado de Jânio Quadros e João Goulart, este último acabou sofrendo um golpe do Estado autocrático burguês em 1964. Valendo ressaltar que a primeiro momento houve uma aproximação do regime salazarista no governo do marechal Castelo Branco, todavia, nos outros governos militares, os tratados com Portugal ficaram em segundo plano. Especialmente no governo do general Garrastazu Médici (1969-1974) quando se iniciou um processo de uma politica externa autônoma. Esse processo avançou no governo Ernesto Geisel (1974-1979), que culminou com a Política Externa Autônoma Pragmática que, como sabemos, foi o primeiro país ocidental a reconhecer a independência de Angola, assunto que vai ser tratado no próximo capitulo.

Fontoura expõe que houve tentativa de dialogo, sobre o Estado português, até então reticente com o governo brasileiro,

> Se tudo isso foi apenas episódio, tal se deve inicialmente à ação de Spínola, partidário confesso do revigoramento da Comunidade, reformulada em outros termos e dinamizada para além das declarações de intenção. E também porque, num segundo tempo, ao familiarizar-se gradativamente com os problemas de governo e as realidades da política internacional, que só conhecia como oposicionista no exílio ou na prisão, o próprio Chanceler se foi dando conta do valor intrínseco das relações luso-brasileiras, demasiadamente importante, neste país, para serem postas à margem pelos caprichos e preconceitos de um Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos partidos de esquerda.
> Por outro lado, também para evitar interpretações sobre as tendências demasiado esquerdizantes dos lideres de fato da Revolução portuguesa, com suas consequência desfavoráveis particularmente nos campos político e econômico, nacional e internacional, cumpria manter velhas alianças (Reino Unido, Espanha e Brasil), além de não se afastar dos Estados Unidos da América e do sistema de defesa da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)[55]

[55] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 34.

Além dos laços históricos ligando Brasil e Portugal, Fontoura nos aponta que o Estado português, embora com influência forte da esquerda, com receio de uma política de aproximação do Brasil que, como sabemos, vivia um regime autoritário de direita, acabou não tendo alternativa, pois o Estado lusitano necessitava de alianças para reconstrução. Tendo em vista que a própria revolução e guerra civil para os portugueses e de libertação para os territórios africanos deixou o Estado em frangalho[56]. As alianças, como já discorrido em outras partes desse capítulo, eram vitais para Portugal não dando outra saída aos portugueses. Fontoura traz outras alegações para reaproximação com o Brasil,

> Finalmente, Mário Soares, o Secretário-Geral do Partido Socialista Português, não poderia deixar de considerar que, em campanha eleitoral a conquista do maior número de assentos na futura Assembleia Constituinte, continha um peso especifico não negligenciável o voto do português conservador, com vinculações especificas no Brasil e expressivo sobretudo no norte do país. Em outras palavras: a aproximação com o Brasil, inclusive através da presença de seu chanceler em terras portuguesas, contribuiria para desfazer a imagem de marxista intolerante, formada na mocidade e no exílio, e cativar um possível apoio eleitoral de redutos eleitorais, até agora inacessíveis aos socialistas.
> Daí a insistência da reabertura de contato com Brasil, a que hoje se assiste, o que começou a materializar-se com a correspondência direta entre os dois Chanceleres, o encontro de Nova York e o convite ao Embaixador Azeredo da Silveira para visita Portugal.
> O Programa do MFA, evangelho da Revolução, abstém-se [sic] de fazer referencia especifica à Comunidade e às relações com o Brasil. Porém, o Decreto-lei 3/74, que define a plataforma de ação do Governo Provisório, alude, no capítulo de política externa; "ao reforço da Comunidade Luso-Brasileira, em termos de eficiência e pratica".[57]

Como vimos, o ministro de relações exteriores Francisco Azeredo da Silveira, tece comentários no livro organizado por Matias Spektor (2010), que ao visitar Portugal se deparou com políticos e jornalistas os quais acreditavam que o

[56] Essa separação entre guerra civil para Portugal e guerra de libertação para os países africanos foi sugerida na qualificação pela historiadora Leila Hernandez, que faz todo sentido, pois mostra como cada lado via o conflito.

[57] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 35.

Brasil deveria agir de forma mais direta no novo governo português. Lembremos que Carlos Lacerda[58] chega a dizer para Azeredo apoiar o general Antonio Spínola, pois na sua avaliação seria o melhor para uma relação próxima ao Brasil. Fontoura também acreditava nisso, e em um de seus relatórios faz a seguinte consideração,

> Spínola, por sua vez, ao dar posse ao Primeiro-Ministro Palma Carlos, referiu-se, de passagem, às relações especiais com o Brasil. Da matéria já havia o Presidente tratado mais largamente, ao esboçar o largo quadro, com o qual sonhara da Comunidade Lusíada, plurinacional e multirracial, "onde o Brasil poderá vir a ter papel de destaque, que ocupará de fato, e não apenas em ambiente de platonismo sem consequência". O próprio General, porém, se mostrara então crítico da evolução da ideia comunitária luso-brasileira, pois afirmara: "a Comunidade Luso-Brasileira, a despeito de poderem crescer no imediato certa exteriorização de sua ideia platônica, atingiu o máximo permitido na sua atual conjuntura".
>
> Os gestos do Presidente, pensador político de vocação atlântica, ao enviar Galvão de Melo ao Brasil e, mais tarde, procurando associá-lo, como único país estrangeiro, à cerimônia de reconhecimento da Guiné-Bissau, servem para ilustrar a posição, que poderia ter frutificado se Spínola tivesse permanecido no poder.
>
> Com mesmo espírito voltado para as coisas do Brasil, embora também censure a inoperância da Comunidade, apresenta-se Costa Gomes. Mais do que predecessor, o novo Chefe de Estado possui ligações afetivas e de família com o Brasil, país que conhece e visita. Se não tivesse chegado ao Palácio de Belém, neste outubro planejava, mais uma vez, ir ao Rio de Janeiro.[59]

Fontoura discorre a respeito da "inoperância" da Comunidade Luso-Brasileira, assim como, a relação complexa da mesma com governo estabelecido pós Revolução dos Cravos, uma vez que durante o longo período do salazarismo, grande parte da comunidade portuguesa no Brasil esteve a favor desse regime autoritário que ocorria em Portugal. O embaixador brasileiro fez um prognostico intitulado "A Ineficiência da Comunidade Luso-Brasileira", em que aponta os problemas enfrentados entre Brasil e Portugal,

---

[58] Cumpre observar que na edição brasileira de Portugal e o Futuro, Carlos Lacerda faz o prefácio. Ver Augusto, Claudio de Farias. *Revolução Portuguesa* (2011)

[59] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 36.

> [...] Porém, já se pode agora proceder ao diagnóstico da inoperância econômica, artificialismo jurídico e carência de consistência política da chamada Comunidade Luso-Brasileira.
> O exame genérico de certos indicadores de comportamento demonstra:
> 1) – no comércio, embora as exportações e as importações brasileiras no tocante a Portugal hajam alcançado no ano passado valores recordes (US$ 18 milhões, respectivamente, contra médias anuais de US$ 5 milhões e US$ 2 milhões em 1961/1966), seus níveis ainda representam frações pouco significativas do intercâmbio dos dois países, estando muito abaixo de suas reais possibilidades de expansão;
> 2) – nos demais itens do balanço de pagamentos, os fretes tiveram irrelevante expressão; as remessas privadas efetuadas pela colônia portuguesa no Brasil vêm apresentando valores decrescentes e os movimentos de capitais autônomos apenas nos anos recentes revestiram alguma importância;
> 3) – quanto ao transporte marítimo, inexistem acordos e entendimentos bilaterais; e, com referência aos aéreos, são conhecidas as dificuldades de a VARIG transferir para o Brasil suas receitas em Moçambique;
> 4) – há um acordo de cooperação técnica, que contém disposições válidas e importantes, mas que vem sendo aplicado com timidez; o mesmo acontece com o Acordo para a Cooperação na Utilização de Energias para Fins Pacíficos;
> 5) – no plano do turismo, que se revela promissor para empresários de ambos os países, as iniciativas brasileiras e portuguesas são acanhadas, descontínuas e eivadas de desconfianças mutua; o Acordo de Intercâmbio Turístico, de 1973, não teve ainda a aplicação adequada;
> 6) – há esforços de complementação industrial, identificados desde 1966, que poderiam conferir nova dimensão à Comunidade Luso-Brasileira, mas que, até o momento, não ultrapassaram as formas de estudos preliminares e mal elaborados;
> 7) – a Comissão Econômica Luso-Brasileira e o Centro Empresarial Luso-Brasileiro, que poderia ser instrumentos dinamizadores das relações econômicas nos planos governamental e privado, não operam com eficiência, devendo suas reuniões serem regularizada e articuladas, além de baseadas em estudos técnicos mais aprofundados[60]

Os diagnósticos feitos a respeito da relação da “Comunidade Luso-Brasileira” não somente entre os portugueses que vivem no Brasil, mas sim na relação entre os dois países. Fontoura evidencia como a relação econômica, embora potencial, ainda era muito tímida entre os dois países e que padece de

[60] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 37-38.

desconfianças mútuas. Contudo o maior ônus dessa relação segundo Fontoura estava ligado ao posicionamento brasileiro em relação às "Províncias Ultramarinas" em África. O embaixador discorreu:

> 8) Finalmente, os encontros anuais dos Chanceleres, embora representem demonstrações políticas de boa vontade, aliadas ao antigo interesse lusitano de sensibilizar o Itamaraty para a defesa de sua passada posição em África, produzem modesto impacto no desenvolvimento efetivo da Comunidade Luso-Brasileira. Tais reuniões, nestes últimos anos, tem-se processado em planos onde a evocação histórica se mesclava com a semi-confrontação em matéria de colonialismo, tendendo a esgotar-se no domínio meramente social.
> No entanto, nesse plano de reforço comunitário além do já apontado, muito ainda resta a fazer.
> A recente associação de Portugal à CEE abriu um mercado que oferece novas perspectivas para a montagem, neste país, de unidade de produção capaz de concorrer naquele vasto mercado.
> Por outro lado, desmoronamento do império português na África estimula a emigração de capitais privados locais para países, como o Brasil, que passaram a ter a atenção prioridade de grandes empresários.
> Portanto, nesta fase de profunda reconversão dos padrões políticos, sociais e econômicos de Portugal, aparecem novas perspectivas para a Comunidade Luso-Brasileira. As autoridades recém-empossadas de Lisboa estão, embora algo tardiamente, se convencendo disto, depois de uma etapa preliminar de arrefecimento, mais produto das circunstâncias do que premeditado.[61]

Vemos como a questão envolvendo territórios africanos torna-se uma questão atlântica. Portugal dependia economicamente de suas "colônias em África" e, mesmo em meio ao processo descolonização de África permanece irreversível. Neste contexto o Estado português procurava apoiadores para que nas negociações pudesse sair com alguma vantagem ou menos prejudicado.

Entretanto, como se sabe , o Estado brasileiro era visto como um competidor, pois a saída de Portugal deixaria uma lacuna que o Brasil queria preencher. No próximo capítulo trabalharemos melhor as investidas do Estado brasileiro, principalmente no continente africano, e em especial em Angola. No entanto, é interessante pensar como os empresários lusitanos vislumbravam a

[61] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 38-39.

possibilidade de transferir seus capitais para solo brasileiro, uma vez que no processo de libertação dos países africanos entendessem que os territórios africanos não seriam um lugar fértil para seus negócios.

Na parte do relatório intitulada como “Alguns Complicadores Adicionais”, Fontoura aborda os problemas que a “Comunidade Luso-Brasileira” enfrentou ao longo da transição de regime político em Portugal e no Brasil,

> Importa, assim, colocar as relações bilaterais luso-brasileiras em bases mais realistas e aceitáveis, através, inicialmente, do estreitamento de consultas que revelem áreas de coincidência ou complementariedade, bem como outros setores onde possam vir a desenvolver-se [sic]elementos perturbadores do conjunto.
> Dentre estes últimos, deve-se ressaltar, no domínio político, a preservação de certo espirito suserano português com referencia ao Brasil, além das crescentes presenças neste país de banidos e exilados políticos da outra parte.
> Com referencia à resultados póstuma do antigo colonialismo lusitano na América-Latina, cabe deixar claro a nossos interlocutores que a política global do país repele toda sorte de alinhamento infalível por posições de terceiras nações, qualquer que seja a motivação para justificá-lo. O novo Governo português deve ficar sabendo, sem sombra de dúvida, que a época do colonialismo lusitano no Brasil, artificialmente prorrogado no domínio diplomático, está ultrapassado. Não mais se retornará a essa situação, ainda que ela se apresente novas roupagens inventadas pela imaginação dos interessados, como talvez a revigoração do sistema de consulta do Tratado de 1959, a pretexto de negociar posições comuns, capazes de desatender aos interesses da politica exterior pragmática seguida pelo Itamaraty em nossos dias.[62]

O relacionamento entre Brasil e Portugal historicamente sempre foi vantajoso para o ultimo, pois desde Brasil colônia, Dom João VI já dizia que o Brasil era a “galinha de ouro da coroa”. Os tratados assinados faziam com que nosso país sempre tivesse uma relação estreita com as possessões portuguesa em África. Com a independência, em sete de setembro de 1822, entre várias clausulas estava a que o Governo brasileiro quando fosse tratar de alguns assuntos que envolvesse quaisquer colônias portuguesas em África teria primeiramente que reportar a Coroa portuguesa.

---

[62] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 39-40.

A mentalidade de uma “colônia” ou de “países irmãos”, uma vez que a independência do Brasil foi proclamada por Dom Pedro I, filho do rei de Portugal, deu a falsa ideia de que permaneceríamos como colônia portuguesa. Sabemos historicamente que Brasil e Portugal se distanciaram, no entanto a mentalidade de aproximação permaneceu, principalmente por parte de Portugal.

Após a politica de restrição ao tráfico negreiro em 1850 (Eusébio de Queirós[63]) e a própria abolição da escravidão em 1888, os laços que ligavam os dois lados do Atlântico foram rompidos. Com a substituição da força de trabalho escrava negra pela branca imigrante ficamos algumas décadas sem um contato mais profundo como o “outro lado do Atlântico”.

O governo republicano português manteve-se afastado das relações com o Brasil e esse distanciamento se ampliou ainda mais durante o regime autoritário salazarista. No entanto, vimos que o Tratado de Cooperação e Amizade de 1953, já discutido nesse trabalho, colocou naquele momento uma “pá de cal” na relação entre Brasil e territórios africanos, assim como a resistência de alguns membros do corpo diplomático brasileiro que não queriam mais ser subordinarem às diretrizes portuguesas.

Vimos na fonte acima que o embaixador brasileiro chamou o espírito português de suserano, expressão que vale a pena ser entendida no contexto das relações em tese. Carlos Alberto Fontoura, no mesmo relatório, menciona um assunto que lhe é caro: a presença de asilados brasileiros em Portugal, lembremos que no inicio desse capítulo relatamos os problemas que o embaixador sofreu para assumir o cargo haja vista a resistência do novo governo português. A este respeito o embaixador discorre,

> Se bem que menor, em comparação com o anterior, o problema da presença neste país de asilados e banidos brasileiros, alguns dos quais, mercê da comunidade de língua e da solidariedade ideológica das esquerdas, exercem atividades capazes de serem consideradas políticas, pode apresentar sintomas de agravamento. Se tala ocorrer, com a instalação em Portugal, em grande número, de atividades de brasileiros de esquerda, gozando de liberdade de palavra e movimento, visto como foram eles admitidos neste país à margem do estatuto de exilados políticos, e gozam do apoio das

[63] Cumpre observarmos que embora tenha feito sua carreira no Brasil, Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara nasceu em São Paulo de Luanda, hoje denominada Luanda, portanto, angolano, em 1812 e morreu no Rio de Janeiro em 7 de maio de 1869.

> esquerdas, o fenômeno poderá vir a ter repercussões nas relações entre Lisboa e Brasília.
> Ante o problema, o regime português, que por representar a reação contra cinquenta anos de ditatura revela tendência a uma tolerância excessiva, necessita ser sensibilizada para as dificuldades que poderiam ser criadas com as atividades para-políticas de esquerdistas, sobretudo se as mesmas impliquem, como tem sido o caso, em tentativas de desfigurar a imagem do país no exterior.
> Não pode o Brasil, na matéria, exigir de um governo de vasta abertura política, com Ministro de Estado comunistas e socialistas, a adoção do comportamento da antiga PIDE/DGS, que sumariamente encarcerava e expulsava os estudantes e ativistas brasileiros contestatários. Seria, porém, o caso de solicitar-se do Governo português uma maior vigilância na ação desses grupos, assim como impedir seu livre acesso aos meios de comunicação de massa, sobretudo àqueles sujeitos ao controle estatal.[64]

Inferimos que a questão da atuação de brasileiros de esquerda em solo português incomodava o Estado brasileiro a ponto de ser mencionado no relatório, além de deixar claro que o governo brasileiro ficava inconformado por conta de o Estado português acomodar essas pessoas de esquerda no país. Fontoura evidencia na sua escrita a ligação estreita que havia entre o governo português salazarista e autocracia burguesa militar. Em nosso trabalho sobre o MABLA (2010), temos o relato do jornalista e ex-deputado Márcio Moreira Alves que discorre sobre ação de membros da PIDE nos porões da autocracia burguesa militar brasileira.

Assim que ocorreu o golpe em primeiro de abril de 1964 membros do MABLA e o MPLA nomeadamente José Maria Nunes Pereira da Conceição, José Lima de Azevedo, Fernando Costa Andrade entre outros foram presos e torturados, mas não por integrantes da ditatura brasileira, mas sim por membros da PIDE, segundo Márcio Moreira Alves. Como o próprio Fontoura expõe em seu relatório, caso a PIDE estivesse na ativa seria mais fácil expulsar os brasileiro de esquerda de Portugal. Os relatos nos levam, enfim, a considerar que havia uma ajuda mútua entre regimes autoritários brasileiro e português, situação que foi abalada após a Revolução dos Cravos.

---

[64] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 40-41.

Fontoura segue em seu relatório discorrendo sobre atuação de docentes brasileiros de esquerda em instituições portuguesas,

> Aspecto correlato da questão refere-se à iniciativa, que vem sendo acompanhada cuidadosamente, tendente à proliferação nas universidades e institutos técnicos portuguesas de professores brasileiros de esquerda, inimigos confessos do regime. Com a Revolução e o expurgo entre docentes de ensino superior que se lhe seguiu, as instituições universitárias locais viram-se privadas de grande número de docentes, comprometidos ideologicamente com o regime anterior. Outros mestres deixaram as funções, simplesmente porque, incompatibilizados com os estudantes, careciam de condições morais para o exercício do magistério. Novamente a comunidade de língua e cultura, aliada desta vez aos manejos de uma mão que, posto invisível, já não pôde ser identificada, ensejou o recrutamento de professores e intelectuais brasileiros, uns desempregados após o episódio chileno, outros desencantados com as restritas possibilidade oferecidas pela Argélia.
> Essas iniciativas, que, com o beneplácito oculto do Ministério da Educação Nacional, vem sendo coordenadas pelo conselheiro de Estado Rui Luís Gomes, Reitor da Universidade do Porto e antigo professor no Recife, conhecedor dos seus colegas brasileiros de magistério superior e de contestação política, já trouxe a Portugal Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Carlos Figueiredo de Sá, Plinio de Arruda Sampaio, Hernane Fiori, Marcio Moreira Alves e outros. A presença desses elementos, e dos demais que estão para vir, os quais, posto ideologicamente diferentes entre si, estão unidos pelo denominador comum da militância política anti-Revolução de 1964, seria apenas pouco inconveniente para o Brasil se ficasse limitada ao âmbito universitário.[65]

O receio da atuação de docentes nas universidades portuguesas demonstra a preocupação do Estado brasileiro, pois, como bem sabemos, a universidade é local de formação de opinião pública, portanto, inferimos que professores fazendo apologia negativa ao regime estabelecido no Brasil não seria bom para imagem do país, pois seria visto como um Estado repressor em muitos aspectos semelhantes ao Estado salazarista.

Registramos que o reitor da Universidade do Porto na época, Rui Luís Gomes, que lecionou na Universidade de Pernambuco de 1962 a 1974, veio ao Brasil justamente por ter sido perseguido pelo regime salazarista. Com a

[65] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p 41-42.

Revolução dos Cravos retorna para Portugal e passou a dar auxilio aos brasileiros que desde 1964 eram perseguidos pelo regime estabelecido.

Cumpre observarmos os nomes que Fontoura destaca em seu relatório, a exemplo de Márcio Moreira Alves, que já havíamos mencionado, por ser autor do livro *Tortura e Torturados*, em que denuncia as atrocidades do regime autocrático no Brasil.

O renomado pedagogo Paulo Freire de grande destaque na alfabetização de jovem e adultos, criou o método de ensino, que incluía a formação política, e foi amplamente usado na alfabetização de jovens e adultos das antigas "colônias portuguesas", Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tome e Príncipe. A respeito da presença de Paulo Freire em África, a pesquisadora Patrícia Villen, no livro *Amílcar Cabral e a Crítica ao Colonialismo* (2013) discorre sobre a opinião do pedagogo brasileiro a respeito do projeto político-cultural na Guiné-Bissau,

> Se quisermos verificar esse projeto político-cultural, podemos confrontá-lo com a opinião de Paulo Freire sobre o Processo Concretização do Projeto Político-Cultural do PAIGC por meio de uma "nova prática educativa", que agia para minar os valores de dominação do sistema colonial português. Com a intenção de descrever a experiência da descolonização na Guiné, Paulo Freire defende que antes de falar em "esforços de construção", melhor seria falar de "esforços de reconstrução": "De reconstrução, digo bem, porque a Guiné-Bissau não parte do zero, mas suas fontes culturais e históricas, de algo de bem seu, da alma mesmo de seu povo, que a violência colonialista não pôde matar. Do zero ela parte, com relação ás condições materiais em que deixaram os invasores (...)". (VILLEN, 2013, p.188)

Salientamos que atuação dos exilados brasileiros não se restringiu a Portugal, a exemplo de Paulo Freire, que, como vimos, atuou juntos aos principais movimentos de independência dos países africanos, como o PAIGC contribuindo com a restruturação educacional dessas ex-colônias. Assim como a dita África francófona e inglesa, que nas suas ex-colônias, os livros tinham como conteúdo a histórias dos seus "ancestrais europeus", os portugueses na escassa rede de ensino não ficava diferente, a respeito dessa questão Villen escreve sobre as impressões de Freire,

> Segundo o pedagogo, a transformação cultural posta em prática pelo PAIGC atuou tanto no âmbito estrutural (construção de

> escolas e formação de professores) quanto no ideólogo (combate à alienação da ideologia colonial pela reformulação dos programas de História, Geografia, Língua portuguesa, substituição de textos de leitura, prática do ensino popular etc.) Para dar uma ideia dessa transformação, Paulo Freire confronta o "sistema de educação enquanto produto da luta de libertação". O fator de cultura a que Cabral se refere, "um educador de seu povo" – como chama Paulo Freire -, na confirmação do pedagogo no decurso da visita à Guiné libertada, onde se vê tocada pelos esforços de reconstrução de um povo em sua maioria "analfabeto linguisticamente", mas "sofisticadamente letrado" do ponto de vista político. (VILLEN, 2013, p.189).

Observamos por meio dos relatos até aqui apresentados, que atuações de brasileiros "de esquerda", mencionados por Fontoura em seu relatório foram bem atuantes, a exemplo de Paulo Freire, nos chamando a atenção no caso especifico do educador, que teve sua atuação direta em África, *a priori*, mais do que em Portugal, como já discorrido aqui, embora a Revolução dos Cravos tenha tido contornos socialistas , o processo de independência em África não foi tranquila para os Capitães de Abril. Além dos outros nomes todos de grande relevância contra autocracia burguesa brasileira, que Fontoura os denomina como "anti-Revolução de 1964".

Além disso, Fontoura alerta que a influência desses brasileiros de esquerda aparece em atos de "campanha anti-brasileira" [sic]. Vejamos o trecho do relatório,

> [...] A "Semana de Solidariedade ao Chile", assim como recentes tentativas para as comemoração do 4º aniversário da morte de Carlos Marighela, estão a oferecer a oportunidade de atos populares, publicações e manifestações em órgãos de comunicação de massa, alguns destes controlados pelo governo como Radiotelevisão Portuguesa, para a montagem de campanha anti-brasileira. Como a experiência tem demonstrado, todos os fatos, reais ou imaginários, desde o "Esquadrão da Morte" até o sistema de distribuição interna da renda nacional, têm servido de combustível à essa ação difamante. Mesmo o "Boletim Informativo da Comissão Coordenadora do Programa do MFA", publicação oficial, agora da divulgação pública, do Estado Maior General das Forças Armadas, não tem se furtado a esse gênero de provocação, imputando ao Brasil interferência na ordem doméstica de país amigo.
>
> Urge, pois impedir que essa situação progrida, por seu potencial de nocividade tanto ao Brasil, quanto às relações entre os dois países. No entanto, a efetividade prática de gestões nesse sentido dependerá diretamente do rumo que tomem as coisas públicas no país. Na conjuntura, o governo desprovido de instrumentos legais para orientar os meios de comunicação social quase todos sob o controle da extrema esquerda, pouco poderá fazer para além da persuassão [sic]. A situação se apresenta diferente na

> Radiotelevisão Portuguesa e na Emissora Nacional, ambas de controle acionário e operacional do Estado. Porém, radicalizando-se a situação para a esquerda, é de prever-se o agravamento desses episódios.[66]

A forma como o representante brasileiro expõe as manifestações contrárias ao regime autoritário brasileiro e seu discurso soa como se as denúncias fossem falsas. Neste sentido, vale a pena considerarmos que as informações relatadas pelo embaixador são hoje notoriamente conhecidas, especialmente após a formação de Comissões da Verdade pelo Brasil, que apuram as arbitrariedade do regime. Sendo assim, esses brasileiros que lá estavam contribuíam para o esclarecimento da opinião internacional dos abusos de poder. Mormente, o próprio embaixador brasileiro elenca vários fatores que não foi a esquerda brasileira que criou ou inventou, a exemplo do "Esquadrão da Morte", a morte do militante Carlos Marighela[67], ou a má distribuição de renda, que até hoje muito desigual no Brasil.

1.4 Relações do Brasil com a África de colonizado por Portugal

Doravante discorreremos propriamente da relação Brasil e territórios africanos, pautando-nos em documento que Carlos Alberto da Fontoura intitula como "Relações do Brasil com a África de Expressão de Portuguesa". Neste documento o embaixador brasileiro faz as seguintes considerações,

> Enquanto esses territórios estiveram sob domínio português, os interesses do Brasil, em termos de penetração no Continente africano, ditaram política de aproximação prioritária com os Estados africanos independentes, já que maior envolvimento nos "territórios ultramarinos" de Portugal seria interpretado por aqueles Estados como apoio ao colonialismo português; com a emancipação política desses territórios, a situação mudou,

[66] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 42.

[67] A respeito de Carlos Marighela, o historiador Lincoln Secco comenta que os militares portugueses leram os seu livros além de outros: Além do óbvio descontentamento com o serviço militar em regiões inóspitas, em condições tão diversas da geografia da metrópole, alguns militares, por motivos profissionais, foram obrigados a travar contato com livros sobre a guerrilhas (Mao tse-Tung, Guevara, Giap Marighela, Machel), como foi o caso do major Otelo Saraiva de Carvalho, futuro comandante operacional da Revolução Portuguesa. Crescia entre os oficiais a certeza de que uma guerra colonial não poderia ser vencida no plano militar e que se deveria buscar uma solução política negociada. (SECCO, 2004:104-105)

> passando eles a constituir possível via para aquela penetração, sem prejuízo do desenvolvimento das relações brasileiras com os demais Estados africanos.
> Através da concepção de uma "Comunidade Afro-Luso-Brasileira", o Brasil pretendeu, no passado, quebrar o impasse criado pela rigidez da política ultramarina portuguesa anterior ao 25 de Abril – política que não só colocou Portugal em posição de verdadeiro pária da comunidade internacional, mas também levou o Brasil a situação incômoda e nociva aos seus desígnios de penetração em África. Portugal mantinha-se, contudo, hostil àquela concepção, que interpretava como tentativa de interferência indevida em seus assuntos internos, já que considerava as "províncias ultramarinas" como parte integrante de seu território.[68]

Como já mencionado neste trabalho sabemos que Portugal, após a independência do Brasil, impossibilitou o acesso do Estado brasileiro em relação aos territórios portugueses em África. Dessa maneira, a ligação praticamente "umbilical" que existia entre as duas partes do Atlântico foi rompida. Podemos entender que no início do século XX a aproximação do Brasil da Europa se deu por diversos fatores, dentre eles estão os tratados assinados em Brasil e Portugal que impediam qualquer aproximação de países que ainda possuíam status de colônia portuguesa, como era o caso de Angola.

Importa também lembramos que neste período o Brasil se aproxima da Europa e dos Estados Unidos por conta da exportação, principalmente de café. Visava uma relação de produção de suas monoculturas agraria para esses mercados consumidores, o que distanciava ainda mais dos territórios que estavam sob o domínio português em África[69]. Fontoura expõe que mesmo após a Revolução dos Cravos a politica para os territórios africanos em relação ao Brasil não se altera,

> [...] O 25 de Abril pouco modificou a posição de Lisboa, que, no essencial, permanece a mesma: a repulsa à ideia da Comunidade, pelo menos a curto prazo. O Governo português agora teme, em primeiro lugar, que o vácuo de poder por ele deixado seja ocupado rapidamente pelo Brasil, caso se lhe proporcione abertura excessivamente generosa para estreitamento de relações com as ex-colônias. Teme, ademais, ser acusado de compactuar numa espécie de "neo-colonialismo" luso-brasileiro. Finalmente, não

[68] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 102-103.

[69] Iremos demonstrar no próximo capítulo que Angola foi um grande produtor de café e que concorria com a produção brasileira.

> deseja prejulgar a política que seguirão os novos Estados africanos de expressão portuguesa. Pode-se dizer, assim, que a posição de Lisboa evoluiu da repulsa pura e simples à idéia da Comunidade para sua aceitação como um projeto a ser concretizado a médio prazo, quando os Governos daqueles Estados estiverem mais sedimentados, mais seguros de si e, portanto, em melhores condições para tratar com o Brasil. Tampouco ao Brasil parece convir, a curto prazo, a constituição da Comunidade, que, quando ainda não se completou o processo de descolonização, poderia ser estabelecida sob a égide de Portugal. Interessa ao Brasil desde já, travar contatos diretos com os dirigentes atuais e potenciais daqueles territórios, a fim de preparar o caminho para seu futuro relacionamento com os territórios africanos de expressão portuguesa, já em sua qualidade de Estados independentes.[70]

Os movimentos de independência das então “Províncias Ultramarinas” em África iniciaram-se no final da década de 1950, os quais tiveram apoio dos partidos de esquerda português e tinha como seus principais lideres: Amílcar Cabral, Agostino Neto, Samora Marchel entre outros que estudaram em Portugal e tiveram contato com o pensamento marxista e com o PCP. No Brasil, o periódico *Portugal-Democrático* foi porta voz das denúncias da arbitrariedade que ocorriam no continente africano por meio do MABLA e dos próprios movimentos de libertações africanos.

Contudo a postura de parte dos Capitães de Abril era de manter aquelas colônias sobre influência de Portugal e, ao mesmo tempo, impedir seu contato com países que pudessem preencher a lacuna que os portugueses deixariam, uma vez que havia muitos ressentimentos de ambos os lados. Inferimos que a presença brasileira em solo africano, em especial em Angola, que era a “joia da coroa” não foi bem vista em primeiro momento pelos movimentos de libertação, pois até então o Brasil estava do lado de Portugal.

Assim como o próprio regime de esquerda que assumiu o país olhava para o Estado brasileiro com ressalvas por ter um governo de direita e ser aliado dos Estados Unidos. A respeito do relacionamento político entre Brasil e os territórios africanos, Fontoura teceu considerações pertinentes ao nosso trabalho,

---

[70] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 103.

> O relacionamento político entre o Brasil e os territórios africanos de expressão portuguesa apresenta algumas dificuldades principalmente: a) do fator ideológico, isto é, de os movimentos nacionalistas estarem de um modo geral, fortemente impregnados de ideias marxistas, inclusive por terem recebido ajuda de países comunistas, o que os predispõe contra um Governo que sabem ser anti-comunista; b) do sentimento de que o Brasil não contribuiu efetiva e oportunamente para liquidação do colonialismo português, mantendo-se por muito tempo como caudatário da política colonial de Portugal; c) do temor ao "neo-colonialismo", isto é, de que o Brasil, a pretexto de ajuda-los em seus primeiros passos, acorra, na verdade, para ocupar o vazio de poder deixado por Portugal; e d) da impressão de que a sociedade brasileira pratica a discriminação racial.
> Essas dificuldades podem, naturalmente, ser superadas através da política hábil de aproximação, em que o Brasil se esforce por eliminar ou minimizar os pontos de atrito existentes ou potenciais. Em se tratando de países de instituições ainda deficientemente implantadas, sujeitos, portanto, a influências personalistas, pereceria aconselhável uma tática de aproximação de certas personalidades influentes, sobretudo daquelas que já tenham dado algum sinal de simpatia pelo Brasil ou manifesto na sua colaboração, observar, é claro, extrema cautela para evitar um possível envolvimento nas querelas entre movimento ou entre facções. Os representantes que o Brasil tem ou venha a ter sur place estarão, evidentemente, em melhor caminho, e identificar as organizações e personalidades mais susceptíveis a uma aproximação.[71]

Os pontos trazidos pelo embaixador são sérios e vão dar subsídios para entender porque o Estado brasileiro vai acompanhar tão de perto o processo de libertação de Angola. Todavia, importa refletirmos sobre os assuntos elencados por Fontoura sendo que alguns deles já foram debatidos, como a questão de apoio do Estado brasileiro ao colonialismo português e a pretensão de ocupar o lugar de Portugal como área de influência. Porém, a questão racial ainda não havia sido mencionada no relatório e mesmo em nosso trabalho é citada de maneira secundária, embora não menos importante. No presente capítulo chegamos a mencionar a questão da substituição da força de trabalho escrava negra de origem africana para imigrante livre europeia no final do século XIX e início do XX, principalmente para produção de café e logo após para os surtos de industrialização no Brasil.

[71] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 103-104.

O fato é que o final da escravidão distanciou o Brasil do continente africano, e em especial de Angola. O historiador Luíz Felipe de Alencastro nos aponta no livro *Trato dos Viventes* (1998) que entre o século XVIII e inicio do XIX a relação entre os territórios brasileiro e angolano era tão intensa que houve um fluxo enorme de brasileiros ou, como Alencastro chama, brasílicos. Ressalta ainda que a relação, na maioria das vezes, não tinha intervenção da coroa portuguesa.

Não obstante, essa relação envolvia negros africanos e brasileiros como negociadores do mesmo produto reduzindo o escravo negro ao uma mera mercadoria. Ao longo desse processo, várias foram as justificativas para escravidão africana e negra, da teológica a pseudociência. Estas construíram o racismo, que no final do século XIX e início do XX procurava culpar a mistura étnica brasileira pelo atraso do Brasil.

Esses foram os argumentos, que tanto cafeicultores e outros empresários aliados ao próprio Estado utilizaram para trazer a força de trabalho imigrante europeia para substituir o negro que obtinha sua abolição. Esses últimos são entregues à própria sorte e marginalizados. Importa salientamos que o sociólogo Gilberto Freyre, já citado nesse trabalho, escreve sobre o “luso-tropicalismo”, em que cria a “tese dos benefícios da colonização portuguesa” tendo como exemplo, o Brasil.

Certamente que os grupos que lutavam por sua libertação não queriam ter como parâmetro um Estado que praticava e pratica atos de racismo contra a população negra, que como sabemos é mais de cinquenta por cento da população brasileira.

1.5 Análises de Fontoura sobre as “Províncias Ultramarinas”, no processo de independência.

Agora propriamente veremos os principais aspectos dos territórios africanos começando por Angola, principalmente no que se refere ao processo de independência, no qual,

> Segundo foi aprovado pela Junta de Salvação Nacional em meados de agosto último e mantido pelo Governo Provisório após o 28 de setembro, o processo descolonização para Angola prevê as seguintes fases, a partir do reconhecimento do direito do povo

> angolano à autodeterminação “com todas as suas consequências” 1 – cessar-fogo de fato e de direito; 2 - constituição de um Governo provisório de coligação, onde estejam representados todos os movimentos de libertação e outros agrupamentos mais expressivos (inclusive representantes da etnia branca); 3 – elaboração, pelo Governo de coligação, de uma lei eleitoral; 4 – eleição, dentro de aproximadamente dois anos (no mais tardar, em outubro de 1976), de uma Assembleia Constituinte ,por sufrágio universal, direito e secreto, cabendo a essa Assembléia elaborar a constituição do novo Estado e a definição das ligações com Portugal; 5 – aprovada a Constituição, dissolução automática da Assembleia Constituinte e realização de novas eleições, de acordo com a Constituição, dai resultando a formação de uma Assembleia Legislativa e de um Governo legitimamente representativo da vontade soberana do povo de Angola.[72]

As propostas feitas pelo Governo Provisório não serão efetivadas, mas veremos no próximo capítulo seus desdobramentos no território angolano , pois como sabemos, são bem mais conflitosos e envolvem outros autores políticos, além de Portugal e Angola. Os movimentos de independência são influenciados por correntes ideológicas ligadas a Guerra Fria, o que deixa o processo de descolonização muito mais complicado.

Prosseguindo na análise das percepções Fontoura acerca das relações entre Portugal pós-revolução e Angola, especialmente sobre o estabelecimento de um Governo Provisório estabelecido em Angola,

> Dispõe Angola de um Governo Provisório, que opera através de uma Junta Governativa, presidiada pelo Contra-Almirante Rosa Coutinho, de tendência marcadamente esquerdista. Desse governo fazem parte, sobretudo ao nível de Secretária de Estado Adjunto, incumbidas de tratar de assuntos políticos, algumas personalidades angolanas ligadas ao MPLA, como Antônio Augusto de Almeida (irmão de alto dirigente daquele movimento), Teixeira da Silva (irmão do Comandante da Zona Militar Leste, do MPLA) e Fernando Falcão (ex-fundador do MPLA e atual Presidente da Frente Unida, FUA).
> Com a decisão da Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA) admitira trégua em todas suas atividades militares, como resultado das conversações de Quinxasa (13 de outubro corrente) com uma delegação portuguesa, e com a aceitação formal do “cessar fogo” pelo Presidente do MPLA, Agostinho Neto (21 do

[72] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 105.

> mesmo mês), após conversações com outra delegação lusitana, pode-se considerar que foi cumprida a primeira fase daquele programa, pois a UNITA (União Nacional para Independência de Angola) havia cessado suas ações armadas há mais tempo, logo que Portugal reconheceu o direito das suas colônias à autodeterminação e à independência.[73]

Observamos que a junta governativa composta pelo contra-almirante Rosa Coutinho, era notadamente de esquerda e sofrera pressões por parte da comunidade branca em Angola e por parte dos movimentos que não compunham o MPLA, questões que abordaremos na sequência da tese. Até então podemos inferir que a Junta Governativa de Angola demonstrava a tendência de aproximação do MPLA, pois os membros que a compunham foram pessoas ligadas ao MPLA, a exemplo de Augusto de Almeida, Teixeira da Silva e Fernando Falcão, esse ultimo fez parte da criação do MPLA.

Vemos acima que o "cessar fogo" proposto pelo governo português foi aceito em Angola, pois MPLA, FNLA e UNITA os três movimentos entraram em acordo a fim de obterem a independência. Todavia sabemos que durante esse período o cessar fogo não é concretizado de fato, pois ocorreram atentados organizados por todos os movimentos, o que o embaixador Ovídeo Melo de Andrade discorreu em seus relatórios, assunto que vai ser mais detalhado em outras partes de trabalho. Por hora importa entendermos como os caminhos rumo à independência foram se delineando. Segundo Fontoura a partir desses acordos,

> Alcançadas a trégua, está aberto o caminho para a segunda fase: a formação de um Governo provisório de coligação. Entretanto, é imprescindível, para tanto, construir uma plataforma de entendimento entre os diversos movimentos guerrilheiros e políticos, o que ainda não se materializou, devido, sobretudo, à cisão dentro do MPLA. Recentemente, Daniel Chipenda (facção "Revolta Leste") contestou vigorosamente a liderança de Agostinho Neto, afirmando haver este conquistado a Presidência do MPLA na base de uma decisão de Chefes de Estado africanos (em Brazzaville) ao passo que ele, Chipenda for efetivamente eleito pelo movimento, no congresso de Lusaca. Agostinho Neto, por seu turno, mostrou-se durante muito tempo intransigente em sua repulsa à participação, na negociação com Portugal, da UNITA e

[73] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 106.

> outros grupos que considera “fantoches” do colonialismo português tais como a Frente Unida de Angola (FUA), do Partido Cristão-Democrático de Angola (PCDA) e a Frente de Resistencia de Angola (FRA). Donde, provavelmente, o “crescimento” nos últimos meses, da figura de Chipenda, que se mostrou sempre mais aberto à participação de outras forças políticas, além do MPLA e a FNLA, em um Governo angolano de coligação. Foi ele o interlocutor, pelo MPLA, da delegação portuguesa, nas mencionadas conversações de Quinxasa. Agostinho Neto, contudo, deixou claro que não aceitaria se posto de lado e desautorizou essa ação de Chipenda em Quinxasa chegando mesmo a contestar que representante o MPLA o escritório aberto recentemente pelo líder da “Revolta Leste” na capital do Zaire. Ao parlamentar com uma delegação portuguesa e aceitar o cessar-fogo, Agostinho Neto terá provavelmente sido impulsionado pelo temor de ficar marginalizado do processo descolonizatório de Angola, por estar criando obstáculo à marcha do processo, ao passo que os demais líderes angolanos se mostravam dispostos a sentar-se à mesa de negociações com portugueses. Estes, por sua vez, ao se esforçarem por manter Agostinho dentro do processo, deram provas de realismos, de indiscutível prestígio, que representa uma força política não negligenciável.[74]

O cenário complexo das negociações prenuncia como será complexo o processo de descolonização ou libertação em todos os “territórios de expressão portuguesa”. A disputa interna no MPLA pela liderança do movimento entre Agostinho Neto e Daniel Chipenda evidencia os desentendimentos de condução da independência. Agostinho Neto enxergava os grupos UNITA, FRA, FUA e PCDA, como, nas palavras de Fontoura, “fantoches” do colonialismo português. O que de certa forma vai ser constato ao longo da guerra civil, principalmente a UNITA que terá patrocínio de brancos portugueses, angolanos inconformados com a independência e até da África do Sul, esse ultimo apoiador causa revolta entre os outros grupos além da MPLA.

Fontoura dá um destaque especial na disputa dentro do MPLA, entre Daniel Chipenda líder da “Revolta do Leste”, que era mais sensível à participação dos outros movimentos, e Agostinho Neto, que era resistente. Desentendimentos estes que agradam aos outros movimentos e a até ao Estado português, pois

[74] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 107.

enfraquecem o próprio MPLA. A disputa entre Chipenda e Neto vai se aprofundado, questão que mostraremos ao longo de trabalho, mormente agora registramos o que Fontoura, de maneira discreta, demonstra ao Estado brasileiro que entre os dois, Agostinho Neto deveria ser visto como uma força que não poderia ser "negligenciável".

Voltando ao processo de descolonização ou independência de Angola, o documento destaca o pronunciamento de Mário Soares a respeito de Angola, deixando patente o quanto seria hercúleo a transição naquele país,

> Quando se ultimava o preparo deste estudo, o Chanceler Mário Soares teria concedido entrevista a jornal europeu, ainda não desmentida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros,, em que admitiria não poder Angola alcançar sua independência dentro dos próximos dois anos.

A complexidade do quadro angolano cria problemas para Portugal, não deixa também de dificuldade a tarefa do Governo brasileiro na busca de "interlocutores válidos" para os seus primeiros contatos. Porém, uma vez formado o Governo provisório com vistas à formação desse Governo – o que parece estar à vista – o quadro tornar-se-á mais claro.[75]

Inferimos que o governo português, embora alegasse um quadro complexo no caso de Angola, evidenciava, na realidade, a tentativa de permanecer, pelo menos como influência para Angola. Como já discorrido em várias partes desse trabalho uma terra de riquezas imensas, que possibilitou a sustentação do próprio Estado português durante séculos. Vimos em linhas anteriores, que o jornal *A Província de Angola*, em uma entrevista realizada na Inglaterra, Mario Soares faz um prognostico das "províncias ultramarinas" em que fortalece as ideias postas por Fontoura em seu relatório de que o caso de Angola não seria um caso de uma independência imediata e como veremos vai ser o mais conturbado.

Fontoura faz uma descrição dos movimentos no intuito de informar o que o Estado brasileiro sabia dos acontecimentos em Angola. O embaixador inicia escrevendo sobre o Movimento de Libertação de Angola - MPLA,

---

[75] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 107-108.

> Surgiu em 1956, como resultado da fusão do Partido Comunista Angolano e o PLUA (Partido da Luta dos Africanos de Angola). Está sediado em Brazzaville. Suas principais zonas de influência são dos distritos de Cabinda, Moxico, Cuango-Cuango, Luanda e Malange. Está minado por dissenções internas, que dividiram em três facções: a de Agostinho Neto; a de Daniel Chipenda ("Revolta Leste"); e dos irmãos Joaquim e Mário Pinto de Andrade ("Revolta Ativa") Tem empreendido esforços, até agora sem êxito completo, no sentido de sua reunificação. Em Lusaca, em agosto de 1974, o congresso do MPLA resultou em fracasso, havendo Agostinho Neto abandonado as conversações, e Daniel Chipenda foi, então, eleito Presidente do movimento. No início de setembro, em Brazzaville, à margem da IX conferência de Chefes de Estado africanos, chegou-se a um acordo precário de reunificação, sendo Agostinho Neto eleito Presidente, e Daniel Chipenda e Joaquim de Andrade, Vice-Presidentes. Logo depois renovaram-se porém dos desentendimento. Chipenda voltou a criticar Agostinho Neto publicamente e repudiou a decisão de Brazzaville.[76]

Nesse momento o MPLA viva um conflito interno bastante sério entre seus protagonistas, em especial, Agostinho Neto, Daniel Chipenda, Joaquim Pinto de Andrade, os quais disputavam a liderança suprema do MPLA. Sabemos que Agostinho Neto venceu essa disputa, no entanto, para melhor compreensão deste contexto indagamos quais eram os interesses envolvidos e os grupos que apoiavam esses interesses. Fontoura discorre sobre cada um desses lideres evidenciando o seu perfil, como podemos ver abaixo,

> Agostinho Neto – É o Presidente do MPLA desde 1962 e antigo militante do Partido Comunista Português. Sua posição sobre o Brasil pode ser inferida de declarações por ele prestadas, em junho de 1974, ao semanário "Notícia": "Não queremos ser o Brasil, como alguns dizem. Até porque não acreditamos muito nas soluções do problema social que se tem implantado no Brasil. No Brasil, o negro é negro e o branco e branco. Nós não temos provas nenhumas de que no Brasil haja uma ascensão dos negros que foram de Angola, estão na Bahia e continuam lá a vender o doce de ginguba e outras especialidades da cozinha angolana, mas não conseguem sair da favela. Isso não é solução. Temos que encontrar outra melhor".[77]

[76] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 108-109.

[77] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 109.

Agostinho Neto era médico e poeta, e como vimos em linhas anteriores, o próprio Fontoura dizia que era uma figura que não poderia “ser negligenciada”. Na citação acima, vemos a reprodução de um trecho no qual Agostinho fala do Brasil, demostrando, infelizmente, um diagnóstico que até hoje é vivido pela população negra brasileira. Como discorremos anteriormente, após abolição não houve uma política de inserção da população negra na sociedade, impondo que esta vivesse a margem dela. Lembremos que o embaixador brasileiro discorreu em seu relatório sobre a ressalva que os movimentos tinham em relação ao Brasil por conta do racismo imperante no país.

Todavia, salientamos que Angola também é cercada de *musseques,* e é a população residente nestes territórios que vai apoiar o MPLA. É importante refletirmos que, infelizmente, esse tipo de estrutura semelhante às favelas, que muitas vezes não tem saneamento básico, aparelhos do Estado, como escolas de qualidade, posto médico e repleto de moradias precárias, continuam existindo. Eis ai algo que perdura como algo comum na relação Brasil e Angola: a falta de infraestrutura adequada ao menos favorecidos.

Continuando a discorrer acerca dos lideres do MPLA, sobre Daniel Chipenda coloca que,

> Daniel Chipenda – Disputou a presidência do MPLA com Agostinho Neto, contra quem se sublevou em 1973, asilando-se na Zâmbia. Dirigente a facção “Revolta Leste”. Tornou-se um dos Vice-presidentes do MPLA, por força do já mencionado acordo de Brazzaville, posteriormente contestado pelo próprio Chipenda, que passou a reivindicar a Presidência, reportando-se à decisão do Congresso do MPLA, em Lusaca. Residiu no Brasil, havendo atuado na equipe de futebol da Portuguesa de Desportos, de São Paulo. Em entrevista ao semanário “Notícia”, em agosto de 1974, assim se expressou sobre o Brasil: “Não pretende que Angola seja um novo Brasil, mas melhor. Queremos que pretos, brancos e mestiços vivam em comunidade e que seja apenas o valor do homem a determinar sua posição, e não a cor. Ora, no Brasil o preto não participava da vida política, mas apenas do futebol e do samba”.[78]

[78] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 110.

Não obstante, a percepção de Daniel Chipenda do Brasil não diferenciar muito da de Agostinho Neto, embora tivessem disputando a liderança do MPLA. Chipenda, foi jogador de futebol de um time tradicional em São Paulo que concentra na sua torcida na comunidade portuguesa, inclusive carrega em seu nome o símbolo na lusofonia. Ironicamente Chipenda lutava contra o país que tanto a torcida quanto o próprio time representavam.

A sua experiência no Brasil parece não ter sido boa, pois ao falar do Brasil em sua entrevista à "*Notícia*" reflete sobre a representação do negro na sociedade que é visto de forma caricata, "futebol e samba". Sua opinião completa a de Agostinho Neto que preferiu discorrer sobre a questão social do Negro no Brasil.

Inferimos que para esses lideres africanos negros que foram subjugados pelos portugueses ao longo de séculos, em sua terra de maioria da mesma epiderme, a questão racial estava patente. Mesmo com o discurso do luso-tropicalismo e no Brasil da democracia racial, na prática esse lideres viam que não eram parâmetros seguidos.

A respeito das lideranças do MPLA, Fontoura cita no documento mais alguns membros que acreditava serem figuras relevantes,

> Outros chefes influentes do MPLA: os irmãos Joaquim e Mário de Andrade (o primeiro, Vice-Presidente do movimento em decorrência do já citado acordo de Brazzaville), Iko Carreira e Lucio Lara. Os irmãos Pinto Andrade estiveram algum tempo no Brasil no início da década de 60. Joaquim ex-sacerdote católico, politicamente moderado e partidário de uma sociedade multirracial em Angola, parece manter com o Brasil laços de caráter afetivo.[79]

Os últimos citados segundo Fontoura teriam um olhar para o Brasil de maior "ternura" dando a entender que estariam em sintonia com o discurso multirracial, que podemos ler como democracia racial em que no Brasil os diversos grupos étnicos vivem em harmonia. Entretanto os irmãos Pinto de Andrade como podemos ver, no livro de Mario Pinto de Andrade[80] não compartilham dessa ideia, embora pudessem ter afetividade pelo Brasil por outras circunstâncias.

---

[79] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 110.

[80] ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

Além do MPLA, Fontoura segue discorrendo sobre outros movimentos de libertação, como a Frente de Libertação de Angola - FNLA,

> Surgiu em março de 1962, da fusão da UPA (União das Populações Angolanas) com o PDA (Partido Democrático Angolano). A UPA, por sua vez, nascera quatro anos antes, sob a direção de Holden Roberto, como sucessora da UPNA (União das Populações do Norte de Angola), que era dirigido por Barros Necaca, tio de Holden Roberto. A UPNA ambicionava reconstruir o antigo reino dos Bacongos. A FNLA tem sede em Quinxasa e é fortemente apoiada por Mobutu Sese Seko, Presidente do Zaire, Sua influência faz-se sentir principalmente nos distritos de Cuanza Norte e Luanda. Desde o inicio encontrava viva oposição por parte do MPLA, em virtude de divergência de ordem política e ideológica, sendo por ele acusado notadamente de se entregar a uma luta tribalista contra os Bancongos. A rivalidade aumentou quando, em 1969, a Organização de Unidade Africana (OUA) reconheceu apenas o MPLA como legítima representante dos nacionalistas angolanos. Três anos depois, havendo o FNLA sido também reconhecido pela OUA, esse movimento celebrou um acordo que previa, i.a, a unificação progressiva dos dois movimentos. A melhoria das relações entre o MPLA e a FNLA não tem, contudo, impedido que o primeiro, uma vez por outra, critique publicamente o segundo, sobretudo com acusações de "tribalismo" ou supostas ligações de Holden Roberto com a CIA.
> Ao contrário do MPLA, a FNLA se encontra sob a liderança incontestada de um chefe, HOLDEN ROBERTO, que parece olhar de forma positiva o futuro relacionamento de Angola com o Brasil. Em entrevista ao sumário "Noticia", publicada em 21 de setembro de 1974, indaga sobre via esse relacionamento, assinalou a existência de "bastante afinidade" entre Brasil e Angola e afirmou que as relações entre os dois países deveriam ser "das melhores em todos os domínios". E acrescentou: "Deve ser também a opinião do Brasil".[81]

Holden Roberto, como mencionado por Fontoura era da etnia bakongo grupo étnico predominante no norte de Angola, não por acaso Roberto foi membro da UPNA, União das Populações do Norte de Angola, que como Fontoura escreveu queria reconstituir o "reino dos Bacongos[82]". *A priori* a preocupação restringia-se com o norte de Angola como o próprio nome do movimento registrava. Contudo um encontro com o pensador Frantz Fanon fez com que

[81] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 111.

[82] Sobre etnia bakongo ver a o livro de Luena Nascimento Nunes Pereira, *Os Bakongo de Angola : religião, política e parentesco num bairro de Luanda* (2008)

mudasse de posicionamento alterando o nome para FNLA[83]. Fanon disse a Roberto que a luta dos povos africanos não poderia ser sectária naquele momento deveria ter a união de todos[84].

Segundo ele, os bakongos representavam grande parte da população angolana, portanto, manter a característica tribal poderia fazer com que os outros grupos étnicos não se vissem representados pela FNLA. Este movimento recebia apoio maciço do Zaire, de Mobutu, o que também sofria resistência, pois muitos acreditavam que Angola corria o risco de apenas transferir o poder de Portugal para o Zaire, atual Congo.

Os conflitos internos deram origem ao movimento dissidência da FNLA, a União Nacional para Independência Total de Angola – UNITA. O embaixador faz a seguinte prognóstico sobre a UNITA,

> Surgiu de uma dissidência da FNLA, em 1966. Está sediado no distrito de Bié, no próprio território angolano. Abriu recentemente um escritório em Luanda. É presidido por JONAS MALHEIROS SAVIMBI, antigo colaborador de Holden Roberto, e exerce sua influência numa região pouco habitada, entre os distritos de Moxico, Bié e Cuango-Cubando. Tem sido alvo de ataques dos comunistas, que o acusam de ligações com a CIA e o Exercito português. Há, na realidade, fortes indícios de que a UNITA mantém, de longa data, contatos com as autoridades portuguesas em Angola. E, sem dúvida, o movimento que tende a exercer maior atração sobre a população de origem europeia, sendo possível que brancos venham a integrar-se às fileiras, ao transformar-se em partido político para participar de um Governo provisório de coligação. Essa integração corresponde, aliás, ao desejo do Governo português de que os brancos tenham uma parte atuante no futuro de Angola, o que pode ser melhor conseguido através de sua participação nos movimentos

[83] A respeito do apoio de Frantz Fanon ao Holden Roberto, o militante do MPLA, Lúcio Lara em entrevista a Jaime Drumond e Helder Barber para o livro *Angola*: Depoimentos para a História Recente (1950-1976) (2000), contou um o episódio da FLN (Frente de Libertação Nacional) da Argélia, que Fanon fazia parte convidou 11 membros do MPLA para treinamento militar, na Tunísia, contudo, esse fato ocorreu, em 1959 quando vários membros do MPLA haviam sido presos impossibilitando o envio de pessoas para tal treinamento Lúcio Lara então comentou a respeito: *Quando eu para Túnis, vou à FLN transmitir este recado e pergunto a Fanon. O Fanon vem e eu digo: A situação é esta: nós mandámos lá um camarada, o camarada teve esta situação e não foi possível. Então o Fanon levou a mal, porque não entendeu bem a situação e pensou, não disse, deve ter pensado: Estes gajos são da cidade, não têm ligação com as massas, nenhuma, e não trouxeram os tais homens. Dai em diante juntou-se a Holden, passou a apoiar o Holden. O Holden ai conta um história no jornal – não sei quê da conferencia dos povos africanos, ele é apoiado sim, até pelo Fanon nessa conferência, para ser eleito para o Comité Director mas tudo por esta razão. (DRUMOND e BARBER, 2000, p . 45)*

[84] Ver no livro *Relação Brasil/Angola* (2013, p. 14) e na dissertação sobre o MABLA (2010)

> nacionalista já consolidados, em vez de criação de “partidos de brancos”, que têm necessariamente um conotação “reacionária” e racista.[85]

Fontoura não menciona nessa parte do relatório, mas outro ponto que levou à dissidência da FNLA para formação da UNITA foram influências da questão étnica, pois a maioria dos membros que formam esse grupo são da etnia ovimbundo do sul de Angola, um região rica em minérios entre eles os diamantes, que ao longo dos conflitos em África são rotulados como “os diamantes de sangue”[86], pois vão financiar os conflitos, como a Guerra de Libertação e, e a Guerra Civil angolana que durou até 2002. Os ovimbudos sentiam-se desprivilegiados dentro da FNLA e este fato vira justificativa para que Jonas Savimbi criasse a UNITA, um movimento que estava imerso em polêmicas complexas para um movimento de libertação de um país africano. Uma delas é o próprio apoio de parte da comunidade portuguesa e brancos angolanos inconformados com o processo de independência. E, em meio da conjuntura da Guerra Fria, o movimento recebe o apoio da CIA, que representava o EUA, símbolo de um imperialismo que Angola queria se livrar. Há também registro do apoio da própria África do Sul, que demonstrava preocupação tementes que os novos ventos fossem soprar no país do *apartheid*[87].

---

[85] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p.112.

[86] A respeito dos diamantes de sangue, que foi até nome de filme dirigido por um estadunidense em 2006, realizado e co-produzido por Edward Zwick, baseado na guerra civil da Serra Leoa na década de 1990. O conflito dessas pedras preciosas estende-se por outras regiões do continente africanos, a exemplo do sul de Angola, sobre a assunto acessar o site: http://makaangola.org/maka-antigo/2013/02/21/diamantes-de-sangue-carta-a-jes/. Acessado em 13/05/2014.

[87] O diplomata brasileiro José Fiuza Neto em um artigo à *Revista História Viva* discorreu sobre a origem do Apartheid: [...] Daniel François Malan, implementou medidas de favorecimento político, econômico e social da minoria branca do país. Malan privilegiou especialmente o seu eleitorado mais próximo, os africânderes, grupo de descentes dos primeiros colonos protestantes europeus que chegaram à península do Cabo no século XVII, sob os auspícios da Companhia das Índias Orientais holandesas, também chamadas de bôer na sua vertente mais rural. Fundado em 1914, dois anos após a formação do CNA, o PN dominou a política sul-africana até as primeiras eleições democráticas da África do Sul, em 1994. Desde sua criação, o partido tinha como objetivo uma maior participação e influencia dos africânderes nos destinos do país. Oficialmente, reivindicava que África do Sul se tornasse uma republica, o que aconteceu em 1961. Seu programa mais especifico, no entanto, era bastante claro: a segregação física, social e política de negros, mestiços e indianos. Até chegar ao poder, o PN adotou uma estratégia de aliança com outros partidos, o que relegava a um papel coadjuvante na política sul-africana. Essa situação começou a mudar em 1934, quando Malan promoveu uma dissidência partidária, criando o Partido Nacional “purificado”.

A respeito da visão da UNITA sobre o Brasil, Fontoura escreveu,

> A UNITA tem-se expressado de forma simpática com relação ao Brasil, cabendo assinalar, a esse respeito, as declarações, reproduzidas na imprensa de Lisboa em 14/10/74, por parte do responsável pelas relações exteriores da UNITA, JORGE SANGUMBA ("O futuro do Brasil está realmente mais em África do que na América Latina") e de João Kakumba, outro dirigente do movimento "Angola, após a independência, deveria formar uma comunidade portuguesa com o Brasil e outros territórios independentes onde se fala a língua portuguesa. Penso que a ideia de uma comunidade de língua portuguesa é boa, e lançarei um apelo nesse sentido aos outros países de língua portuguesa". Savimbi parece, contudo, ter da sociedade brasileira um ideia semelhante a de Agostinho Neto e Chipena, havendo recentemente declarado, segundo registro do semanário "Notícia", em seu número da última semana de agosto: "Penso que, muito embora a sociedade brasileira em sua constituição não nos interesse, pois no fundo é outra sociedade racista, convirá, manter boas relações, devido á língua. Queremos acreditar que a ascensão da Guiné, Angola e Moçambique à independência acabe por influenciar favoravelmente a situação social brasileira, que, repito, não aceitamos".
> A UNITA, através de emissário cuja autenticidade não pode ser aferida, manifestou à Embaixada do Brasil em Lisboa (julho de 1974) o interesse de entrar em contatos informais com autoridades brasileiras, a fim de realizar exame preliminar sobre as possibilidades e os meios da futura colaboração entre ambos os países.[88]

Além dos três movimentos mais conhecidos externamente (MPLA, UNITA e FNLA), o próprio processo de independência fez surgir outros movimentos de grupos que não se sentiam contemplados. Fontoura escreveu sobre alguns deles, a começar pela Frente Unida Angolana - FUA,

> Agrupamento político surgido em Angola depois do 25 de Abril, sob a chefia do Engenheiro Fernando Falcão, atualmente Secretario de Estado Adjunto do Governo Provisório de Angola (espécie de "Ministro sem pasta"). Sua criação foi inspirada pela

---

O grupo adotou étnica que o aproximava ainda mais dos anseios de facções consideradas "autenticas" da sociedade africânder. Ao se eleger em 1948, Malan colocou em pratica o ideário "purificado" de seu partido por meio de uma serie de leis draconianas, que barravam ou limitavam consideravelmente o acesso dos negros e outras "raças" ao trabalho, moradia, uso da terra, educação, serviços de saúde e representação política. Assim nasceu o *apartheid* "miúdo" ou "menor". (NETO, 2010, p.49)

[88] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 112-113.

> ideia de preencher o vácuo político resultante da ausência de um partido que representasse os interesses da população angolana de origem europeia. Comenta-se, entretanto, que Falcão vem mantendo contatos com a UNITA, o que faz pensar na possibilidade de uma futura união das duas organizações, capaz de atender aos interesses não só da FUA, cuja expressão é reduzida, mas também da UNITA, que assim reforçaria sua imagem "multi-racial". Os elementos mais esquerdistas dos movimentos nacionalistas angolanos – notadamente os da tendência de Agostinho Neto do MPLA – frequentemente atacam a FUA, apontando-a como uma organização reacionária de brancos, apoiada pela "alta finança". Apesar de sua pequena expressão, a FUA vem sendo apontada como a "a quarta força" no cenário político angolano.[89]

Fernando Falcão, que foi um dos fundadores do MPLA, organiza um movimento que procura responder aos anseios da população branca que lá vivia e como percebemos tinha o apoio do Governo Provisório de Portugal, pois Falcão ocupou o cargo de Secretário de Estado Adjunto de Angola. Embora, Fontoura tivesse declarado que seria em Angola a quarta força entre os movimentos, sua tendência era de se reunir com outros grupos. Ainda assim, inferimos que esse processo se direcionava muito mais para ser diluído do que para reunir força, a exemplo que foi dado da UNITA.

O embaixador comentou sobre Partido Cristão-Democrático de Angola – PDCA em Angola com menor expressão, entre outros movimentos,

> Agrupamento de pequena expressão, atravessa atualmente fase difícil, por estarem alguns de seus dirigentes – inclusive o Secretário-Geral do Partido, ANTONIO JOAQUIM FERRONHA – sob acusação de envolvimento na "conspiração reacionária" que as autoridades portuguesas afirmam haver desvendado em 28 de setembro. O diretório do PCDA apressou-se, na ocasião, a difundir um comunicado, em que afirma haver suspenso Ferronha de suas funções até total apuração dos fatos.
> Elementos representativos do PCDA expressaram à Embaixada do Brasil em Lisboa, muito recentemente, seu interesse de travar contatos com delegados do Governo brasileiro.
> [...]
> Há, ainda, em Angola, outros agrupamentos menores: alguns, da esquerda, como o MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE ANGOLA (MDA), a FRENTE SOCIALISTA DE ANGOLA (FRESDA), a LIGA NACIONAL AFRICANA e a ASSOCIAÇÃO DOS NATURAIS DE

[89] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 114.

> ANGOLA (ANANGOLA), apoiam os movimentos de libertação armados, especialmente o MPLA e a FNLA; outros, de direitos, com a FRENTE DE RESITÊNCIA DE ANGOLA (FRA), fundada por colonos portugueses depois do 25 de abril e acusada de pretender solução de tipo "rodesiano", e o PARTIDO TRABALHISTA ANGOLANO (PTA), foi recentemente denunciado de manter ligações com a UNITA.[90]

Acerca dos movimentos de menor de expressão, Fontoura informa que esses davam apoio aos movimentos de maior expressão, ou seja, a FNLA, UNITA e MPLA. Um dos nossos entrevistados (que pediu nesse caso para não mencionar seu nome) comentou que Agostinho Neto dizia da importância de inventar outros partidos e movimentos de fachadas que divergissem em alguns pontos, mas que no final dessem apoio ao MPLA. A partir dessa estratégia o MPLA ganhava mais legitimidade, pois aparentemente agregava diversos movimentos com demandas parecidas.

O embaixador brasileiro faz uma conclusão sobre os movimentos nacionalistas em Angola em uma breve apreciação sobre a força relativa dos movimentos de libertação angolanos:

> O MPLA é considerado o mais importante, sendo o mais bem dotado em "quadros" e o de maior penetração popular, resultante, sobretudo de sua política anti-tribalhista e basicamente anti-racista (em que pese o papel secundário que um de seus lideres, Agostinho Neto parece reservar à minoria branca). Sua força é, entretanto, minada pelas dissenções internas. A FLNA [sic], se é menos bem dotada em "quadros", é mais forte militarmente, havendo inclusive recebido recentemente grande quantidade de armamento moderno e assistência militar, de procedência chinesa. É menos popular que o MPLA, e sobre ela pesam acusações de tribalismo (seguidores seção principalmente de tribo Bacongo) e ligações com os Estados Unidos, através da CIA.[91]

O perfil traçado por Fontoura traz indagações pertinentes para nosso trabalho, pois ao definir o MPLA como o mais popular, o que vem a ser

---

[90] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p.114-115.

[91] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p 115.

exatamente isto? Sabemos que o MPLA tem em sua base a população que vivia nas regiões urbanas de Angola, mormente em Luanda. Seus lideres se caracterizavam pelo perfil de educação ocidental, a maioria formada e educada na Europa, embora fossem de tendência de esquerda, o que naquele momento não agradava o Estado brasileiro.

Contudo, a forma como caracteriza a FNLA (nessa parte do relatório está com um erro de datilografia escrito FLNA), como “tribalista”, pois pertencia a um grupo étnico. Hoje nas ciências humanas procura-se não caracterizar grupos étnicos como tribais, pois o termo vem carregado de pré-conceitos influenciados por nossos parâmetros o que prejudica a compreensão destes grupos de maneira mais completa. Ao pensarmos no processo de independência de Angola devemos pensar nos processos de libertações de vários povos, nações e civilizações. Sendo assim não temos somente os bakongos, mas diversos grupos que vão constituir Angola.

Fontoura segue seu relatório discorrendo sobre a UNITA,

> [...]. A UNITA é um movimento de estrutura equilibrada, estando razoavelmente bem servida em “quadros” e força militar. Sua popularidade tem aumentado muito ultimamente, sobretudo entre a importante minoria branca, mercê de sua linha política moderada, que preconiza um socialismo mitigado, uma sociedade multi-racial e relações especiais com Portugal. Em que pese não ser ainda reconhecida oficialmente pela OUA, a UNITA parece vir crescendo também nos conceitos das autoridades portuguesas, que, na prática, já a consideram “interlocutor válido”. As outras organizações de menor porte têm reduzida capacidade para desempenhar um papel de relevo na cena angolana, sendo mais provável que se integrem de alguma forma nos três movimentos principais, para terem alguma participação no futuro político de Angola. Não quer isso dizer que devam ser inteiramente negligenciadas, pois alguns de seus elementos – como, por exemplo, Fernando Falcão, da FUA – poderão exercer posições de influência.
> É recomendável o estabelecimento, com maior urgência, de contatos direitos e, se possível, permanentes, entre representantes governamentais brasileiros e dirigentes dos principais movimentos nacionalistas e agrupamentos políticos de Angola, com vistas a, desde já, esclarecer posições e estabelecer as bases do futuro programa de cooperação.

A UNITA, como já foi visto em outras partes desse trabalho, tem aproximações com os brancos angolanos inconformados com a independência e

que também não tinham espaço em outros movimentos. Fontoura exalta a figura do engenheiro Fernando Falcão, como representante dos brancos de Angola e um possível interlocutor político no processo descolonização de Angola. Na realidade sabemos que o processo foi muito mais intenso assim como o papel dos brancos dentro desse processo, o que veremos no próximo capítulo. Contudo ressaltamos que, inclusive o MPLA, vai manter dentro dos seus quadros mais importantes militantes brancos, como é o exemplo do escritor Pepetela[92].

Fontoura, embora comente sobre os movimentos de menor expressão ou que ainda não eram reconhecidos pela OUA, recomenda o seguinte posicionamento do governo brasileiro,

> Em primeiro tempo, dever-se-ia procurar entendimentos com o MPLA e a FNLA, que são os únicos movimentos reconhecidos pela Organização da Unidade Africana como representativos das populações angolanas, bem como com a FUA. Agostinho Neto, Holden Roberto e Fernando Falcão seriam os lideres angolanos para esse contato prioritário.
> Posteriormente, se buscaria contatos com a UNITA e com outros líderes do MPLA (Daniel Chipenda, irmãos Pinto de Andrade, etc.), conforme os resultados dos primeiros entendimentos.
> Se possível, os contatos deveriam ser travados com o conhecimento do Governo português e seu eventual apoio. Dever-se-ia evitar Lisboa como sede desses contatos e procurar os dirigentes angolanos nos locais de sede de seus movimentos ou agrupamento (Dar-es-Salam, Quinxasa e Luanda).[93]

As recomendações feitas pelo embaixador são interessantes, pois naquele mesmo ano, Ovídeo Melo de Andrade foi designado a montar uma Representação Especial no Brasil em Angola, contudo ficou um tempo na embaixada de Nairóbi e no ano seguinte estabeleceu-se em Luanda, questão que veremos de maneira pormenorizada no próximo capítulo. Por hora seguimos com o relatório do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, que também traz informações acerca de uma região que até hoje não está bem resolvida em Angola, o Enclave de Cabinda,

---

[92] Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, mais conhecido com o pseudônimo de Pepetela é um escritor renomado e membro do MPLA até o hoje.

[93] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p.116-117.

> Embora oficialmente apenas um distrito de Angola, Cabinda merece um consideração em separado, dadas as ambições separatistas que ali se manifestam, alimentada, sem dúvida, pela grande riqueza que abriga sua plataforma continental: o PETRÔLEO. Os cabindas efetivamente possuem uma identidade própria, distinta das tribos que habitam o território angolano, mas o mesmo poderia ser dito de qualquer outra tribo.
> A FLEC (FRENTE DE LIBERTAÇÃO DO ENCLAVE DE CABINDA), em memorando enviado em agosto de 1974 aos 16 chefes de Estado africanos que se reuniriam pouco depois em Brazzaville, proclamou sua firme disposição de transformar o território em "uma Suíça africana, isto é, em um Estado neutro, amplamente aberto a todos os países africanos e ao resto do mundo" Sediada na própria cidade de Cabinda, a FLEC tem como dirigente principais: LUIZ RANGUE FRANQUE, Presidente, e NZITA HENRIQUE TIAGO, Vice-Presidente. Um representante seu, ANDRÉ RODRIGUES MINGAS, esteve em Lisboa, em fins de setembro, a convite do então Presidente Spínola, juntamente com personalidades representativas das "forças vivas" de Angola. O convite pode ser indício do reconhecimento da FLEC como interlocutor, o que não implica necessariamente em reconhecimento do direito dos cabindas à autodeterminação. O Governo português foi contra a separação do enclave do corpo de Angola. Os dirigentes do MPLA, Daniel Chipenda e Mário de Andrade, já se manifestaram a favor do reconhecimento do direito do povo de Cabinda à autodeterminação, o mesmo não acontecendo, entretanto, com Agostinho Neto. Jonas Savimbi, da UNITA, recentemente qualificou os separatistas de Cabinda de "oportunistas a soldo dos interesses estrangeiros". É possível que o problema de Cabinda venha a ser resolvido no quadro de uma solução federativa, pela qual seria reconhecimento ao enclave uma certa autonomia.[94]

O enclave de Cabinda, que geograficamente não faz ligação com o restante de Angola, ao longo da sua história foi motivo de contestação. Por ser uma região rica em petróleo, sempre foi um local de disputa. No período salazarista houve o incentivo à entrada de empresas estrangeiras para explorar as riquezas mineiras uma vez que o Estado português não tinha condições financeiras e nem tecnológicas para fazê-lo.

Registra-se que no período da Guerra de Libertação, o então primeiro ministro de Cuba, quando enviou tropas cubanas para luta na independência de Angola ao lado do MPLA deu ordem expressa para que tivessem cuidado quando

[94] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 117-118.

passassem por Cabinda para não atacar nenhuma empresa estadunidense de petróleo[95].

A FLEC ainda se mantém em atividade até os dias atuais e em sua atuação política no século XXI há registro de sequestro de estrangeiros e até um ataque a seleção do Togo na copa da África ocorrida e 2010 em Angola, que matou motorista e feriu dois jogadores[96]. Percebemos então, que embora, a Guerra Civil em Angola tenha terminado oficialmente em 2002, contra a UNITA ainda tem-se um logo caminho a percorrer.

[95] A respeito da questão do petróleo em Cabinda o site da Frente de Libertação de Cabinda-FLEC, embora tendencioso, aborda o histórico da exploração de petróleo no Enclave de Cabinda. "O Decreto-Lei português emitido a 10 de Julho de 1957, autorizava à Cabinda Gulf Oil Co. o monopólio de pesquisas de petróleo e derivados no Enclave de Cabinda por três anos de prospecção e 50 anos de exploração. A descoberta do petróleo de Cabinda nos anos 50 e a sua primeira exploração e exportação nos anos 60 atribuiu ao Território do Cabinda um lugar estratégico vital e fundamental nesses anos ditos da guerra fria no curso dos quais o mundo era dividido em dois blocos antagónicos Leste e Oeste. Esta efetivamente foi o regime colonial português que tinha negociado e assinado todos os primeiros contratos de exploração mineira com as multinacionais petrolíferas e que Portugal é, parece, hoje substituído pelo regime neocolonialista angolano. Devido à esta descoberta e as alianças estratégicas, Portugal decidiu ignorar os Acordos de protectorado assinados com o povo cabindês. O petróleo, um recurso natural que constitui um produto muito útil para o desenvolvimento económico e social dos povos,, revelou-se como uma fonte da maldição e um motivo de proposta e sofrimentos diversos impostos ao povo cabindês. Desde o início da sua pesquisa e exploração em 1954, o petróleo do Cabinda suscitou muitas cobiças. Várias multinacionais petrolíferas compartilharam-se o sub-solo do Território de Cabinda com a garantia de boa reserva dos derivados e do Gás LPG para além do ano 2040. De entre os empresários e ao mesmo exportadores figuram com as partes, a SONANGOL com 41%, CHEVRON com 39%, ELFTOTALFINA com 10% e AGIP quase 10%. Neste momento, estas companhias desembolsam somas enormes para a continuação da prospecção de águas profundos e sobre terra à Dinge e nos arredores mesmo de Tchiowa.
É importante recordar que, o cúmulo de paradoxo, na época da hegemonia Leste - Oeste, a URSS e os EUA chegavam a accordar-se para proteger e preservar os seus interesses em certo número dos países ou territórios concedendo ao mesmo tempo o seu apoio "aos movimentos" ditos revolucionários que opunham militarmente em nome das ideologias. Era certamente o caso da Eritreia e o conflito a Cabinda- Angola.
Num livro intitulado " No segredo dos Príncipes " editado na França em 1986 às Edições Existências, o Sr. Alexandre de Marenches que dirigiu durante quase onze anos os serviços secretos franceses, diz isto: "... uma das principais desgraças de Savimbi e a resistência angolana, é que o regime angolano é financiado em grande parte pelos rendimentos do petroleo regulados pela companhia Gulf-Oil americana que explora o petróleo no Enclave de Cabinda... Nós temos fotografias que mostram os engenheiros da Gulf-Oil em Cabinda, a embarcarem num avião militar cubano, protegidos por soldados cubanos com armas... é uma das contradições da história de um conflito essencial". Com estas frases, o Sr. Marenches permitiu-se então dizer claramente e em bom tom o que parece ser as razões de anexão do território do Cabinda à Angola [...]" Site: http://www.flecnoticias.com/index.php?option=com_content&task=view&id=17&lang=pr. Acessado em 09/07/2014.

[96] Para maiores informações consultar o site: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100111_entenda_cabinda_mv.shtml. Acessado em 09/07/2014.

O embaixador brasileiro em seu relatório procura trazer informações de cada território que vivia sobre jugo português, a respeito de Moçambique, faz a seguintes considerações,

> O acordo de Lusaca, firmado a 7 de setembro de 1974 entre o Governo português e a FRELIMO, praticamente selou a sorte de Moçambique: ao alcançar a independência total, prevista para 25 de junho de 1975, o território, salvo imprevisto ficará inteiramente submetido áquele movimento de libertação.
> É ocioso debater, a esta altura, se a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) conta ou não com o apoio de maioria da população do território. Não houve consulta popular, e é duvidoso que, se houvesse, a população – em sua maioria iletrada, despolitizada e, até desprovida de um verdadeiro sentimento de identidade nacional (alguns grupos ainda praticamente o nomadismo) – soubesse manifestar livremente sua vontade. O fato indiscutível é que a FRELIMO constitui, no momento, a única força política e militar capaz de controlar afetivamente a situação no território ainda que, durante algum tempo, deva necessitar do concurso das forças portuguesa. Disso foram prova os incidentes de setembro em Lourenco Marques e algumas outras cidades. A rebelião de brancos, seguida de reação por parte da população negra, foi debelada em poucos dias, havendo a FRELIMO, em colaboração com as tropas portuguesas, assegurado à volta à normalidade.[97]

Moçambique fica na África Oriental, por isso, ao longo da ocupação dos portugueses serviu de entreposto para comércios com as Índias e Oriente. O seu solo fértil serviu para produção de gêneros alimentícios de subsistência, tais como feijão, amendoim entre outros. Os portugueses chegaram a comercializar escravos dessa região para o Brasil, embora em muito menor escala, se compararmos com Angola. Como já mencionamos na introdução, no período da neocolonização africana, no final do século XIX e início do XX, Portugal pensou em criar o chamado “Mapa-Cor-de-Rosa” que ligaria Angola a Moçambique passando pelos hoje Zâmbia, Zimbábue e Malaui.

[97] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 118-119.

Essa ideia não foi aceita pelos membros da Conferência de Berlim, principalmente entre seus aliados[98]. Mas Moçambique continuou sobre jugo português até o processo de independência em 1975.

A respeito dos acordos de independência de Moçambique, Fontoura discorreu,

> Nos termos do Acordo de Lusaca [sic], a administração de Moçambique até a proclamação da independência está assegurada por Alto-Comissário português e um Governo de transição, constituído de um Primeiro-Ministro nomeado pela FRELIMO, nove Ministros, secretários e sub-secretários de Estado nomeados por proposta do Primeiro-Ministro e submetido à ratificação do Alto-Comissário. O Acordo estabelece ainda que os Ministros serão nomeados pela FRELIMO e pelo Alto-Comissário na proporção de dois para um. O Acordo prevê também a criação de uma Comissão Militar mista, composta de igual número de representantes do Governo português e da FRELIMO, tendo como objetivo fiscalizar a trégua. Outros pontos importantes do Acordo: FRELIMO declara-se pronta a aceitar a responsabilidade das obrigações financeiras assumidas pelo Estado português em nome de Moçambique, "desde que tenham sido interesse do território"; o Estado português e a FRELIMO se comprometem a agir conjuntamente para "eliminar os vestígios do colonialismo e criar verdadeira harmonia racial"; será criado um Banco Central de Moçambique, que terá funções de banco emissor; o Estado independente de Moçambique exercerá a sua soberania completa nos domínios internos e externo, estabelecendo as suas instituições políticas e escolhendo o sistema social que considere ser melhor no interesse do seu povo; a FRELIMO, que, "na sua luta sempre distinguiu o povo português do Estado português,

[98] A respeito dessa questão o historiador Elikia M'Bokolo argumenta porque o Estado português continuou ocupando territórios africanos: A questão das condições da sua participação na partilha da África tornou-se pois objecto essencial de debate entre os historiadores, debate que opunha os defensores da tese de um «imperialismo não econômico» aos partidários da tese de um «imperialismo econômico». Apoiando-se nos trabalhos de Richard J. Hammond, os primeiros sublinham simultaneamente a debilidade material, económica e militar de Portugal e a parte mínima da África no comércio, aliás medíocre, do reino lusitano. Composto por *membra disjecta* e espalhado por um espaço que os portugueses não tinham meios de controlar (Cabo Verde, São Tomé, Príncipe, as instalações da Guiné, de Angola e de Moçambique), o império africano pouco rendia a Portugal: os seus beneficiários eram o Brasil, de quem dependiam as colónias da costa atlântica e, em especial, Angola e a Índia Portuguesa, de que Moçambique era económica e politicamente tributário. Arruinado pela independência do Brasil (1822-1825) e por mais de trinta anos de guerras civis (1817-1851), Portugal só teria conseguido manter a sua presença em África graças à tolerância das outras potências europeias: os seus emigrantes, que se tornaram bastante numerosos a partir de 1870, iam de preferência para o Brasil e não para África; os seus exércitos eram medíocres e a sua impotência militar lendária; aliado a Portugal e controlando a sua economia, o Reino Unido preferia que se instalasse em África esse Estado frágil e não outra verdadeira potência industrial. (M'BOKOLO, 2004, p. 319)

> envidará todos os esforços para criar uma cooperação fraterna e harmoniosa entre Portugal e Moçambique".[99]

Registramos que o relatório de Fontoura menciona a tentativa de separar o Estado português salazarista do povo lusitano , entretanto, no período salazarista houve o estabelecimento de politicas segregacionistas, assim como a ida de portugueses para ocuparem cargos importantes em Moçambique, deixando a população local às margens desse processo. O embaixador brasileiro segue o relatório discorrendo a respeito dos membros do governo de transição para uma Angola independente,

> A escolha do Governo português para ocupar o cargo de Alto-Comissário recaiu sobre o Contra-Almirante (graduado) Victor Manuel Trigueiros Crespo, de 42 anos de idade, Capitão-Tenente no 25 de abril, integrante da Comissão de Coordenação do Movimento das Forças Armadas e tido como um dos elementos de tendências mais nitidamente esquerdistas do atual regime português.
> Para cargo de Primeiro-Ministro foi designado Joaquim Chissano (FRELIMO).
> Consolidada a posição da FRELIMO, não se coloca, para o Governo brasileiro, o problema de encontrar em Moçambique "interlocutores válidos" para uma aproximação. Tornaram-se destituídos de interesses a FRECOMO (de Joana Simão), o COREMO (de Uria Simango) e outros de menor expressão, bem como os partidários – como Jorge Jardim – de uma solução de partilha (um Moçambique de negro ao Norte, um de brancos no Sul).
> O que será a política de um Governo dominado pela FRELIMO pode ser deduzido das diretrizes básicas enunciadas recentemente pelo líder do movimento, Samora Machel, a saber: criação de uma "democracia popular", de uma sociedade socialista, sem classes; descolonização completa, isto é, desmantelamento total das estruturas politicas, administrativas, financeiras, econômica, cultural, educacional e jurídica do sistema colonial, por serem estruturas "a serviço da dominação estrangeiras; ausência de distinções fundadas em raça ou religião; e não-alinhamento em política externa.[100]

---

[99] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 119-120.

[100] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 120-121.

Como vemos no próprio relatório de Fontoura, embora tenha escrito da intenção de uma harmonia racial, verificamos adiante a proposta da construção de "duas" Moçambique, uma que tem mais riquezas para os brancos e outra com mais pobreza para os negros. Inferimos, a partir das palavras de Fontoura, que o governo provisório é essencialmente de esquerda.

Não obstante, a influência das ideias da Conferência de Bandung no sentido do não alinhamento, embora na prática saibamos que o contexto da Guerra Fria não permitiu. A respeito de possíveis relações com o Brasil o embaixador comentou,

> O diálogo entre o Governo brasileiro e os dirigentes moçambicanos não será dos mais fáceis, não apenas em razão de diferenças ideológicas, mas, sobretudo, pela forma por vezes agressiva em que manifesta o "esquerdismo" daqueles dirigentes. Seja por convicção, seja por atitude, esse comportamento poderá dificultar esse diálogo. Samora Machel, de formação marxista, agraciado em 1972 com a medalha do centenário de Lenine, prima em se expressar em jargões da fraseologia marxista-leninista. Marcelimo dos Santos, Vice-Presidente do Movimento, também é tido como marxista. Joaquim Chissano. Primeiro-Ministro do Governo de transição e número três da liderança da FRELIMO, e considerado o mais moderado dos três. Em entrevista concedida em meados de setembro, esquivou-se de responder de forma direta a pergunta sobre como via as perspectivas das relações entre Moçambique e o Brasil, limitando-se a fazer um série de indagações que não esconderam sua mágoa por não haver o Governo brasileiro, quando da luta pela independência de Moçambique, prestado ajuda à FRELIMO e, ao contrário, ter apoiado a politica colonial portuguesa. É verdade que não rechaçou a possibilidade de cooperação com o Brasil, mas deixou ao Brasil definir quais poderiam ser as formas dessa cooperação.
> A designação de uma missão diplomática especial junto ao Governo de Transição, acredita perante ao Alto-Comissário e ao Primeiro-Ministro, representante passo hábil no sentido de ensejar a aproximação, quebrando, os preconceitos existentes da parte dos representantes da FRELIMO e, desde já definidos os campos e formas da futuras colaboração entre o Brasil e Moçambique. Naturalmente, dada ausência de órgãos e políticas institucionais no Moçambique, onde ainda prevalecem decisões ditadas pela vontade de dirigentes e lideres, da escolha do chefe daquela Missão diplomática brasileira muito dependerá sucesso da iniciativa.[101]

[101] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 121-122.

No golpe da autocracia burguesa, em 1964, uma representação da FRELIMO que existia no Rio de Janeiro foi desmanchada e seus membros só não foram expulsos do Brasil por conta da intervenção da embaixada do Senegal[102]. Acrescido o próprio apoio que o governo brasileiro deu ao Estado salazarista, essa corroboração materializada no Trato de Cooperação e Amizade, já visto nesse trabalho.

A postura do governo brasileiro de não intervir ou se posicionar a favor dos países ocupados pelos portugueses, fez com que os movimentos de libertação olhassem as possibilidades de construção de relações com o Brasil com muita ressalva.

Para termos uma ideia mais exata sobre os receios da relação dos países africanos com o Estado brasileiro, Ovídeo Melo, que foi com sua esposa Iony Melo a cerimônia de independência de Angola, ficou perto da viúva do líder morto da PAIGC Amílcar Cabral e essa ao saber que eles eram brasileiros disse: "odeio essa gente"[103]. Ao mencionar Amílcar Cabral, o embaixador discorreu sobre o processo de independência em Guiné Bissau e Cabo-Verde,

> Pelo Acordo de Argel, firmado em 26 de agosto de 1974 entre Portugal e o Partido da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), o governo português conseguiu dissociar o futuro da Guiné do de Cabo Verde, ao aceitar a independência apenas da primeira, limitando-se quanto ao segundo, a reconhecer seu direito à autodeterminação [sic]. O Governo português espera que, através de um consulta popular, seja possível estabelecer um sistema de autogoverno que preserve laços com Portugal, acreditando que a maioria dos cabo-verdianos se sente mais ligada a este país do que à Guiné.
> A política do PAIGC é manter Cabo-Verde unido à República da Guiné-Bissau e, para a consecução, inclusive a intimidação e a provocação. É, alias, o que já está ocorrendo. Em meados de setembro, após haverem as forças portuguesas intervindo para

[102] A respeito dessa questão cumpre ainda expor o seguinte: "Além da prisão de militantes ligados aos movimentos de pró-libertação de Angola, o Embaixador Ovídio de Melo narra o episódio da prisão de membros da Frelimo no Rio de Janeiro, após o golpe Civil-Militar. (...) Em 1963, justamente para dar a conhecer ao público brasileiro o drama da guerra anticolonial, a Frelimo havia aberto um escritório no Rio. Aquela representação diplomática oficiosa de um país ainda não independente correspondia em sentido inverso, à representação diplomática formal que agora queríamos abrir num país cuja independência ainda não estava completa. Mas em 1964, o escritório da Frelimo no Rio foi varejado pela policia, e seus funcionários presos e seviciados. Mais foram ameaçados de expulsão para Portugal, onde iriam cair nas masmorras da PIDE. E tão desastrosa expulsão só não se consumou porque Leopold Sengnhor, Presidente do Senegal, intercedeu junto ao Brasil, em favor da Frelimo. (...)" (MELO, 2009, p. 112).

[103] GASPARI, 2004, p. 150.

> debelar distúrbios provocado pelo PAIGC, o Secretário-Geral do partido, Aristedes Pereira, denunciou à ONU a "repreensão" por parte da política e Forças Armadas portuguesas, além de acusar Portugal de "persistir" no exercício da repressão brutal da população". A campanha do PAIGC em Cabo-Verde está sendo dirigida por Pedro Pires.[104]

Cabo-Verde era um arquipélago desabitado até a ocupação dos portugueses a partir do século XV, virando um entreposto para o comércio lusitano. A população que se estabeleceu em Cabo-Verde foi de escravos e ex-escravos, em sua maioria vindos da África continental. Esses se misturaram à população portuguesa dando origem a uma grande miscigenação, fazendo com que a população cabo-verdiana tivesse maior aceitação entre os portugueses. Um exemplo disso é o fato de que quando não haviam portugueses para ocuparem cargos de confiança, os cabo-verdianos o fazia.

Dessa forma o relato de Fontoura vai ao encontro deste contexto ao mencionar a existência de uma parcela da população que queira a manutenção de um laço com Portugal. Cumpre observar que no processo de independência de Angola, cabo-verdianos que ocupavam cargos de confiança do Estado português foram expulsos.[105]

A Guiné-Bissau obteve sua independência reconhecida internacionalmente, em 24 de setembro de 1973, todavia, Portugal só reconheceu sua independência em 10 de setembro de1974, após a Revolução dos Cravos. Embora tenhamos a mudança ideológica do Estado português, como vimos anteriormente nesse capítulo, Portugal conseguiu *a priori* tratar da independência em separado dos

---

[104] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 122-123.

[105] A respeito da participação cabo-verdiana no processo de administração colonial portuguesa em África registramos, as considerações da historiadora Leila Hernandez*:* "Ao lado da mestiçagem, outra característica particular de Cabo Verde, refere-se à contribuição da educação formal como meio de mobilidade social ascendente, contribuindo para migrações internas do campo para cidade; entre ilhas; e para própria emigração para países da Europa e das Américas. De parte do governo português, o investimento em escolaridade formal era bastante incipiente e elitista, sendo o índice de analfabetismo muito alto, mantendo-se superior a 70% da população. Em todo caso, o investimento em escola era um projeto familiar das classes dominantes e dos setores da classe média ascendente. Como consequência, formou-se uma mão de obra apta e, sobretudo, "confiável ideologicamente", uma vez educada segundo os parâmetros ocidentais. Assim sendo, a metrópole portuguesa passou a utilizar cabo-verdianos como correia de transmissão da administração colonial em Angola, Moçambique que e, em particular, na Guiné portuguesa". (HERNANDEZ, 2008, p. 526)

dois territórios (Guiné-Bissau e Cabo-Verde).[106] Fontoura a respeito desse assunto escreve,

> Se for possível garantir que a população de Cabo-Verde expresse livremente sua vontade, é possível que ela opte por um estatuto que lhe assegure um certo grau de autonomia, preservando ao mesmo tempo uma ligação estreita com Portugal.
> Em Guiné-Bissau, o PAIGC, embora pareça firmemente implantado, não desfruta de uma situação totalmente tranquila. Não se registraram ultimamente distúrbios, mas não deve ser totalmente descontada a possibilidade de eclodir, em futuro próximo, um movimento de rebeldia de guinéus contra a minoria cabo-verdiana que domina o país, através do PAIGC. Existe um rancor surdo dos guinéus negros contra os mulatos cabo-verdianos, que, de longa data, dominam o comércio e administração do país. A esse estado de tensão étnica adiciona-se outro de fundo religioso: ódio que parecem nutrir as tribos islamizadas contra o PAIGC, em virtude da perseguição por este movida aos lideres religiosos muçulmanos. Parece faltar apenas uma organização capaz de canalizar contra o PAIGC esse ressentimento latente de grande parte da população da Guiné-Bissau com relação aos cabo-verdianos.
> Essa organização ou seu núcleo poderia constituir-se em torno da Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING). No inicio de setembro de 1974, CIRILLO RODRIGUES D' OLIVEIRA e KANKOILA MENDY FRANÇOIS, respectivamente Presidente Secretário-Geral desse movimento, procuram a Embaixada do Brasil em Lisboa, a fim de pedir a ajuda das autoridades brasileiras para sua causa. Afirmaram, i.a, que a FLING de inclinação pró-ocidente, ganhou menor projeção internacional em virtude da exiguidade do auxilio recebido do exterior, ao passo que o PAIGC contou com ao apoio do comunismo internacional e da Guiné de Sekou Touré. Algumas semanas depois, procurou a Embaixada um emissário de outro movimento opositor do PAIGC: o Movimento Democrático, presidido pelo Dr. ANTONIO BATICÃ FERREIRA, médico guinéu que afirma há haver tido contato, ainda que informal, com autoridades brasileiras. O emissário do

[106] Registramos a considerações da historiadora Hernandez sobre o processo de independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde: "De forma espontânea ou deliberada, os militantes cabo-verdianos participam de um movimento cuja prioridade em termos de estratégia é a libertação da Guiné e Cabo Verde. No período anterior a 1963, esta condição está até certo ponto ofuscada, mesmo porque o PAIGC não admite a completa mobilização e o preparo militar, tendo em vista o início da luta armada na Guiné portuguesa. Só então, as questões de estratégica para enfrentar o governo português fazem que os dirigentes do partido voltem-se com especial atenção para o encaminhamento da luta nas ilhas de Cabo Verde. As palavras de ordem geral, Amílcar Cabral, embora ressaltando a insistência das condições necessárias para o início da luta armada no território cabo-verdiano, refere-se à importância dos progressos quanto à organização partidária e a própria mobilização, sobretudo nos principais centros urbanos e em alguns setores do campo. Mas, de todo modo, deve ficar claro que os movimentos de libertação nacional, ainda sob a mesma liderança político-partidária, uma vez desenvolvendo-se em espaços territoriais diversos, apresentam várias peculiaridades. Uma das razões diz respeito às singularidades histórico-culturais decorrentes de algumas diferenças fundamentais no próprio processo de colonização". (HERNANDEZ, 2002, p. 187-188)

> Dr. Baticã transmitiu também pedido de ajuda ao Governo brasileiro e informou que o MDG, aliado à FLING, esta no momento reagrupando suas forças no Senegal – cujo Governo estaria permitindo as atividades dos dois movimentos, em seu território – com visitas a iniciar as operações contra a atual regime de Guiné-Bissau. A FLING e o MDG contrariam, segundo esses informantes, com simpatias da grande maioria da população, para a qual a independência, nas condições em que foi concedida, nada mais foi do que a passagem de um domínio colonial (português) para outro (cabo-verdiano). Para concretizar seus planos, necessitariam apenas de uma certa ajuda material, que estariam buscando em países ocidentais.[107]

O embaixador expõe os percalços que o PAIGC enfrentou no processo de independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. O ressentimento dos guineenses com os cabo-verdianos "mulatos" dificultava mais ainda o entrosamento entre os países. Como verificamos no relatório, havia outros movimentos em Guiné-Bissau com alinhamento pró-ocidente, a exemplo da Frente de Libertação Nacional da Guiné – FLING, que inclusive procurou a Embaixada brasileira em Lisboa a fim de pedir apoio à sua causa, autodeclarando-se pró-ocidente. Assim como seu aliado, o Movimento Democrático da Guiné – MDG. Ambos reclamavam que não receberam apoio do exterior e que estavam se reorganizando no Senegal.

Importa salientar que os dois movimentos também tinham ressentimentos em relação aos cabo-verdianos, acreditando que o poder do Estado estaria somente sendo transferido do português para os cabo-verdianos. Não obstante havia a questão dos grupos islâmicos nomeados pelo embaixador como tribos que não tinham a simpatia do PAIGC e podemos inferir que talvez também não tivesse a simpatia do MDG e do FLING, pois se diziam pró-ocidentais.

Sobre as possibilidades de relacionamento entre o Brasil e Guiné-Bissau, Fontoura faz a seguinte reflexão,

> O relacionamento brasileiro com as autoridades de Guiné-Bissau poderá ser facilitado pelo fato de o atual regime estar necessitado de ajuda econômica e técnica e de apoio político, para tirar o país da situação de extrema pobreza e firmar-se no poder. Ao aceitar

[107] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 123-124.

> ajuda de países do Ocidente, os governantes de Bissau contribuíram, também, para afastar suspeitas de "satelitização" pela União-Soviética ou pela China Popular, países que ajudaram a luta do PAIGC, ou ainda pelo Guiné, de Sekou Touré. Durante sua estadia em Lisboa, em principio de setembro último, o Major Pedro Pires frisou que seu país não aceitaria ajudas condicionadas a quaisquer compromissos de ordem politica, não obstante a grande necessidade de auxílio. Isso coincide, aliás, com o interesse brasileiro, no caso, em prestar assistência com caráter nitidamente de ajuda ao povo guinéu, sem qualquer conotação política, tendo em vista, i.a, que é licito pelo menos duvidar que o regime atualmente instalado em Bissau, dominado pelos cabo-verdianos do PAIGC, conte com o apoio da maioria do povo daquele país. O quadro vigente parece aconselhar que o Brasil mantenha com Guiné-Bissau relações corretas, porém não calorosas.[108]

Ao discorrer sobre a possibilidade de relação com a Guiné-Bissau o embaixador brasileiro expõe a situação precária que o país enfrenta no seu processo de independência do jugo português e as dúvidas sobre as lideranças do país. Ao refletirmos acerca do ressentimento com os cabo-verdianos "mulatos" que foram privilegiados ao longo da colonização, podemos fazer um pequeno paralelo, tecendo alguns anacronismos, com o que ocorreu na história recente de Ruanda, em que os tutsi foi a etnia que obteve junto aos colonizadores belgas mais oportunidades, o que não aconteceu com os hutus.

Na década de 1990 tivemos o conhecido genocídio de tuttis com mais de um milhão de mortos. Cabo-Verde é um arquipélago, com sérios problemas de abastecimento de água doce. Na década de 1980 obteve sua desagregação de Guiné-Bissau, e até hoje tem conflitos pelo poder.

Outro território africano que conseguiu sua independência de Portugal foi São Tomé e Príncipe. Vejamos o que o embaixador brasileiro discorre a respeito desse pequeno arquipélago,

> Devido à pequena extensão do território (943 km²) e a sua situação geográfica não se desenvolveu no arquipélago de São Tomé e Príncipe um processo de luta armada pela independência. A população, de origem africana, viveu sempre em extrema

[108] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p.124-125.

> pobreza e ignorância. O Gabão abriga em seu território, há vários anos, o único movimento de libertação do arquipélago: o MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (MLSTP). Em declaração oficial sobre o assunto, o Governo de Libreville reafirmou sua atitude de "tradicional oposição a toda violência", que teria levado, inclusive, a impedir o fornecimento de armas aos militantes daquele movimento, reconhecido pela ONU e pela OUA. O Governo gabonês estranhava, contudo, que o Governo de português, em seus pronunciamentos sobre a descolonização, houvesse sempre omitido São Tomé e Príncipe, e reiterava incondicional apoio ao MLSTP. Caso fosse necessário o uso da força – prosseguia a declaração – outros países que não o Gabão estariam prontos a fornecer armas. E concluía instando as autoridades portuguesas a iniciar sem demora o diálogo com os "os responsáveis de São Tomé e Príncipe, todos eles unidos no MLSTP".[109]

O arquipélago de São Tomé e Príncipe, assim como Cabo-Verdeera formado por ilhas desabitadas que foram ocupadass pelos portugueses no século XV. Inicialmente houve a produção de Cana de Açúcar e Cacau, por escravos africanos de várias procedências, mas quando iniciou a produção desses gêneros na então colônia brasileira, as ilhas não conseguiram competir, além disso aconteceram também constantes rebeliões dos escravos[110]. Contudo, após o período dos cultivos de cana de açúcar e cacau, São Tomé e Príncipe tornou-se um entreposto, principalmente de escravos. Registramos foi a após a ocorrência de um naufrágio de navio negreiro, que saiu de Angola para o Brasil, que surgiu o território tomeense, ocupado pelos Angolares, que vivem até hoje na ilha[111].

---

[109] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p.125-126.

[110] O historiar congolês Elikia M'Bokolo, em seu livro *África Negra* (2008) faz considerações a respeito do cultivo da Cana-de-açúcar, embora não seja tema central do nosso trabalho é interessante percebermos as ligações que as colônias vão ter no "modo de produção": "Um primeiro tipo de escravatura veio à luz ao largo das costas africanas, em relação direta com a organização das primeiras plantações de cana-de- açúcar controladas pelos europeus. Praticada primeiro na Madeira e nas Canárias e depois na ilha de Santiago em Cabo Verde, a cultura da cana-de- açúcar encontrou a sua plena expansão na Ilha de São Tomé.Para o historiador polaco Marian Malowist, "este sistema, muito mais desenvolvido do que na Madeira, do que nas Canárias e mesmo até do que no arquipélago de Cabo Verde, tornou-se um modelo imitado mais tarde pelos portugueses no Brasil, mas também por outros colonizadores europeus na América Central e na América do Sul, assim como nas possessões anglo-saxônicas da América do Norte". Na realidade, este sistema foi de uma extrema complexidade pois que, juntamente com a escravatura de plantação, os portugueses desenvolveram nesta ocasião uma espécie de comércio triangular no golfo da Guiné e com o reino do Kongo e os seus vizinhos. . (M'BOKOLO, 2008, p. 269)

[111] Para saber mais sobre os Angolares ver o documentário *Mionga ki Ôbo*: Mar e Selva. Editor Dvd fx filmes**,** 2005. Dirigido por Ângelo Torres.

Podemos inferir que o MLSTP não deve ter tido maiores percalços para o processo de independência, embora, o relatório do embaixador brasileiro chame a atenção para os noticiários sobre as independências dos territórios africanos. O Gabão surpreendeu-se com a ausência do nome do arquipélago no processo de independência dos territórios de expressão portuguesa. A respeito das negociações Fontoura discorreu,

> Em 7 de outubro de 1974, noticiava-se que uma delegação do Governo português chefiada por Victor Manuel Pereira de Castro estivera, de 28 de setembro a 3 de outubro, em Libreville, onde conferenciara com uma delegação do MLSTP dirigida pelo seu Secretário-Geral, Manuel Costa. O comunicado conjunto emitido ao final das conversações registrava as seguintes reivindicações formuladas pelo MLSTP, como condições prévias do processo de descolonização do arquipélago:1) reconhecimento oficial e imediato do MLSTP como o único e legítimo representante do povo de São Tomé e Príncipe e, por conseguinte, como único interlocutor válido para discutir com o Governo português o calendário da descolonização; 2) uma declaração do Governo português anunciando a decisão de abrir imediatamente negociações com o MLSTP em data e local a serem fixados de comum acordo pelas partes interessadas. O comunicado registrava também a decisão das partes de "prosseguir os seus esforços para a concretização imediata da descolonização de São Tomé e Príncipe, único meio de salvaguardar a garantir as futuras relações que os dois povos estão interessados em desenvolver".
> A proposito dessa notícia, o Ministro da Coordenação Inter-territorial, Almeida Santos, desmentiu que o assunto estivesse sendo tratado, "pelo menos a nível de [sic] Governo ou de uma delegação governamental". E acrescentou: "No entanto, sabemos que existe em Libreville, no Gabão, um partido que deve ter sido constituído em 1960-61, que nunca teve expressão militar por compreensíveis razões, pois nas ilhas de São Tomé e Príncipe não se torna fácil a atuação militar, embora tenha tido uma continua expressão política. Tem nas suas fileiras valores intelectuais bastante válidos. Nós reconhecemos isso e também que constituem uma associação civil que o representa no próprio território com um atuação bastante decisiva nos últimos tempos, em especial nos aspectos econômico e social, e até nos têm criado alguns problemas, com a afirmações da sua presença e força. É, praticamente, o único partido político que se conhece com expressão significativa. Penso que não haverá, na devida oportunidade, a menor relutância em reconhecer que ele e, portanto, o único partido com expressão suficiente para ser considerado interlocutor".
> Dada a reduzida expressão política e econômica de São Tomé e Príncipe e a falta de dados sobre seus dirigentes nacionalistas, torna-se difícil avaliar as perspectivas do relacionamento entre o

> Brasil e o arquipélago, parecendo, entretanto, que não há muito a explorar.[112]

Como já discorremos em linhas anteriores, se os enfretamentos para o processo de independência de São Tomé e Príncipe não foram dos mais traumáticos, tão pouco foram uma calmaria. Lembremo-nos do exposto no inicio desse capítulo acerca de que uma missão diplomática sempre está atrelada a interesses econômicos, o que evidenciamos, quando Fontoura conclui a parte que escreve sobre o arquipélago, dizendo: "[...] tonar-se difícil avaliar as perspectivas do relacionamento entre o Brasil e o arquipélago, parecendo, entretanto que não há muito a explorar". Tratando-se dos interesses econômicos, Fontoura faz as seguintes considerações,

> Não se pretende aqui empreender um estudo pormenorizado sobre os diversos campos em que se podem desenvolver as relações econômicas do Brasil com cada um dos territórios africanos de expressão portuguesa, mas apenas colocar essas relações dentro de uma perspectiva global africana, aduzindo alguns comentários.
> Dentro desse espírito, caberia, em primeiro lugar, dar uma idéia do que representam aqueles territórios em relação ao Continente africano como um todo.
> Como uma superfície de pouco mais de 2 milhões de quilômetros quadrados e cerca de 15 milhões de habitantes; com um PNB da ordem de US$ 2, 6 bilhões e um comércio exterior de US$ 1,4 bilhão (exportações US$ 640 milhões e importações de US$750 milhões); com uma produção de energia elétrica de 1,3 milhões de Kwh e um consumo de 258 mil toneladas métricas de aço, dos territórios africanos de expressão portuguesa constituem um bloco econômico de reduzida expressão, mesmo na escala africana. Em relação à África como um tod, esses dados correspondem aos seguintes percentuais: 6,89% da superfície territorial; 4,00% da população; 3,38% do PNP do comércio exterior; 1,42% da produção de energia; e 2,58% do consumo de aço.
> Em comparação com os demais países africanos considerados individualmente, os territórios de expressão portuguesa, em seu conjunto, aparecem, grosso modo, com uma dimensão econômica ligeiramente superior à de Marrocos, e inferior à da África dos Sul, Nigéria, Argélia, Líbia, República Árabe do Egito e Zaire.[113]

---

[112] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 126-127.

[113] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p.127-128.

Fontoura,em sua análise, engloba todos os territórios africanos, que faziam parte das “Províncias Ultramarinas”, sendo elas: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. No seu prognóstico as atividades econômicas desenvolvidas por esses territórios não tinham grande expressão de exploração, expondo inclusive que reunidas eram inferiores a muitos países africanos, a exemplo a África do Sul, Nigéria entre outros.

1.6 Potencialidades comerciais entre Brasil Angola e Moçambique e possíveis auxílios estruturais aos países em processo de independências

As relações comerciais brasileiras desenvolvidas com os países africanos de uma forma geral não eram expressivas reunindo Angola e Moçambique, não chegavam a 2%. Mesmo nos outros países vemos que a intensidade das relações comerciais entre Brasil e o continente africano diminuiram desde fim do tráfico negreiro[114]. Contudo Fontoura ressalta as potencialidades do comércio africano em especial com as ex-colônias em destaque Angola,

> Há, entretanto potencialidades a desenvolver. Tanto no campo do comércio quanto dos investimentos, os territórios africanos de expressão portuguesa deverão, após sua independência, alcançar maiores índices de exteriorização de suas economias, quebrando a esmagadora prepotência de Portugal. Essa evolução poderá abrir ao Brasil novas possibilidade para o comércio e investimento, em que pesem as tendências socializantes dos dirigentes nacionalista.
> Dentre esses territórios, Angola é sem dúvida o que apresenta maiores potencialidades. A existência de importantes depósitos de ferro, diamantes e petróleo, além de extensas áreas de terras propícias à cultura de produtos tropicais, parecem garantir a prosperidade futura, que não terá sido atingida há mais tempo em

[114] Durante mais de 300 anos, ambas as regiões [Brasil e Angola] estiveram nas duas pontas do tráfico de escravos. Quase 70% dos cerca de cinco milhões de africanos que desembarcaram no Brasil vinham do Congo e de Angola. E as relações iam muito além do comércio negreiro: pelo menos desde o século XVII, africanos da costa centro-ocidental e brasileiros estavam unidos por laços mercantis, familiares e culturais. Por isso, logo depois da independência [do Brasil], Portugal chegou a enviar centenas de soldados para assegurar o controle de Angola e adiou o retorno a Lisboa de um navio de guerra fundeado em Luanda. E não eram só os portugueses que estavam alertas para manter a colônia africana. Em 1826, no tratado de reconhecimento da independência por Portugal, foi incluída uma cláusula proibindo o Brasil de incorporar qualquer colônia ou território luso no continente africano – Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé, Guiné-Bissau e o Forte de Ajudá, no Golfo do Benim. A medida foi imposição da Inglaterra, já envolvida na campanha para abolir o tráfico. (FERREIRA, 1998, p. 21).

> decorrência da falta de recursos da própria potencia colonizadora e da estreita mentalidade mercantilista que caracterizou por muito tempo a administração portuguesa dos territórios de ultramar.[115]

Com duras críticas à forma como Portugal conduziu a administração comercial de suas colônias, em especial de Angola, Fontoura visualiza grande potencial no solo angolano. Exalta as reservas minerais, a exemplo do ferro, petróleo, diamantes. Todavia, esses mesmos recursos na análise do embaixador brasileiro não foram aproveitados, por conta da falta de recurso da metrópole e da administração com "mentalidade mercantilista". Fontoura expõe como era a exploração das riquezas de Angola,

> O sistema de exploração das riquezas de Angola se caracteriza pela concentração da produção em um número pequeno de empresas estrangeiras ou sediadas na metrópole. Assim, cerca de 98% do valor da indústria extrativista resulta da exploração de três produtos básicos – minério de Ferro, petróleo e diamantes – por apenas cinco empresas estrangeiras, sendo o setor extrativo responsável também por mais de 40% das exportações angolanas. Nos setor agrícola, os principais artigos – café, algodão, sisal, cana de açúcar e frutas tropicais – têm sua produção e sua comercialização externa controlada por grandes grupos econômicos estabelecidos o território metropolitano português. Em que pesem as tendências socializantes dos principais líderes nacionalistas angolanas, é provável que, numa primeira fase, os interesses estrangeiros e portugueses nos territórios sejam preservados, a fim de não produzir o caos na economia local. É de se prever, contudo, que pelo menos os setores básicos da economia seja paulatinamente nacionalizados e estatizados. Essa tendência poderá favorecer os interesses do Brasil, ao facilitar a atuação de empresas estatais brasileiras, notamente [sic] as que operam no campo das indústrias extrativas do petróleo e do minério de ferro.

A exploração das riquezas naturais estava nas mãos de poucas corporações estrangeiras e basicamente concentradas na exploração de petróleo e minério de ferro. Já a produção agrícola estava ligada a empresas lusitanas. Os dados trazidos por Fontoura são alarmantes, retrata os grandes laços de exploração estabelecidos na relação colonial, relações em que a riqueza do país

[115] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p.129.

em vez de ser usada para os benefícios dos que vivem nele, acaba sendo utilizada para a sustentação de um regime de exploração que pendurou por mais de 500 anos[116].

O Estado brasileiro, por sua vez, como é visto ao longo desse trabalho aproxima-se dessas ex-colônias, com o intuito de poder explorar essas riquezas, como veremos melhor no capítulo subsequente. Não obstante, Fontoura aponta algumas possibilidades do comércio entre Brasil e Angola,

> O comércio entre o Brasil e Angola poderá ser consideravelmente ampliado. Embora ocorram coincidências nas respectivas pautas de exportação (minério de ferro, café, algodão, fumo, sisal, açúcar, carne, etc.), Angola: a) é importadora de variada gama de produtos industrializados, capazes de serem fornecidos pelo Brasil; b) exporta petróleo, item de importância crescente na pauta brasileira de importação; e c) dispõe de receitas cambiais ascendentes, decorrentes de suas exportações de produtos agrícolas, de diamantes e de minérios de ferro, bem como dos "royalties" da exploração do petróleo de Cabinda (US$ 400 Milhões, no ano passado). [117]

Os dados trazidos por Fontoura são pertinentes para entendermos os possíveis motivos da aproximação que o Brasil teve com o continente africano em meados da década de 1970. Como sabemos, hoje temos grandes empresas privadas e de capitais estatais em Angola, a exemplo da Odebrecht, e a Petrobras, conhecida em Angola como Braspetro, no próximo capítulo veremos com maior detalhe o ingresso dessas empresas. As informações que Fontoura nos traz vão demonstrando o quanto era importante apoiar a independências dos territórios africanos, mormente Angola.

---

[116] No discurso de exploração de mais de 500 anos temos que fazer a reflexão que a ocupação portuguesa nos territórios africanos, que a primeiro momento foi de "roedura", parafraseado, a historiadora Hernandez, em seu livro *África na Sala de Aula* (2008), pois ocupavam as margens litorâneas e em muitos casos negociavam com comerciantes africanos, os escravos. Esse é um assunto complexo, por hora a ocupação dos ditos territórios de expressão portuguesa no continente africanos ocorreu no final do século XIX, com as disputas territoriais dos territórios africanos, consagrado pela Conferencia de Berlim, em 1885, outro episodio que se configura de forma complexa, pelo valor atribuído a essa conferência. Para maior aprofundamento sobre esse assunto consultar BRUNSCHWIG, Henri. *A Partilha da África Negra*. (2001) e o livro de M'Bokolo, *África Negra* (2007)

[117] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 130.

Além de Angola demonstrar possibilidades diversas de negócios para o Brasil, Fontoura discorreu sobre Moçambique trazendo a seguintes considerações,

> Moçambique aproxima-se da independência com uma situação econômica das mais precárias. Prejudicada por uma administração colonial pouco esclarecida, a economia moçambicana sofreu ainda os efeitos das atividades de guerrilha, sobretudo no Norte do país. Ademais, a descolonização apresentada trouxe uma crise de confiança que está tendo por consequência o êxodo da população branca e a fuga de divisa. Trata-se de uma economia essencialmente agrícola – 85% da população africana economicamente ativa trabalha na agricultura, 70% das exportações são constituídas de castanha-de-caju, algodão e amendoim. É uma agricultura pouco capitalizada, carente de equipamentos e técnicas modernas e, portanto, com baixa produtividade, sendo a maioria dos seus produtos consumidos localmente. A indústria, também descapitalizada e tecnicamente retrógrada, contribui apenas com 15% do PNB e emprega 2% da população Moçambique, sendo dirigida basicamente para o atendimento da demanda local e pequena parcela de mercado português. Mesmo assim, sobretudo quanto a têxteis e gêneros alimentícios, parece estar em condições de competir em outros mercados africanos vizinhos, que até agora lhe estiveram fechados por injunções políticas.[118]

Novamente Fontoura chama atenção para administração portuguesa, afirmando que não soube desenvolver as potencialidades econômicas de Moçambique, um quadro próximo de Angola, embora, no Estado moçambicano as possibilidades em relação ao Estado angolano fossem menores. Entretanto, Fontoura sinaliza algumas possibilidades de negócios,

> Moçambique conta com um grande trunfo, que é a usina hidrelétrica de Cabora Bassa, destinada originariamente, com seus 8 milhões de KW, a suprir o mercado da África do Sul, de onde veio a maior parte dos financiamentos e a vias necessários à concretização do gigantesco empreendimento. Se os novos dirigentes de Moçambique souberem usar do pragmatismo político, colocando à margem diferenças ideológicas e raciais com Pretória, Cabora Bassa constituir-se-á em importante, talvez e mais importante, fonte de divisas do novo Estado independente.
> Para o Brasil, não será difícil encontrar o que vender a Moçambique, mas sim o que dele comprar. Se o comércio oferece poucas perspectivas pelo menos à primeira vista, o campo para

[118] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 120-131.

> investimento é vasto, num país caracterizado pela fraca capitalização em todos os setores.
> A ideologia dos principais dirigentes de Frelimo faz supor que eles tenham em mente um projeto socialista para a economia de seu país. Isso não implica, porém, necessariamente, em exclusão da cooperação do capital estrangeiro. Tudo está em encontrar adequadas para que essa cooperação se possa concretizar. O mesmo se aplica, evidentemente, aos demais países africanos de expressão portuguesa.[119]

Segundo Fontoura as oportunidades para o comércio com Moçambique eram boas, embora nos primeiros anos pós-independência o Estado moçambicano não enxergasse o Brasil com "bons olhos"[120]. Nos dias atuais os investimentos se materializaram, a exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, que tem diversos investimentos nesse país. Como próprio embaixador expõe, o Estado moçambicano não tem produtos que interessam para o Brasil, pois sua produção agrícola é semelhante a brasileira.

Por fim, Fontoura faz um prognostico, em especial de Angola e Moçambique, em relação a possíveis investimentos futuros,

> Além de mercado para produtos e investimentos brasileiros, Angola e Moçambique poderão ser também mercado importante para serviço – tais como os de construção de estradas, pontes, barragens, aeroportos, hotéis (Moçambique, por exemplo, tem potencial turístico), habitação, escola, universidades – nos quais o Brasil possui tecnologia não só avançada, mas também adaptada às condições de países tropicais e em processo de desenvolvimento, que apresenta a vantagem competitiva de beneficiar-se da identidade de língua.
> Um ponto que conviria também ressaltar, com respeito às perspectivas do relacionamento do Brasil com os territórios africanos de expressão portuguesa, no campo econômico, é que esses territórios revestem grande importância não apenas pelo que representam em si mesmos – e sua expressão econômica relativa e pequena, conforme já foi assinado – mas pelas possibilidades que oferecem como "trampolim" para penetração brasileira em outros mercados africanos. Nas suas condições de colônias de Portugal, esses territórios estavam isolados do resto

[119] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 131-132.

[120] A respeito dessa questão o jornalista Elio Gaspari discorreu no seu livro *A Ditadura Encurralada* (2004)[..] *Ovídio lembraria que ele falou devagar, escandindo as sílabas: "As mentes e os corações moçambicanos, depois de sofrerem 14 anos de guerra depois de verem durante todos esse tempo o Brasil apoiando Portugal – não estavam acostumadas a considerar o Brasil como país amigo".* (GASPARI, 2004, p.150)

> da África. Com Estados independentes, as portas tenderão a abrir-se a eles, talvez, até, nos primeiros tempos, com excesso de generosidade, como demonstração de apoio aos mais novos membros da família das nações independentes.
> Tanto no campo oficial como no da iniciativa privada, a ação do Brasil nesse terreno deverá ser empreendido com grande tato, fim de não despertar suspeitas ou temores de ambições "neo-colonialistas" de sua parte.[121]

A análise feita pelo embaixador brasileiro vislumbrava um futuro que se tornou o presente de algumas empresas brasileiras, já mencionadas nesse trabalho. Tanto Angola como Moçambique são Estados que, após o fim do colonialismo, com a saída do colonizador, levou tudo que pode, somando-se a isso os conflitos ocasionados pela Guerra Colonial para os portugueses ou de libertação para os africanos o que deixou esses Estados em "frangalhos". Em Angola tivemos a guerra civil que durou até 2002. Sendo assim há muito que fazer em termos de infraestrutura. Empresas brasileiras, a exemplo da Odebrecht e da Vale do Rio Doce, a primeira desde no início dos anos 1980 estão presentes no Estado angolano. Ambas construindo estradas, pontes, prédios entre outros empreendimentos.

É importante salienta outros aspectos levantados por Fontoura como a questões culturais. O embaixador grifa alguns pontos sobre a relação cultural entre Brasil e os agora países africanos,

> Pela identidade de idioma e seus laços étnicos com os territórios africanos de expressão portuguesa, o Brasil desfruta de uma situação privilegiada para empreender vigorosa ação no campo cultural. Pode-se dizer que é nesse terreno que há uma convergência maior entre os interesses do Brasil, de um lado, e os dos territórios em questão, e mesmo Portugal, de outro.
> Carentes, em maior ou menor grau, de quadros técnicos – problemas esse ainda mais agravado pelo êxodo de parte da população branca – as ex-colônias portuguesas estarão certamente interessadas em receber ajuda nos campos do ensino e da assistência técnica. O Brasil é dotado de condições ótimas para fornecer essa ajuda, não só pelos já mencionados fatores linguístico e étnico, mas também por haver desenvolvido técnicas próprias, adequadas às condições de países em desenvolvimento

[121] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p.132-133.

> e em áreas tropicais. Nos campo do ensino, por exemplo, vê-se de imediato a possibilidade de aplicação dos métodos de alfabetização de adultos (MOBRAL).[122]

Registramos que Fontoura aponta que a forma de inserção do Estado brasileiro nesses novos países deveria acontecer por meio das relações culturais, por serem Estados que falam a mesma língua e que dali em diante iria se reconstruir. Há a necessidade de auxílios diversos, principalmente por conta da evasão da população branca, que inclusive detinha o conhecimento técnico.

O embaixador dá o exemplo do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, que foi criado em 1967 pela autocracia burguesa militar, e era uma das grandes bandeiras que pretendia alfabetizar jovens e adultos[123]. Os índices de analfabetismo no Brasil eram muito altos. Apesar de ainda hoje o quadro educacional brasileiro não ser dos melhores, contudo não se pode fazer uma comparação com a década de 1960, pois hoje temos diversos projetos do governo federal, estaduais e municipais que englobam além da alfabetização o ensino superior. Os problemas, agora, são outros como a qualidade e infraestrutura em todas as instâncias do ensino no Brasil.

Contudo se compararmos aos Estados africanos o cenário deles era muito pior. No caso dos países recém-independentes, a política dos regimes coloniais portuguesas nunca privilegiou a educação, pelo contrário[124]. O ensino regular geralmente foi realizado por instituições religiosas, protestantes ou católicas.

---

[122] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 133.

[123] Criado pelo Decreto n:62.455/68, tinha por finalidade executar o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, para que contou com recursos da Loteria Esportiva e vários incentivos fiscais que lhe garantiram receitas consideráveis (Melchior, 1987). Porém distintamente do que se planejou, nem de longe o Mobral alcançou seus objetivos. Conforme dados do Censo de 1980, as taxas de analfabetismo da população maior de quinze anos, público- alvo do Mobral, estavam em 24,5%, contra os 33,6% registrados em 1970; ademais, o número absoluto de analfabetos havia crescido em 540 mil pessoas. (MATHIAS, 2004, p.175).

[124] Para temos uma noção melhor sobre essa questão, registramos um trecho do pesquisador e educador angolano Filipe Zau sobre a politica educativa em Angola na década de 1960: *Calcula-se que, por volta de 1962, tenham aparecido os primeiros Cursos de Monitores Escolares, ou seja, professores apenas habilitados com a 4º classe, em alguns casos com a 4 classes dentro de uma mesma sala de aula. O tempo de duração da sua formação ocorria apenas no mês de Março ou, entre julho e Agosto, no período das férias, altura em que se podia dispor das instalações escolares, tanto para as aulas-modelo, como para feitoria e dormitório. Em gera, os monitores escolares apresentavam fraco domínio da língua portuguesa. Tinham dificuldade em redigir e cometiam muitos e grosseiros erros ortográficos. A aprendizagem das aptidões pedagógicas assentavam no princípios da imitação: "faz como eu faço" (ZAU, 2013:259).*

Ressaltamos que esta última apoiou o regime salazarista. Dessa maneira o ingresso de estudantes negros era dificultada, pois a cidadania plena no Estado autoritário português nas colônias, por conta da lei do indigenato, era somente dada a quem sabia falar e escrever em português. Vemos, ao longo do trabalho, outros exemplos de impedimento a cidadania plena nas então “Províncias Ultramarinas”.

Voltando às considerações de Fontoura acerca das relações culturais entre Brasil e os Estados africanos em processo de independência, ele discorreu os principais problemas enfrentados,

> Dos três principais territórios africanos de expressão portuguesa, a Guiné-Bissau é sem dúvida o mais desprovido de quadros e, portanto, o mais necessitado de ajuda. Reflexo dessa situação de penúria é a campanha que se está realizando atualmente em Portugal no sentido de recrutar médicos e enfermeiros, com toda urgência, para um período de serviço naquele território, bem como uma coleta de livros de todo tipo. O território que desfruta de melhores condições é Angola, com um contingente apreciável de quadros africanos, formados em universidades europeias (não só em Portugal, mas também em outros países), bem como uma importante população de origem portuguesa (cerca de 800.000 pessoas). Moçambique estaria numa situação mediária.
> A ação brasileira no campo cultural, em suas formas tradicionais – tais como o envio de professores e técnicos, concessão de bolsas de estudo, intercâmbio artístico (envolvendo as artes plásticas, quanto as dramáticas, cinema e música, divulgação da literatura brasileira) – deveria pauta-se pela preocupação de dar aos povos de tais territórios uma noção nítida do Brasil, como sociedade avançada e sem preconceitos de qualquer espécie (de raça, de religião e, mesmo, de ideologia). E, sobretudo, muito importante desfazer, o mais rápido possível, a impressão que tem a população daqueles territórios - inclusive seus lideres mais importantes, conforme assinalados mais acima – de que o Brasil é uma sociedade retrograda e racista, onde os elementos de origem africana até hoje não conseguiram ascender na escala social, permanecendo, como disse Agostinho Neto de certa feita, na condição de “vendedores de ginguba” e moradores da favela. Nesse sentido, muito pode contribuir, naturalmente, além do intercâmbio cultural, uma adequada campanha de informação pública através dos meios de comunicação de massa: imprensa escrita, rádio, televisão (a instala-se em breve em Angola). A retificação de nossa imagem refletir-se-á certamente na atitude que o povo e dos dirigentes territórios terão com respeito ao Brasil,

> podendo exercer, portanto, uma influencia não pequena nas relações brasileiras com a África de expressão portuguesa.[125]

As questões expostas pelo embaixador Carlos Alberto da Fontoura no relatório direcionado ao Ministério Relações Exteriores, procurava preparar o então ministro Francisco Azeredo da Silveira, que visitou o país em outubro de 1974, após seis meses da Revolução dos Cravos fez uma prognostico amplo não somente dos acontecimentos em Portugal, mas principalmente para as então as "Províncias Ultramarinas".

As informações apresentadas nos dão subsídios para o próximo capitulo que vai justamente refletir sobre a Representação Especial Brasileira instalada em Angola e que justamente como apontado no relatório e bibliografia apresentado em nosso trabalho foi a mais complexa. No nosso próximo capitulo pretendemos corroborar para entender melhor os motivos que levaram o Brasil a ser o primeiro país ocidental a reconhecer a independência de Angola.

[125] Secreto nº 8 PORTUGAL (CONTINENTE) TERRITÓRIOS AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM O BRASIL. EMBAIXADA DO BRASIL LISBOA, 31 DE OUTUBRO DE 1974. p. 134-135.

Capítulo II – O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA: BRASIL/ ÁFRICA PERCEPÇÕES E ESTRANHAMENTOS COMERCIAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E DIPLOMÁTICOS.

Nesse capítulo veremos nexos dialéticos entre Brasil e o Continente Africano no segundo período do século XX especialmente no que se refere às relações comerciais e diplomáticas. Em particular especificamos o caso do Estado de Angola e seu processo de independência dentro da conjuntura da Guerra-Fria, envolvendo diversos países que irão influenciar e/ou apoiar os movimentos locais, o que faz do processo de libertação de Angola um dos mais complexos dentre os países que estavam se libertado de Portugal. Esse processo é o mais complexo, como vimos anteriormente no presente trabalho, no que diz respeito aos interesses econômicos e políticos, assim como a conjuntura da Guerra-Fria, elementos que veremos nesse capítulo.

No ano de 1968 aconteceu o inicio das atividades da Câmara do Comércio Afro-Brasilera, representada pelo então Deputado Federal, Adalberto Camargo[126]. Segundo o pesquisador Ivo Santana (2004, p.83), o órgão tinha como objetivo "estreitar as relações entre o Brasil e o Continente Africano, fomentando o desenvolvimento de negócios, atividades culturais e cientificas". Cumpre observar que o idealizador da Câmara de Comércio, Adalberto Camargo, faz a seguinte consideração: "para muita gente, na África só tinha Tarzan e Chita" (SANTANA, 2004, p.83), confirmando desta forma, em primeiro lugar o desinteresse de muitos comerciantes brasileiros e, ao mesmo tempo, o seu empenho em estreitar as relações com este continente. Ao longo de seu desenvolvimento a Câmara de Comércio Afro-Brasileira participou das principais negociações entre África e Brasil, inclusive com Angola.

Ivo Santana (2004) dedicou um capítulo de seu livro para discorrer sobre a empresa brasileira que mais se desenvolveu em Angola: a baiana Odebrecht.

[126]Sobre sua biografia, pode-se destacar alguns elementos apontados por Santana, "Negro, de origem humilde, Adalberto Camargo nasceu em Araraquara, teve infância pobre e pouca escolaridade, aos 16 anos mudou-se para a capital, trabalhou em várias áreas, até que tornou-se um grande empresário da área de carros para aluguel e táxi, chegando a consagrar a Volkswagen, o que lhe trouxe prestígio diante dos altos ciclos empresarias do país. Foi eleito membro executivo do Conselho da Câmara e Comércio Estrangeiro e, além disso, "em 1966, aos 43 anos de idade, candidatou-se à Câmara Federal pelo estado de São Paulo, vencendo as eleições daquele ano com o suporte do 'voto racial' da comunidade negra e o respaldo de suas entidades representativas [...]".(SANTANA, 2004, p.83-84)

Segundo o autor, em decorrência da crise do petróleo, o “Milagre Econômico” brasileiro entrou em decadência. Por conta dela , o setor da construção civil, que Odebrecht faz parte, não encontrava mais no Brasil um local propício para seus empreendimentos, partindo para experiências internacionais, estabelecendo-se também em Angola e iniciando suas atividades neste país na década de 1980. Em entrevista ao pesquisador Ivo Santana, o vice presidente da empresa falou a respeito do inicio dessas atividades,

> Nós resolvemos fazer a duas coisas: diversificar na linha petroquímica e internacionalizamos na linha de engenharia [...] já tínhamos um projeto em obras no Peru e começamos então a desenvolver uma estratégia de abordagem do mercado internacional, num sentido de atuação mais permanentes, mais continua, e Angola coincide com esse período. (SANTANA, 2004, p.111).

As participações de empresas brasileiras em solo africano, em especial angolano, têm a contribuição explícita do governo brasileiro. Lembramos ainda que a política de aproximação do Brasil e Continente Africano concretiza-se no governo Jânio Quadros na década de 1960 e é rompida com o golpe Militar de 1964, todavia, como visto neste trabalho, no governo do Presidente Médici inicia-se um processo de reaproximação.

Ivo Santana (2004, p.112), ao entrevistar Luís Almeida, representante à época da empresa Odebrecht, citada acima como empresa brasileira pioneira a negociar no mercado angolano, obteve informações de como foi o inicio das operações em Angola:

> A Missão brasileira, chefiada pelo então ministro Delfim Neto, buscava alcançar os soviéticos, que reclamavam da reduzida participação brasileira nas exportações provenientes da URSS. Eles queriam que o Brasil importasse deles um valor menos igual, e o Brasil não tinha muito o que importar da URSS. Em Moscou, discutíamos com representantes da empresa soviética Tecno-promoexport as possibilidades de execução do Projeto Olmos, para irrigação de terras do Peru. O projeto mostrou-se inviável em razão de interesses políticos globais, e os soviéticos nos propuseram uma outra iniciativa: a construção de uma hidrelétrica em Angola, um trabalho conjunto no projeto de Campanda. E verdade, nessa missão, nossa posição era de servir de instrumento que permitisse viabilizar uma política que interessava aos dois países: o Brasil e a União Soviética, de executar projeto em terceiros países e que gerassem exportações para ambos

> (depoimento de L.A. em entrevista ao autor em Agosto/2001). (SANTANA, 2004, p.112)

Santana (2004) ressalta que Angola havia obtido sua independência há pouco tempo e o fato do Brasil ter apoiado a sua emancipação facilitou sua entrada no mercado daquele país. Mesmo numa conjuntura de Guerra-Fria, em que os EUA apoiavam os insurgentes da União Nacional de Libertação Total de Angola - UNITA[127], o Brasil não se intimidou. Em entrevista a Santana (2004, p.113), Luís Almeida registra que:

> O governo brasileiro demonstrava uma política de longo prazo em relação a Angola e isso se refletiu na nossa relação com os angolanos em geral. Aí o governo brasileiro foi fundamental com sua postura de favorecer Angola na ONU, numa época em que os americanos eram incondicionalmente pró-Savimbi. (ALMEIDA, apud SANTANA, 2004, p.113).

Importa salientar que o governo brasileiro, por conta dos problemas econômicos enfrentados em meados da década de 1970 e durante a década de 1980, não tinha outro caminho além da exportação para mercados pouco explorados, como do Continente Africano, inclusive com mercadorias que eram até então pouco exportadas como manufatura e serviço. Angola era um mercado propício para venda desses produtos, todavia um país recém independente vivendo uma guerra civil entre os dois principais movimentos, UNITA e MPLA . O que faz indagarmos: como o governo angolano poderia financiar a reconstrução de um país destroçado pela guerra?

Para entendermos a dinâmica econômica entre Brasil e Angola, é essencial conhecer as considerações de um dos representantes da Odebrecht, Roberto Dias:

---

[127] Tema que vai ser recorrente em nossa tese, Angola, teve envolvimento de três movimentos: Movimento de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956 que, aos poucos, ligou-se a então União Soviética e Cuba, consolidando como líder o médico e poeta Agostinho Neto; a Frente de Libertação de Angola (FNLA), criada em 1961 e ligada aos interesses do Zaire e dos Estados Unidos, sob a liderança de Holden Roberto e, por fim, a União de Libertação Total de Angola (UNITA), de 1966, ligada aos interesses da África do Sul, China e portugueses, inconformados com o processo de independência e também dos Estados Unidos Ver (SANTOS, 2010, p.36). Evidente que havia outros movimentos, a exemplo da FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda. Mas para nossa analise concentramos nos três movimentos (UNITA, MPLA E FNLA).

> [...] tínhamos de compatibilizar, num verdadeiro trabalho político-diplomático, os interesses do sócio e do governo Soviético, os do Governo brasileiro e os do País Cliente (Angola). Tudo isso exigindo deslocamento entre três continentes e a convivência entre três culturas diferentes (A organização, 1994, p.25).
> Essas negociações resultaram na criação de mecanismos especialmente montados para viabilização da obra, em que a parte soviética se responsabilizava pelo financiamento, projeto e montagem eletromecânica da usina. Ao Brasil caberia a execução das obras de engenharia, o financiamento e o provimento dos bens e serviços associados à construção. A partir de financiamento concedido pelo Banco do Brasil, firmou-se um contrato de longo prazo com o governo angolano, pelo qual este assumia o compromisso de entregar à Petrobrás o valor em petróleo correspondente aos serviços executados. Essa operação de *coutrotertrade* foi um dos mecanismos especiais utilizados para viabilizar financeiramente o empreendimento e assegurar a realização da obra, que se apresentava vantajosa para o governo brasileiro. (DIAS, apud SANTANA, 2004, p.115)

Dessa maneira, o Brasil pôde importar petróleo a preço em cruzeiro, a moeda em circulação à época no Brasil, num período de crise no setor e ao mesmo tempo Angola resolvia seu problema de liquidez. Todavia, outras indagações podem ser levantadas, pois um país em guerra geralmente sofre boicotes nas construções de infraestrutura, a fim de enfraquecer o grupo que está no poder. Esse fato faz com que empresas, principalmente estrangeiras, com exceção da indústria bélica, não invistam em um país com essa situação, dessa maneira como a Odebrecht, por exemplo, investiu em Angola? A esse respeito, Luís Almeida faz a seguinte consideração:

> [...] Criou-se um espaço protegido para nós podermos trabalhar, com patrulhas que viajavam com os caminhões, motoristas angolanos treinados pelos militares dirigindo os veículos e outras coisas desse tipo. Mas, para que isso ocorresse, em várias situações buscamos demonstrar que nós não estávamos lá simplesmente como estrangeiros que exigiam: Faz uma parede ai em volta da obra, que eu entro, uma parede e um teto em cima pra que não se possa jogar bomba, vir soldado, avião ou artilharia e só assim nós vamos trabalhar. Não era essa a nossa equação de riscos, nem era com empresa de seguros, porque, se nós fossemos fazer a cobertura de riscos políticos, riscos de guerra, com uma empresa de seguros, o projeto ficaria exorbitante e inviável para os angolanos. Procuramos encontrar os meios de fazer as coisas funcionarem, mesmo correndo os riscos, e isso foi importante para eles: que a todo momento nós estivéssemos dispostos a buscar uma solução não convencional para viabilizar o projeto, buscando o apoio onde fosse necessário, seja no governo

> angolano, no governo brasileiro ou no soviético. (ALMEIDA, apud SANTANA, 2004, p.117)

No processo de reconstrução de Angola, agora como país, a participação brasileira foi extremamente importante, pelos motivos apontados no texto. Verificamos que houve ajuda mutua, pois o Estado angolano necessitava de infraestrutura, devido ao abandono dos colonizadores portugueses, que deixaram o país destroçado, a guerra pela independência e logo depois a guerra civil que onerou ainda mais o Estado angolano. Dessa maneira o investimento brasileiro, bem como o apoio técnico, contribuíram para a reconstrução, por outro lado o pagamento em petróleo fez com que a crise do preço do petróleo fosse amortizada no Brasil.

Para entendermos os pormenores da participação brasileira em Angola, é importante considerarmos o fato de que no governo do Presidente Geisel, o Brasil estabeleceu uma Representação Especial em Angola liderada pelo embaixador Ovídio Andrade de Melo. Segundo a pesquisadora Letícia Pinheiro (2007, p. 97) o intuito de sua presença em Angola era prestar informações sobre o processo de independência de maneira imparcial. No entanto, o trabalho do embaixador Ovídio de Melo foi de grandes percalços, pois havia divergências importantes entre os três movimentos de independência.

Por hora cumpre observar que em documentação do Itamaraty, materializada nos relatórios enviados pela representação brasileira em Angola, fica evidenciado o interesse do Brasil de, além do oferecimento de ajuda humanitária, estabelecer negócios e assegurar empreendimento brasileiro em solo angolano. O que veremos mais detalhadamente no próximo subcapítulo.

2.1 A Representação brasileira e prospecções comerciais entre os negócios brasileiros e angolanos.

Antes de propriamente discutirmos sobre a Representação brasileira em Angola e suas prospecções comerciais entre outros assuntos, é importante para nosso trabalho entendemos as questões que se dão anteriormente à sua instalação . Como vimos no capítulo anterior, baseado no relatório que o então embaixador em Portugal Carlos Alberto da Fontoura faz do processo de Revolução dos Cravos e da descolonização dos territórios africanos de expressão

portuguesa, o Estado brasileiro demonstra interesse de aproximar-se desses territórios, especificamente de Angola.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Francisco Azeredo da Silveira, designou o diplomata Italo Zappa para chefiar o Departamento de África, Ásia e Oceania do Itamaraty, a respeito dessa questão salientamos o que o jornalista Gaspari pontou sobre Zappa,

> Italo Zappa era filho de um imigrante italiano que vendia livros e jornais em Barra do Pirai. O Chanceler Azevedo da Silveira entregara-lhe a chefia do Departamento da África, Ásia e Oceania do Itamaraty. Aos 49 anos, tinha a maior jurisdição geográfica da Casa, e nenhuma importância. Silveira não indicou pelo que pensasse. Levara o nome a Geisel como segundo hipótese para o caro (Dez folhas, encaminhada por Silveira a Geisel em fevereiro de 1973. [...]. O outro nome listado era o do ministro Paulo Contrim.) Zappa trabalhava com um pé na disciplina e outro na esquerda. (GASPARI, 2004, p. 136-137)

Italo Zappa nomeou para chefia da missão em Angola seu amigo de infância, diplomata Ovídio de Andrade Melo[128], antes de ir para Luanda, Ovídio Melo ficou um período em Nairóbi no Quênia. Melo em seu livro *Recordações de um Removedor de Mofo do Itamaraty* (2009) faz as seguintes considerações sobre esse período,

> [...] Depois, ao fim das férias, eu regressaria a Londres, onde aguardaria instruções de partida para Nairóbi, na missão que teria de propor a criação das Missões Especiais. Nairóbi era o posto diplomático que tínhamos mais perto de Dar-es-Salaam, na Tanzânia, onde se sediavam tanto a Frelimo de Moçambique quanto o MPLA de Angola, ambos ainda no exílio naquele período de transição. No entretempo, enquanto em férias no Brasil, busquei informar-me sobre os movimentos negros africanos, sobre a guerra que mantiveram contra Portugal durante quase três lustros. Os arquivos do Itamaraty eram paupérrimos a respeito.

[128] A respeito da nomeação de Ovídio de Andrade Melo salientamos o que Gaspari escreveu: Zappa obtivera do ministro Ovídeo de Andrade Melo, seu amigo e colega, para a chefia de uma representação brasileira junto ao governo de transição. Teria o titulo de cônsul-geral em Luanda e seria reconhecido pelos três movimentos, mantendo em relação a eles uma posição de neutralidade. Famoso entre os colegas por esquerdista e pela contundência de suas observações, Ovídio recebeu o posto nevrálgico sem contestação. Cumpria-se uma escrita do Itamaraty segundo a qual as convicções politicas dos diplomatas se tornam irrelevantes quando se trata de preencher posições fora do eixo Roma-Paris-Londres-Nova York. Ele trocara Londres por Luanda, nas terras do fim do mundo. Antes de seguir o posto, procurara aprender alguma coisa sobre Angola enfurnando-se nos arquivos do Itamaraty. Afora livros de referencia, encontrou apenas telegramas que refletiam décadas de apoio ao colonialismo português e desprezo pela luta dos nativos. (GASPARI, 2004, p.139-140)

> Tudo que continham eram as informações, ou desinformações já superadas, que o próprio Governo português passara às autoridades brasileiras sobre aquelas lutas na África. De outra parte, contatos diretos com líderes ou dirigentes daqueles movimentos africanos haviam sido cuidadosamente evitados desde 1964 pela diplomacia brasileira em todos os postos do mundo, pois poderiam ser tidos como subversivos, adversos a Portugal. Assim também, as livrarias do Rio de Janeiro só ousavam ostentar nas prateleiras livros sobre o assunto que, com maior ou menor entusiasmo, tratassem da "missão civilizatória de Portugal na África. (MELO, 2009, p.100.)

Ovídio Melo, como exposto acima, ocupava posto de destaque em Londres e foi designado à missão em Angola, e antes de instalar-se em Luanda, estando em férias no Brasil, procurou saber mais sobre o país que iria residir. Ressalta que no Itamaraty encontrou pouca coisa, inclusive enfatizando a existência de materiais fornecidos pelos portugueses. Ainda aponta que nas livrarias do Rio de Janeiro, os livros que existiam eram a respeito das contribuições "civilizatórias dos portugueses em África". Avaliando o contexto relatado por Melo e a realidade atual, é impossível desconsiderarmos que hoje temos mais informações sobre o continente africano, no entanto ainda há bastante desinformação[129].

É importante enfatizar que atualmente as livrarias, muito por conta da lei 10639/2003, vêm fomentando uma bibliografia sobre o continente africano, embora ainda fragmentada misturando História da África com Afro-brasileira, como se fosse a mesma coisa. Primeiro há um pensamento de senso comum que entende História da África como única, deixando de considerar toda a complexidade de um continente. Como exemplo, podemos mencionar os processos de libertação dos países aqui expostos, especificamente de Angola, o quanto complexo e rico em questões étnicas, culturais, ideológicas, identitárias entre outros. O que dirá a respeito da complexidade da história de todo um continente?

Voltando à instalação da Representação Especial em Angola, como Ovídio Melo discorreu inicialmente, ficou em Nairóbi para encontros com as lideranças

[129] Quando fui retirar o visto para ir para Angola em São Paulo, ao embarcar em um táxi para o consulado em Angola no dia 28/05/2014, o taxista perguntou que língua eles falavam em Angola, sei que a indagação não é reciproca aos angolanos em relação aos brasileiros, o período que fiquei em Luanda percebi que pelo menos sabem que nós, assim como eles ,falamos o mesmo idioma, não sei se a mesma língua.

dos movimentos de independência de Angola e Moçambique. Cumpre destacar o seguinte trecho,

> Minha missão à África, destinada a propor a criação das Representações Especiais em Lourenço Marques e Luanda, começou então em meados de janeiro, com os contatos que, de Nairóbi, no Quênia, com a cooperação do Embaixador Frank Mesquita, consegui estabelecer na Tanzânia, em Dar-es-Salaam, com a Frelimo de Moçambique, e com o MPLA de Angola. Agostinho Neto estava ausente de Dar-es-Salaam. Samora Machel, que recebera Zappa um mês e meio antes, designou para receber-me Marcelino dos Santos, Vice-Presidente, encarregado de Relações Exteriores da Frelimo. A primeira entrevista que então tive, com Marcelino dos Santos, no acampamento militar da Frelimo em Kurasini, nas imediações de Dar-es-Salaam, foi plácida. Expus-lhe os bons propósitos do Governo brasileiro e sua nova política para com a África. Propus-lhe a criação de uma Representação Especial em Lourenço Marques e salientei, da maneira mais convincente possível, as vantagens que tal missão permanente antecipada traria, para as relações com o Brasil e para reforço dos Acordos de Alvor, pelos quais Portugal prometia a independência de Moçambique em julho de 75. (MELO, 2009, p. 101)

Percebemos que Ovídio Melo ficou na embaixada em Nairóbi para estreitar relacionamentos com os movimentos de independência, e vimos como o Estado brasileiro ficou ao lado dos portugueses, questão que o próprio diplomata expôs em suas memórias. Verificamos como o jornalista Elio Gaspari expõe em seu livro *Ditadura Encurralada* (2004), que Ovídio Melo tinha “contundência de suas observações”, como podemos constatar em sua atuação em Nairóbi, na qual buscou estabelecer contato com lideres do movimento em Angola,

> Voltei a Nairóbi para reportar ao Itamaraty a entrevista com Marcelino e fiquei aguardando o telefonema de Petrov, que demorava. Finalmente, depois de insistentes chamadas telefônicas, consegui reencontrá-lo no escritório do MPLA. Estava muito ocupado. Agostinho Neto regressara a Dar-es-Salaam, mas se aprestava para viajar de novo, logo em seguida. Passaria na manhã seguinte por Nairóbi, onde faria uma rápida escala. Se eu quisesse, dizia Petrov, poderia encontrá-lo no aeroporto, mas a entrevista teria de ser muito curta, apenas o tempo necessário para a troca de aviões. Estudei naquela mesma noite os horários e as rotas das poucas companhias de aviação que serviam Nairóbi e Dar-es-Salaam. Cheguei à conclusão de que Agostinho Neto, na manhã seguinte, só poderia embarcar em Dar-es-Salaam num voo da *East African Airway*s, no retorno de uma aeronave daquela

> companhia, que vinha de Roma e passaria de madrugada por Nairóbi. Na mesma madrugada fui para a Tanzânia, naquele voo. Cheguei a Dar-es-Salaam e esperei no aeroporto, para voltar no mesmo avião. Contatei o chefe de segurança do aeroporto, pedi-lhe que encaminhasse um cartão meu a Petrov, tão pronto Agostinho Neto chegasse para embarque. O resultado de meu deslocamento foi positivo. Voltei de Dar-es-Salaam sentado ao lado de Agostinho Neto, na primeira classe do avião que estava inteiramente ocupada por dirigentes do MPLA. Iniciava-se, naquele voo de uma hora e pouco até Nairóbi, a primeira etapa do retorno do MPLA a Luanda, para participar do Governo de Transição para a Independência. Agostinho Neto tencionava chegar a Luanda, depois de algumas escalas, em Nairóbi e outras cidades africanas, exatamente no dia 4 de fevereiro. Pois fora naquela data, 14 anos antes, que o MPLA se sublevara na capital da colônia e pela primeira vez atacara as prisões e quartéis portugueses. A conversa com Agostinho Neto foi simpática, naquele ambiente de contida excitação, num momento que, para ele e seus correligionários do MPLA, era de grande significado político e histórico. Ouvi mais do que falei. O líder do MPLA mostrou-se contente com a nova orientação da política externa brasileira com relação à África. Concordou com a abertura de uma Representação Especial em Luanda. Revelou-se muito interessado pela cooperação de todo tipo que o Governo brasileiro pudesse dispensar a Angola, antes, durante, depois da independência que viria em 11 de novembro. (MELO, 2009, p. 103).

Em Março de 1975 é aberta a Representação Especial em Angola, que ao longo desse capítulo veremos que sua atuação se deu não somente aos movimentos de libertação, mas também as questões de prospecção de negócios para o Brasil, dentre outros ligados ao êxodo de portugueses de Angola e contatos entre embaixadas. Por hora constatamos a atuação de empresas brasileiras em Angola, conforme o memorando do embaixador Ovídio Melo do dia 11/04/1975.

> Em reposta ao seu telegrama confidencial número 17. Conversei hoje, longamente, com Diretor do Supermercado Jumbo em Angola, Senhor Pedro Monteiro, que me informou, com um mínimo de reserva comercial, sobre a situação de sua firma, frente à conjuntura política em Portugal e em Angola. 2. A firma portuguesa “Supa” (Companhia Portuguesa de Supermercado Pão de Açúcar) controla 40% da firma angolana “Africados” (África Supermercado S.A) que é a proprietária do Supermercado Jumbo, estabelecido em Luanda desde 1973.
> 3. A firma “Supa”, portuguesa, tem seu capital constituído da seguinte forma: 45% pertencem à família do conselheiro Diniz, dona de vários supermercados em São Paulo; 25% pertenciam à Companhia de Seguros Impérios, que acaba de ser nacionalizada em Portugal, e por conseguinte, passaram a pertencer ao Governo

> português; 20% pertenciam à Companhia União fabril, também nacionalizada em Portugal; 10% pertencem a diversos acionistas, dos quais o principal seria Doutor Flores, cidadão português. 4. Assim, desde o começo, o interesse da família Diniz seria minoritário na SUPA, em relação aos capitais portugueses. E, como a SUPA, como um todo, tinha apenas 40% do interesse na "Africados", a participação de capitais brasileiros no Supermercado Jumbo é bastante pequena.[130]

O memorando do embaixador evidência que mesmo antes da independência havia capitais de empresas brasileiras em Angola e o Estado brasileiro por meio de sua representação estava atento. Este fato também foi relatado pelo historiador José Sombra Saraiva (1999, p. 240), em seu livro *Angola e Brasil*, no qual registra em nota que a empresa Pão de Açúcar manteve suas lojas trabalhando em Luanda durante toda guerra e ainda afirma que o governo brasileiro deu cerca de cinco milhões de dólares para o grupo Pão de Açúcar para ajudar a "manter Angola abastecida".

O fato exposto pelo historiador Saraiva, além de evidenciar a presença do Estado brasileiro, no sentido de ajudar financeiramente capitais de empresa brasileira, nesse caso o Pão de Açúcar, o memorando de Ovídio Melo, afirma que a participação de capitais financeiros brasileiros é pequena, embora acreditar que 40% seja uma parcela pequena é no mínimo discutível. Em outra parte do mesmo memorado, Melo expõe melhor a composição de capitais,

> 5. A composição do capital da Africados é o seguinte: 40% como mencionado, da SUPA; 25% da Sociedade Financeira, que é governamental; 35% restante distribuídos entre diversos investidores portugueses; não brasileiros, nem angolanos.
> 6. A rigor, pois, com as nacionalizações havidas em Portugal recentemente, só de bancos e companhias de seguro, o Governo Português nem precisa nacionalizar a SUPA ou a Africados. Já tem controle acionário das mesmas, que antes era dos bancos e companhias de seguro. Hoje detém mais de 50% da SUPA e, controlando a SUPA, somando o investimento da SUPA em Angola ao investimento governamental que já existe, de 25% da Sociedade Financeira, controla 65% da Africados.
> 7. Isto quanto ao controle acionário, que, repito, tornaria desnecessária qualquer medida de nacionalização direta. Quanto ao controle efetivo, a situação parece ser diferente, na mesma

[130]Telegrama do representante especial do Brasil em Luanda, o embaixador Ovídio de Melo para a Secretária de Estado. Índice: Situação do Supermercado Jumbo em Angola. Nº 30, em 11/04/75.

> medida em que vai sendo diferente a nacionalização dos bancos em Portugal e em Angola.
> 8. Em Portugal, dada a agitação trabalhista existente, o controle governamental tornou-se efetivo pela demissão sumaria dos diretores que foram "saneados", pela nova direção que se instalou, de funcionários de firma. Em Angola, desde o 25 de abril, a Africados vem tomando medidas acautelatórias. Africanizou os quadros, em todos os níveis, menos na diretoria. Dos três gerentes, dois são africanos. Formou, com três diretores brancos e três funcionários africanos, um comitê de Gestão, que representa a firma, perante o Governo, principalmente ante a UNITA e o FNLA, com visita a evitar a nacionalizações intempestivas. Aumentos de salários, assistências social adequadas, tudo provido a tempo e hora do 25 de abril, faz com que a situação trabalhista na firma seja boa, sem agitações. Por tudo isso, o Senhor Monteiro Mostrou-se contente, diria quase otimista.[131]

Neste trecho fica bem clara a preocupação da Representação brasileira com o processo de estatização das empresas em Angola, no caso aqui específico a SUPA. É importante lembrarmos que a Revolução dos Cravos ocorrida em Portugal foi de cunho socialista, o que levou uma transformação radical no sistema político e econômico português, contribuindo para o processo de independência dos países africanos que, até então eram colônias portuguesas, evidentemente não podemos deixar de registrar o próprio protagonismo dos países africanos na luta pela libertação, portanto, a junção da conjuntura revolucionária em Portugal com o levante protagonista das populações africanas, pode ser vista como a causa do receio por parte dos agentes brasileiros. Chama-nos atenção o destaque que Ovídio Melo fez sobre a reorganização da empresa que vai ter a substituição dos cargos de gerencia por africanos, todavia a diretoria ainda era branca. Importante ressaltar que muitos dos africanos citados também eram brancos, questão da epiderme aqui é mais para evidenciar que os altos cargos eram exultados por europeus ou brancos africanos.

Ao discorrer sobre o memorando, Ovídio Melo procura justamente demonstrar o panorama empresarial em Angola e podemos inferir que mesmo relatando que a participação da empresa brasileira Pão de Açúcar fosse "pequena", o ônus que traria a total nacionalização da SUPA para os capitais da empresa brasileira, contudo em primeiro momento percebemos que essa

[131] Telegrama do representante especial do Brasil em Luanda, o embaixador Ovídio de Melo para a Secretária de Estado. Índice: Situação do Supermercado Jumbo em Angola. Nº 30, em 11/04/75.

nacionalização seria feita não pelo país Angola, mas por Portugal que estava deixando o país. Veremos, na continuidade do documento, que Ovídio Melo chama atenção para esse fato e externa preocupação,

> 9. Persiste, no entanto, compreender ele, o perigo de que, a qualquer momento, tendo o controle acionário, o Governo português possa pretender destituir a Diretoria atual da Africados e nomear agentes governamentais como diretores. Prever, então, o Senhor Monteiro, que, neste intento, o governo português encontraria o mesmo obstáculo que já encontrou, quando pretendeu nacionalizar os Bancos de Angola.
> 10. Na verdade, segundo afirma, o controle acionário de todos os bancos angolanos já é majoritariamente, do Governo português. Com a única exceção do Banco Interunido, onde o capital é, pela metade exata, do First National City Bank. Mas ainda recentemente, quando Mello Antunes aqui esteve, pretendia demitir as diretorias dos bancos angolanos, nomear de imediato representantes governamentais. Não o conseguiu, porque tanto a UNITA quanto a FNLA se opuseram a essa medida.
> 11. Perguntei ao Senhor Monteiro como vê o futuro da Africados, a possibilidade de ampliação da firma em Angola, a abertura de novos supermercados em Luanda e no interior. Respondeu-me ele que isso é possível, na medida em que capitais novos possam provir do Brasil ou serem obtidos em Angola. Quanto à sobrevivência da firma Africados, sem investimentos adicionais da SUPA ou dos bancos portugueses nacionalizados, disse-me o Senhor Monteiro que é perfeitamente possível. Em 1973 a firma começou a funcionar, não teve lucros. Mas 1974 já foi um ano lucrativo. Remessas não foram ainda feitas para Portugal, pelo que a firma tem aqui bastante capital de giro, o que a torna independente de bancos. Assim, pode pensar até em expansão futura.
> 12. Se tudo me foi dito pelo Senhor Monteiro e mesmo das suas reticências, ficaram-me as impressões seguintes: a firma Africados e o Super-mercado Jumbo têm mínimas relações com o Brasil; b) a firma em apreço, predominantemente portuguesa, está sujeita a imprevisto, como todas as firmas portuguesas neste país dente estas, é das que melhor defendem seus interesses.[132]

Ao final do memorando ele reafirma que os capitais investidos da empresa brasileira são pequenos, o representante da empresa, senhor Monteiro, chega a mencionar que a procura de investimento poderia ser feita no Brasil, além de bancos portugueses. Ovídio Melo deu exemplos das ingerências que o governo português cometeu nas estatizações dos bancos, inclusive em Angola, com a demissão de diretores e a substituição por pessoas de “confiança”. Acreditamos

[132] Telegrama do representante especial do Brasil em Luanda, o embaixador Ovídio de Melo para a Secretária de Estado. Índice: Situação do Supermercado Jumbo em Angola. Nº 30, em 11/04/75.

que a influência do grupo Pão de Açúcar tenha sido maior, como o historiador Saraiva expõe em seu trabalho. Pois se a participação foi tão pequena porque então a ajuda econômica e a preocupação diante dos rumores de nacionalização?

Com o estabelecimento da Representação Especial Brasileira em Angola era recorrente, a procura de variados grupos, em especial representantes de capitais brasileiros e portugueses. O memorando acima evidencia a participação do grupo Pão de Açúcar no Supermercado Jumbo. Como vimos, a empresa brasileira era a que tinha menor capital, contudo, meses depois, o representante brasileiro foi procurado por um novo responsável pela firma angolana Supermercado Africados-Jumbo como vemos a seguir em memorando enviado em 10/07/1975,

> Veio hoje visitar-me o Engenheiro Carlos Eduardo de Abreu, de nacionalidade portuguesa, procurador da firma Supermercados Pão de Açúcar S.A, de São Paulo, que chegou a Angola, ao que me declarou, para tentar assumir a direção da firma angolana Supermercado Africados-Jumbo, da qual, segundo me informa, a firma paulista seria das principais acionistas.
> 2. Apresentou-me um memorial a respeito, anexo por cópia, documento bastante vago, com considerações muito gerais, mas que, sobre a constituição do capital da firma angolana, esclarece, a pagina 4, o seguinte: "Em Angola, por força de um erro formal na constituição jurídica de Africados, detemos em nosso nome uma insignificante percentagem do capital, embora através da Supa e outras empresas tenhamos um percentagem significativa". Observo eu que a Supa é firma portuguesa e não brasileira.
> 3. Recordo que já de uma feita a firma paulista recorreu ao Itamaraty, a respeito da participação que tem na firma angolana, o que motivou do despetel. nº 17 pelo que a Secretaria de Estado pediu-me averiguasse o vulto desses supostos interesses brasileiros em Luanda.[133]

O memorando acima é bem interessante, pois, contradiz a informação relatada por Ovídio Melo no documento analisado anteriormente, no qual o mesmo coloca que a participação do grupo do Pão de Açúcar era mínima na empresa angolana. Diferentemente disso, o próprio Ovídio Melo coloca no memorando acima que o senhor Abreu Faro, de nacionalidade portuguesa, que se denominou

[133] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Situação do Supermercado Jumbo em Angola. Nº176. 10/07/1975.

como representante da empresa paulista, frisou que por falhas contratuais, aparecia uma pequena participação, porém, na realidade a participação era maior. Podemos problematizar essa questão partindo de dois elementos: primeiro pela demonstração de preocupações e justificações, segundo, por conta de informações apontadas por outros estudos, a exemplo do desenvolvido por Saraiva.

Na sequência Ovídio Melo volta a defender que os capitais da empresa brasileira eram pequenos,

> 4. Nas averiguações a que procedi tive longa entrevista com o senhor Pedro Monteiro, objeto de pormenorizada informação que enviei a Vossa Excelência pelo ofício nº 30 de 11 de maio do corrente. E de tudo pude obter naquela ocasião ficou-me justamente a impressão de que os capitais brasileiro investidos na firma angolana são mínimos, que o Governo de Angola não adotou medida alguma que ponha em risco esses capitais, mas que, em tendo sido nacionalizada em Portugal a firma matriz (Supa), o gerente português da sucursal de Angola fez do seu balcão uma trincheira, buscando independência a firma angolana de suas vinculações com a matriz, desejando associar-se a um dos movimentos (FNLA) a fim de ver se com essa associação a firma aqui poderia transformar-se em sociedade de economia mista, com participação governamental angolana. E em tudo isso, como ele, gerente, já dispunha de "Know-How", tenderia a perdurar, já então sozinho, sem dependência incomodas, à testa da nova empresa mista, em Angola já independente.
> 5. Em suma – na certeza de que os capitais brasileiros na firma angolana são mínimos, pois isso nos é dito por ambas partes em conflitos – o que vai havendo é no máximo um luta dentro da firma, entre sócios portugueses que se querem em Angola e mandar os sócios da matriz às urtigas e, de outro lado, sócios portugueses que foram despojados da firma em Portugal e que desejam compensar-se da nacionalização sofrida na metrópole retomando e reforçando agora o controle da sucursal angolana, na esperança de que aqui nacionalização não ocorram, ou de que, mais adiante, se preciso for, também eles possam ser tolerados pelo Governo local, com o qual podem se associar.
> 6. No memorial apresentado à Chefia do Departamento da Europa, documento também anexo, o diretor superintendente da firma, que enviou a Luanda o Senhor Abreu Faro, como seu proposto, conclama o Governo brasileiro "a que manifeste de maneira clara o seu interesse e apoio a nossa causa... pois este é sem dúvida o momento oportuno para manifestação desse tipo no que respeita a Angola".
> 7. Discordo de que a causa possa *in limine* ser considerada como brasileiro, antes que fique bem esclarecido a participação de capitais brasileiros diretamente investidos. Pois se investidos foram pela SUPA, sendo esta uma firma portuguesa, a causa será

> portuguesa e não brasileira. Para esclarecimento desta questão básica solicitei ao Senhor Abreu Faro que me forneça os contratos sociais da firma Africados Jumbo, para que sejam devidamente por mim examinados.
> 8. Devo acrescentar, outrossim, que não houve qualquer medida governamental angolana que afete a Africados. O que existe até agora é um disputa entre sócios de Portugal, do Brasil e de Angola pelo controle da firma – o que caracteriza uma questão de direito privado e não de direito publico. Neste aconselhei o Senhor Abreu Faro que procure não Representação Especial, mas um bom Advogado local.

O curioso foi que após alguns meses, especificamente em 16/10/1975, Ovídio Melo retornou a esse assunto, relatando que o senhor Carlos Eduardo Abreu Faro foi i ao seu encontro e expôs qual era a atual situação do grupo Pão de Açúcar em Angola, como podemos ver abaixo,

> Visitou-me, hoje o Senhor Carlos Eduardo de Abreu Faro, cidadão português que representa a firma brasileira – portuguesa AFRICADOS e que esteve em Luanda nos últimos quatro meses, em negociações destinadas a assegurar o controle da AFRICADOS sobre o super-mercado local, bem como a assegurar o funcionamento normal do referido super-mercado, a despeito de todas as mudanças políticas e estruturais que Angola vai sofrendo.
> 2. O senhor Abreu Faro, que embarca amanhã para Lisboa, de onde regressará ao Brasil, pareceu-me extremamente contente com o resultado das negociações realizadas. Entregou-me amplo dossiê a respeito e disse-me também entregará um copia ao Itamaraty.
> 3. Disse-me, em resumo, o Senhor Faro, o seguinte:
> a) que a fórmula encontrada foi a de um aumento do capital da firma local Pão de Açúcar;
> b) que do capital social ampliado a firma brasileira deterá 36%
> c) que o Governo angolano incorporando à sua participação o capital de firmas portuguesas nacionalizadas com a CUF, deterá, no total 51%;
> d) que o Governo angolano já designou representante na diretoria da nova sociedade;
> e) que o Governo angolano, especialmente o Ministro das Finanças Saidy Mingas, revelou-se extremamente cooperativo e interessado na continuação do empreendimento, e cooperação com o Brasil;
> f) que o super-mercado Pão de Açúcar, já agora, empresa muito grande e diversificada, pretende ampliar muito seus negócios e ainda mais diversificar atividades, buscando encontro, no Brasil, fontes de suprimentos;
> g) que os negócios da firma em Luanda continuam perfeitamente normais, sem problemas trabalhistas, com alto grau de africanização, através de todo o período conturbado que Angola passou

> 4. Pedi ao Senhor Faro, que, chegando ao Brasil, reporte, pessoalmente, aos setores interessados do Itamaraty, e, mesmo à imprensa, os positivos resultados de sua atuação em Angola, de forma tal outros empresários possam ter uma visão realista dos bons resultados que os esperam em Angola, e do comedimento com que as novas autoridades deste país tratando capitais brasileiros que se apliquem em setores essenciais da economia de Angola.[134]

Imagem 1. Anuncio do Supermercado Jumbo

Fonte: Jornal *A Província de Angola* 08/01/1974. Verificado o atrelamento a rede varejista do Grupo Pão de Açúcar.

Não só o governo brasileiro estava interessado no processo de independência, como, a emancipação angolana estava inserida numa conjuntura muito maior, que era a Guerra-Fria,. Nesse sentido, vários são os grupos externos interessados em Angola. Sendo assim, muitos países enviam representantes para

[134] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Representante da firma AFRICADOS EM Luanda. Nº 248. Em 16/10/1975.

acompanhar de perto os desfechos em Angola. Ovídio Melo no memorando enviado ao Itamaraty em 11/04/1975 discorre sobre o cotidiano dos consulados,

> Em seguida às entrevistas protocolares com o Alto-Comissário português e com membros do Colégio Presidencial fiz visitas de praxe aos Cônsules nesta capital.
> 2. De várias fontes, inclusive do Palácio do Governo, estava eu informado de que alguns representantes consulares aqui haviam manifestado reservas e despeito pela iniciativa do Governo brasileiro, de criar uma Representação Especial junto ao Governo de Transição. O ex-titular do Consulado brasileiro em Luanda parece nada ter feito para explicar a seus colegas a finalidade e o significado dessa iniciativa. Procurei, portanto, em minhas visitas, neutralizar suspicácias, eliminar reservas e, ao mesmo tempo informar-me sobre a situação política e as medidas de segurança necessárias a este posto.
> 3. Comecei pelo Decano, que é Cônsul-geral da África do Sul, visitei a seguir o Cônsul-Gerais dos Estados Unidos, da Bélgica, da Grã-Bretanha, da Áustria, da Itália e da Alemanha. Fui visitado, ainda no hotel pelo Cônsul-geral da Suíça, que é sediado no Rio de Janeiro e aqui foi mandado servir provisoriamente.
> 4. Minhas impressões, após essas visitas, são no sentido de que todos os países citados tem aqui representantes válidos, ativos, mas bastante perplexos. Todos padecem da falta de informações e estatísticas precisas, todos se queixam da impossibilidade de se fazer previsões, todos demonstram certo descaso pelos africanos em geral, todos acreditam que eleições na África pouco significam, que a situação há de se definir pela força militar pura de que disponham os três movimentos angolanos. Levados assim a somar e subtrair efetivos do MPLA, do FNLA e da UNITA, perdem eles o sentido de muitos acontecimentos, ignoram forças e influências profundas que atuam no seio do Governo e da população. O Cônsul-geral da Áustria refletiu essas perplexidades geral, de que eu talvez venha a participar, quando melhor conhecer Angola numa única frase: "Who is not utterly confused, is baddly informed".[135]

Mormente, Ovídio Melo relatou o cenário das representações, chamando-nos a atenção o que discorre a respeito do Consulado brasileiro, informando que não procurou explicar a presença da Representação Brasileira para os outros cônsules. Neste sentido, podemos inferir que não havia diálogo entre a Representação Brasileira e o Consulado do Brasil em Angola. Quais eram os motivos para tal?

[135] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Situação política em Angola. Nº29. 11/04/1975.

Destacamos que segundo o diplomata brasileiro, os representantes dos outros países não tinham muito interesse no que estava acontecendo com os africanos, importa salientarmos que muitos dos cônsules que Ovídio Melo encontrou, na realidade até vinte, quinze anos atrás eram colonizadores em África, a exemplo da Bélgica, Grã-Bretanha ou eram de países com um regime diferenciado por raça como no caso da África do Sul com apartheid. Denotamos a falta de informações sobre os fatos que realmente estão acontecendo, como o cônsul austríaco fala *"Who is not utterly confused, is badly infomed"*. Mal informados ou confusos parece que estavam todos.

Ovídio Melo, na sequência do memorando, nos atenta para algumas visitas consulares, apontando aspectos importantes com relação a preocupações diante de contexto político angolano. Vejamos,

> Como mais importante destaco as visitas feitas aos Consulares Gerais dos Estados Unidos e da Alemanha. Ambos estão aqui há cerca de seis meses e para cá vieram com as perspectivas de permanecer, promovidos a Embaixador "sur place". Ambos serviram no Brasil em diferentes épocas, e são fluentes em português. Demonstram estar meticulosamente munidos de dados sobre a Economia angolana e sobre as forças que dispõem os Movimentos. Atribuem preeminências ao FNLA, e admitem como possíveis e validas todas as previsões que se possam fazer neste período de transição. Isto aceitam a possibilidade de que eleições venham a ser realizadas a caminho da independência, como julgam admissível eclosão, a qualquer momento, de um guerra civil com intervenção estrangeira. Ambos afirmam que a UNITA, por ter maioria de eleitores, seria a única interessada em eleições. Que tanto o FNLA quanto o MPLA, por serem minoritários eleitoralmente tudo farão para evitar o pleito. O Alemão julga por isso, que os por isso, que os próximos dois meses serão absolutamente defintorio.
> 6. Frente a várias hipóteses dramáticas, que principalmente o Cônsul-Geral da Alemanha aventou, perguntei-lhe sobre problemas relativos à sua Missão aqui. O referido Cônsul-Geral, que tem formação militar, mostrou-se particularmente consciente da necessidade de proteção e revelou-se medidas de segurança até agora tomadas por seu Consulado, bem como os planos confidenciais de evacuação que tem, para aproximadamente mil nacionais aqui residentes. O Consulado é fortemente guardado, contando com portas e janelas de aço que automaticamente se fecham, ao toque de botões. Elementos de custódia armados atendem ao público. Conta com o serviço próprio de rádio, que o comunica, não só com o a residência, situada a 15 km da cidade, mas também com as casas de todos os funcionários, bem como com o automóvel e a lancha de que o consulado dispõe. O rádio

> serve ainda para comunicações com consulados alemães situados no Zaire e na África do Sul.[136]

O cenário descrito pelo representante brasileiro a partir do diálogo que teve com os representantes dos Estados Unidos e da Alemanha, deixa a mostra a tensão entre os movimentos e possível guerra civil, que já sabemos que ocorrerá. Um ponto de destaque é o populismo atribuído à UNITA, pois, dos três movimentos este era o mais novo (1966) e tinha sua principal influência na região sul ligado a etnia ovimbundo[137]. Contudo importa ressaltar que, embora o conflito entre os três movimentos pudesse configurar uma disputa etnorracial, temos que ter cuidado em caracterizá-lo somente assim, pois grupos étnicos que eram ligados aos movimentos, a exemplo dos Ovimbundos poderiam apoiar outros movimentos, além da UNITA.

É importante observarmos que o cônsul alemão discorre sobre um plano de fuga do país, que segundo Ovídio Melo, inclui os cidadãos alemães que a altura era em torno de mil, expondo o cotidiano de tensão que se vivia em Angola naquele período. O representante brasileiro segue no memorando com mais detalhes,

> 7.Com relação aos nacionais aqui residentes, revelou-se que o Consulado tem planos, no sentido de evacuá-los por avião e por mar. Para isso o Consulado estaria munido de embarcações, que, num primeiro passo, levariam os alemães para ilha de Mussulo, praticamente deserta, próximo à costa e numa segunda etapa levaria a cerca de dez milhas da costa, onde passam diariamente navios de várias nacionalidade e, cada dois dias, navios alemães. O Consul dispõe, ademais, de lancha veloz para a retirada sua e de seus familiares e para comunicações por mar de sua casa ao Consulado, caso as comunicações por terra sejam cortadas.[138]

Além da questão do plano de fuga que o consulado alemão planejava caso a situação saísse do controle, Ovídio Melo atenta para outras questões ligadas a

---

[136] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Visita aos Consulares-Gerais em Luanda. Política e Segurança. Nº031 11/04/1975

[137] Grupo étnico provindo do sul de Angola, em que grande parte dos membros da UNITA fazia parte.(BINTTECOURT, 1993, p. 230)

[138] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Visita aos Consulares-Gerais em Luanda. Política e Segurança. Nº031 11/04/1975.

segurança de uma forma geral, que menciona o cônsul holandês que foi detido por membros da FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola. Sobre este acontecimento Ovídio Melo discorre,

> 8. Pelos relatos dos representantes consulares que visitei tive conhecimento de incidentes que tem verificado com diplomatas aqui sediados. O carro do Embaixador no Zaire foi apedrejado em Luanda, Cônsul da Holanda foi detido e revistado apesar dos seus protestos. O Cônsul da Itália, cuja residência fica situada ao lado do Consulado do Brasil, recebeu ameaças de que uma bomba seria colocada na sua casa.
> 9. Com relação à segurança da Representação Especial logo que obtive solução para o problema da sua instalação definitiva, examinarei as providencias necessárias em matérias de segurança, a fim de propor a Vossa Excelência as medidas cabíveis. Para as instalações precaríssimas do Consulado ora existente e desejando evitar o aspecto demasiado ostensivo de segurança que o Consulado Alemão tem, tendo a crer que um único agente brasileiro de excelente nível poderia treinar e supervisionar elementos locais que seriam contratados com essa finalidade. A polícia local fornece custódia e proteção a residências e escritórios mediante pagamento mensal.
> Já estou providenciando contratação desses serviços. O agente brasileiro que pudesse aqui vir, além de outros serviços especiais que viesse a prestar, seria encarregado de supervisionar e adestrar a guarda local contratada[139].

Inferimos que além de relatar os problemas ocorridos com os cônsules de outros países, Melo tem a intenção de alertar o governo brasileiro para os riscos reais que a Representação enfrentava, bem como a falta de estrutura da mesma.

A construção de um país, que de maneira direta ou indireta, pertenceu a Portugal por no mínimo 500 anos, levou seus protagonistas a toda sorte de tentativas de melhoria das condições de vida. Vemos a materialização dessas tentativas em um memorando que o representante brasileiro envia em 19/04/1975 para a Secretaria do Estado, no qual fala sobre a visita do Ministro do Trabalho do Governo de Transição de Angola, o Sr. Antonio Dembo[140],

---

[139] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Visita aos Consulares-Gerais em Luanda. Política e Segurança. Nº031 11/04/1975

[140] António Dembo: Foi membro do Governo de Transição e igualmente membro do Governo que tomou posse no Huambo depois dos Acordos Kinshasa entre FNLA e UNITA. Homem de poucas palavras, atencioso e atento. Ainda hoje é um dos principais dirigentes da UNITA de que é vice-presidente e provavelmente o numero dois em comando. Ao que parece, a sua base continua a ser o Uíje onde nos voltamos a encontrar depois do fracasso dos Acordos de Alvor. Conforme o jurista

> Fui chamado hoje, sábado, com a maior urgência pelo Ministro do Trabalho do Governo de Transição de Angola Senhor Antonio Dembo, que é da UNITA.
> 2.O referido Ministro recebeu-me logo, para dizer-me que pretendia cooperação brasileira para seu Ministério com a maior brevidade possível. Procurei obter informações concretas sobre os planos de sua gestão no Ministério do Trabalho e sobre as razões que o levaram a buscar a cooperação brasileira. As respostas que obtive foram vagas, incompletas, denotando total ausência de planos concretos.
> 3. Salienta o Ministro que a principal necessidade é a da fiscalização do trabalho, seja industrial ou agrícola. Interessou-se também pelo sistema de previdência social, que é gerido pelo Ministério do trabalho no Brasil.
> 4. A única coisa concreta que pediu foi que o Ministério do Trabalho brasileiro enviasse a Angola uma delegação composta de especialistas de todos os setores da competência daquele Ministério, a fim de ajudar a estruturar os setores congêneres aqui.
> 5. Julgo extremamente interessante a proposição e muito agradeceria verificar a possibilidade da prestação de ajuda a Angola, com a vinda de uma delegação brasileira neste setor, no mais breve prazo possível.[141]

Ao discorrer sobre o encontro com o Ministro do Trabalho Antonio Dembo, Ovídio Melo registra a falta de objetivos concretos para uma parceria com o governo brasileiro. Notamos que em 1975, Angola estava no processo de independência, portanto, o quadro político e econômico era instável. Sendo assim, inferimos que realmente o encontro de um Ministro do Trabalho com a representação brasileira não poderia ter caráter definitivo. Lembremos que Angola, entre as "colônias" portuguesas, era a de economia mais diversificada e que alguns setores competiam com o Brasil, a exemplo do café.[142] A este exemplo o diplomata colocou sobre isso em documento enviado para o Brasil em 22/04/1975,

> Adiamento a meu telegrama numero 44. O Conselheiro Cyro Cardoso e eu tivemos hoje longa entrevista com o Senhor Paulo Afonso, Diretor Adjunto do Instituto do Café de Angola e procuramos sondá-lo sobre assuntos do telegrama de referência. O Senhor Paulo Afonso foi cortês, manifestou simpatia pelo Brasil, mas expressou logo de início preocupação com relação à política

---

angolano Onofre dos Santos em seu livro *Os (meus) dias da Independência*, 2013, p.184. Cumpre observa que António Dembo morreu no mesmo ano que Jonas Savimbi em 2002.

[141] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Visita ao Ministro do Trabalho de Angola19/04/1975.

[142] Ver GONÇALVES, 1994

> que estaríamos adotando, de vender café a preços baixos. Salientou que pela primeira vez o arábica brasileiro estaria sendo vendido a preços de robusta, sem que isto tenha aumentado o volume das nossas vendas.
> 2. Declarou-nos que a política angolana neste particular visa defender o preço do produto, ainda que isso importe em estocagem. Segundo afirma, o preço internacional do café está aviltado em face dos manufaturados, por causa da crescente desvalorização do dólar. Referiu-se ao poder de resistência que Angola tem contra aviltamento dos preços, explicando que, o contrariam ao que ocorre com outros países, como os centro-americanos, o café aqui representa apenas 24% das exportações.[143]

Ovídio relata que o senhor Paulo Afonso, Diretor Adjunto do Instituto do Café de Angola, chama atenção para competição do produto brasileiro (café) em relação ao angolano, que de certa forma os produtores brasileiros estariam realizando um mercado desleal, pelo preço cobrado pelo produto. Neste sentido, o diplomata aponta que Paulo Afonso faz um alerta, colocando que para assegurar o preço do café estariam dispostos a estocar o produto, embora ressalte que a produção seja somente 24% das exportações. Na oportunidade, o representante angolano discorreu ao embaixador Ovídio Melo sobre desestruturação do setor cafeeiro do país,

> 3. Informou-nos que a produção angolana de café este ano cairá em cerca de 40% devido a escassez de chuvas e à falta de mão de obra no norte do país, principal região produtora, em virtude de problema políticos. As exportações são também tolhidas pelos problemas portuários que descrevi no meu telegrama 12 e ofício 26, e que afetam principalmente Luanda e Lobito, escoadouros da produção cafeeira.
> 4.O processo de independência não tem, até agora, segundo o Senhor Paulo Afonso, afetado o Instituto, os seus quadros especializados, a sua política cafeeira. O ingresso na Organização Interafricana de Café tampouco essa política, somente dará a Angola maior poder de barganha no mercado mundial. Com relação à cooperação com o Brasil, declarou que ambos deverão reunir esforços em prol de uma política comum que interesse aos produtores.
> 5. Perguntado em duas ocasiões e de diferentes formas sobre a reunião que atualmente se realiza em Londres, Senhor Paulo Afonso respondeu com generalidades, relacionando as principais posições e propostas apresentadas, mas sem demonstrar

[143] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Política cafeeira angolana. Nº50 em 22/04/75.

> favorecer a qualquer delas em especial. Com relação ao Senhor Artur Medina, que declarei conhecer pessoalmente, perguntei se tenderia a permanecer em Londres a despeito de mudança que o Instituto pudesse sofrer nesta fase da independência. Respondeu-me o Senhor Paulo Afonso afirmativamente, salientando que sejam quais forem as mudanças, tanto o Instituto quanto as demais instituições governamentais de Angola se ressentem da falta de quadros especializado.
> 6. A título de impressão geral da entrevista, ficou-nos a sensação de que o ICA padece da mesma incerteza quanto ao futuro e da mesma desorientação de rumos que aflige todos os setores deste país nesta fase de transição.[144]

Os memorandos de Ovídio Melo nos mostram o quanto a transição do Estado português para os angolanos foi repleta de elementos complexos, os quais se materializam em diversos âmbitos da economia, do mercado e da política angolana. Podemos fazer um paralelo entre Brasil e Angola, pois ambos os países são considerados como "terras abençoadas por Deus", porém, há uma diferença substancial, pois Angola ainda estava em fase de construir-se como um país, portanto, todas as disputas de poder enfraqueciam a estruturação do Estado e também empobreciam os seus recursos já perenes, a exemplo dos prejuízos sofridos pela produção cafeeira. Além disso, com relação à situação especificamente do café, é importante considerarmos que justamente naquele período a invenção do café solúvel traz novas características para o mercado cafeeiro local (angolano) e internacional[145].

---

[144] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Política cafeeira angolana. Nº50 em 22/04/75.

[145] A respeito da disputa comercial do café entre Brasil e Angola registramos a entrevista que fizemos com o Prof. Fernando Mourão para livro Brasil/Angola (2014) e que também se encontra na dissertação sobre o MABLA, em que ele discorre como sensibilizou os empresários da cafeicultura sobre o problema da colonização: "Recorreu-se à imprensa, entidades e pessoas que se pretendia sensibilizar e conquistar o seu apoio à luta anticolonial de atrocidades cometidas pela repressão e exploração colonial portuguesa dos trabalhadores etc. Contudo alguns temas de natureza econômica foram fundamentais como, por exemplo, o tratamento da questão do café. Durante o governo de Getúlio Vargas citamos o fato de Getúlio Vargas denunciar em Genebra por meio do Prof. Miguel Reale, o trabalho escravo nas plantações de café em Angola o que causava prejuízos de natureza concorrencial com o preço do café praticado no Brasil. San Tiago Dantas, advogado de cafeicultores em São Paulo e diretor do Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro que denunciava o trabalho escravo, no periódico. Em conversa com advogado San Tiago Dantas ou quando Ministro das Finanças de Jango por vezes com seu assessor Fabio D`Mattia, hoje professor Titular da Faculdade de Direito da USP, a necessidade de apoiar o MPLA foi várias vezes tema de troca de ideias. Registram-se diálogos de aproximação com os governadores Abreu Sodré, ligados a cafeicultura e Paulo Egidio Martins". (MOURÃO, apud SANTOS, 2014, p.76).

Com o passar dos meses, o representante Ovídio Melo escreve outro memorando em 10/07/1975, demonstrando que seu prognostico sobre a produção do café em Angola acaba sendo comprovado, pois um país em fase de transição de um regime colonialista para a independência, no qual havia muitos interesses envolvidos, a produção de café ficou em ultimo plano, embora o Ministro da Agricultura do Governo de Transição disse o contrario como podemos ver no memorando,

> Após haver chefiado a delegação de seu país na recente reunião da O.I.C que examinou a renovação do Acordo em Londres, o Engenheiro Mateus Neto, Ministro da Agricultura no Governo de Transição, voltou a Luanda no começo desta semana e tem feito seguidas declarações entusiásticas ao jornais do seu partido, a FNLA. Essas declarações ressaltam com júbilo o fato de que Angola, pela primeira vez, tomou em mãos as negociações internacionais sobre um de seus principais produtos, salientam que Angola em pouco tempo poderá triplicar sua produção, torna-se o maior produtor de café da África.[146]

Se Angola chegou a ser um grande exportador de café a ponto de, na década de 1950, ameaçar a produção brasileira, que na época era uma das maiores do mundo, o quadro apresentado pelo engenheiro Mateus Neto era duvidoso, como nos monstra Ovídio Melo,

> 2. Na realidade as perspectivas são bem outras. Conversei nos últimos dias com muitos fazendeiros e comerciantes de café, alguns bastante importantes e representativos, e todos estão desesperados. Segundo me dizem – e devemos nisso certamente descontar a má vontade que tenham para com a descolonização, o pouco caso que façam dos legítimos donos do país – o café em Angola está perdido. Apenas uns 20% da safra serão colhidos. E os estiques existentes de café, correspondentes à produção de um ano normal inteiro, estão imobilizados irremediavelmente, pela falta de comunicação do interior com o litoral, pela total paralização dos portos.[147]

Como vimos acima, não somente os problemas de infraestrutura comprometiam a produção de café em Angola e a concorrência com o Brasil,

---

[146] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Café de Angola. Nº 179 em 10/07/75.

[147] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Café de Angola. Nº 179 em 10/07/75.

outras questões importantes que comprometiam a produção se mostravam nos problemas com as pragas decorrentes da falta de cuidados e as questões étnicas. Como Ovídio Melo nos aponta no seguinte trecho,

> 3. Quanto aos planos do Engenheiro Mateus Neto, de triplicação da produção de café, consideram-nos mirabolantes. Primeiro, porque o abandono da safra atual nos cafeeiros agravará o estado de abandono em que as plantações já estão, favorecerá a expansão da broca. Segundo o Engenheiro Mateus Neto conta com a mão de obra bakonga, dos exilados angolanos no Zaire, que agora retornariam a Angola. E para os fazendeiros meus interlocutores essa mão de obra não serve, não tem experiência nem gosto pelo trabalho nas plantações de café, ocupação esta que é tradicional dos Bailundos, proveitos dos sul. [148]

No que se refere à questão étnica, é importante explicar que os Bakongos, grupo do norte de Angola, tinham uma ligação forte com o antigo Zaire, atual Congo. Esse grupo étnico, em sua maioria, apoiava a FNLA, haja vista que seu líder, Holden Roberto, fazia parte dessa etnia e dizia que ele era proveniente de uma linha monárquica congolesa. Vale informar que inicialmente, quando o FNLA foi criado, em 1957, o nome do movimento era UPAN – União para libertação do Norte de Angola. Porém, Frantz Fanon, pensador martiniquense, que acreditava em uma África unida, aconselhou Holden Roberto apontando a importância de o movimento abarcar toda Angola, portanto, o nome foi alterado para UPA – União Para Libertação de Angola, e depois, conjuntamente com a PDA – Partido Democrático de Angola, formam, em 1961, a FNLA.

Como vimos no documento, a etnia Bakongo esteve exilada no Zaire e o Ministro do Trabalho contava com o retorno dos exilados para o trabalho na colheita do café, porém, como aponta Ovídio de Melo, a atuação no café não era característica deste grupo, sendo realizada pelos Bailundos, grupo proveniente do sul e região central acerca de Huambo. A denominação de Bailundo é uma homenagem ao líder que veio do norte para a região de Huambo, onde formou um reino que resistiu às investidas dos portugueses até o século XIX, tanto que até hoje tem um município com o nome de Bailundos. O grupo que compõe os

[148] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Café de Angola. Nº 179 em 10/07/75.

Bailundos é proveniente dos Ovimbundos que ocupam a região sul de Angola e a maioria desse grupo apoiou a UNITA. Assim vemos o quanto questão étnica se mescla com a política e interfere na economia do país, pois, na situação específica do café, essas relações complexas prejudicam a mão de obra na produção cafeeira, logo, prejudica o mercado cafeeiro do país e suas relações internacionais.

O historiador Marcelo Bittencourt (1999), faz a constituição do complexo quadro étnico de Angola no período das eleições ocorridas na década de 1990, que para nosso trabalho contribui para o entendimento da conjuntura do processo de independência que mantem seus traços até hoje. Apesar do fraco desempenho eleitoral da FNLA, não podemos descartá-la no estudo da articulação entre movimento de libertação e base étnico-racial, não só por se constituir no modelo mais próximo a essa perspectiva, mas também em face da "disputa", com seus principais rivais, pelo voto de sua principal base de apoio, a etnia Bakongo, ocorrida no período de campanha.

O autor explica que a criação da FNLA em 1962 – a partir da junção do movimento União das Populações de Angola (UPA), apoiado pelas populações rurais de etnia Bakongo, com pequenas organizações independentistas existentes no norte de Angola – buscava apagar a imagem étnico–regional adquirida por seus lideres no final da década de cinquenta. O seu quadro de militante incorporava elevado número de camponeses da etnia Bakongo (alguns em solo zairense, em face da expropriação de suas terras por Portugal).

Bitencourt (1999) explica ainda que havia também a participação de um grupo mais restrito, com formação nas missões protestantes batistas, estes constituíam suas lideranças e estavam imbuídos do desejo de mobilização das massas através da ideia de revitalização do antigo reino do Congo. Tal perspectiva era pautada numa luta do inicio do século, que tinha como meta a reconstrução do nacionalismo Bakongo e demonstrava a raiz étnica da FNLA.

O historiador explica que ao caráter marcadamente étnico da FNLA, somou-se uma imagem de forte conteúdo racista em consequência da violência do levante de 1961, no qual ocorrera a participação de alguns de seus futuros militantes e, pela primeira vez, fora registrado um número elevado de mortes na população branca e mestiça. A revolta foi uma resposta às substanciais perdas de

terra pela população do norte, a fim de atender à demanda do colonialismo português por áreas melhor cultiváveis a partir de meados dos anos cinquenta. A atitude considerada racista da FNLA foi complementada por um discurso de resgate da verdadeira cultura africana, deteriorada, segundo o movimento, pela sociedade colonial. (BINTTECOURT, 1993, p.227).

Ferreira (1989, p. 590) aponta que a politica portuguesa de incentivo à produção de café acarretou na transferência de elevado número de trabalhadores rurais Ovimbundos para o norte. Esse deslocamento apesar de ser responsável pelo ingresso de Ovimbundos nas fileiras da FNLA produziu, paralelamente, um comportamento preconceituoso por parte das organizações Bakongo, para quem os trabalhadores do sul, majoritariamente Ovimbundos, eram muito submissos ao colonialismo português.

Essa atitude certamente terá sua importância no momento de revolta por parte de alguns lideres Ovimbundos, sob o comando de Jonas Savimbi, quando do abandono da FNLA. A saída desses líderes era, de acordo com Savimbi, algo inevitável, devido à centralização de Holden Roberto, presidente da FNLA, além da incapacidade do movimento em ampliar sua base de recrutamento, permanecendo preso à ideia romântica de ressuscitar o antigo reino do Congo (HEYWOOD, 1989, p. 52 apud BINTTECOURT, 1993, p. 227-229).

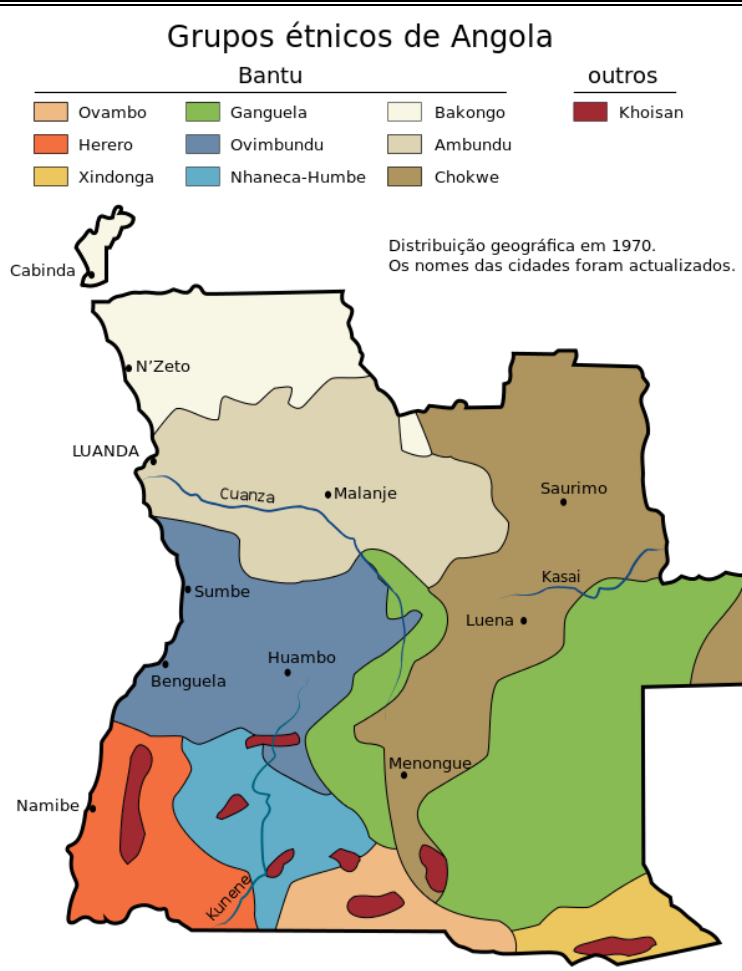
O MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola é constituído em dezembro de 1956, a partir da união de vários grupos clandestinos de Luanda, os quais eram contrários ao colonialismo português. A referência de seus principais quadros é a “sociedade mestiça”, definida em linhas gerais como uma forma societal mista que se desenvolveu com a presença secular dos portugueses e de outros agentes exteriores à sociedades tradicionais em Angola [...], englobando a região incialmente colonizada, circunscrita em grande parte ao território Mbundu, às cidades e seus expansões limítrofes. (VENÂNCIO, 1991, p.218 apud BINTTECOURT, 1993, p. 229)

No entanto, a perspectiva nacional do MPLA não deve ofuscar a existência de uma base de recrutamento na região da etnia Mbundu, embora isso sofra uma alternativa com desenrolar da luta de guerrilha em face da atuação mais presente do MPLA principalmente na região leste, se comparada a dos demais movimentos. A guerrilha implementada pelo MPLA acarretará em aumento da absorção de

novos quadros, bem como na diversificação de sua base de recrutamento. Essa ampliação só pôde ser consolidada em decorrência das características já apontadas, de maior tolerância do ponto de vista étnico e racial (HEIMER, 1989, p.38 apud BINTTECOURT, 1993, p229-230).

O MPLA enfrentou dois sérios problemas no inicio da luta contra o colonialismo português: o atraso no seu reconhecimento internacional e a falta de uma base instalada próximo ao cenário das operações de guerrilha. A FNLA, ao contrário, desde o inicio contando com uma base no Zaire, detinha os meios necessários para rápida penetração em território angolano, bem como uma eficiente propaganda para o reconhecimento internacional. A própria FNLA, por sua vez, conduzia uma politica externa de destruição da imagem do MPLA, acusando-o de representar um pequeno número de mestiços, assimilados e alguns brancos radicais, sendo, portanto carente de autenticidade africana (MARCUM, 1978, p. 49. apud BINTTECOURT, 1993, p. 230). Para melhor visualizarmos os grupos étnicos angolanos, vejamos o Mapa,

Mapa 2. Grupos Étnicos Angolanos



Fonte: Angola Terra dos Kiandas. Curiosidades. Disponível em: http://angolaterradaskiandas.blogspot.com.br/p/curiosidades.html

Além das questões étnicas que se materializavam em questões políticas, que comprometiam a produção de café, devemos também levar em conta o racismo dos portugueses que eram os donos das fazendas, como Ovídio Melo nos aponta no mesmo documento,

> 4. Ainda nisso temos de descontar eventuais preconceitos português, que dão preferencia a docilidade tradicional dos Bailundos sobre a rebeldia dos Bakongos, iniciadores das revoltas que trouxeram a independência. Mas o fato é que, mesmo sem cogitar de etnias, o refugiado que volta a Angola, depois de quatorze anos de exilio, sob a égide e a proteção da ONU, não se vai conformar em ficar pelo caminho em plantações de café, transformando em mão de obra vil, como os Bailundos antes aceitavam. Nem estes, os Bailundos, continuarão a vir todos os

> anos do planalto central, 150.000 homens, para as plantações do norte. Poderão ficar no planalto central mesmo, numa agricultura de subsistência. De duas uma: ou Angola independente cogitará de uma reorganização agrária que fixe o homem à terra, e então os Bailundos ficarão no planalto central, os Bakongos poderão se fixar norte, que é dele, mas neste caso toda agricultura do café passará inteiramente de mãos portuguesas para mãos bakongas, há desorganiza-se por muito anos, ao invés de triplicar a produção com a simples independência; ou então não haverá nenhuma medida de transformação das estruturas agrarias, caso em que Bakongos, Bailundos e outras etnias, se não estiverem a guerrear entre si, não hão de fluir para as cidades, engrossar as massas citadinas ociosas e desempregadas que esperam fictícias vantagens automáticas trazidas pela independência. Em qualquer das duas hipóteses não vê como Angola possa triplicar em poucos anos a produção de café[149].

As questões postas pelo representante brasileiro Ovídio Melo são complexas, pois afirmam que uma etnia é mais dócil que a outra para trabalhar na lavoura de café, a exemplo que expõe sobre a opinião dos fazendeiros portugueses de café é, no mínimo, racista. Se fizermos uma comparação com a escravidão no Brasil, em que até hoje há no imaginário de grande parte da população e, infelizmente, de alguns professores de história, que se escravizaram os negros africanos, por serem mais fortes, mais dóceis e não conheciam a terra para fugir. É como se disséssemos que o negro é como “burro domesticado que não conhece o caminho de fuga”. Desta forma, podemos problematizar, pois os motivos que faziam os Bailundos serem melhores na lavoura do que os Bakongos estão mais ligados as questões históricas do que com a hereditariedade genética.

Como já apontamos acima, os Bailundos viviam na região de Huambo e resistiram colonização portuguesa até o século XIX. Nesse século vamos ter a famigerada Conferência de Berlim que “reorganiza o Mapa do continente africano” aos sabores das potências europeias e para os dissabores da população local. Inferimos que o próprio processo de violência levou cada grupo a se readaptar ao meio que vivia. Portanto, acreditamos que o posicionamento dos Bailundos estava ligado a uma questão de sobrevivência, não por serem dóceis.

O histórico dos Bailundos, como já apontamos, se mostra a partir da característica de grandes guerreiros que nada tinham de dóceis. O historiador

[149] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Café de Angola. Nº50 em 10/07/75.

francês Rene Pélisser em seu livro *História de Angola* (2011), em várias passagens evidencia o protagonismo dos Bailundos na resistência contra o colonialismo português e as missões religiosas cristãs que tentavam dominar a região de Bié[150].

De qualquer maneira, como nos mostra Ovídio Melo, as condições para triplicar a produção de café de Angola, naquele momento era uma "bravata". Essas incertezas do que há de vir estão prementes no governo de transição, naquele momento presidido pelo então Alto Comissário Antonio da Silva Cardoso o representante brasileiro discorreu em 25/04/1975,

> O "Conselho Nacional de Defesa" (CND), órgão governamental presidido pelo Alto Comissário da Silva Cardoso, expediu ontem três importantes comunicados, amplamente difundidos pela imprensa local.
> 2. O primeiro anuncia que o governo de Transição passará a denunciar todos as violações aos acordos e as faltas de cumprimento das várias deliberações da CND, bem como a adotar, através das forças, militares mistas, ou das Forças de Prevenção, as ações consideras para que sejam cumpridas as determinações do CND. O segundo comunica que o CND decidiu levantar os efeitos resultantes da aplicação de determinação sua anterior, a respeito das medidas de exepção sobre os órgãos de informação. Finalmente, o terceiro trata do caso do avião da African Safari Queniana que aterrissou no Luso, sem autorização, contendo medicamento e fardamento destinados ao MPLA, fato que causou grande alarido e está sendo investigado.
> 3. Os três comunicados dão bem um ideia de tensão reinante em Angola. Os portos de Luanda e Lobito, já quase paralisados, encontram-se sob ameaça de greve dos portuários, a economia do país, enfrenta problema de transporte, greves, indefinição das autoridades competentes, vem sofrendo sérios prejuízos; a imprensa fala de uma crise de abastecimento, e a oferta de gêneros de primeira necessidade nos mercados locais deixa muito a desejar. Por outro lado, comenta-se, que as cúpulas dos três movimentos conseguem manter algum diálogo, embora superficial, as bases encontram-se extremamente irrequietas, verificando-se

[150] A respeito dos Bailundos registramos as considerações do militante do MPLA, Lucio Lara: "[...] hoje estão a fazer um estudo dos povos Huambundo – a resistência dos Ovimbundo foi feroz, foi histórica, digamos assim, foi muito difícil. As campanhas dos Bailundos são páginas da História do nosso povo, que infelizmente, não está ainda devidamente catalogada e está escrita pelos portugueses. Por isso é que eu digo que é preciso – vocês são jovens e vocês estão a fazer um programa com muito interesse – valorizarmos a História do nosso povo e da África, é preciso vincar a História de África. Até certo ponto, Angola, mesmo hoje independente, é vista sob os olhos europeus, quando há um grande movimento já. Felizmente, a UNESCO está a publicar "A História Geral da África", e já tem historiadores africanos que estão a fazer investigações sobre História de África". (DRUMOND e BARBER, 2000, p 38.)

> atritos frequentes entre seus adeptos, nos quais não é raro o emprego das armas de fogo.[151]

O cenário de instabilidade, que incluía os conflitos adeptos das camadas mais simples entre os três movimentos de pró-libertação contribuía para a paralização do comercio e instabilidade politica e econômica. A agitação envolvia praticamente todos os grupos sociais e os atos de violência eram recorrentes. As agitações decorrentes da insatisfação da população refletiam nos choques constantes dos partidários dos três movimentos mais populares. Contudo, como podemos vislumbrar, Ovídio Melo relatou em 26/04/1975 sobre o cortejo constante de empresários, que mesmo nesse cenário de caos, procuravam a representação para fazer negócios,

> Referência ao ofício confidencial nº 9, da série Angola, expedida da Embaixada em Nairóbi. Veio procurar-me nesta Representação Especial o livreiro Joel Matos, do Centro do Livro Brasileiro, empresa portuguesa que há muitos anos importa livros do Brasil para Portugal e Angola. O Volume dessas importações já atinge a ordem anual de U$$ 2,000.000.00. 2. O Senhor Joel Matos, vindo de Portugal e do Brasil, procurou-me porque sabe do interesse que eu tenho manifestado junto ao Governo de Transição de Angola, em favor abolição dos tetos de importação, que no antigo regime colonial restringiam – e ainda restringem – as compras de livros que Angola faz no Brasil. Sua filial aqui, segundo afirma, poderia, desde logo, quadruplicar as vendas, caso estes obstáculos governamentais fossem abolidos.
> 3. Disse-me ele a firma "Centro do Livro Brasileiro" está presentemente com dificuldade financeira em Portugal. Tem amplos estoques, considerável ativo realizável a longo prazo, mas tem um passivo grande, exigível a curto prazo, situação esta que pode leva-lo a dissolução, caso não tenha amparo dos bancos ou dos governos, de Portugal ou do Brasil. Os bancos em Portugal foram nacionalizados e se fecharam às firmas particulares. O Governo de Portugal, da mesma forma não se dispõe a ajudar o Centro do Livro Brasileiro. Recorreu, então, o Senhor Joel Matos, ao Brasil. Pediu as autoridades brasileiras que se interessem por conceder-lhe financiamento ou crédito, da ordem de um milhão de dólares. Como garantia desse crédito o Centro do Livro Brasileiro

[151] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Comunicação do Conselho Nacional de Defesa. Agitação estudantil. Nº60 em 25/04/1975.

> oferece uma participação societária ao Banco do Brasil, ou mesmo aceitaria a venda total para o Governo brasileiro.[152]

O conteúdo da mensagem traz a impressão de que a conversa se dá em um “grande balcão de negócios”, na qual, o representante da empresa Centro do Livro Brasileiro, o português, Joel Matos, que externa suas preocupações sobre a continuidade de suas funções em solo angolano e português. Neste contexto, vemos que a mudança política e econômica não aflige somente as relações em solo angolano, mas também em Portugal, pois as empresas de capitais privados estão todas preocupadas com o desenrolar da Revolução dos Cravos que veio estatizando muitas empresas. O memorando mostra também que Joel Matos procura até vender a empresa para outra estatal, mais brasileira, o Banco do Brasil. Assim é possível inferi que procura ter algum lucro, ou melhor, diminuir as perdas. Ovídio Melo expõe bem as questões econômicas de Portugal nesse mesmo memorando,

> 4. Em difícil situação financeira em Portugal, solicitando assim um crédito ao Brasil, o Senhor Joel Matos vem a Angola para examinar em que medida a filial angolana do Centro do Livro Brasileiro poderia estar em condições de ajudar a matriz portuguesa. Expus ao Senhor Joel Matos, na longa entrevista que com ele tive, todas as gestões que já fiz, ante todos lideres dos movimentos angolanos, vários ministros de estado, grupos de estudantes e médicos, no sentido de liberar o livro brasileiro em Angola, das peias de índole restritiva a natureza colonial que ainda perduraram. Mas devo confessar-lhe também que, a despeito dos meus esforços, nada consegui ainda, neste mês de gestões intensas. A desarticulação do governo tripartite, a inação dos partidos, faz com que todos concordem com a necessidade de liberar do livro brasileiro como condição essencial e básica para duradora cooperação Brasil com Angola, mas ninguém, na prática, toma as medidas necessárias para abrogar, uma penada, a legislação restritiva vigente.[153]

O representante brasileiro mostra nesse trecho que a conjuntura daquele momento impunha dificuldades para o estabelecimento de um posicionamento

---

[152] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Impedimento à entrada de livro brasileiro em Angola. Nº61 em 26/04/1975.

[153] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Impedimento à entrada de livro brasileiro em Angola. Nº61 em 26/04/1975.

claro das lideranças e representações governamentais angolanas, que, naquela época eram divididas entre os três movimentos. Todavia, o representante brasileiro relatou que tinha entrevistas rotineiras com os ministros, para que a diplomacia contribuísse numa perspectiva de que Angola repensasse a restrição imposta aos livros brasileiros, porém, os representantes angolanos, em um primeiro momento, agiam com certa "desconfiança" diante das investidas comerciais.[154] Continua o memorando relatando as dificuldades enfrentadas para estabelecer contatos comercias e chega a pedir ajuda ao representante da empresa Centro do Livro Brasileiro,

> 5. Aconselhei, por isso, ao Senhor Joel Matos, que se juntasse a mim nessa campanha que aqui faço, pela entrada franca do livro brasileiro. Pedi-lhe que retraçasse meus passos, indo procurar entrevistas com o Ministro da Educação, com o Ministro da Informação, com o Ministro das Finanças, com todos aqueles participantes do Governo que se pudessem sensibilizar com o problema e tomar uma pronta decisão. Aconselhei o Senhor Joel Matos, também, a não caracterizar suas gestões como simples interesse comercial da firma que representa, nem exclusivamente como importação de livros. Melhor seria, para persuadir angolanos, que o interesse comercial existente pudesse ser envolucrado como uma necessidade cultural, já que Angola independente necessariamente terá de aumentar o nível da cultura popular e a intensidade do ensino. Por outro lado, mais conviria a apresentação à importação de livros do Brasil como uma necessidade temporária e inicial, até que Angola tivesse sua própria indústria editorial. E que desde agora, no interesse da preservação da cultura portuguesa aqui, procurasse o Centro do Livro Brasileiro interessar as autoridades angolanas pela possibilidade futura de que capitais governamentais e privados dos portugueses, brasileiros e angolanos, pudessem se juntar, para criar e desenvolver em Angola um grande indústria editorial. Num "package deal", enquanto a industrial nativa não existisse, seria então concedida liberalização total da importação de livros, impressos em português, não só Portugal, como já existe, mas do Brasil também.[155]

[154] A respeito dos produtos importados para Angola vindo do Brasil, o líder do PDA – Partido Democrático Angolano, da o exemplo do vinho "[...] Até o vinho do Brasil feito na base de produtos químicos foi introduzido no mercado angolano para embrutecer a juventude [...]" (NETO, 2010, p.122). Em entrevista com o Prof. Fernando Mourão ele comenta sobre uma empresa de vinho de Minas Gerais que vendeu seu produto para Angola, que tinha uma péssima qualidade e que muitos angolanos passaram mal. Até hoje em Angola, segundo Mourão, os angolanos tem horror ao vinho de Minas Gerais. Entrevista concedida em 01/03/2010. Registramos que nem no Brasil o vinho de Minas Gerais é apreciado ao contrário de seus bons alambiques de cachaça.

[155] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Impedimento à entrada de livro brasileiro em Angola. Nº61 em 26/04/1975.

Os esforços realizados por Joel Matos e aconselhados por Ovídio Melo deram frutos, como se pode observar ao longo do memorando,

> 6. Os recortes anexos, do Diário de Luanda, de 23 e 24 de abril corrente, já refletem a campanha que o Senhor Joel Matos vai fazendo junto aos Ministros da Educação e da Informação, bem como na imprensa, em favor da criação de um centro editorial em Angola e da liberalização da importação de livros.
> 7. Saliento que o Banco do Brasil, muito oportunamente instalado pelo Itamaraty, parece estar disposto a conceder ao Centro do Livro Brasileiro o financiamento de um milhão de dólares pretendido, para sanar as dificuldades da firma em Portugal mesmo. Em Angola, a firma não tem, ao que saiba, qualquer dificuldade financeira. Antes, pelo contrário, tem lucros a reinvestir, que lhe permitiriam expansão imediata, caso pudesse importar mais livros do Brasil, Creio, pois que, os intuitos, aqui tão bem recebidos, da criação do Centro Editorial de Angola, deveriam ser vistos em conjunção com a participação maior e eficaz que o Brasil possa ter Centro do Livro Brasileiro, por força do empréstimo que será provavelmente feito àquela firma. Se estamos a solucionar as dificuldades da firma em Portugal é mais do justo que com ela entremos em qualquer plano de ampliação e extensão da sua filial em Angola.[156]

As questões postas por Ovídio Melo sobre a parceria com o Centro do Livro Brasileiro demonstram que o governo do Brasil para além de um observador dos acontecimentos políticos em Angola, estabelecia o envolvimento econômico-comercial, a exemplo anterior da SUPA que tinha capitais do grupo brasileiro Pão de Açúcar, o interesse, em especial do representante brasileiro da venda de livros do Brasil para Angola.

Inferimos que a venda de livros brasileiros para Angola não tinha somente o cunho mercadológico da exportação de um produto para exterior, pois o livro quando vendido carrega com ele valores culturais, e autores como Graciliano Ramos, Jorge Amado, tiveram uma forte influência na cultura angolana[157].

---

[156] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Impedimento à entrada de livro brasileiro em Angola. Nº61 em 26/04/1975.

[157] A respeito dos escritores brasileiros salientamos, o que um dos lideres do movimento de independência, Mario Pinto de Andrade escreveu, "[...] preciso dizer, aliás, que líamos os mesmos livros: Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, todos os grandes escritores brasileiros realistas, e os neorrealistas" (ANDRADE, 1998, p. 77)

Não obstante, o Banco do Brasil empresta dinheiro para empresa portuguesa, Centro do Livro Brasileiro, como o próprio Ovídio Melo nos aponta, o empréstimo teria uma contrapartida que justamente se mostraria em uma maior exportação de livros do Brasil. O representante brasileiro completa, "[...] Se não contemplamos, a curto prazo, subsidio ou uma associação com esta firma, poderemos vê-la desaparecer, ou se associar apenas com capitais angolanas, deixando o Brasil de lado"[158].

Sobre o comercio Brasil e Angola, Ovídio escreve um relatório em 03/07/1975 apontando algumas sugestões,

> O Comércio do Brasil com Angola, que é ínfimo, a despeito de relações históricas que datam do século XVI, foi impedido, basicamente, até 25 de abril de 1974, pelo:
> Sistema colonial que criou um emaranhado de restrições fiscais, alfandegárias e administrativas, para tornar impossível o intercambio angolano senão com Portugal.
> Desaparelhamento completo do Consulado em Luanda, que não contava senão com um medíocre funcionário português, trabalhando *part-time*, para improvisar respostas a consultas de exportadores brasileiros.
> 2. Consciente da impossibilidade de vazar o emaranhado de empecilhos que o sistema colonial desde sempre impusera, o funcionário português, cujo ordenado consumia a totalidade da reduzidíssima dotação de promoção comercial (US$ 800,00) conformava-se com um nível de intercâmbio que até o ano passado, para o Brasil não atingiu a mais do que 0.02 das importações totais de Angola.
> 3. Os acontecimentos de Portugal, em 25 de abril de 1974, não alteraram em nada a situação acima descrita. Enquanto não havia data fixada para a independência, o governo, a economia e as finanças de Angola permaneciam totalmente em mãos de portugueses.
> 4. Os Acordos de Alvor, a fixação de uma data para a independência e a posse do novo Governo de Transição trouxeram a esperança de que, afinal, os laços econômicos sufocantes do colonialismo começassem a ser revistos e desfeitos, mesmo antes da independência, o que permitiria eventual aumento do intercambio com o Brasil[159].

---

[158] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Impedimento à entrada de livro brasileiro em Angola. Nº61 em 26/04/1975.

[159] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado,– Confidencial – DPR/DAO/DPG/DIC/DFT/DTC/DAF. Índice: Sugestão de uma politica de promoção comercial em Angola, nesta fase de transição. Em 03/07/1975.

Se no século XVI desenvolvemos um comércio dinâmico, que infelizmente tinha como seu principal produto, o escravo negro vindo do território que hoje abrange os países Angola, Congo e região. Valendo ressaltarmos que naquele período, a relação Brasil e Angola era mais intensa do que com Portugal, e incluía a cachaça, a mandioca, o fumo, entre outros produtos e complexidades, como vimos na introdução desse trabalho. Todavia lembremos que após a independência do Brasil, esse comércio praticamente se extinguiu, permanecendo apenas as lembranças e os laços históricos. Somente nos anos 1960, com o presidente Jânio Quadros que vamos ter uma tentativa de reaproximação, que não se concretiza pelo pouco tempo que ficou no poder, outro assunto abordado na introdução do nosso trabalho.

Após ruptura brusca com ascensão do regime ditatorial no Brasil no governo do Presidente Médici o processo de reaproximação é retomado com a instalação da Representação Especial, com o diplomata Ovídio Melo que, como vemos, faz reflexões acerca do estreitamento das relações Brasil e Angola, tema desenvolvido neste capítulo da tese.

Melo aponta, em 03/07/1975, o ônus que o Brasil vai enfrentar para o estreitamento dessa relação,

> Mas esta esperança vai sendo frustrada, nos cinco meses desde que o Governo de Transição se instalou, nos três meses de existência da Representação Especial porque:
> 1. Portugal continua em Angola a deter postos-chaves, como as pastas da Economia e Transporte;
> 2. Os Movimentos que compõem o Governo de Transição são inconciliáveis e lutam entre si;
> 3. O Governo de Transição mais se parece a uma medusa, com cabeças rivais e conflitantes;
> 4. Os choques armados que se tem repetido cada mês, sempre com maior intensidade, prenunciam guerra civil, talvez até balcanização do país;
> 5. Essa beligerância cria uma expressão generalizada, com tendência a se tornar em pânico, provoca o êxodo de portugueses, paralisa os negócios e a economia. O porto está paralisado há 4 meses. A construção civil, 90% parada. Ameaça de êxodo 135.000 passagens vendidas até novembro. Comunicações por terra com o interior, interrompidas, Sistema bancário semi-paralizado. Balanço de comercio ameaçado: Perda irremediável da safra de café. Contrabando de diamantes incontrolável.
> 6. A taxa do câmbio paralelo dispara e já é 300% maior que a do oficial. A liquidez das firmas é cada vez menor. As divisas escasseiam. Transferências de divisas ou pagamentos no exterior,

> tornam-se impossível, inclusive para evitar o êxodo. Os jornais se enchem de anúncios de transpasse de negocio de casas, com tudo que ambos contem. Firmas conceituadas anunciam que doravante só comerciarão em dinheiro, à vista. E o caos econômico que se prenuncia e que invalida, de um dia a outro, qualquer tentativa de negócios, qualquer estudo de mercado, qualquer previsão financeira ou comercial.[160]

Perante o quadro apresentado sobre as ligações comerciais entre Brasil e Angola, o que se via era uma penumbra, pois um verdadeiro "pandemônio" que estava o Estado angolano não havia a possibilidade de estabelecer contratos em longo prazo, mesmo porque, o que Melo aponta é uma diáspora, quase total da população branca, em especial, e com isso também a retirada de grande parte do capital econômico de Angola.

Uma das indagações que nos acompanhou durante o desenvolvimento desta investigação se refere à maneira com que as trocas comerciais entre Brasil e Angola se estabeleceriam. Sabemos, pelo que vimos nos itens anteriores, que por conta da percepção visionária de alguns grupos empresariais brasileiros, a exemplo da Odebrecht, Camargo Coreia, entre outros, no final da década de 1970 e, principalmente, no inicio dos 1980iniciaram os passos a caminho da efetivação das relações comerciais entre Brasil e Angola.

Importar salientar, o que Melo propõe para estabelecimentos de contatos entre Brasil e Angola, antes da independência,

> 6. Frente às condições acima resumidamente descritas, que dia a dia tendem a piorar até a Independência, a Representação Especial sugere o seguinte programa de ação para o corrente ano.
> 1) Ação diplomática por todos os meios políticos executada, no sentido de incentivar o Governo de Transição, a descolonizar de fato Angola, mediante a remoção imediata ou gradual dos laços privilegiados que ainda perduram até hoje e que Portugal pretenderia aqui manter. Pois é certo que existe uma tentativa de manutenção de vinculações neo-colonialistas, por todas as forças, de direita ou de esquerda, que, de Portugal, ainda influem neste processo de descolonização.
> 2) Proceder a estudos de mercado, para produtos específicos, apenas na medida em que permitam identificar todos os pontos de

[160] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado,– Confidencial – DPR/DAO/DPG/DIC/DFT/DTC/DAF. Índice: Sugestão de uma politica de promoção comercial em Angola, nesta fase de transição. Em 03/07/1975.

> estrangulamento do intercambio com Angola, mas não para incentivar brasileiros venham neste momento a Angola vender seus produtos, dados os riscos pessoais existentes; nem para que fechem negócios que talvez nunca se concretizem, pois o importador pode sair de Angola às carreiras; nem para que a mercadoria fique parada a bordo, no porto, durante meses, ou seja furtada no cais – pois de qualquer forma os riscos políticos e pessoais seriam maiores do que os lucros comerciais imediatos e talvez esses não concretizassem nunca, por absoluta falta de meios de pagamento.
> 3) Encorajar apenas negócios de Governo a Governo, ou transações em que todos os partidos componentes do Governo de Transição possam estar eminentemente interessados, pelos que o Governo como todo dê seu incondicional apoio e aval.
> 4) Estudar com o Branco do Brasil e outros Ministérios formas de pagamento que possam facilitar, logo após a independência, o comercio direto com Angola.
> 5) Envio a Luanda de economistas dos serviços especializados do Ministério, para que neste sentido estudem o intercambio com Angola e assessorem a Representação Especial.
> 6) Comparecimento apenas simbólico à Feira de Luanda, caso esta, a despeito de tudo, possa ser realizada.
> 7) Reorganização do setor de promoção comercial [...][161]

O memorado segue com outras instruções de como o Estado brasileiro deveria proceder em relação a Angola. Melo enfatiza a necessidade de que a relação entre Portugal e Angola seja distanciada, para que o Brasil pudesse se aproximar deste país africano. Neste sentido vemos que para o representante brasileiro, a intenção é ocupar o lugar de Portugal, porém ele nos atenta ao fato de que a presença do país colonizador continua intensa. Na realidade, Portugal e Angola, mantém até hoje um relação muito forte, que se materializa no jeito de falar e expressar, outro exemplo, os times de futebol em Angola mais admirados são o Sport e o Benfica.

2.2 Atuação da Representação brasileira em Angola e observações referentes aos movimentos pró-libertação

Registramos que a Representação brasileira em Angola não somente estava presente para atender os interesses do nosso capital. A questão política na conjuntura da Guerra Fria foi um fator importante para o estabelecimento dessa Representação. O governo da autocracia burguesa militar tinha preocupações

[161] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado,– Confidencial – DPR/DAO/DPG/DIC/DFT/DTC/DAF. Índice: Sugestão de uma politica de promoção comercial em Angola, nesta fase de transição. Em 03/07/1975.

pontuais em Angola, o que podemos ver na comunicação telegráfica brasileira. No memorando enviado em 25/03/1975, pelo representante especial Ovídio Melo sobre a visita do Alto Comissário português em Angola, general António Silva Cardoso[162],

> Visitei hoje, terça-feira 25, em companhia do Conselheiro Cyro Cardoso, o Alto Comissário português, General Silva Cardoso. Agradeci-lhe a participação que teve no meu credenciamento perante o Governo de Transição, ofereci-lhe a colaboração da Missão diplomática que aqui instalamos, enfatizando a urgência que meu Governo tem em estabelecer efetivas relações com Angola.
> 2. O General Silva Cardoso manifestou-me seu contentamento pela pronta instalação da Representação Especial e prometeu-me constante colaboração. A conversa, a seguir, voltou-se para os problemas políticos e militares do momento e para os variados choques armados ocorridos em vários pontos da periferia e do centro da cidade entre tropas do MPLA e do FNLA.
> 3. O General mostrou-se fortemente "preocupado com a situação reinante, com as tensões crescentes e disse que, sobretudo orientem, segunda-feira, os incidentes foram tão graves que arriscaram generalizar-se, transformando-se em guerra civil. Declarou-me que, ainda hoje, a situação é extremamente tensa, pois o FNLA e o MPLA estão literalmente em pé-de-guerra.
> 4. Com efeito, quando ontem busquei ter entrevistas com os três primeiros ministros que constituem o Colégio Presidencial, somente o da UNITA prontificou-se a receber-me hoje. Os demais mandaram dizer-me que teriam prazer em receber-me, mas o depois de que cessassem as hostilidades.[163]

Essa parte do memorando demonstra o interesse do governo brasileiro em relação aos acontecimentos políticos em Angola e que circundam os três movimentos (MPLA, UNITA E FNLA). O general Antônio Silva Cardoso demonstra em vários trechos do livro de memória *General Silva Cardoso: Angola anatomia de uma tragédia* (2009) que possuía visão contrária ao MPLA e em relação a alguns

[162] O general Silva Cardoso nasceu a 3 de Fevereiro de 1928, na aldeia de Pedreira, no concelho de Tomar. Ingressou na Escola Naval em Setembro de 1947, optando pela carreira das armas na Marinha. Ainda segundo-tenente, foi transferido para Aviação Naval, tendo mais tarde ingressado na Força Aérea Portuguesa. No processo de independência de Angola assumiu o posto de Alto Comissário interino do Estado de Angola (15 de Janeiro de 1975 a 02 de Agosto do mesmo ano). dados tirados da orelha do livro: General Silva Cardoso: Angola: anatomia de uma tragédia (2009).

[163] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita ao Alto Comissário português em Angola nº 2 em 25/03/1975.

membros da MFA (Movimento das Forças Armadas)[164], a exemplo do seu sucessor ao cargo da Junta Governativa de Angola, o Almirante António Alva Rosa Coutinho[165], por conta de sua aproximação ideológica ao socialismo, como podemos observar a partir do seguinte trecho:

> [...] E tinham razões para se queixar, logo que tomaram consciência de que o novo responsável por este setor governativo, da maior importância na conjuntura do momento, orientou toda a sua política para um descarado apoio ao MPLA e quem não colaborasse era considerado militante ou simpatizante do FRA, reacionário perigoso preso e escorado de Angola. Foi mesmo o Correio Jesuíno que impediu o Rosa Coutinho de ser linchado dentro do Palácio por um numeroso grupo de branco que, completamente descontrolados e enfurecidos com a politica seguida pelo Almirante Vermelho, irromperam pelo palácio durante mais uma manifestação disposta a tudo. (CARDOSO, 2009, p. 411)

Embora o foco do presente texto seja analisar a participação doo Brasil em Angola, trazer à tona as histórias das pessoas com as quais a Representação brasileira teve contatos é importante, pois evidencia a trama envolvida no processo de independência e os seus protagonistas. O general António Silva Cardoso, como demonstra o trecho do seu livro de memória, empenha críticas ao MPLA e ao sucessor, o almirante Rosa Coutinho,. Além disso, enfatiza a insatisfação do grupo de portugueses brancos que ali viviam, tendo em vista que o cenário naquele momento não estava maduro para dizer como ficaria Angola pós-independência.

O processo de independência de Angola, como vemos no memorando do embaixador Ovídio Melo, é traduzido como o panorama de um lugar com o futuro

---

[164] O Movimento das Forças Armadas – MFA foi assunto constante do primeiro capítulo, principalmente por ser um dos movimentos protagonistas da Revolução dos Cravos.

[165] "António Alva Rosa Coutinho Nasceu em Lisboa, em 1926. Frequentou o Liceu Passos Manuel. Em 1944, entrou para a Escola Naval. E em 1959 terminou o curso de Engenheiro Hidrógrafo, tendo se especializado nos Estados Unidos da América. De 1959 a 1961 em Angola, em missão hidrográfica. Em 1960, participou na recolha de refugiados portugueses e belgas em Matddi. Foi preso em 1961 pelo Congo Kinshasa, sob a acusação de espionagem. Libertado, foi para Moçambique. Abriu o canal do Macutí, que permitiu a atracagem de navios de grande calado no 'porto da Beira. Deixou obra no Niassa, em Porto Amélia e em Nacala. Concebeu e montou o desembarcadouro do porto de Palma, a sul do farol de Cabo Delgado. Foi condecorado com a Medalha de Serviços Distintos com Palma. Regressado a Lisboa, assumiu o comando da fragata «Almirante Pereira da Silva», ao serviço da NATO. Após o 25 de Abril foi membro da Junta de Salvação Nacional. Designado presidente da Junta Governativa de Angola, ali permaneceu durante 6 meses. É actualmente almirante na reforma". Dados tirados do livro de Dalila Cabrita Mateus, *Memória do Colonialismo e da Guerra* (2006, p.141.)

nebuloso. No livro do pesquisador Tiago Moreira de Sá, *Os Estados Unidos e a descolonização de Angol*a (2011), é apontado que,

> Igualmente significativa foi a declaração proferida por Spínola na abertura do encontro. Depois de repetir uma vez mais que a descolonização de Angola seguira os termos definidos no programa de Agosto da junta de Salvação Nacional, acrescentou: 'Não temos dúvida de que, se assim for, nascerá em breve no Atlântico Sul um novo Estado de expressão lusa. Estado que ficará constituído, como o Brasil e Portugal, o triangulo enquadrante de um mar que talhou as nossas histórias e perpetuará os laços que hão-se, no futuro, unir ainda mais os três países irmãos". Ou seja, a 27 de Setembro de 1974, o general ainda acreditava na possibilidade de se construir uma comunidade lusa assente no tríptico Lisboa-Brasília-Luanda. (MOREIRA SÁ, 2011, p.118)

Vemos que Moreira Sá (2011), discorre em seu trabalho a respeito das relações das tropas portuguesas e o MPLA, questão abordada no memorando da Representação Brasileira, no qual, Ovídio Melo escreveu sobre a postura do então comissário general Silva Cardoso, o qual não via com bons olhos o movimento (MPLA). Moreira Sá também aborda esse episódio destacando em seu relato questões referentes ao representante americano em Angola na época, Sr. Killoran[166],

> Killoram descreveu para Washington os termos do acordo com o MPLA, salientando que os seus pontos principais eram o cessar-fogo, a abertura de escritório do movimento por todo país, a liberdade de atividade das tropas de Agostinho Neto desde que em acções pacífica, a troca de prisioneiros, a liberdade político de publicação e transmissão e a participação do movimento no governo provisório. Mas o aspecto mais interessante do relato do cônsul-geral era o seguinte comentário: "O ultimo combate entre o MPLA e as forças portuguesas foi em 29 de julho. Desde então os portugueses permitiam que os elementos do MPLA entrassem no Este de Angola (Sul e Este de Lumbala) e estabelecessem contatos com a população. Neste momento existem entre 300 a 400 tropas do MPLA em Angola, Como resultado do incremento constante de conctatos entre MPLA e as forças portuguesas, o clima de entendimento cresceu. Os dois lados jogam futebol e praticam outros desportos juntos com regularidade. (MOREIRA SÁ, 2011, p.122).

[166] Tom Killoran foi cônsul geral de Angola em substituição Everett Briggs no inicio de setembro de 1974.

O cenário descrito pelo pesquisador português Moreira Sá confirma as inquietações do representante da Junta da Salvação, o general Silva Cardoso, relatadas tanto no memorando, como no livro, especialmente no que se refere à preocupação com as tropas que estavam na cidade e os conflitos. O próprio autor, ao discorrer sobre os acordos entre os movimentos MPLA, demonstra como era difícil acerto entre os quadros, o que já foi mencionado no capitulo anterior, quando nos referimos a questão da relação entre Agostinho Neto e Daniel Chipenda. Como podemos ver no seguinte trecho,

> Este acordo com MPLA conheceu logo a seguir um revés demonstrativo da dificuldade das negociações com este movimento ainda profundamente dividido em facções. Numa conferência de imprensa realizada dois dias depois, Daniel Chipenda afirmou que "Neto não tinha direito de falar como presidente do MPLA" anunciou a sua decisão de assinar um cessar-fogo separando e "deplorou o comportamento de Portugal para com os movimentos de libertação" para ele era certo que os portugueses mantinham "contatos secretos" com a facção de Agostino Neto desde a conferência de Lusaka. (MOREIRA SÁ, 2011, p.122-123).

O trecho apresentado fortalece o que já foi discorrido sobre os desentendimentos dentro do MPLA em especial entre Agostino Neto e Daniel Chipenda. Esse era o cenário que justamente a Representação brasileira estava interessada em entender e, mais que isso, intervir numa perspectiva de estreitar as relações do Brasil com Angola. Vimos, em outro trecho de nossa fonte documental, que Ovídio Melo traz informações em 25/03/1975, acerca do General Cardoso e problematiza as tensões entre os movimentos no país,

> 5. O General Silva Cardoso pareceu-me, na entrevista, bastante perplexo ante um dilema que me explicou: desde o começo de sua atuação aqui busca evitar que as tropas portuguesas se envolvam sozinhas na contenção de incidentes. Pretende por isso, que o policiamento fique a cargo de tropas conjuntas, preferivelmente dos três movimentos. Dado o acirramento das tensões entre MPLA e o FNLA, diz o General, influenciados por forças externas, já não podem ser formadas essas forças conjuntas que o General pretendia ter.
> 6. Para que Vossa Excelência melhor possa compreender o aparente desânimo do Alto Comissário português perante a situação que aqui reina, permito-me dar minha impressão pessoal desta segunda chegada a Luanda. No decorrer de apenas um mês, a situação politica e militar muito se agravou. A passagem de

> Chipenda[167] para as hostes de Holden Roberto simplificou o panorama politico, mas colocou a FNLA em direta confrontação com o MPLA. De outra parte, Vossa Excelência se lembrará que, na entrevista que tive com Holden Roberto, impressionou-me o receio do FNLA, que estaria então, desde agora, buscando um solução militar.
> 7. O momento seria propício para o FNLA tomar tal iniciativa, porque Agostinho Neto se encontra ausente, fazendo campanha eleitoral no sul e porque o Alto Comissário português será suscetível de influenciar-se com a campanha que o FNLA vem fazendo no sentido de desarmar "civis". Considerando-se que todos os partidos angolanos em todo e qualquer tempo deram armas aos seus adeptos, e que este país sai de longos anos de guerrilha, proposito de confiscar armas só poderá levar a repetidos incidentes armados.[168]

O conflito entre os movimentos de pró-independência de Angola é um objeto constante de reflexão nesse trabalho. A respeito dos três movimentos naquele momento MPLA, FNLA E UNITA estavam em intenso combate, a exemplo do MPLA citado no documento. Vemos a desistência significativa de membros históricos, a exemplo da situação foi relatada no memorando, no qual é apontando que Chipenda transita do MPLA para o FNLA, agravando, desta forma, os conflitos entre os dois grupos.

Os desentendimentos dentro do MPLA eram constantes, assim como em qualquer agremiação grande e, é importante considerarmos que este movimento foi o mais expressivo, logo, se tem mais informações disponíveis, as quais possibilitam que se trace um panorama geral de sua história e, com isso, facilite o entendimento da própria história angolana. O historiador português José Milhazes, em seu livro *Angola: o princípio do fim da União Soviética (2009)* discorreu sobre os conflitos entre Daniel Chipenda e Agostinho Neto no ano anterior no Congresso do Partido Comunista realizado na então União Soviética, ou seja, antes de se concretizar a cisão entre os dois, que culminou na saída de

---

[167] Em seu livro de memória, Silva Cardoso comenta já em 1974 a saída de Daniel Chipenda. *O MPLA debatia-se com problemas internos de grande vulto e em fins de julho, Agostino Neto com Chipenda, o homem da Revolta do Leste e Mário de Andrade da Revolta Activa, procuram em Lusaka encontrar uma plataforma de entendimento que lhes permitisse prosseguir a luta pelos objetivos que perseguiam desde havia mais de uma dezena de anos. Tudo o que conseguiram foi agendar um congresso que teria nos mesmo local- Lusaka – com início a 8 de Agosto de 1974*. (CARDOSO, 2009, p.382)

[168] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita ao Alto Comissário português em Angola nº 2 em 25/03/1975.

Chipenda do MPLA, o partido tentou intervir e resolver a questão dentro do próprio movimento,

> O MPLA - continua Ulianovski - dirige a luta armada de libertação nacional em Angola, que tinha lugar principalmente na Frente Oriental a partir do território da Zâmbia. A tribo Umbundo constitui a massa fundamental de combatentes da frente. Porém, na direcção do partido há um único representante dessa tribo: Daniel Chipenda. Activistas do MPLA exigiram a realização de um congresso do partido para eleger uma direcção com representação proporcional das tribos. Agostinho Neto, presidente do MPLA, acusou D. Chipenda e os activistas Umbundo de traição e excluiu-os do partido. "Depois de discutida a situação, o Comité Central do PCUS decidiu enviar um telegrama ao embaixador soviético, onde Se lhe recomenda encontrar-se com Chipenda e Neto para superar a cisão no MPLA. E para que não fosse de mãos vazias, o CC do PCUS recomenda: «Informe que os pedidos do MPLA sobre a prestação de ajuda militar e material para o ano de 1973 foram satisfeitos. O material para o MPLA foi fornecido para a República Popular do Congo e a Tanzânia. Todavia, as contradições no MPLA dificultam a prestação de ajuda por parte de organizações soviéticas ao partido. (MILHAZES, 2009, p.45).

Milhazes (2009) demonstra que além da intervenção política para a tentativa de resolução dos conflitos do interior do movimento, Moscou continuou a ajudar o MPLA, principalmente no que se referia a armamentos e treinamento militar aos guerrilheiros do MPLA,

> Na aldeia Perevelnoe, ao quilómetro 21 da estrada Simferopol-Alucta, na Crimeia (actualmente, território da Ucrânia) esteve instalado um dos campos de treino de guerrilheiro do MPLA de outros movimentos de libertação, bem como de soldados oficiais de países do Terceiro Mundo. Entre 1965 e 1990, oficiais soviéticos preparam ai cerca de 18 mil combatentes de países como Afeganistão, Angola, Camboja, Congo, Cuba, Etiópia, Guiné-Bissau, Guiné-Conacri, Iémen, Laos, Líbano, Líbia, Madagascar, Mali, Moçambique, Mogólia, Nicarágua, Palestina, São Tomé e Príncipe, Tanzânia e Zâmbia.
> O primeiro grupo constituindo por 75 guerrilheiros veio precisamente da Guiné Bissau e foi recebido pelo tenente-coronel Vladilen Kintchevski, então comandante do Centro de Treino.
> “Recordo-me quando eles desciam pela escada do avião eram todos pretos como a fuligem” – declara Kintchevski ao diário russo *Komsomolskia Pravda*, e acrescenta: “Tínhamos de arranjar um tradutor que falasse na língua dos guineenses. Descobrimos que só um máximo de dez falava português e que os restantes nada a fazer, tivemos de lhes ensinar a arte militar.” (MILHARES, 2009, p.46)

Não obstante, o treinamento desses guerrilheiros em solo soviético não se resumia somente em táticas de guerra, pois na conjuntura da Guerra Fria, os princípios ideológicos estavam presentes. Vimos que o próprio general Silva Cardoso falou sobre seu sucessor, Rosa Coutinho, adjetivando-o como Almirante Vermelho. Essa adjetivação de Rosa Coutinho como Almirante Vermelho vem em decorrência das disputas ideológicas que conduzira em toda sua história de militância política. Os guerrilheiros que eram enviados para União Soviética além do treinamento militar recebiam aulas de teoria marxismo-leninismo,

> Os guerrilheiros começavam por receber preparação ideológica. Zubarev recorda a propósito: "Começam os estudos com um professor de marxismo-leninismo a apontar com uma vara para o retrato de um branco barbudo e proclamar solenemente: "Em 1818, em Trite, nasceu Karl Marx". A preparação política era uma disciplina obrigatória, mas não ocupava muito tempo e foi elaborada especialmente para o nosso Centro. Tratava-se de uma breve história dos movimentos revolucionários mundiais desde Marx até a chamada terceira etapa do movimento revolucionário mundial, que começou precisamente nesses anos. Isso era bastante complicado para os cadetes: eles nunca tinham visto um mapa e ali apontavam para o mapa-mundi, dizendo que ali nascera aquele avozinho barbudo e que isso estava ligado ao destino pessoal deles. (MILHAZES, 2009, p.48).

A preparação dos cadetes relatados por José Milhazes (2009), estava visivelmente ligada a questões ideológicas, todavia, a maneira em que acontecia essa formação política nos faz indagar até que ponto esses revolucionários estavam elucidados sobre a ideologia que seguiam. Como foi apontado pelo autor, para muitos era a primeira vez que ouviam falar de Karl Marx, que naquela altura servia de referencial teórico para o MPLA, uma vez que os lideres do movimento se identificavam com essa corrente ideológica[169].

Por outro lado, vale a pena registrar que Milhazes (2009) faz apologia contraria ao regime aplicado em ambos os países (União Soviética e Angola). Contudo, o registro que faz sobre o desconhecimento ideológico dos guerrilheiros

[169] Como já discorrido em linhas anteriores seus lideres, entre eles Agostinho Neto, Mario Pinto de Andrade, entre outros, quando foram estudar na Europa, a exemplo da Casa dos Estudantes do Império em Portugal entraram em contato com as teorias marxistas, o que pode ser visto na dissertação de mestrado que desenvolvemos sobre o MABLA (SANTOS, 2010).

que iam ser treinados na URSS, nos remete que para muitos desses angolanos a liberdade de Angola era uma necessidade, pois o jugo da colonização portuguesa já não era mais suportável, o que os conduzia, quase que espontaneamente, aos movimentos pró-libertação. Nesse sentido vemos que a necessidade de mudar a história do país e superar o colonialismo nasce da realidade de opressão por eles vivenciada, mesmo sem ter o domínio ideológico dos movimentos.

Outro aspecto importante tratado pelo autor se refere ao controvertido apoio da URSS, pois aconteceram episódios de mudanças de "lado", e dentre estes, o exemplo mais significativo culminou na morte do líder guineense Amílcar Cabral,

> Porém, os alunos nem sempre se mantiveram fiéis a essa máxima. Por exemplo, dois guineenses treinados no Campo de Treino nº 165, participaram a 30 de Janeiro de 1973, no assassinato de Amílcar Cabral, depois de terem sido recrutados pela PIDE portuguesa. (MILHAZES, 2009, p.48)

De qualquer forma, mesmo sem uma construção político-ideológica contundente, o apoio da União Soviética é essencial para a libertação de Angola e influência nas configurações do modelo de Estado que se buscará implantar. Segundo o pesquisador Moreira de Sá (2011) a União Soviética, em outubro de 1974, decidiu intensificar seu apoio a Agostinho Neto e procurou realizar uma aliança entre o MPLA e a UNITA, em que procurava ir contra a FNLA. Moreira Sá ainda expõe,

> Na realidade, durante o mês em apreço, Moscovo decidiu alterar definitivamente os seus esforços de unificação dos grupos que compunham o Movimento Popular de Liberdade de Angola e concentrou o seu apoio em Agostinho Neto. Tal aconteceu por vários desenvolvimentos, tais como: a posição crescentemente pró-soviética de Neto; a conhecida preferencia dos militares portugueses em Angola, em especial Rosa Countinho, por este grupo e o apoio que estava a ser-lhe dado ao nível político e militar; a defesa estratégia junto do Kremlin por parte do Partido Comunista Português. (MOREIRA SÁ, 2011, p. 125)

O registro feito pelo pesquisador Moreira de Sá (2011), revela que a decisão da URSS em escolher apoiar Agostinho Neto[170] ao invés de qualquer

[170] A respeito do apoio inicial da então URSS a Agostinho Neto cumpre expormos o que José Milhazes discorre sobre o encontro entre Agostinho Neto e da delegação soviética. "[...] Vadim Kirpitchenko recorda: "a primeira conversa e as seguintes com Neto não nos satisfizeram completamente. Neto transferia constantemente as conversas sobre a situação interna em Angola,

outro militante do MPLA, decorre do fato deste líder receber o apoio do PCP – Partido Comunista Português. O apoio a Agostinho Neto molda o modelo de movimento, pois, , as lideranças do MPLA estranhavam-se em alguns aspectos, o que culminou na saída de Daniel Chipenda. Sobre o apoio da URSS, Moreira Sá ainda expõe que,

> Cerca de dois meses depois, os soviéticos foram ainda mais longe e conceberam um elaborado plano de auxilio ao MPLA, compreendendo o fornecimento de armamento pesado, grandes quantidades de munições e a disponibilização de pontos de transito no Congo. Esta decisão foi tomada em finais de 1974, princípios de 1975, no seguimento de uma série de contatos entre as cúpulas do movimento e o Kremlin e que culminou na visita de uma delegação do MPLA a Moscovo. Iko Carreira, que chefiou a missão do movimento, contou a este respeito nas suas memórias. "De Argel fui para Lusaka e no inicio de janeiro de 1975, fui a Moscovo, Belgrado e Argel com uma delegação composta também de Pedro de Castro Van-Dúmen (Loi), já falecido, e de Costa Andrade (Ndunduma), para conseguir o apoio militar no período de transição para a independência. Esta delegação conseguiu também, por parte da Jugoslávia e da Argélia, apoio em material de guerra. Foi com essas garantias que parti para Lisboa a fim de, no Alvor, participar na reunião que devia desembocar no Acordo do Alvor. As promessas recebidas dos três foram muito importantes. Pensávamos que aquilo que Moscovo nos prometia nos seria suficientes para conter as unidades da FNLA e da UNITA, só não contámos com a entrada de unidades do Zaire e da África do Sul do apartheid. (MOREIRA SÁ, 2011, p. 126).

As questões postas sobre os apoios aos movimentos pró-libertação de Angola foram temas de diversos autores, em especial portugueses, como discorridos nas linhas anteriores.

Os movimentos de pró-libertação de Angola flertavam com a Representação Especial Brasileira e esta, visitada por vários grupos e representantes dos movimentos de libertação daquele país africano e os assuntos envolvidos eram diversos. Observamos que mesmo ao discutir parcerias em diferentes áreas e ministérios, a própria representação também tinha suas

---

sobre as posições dos diferentes partidos e das perspectivas da sua união num movimento único, sobre as acções militares concretas do MPLA para os aspectos externos do problema angolano, que nós já conhecíamos". "Por outro lado , Neto tentou sobrestimar os méritos do seu partido e foi bastante moderado no que respeita à ajuda que esperava de nós. Fiquei com uma impressão agradável do encontro com ele e, se não fosse a cor da pele, Neto pareceria mais um europeu fleumático do que um africano temperamental". (MILHAZES, 2009, p.39)

preocupações, em especial com segurança, como podemos ver no seguinte trecho do documento enviado em 25/03/1975,

> Tive hoje, às quatro horas da tarde entrevista com o Primeiro Ministro José N'Dele[171], da UNITA. Acompanhou-me o Conselheiro Cyro Cardoso. Rememorei ao Dr. N'Dele a entrevista que por seu intermédio tive com o Presidente Savimbi, contei-lhe os contatos que havia tido; com o Dr. Jeronimo Wanga[172], Ministro da Educação, terminei por lembrar-lhe que tanto o Presidente Savimbi quanto o Dr. Wanga, se haviam mostrado bastante interessados pela cooperação brasileira, havendo ambos prometido elaborar um roteiro de sugestões para o intercâmbio mais intenso e proveitoso entre o Brasil e Angola.
> 2. Pedi especificamente ao Dr. N'Dele que lembrasse ao Presidente Savimbi e ao Dr. Wanga essas promessas e procurasse obter de ambos as respectivas sugestões.
> 3.O Dr N'Dele disse-me que no mês transcorrido desde que arranjou minha entrevista com Savimbi na localidade de Silva Porto, ele próprio só teve a oportunidade de ver o Presidente uma vez e por apenas meia hora. Que as atividades eleitorais mantém Savimbi em constante movimento. E que atualmente Savimbi se encontra no exterior em conversações com os líderes da Zâmbia e da Botswana,
> 4. Dados os inúmeros incidentes e choques armados havidos nas ultimas 48 horas, inclusive um no qual o Cônsul da Holanda foi parado e revistado por soldados do FNLA, perguntei ao Primeiro Ministro José N´Dele se o Governo de transição poderia dar-me, a mim e a meus colaboradores, uma forma de, credenciamento , que sirva como salvo-conduto, assinada por representantes dos três movimentos, Dr. N'Dele informou-me que o assunto está sendo considerado para o Corpo Consular e quê eu deveria, para isto, dirigir-me ao Alto Comissariado.
> 5. Ao tratarmos da colaboração entre o Brasil e Angola, o Dr. N'Dele aconselhou-me, de imediato, a que procurasse o Ministro da Agricultura, que parece ter planos definidos, de enviar jovens angolanos ao Brasil para estudos de agronomia. Procurarei em breve visitar, não só o Ministro da Agricultura, mas também todos os demais ministros. Já tenho noticia, pelo Consulado de que

[171] José N'Dele: Primeiro-ministro do governo de Transição, logo a seguir aos Acordos de Alvor, cargo que desempenhou rotativamente com Johnny Eduardo e Lopo do Nascimento. Desempenhou, no Huambo e no Governo da "Republica Democrática de Angola", a mesma posição que exerceu desta feita apenas em rotação com Johnny Eduardo. Devotado e esforçado militante da UNITA, desapareceu de cena com o desmoronar da frágil estrutura que se pretendeu implementar no Planalto. Era um civil, de modo algum um militar, e por isso regressou ao seu posto de trabalho na empresa internacional com escritório na Suíça, a Nestlé. Terá continuado, no entanto, a militar por uma sociedade civil mais actuante no seu país. Conforme o jurista angolano Onofre dos Santos em seu livro *Os (meus) dias da Independência*, 2013, p.184.

[172] Jerónimo Wanga: Ministro da Educação no Governo de Transição após o Alvor, repetiu no efémero Governo do Huambo. Angolano dedicado e culto, é hoje professor universitário em Luanda. (SANTOS, 2013, p185)

> tanto o Ministério do Planejamento quanto o do Bem-Estar Social pretenderiam, também mandar estudantes para o Brasil.
> 6. A fim de prepararmos as visitas referidas, muito agradeceria ter ideia antecipada das possibilidades e disponibilidades de bolsas-de-estudo que o Brasil a curtíssimo prazo possa oferecer a Angola, mesmo antes da independência formal sem acordos específicos. Parece-me isso sumamente importante, pois o único pedido de bolsa-de-estudo até agora feito, para um estudante angolano que esta em Londres, mas é amigo pessoal do atual Ministro da Saúde, foi-me respondido de maneira aleatória e negativa, no sentido de que o Brasil só dá bolsas de pós-graduação e bolsas de graduação quando existe acordo que as preveja.
> 7. A respeito dos repetidos choques armados que se vem verificando em Luanda nas últimas 48 horas, o Primeiro Ministro José N'Dele fez apertas evasivos comentários, buscando não comprometer-se, resguardando visivelmente o papel do seu partido ou como apaziguador e, eventual mediador entre os movimentos antagonistas.[173]

Ovídio Melo preocupado com a segurança da Representação no encontro com o Primeiro Ministro José N'Dele externou sua preocupação, pois o cônsul holandês havia sido parado por representantes da UNITA. Pode-se inferir que a preocupação de Melo estava ligada ao receio de sequestro, pois no Brasil de autocracia burguesa, principalmente pós Ato Institucional nº 5, *AI-5* aconteceram sequestros de representantes de outros países, a exemplo, do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, sequestrado por grupo de esquerda (ALN – Ação Libertadora Nacional).[174] Ao longo do memorando Melo expõe a necessidade da UNITA assim como dos outros movimentos da formação de quadros qualificados para isso procurando uma formação acadêmica.

Cumpre ressaltar que todos os movimentos tinham interesse na ajuda do Brasil e o que notamos foi que a preocupação na cooperação brasileira circundam os mesmo problemas que são evidentes na sociedade angolana como educação, saúde, infraestrutura e apoio militar ao seu movimento. Como vimos no memorando acima. Em entrevista com o Primeiro Ministro do FNLA, Ovídio discorre em memorando de 31/03/1975,

---

[173] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: visita ao Primeiro Ministro da UNITA no colégio Presidencial nº 3 em 25/03/1975.

[174] Para maiores informações consultar GASPARI, 2002, p. 88.

> Tive hoje entrevista com o Primeiro Ministro Johnny Eduardo, da FNLA. Acompanhou-me o Conselheiro Cyro Cardoso. Rememorei o encontro de Kinshasa com o Presidente Holden, o interesse que ele demonstrou pela colaboração brasileira, razão pela qual Brasil, também com assentimento dos outros movimentos, se apressou a abrir, desde logo, uma Representação Especial em Angola. Salientei que, a abertura desta Missão Permanente pretende ser como que a antecipação do reconhecimento da soberania de facto que o Governo de transição exerce sobre a nação angolana. Lembrei ainda ao Primeiro Ministro que já havia estado em visita ao Dr. Samuel Abrigada[175], Ministro da Saúde, correligionário seu, e que também, da parte daquele Ministério, encontrara muito interesse pela pronta cooperação brasileira.
> 2. O Dr. Johnny Eduardo referiu-se com muita simpatia ao fato de que o Brasil se antecipou a todos os demais países no credenciamento de uma missão diplomática perante o Governo de transição. Disse-me, textualmente, "que uma situação privilegiada!" No tocante à cooperação que o FNLA espera do Brasil, o Dr. Eduardo salientou o desenvolvimento brasileiro, a experiência que o Brasil já tem na abertura de estrada, em aproveitamentos hidrelétricos, na organização de sua economia e de sua rede bancária, nos grandes programas de saúde e educação postos em prática. Pediu-me que, além do Ministro da Saúde, visitasse, em breve, o Ministro da Agricultura, do qual até me deu o endereço particular. Salientou que a ajuda do Brasil é imprescindível a Angola, ,"pois não é possível contar só coma ajuda portuguesa.[176]

A entrevista que o representante brasileiro teve com o Primeiro Ministro da FNLA não difere do Primeiro Ministro da UNITA, como mencionado anteriormente. Embora, Dr. Johnny Eduardo ressalte o pioneirismo do Brasil em fixar uma Representação Especial e que como isso poderia contribuir para relações futuras. Entretanto com é sabido os movimentos além da luta contra o jugo português travam uma luta interna feroz que como sabemos resultará na guerra civil que só

[175] Samuel Abrigada: "Era e é um homem tranquilo, sempre fumando descansadamente o seu cachimbo, mesmo a trabalhar. Oriundo da FNLA tradicional, foi muito jovem estudar medicina para a Alemanha, nos anos setenta. O exercício da sua profissão na Alemanha e o seu casamento com uma alemã, de quem tem um filho fizeram dele um inadaptado numa Angola em mudança e na agitação febril, como a que se vivia em 1975, sobretudo quando conduziu a sua própria viatura, aportou no Ambriz. Depois de ter sido ministro da Saúde no Governo de Transição, onde ficou conhecido pelo episódio dos "cem mil obrigado", também relatado neste diário, mostrou-se muito relutante em permanecer em Angola e muito pessimista quanto ao seu futuro. De um dia para outro, deixamos de o ver". Conforme o jurista angolano Onofre dos Santos em seu livro *Os (meus) dias da Independência*, 2013, p.175.

[176] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Entrevista com o Primeiro Ministro do FNLA. Nº10. 31/03/1975.

acaba em 2002. Melo aponta no mesmo memorando considerações que o represente da FNLA fez sobre o conflito com o MPLA,

> 3.Tendo eu abordado levemente os acontecimentos políticos e militares da última semana, para manifestar meus desejos de que possa perdurar o entendimento dos partidos de transição e o Governo, o Dr. Johnny Eduardo me disse que as perspectivas de pacificação são boas e que não é esperável a repetição dos choques armados havidos, porque "o MPLA terá aprendido a lição". Deu-me o Primeiro-Ministro, então, um exemplar da edição extra do Jornal "Liberdade e Terra", que encaminho em anexo, e disse-me que a verdade sobre os acontecimentos últimos, tal como a FNLA a proclama, é publicada naquele jornal, isto é, "ao contrário do que atacou a FNLA em Luanda". Tal ataque, segundo o Primeiro-Ministro, foi absolutamente insensato, pois o MPLA bem sabe que a FNLA possui uma máquina de guerra poderosa, com mais de cinco mil homens treinados e armados em Luanda e cerca de dezoito mil nos "maquis", que só não são trazidos a Luanda de imediato por falta de aquartelamento. Disse ainda que o MPLA, embora esteja armando a população, jogando mulheres e crianças armadas na peleja, só conta, nesta Capital, com mil homens em armas.
> 4. Perguntei-lhe sobre a troca de prisioneiros, que foi noticiada e o Ministro Johnny Eduardo me disse que os prisioneiros vão sendo trocados. Acrescentou, porém, um tanto veemente, para minha surpresa, que são falsos os rumores no sentido de que a FNLA haja fuzilado prisioneiros. Um tanto teatralmente, disse-me, "como poderíamos fuzilar o povo?", e acrescentou: "basta ver que o jornal "Liberdade e Terra" publicou fotografias de prisioneiros..., como então publicaríamos essas fotografias os fossemos fuzilar?"
> 5. Manifestei finalmente ao Dr. Johnny Eduardo minha satisfação pelo fato de que seu partido, ao se apresentar para campanha, havia contratado os serviços de uma empresa de publicidade brasileira. O Primeiro Ministro riu muito cordialmente e já levantando-nos a porta, disse estar contente com aqueles serviços[177].

Os acontecimentos relatados pelo representante brasileiro evidenciam um cenário de grandes conflitos entre os movimentos, especialmente os que envolviam a FNLA e o MPLA. O representante Johnny Eduardo procura se justificar sobre um suposto fuzilamento de membros da MPLA presos, dizendo que o fato não havia ocorrido. Além de exaltar o aparato militar da MPLA, apontava que seu efetivo na capital era pequeno. Melo termina perguntado sobre

[177] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Entrevista com o Primeiro Ministro do FNLA. Nº10. 31/03/1975.

os brasileiros que estavam trabalhando para publicidade do movimento (muito provavelmente Fernando Câmara Cascudo e Theo Drumond) demonstrando a curiosidade do representante brasileiro sobre a atuação deles junto ao movimento da FNLA.

Ao longo dos memorandos que Ovídio Melo envia para Secretaria do Estado, fica notório que os conflitos entre os três movimentos é maior do que propriamente o processo de libertação com Portugal[178], notícias como apontadas anteriormente sobre disputas envolvendo os três movimentos (MPLA, UNITA e FNLA) são cotidianas. Em outro memorando intitulado "Situação política em Angola" de 11/04/1975, Melo discorre sobre esse cotidiano tenso que vive o país,

> Os esforços feitos pelo Governo português e por vários governos africanos no sentido de apaziguar os movimentos de libertação angolanos após os choques armados havidos em março, começam a surtir alguns resultados. Esses resultados são formais, consistente apenas em arrumar os ingredientes explosivos da situação política neste país, mas pelo menos restabelecem um semblante de calma e aparente conciliação, propícios ao encaminhamento da independência e ao desvencilhamento de Portugal.
> 2. Assim é que, no dia 8 do corrente, foi promovido o primeiro encontro dos estados-maiores dos exércitos dos três movimentos, sob a presidência dos primeiros ministros do Colégio Presidencial, para o estabelecimento das forças conjuntas que doravante ficarão encarregadas da manutenção da ordem. Foi aprovado e emitido na mesma ocasião um Comunicado Conjunto dos três partidos, a população à calma, à cessação das hostilidades, à liberdade dos prisioneiros, ao desarmamento. O noticiário a respeito segue anexo.
> 3. Simultaneamente, depois de haver visitado Portugal, Holanda e Bélgica, o Presidente do MPLA, Doutor Agostinho Neto, regressou a Luanda. Desembarcou ostensivamente, sem medidas aparentes de segurança, e fez declarações à imprensa sobre sua viagem a Europa, com bastante comedimento, limitando suas declarações às relações entre o MPLA e os países europeus, sem referir-se aos conflitos havidos. Parecia desta forma, evitar o agravamento das tensões aqui existentes. Noticiário a respeito o também é anexado ao presente ofício.
> 4. Ao mesmo tempo, o Doutor Jonas Savimbia, da UNITA, prossegue sua viagem ao exterior, buscando preservar sua imagem de eventual mediador entre o MPLA e o FNLA. Depois de visitar Zâmbia, No Botswana, e, surpreendentemente, a Romênia,

[178] Registramos que essa analise não quer dizer que o conflito com Portugal foi menor pelo contrário desde final da década de 1950, que os movimentos pró-libertação de Angola vem luta contra o jugo português.

> Savimbi foi a Londres, a convite de Wilson, conforme notícias hoje saídas na imprensa.
> 5. A despeito dessa nova moderação que os lideres e os primeiros ministros dos vários partidos passaram a observar, durante todo o curso da semana, vários incidentes isolados ocorreram, em um outro ponto da cidade, correria e tiroteios rápidos, que revelam o grau de excitação ainda existente e a dificuldade aparentemente insuperável para uma conciliação verdadeira. Tudo que ocorre em Luanda é imediatamente interpretado de forma contraditória, segundo as versões da MPLA e do FNLA. Foi assim que o ataque havido a um avião da "South African Airwys" imediatamente suscitou duas versões: uma, a de que o FNLA teria atacado o avião, pensando que Agostinho Neto nele estivesse chegando a Luanda; outra versão, esta do FNLA, atribui o ataque ao MPLA e aponta-o como exemplo do perigo existente em "armar o povo". O único fato é que, depois do ataque, a África do Sul tomou imediatas providencias, cancelando todas as escalas dos seus vôos em Angola. E Portugal já noticiou estar disposto a indenizar a South African Airway, pelos sofridos.
> 6. Nenhum observador em Angola acredita que a relativa tranquilidade desta semana, só perturbada pelos esporádicos incidentes uma nova fase nas relações entre os movimentos antagonistas. Apesar do precário acordo a que se chegou no supracitado encontro dos Estados-Maiores, os partidos continuam armados, os conflitos sem solução à vista, a tensão forte, voltarem a ocorrer a qualquer momento, seja em consequência de uma " combustão espontânea" seja pela decisão de um dos Movimentos de retomar a ofensiva e decidir a contenda pelas armas.[179]

Percebemos um "imbróglio" entre os três movimentos que procuram uma saída para independência autônoma em relação aos outros movimentos, contudo não é simplesmente a falta de diálogo o problema, mas a forma de boicote que um ao outro, como é o caso tentativa de derrubada de um avião sul-africano, em que o MPLA e a FNLA ficaram se atacando. Nesse cenário de instabilidade registra-se o quanto foi difícil para Representação brasileira acompanhar os desdobramentos da independência angolana.

Mormente o processo de transição de governo foi complexo, muito diferente daquele efetivado na "Revolução dos Cravos", que, como vimos no primeiro capítulo, derrubou o regime salazarista e favoreceu o fim do colonialismo em África, obviamente não foi o ponto central para mesma, como também vimos, pois entre os revolucionários do 25 de abril haviam vozes que cogitavam a permanecia de Portugal no continente africano.

---

[179] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Situação política em Angola. Nº29. 11/04/1975.

Como Ovídio Melo nos mostra, os problemas enfrentados pelo governo de transição eram muitos, a população sofria com falta de abastecimento de alimentos e, especialmente, com os conflitos violentos entre os três movimentos, que tem o uso de armas de fogo.

Comum em todos os processos de reivindicações contemporâneas, os movimentos estudantis não fugiram a luta, como nos aponta o mesmo memorando,

> 4.A todo esse quadro deve-se acrescentar a crise nos meios estudantis, que esta semana agravou-se, gerando inúmeros atritos, passeatas, greves, ocupação e depredações de educandários, agressões a professores, declarações das autoridades competentes de direções de colégios e de associações de classe estudantil. Professores recusam-se a voltar ás aulas sem as necessárias garantias. Porta-vozes da UNITA saíram em defesa do Senhor Jeronimo Wanga, Ministro da Educação, pertencente àquele partido. A "JURA" (Juventude Revolucionária de Angola), organização estudantil ligada à UNITA, colocou-se contra a PRO-AEESL, associação estudantil de esquerda. Registraram-se choques entre grupos de estudantes armados, dos quais resultaram baixas a hospitais.
> 5. Em consequência desses distúrbios, o Diretor dos Serviços de Educação e cultura emitiu comunicado, no qual declara que as aulas ficam suspensas, até o próximo dia 20, em virtude da invasão diária de estabelecimento de ensino por grupos munidos de megafones e armados de facas, correntes, matracas, que expulsam os alunos das aulas e insultam os professores. O Ministro da Educação emitiu também comunicado, no qual conclama todos os interessados à calma, à busca de solução pacífica para os problemas e afirma estar o Ministério que dirige procedendo a estudos com visitas a reforma do ensino.[180]

Na realidade as manifestações estudantis estavam relacionadas com a insatisfação politica, econômico e social angolano, que vem desde antes do processo de independência, no qual o governo salazarista privou da grande parcela da população o direito de estudar, até década de 1960 havia a lei do indigenato, que colocava os angolanos negros que não soubessem ler e escrever o português como cidadãos de segunda classe, contudo o governo português não

[180] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Situação política em Angola. Nº29. 11/04/1975.

oferecia ensino público, ficando a população angolana entregue a sua própria sorte. [181]

Importa salienta o que o representante brasileiro Ovídio Melo discorre nesse memorando sobre essas questões ligadas a educação que para ele estavam mais ligadas aos movimentos de independência,

> 7. Desnecessário seria frisar que a crise estudantil, como qualquer outro problema ou acontecimento na presente situação em Angola, se insere no quadro da disputa de poder entre os três movimentos. Como tive oportunidade de salientar em comunicações anteriores, após os choques armados de março em Luanda chegou-se apenas a uma fórmula precária de compromisso, mas os dois principais partidos mantem suas posições irredutivelmente opostas. Enquanto não chega o momento da decisão, consolidar posições; fortalecer seus esquemas civis e militares; angariar adeptos, obter apoio externo; desgastar seus adversários, sobretudo nos exercícios das funções que ocupam no governo, ainda que isso possa acarretar prejuízo para a administração do país.
> 8. Quando e qual será esse momento de definição, ninguém ousa prever. Poderá ser, para surpresa geral, até mesmo a realização das eleições previstas para o mês de outubro, e a consequente posse dos eleitos. Mas poderá ser também um ato de força, levado a efeito por um movimento que se sinta militarmente mais forte e eleitoralmente em desvantagem. Poderá ser ainda a combustão espontânea das tensões armazenadas, que vêm sendo contidas, mas que podem a qualquer momento explodir, como consequência de incidente entre as bases. Poderá, finalmente, decorrer da impossibilidade de se estabelecer regras para as eleições, aceitáveis por todos os partidos.
> 9. Uma especulação que já começa a ser feita, ainda que seja prematura, é que a impossibilidade do encontro de fórmulas eleitorais geralmente aceitáveis, poderia eventualmente postergar eleições e prorrogar o prazo de gestão dos componentes do atual Governo de Transição mesmo após independência. Mas se tal pudesse vir a ocorrer, nisto ainda teríamos mais um motivo de fricções entre os três partidos, já sem a presença moderadora das forças portuguesas.[182]

A situação discorrida por Ovídio Melo expõe um quadro problemático que ia se agravando. O governo de transição composto pelos movimentos de pró-independência, pareciam estar mais preocupados com seus interesses particulares, do que a população como um todo. O processo de transição era

[181] Sobre esse assunto ver a dissertação sobre o MABLA (2010).

[182] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Situação política em Angola. Nº29. 11/04/1975.

agravado pelos interesses externos que como internos não tinham como prioridade os interesses da população local que passou subjugada pelo governo português. No próximo subitem, Ovídio Melo discorre sobre o papel da imprensa tanto interna e externa.

2.3 O papel da Imprensa ligações da Imprensa angolana e brasileira e a cobertura internacional.

No debate sobre o papel da imprensa no processo de libertação de Angola, é essencial refletirmos que o continente africano nunca foi tratado com seriedade pela imprensa internacional que, ao invés disso, sempre discorreu sobre África como um continente exótico, criando um imaginário do "Elo perdido"[183].

Neste sentido, vale a pena lembrar que o continente africano se depara com a falta de estrutura nos meios de comunicação, como também em todas as áreas da vida social, questão decorrente dos séculos de exploração que países do continente foram submetidos à égide de países europeus, os quais nunca se preocuparam em efetivar estruturas que perpassassem os interesses econômicos e comerciais.

Portanto, discorrer sobre os conflitos internos de um país não é tarefa fácil, especialmente quando nos referimos àquele momento conturbado que Angola estava vivendo, não somente a luta de independência, mas, principalmente, a disputa entre movimentos e grupos étnicos que a formam a gênese do povo angolano. Ao longo dos memorandos da Representação percebemos os vários interesses envolvidos. Os conteúdos dos memorandos versavam sobre diversos assuntos, alguns, como já visto, ligados aos problemas internos do processo de independência como também a participação de empresas brasileiras ligadas no processo de independência, assim como seus representantes brasileiros, a

[183] Sobre essa questão cumpre citar a orelha do livro Luzes da África (2012): "Em Luzes da África, Haroldo Castro oferece um olhar positivo sobre uma região do planeta que ainda hoje, é mal conhecida por falta de profundidade da mídia, interesses políticos dos países mais ricos ou continuidade da mentalidade colonial. [...] Como escreve Gilberto Gil no prefácio, a África é "um continente digno e nobre", "fonte inesgotável de alegria e júbilo", " que os brasileiros levam em seu sangue". (GIL Apud CASTRO, 2012, p. 09-10)

exemplo dos senhores Théo Drumond e Fernando Luiz Câmara Cascudo, como podemos ver no memorando de 25/03/1975,

> No mesmo dia minha chegada aqui fui procurado no Hotel Trópico por dois senhores Fernando Luiz Câmara Cascudo e Théo Drumond.
> 2. Os referidos senhores na cortês visita que me fizeram, comunicaram-me que a firma Cias. Reunidas de Comunicação (CRC) da qual são, representantes, Diretor-Presidente e Diretor-Comercial situada pelo à Rua Siqueira Campos 43, cobertura, no Rio de Janeiro, foi contratada pelo Presidente Holden Roberto, na FNLA, a fim de programar toda a publicidade que aquele partido faz em Angola para as eleições vindouras.
> 3. Afirmaram-se que desejavam deixar bem claro que suas vinculações com o FNLA eram de caráter puramente comercial, mas talvez pelo interesse mesmo comercial que devem ter, em variados momentos demonstram definida preferencia e simpatia pelo FNLA, como que buscando sondar a posição do Governo brasileiro. De minha parte, deixei bem claro que o Brasil tinha uma posição de absoluta isenção e equidistância em relação aos três partidos e que as relações agora estabelecidas visavam a intensificar de imediato as relações com Angola, mas com Angola como todo.
> Contaram-me também que estão trabalhando para Holden Roberto há quatro meses e que o FNLA no começo desse período gastava por dia, em propaganda, 25 contos angolanos que equivalem a US$ 500. E já hoje gasta cerca de 195 contos diários (US$ 4000) e que Cia. Brasileira referida recebe pagamentos no Brasil, mas seus diretores e empregados que aqui estão todos as despesas pagas e escritório montado pelo partido.
> Informaram-me que Holden Roberto comprou o jornal mais importante da capital, que é o “Província de Angola”, e encomendou-lhes a reformulação e a modernização desse diário, o que será feito tendo como modelo o jornal brasileiro “O Globo”.[184]

O memorando acima traz informações essencialmente pertinentes, a partir delas podemos observar que grupos angolanos “importavam” o *know how* midiático brasileiro. Mesmo com a afirmação de que a relação seria apenas comercial, vemos aí influência brasileira na construção do discurso e difusão de ideias de um dos grupos em disputa política naquele país. Além disso, fica claro no memorando que, apesar da relação comercial, o Grupo Reunidas de Comunicação, possuía “simpatia” pela FNLA, por talvez acreditarem que seria o grupo hegemônico no poder. A respeito da participação direta dos brasileiros na

[184] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Empresa Brasileira de Publicidade empregada pelo FNLA nº 3 em 25/03/1975.

FNLA, Théo Drumond e Fernando Luís Câmara Cascudo, o primeiro, jornalista que está atuando até hoje[185] e o segundo, filho do célebre pesquisador da nossa história conhecido como "o maior folclorista brasileiro", Luís Câmara Cascudo.

Ambos são incumbidos de desenvolver um jornal que tinha como modelo o jornal *O Globo*, o qual foi nomeado como *A Província de Angola,* periódico cujo próprio nome por si só traz elementos complicados, pois a expressão "Província" num processo de independência já traz indagações. Como um jornal, em pleno processo de luta pela libertação, mantinha um nome que remetia ao colonialismo? Não obstante, o brasilianista e africanista, historiador estadunidense Jerry Dávila, em seu livro *Hotel Tropico* (2011) discorre sobre a ligação dos dois periódicos:

> [...] Por meio século, esse jornal tinha sido publicado com o nome de *Província de Angola*, uma referência à ideia de que Portugal possuía "províncias ultramarinas" e não colônias. No inicio de 1975, a FNLA comprou o jornal para influenciar a opinião publica, já que o movimento fazia parte do governo de transição. A FNLA chegou a contratar como consultor um jornalista brasileiro que trabalhava para *O Globo*, Fernando Câmara Cascudo. Durante o período em que Cascudo colaborou para o jornal, eram publicados slogans adaptados da propaganda usada pelo regime militar brasileiro. Entre os slogans reciclados havia um que era originário dos Estados Unidos: "Angola, ame-a ou deixe-a! que tinha sido reutilizado no Brasil e agora adaptado a um novo ambiente. (Melo. "O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975, 46. Nota 2.). (DÁVILA, 2011, p. 233).

Também aqui não podemos deixar de considerar que o Brasil vivia uma ditadura e as expressões mencionadas por Dávila, a exemplo do *slogan* "Brasil

---

[185] A respeito de Theo Drumond importa expor um trecho de sua entrevista ao site da PUCRIO para Mariana Alvin sobre o período que viveu em Angola: *Theo viveu um ano e meio em Angola, como consultor político de Holden Roberto "*[..] fundador da Frente Nacional de Libertação da Angola (FNLA), organização que a partir dos anos 50 disputou o poder de Angola com MPLA e Unita. Em 1975, a MPLA derrotou as outras frentes e assumiu o governo angolano. Neste contexto, Theo se relacionou com Agostinho Neto, líder da MPLA, Jonas Savimbe, líder da Unita, e Mobutu Sese Seko, ditador que comandou o Zaire entre 1965 e 1997. Mobutu era primo de Holden Roberto e, por isso, as bases materiais da FNLA ficavam no Zaire. Apesar do apoio de um ditador, Roberto lutava pela democracia.– O Holden Roberto era um cara brilhante. Em 30 minutos conversando com ele, você se apaixonava. Ele falava seis idiomas e diversos dialetos. Ele era genial. Teve a ideia de mandar jovens universitários angolanos para a Europa, para estudar durante quatro ou cinco anos e voltar preparados o suficiente para assumirem ministérios – conta Théo. Mas a vida é engraçada. Roberto estava na beira do rio que cortava Luanda, quando o ditador de Uganda Idi Amin o chamou para uma reunião. Ele foi. Tempo suficiente para que navios cubanos chegassem, ajudando Agostinho Neto a tomar o poder". site http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=160&infoid=11416. Acessado em 07/04/2013.

ame-o ou deixe-o", tinha endereço certo, ou seja, era alusivo aos grupos de esquerdas que lutavam contra a o regime que se estabeleceu em nosso país. Não obstante cumpre lembrar que o *Jornal O Globo*, tinha uma coluna chamada "Luso-Tropicalismo", entre as décadas de 1960 a 1970, que tinha como mote o turismo para as "Províncias Ultramarinas". Vemos, portanto, que o nome da coluna não era mera coincidência, mas sim tinha a ver com as teses do sociólogo Gilberto Freyre, ou seja, o posicionamento do Grupo Reunidas de Comunicação não estava isento de escolhas políticas e ideológicas como tentava afirma para o representante Ovídio Melo.

Dávila (2011) escreve em seu livro sobre alguns veículos de imprensa na década de 1950 e 1960, que apoiavam o colonialismo promovido por Portugal,

> A grande imprensa no Rio de Janeiro, também era predominantemente a favor de Portugal. Assis Chateubriand, proprietário da maior cadeia de jornais no Brasil, os Diários Associados era um defensor declarado do regime de Salazar. Em gratidão por seu apoio, Salazar deu o nome de Chateubriand a uma rua de Lisboa. (Morais, Chatô, 586. Nota 38). Mas, além dos Diários Associados, quase todos os jornais diários dos anos de 1950 e 1960 no Rio – *Correio da Manhã, O Globo, O Jornal Tribuna da Imprensa, Diário da Noite e Jornal do Brasil* – eram pró-Portugal. (Entrevista com Alberto da Costa e Silva, 14 de dezembro de 2005. Nota 39 (DÁVILA, 2011, p.39-40).

A respeito desse assunto no livro de memória *Recordações de um Removedor de Mofo no Itamaraty (2009)*, o embaixador Ovídio Melo discorre sobre os encontros que teve com o jornalista Fernando Câmara Cascudo,

> Mal havia desfeito as malas, recebi um telefonema. Era do próprio hotel, outro brasileiro recém-chegado, o jornalista Fernando Câmara Cascudo. Queria visitar-me. Encontramo-nos logo. Câmara Cascudo era de "O Globo". Vinha para Luanda prestar assistência à campanha eleitoral de Holden Roberto, para orientar e modernizar o jornal da FNLA, que era a "Província de Angola". O próprio nome do jornal parecia-me impróprio, num país que já se encaminhava para a independência: cheirava ainda a colonialismo, à ficção das "Províncias Ultramarinas"... Mas não era isso que Câmara Cascudo vinha modernizar. Estava interessado em sondar-me. Não podia acreditar de forma alguma que o Brasil pudesse ter vindo para Angola para ser isento, equânime, neutro. Insistia que, no fundo, o Brasil deveria ter preferências, pois "o MPLA era comunista"; "a UNITA era um movimento insignificante, criado pelos próprios portugueses, para combater o MPLA". Por

> eliminação, o jornalista adivinhava, por conta própria, e externava a opinião de que o Brasil só poderia estar apoiando Holden Roberto e o FNLA, ainda que eu não quisesse revelar tal preferência. (MELO, 2009, p.116-117)

Além disso, Melo (2009) escreve sobre as intenções de Fernando Câmara Cascudo de que o Brasil apoiasse o FNLA, movimento que ele foi contratado para trabalhar na remodelação do periódico já citado *A Província de Angola*.

Cumpre observar que, o próprio Ovídio Melo alerta o nome do Jornal era impróprio para aquele momento histórico e enfatiza a ligação direta que jornal tem com a FNLA em meio do processo de independência. Inferimos que sua analise sobre a UNITA, em que põe como um movimento menor ligado aos interesses portugueses tem seus equívocos, pois, esse movimento, após a independência se configura como de maior resistência ao MPLA, que acaba perdurando até o ano de 2002.

O diálogo continua e Ovídio Melo expõe a situação do Brasil perante aquele momento sobre os movimentos de libertação de Angola,

> Para desfazer quaisquer ilusões que Câmara Cascudo pudesse manter a respeito da missão que eu trazia, disse-lhe que as declarações feitas pelo Itamaraty à imprensa, sobre a isenção e a equanimidade do Brasil, perante os três movimentos angolanos, eram absolutamente sérias. E que eu e meus colaboradores as levaríamos ao pé da letra, durante todo o curso de minha missão. Quanto à minha convicção pessoal, disse-lhe que todos nós, brasileiros, éramos, antes de tudo, mal informados sobre a África, sobre as forças que disputariam o poder em Angola. Assim, não vínhamos a Luanda para ganhar eleições, nem para vencer lutas civis. Vínhamos para começar a ter relações de todo corretas com as colônias portuguesas que se independizavam, para ter boas relações com a África em geral, a longo prazo. Para isto, não podíamos começar por “apostar num ou noutro partido”. Era imprescindível equanimidade, não envolvimento em disputas eleitorais ou lutas que sobreviessem. Por esta mesma razão, preocupava-me o papel que ele, jornalista brasileiro, passaria a ter a serviço da FNLA. Deveria limitar-se a dar a seu empregador orientação técnica, especializada, mas não conviria jamais que se envolvesse em atividades partidárias. Menos ainda seria cabível que sua atuação, como brasileiro, pudesse ser a qualquer tempo confundida com a dos funcionários que ali estavam em missão oficial, pois isto poria a Representação Especial em confronto com os outros partidos angolanos e frustraria a política brasileira. (MELO, 2009, p.117)

Temos a hipótese de que a presença de brasileiros em Angola durante o processo de independência era maior do que se fala. Acreditamos que brasileiros de diferentes filiações partidárias, políticas e ideológicas, se conduziam para Angola ou mantinham apoio a distância aos grupos inseridos no processo de liberdade do país. A nosso ver, o envolvimento dos brasileiros se concretizava diferentemente da presença dos cubanos, que foi o grande destaque ao longo processo de independência e de estabelecimento da nova nação, os brasileiros agiam de maneira "mais discreta".

É interessante apontar que ao estudarmos em nossa dissertação de mestrado o MABLA (SANTOS, 2010), nos deparamos com informações acerca da presença de brasileiros em Angola. Em entrevista que nos concedeuo próprio Ovídio discorre sobre a presença brasileira em Angola. Abaixo destacamos informações pautadas na entrevista com Melo e no livro de John Stockwell,

> O relato do hoje embaixador Ovídio Melo deixa evidente que havia setores do Brasil que apoiaram o Lobby português e tinham em Angola outras predileções, como a FNLA.[186] O ex-agente da CIA, John Stockwell, em seu livro A CIA Contra Angola (1979), onde escreveu sobre o período em que serviu a CIA em Angola afirma que tinha como missão apoiar movimento que coibisse a influência comunista, registrou que a FNLA contou com a colaboração de dois brasileiros. Um com a denominação de Falstaff, que o acompanhou ao um campo de treinamento da FNLA. Curioso por saber mais daquele, homem consultou os computadores da CIA e descobriu que na realidade Falstaff era um jornalista brasileiro, que esteve na folha de pagamento da CIA. O outro era um major brasileiro, aparentemente na qualidade de observador. Em outro trecho de seu livro faz a pergunta:[...] E que estavam Falstaff e um major brasileiro a fazer no Ambriz? Falstaff conseguiu esquivar-se a esta pergunta mudando de assunto. Mas a resposta era evidente. O Brasil não estava desinteressado do desfecho do problema Angolano. Enquanto não se levantar quem era o major se ele estava na reserva ou na ativa não há condições de se entender o que de fato representou a presença do referido militar em Angola.[187] (SANTOS, 2010, p. 163)

[186] A respeito de brasileiros que apoiavam outros grupos havia também Carlos Lacerda conforme Elio Gaspari: Lacerda sugeria algum tipo de apoio a uma aliança da FNLA e da UNITA contra o MPLA. Juntos, seriam mais fortes, tanto numa eleição como numa guerra. GASPARI, 2004, p.141.

[187] STOCKWELL, 1979, p.133-139. Ainda sobre essa questão cumpre discorre sobre o apoio da então URSS, Segundo Milhazes (2009, p.60-61) "[...] Porém, segundo Neguin, ao contrário dos Estados Unidos, a URSS não tinha um plano definido de acções: de operação para Angola, semelhantes ao plano de Operação da CIA, tão pormenorizado descrita por Stockwell no seu livro? Posso responder negativamente a essa pergunta com toda a responsabilidade de testemunho e de participante dos acontecimentos. Não havia um plano desses. O trabalho nos arquivos da espionagem, nem no aparelho do Comité Central, nem no Ministério dos Negócios

Consideramos que a citação acima não nos permite afirmar que o agente da CIA é um dos jornalistas que vai trabalhar no periódico *A Província de Angola*, todavia confirma o fato de que havia brasileiros servindo ao serviço secreto estadunidense, que concidentemente corroborava com a FNLA, o mesmo movimento que os brasileiros, Fernando Câmara Cascudo[188] e Theo Drumond foram assessorar.

Não obstante, mesmo a presença brasileira sendo mais discreta do que outros grupos, nesse momento sua participação parece pontual, especialmente no caso que se refere aos dois jornalistas brasileiros que vão a Angola trabalhar no jornal *A Província de Angola,* em que o historiador Dávila expõe inclusive ligações "exclusas" (seria "escusas?") com o *Jornal O Globo*. A respeito do jornalista Fernando Câmara Cascudo, o embaixador Ovídio Melo discorre:

> Fernando Câmara Cascudo, jornalista brasileiro, que em 1975 trabalhou em Luanda para a FNLA como assessor político de Holden Roberto e orientador do mais importante jornal da ex-colônia portuguesa, o "Província de Angola", escreveu também um livro, intitulado "Angola, a Guerra dos Traídos". Câmara Cascudo teve de deixar Luanda apressadamente em agosto de 1975 quando a FNLA foi expulsa da Capital e por isto seu livro não reflete as condições de vida, nem o ânimo de resistência daquela cidade ante as invasões estrangeiras que sobrevieram. Reflete antes o que se pensava sobre Luanda nas hostes da FNLA, em Kinshasa e no norte de Angola. (MELO, 2009, p.93)

Verificamos que a ligação de Fernando Câmara Cascudo com a FNLA configura-se muito mais do que somente um editor do *A Província de Angola.* Cumpre observar que o jurista angolano Onofre dos Santos, epertencenteu ao governo de coalizão entre UNITA e a FNLA. Em seu livro de memórias "*Os (meus) dias da Independência"* (2013) escreveu sobre o dia 11 de novembro, data histórica para Angola, em que voou para Ambriz,

---

Estrangeiros foram criados grupos ou centros operativos como teve lugar na CIA ou no Conselho Nacional de Segurança dos EUA".

[188] A respeito da ida de Fernando Câmara Cascudo para Angola registramos: "[...] Fernando Cascudo fora recrutado pelo António da Mota Veiga, um jovem empresário natural de Luanda com grandes qualidades de iniciativa e de acção. Fora ele, aliais, o responsável pelo envolvimento com a FNLA [...]". Conforme Onofre dos Santos, (2013, p. 25.).

> A primeira imagem que me deparou do exterior foi assustadoramente surrealista. À luz quase inexistente dos fogos divisei, do alto da porta do avião, uma pequena multidão curiosa e ansiosa, um misto de preocupação e crispação que subitamente me arrebatou a alegria da chegada. Do alto do avião não reconheci absolutamente ninguém e as pessoas moviam-se como sombras esperando ver quem é que lhes caia do céu na noite da independência. Só naquele momento me dei conta de que seria pouco compreensível que o Johnny Eduardo ou qualquer dos outros mais destacados membros da delegação da FNLA não tivesse vindo de Kinshasa. De repente as sombras começaram a ganhar rosto, reconheço primeiro o Hendrick, depois o Fernando Cascudo e logo a seguir o Presidente Holden Roberto, com seu blusão claro, que lhe emprestava um certo porte militar. O semblante de “poucos amigos” abriu-se num sorriso quando me reconheceu e foi nos seus braços que me encontrei quando de facto, pus o pé em terras do Ambriz. (ONOFRE SANTOS, 2013, p 21)

Como escrito em outras linhas não temos elementos para dizer que um dos jornalistas brasileiros era membro da CIA, no entanto, nos deparamos com diversas coincidências que nos levam a considerar tal fato. Como vimos o ex-agente da CIA, John Stockwell, discorreu que havia um jornalista brasileiro de codinome Falstaff, esse dialogo que o então agente da CIA teve com o jornalista brasileiro foi justamente em Ambriz. As coincidências não param por ai, pois John Stockewell relatou em seu livro que o jornalista Flastaff, que não tinha perdido jeito de espião, demonstrava interesse em voltar para folha de pagamento da CIA deu o seguinte panorama,

> Não perdera o hábito de dar informações. O capitão Bento era, segundo Falstaff, um “famoso combatente anti-guerrilha” de Moçambique, mas eu deveria ter cuidado com de, porque ele e um tal coronel Santos e Castro eram rivais na chefia da FNLA. Qualquer deles tentaria enredar-me na sua teia. (STOCKWELL, 1979, p.133.)

Onofre dos Santos (2013) comenta, na sequência de como Fernando Câmara Cascudo discorreu sobre o coronel Santos e Castro, dando a entender que o brasileiro o conhecia. Mas o quadro mais evidente de Flastaff e o jornalista está ao fato discorrido na citação acima, de que Onofre Santos é recebido por “Henrick, depois o Fernando Cascudo e logo a seguir o Presidente Holden

Roberto". Stockewell discorreu sobre uma refeição que fez com membros da FNLA,

> Quando nos sentámos para uma refeição sóbria de peixe seco salgado cozinhado em óleo de palma, com uma pequena quantidade salutar de pimentos vermelhos e algumas batatas cozidas, fui apresentado com poucas formalidades ao coronel Castro, o rival de Bento e a um Africano, Hendrick Vaal Neto, que reconheci como lACASTLE/4, o político da FNLA que tinha sido Ministro do Interior no Governo de Transição, em Luanda. Bento e Falstaff estavam sentados na extremidade da mesa com outros que não me foram apresentados. Holden Roberto não tinha chegado. (STOCKWEEL,1979, p.133.)

Registramos que Hendrick Vaal Neto[189] como discorremos acima estava a espera de Onofre dos Santos, junto com Fernando Câmara Cascudo fica difícil não associar o seu nome ao agente secreto da CIA, contudo, como já discorrido não podemos afirmar com todas a letras, pois no livro Stockwell afirma nunca ter conseguido saber o nome verdadeiro de Fastafall.

A ligação entre Fernando Câmara Cascudo e o líder da FNLA era tão próxima que nos parece relevante expor um longo trecho do livro de Onofre dos Santos a respeito da relação dos dois,

> Conheci bem Cascudo, como tinha fatalmente de conhecer alguém que vivia paredes meias conosco, numa terra pequena onde tudo girava em torno das mesmas pessoas e na esperança do comprimento das mesmas expectativas. Longas noites de confidências, bebericando e cantarolando modinhas brasileiras – "Gabriela! Sempre! Sempre Gabriela" -, Cascudo dedilhando a sua viola, a amizade alastrava, parecia eterna, entre os náufragos do Ambriz que ainda sonhavam com o *Titanic.*
> Resumindo, a imagem do Presidente nunca mudou e ainda bem. Afinal, tudo o que o Presidente precisava era ser conhecido, falar com as pessoas, favorecer um contacto aberto e não ficar encerrado, quase prisioneiro, de um circulo reduzido que estava longe, muito longe mesmo, da sua estatura. Pior ainda seria recorrer a uma maquilhagem mostrando uma pessoa que não

[189] Hendrick Vaal Neto: "Aderiu igualmente ao MPLA na esteira de Johnny Eduardo. Antes porem exerceu ainda com afinco as suas funções das Relações Exteriores da FNLA, tendo estado em Portugal a participar em conferências e em mesas redondas acompanhado de militantes do partido. Numa das vezes esteve mesmo na origem de um incidente em que o Governo português se viu obrigado de decretar sua expulsão do país, como reação a campanha eleitoral do MPLA, Hendrick foi uma peça importante da propaganda, como diretor de uma empresa de publicidade envolvendo vários técnicos brasileiros da especialidade, tendo realizado vários spots de alta qualidade para rádio e para a televisão. [...]". Conforme Onofre dos Santos, 2013, p. 174.

> seria nem o verdadeiro, nem o oculto, que ninguém via a quase ninguém conhecia.
> Como não havia imagem para cuidar, o Cascudo passou a ser mais um conselheiro do Presidente, um amigo com quem Holden Roberto apreciava conversar e discutir ao longo de cada um desses penosos dias do Ambriz. Era uma espécie de psicanálise sem psicanalista, porque o Cascudo seria tudo menos o conselheiro político-militar de que o Presidente urgentemente necessitava. Ouvia Holden pacientemente e repetia ao seu ouvido o que Holden certamente já sabia mas gostava de ouvir de terceiro, de preferencia um estrangeiro, o que lhe dava alguma tranquilidade e segurança.
> O Cascudo era inseparável do Holden Roberto. Na frente de batalha ou na retaguarda, visitando os homens em armas, aquele homem baixinho, de grandes óculos escuros, era como que a sombra branca do Presidente, fazendo com a figura empertigada e de grande envergadura de Holden uma dupla algo inverossímil.
> Era pelo Cascudo que eu sabia alguma coisa do que se passava sobretudo do que se não passava. O Presidente nunca me quis envolvido em nenhuma reunião com o seus comandantes. Uma vez que me aproximei do campo de batalha onde havia feridos, explosões e uma grande confusão de movimentos, logo me mandou regressar à vila do Ambriz porque aquilo não era lugar para mim.
> O reconhecimento do Governo de Luanda pelo Brasil deixou o meu amigo Cascudo numa encruzilhada. Como agora se diz, no “fim da picada”. (ONOFRE SANTOS, 2013, p. 26-27.)

Vemos pelo que relatou Onofre dos Santos, que a ligação entre Fernando Câmara Cascudo e o presidente da FNLA Holden Roberto era bem estreita e que Cascudo ficou constrangido pelo reconhecimento do governo brasileiro a independência de Angola, no caso o autor refere-se a Luanda, pois a oposição UNITA e FNLA, após o fracasso do governo de transição criou um governo provisório em Huambo, que foi considerada capital de Angola por esses movimentos no mesmo ano da independência.

Voltando a questão da imprensa, Ovídio Melo discorreu em 08/05/1975 que,

> É notório que África, de todos os continentes, é aquele mais mal servido pela imprensa. Estatísticas recentes, compiladas pela UNESCO, mostram que os países africanos têm uma imprensa paupérrima, influenciada ainda pelos vestígios do colonialismo ou tolhida por regimes autocráticos presentes, jornais e revistas de pouquíssima tiragem e circulação meramente local, limitada pelo número ínfimo de leitores nas populações analfabetas. Os jornais nacionais da África equivalem aos jornais municipais das cidades do interior do Brasil.

> 2. Tendo tomado contato recente, a um só tempo com vários países da África negra, em todos eles pude notar a ausência de verdadeiros órgãos de informação. Ligados umbilicalmente às agencias de informação da Europa, os jornais de cada país continuam a ter apenas as notícias filtradas que os interesses remanescentes a ex-metrópoles lhes permite ter. O baixo nível cultural dos jornalistas locais, a péssima qualidade da arte gráfica nativa pioram aquele noticiário ralo e tendencioso. A paginação é inacreditável, a distribuição de matéria caótica, a impressão trucada, às vezes ilegível. Ler jornais africanos é sacrifício diário que alguém só se impõe por muita necessidade mesmo.[190]

Os problemas apontados por Ovídio Melo são sérios, pois a imprensa que, como vimos no início do nosso trabalho tem várias funções, dentre elas a responsabilidade de informar com seriedade. No entanto, mesmo os conchavos grifados por Ovídio Melo, demonstram o quanto o "imaginário" sobre a África está ligado a lacuna que imprensa local e internacional acaba deixando. Mesmo hoje, na era da internet, as informações sobre elementos políticos, econômicos, históricos, presentes naquele continente continuam sendo escassas. Neste sentido, podemos observar que o conhecimento mais amplo a seu respeito acaba sendo desenvolvido, na maioria das vezes, por pesquisadores interessados que vão as "fontes alternativas", que também não preenchem todas as lacunas decorrentes da falta de informações ou de informações distorcidas.

Ovídio Melo em memorando de 25/03/1975 aponta que além da questão da comunicação propriamente dita, o continente africano enfrenta outros problemas, a exemplo dos transportes, o que também vai interferir no recolhimento de informações,

> 3. Os transportes africanos também são péssimos. E, na África Austral, principalmente, vão se tornando impossível, por força das sanções que até bem pouco existiam contra Portugal, que agora passam a se acentuar contra a África do Sul e a Rodesia. Rivalidades nacionais, tribais, pessoais, de todo tipo, tensões e sanções variadas, falta de transporte, tudo impede que jornais de um pais cheguem a outro, ainda que haja identidade de língua. Jornais de Angola não dão noticias de Moçambique. E vice-versa. Mas o mesmo acontece na África restante. Os jornais de Kenya dizem respeito somente a Kenya; os da Tanzânia exclusivamente

[190] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Sistema de *cross-information* para a África. Nº 80. Em 08/05/1975.

> à Tanzânia, e assim por diante. Os interesses das ex-metrópoles não podem favorecer que esses jornais sirvam a vários países, que haja um sistema de vasos comunicantes para o noticiário do continente. Seria isso permitir que as tensões acaso existentes numa região se transmitissem a outra, seria favorecer que determinados movimentos de opinião pública pudessem contagiar, de um país a outro, todo o continente. Nem o que se passa na ex-metrópole pode ser livremente publicado na ex-colônia. Acontecimentos europeus podem ter efeito acelerador de acontecimentos na África. O que acontece em Portugal, por exemplo, a despeito dos necessários reflexos que tem aqui, não merece plena divulgação em Angola e Moçambique. A imprensa sul-africana tende ser pornográfica não pode ser política.[191]

Vemos que Ovídio Melo toca no cerne da questão, pois mostra que há a construção de uma forma de controle social a partir do controle das informações. Problematiza a questão dos acontecimentos políticos ocorridos em Portugal e no próprio continente africano, os quais poderiam se expandir e contagiar os países que ainda não estavam envolvidos. Neste aspecto podemos avaliar que não só a questão do fim do colonialismo português estava em jogo, mas sim o jugo e a opressão que a população africana foi (é) submetida historicamente. Sabemos que o impedimento da construção da consciência coletiva, do vinculo internacional de posicionamentos revolucionários, podem impedir mudanças realmente substanciais e isso podemos constatar em África, e na citação acima, vemos a questão particular de Angola e Moçambique.

Melo chama a atenção ainda sobre essa questão,

> 4. Tudo isso é sabido ou consabido para quem quer haja vivido, ou mesmo passado pela África. Mas é preciso que o lembremos, para examinarmos as condições em que o país recém-chegado a este Continente, como o Brasil, aqui pretendem fazer política. Sem comunicações com outros postos; dispondo de verbas rendosíssimas que não chegam jornais europeus ou americanos (que de qualquer chegariam com uma semana de atraso), às vezes sem telex, sem maquina de xerox, sem pessoal bastante, os portos brasileiros na África ficam desinformados. A desinformação conduz à desmotivação, a inércia. Grande parte do que acontece em Angola provem do FNLA no Zaire. Mas não há comunicação entre Kinshasa e Luanda, não temos aqui jornais zairenses, não sabemos sequer como repercutem na vizinha capital os acontecimentos angolanos. Tudo que diz respeito à crescente

[191] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Empresa Brasileira de Publicidade empregada pelo FNLA nº 3 em 25/03/1975

> agitação da África Negra contra a África do Sul, deveria interessar a Pretoria. Mas não há comunicações possíveis entre Luanda e Pretória, nem temos aqui jornais da África do Sul.
> 5. Os exemplos são inúmeros. Num continente balcanizado, as linhas fronteiriças não correspondem às fronteiras étnicas, às fronteiras linguísticas. As notícias nunca chegam, ou chegam pela metade, e sempre truncadas. A política internacional se faz indiferentemente entre estados independentes, ou movimentos clandestinos. Os lideres políticos viajam sem cessar e se encontram uns com os outros, tramando os mais variados assuntos, em conferência quase peripatéticas, num país ou noutro. Nestas condições os postos brasileiros não se podem manter informados. Ademais, cada um deles é justamente cioso da sua jurisdição. Com isso, disfarçam todos sua inadequação; por falta de pessoal e de recursos, cada um restringe, exclusiva e estritamente, à sua seara imediata. Tem o Itamaraty, pois um *puzzle* cujas peças são se encaixam.[192]

Ovídio Melo continua, na sequência do documento, demonstrando sua crítica à imprensa africana, problematizando a situação da própria representação brasileira, que não conseguia acesso as informações internacionais. Por outro lado, Melo é enfático ao afirmar que independente dos problemas da imprensa, as lideranças políticas se comunicavam entre si e "tramavam" ações diversificadas. Podemos sentir um tom de preocupação com relação ao aumento da força dos movimentos, mesmo com toda dificuldade de comunicação.

Registramos que Melo expõe elementos pertinentes ao nosso trabalho como a própria questão geográfica, étnica, linguística, o que com certeza dificulta ainda mais a comunicação, pois para uma imprensa poder contemplar essa gama toda tem que compreender bem esse público, que de fato na conjuntura da época não era possível. (não consigo ter esse entendimento a partir do fragmento do memorando)

Nesse mesmo memorando Ovídio discorreu sobre eventos que envolviam lideranças africanas,

> 6. Samora Machel, líder da Frelimo, de Moçambique, há dois meses foi à China. Saiu da Tanzânia, onde não temos posto. A imprensa internacional, muito naturalmente, não deu destaque à noticia. O Jornal local de Dar-es-Salam noticiou a viagem com grande importância. Mas o jornal de Dar-es-Salam, não chega a

[192] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Empresa Brasileira de Publicidade empregada pelo FNLA nº 3 em 25/03/1975.

> lugar algum fora da Tanzânia. A imprensa de Moçambique, não sei porque razão, obscureceu a viagem do líder da Frelimo. Em Kenya, a notícia não teve grande importância. Terá sido transmitida por Nairobi, mas *"en passant"*, dado que a responsabilidade principal era de Loureço Marques. Mas Samora Machel reside em Dar-es-Salam e de lá partiu para Pequim. De Portugal, ou talvez, da China, onde estávamos a abrir Embaixada, talvez a notícia tenha sido transmitida, com grande atraso. Mas o fato é que o Itamaraty só soube da viagem de Samora Machel quando ele já estava de volta da China. Teria havido na ocasião necessidade de saber onde encontrava Samora Machel.[193]

O importante representante da FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, Samora Machel, que foi o grande líder da independência daquele país passou despercebido pelo órgão de informação e de imprensa. Cumpre observa que o governo brasileiro demorou bastante para estreitar os laços com Moçambique, pois o governo moçambicano não perdoava o Brasil por anteriormente ter apoiado o governo salazarista.[194], o que vimos no primeiro desta tese. Melo expõe a questão para alertar a displicência do governo brasileiro sobre os assuntos sobre África. Tanto que Ovídio Melo relatou nesse mesmo memorando de lugares em África que estavam destacando-se na África Austral,

> 7. Kaunda, da Zambia, vai ganhando proeminência na África Austral. Nierere (sic), Agostino Neto, Savimbi, Holdem, Samora Machel, Murozema, Seretze, todos os lideres africanos de países que circundam a Rodésia, a África do Sul por Lusake, para conferência com Kaunda. Como não temos Embaixada em Lusaka, como os jornais da Zâmbia ficam na Zambia, como a imprensa internacional tem outras coisas mais importantes de que tratar estes repetidos e múltiplos encontros vão passando despercebidos. Liderados por Kaunda, os países negros da África Austral começam assim a movimenta-se, para estabelecer novas sanções, para apertar a Rodésia, para isolar a África do Sul. A Inglaterra, ela própria, é sensível a isso, propõe medidas concretas na Conferência do Commonwealth, na Jamaica, no sentido de privar a Rodésia da ferrovia que leva ao porto de Beira. Em Londres mesmo, para nossa Embaixada, o assunto talvez passe despercebido, pois lá acreditarão que os postos na África estão

[193] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Empresa Brasileira de Publicidade empregada pelo FNLA nº 3 em 25/03/1975

[194] A respeito desta questão registra-se que o jornalista Elio Gaspari discorreu em seu livro: [...] Portugal abandonou sua minoria branca à própria sorte, e, em junho de 1975, o enfermeiro Samora Machel tornou-se presidente daquela que pretendia ser uma república marxista. Se o governo brasileiro tinha uma nova política para as ex-colônias portuguesas, Machel não dava importância. (GASPARI, 2002, p.138)

> todos atentos. Mas como não temos Embaixada em Lusaka, como o que acontece na Zâmbia é atribuição de Nairóbi – que só recebe os jornais da Zâmbia, se os recebe com grande atraso – todos os postos na África ficarão cientes. O resultado que uma politica nova que a África negra adote, contra a Rodésia a África do Sul, após tão longos e ostensivos preparativos chegará ao Itamaraty como surpresa, como total novidade, já nos seus efeitos finais e consumados. Essa nova política negra com a África do Sul poderá, no entanto, afetar interesses brasileiros, como seriam, por exemplo, os da VARIG, e da Lloyd.[195]

O representante brasileiro apontou problemáticas do continente africano, em especifico da África Austral, que na conjuntura da época ainda não estava definida. Com relação a questão da Rodésia os lideres que se ascenderam, muitos deles tornaram-se ou já eram chefes de Estado, demonstrando como esse grupo estava articulado para boicotar o regime de apartheid promovido pela Rodésia e, principalmente, África do Sul[196]. Melo chama atenção que a indiferença ou a falta de incentivo do governo brasileiro como suas representações em África trazia prejuízo para o Estado brasileiro, a exemplo das empresas brasileiras, citadas como Varig e Lloyd.

Melo discorre sobre as diferenças estabelecidas entre potências da época e países emergentes, no que se refere a obtenção de informações sobre o continente africano, pois, segundo ele,

---

[195] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Empresa Brasileira de Publicidade empregada pelo FNLA nº 3 em 25/03/1975

[196] "Mormente sobre essa questão na cimeira da OUA – Organização Unidade Africana realizada em Acra a 21-25 de Outubro de 1965. Ficou estabelecido que sanções com o Reino Unido caso esse apoiasse o governo de minorias da Rodésia. No entanto a 11 de novembro de 1965, Ian Smith, o primeiro-ministro rodesiano, proclamou a UDI (Declaração Unilateral de Independência) e o governo britânico contentou-se com impor sanções econômicas à Rodésia. Um mês mais tarde, foram apenas nove os Estados africanos, dois dos quais membros da Commonwealth (Gana e Tanzânia), a romper as relações diplomática com o Reino Unido. O Gana propôs a alguns países africanos (os dois Congos, a Guiné, o Unganda, o Sudão, a Tanzânia e a Zâmbia) a assinatura de um tratado de defesa e segurança mutuas devido à queda de Nkrumanh, em fevereiro de 1966. Como na crise congolesa, os Estados africanos, divididos, haviam perdido a oportunidade de, utilizando a crise rodesiana, imporem no continente africano um solução africana para os problemas africanos. Como forma de enfrentamentos temos ainda a criação do SADCC (Conferência para Coordenação do Desenvolvimento na África Austral) tomada em julho de 1979 pelos países da "linha de frente" (Angola, Botwana, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe (antiga Rodésia) não veio alterar em nada essa dependência. [...]. Em definitivo, a emancipação politica completa do continente concretizada pela independência das colônias portuguesas (1974-1975), do Zimbabawe (1980) e Namíbia (1990) e simbolizada pela libertação de Nelson Mandela (1990), foi esse essencialmente resultado de factores internos a esses territórios antes do mais das lutas desenvolvidas na colônias da África Austral e das condições econômicas e diplomáticas especificas da cada território ou grupo de territórios". (M' BOKOLO, 2007, p. 554-555).

> 8. Os grandes países industrializados, sejam capitalista ou socialista, têm outros meios para informar-se na África. As companhias multinacionais. Os partidos locais subvencionados. Os missionários, os comerciantes de todo tipo, os caçadores, exploradores, os antigos colonos que falam as línguas nativas, e que aqui viveram desde Stanley e Livingstone[197]. O Brasil, a Argentina, outros países do mesmo porte, que querem fazer politica neste continente, não têm nada: só a imprensa local. E a imprensa sofre na África, as limitações apontadas.[198]

A comparação entre os países, ditos na época como desenvolvidos (tanto socialista e capitalista) e subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento), alerta o governo brasileiro para não perder a oportunidade de se fixar no continente africano, o que já estava sendo feito pelos países europeus há séculos. Assim, é possível inferir, por entre linhas, que o Brasil pretendia a essa altura, ocupar o lugar que estava sendo deixado por Portugal. Ovídio Melo, por essas questões, interpela o governo brasileiro para dar uma melhor estrutura a representação, como registrou em seu memorando,

> 9.Por tudo isso, peço vênia para sugerir o estudo de um sistema de *cross-information* que nos permita, pelo menos, ter o mais amplo contato com a péssima e escassa imprensa africana. Não só a do país em que servimos, mas a da região, em que o posto se situe. Sei que todos os sistemas de *cross-information* até hoje tentados pelo Itamaraty têm gorado, por falta de pessoal, de recursos, até de assiduidade daqueles próprios que se beneficiariam com o sistema. Mas parece-me imprescindível tentar, para que fiquemos minimamente informados. Mesmo que tenhamos, por falta de pessoal e recursos, de tentar algo muito rudimentar e tosco.
> 10. Sugeriria o seguinte:
> a) Que, para estes fins, África se dividisse em duas regiões: Norte e Sul do Saara. Tudo concernente à OUA; ou às relações crescentes entre países negros e países árabes, à ONU e suas agencias especializadas nas relações com a África – interessaria às duas regiões.

---

[197] "H. M. Stanley e David Livingstone foram exploradores na África no final do século XIX, o primeiro foi correspondente do Jornal New York Herald, além de ser aventureiro. O Segundo foi um missionário religioso que viveu durante muitos anos no continente africano. Ambas as histórias se cruzam quando Livingstone ficou perdido e Stanley foi contratado para resgata-lo". (M'BOKOLO, 2009, p. 267-307).

[198] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Empresa Brasileira de Publicidade empregada pelo FNLA nº 3 em 25/03/1975

> b) Cada posto recortaria diariamente, de todos os jornais locais, tudo que diga respeito à política externa do país em que se situe, bem como tudo que se refira à política externa de outros países africanos, ou à politica interna de outros países da mesma região. Estes recortes todos seriam, ao fim de cada dia, expedido para a DAF pelo correio comum, pois são simples recortes.
> c) A DAF teria um funcionário administrativo e um continuo encarregados de copiar em xerox os recortes recebidos, em tantos exemplares quanto necessário, agrupado as notícias apenas por áreas, ou assuntos, sem necessidade de critérios políticos. Tão somente evitando desnecessárias repetições. Todos os recortes seriam assim juntados e enviados periodicamente, ao fim de cada semana, por exemplo, para todos os postos africanos, também por correio comum.
> d) As embaixadas principais na Europa, em Washington, em Tóquio, bem com a Missão junto a ONU participariam do sistema de *cross-information*.
> 11. A utilidade do sistema parece-me evidente. Seu funcionamento, que requer apenas um mínimo de pessoal, tesouras, xerox e selos de correio, dependeria apenas da constância e assiduidades dos participantes. Creio que a todos terminaria por estimular. [199]

Pelas recomendações detalhadas de Ovídio Melo, vemos a materialização da frase “conhecimento é saber”, pois para ele a distância e a falta de informações traziam muitos prejuízos para a efetivação da diplomacia. O conteúdo do memorando também nos leva a entender que o representante sentia-se isolado, demonstrando nas entrelinhas, que o Brasil não estava muito preocupado com a sua representação em Angola. Logo, não havia preocupação com os acontecimentos em continente africano. O trabalho de *Cross-information* importante para o serviço diplomático consiste em simples recolhimento de informações do lugar ao qual se pretende criar relações, pois não tem como estabelecer contato com um país sem ter um mínimo de conhecimentos dos acontecimentos que ocorrem em seu território e ao seu redor. Na situação específica de Ovídio em Angola, o que o mesmo buscava era o olhar internacional com relação as questões que aconteciam naquele país e nos outros países africanos, especialmente aqueles também em processo de libertação e efetivação do Estado livre.

[199] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Empresa Brasileira de Publicidade empregada pelo FNLA nº 3 em 25/03/1975

O conteúdo do memorando tem um tom irônico e, ao mesmo tempo, agressivo, ou mesmo de desespero, o que fica patente ao longo do memorando. Inferimos que a falta de informação estava trazendo sérios problemas ao seu trabalho. Podemos imaginar pessoas chegando à Representação Especial, com conhecimento de fato que tendo um periódico da região ele também teria e estaria mais preparado para receber as pessoas que vinham com essas informações. Os meios de comunicação, como vimos, eram deficientes em Angola e como o próprio Ovídio Melo escreveu, essa situação era realidade em todo o continente africano, bem como o posicionamento da imprensa internacional em relação ao continente.

Como já apontamos, a imprensa angolana era, segundo Melo, muito deficitária e o jornal *A Província de Angola*, era vinculado ao grupo da FNLA, o que prejudicava a confiabilidade das informações. E, com o avanço do processo de independência, os conflitos entre os movimentos foram se agravando, ocorrendo episódios sérios, dentre os quais, o ataque a bomba à Redação do Jornal chama a atenção, como Ovídio Melo nos relata em 24/07/1975,

> Remeto em anexo recorte do jornal “O Comércio”, de hoje, que dá notícia do atentado a bomba perpetrado contra o “jornal de Angola”, que até bem pouco era denominado “Província de Angola”.
> 2. O jornal assim atingido, no qual até uma semana trabalharam alguns brasileiros, tem sido o mais controvertido dos órgãos da imprensa local. De uma posição colonialista, que se refletia inclusive na conservação até junho ultimo do nome “Província de Angola”, a despeito de tudo que ocorreu desde 25 de abril, em Portugal, “Jornal de Angola”, fora pouco a pouco passando para uma posição de militância aberta em favor da FNLA, militância essa que assumia tons de vibração e sensacionalismo, e que se revestia na forma gráfica de “O Globo”, tudo absolutamente inédito no marasmo da imprensa local. E isso, obviamente, pela influência dos jornalistas brasileiros contratados pela FNLA.
> 3. Os acontecimentos políticos militares da última semana causaram a derrocada da FNLA em Luanda. Todas as sedes e quarteis da frente foram bombardeados, queimados, arrasados. Teria sido “natural” também que o Jornal de Angola fosse atacado, na brutalidade daqueles acontecimentos. Não foi porém. Continuo a funcionar a despeito de seus diretores, seus orientadores, estavam foragidos. Os trabalhadores do jornal já haviam emitido comunicado assumido a direção. Podia-se presumir a respeito em Luanda da metamorfose pela qual passaram alguns dos grandes

> órgãos da imprensa metropolitana. Se Luanda fosse de índole tão pacifica quanto é Lisboa.[200]

Vemos, no relato acima, que após o ataque o Jornal continuou funcionando, pois os trabalhadores tomaram a frente, sendo essa uma característica de ações de cunho socialista. Além disso, Melo aponta que naquele contexto aconteceram ataques à bomba em sedes e quarteis da FNLA em Luanda. Os agravamentos dos acontecimentos em Angola podem inferir que órgãos públicos e privados que tomassem posição política sofreriam as consequências. A respeito dessa questão, Ovídio Melo ainda acrescenta no mesmo documento,

> De qualquer forma, podia-se supor que a sobrevivência do Jornal de Angola seria condicionada à linha que passasse a adotar. Se a tomada de direção pelos trabalhadores verdadeiramente interessasse ao MPLA, se o jornal passasse a ser um órgão do Poder Popular- poderia sobreviver. Se, ao contrário, a tomada de direção pelos trabalhadores fosse uma simples manobra tática da diretoria foragida, se o jornal estava apenas procurando ganhar tempo, para recomeçar sua militância em favor da FNLA – estaria condenado. No primeiro caso, a FNLA estaria interessada em extinguir o jornal. No segundo caso, o MPLA nada mais teria feito do que concluir uma obra já iniciada.
> 5. Eis que, em uma semana apenas, desde que a diretoria do jornal mudou, um nova linha politica não chegou a se caracterizar, de maneira que possamos definir a quem, em primeira mão, interessaria um atentado contra o jornal.
> 6. Polícia que investigue, que apure a autoria, justiça que julgue, e condene seus autores, não há no país. Todas as inculpações serão, pois, políticas e o atentado será mais um caso de mutuas acusações entre os dois principais partidos. O MPLA dirá que FNLA tendo perdido o Província de Angola, destruiu-o. A FNLA dirá que o MPLA destruiu o jornal de Angola como arrasou as sedes e quarteis da Frente em Luanda.
> 7. De qualquer forma, atentados a bomba são inéditos e absolutamente desnecessários em Luanda, quando há sempre morteiros e bazucas disponíveis.[201]

De maneira cética, Melo problematiza a questão do atentado ao jornal, apontando duas hipóteses, uma que favoreceria a própria FNLA e outra que

---

[200] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Atentado a bomba contra o Província de Angola. nº 186 em 24/07/1975.

[201] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Atentado a bomba contra o Província de Angola. nº 186 em 24/07/1975.

demonstraria a força do MPLA. Seria cômico, se não fosse trágico, a maneira como encerra o seu memorando, mormente a respeito da violência, ao dizer que Luanda não necessitava de bombas, pois "morteiros e bazucas" estão disponíveis. Em outro memorando, em 24/07/1975 Ovídio Melo volta a falar sobre os ataques ao agora *Jornal de Angola*,

> Em aditamento a meu ofício número 186 de 24 de junho corrente, remeto os anexos recortes do jornal de Angola, que, não tendo tido as máquinas atingidas, conseguiu hoje novamente sair à rua.
> 2. O atentado, como era previsível, ainda não está policialmente esclarecido. O principal suspeito é um funcionário do próprio jornal, que se encontra detido. Mas os Movimentos já começam a acusar-se mutuamente, como se pode verificar pelos comunicados emitidos e publicados nestes mesmos recortes.[202]

O representante brasileiro, que estava próximo a tudo isso, percebia que um passo em falso poderia por tudo a perder entre os movimentos e até dificultar a relação Brasil e Angola dependendo de quem assumisse o Estado angolano. Cumpre observar que em mais um episódio o caso do jornalista Fernando Câmara Cascudo, que Ovídio Melo em todos os memorandos discorre com ressalvas sobre ele, o que vimos acima suas suspeitas estavam corretas, Câmara Cascudo era um conselheiro da FNLA.

Ao discorrer sobre a sua preocupação com relação à visita do Ministro da Saúde angolano ao Brasil, Ovídio Melo, de maneira direta cita o *Jornal O Globo* e a revista Manchete, alertando que esses veículos possuíam vinculação com a FNLA. A influência do jornalista Câmara Cascudo (que foi editor do Jornal *A Província de Angola*) seria prejudicial, pois fazendo parte do Grupo Reunidas de Comunicação, poderia conduzir a notícia de forma que parecesse que o Brasil também apoiasse FNLA. Desta maneira. Melo traz um alerta para que o estado brasileiro observasse qualquer ocorrência dessa natureza.

Em outro memorando datado em 27/05/1975, Ovídio Melo faz reflexões mais detalhadas sobre o papel da imprensa na forma em que iria disseminar a notícia da visita do Ministro angolano ao Brasil, problematizando sua ligação com a FNLA,

---

[202] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Atentado a Bomba contra o Jornal de Angola. Nº 189. Em 24/07/1975.

> Antes de partir para o Brasil onde deverá ir a mando da FNLA, a fim de coordenar a maior publicidade possível para a visita do Ministro da Saúde de Angola, o Doutor Samuel Abrigada, que é daquele partido, veio visitar-me o jornalista brasileiro Fernando Câmara Cascudo, que aqui presta serviço a Holden Roberto e, mais diretamente, ao jornal "A Província de Angola".
> 2. Mostrou o referido brasileiro muito contente e esperançoso com visita que o Doutor Abrigada fará ao Brasil. A impressão que tenho é subjetiva, mas nem por isso menos intensa: parece-me que Câmara Cascudo dá importância à visita daquele Ministro angolano ao Brasil, menos pelas possibilidades de cooperação que existam os dois países no campo da saúde, do que pelos aspectos políticos, pelas oportunidades de contatos e de publicidade que a visita propicie para a FNLA no Brasil. Isto é, considerando que o Doutor Abrigada é a primeira personalidade angolana a visitar-nos, a tendência natural de Câmara Cascudo e de seus associados no Brasil (Globo, Manchete, Estado de São Paulo) será o de torcer o significado da visita, propendendo a considera-la como apoio do Brasil à FNLA.[203]

O representante brasileiro nesse memorando é mais direto sobre a intenção da visita do Ministro da Saúde e como poderia promover o FNLA. O encontro com o jornalista Fernando Câmara Cascudo deixou Ovídio Melo mais receoso, pois o mesmo se dizia "animado com a visita do senhor Abrigada"[204] e almejava a promoção dessa visita, uma vez que era empregado do partido. Melo, nesse memorando, menciona diretamente quais os veículos de imprensa eram a favor da FNLA, nomeadamente os periódicos *O Globo*, *Manchete* e *O Estado de São Paulo*, jornais ligados a setores conservadores da sociedade brasileira, que apoiaram o golpe ditatorial brasileiro. Embora, o periódico *O Estado de São Paulo* em um passado não muito distante houvesse dado apoio ao MPLA por meio do MABLA. Miguel Urbano Rodrigues e Fenando Mourão trabalharam na década de 1960 no jornal e denunciavam as atrocidades do governo salazarista nas então

[203] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministro da Saúde. Imprensa angolana e imprensa brasileira. N º121. Em 27/05/1975

[204] Como vimos em linhas anteriores Fernando Câmara Cascudo tinha uma ligação estreita com a FNLA, a proposito do ministro da saúde, Samuel Abrigada tem um trecho do livro de memória de Onofre dos Santos, que nos interessa: "13 de Novembro Formando o Governo – Esta manhã o Hendrick veio ter comigo e mostrou-me uma mensagem vinda de Kinshasa, do Johnny Eduardo. O Presidente Savimbi queria fazer algumas alterações ao Acordo que firmáramos no dia 10. Marcámos um reunião para a uma da tarde em que participariam o Cascudo, Samuel Abrigada e o Pedro Filipe. Decidimos depois esperar por Holden, que se tinha deslocado de helicóptero até à frente". (SANTOS, 2013, p.29)

colônias em África[205]. Todavia, na década de 1970, o jornal mudou de posição e, numa perspectiva de manter o Estado brasileiro em posição de "neutralidade" diante dos conflitos em Angola. Ovídio Melo mostra em documento de 27/05/75 uma preocupação extrema com relação as atitudes e posicionamentos do jornalista Fernando Câmara Cascudo,

> 3. Embora seja compreensível e natural essa tendência da parte dos interessados, creio que devamos procurar tolhê-la, para evitar que a imprensa angolana também assim interprete a vista, o que traria graves danos para a imagem de equilíbrio e equidistância que queremos manter no cenário político angolano.
> 3. [sic] Foi longa e amável a conversa que tive com Câmara Cascudo, ainda mais porque agora está ele sob a impressão de que o Brasil se aproxima da FNLA. Contou-me que está vindo de Kinshasa onde longamente conversou com Holden. Salientou a proeminência que vai ganhando nos círculos dirigentes da FNLA, graças ao sucesso da maquina publicitária que, com experiência e *savoir faire* brasileiro, vai montando para Holden, Qua Holden já considera um "irmão de sangue". E que por isso, entram em considerações políticas, trocam, com maior franqueza. Relatou Câmara Cascudo, por exemplo, como decorrência dos últimos acontecimentos em Luanda, do *debacle* havido no sudeste da Ásia, das eleições em Portugal, da ascendência que Rosa Coutinho vai assumido no Movimento das Forças Armadas, Holden voltou de sua viagem a países árabes bastante descorçoado. Ao chegar a Kinshasa e encontrar a Câmara Cascudo perguntou-lhe por notícia de Luanda. E que então, ele, Câmara Cascudo, usara de absoluta franqueza. Manifestara a Holden seu pessimismo à introdução dos métodos de luta que a FNLA tinha usado nos últimos sangrentos acontecimentos de maio. Salientei a Holden o fato de que a FNLA defronta em Luanda, não o mesmo tipo de inimigo com que lutou nas selvas, mas um inimigo mais sofisticado, urbano, mais versado no Manual do guerrilheiro de Carlos Mariguela do que em Klausevitz ou Mao Tse Tung. Que, nessas condições para combater em Luanda, a FNLA está despreparada. Não pode e não deve usar armas pesadas, bazucas, morteiros, calhoes, contra os muceques, como usou recentemente. Que somente armas leves são eficazes e devem ser usadas, sem a mortandade é grande, o número de vitimas inocentes é desproporcionado aos resultados alcançados e a FNLA torna-se execrada pela população da Capital. Com isto, salientou, toda publicidade favorável ao partido que vai montando e posta a perder, pela antipatia que se cria contra a FNLA. Salientou Câmara Cascudo que Holden mostrou bastante sensível

[205] Para saber mais consultar a dissertação sobre o MABLA (2010), dissertação: O Jornal o Estado de S. Paulo em Face da Política Africana dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964): Uma análise de percepção de atores políticos não estatais sobre e formulação da política externa brasileira para África". (2002) e o livro de memória do Jornalista Miguel Urbano: *Tempo e o Espaço em que Vivi*. II – Revolução na América Latina (2004)

> estes argumentos e teria então recomendado a Chipenda, que estava presente, estudasse novas táticas para serem aplicadas pela FNLA em Luanda.[206]

O diálogo travado entre Melo e Câmara Cascudo sobre atuação da FNLA em Angola, bem como sua repercussão interna e externa, mormente negativa pelo uso de armas pesadas nos "atos terroristas" em que aumentava o morticínio de pessoas, consequentemente não era de se espantar que a maioria da população não os apoiasse. As opiniões dadas por Fernando Câmara Cascudo ao líder Holden Roberto evidencia o que já vimos em linhas anteriores, segundo o jurista angolano Onofre dos Santos, ao ponto de o jornalista brasileiro dizer que que era como se fossem "irmãos". Registramos que dentre os conselhos dados, estava a sugestão de se usar as práticas de guerrilhas do líder revolucionário brasileiro Carlos Marighela, morto pela autocracia burguesa militar. A ponto de indicar seu manual de guerrilha. Cumpre observar que, , o embaixador Carlos Alberto Fontoura comenta em seu relatório o uso do manual por grupo de esquerda em Portugal, que Câmara Cascudo segue abordando outros assuntos ligados a imprensa, sindicados e o confronto com a MPLA,

> 4. Falou-me Câmara Cascudo também sobre vários assuntos outros. Revelou-me a situação difícil em que se encontra seu jornal "A Província de Angola", devido ao fato de o MPLA tem o Ministério da Informação, que através deste controla a imprensa angolana. Disse-me que o jornal, apenas saído de um longo período de suspensão, está agora ameaçado de fechamento, pois a última peça que o MPLA lhe arma é mobilizar a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos contra o jornal. A União Nacional de Trabalhadores Angolanos (UNTA) é a CGT local, que tem duas reivindicações principais, ainda agora proclamada nas comemorações do Dia do Trabalhador: a expulsão do Alto Comissário, acudo de favorecer a FNLA; e o fechamento da imprensa "fascista", especialmente do Província de Angola. Que se esta ameaça se concretizar através do Ministério da Informação, a suspensão, ou mesmo o fechamento do jornal, são irrecorríveis, pois qualquer recurso seria junto ao Conselho Nacional de Defesa, onde o MPLA conta com o apoio de uma maioria de oficiais portugueses e o Ministério das Informações por isso tem sempre ganho de causa. O único remédio possível, pois, disse Câmara Cascudo, é político e preventivo. Atacar antes, para não ter de

[206] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministro da Saúde. Imprensa angolana e imprensa brasileira. N º121. Em 27/05/1975

> defender depois. E para isso o Província de Angola, sob sua direção, deverá alinhar-se cada vez mais com o Alto Comissário, tomar-lhe a defesa, juntando assim a sua sorte a daquele oficial português, ambos acossados pelo MPLA e UNTA.[207]

Vemos que Câmara Cascudo relata para Ovídio Melo que o Jornal *A Província de Angola* corria risco por estar vinculado ao FNLA e estar ligado ao Alto Comissário, questão que fortalecia o risco que o jornal corria. Os membros do MFA - Movimento das Forças Armadas, como é sabido, eram, em sua maioria, ligados aos componentes da esquerda portuguesa, logo simpatizantes do MPLA. Sendo assim a FNLA, no que inferimos do pensamento de Câmara Cascudo, não via alternativa a não ser aliar-se com o Alto Comissário Silva Cardoso, funcionário de carreira que estava no governo de transição, mas que tinha ideias conservadoras e contrárias à esquerda. Verificamos que segundo Câmara Cascudo, a melhor maneira de resistir era atacar.

No diálogo entre os dois abordam sobre os outros veículos de imprensa e suas posturas perante os movimentos,

> 5. Perguntei a Câmara Cascudo sobre os demais jornais de Angola e a orientação que neles predominava. Câmara Cascudo respondeu-me que a situação da imprensa aqui é favorável ao MPLA, por dois motivos principais. Primeiro, porque o que se escreve no jornal é menos decidido ou fiscalizado pela diretoria do que por comitê de redatores. E estes são, em maioria, do MPLA. Segundo, porque os jornais aqui, como em outros países, estão ligados a bancos. E a nacionalização dos bancos em Portugal ameaça fazer com que os jornais angolanos fiquem sob controle de interventores designados pelo Movimento das Forças Armadas. Dos três jornais principais de Luanda não declaradamente partidários, Câmara Cascudo considera que o vespertino "Diário de Luanda" já tende para o MPLA. Que o seu jornal, "A Província de Angola", como sabemos, é propriedade da FNLA, mas não controla perfeitamente toda a matéria que publica. E que o outro matutino, "O Comércio", é do Banco Souto Maior e vem até agora favorecendo a UNITA. Mas como o Banco acaba de ser nacionalizado, "O Comércio" tenderá, doravante, a passar-se para o MPLA, sob a intervenção a que está sujeito.
> 6. Sobre as tiragens respectivas, Câmara Cascudo avalia que o Diário de Luanda imprima 8.000 exemplares diários, que o

[207] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministro da Saúde. Imprensa angolana e imprensa brasileira. N º121. Em 27/05/1975

> Comercio publique apenas 5.000 e salienta que, sob sua gestão, o Província de Angola já alcança tiragem de 40.000.[208]

Câmara Cascudo desenvolve o prognostico dos periódicos em circulação em Angola, discorrendo que a maioria era a favor do MPLA, primeiro porque o Ministério que fiscalizava os jornais estava ligado ao MPLA. Outro motivo também que expõe e que a maioria dos jornais são de propriedade de bancos, a exemplo do jornal o "O Comercio" que pertencia ao Banco Souto Maior, que em um primeiro momento apoiava a UNITA, todavia, logo após ser estatizado em Portugal e o Estado estar ligado a esquerda, o periódico começa apoiar o MPLA.

Mormente, percebemos que o capital financeiro influenciava os meios de comunicação em Angola, prática até hoje comum no meio da imprensa. Inferimos que o "O Comercio" antes de ser estatizado dava voz ao grupo dos brancos insatisfeitos com o processo de independência de Angola. Uma vez que entre os três grupos (UNITA, MPLA E FNLA), a UNITA, que, segundo Câmara Cascudo, recebia apoio do "O Comércio", era o que tinha mais aproximação com os português que não aceitavam a independência.

A respeito das tiragens dos jornais, Câmara Cascudo informa Ovídio Melo que o Jornal *Diário de Luanda* tem 8.000, *O Comércio* 5.000 e o *A Província de Angola* 40.000 exemplares diários. Neste sentido, importa grifarmos que mesmo fazendo alusão a perseguições, sanções e falta de apoio do Ministério da Informação, *A Província de Angola* era o Jornal de maior circulação naquele período.

Em outro parte do memorando Ovídio Melo junto com seu conselheiro Cyro Cardoso discorrem sobre o perfil de trabalho que o jornalista Câmara Cascudo tinha com a FNLA e o periódico *A Província de Angola*,

> 7.Em todos os momentos, durante longa conversa que o Conselheiro Cyro Cardoso e eu com ele tivemos, o senhor Câmara Cascudo procurava caracterizar seus serviços à FNLA como meramente técnicos e profissionais, apenas mesclados com um misto de simpatia e afinidade que ele tenha pessoalmente

[208] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministro da Saúde. Imprensa angolana e imprensa brasileira. N º121. Em 27/05/1975

> com Holden Roberto e outros dirigentes do Partido. Não obstante, em várias oportunidades, Câmara Cascudo deixou escapar referencia a editoriais que escreveu para Província de Angola e nos quais, seja por excesso de entusiasmo, seja internacionalmente, a nosso ver, envolve o Brasil em problemas políticos internos de Angola, como já tive oportunidade de informar anteriormente. A titulo explicativo, remeto, em anexo, os editoriais dos últimos dois dias de "A Província de Angola".
> 8. Ao terminar a conversa, de forma discreta, alegando até temores pessoais que eu poderia ter em Luanda, inerme entre forças tão extremadas e aguerridas, fiz um apelo ao Senhor Câmara Cascudo, no sentido de que preparar, acompanhar e dar publicidade à visita do Doutor Samuel Abrigada ao Brasil, procure ele não caracterizar a vista como iniciativa política, ou como entendimento entre nosso Governo e a FNLA, mas como cooperação inicial entre Brasil e Angola, como um todo, num campo prioritário, que é a saúde.
> 9. Câmara Cascudo ficou de fazê-lo, mas convém seja isso de perto fiscalizado, para que não se prejudique, por várias formas, a política de isenção e equidistância, de longo prazo, que pretendemos ter com este país.

Ao discorrer sobre a imprensa evidencia a precariedade da estrutura dos periódicos locais, bem como a cobertura da imprensa externa. Em um memorando enviado ao estado brasileiro intitulado "A imprensa de Luanda e sua ocasional noticia sobre o Brasil", Ovídio Melo discorreu sobre os problemas enfrentados pela imprensa local e a cobertura sobre as notícias referentes ao Brasil. Registramos que ao notificar o Estado Brasileiro sobre a situação da política do Brasil, os periódicos angolanos não poupam o governo brasileiro, por conta da ordem ditatorial à frente do país. O que é interessante refletir é o fato de que lá também não era um democracia, portanto, indagamos como se viam?

Como podemos ver no documento escrito pelo diplomata em 03/12/1975,

> Dos jornais diários de ínfima categoria que existiam em Luanda nos tempos coloniais, só dois conseguiram sobreviver ao período de transição e chegar à Independência. O Jornal de Angola, ex-Província de Angola, matutino; e o Diário de Luanda, vespertino.
> A sobrevivência significativa forçosamente adaptação às forças políticas que apareceram na Capital. O Jornal de Angola, após o 25 de Abril, passou relutante de uma posição colonialista, que seu próprio nome antigo revelava, para uma posição democrática e nacionalista exacerbada. Contratou alguns jornalistas brasileiros, começou a imitar o Globo, entregou-se financeiramente a FNLA para fazer a propaganda de Holden.
> Em meio à luta travada em Luanda, o jornal de Angola chegou até ser dinamitado. Mas sobreviveu à vitória do MPLA, sem os

> jornalistas brasileiros, ainda com os mesmos diretores e a mesma equipe de portugueses que vinha dos tempos coloniais.[209]

O periódico *Jornal de Angola* outrora *A Província de Angola* teve a contribuição de jornalistas brasileiros, em seu formato e ficou semelhante ao brasileiro *O Globo.* Acabou sendo incorporado ao MPLA quando a FNLA que detinha os direitos sobre o jornal perdeu força. O curioso é verificarmos a permanecia *a priori* do nome "Província" e somente como aponta o representante brasileiro, no limiar da independência altera seu nome para *Jornal de Angola.*

Ovídio Melo aponta outro fato interessante, que foi a substituição dos jornalistas brasileiros e em seus lugares a permanência de jornalistas portugueses, que como evidencia o representante brasileiro estavam lá desde período colonial. Claro que ao destacar a continuidade de portugueses nos meios de comunicação de Angola, Melo alerta para os vínculos estreitos que os angolanos mantêm com Portugal independente do passado recente de colonialismo.

Inferimos pelos memorandos e depoimentos que a presença dos jornalistas brasileiros em tais veículos de imprensa não agradava o representante brasileiro, pois o grupo com o qual Fernando Câmara Cascudo coadunou era a FNLA, grupo que era declaradamente contrário à presença estrangeira em solo angolano e privilegiando dentro do movimento grupos étnicos vindos do norte, em especial dos Bakongos. Não obstante, Ovídio Melo, no mesmo memorando, discorreu sobre os veículos de imprensa que mesmo tendo uma Angola destroçada conseguiu sobreviver,

> O Diário de Luanda foi mais flexível. Vinha de uma tradição "liberal" nos tempos coloniais. Começou logo a apoiar discretamente o MPLA, embora estivesse também pejado de jornalistas portugueses que viam todos os problemas de Angola com uma ótica totalmente lusitana. Num e noutro jornal, esses diretores e jornalistas portugueses foram e vão sendo ainda tolhidos, expurgado pelo comitê de redação, pelos gráficos, a cada dia que passa. Mas agarram-se ao emprego como ostras ao navio. Fazem autocrítica, cessam de escrever por uns tempos, vão e

[209] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: A imprensa de Luanda e seu ocasional noticiário sobre o Brasil. Nº284. Em 03/12/1975.

> voltam de Portugal, mais adiante reaparecem, dando mostras de uma persistência de fazer espanto.
> Nenhum dos dois diários é jornal oficial, nem oficioso do Governo ou do MPLA. Continuam propriedade privada, de empresários-jornalistas portugueses. Na realidade, firmas ineficientes e cronicamente deficitárias, ambos sempre viveram nas mãos de um ou outro banco. A diferença agora é que já não encontram bancos portugueses em Angola. Todos os bancos estão sob intervenção do Governo, dado que não foram propriamente nacionalizados. Assim, as fontes de suprimento secaram. Como secaram também outras eventuais fontes, tais como o apoio da FNLA ou da UNITA, ou a ajuda velada de Portugal ou de países outros, estrangeiros. A fiscalização cambial tornou-se por demais estrita. Nos últimos tempos o Jornal de Angola encontrou uma receita inesperada de anúncios. A medida que o êxodo de portugueses se acelerava, aumentavam também os números de anúncios de "Vende-se" ou "Traspassa-se". Mas o êxodo acabou. E os anúncios encolheram, a um canto de página. É o começo da caquexia.[210]

O cenário apresentado por Ovídio Melo não era animador para imprensa local, com a intervenção dos bancos pelo governo, tanto angolanos, como portugueses, o financiamento para manter os órgãos de imprensa ficou mais difícil. Manter somente com os anunciantes não cobria as despesas. Se antes, a FNLA recebia um valor volumoso de recursos, que podemos inferir contribui para manter a então *A Província de Angola*. Com a diminuição de sua influência, os financiamentos estrangeiros, a exemplo dos EUA. Tornaram-se cada vez mais escassos.

Outro ponto que expõe o fracasso do *A Província de Angola* foi o fim do poder do FNLA e a ascensão do MPLA, tendo em vista que este movimento assumiu o Ministério da Comunicação, tornando mais difícil a continuidade do periódico. A respeito da sobrevivência dos periódicos, Ovídio Melo discorreu:

> Morrendo à mingua. Trabalhando sobre os escombros deixados pela bomba, o Jornal de Angola não obstante ainda estrebucha e resistente ao Governo. O Diário de Luanda é mais dócil. Comete erros por omissão, enxerga tudo ainda com ótica portuguesa, mas mostra-se sempre disposto a cooperar. O Jornal de Angola, não. Pretende ter política própria. Quando faz concessões ao MPLA é no noticiário municipal, a nível de comissão de bairro. Os noticiários nacional e internacional são caóticos. As transcrições

[210] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: A imprensa de Luanda e seu ocasional noticiário sobre o Brasil. Nº284. Em 03/12/1975.

> das agências vão para um lado, os cabeçalhos para outro. Tudo que seja desagradável ao jornal, sai truncado. As vezes ilegível. E os mesmos portugueses que ao tempo da colônia elogiavam Salazar e Marcelo Caetano quando hoje querem agradar, erram a mão e exageram, para maior desespero do MPLA, que vê nisso intuito provocativo.[211]

As questões expostas pelo representante brasileiro demonstram o quanto é complexa a situação da imprensa em Angola e como, as notícias ainda eram produzidas por pessoas que até então faziam apologia ao colonialismo. Todavia um ponto crítico do memorando de Ovídio Melo é quando trata das notícias sobre o Brasil. Pois mesmo com todos os problemas apontados, a imprensa local escreve sobre os problemas políticos que o Brasil enfrenta,

> É esse o caso da atitude do Jornal de Angola para com o Brasil, desde que reconhecemos Angola. Antes, o Jornal de Angola era incondicional amigo nosso, só via virtude no Brasil, imitava o Globo, vinha pedir-me declarações e entrevistas a cada passo. Hoje, em completa dessincronização com o Governo e com o MPLA, o Jornal de Angola passou a ser critico do Brasil. Mais do que crítico, hostil. Bastou para tanto o nosso reconhecimento de Angola.
>
> A edição de domingo último, 23 do corrente, é comprovante de tudo que fica acima comentado. Na primeira página, sob o título "Crítica Oportuna", o Jornal de Angola revela a profunda desavença em que anda com as autoridades do Ministério da Informação, desavença que até o priva de fotografia de atos oficiais. Na 4ª página, pública noticia sobre "Politica brasileira tortura prisioneiros políticos" e, para maior efeito, acrescenta fotografia de índios, com dizeres altamente ofensivos ao Brasil. Na edição de hoje, 26, conforme recorte também anexo, volta o Jornal de Angola À carga, transcrevendo noticias provenientes do Rio e de São Paulo, segundo as quais "Bispos brasileiros denunciam a situação dos presos políticos".
>
> Levei o assunto desta campanha inopinada que o Jornal de Angola está movendo contra o Brasil ao Diretor Geral, Sr. Luiz de Almeida, do Ministério da Informação. Salientei o quanto era injusta e inoportuna, movida no momento mesmo em que o Brasil reconhecia Angola.
>
> Luiz de Almeida revelou-se furioso com o Jornal de Angola, por este e outros motivos. Disse-me que o governo pretende em breve por um ponto final a todos esses abusos da imprensa diária, ainda controlada pelos portugueses. E que punirá, devidamente, o mentor dessa campanha contra o Brasil. Deu-me a entender que o

[211] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: A imprensa de Luanda e seu ocasional noticiário sobre o Brasil. Nº284. Em 03/12/1975.

> Jornal de Angola ponderar ser mesmo extinto, por decisão governamental – dado que não "não haveria necessidade de mais do que um diário, a exemplo da Argélia, por exemplo."[212]

A abordagem do noticiário angolano perante a realidade brasileira evidencia o contexto político da época, pois a representação brasileira em Angola sempre informava o Estado dos horrores do processo de independência e os suspiros finais da antiga metrópole de Portugal. Via agora as críticas pertinentes ao regime autoritário que o Brasil vivia em que diversas pessoas foram torturadas e mortas. Ao contrário da música de Caetano Veloso, a autocracia burguesa militar brasileira achava feio o que era espelho.

2.4 Visitas ministeriais ao Brasil a procura de uma nova Angola ou a Rota de Fuga?

Nas leituras dos memorandos vemos que na articulação com os movimentos pró-libertação é constante a demonstração de que na gestão da política de saúde há pontos nevrálgicos. Problemas que para qualquer Estado já seriam preocupantes, porém, ao tratar-se da especificidade da conjuntura angolana materializam contornos devastadores. Registramos a entrevista que Ovídio Melo teve com o então Ministro da Saúde doutor Samuel Abrigada, a qual está registrada em documento de 30/04/1975,

> Desde a primeira vez em que conversei com o Doutor Samuel Abrigada – dois dias depois que ele havia assumido a Pasta da Saúde, quando eu ainda a fazer as sondagens preliminares para criação desta Representação Especial – senti que o referido Titular via o problema da saúde em Angola e a sua atuação no Ministério demasiado em função dos interesses do partido que representa no Governo de Transição (FNLA). Reportei minhas impressões e respeito nos ofícios número 4, 7 e 8, expedido na Série Angola, da Embaixada em Nairobi. Basicamente, para o Doutor Samuel Abrigada, o problema de saúde era o problema dos refugiados que devem o quanto antes voltar do Zaire, para estarem em Angola a tempo de participar politicamente e de voltar no FNLA, nas eleições vindouras.
> 2. Por isso queria ajuda do Brasil. Mas entendia, talvez entenda ainda, que esta ajuda se destinava e enviar médicos brasileiros a

[212] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: A imprensa de Luanda e seu ocasional noticiário sobre o Brasil. Nº284. Em 03/12/1975.

> Angola, com espírito missionário, para serem localizados no interior, na fronteira com o Zaire, a fim de socorrer aos refugiados de regresso.
> 3. A própria personalidade, aspecto do Doutor Abrigada, educado na Suíça e na Alemanha, onde se formou em medicina onde se ordenou pastor protestante ter alguma coisa austeridade, da impaciência calvinista. Magro, alto, tenso, quando a ele voltei pela segunda vez, foi logo fazendo uma observação: "Creio que sua visita se prende à solução daquele pedido que fiz a seu Governo a ultima vez que o vi..."[213]

Ao discorrer sobre o senhor Samuel Abrigada, Melo traça seu perfil, colocando-o como homem comprometido com o a FNLA, dando a impressão, inclusive, que esse comprometimento fosse maior do que com a luta por uma Angola livre, principalmente quando se refere aos que os levavam a ajudar os refugiados, pois a intenção era que voltassem para votar nas eleições que aconteceria tão logo. Assim como grande parte da cúpula dos partidos Abrigada teve sua educação no exterior entre a Suíça e Alemanha e sua formação religiosa ligada ao protestantismo, traço comum entre lideres dos outros movimentos. Ovídio no mesmo memorando discorre mais sobre esse perfil e argumenta a possível impaciência deste protagonista,

> 4. A verdade é que tal impaciência do Doutor Abrigada, com seu espírito missionário-político, no Ministério da Saúde, de dia para dia visivelmente se acentuava. Viera do exterior com grande esperança de atuar imediatamente, para o bem de Angola, na ótica de seu partido. Caíra aqui na inação total e que o obrigava a descoordenação do Governo de Transição. O Ministério das Finanças, em mãos de portugueses, não lhe dava os fundos de que precisava para seus mirabolantes programas de assistência aos refugiados angolanos-zairenses. Os demais Ministérios, tal como o planejamento, em mãos do MPLA, não podiam ver os programas de saúde de Angola pelo mesmo prisma partidário do Doutor Abrigada. A própria ajuda internacional não lhe vinha, no ritmo desejado. O Brasil ainda não pronunciara. A ONU, a OMS mandaram missões aqui, mas talvez tenham sentido que ajudar Angola, nos termos imediatistas que o Doutor Abrigada queria, era imiscuir-se na política local, pois reduzia-se a ajudar o FNLA.[214]

[213] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministro da Saúde de Angola ao Governo de Transição para o FNLA. Nº 67 em 30/4/1975.

[214] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministro da Saúde de Angola ao Governo de Transição para o FNLA. Nº 67 em 30/4/1975.

Ovídio Melo via na figura do senhor Abrigada um representante de seu movimento que deixava de lado a questão de saúde pública, tão necessária a qualquer país e especialmente em Angola, naquele momento, acometida pelos conflitos, mais ainda. Relatou o boicote dos outros ministérios, citados por Ovídio Melo, (Planejamento e Finanças), que não davam viabilidade para os projetos de Abrigada e, segundo Melo, esse problema decorria do fato de que estes projetos favoreceriam somente a população ligada politicamente a FNLA. O representante brasileiro escreve ainda que o senhor Abrigada, além de não ter apoio da ONU e OMS, se desentendeu com outros órgãos internacionais,

> 5. A própria Organização Internacional de Refugiados, que aqui mandou uma delegação, aliás chefiada por um brasileiro, Doutor Guilherme Lustosa Cunha[215], teve desentendimento com o Ministério da Saúde. Começaram as conversações e intempestivamente o Doutor Abrigada deu entrevistas aos jornais, desabafando-se, dizendo que "a Organização prometia, prometia, mas o dinheiro mesmo não saia nunca..."
> 6. É de se presumir que Holden Roberto, que também não se caracterizava pela paciência, estava pressionando o Doutor Abrigada por medidas rápidas e eficientes. Ainda em Kinshasa, sentido que o MPLA já está sediado em Luanda, que Savimbi vem visitar a Capital, Holden deve ter sentido que o FNLA ia perdendo força e prestigio, à medida que o tempo passa, que as eleições se aproximam. A volta dos refugiados tornava-se pois providencia essencial, imediata..., mas com que assistência, com que dinheiro?
> 7. Os fundos de que dispunha o Ministério da Saúde eram de duas naturezas. Havia o orçamento normal, havia fundos suplementares, de emergência, já obtidos pelo Doutor Abrigada. Mas ambos estavam pelos outros Ministérios, que decidem as questões financeiras e orçamentárias. Finalmente que o Doutor Abrigada pouco lançar mão dos fundos suplementares. Cerca de quatro milhões de dólares em moeda angolana. Foi então que parece ter feito o inesperado. Em vez de aplicar este montante pouco, como Ministério da Saúde, parece que sobre a sua personalidade missionaria prevaleceu o militante politico. Apoderou-se dos quatro milhões de dólares em moeda angolana e levou-os, em valises de mão diretamente ao partido em Kinshasa, para o socorro aos refugiados.
> 8. A presente história nos veio, como rumor, há dois dias atrás, pelo Doutor Eiras Rebello, que é um dos principais assessores do

[215] Segundo o site Instituto de Reintegração dos Refugiados do Brasil foi representante adjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em Luanda entre 1975 a 1976. http://www.adus.org.br/. Acesso em 24/09/2013.

> Ministério Abrigada no Ministério da Saúde. Do Escritório da Organização de Refugiado tivemos confirmação do rumor. A própria radio Zaire divulgou que o dinheiro foi recebido do Doutor Abrigada, pelo FNLA, para socorro aos refugiados angolanos. Pela medida governativa muito pouco ortodoxa que adotou, o Doutor Abrigada terá crescido na estima de seu partido mas doravante será acerbamente pelo demais de Angola e pelo Governo de Transição.[216]

O posicionamento do Ministro Samuel Abrigada denota um apoio direto a FNLA, que não somente desfavorece os outros movimentos, mas prejudica a população como o todo, principalmente, por ser o setor da saúde o que ele representava. Ovídio Melo menciona em seu memorando que as atitudes de Abrigada estavam relacionadas, possivelmente, com pressões do líder do movimento, Holden Roberto, para angariar fundos, tendo em vista que o MPLA já tinha fixado representação em Luanda. Ovídio Melo faz diversas críticas a sua atuação, pois, segundo ele, parecia que estava atuando como membro da FNLA do que como médico e Ministro da Saúde. Abrigada havia cogitando uma visita ao Brasil, portanto, Melo em memorando enviado em 12/05/1975 entra em contato com o governo brasileiro para agendar,

> Adiantamento ao meu telegrama nº 73. O Doutor Samuel Abrigada, Ministro da Saúde de Angola, concorda com a data de 26 do corrente segunda-feira para o início da viagem oficial que fara ao Brasil.
> 2. No telegrama de referencia salientei existir entre os acompanhantes do referido Ministro, elementos de incompatibilidade e eventual cisão. O Doutor Eira Rebelo, que desde o começo tem assessorado o Ministro e buscado despertar-lhe interesse pelo Brasil, é um médico de nomeada, mas metido em política, antigo elemento da FUA, agora aproximado à FNLA. A principio viu com maus olhos a independência. Depois resolveu valer-se de caráter essencial de sua profissão, da crescente escassez de médicos em Angola, a fim de tornar-se influente no Ministério da Saúde. Como assessor do Doutor Abrigada, é simplesmente desleal. Parece ver com desagrado que o Doutor Abrigada, africano, educado na Alemanha, militante exilado do FNLA, haja surgido de um momento para outro no panorama político angolano, ocupando um pasta que ele próprio Eira Rebelo poderia ter pretendido, Assim é que, não só despreza, mas não confia também em seu chefe. Eira Rebelo poderia ter pretendido.

[216] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministro da Saúde de Angola ao Governo de Transição para o FNLA. Nº 67 em 30/4/1975.

> Assim é que, não só despreza, mas não confia também em seu Chefe. Eira Rebelo foi o primeiro a nos fazer saber do rumores que circulam há uma semana atrás, e depois se mostraram infundados, no sentido de que o Doutor Samuel Abrigada teria desviado fundo do Ministério da Saúde para uso de seu partido.[217]

O representante brasileiro, que em outro memorando, havia feito ressalvas respeito do Ministro da Saúde de Angola, ao discorrer sobre o seu "braço direito", também parece não vê-lo com entusiasmo, até mesmo, por criar boatos de que havia desvio de dinheiro do Ministério da Saúde para o FNLA, os quais não foram comprovados. Ovídio Melo deixa transparecer que observava certo oportunismo do médico Eira Rebelo, como vemos na continuidade do memorando,

> 3. Não havendo podido ser Ministro, porque é português e branco, Eira Rebelo parece ter pretendido, como consolação, o segundo posto no Ministério da Saúde, que seria o de Diretor dos Serviços de Saúde. Não o conseguiu porém recentemente o Doutor Abrigada nomeou para este posto um médico português, branco, que também será acompanhante na viagem ao Brasil, e que é o Doutor Vitor Manuel Rodrigues Casaca.
> 4. É de se notar, outrossim, que tanto o Doutor Eira Rebelo, como provavelmente o Doutor Casaca, mal conhecem os médicos da FNLA que o Doutor Abrigada incluiu na Delegação. Na lista de acompanhantes que o Doutor Eira Rebelo veio trazer-me, de parte do Doutor Abrigada, nem nomes completos desses médicos são mencionados. E dos mesmos não me foi fornecido sequer o mais vago currículo.

Não obstante, fica evidente o descompasso entre os membros do Ministério da Saúde, que pelos escritos de Melo, mal se conheciam. Indagamos: quais as reais intenções da visita ao Brasil? Os dois médicos portugueses brancos que faziam parte da comitiva, mas que de acordo com o memorando tinham ambições maiores. No entanto, por conta da origem e da cor da pele não obtiveram êxito. Contudo chama atenção, que mesmo assim ocuparam posto de relevância no Ministério da Saúde. Melo faz as seguintes observações,

> 5. As presentes observações devem ser levadas em conta durante toda a permanência da Delegação angolana no Brasil. Meu receio é de que esta situação de desconfiança e insegurança dos médicos portugueses tenderá a deformar as finalidades da visita.

[217] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministério da Saúde de Angola ao Brasil. Nº90. Em 12/05/1975.

> Doutor Eira Rebelo, por exemplo, em todas as conversas que tem tido comigo, e em recados que me tem enviado por interpostas pessoas, vai deixando bem claro sua intenção alternativa de emigrar para o Brasil. É homem que se diz corajoso, que serviu como voluntario médico no exercito português, mas se não vir satisfeito suas ambições de desempenhar um papel relevante no governo de Angola independente, se vier a se sentir ameaçado por um clima geral de insegurança para os portugueses em Angola, não titubeará em abandonar o Doutor Abrigada em meio do caminho e até ficar no Brasil. Este é um fato que se verifica não só no Ministério da Saúde, mas em outro Ministérios. Defrontado com a independência, o Tecnocrata português pretende ser, pelo menos, o homem atrás do trono de um Ministério africano que lhe seja dócil. Quando não encontrar docilidade, quando não poder influir, quando tem ambições contrariadas, começar as críticas ao titular. Numa segunda fase, vem emigração.

Todavia, Ovídio Melo ressalta que o médico português Eira Rebelo possa querer emigrar para o Brasil e enfatiza ser uma pessoa oportunista, embora suas ideias na visão de Melo sejam mais interessantes do que o do ministro da Saúde (Doutor Abrigada), no sentido de uma maior contribuição para construção do país,

> 6. Doutor Abrigada vai ao Brasil pretendendo trazer médico para Angola. O número de médico que consiga trazer parece ser, para ele, até agora, o critério único do sucesso ou insucesso da visita. Para Eira Rebelo, no entanto, a visita tem outra finalidade. Vai rever instituições ou personalidades com que já esteve em contato. Vai aparecer, perante estas instituições e personalidades brasileiras, não só como médico de nomeada, mas como personalidade política, principal assessor de um Ministro visitante. Isso lhe servirá, caso mais tarde pretenda emigrar. Eira Rebelo tem planos mais razoáveis para visita. Gostaria de trazer médico, sim, mas não é o número de médico que mais lhe importa. Tenderia a ver com gosto um número de médico reduzido que viesse para Luanda, ou para Nova Lisboa, ou para ambas cidades, a fim de criar uma faculdade, ou uma clinica, com todas as especialidades. Parece-me mesmo ele que os médicos brasileiros fossem para Nova Lisboa, onde fundariam uma faculdade de medicina, de que Eira Rebelo já se vê diretor, Isto é: pretenderia ele ser como que o intermediário obrigatório entre os médicos brasileiros que venham e o Ministério da Saúde. Pretende ele, Eira Rebelo, torna-se mais importante e imprescindível, tirar proveito da ajuda brasileira.[218]

A ideia da construção de uma faculdade de medicina para um país que não tem infraestrutura consolidada e que a força de trabalho especializada esta

[218] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministério da Saúde de Angola ao Brasil. Nº90. Em 12/05/1975.

emigrando parece ser um ideia que perpassa a perspectiva da ajuda humanitária, havendo intenções de mercado neste processo. Essa ideia permite em longo prazo a construção de uma força de trabalho qualificada, a qual seria constituída pelos próprios angolanos. Embora outras contendas estivessem em pauta, Melo discorreu sobre as observações que o médico Eira Rebelo fez, caso o Brasil enviasse médicos para lá,

> Tanto se vê, a si e aos médicos portugueses ainda presentes, como intermediários obrigatórios, como orientadores imprescindíveis dos médicos brasileiros que aqui venham, me fez um declaração curiosíssima, da última vez em que estivemos juntos. Disse-me, em tom muito sério, que seria ótimo, sim, que viessem os médicos brasileiros. Mas que o Brasil não se equivocasse. Se mandasse. Se mandasse médicos agora, e mais tarde viesse a tirá-los, por um motivo qualquer, pela insegurança reinante, ou porque a ajuda a Angola se mostrasse impossível, teria o Brasil de retirar daqui, na mesma ocasião e acolher os médicos portugueses que aqui houvessem se retardado para trabalhar com os brasileiros...
> 8. Fiz-lhe ver que não era assim. Que era justamente o êxodo de médicos portugueses que traria a Angola médicos brasileiros. E que ainda que não existissem na face da terra médicos portugueses o Brasil poderia estar interessado em auxiliar Angola no campo as saúde e da medicina.
> 9. Por tudo que aqui fica dito e para que comecemos bem nossa cooperação com Angola, sem intermediações obrigatórias dos médicos portugueses, creio que devemos em todas as negociações tratar diretamente com o Doutor Abrigada e com os médicos verdadeiramente africanos que acompanham, se necessário, mesmo deixando patente a dubiedade das intenções dos médicos portugueses.

A recomendação que Melo faz ao governo brasileiro mostra que dentro do próprio Ministério da Saúde de Angola e do partido, há dois grupos com interesses divergentes. Primeiro os portugueses que faziam parte da comitiva estavam mais interessados em garantir benefícios em causa própria. E, segundo, por negros angolanos, que na opinião do representante brasileiro estariam mais comprometidos em ajudar a população angolana. Ovídio Melo em outra mensagem discorreu sobre a visita do Ministro da Saúde ao Brasil, em que relatou em 13/05/1975, sobre a polêmica dos desvios de verba,

> Em meu oficio nº 90, de 12 de maio do corrente, com base em informações que havia tido, procedente do Doutor Eira Rebelo, um

> dos assessores do Ministro da Saúde e acompanhante deste na viagem que em breve fará ao Brasil – informei a respeito dos rumores circulante em Luanda, no sentido de que o Ministro da Saúde teria desviado fundos do Governo de Transição, para uso de seu partido, presumivelmente no auxilio de refugiados que tornam do Zaire.
> 2. O próprio Ministro da Saúde, ao regressar de sua viagem à Alemanha e ao Zaire, concedeu entrevista à imprensa, enfrentando seus acusadores, negando quaisquer desvios. E ainda ontem, quando me encontrou no aeroporto, enquanto aguardávamos a chegada de um avião brasileiro com ajuda para Angola, abordou francamente o assunto, para negar qualquer desvio ou irregularidade, para dizer que estava providenciando processo contra seus detratores.
> 3. O jornal Província de Angola, 13 do corrente, que é do mesmo partido a que pertence o Ministro, publica comunicado oficial, proveniente do Ministério do Planejamento e Finanças (MPLA), reiterando a acusação, fornecendo pormenores do pagamento efetuado, por ordem do Doutor Abrigada.[219]

Tendo em vista que o médico Eiras Rebelo tinha todo interesse em deslegitimar, o doutor Samuel Abrigada, pois Rebelo como já discorrido tinha o interesse em ter benefícios próprios e até mesmo emigrar para o Brasil. Todavia as evidencias apontadas pelo MPLA, por meio do Ministério do Planejamento e Financias, dos desvios de verbas para FNLA, no que parece no memorando tem consistência, embora não foi confirmado.

Ovídio Melo segue com outras indagações sobre a questão da visita do Ministro da Saúde de Angola,

> 4. Nas condições confusas que prevalecem em Angola, no divisionismo irremediável que paralisa o compósito Governo de Transição, no caos administrativo que aqui se vai formando, tais confusões, com maior ou menor gravidade, tendem mesmo a ocorrer. Como já disse em meu ofício supra citado, não excluo a possibilidade de que, ante a impassibilidade do Governo de Transição, o Ministro da Saúde haja, com zelo missionário e partidário, tomado iniciativa isolada, no sentido de ajudar os refugiados no Zaire, o que interessa a seu partido, mas não a UNITA, muito menos ao MPLA.
> 5. Mais do que um rusga administrativa, é este incidente sintoma da intensa luta partidária já travada. E luta partidária que se

[219] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministro da Saúde ao Brasil. Nº97. Em 13/05/1975.

> agrava, cada dia mais, à medida que a independência se aproxima.[220]

As preocupações de Ovídio Melo são em relação à população angolana, esboçando suas reticências com relação ao governo de transição e como os movimentos de independência estavam travando uma luta entre si, o que acabava deixando a população angolana de lado. Neste sentido, o representante brasileiro faz recomendações ao governo brasileiro em relação à visita do Ministro da Saúde,

> 6. Considerando que os propósitos do Brasil são os de ajudar a Angola como um todo, mantendo perfeita equidistância entre os vários partidos, creio que devamos ter este acontecimento em mente, quando da próxima visita ao Brasil do Ministro da Saúde. Para que a ajuda do Brasil a Angola possa ser verdadeiramente eficaz e não venha a ser acoimada qualquer tempo de ajuda a um dos partidos, o que teria efeitos desastrosos, deveremos ter imensos cuidados. De um lado, teremos de caracterizar bem essa ajuda como ajuda brasileira, independente da intermediação dos assessores portugueses de todo tipo, que aqui se querem firmar como pretensos intermediários entre o Brasil e Angola. Se o fizemos, poderemos nos envolver nas lutas possíveis de Angola com Portugal, ou de pretos com brancos. De outro lado, temos de cuidar que a ajuda brasileira beneficie a todos os partidos indistintamente e a nenhum em particular: para que devamos ter processos de ajuda integrada, por mesmos orientados e administrados a qualquer tempo, se perigos de desvios para beneficio de uns ou de outros. Por exemplo: se enviamos médicos a Angola, por nós pagos ou subvencionados, a tendência imediata do Doutor Abrigada será coloca-los, de imediato, a serviço de refugiados, isto é da FNLA. Se mandarmos médicos para cá, mas numa missão integrada, para fundar uma Faculdade, ou Hospital, para formar quadros médicos e paramédicos que sirvam aos três partidos, então nossa ajuda não poderá ser acusada de partidarismo. A todos beneficiará, a Angola como um todo.[221]

As negociações para ida do Ministro da Saúde ao Brasil envolviam questões complexas, pois a relação do Ministro com a FNLA, em que heveriam denúncias de favorecimento para esse partido acabava tirando sua legitimação do cargo e ao mesmo tempo limitando a possível ajuda do governo brasileiro poderia

---

[220] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministro da Saúde ao Brasil.Nº97. Em 13/05/1975.

[221] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministro da Saúde ao Brasil.Nº97. Em 13/05/1975

oferecer ao governo de transição de Angola. O representante brasileiro ainda expõe em outro documento com data de 26/05/1975, que as denúncias sobre o Ministro da Saúde, Senhor Samuel Abrigada só eram fortalecidas pelos outros dois movimentos (UNITA e MPLA),

> Encaminho em anexo texto de mensagem em forma telegráfica que hoje recebi, de um representante de trabalhadores, Carlos Jacinto da Gama, como decorrência de comício realizado ontem pela UNITA e MPLA quando se comemorou com atraso em Luanda o 1º de Maio. Segundo a mensagem referida o Doutor Samuel Abrigada, Ministro da Saúde, foi ontem denunciado em praça pública, como "não merecedor da confiança dos trabalhadores angolanos".
> 2. Pede a mensagem que fato seja comunicado a Vossa Excelência, o que, por certo, se relaciona com a viagem que Doutor Abrigada vai proximamente fazer ao Brasil e que tem merecido ampla publicidade na imprensa local.
> 3. Tentarei contrabalançar os efeitos eventualmente desfavoráveis para viagem que essa denúncia, ontem feita, possa ter, procurado esclarecer em todas as notícias da viagem, o sentido verdadeiro de total isenção de ânimo político com que o Brasil convidou o Ministro da Saúde, simplesmente porque a cooperação no campo da saúde é prioritária e altamente promissora nas relações entre os dois países.
> 4. Para minimizar eventuais explorações políticas que o noticiário brasileiro sobre a viagem também conter nos próximos dias, causando desfavoráveis repercussões aqui, sugeriria que, com urgência, o Itamaraty pudesse também dar notícia à imprensa brasileira, antecipando o sentido verdadeiro da visita, que é de pura cooperação com Angola, com o Governo de Transição como um todo.
> 5. Apresta-se a ir ao Brasil, para "preparar a viagem do Ministro" o jornalista brasileiro Câmara Cascudo, que aqui é empregado da FNLA de da Província de Angola (vide meu oficio nº3) e que certamente procura injetar sentido político, de apoio à FNLA, a presença do Doutor Abrigada no Brasil.
> 6. Esta tentativa que Câmara Cascudo fará, provavelmente com a Globo e Manchete, precisa por certo, ser contida, ou mesmo atalhada, pois poderia ter o risco de deturpar sentido da visita, de envolver o Brasil em política interna angolana, causando assim graves inconvenientes à nossa presença e atuação junto aos demais partidos, principalmente o MPLA.[222]

Vimos no texto que além da ligação direta com a FNLA, têm-se dentro do ministério membros interessados na autopromoção, bem como a tentativa de

[222] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Visita do Ministro da Saúde de Angola ao Brasil N º119. Em 26/05/1975

emigração para o Brasil, a exemplo do médico Doutor Eira Rebelo. Ovídio Melo, ao longo dos memorandos volta a falar sobre o Doutor Samuel Abrigada e sua persistência no governo de transição, mesmo com a derrocada da FNLA. Vejamos documento escrito em 24/07/1975,

> Como decorrência e inesperada derrocada que a FNLA sofreu em Luanda e outras cidades do país, após as fratricidas lutas de 10 a 18 correntes, seria licito esperar que o MPLA, vencedor, removesse imediatamente de seus postos os Ministros que representassem a FNLA no Governo de Transição. Dentre estes, o primeiro certamente seria o Doutor Samuel Abrigada, pastor protestante, homem de rígidas convicções partidárias e por isso mesmo muito controvertido, principalmente porque tendia a considerar sua pasta como um feudo do partido, fazendo com que todos os recursos destinados à saúde fossem aplicados na ajuda aos refugiados que retornassem do Zaire – retorno este que interessava, primordialmente para fins eleitorais, à FNLA.
> 2. Eis que o MPLA não fez nenhum *razzia* entre os Ministros da FNLA. Deixou a todos em seus postos, procurou manter intacto o Governo de Transição e, com isso, pretendeu juntar a vitória militar obtida em Luanda a uma outra vitória política, que seria a de dividir o movimento oposto, a de evitar o esfacelamento do país em zonas de influência de um outro partido.[223]

A priori, o MPLA pensou o quanto seria prejudicial o desmembramento do governo de transição e como Melo nos aponta a própria criação de guetos. No entanto a postura dos movimentos, a exemplo da FNLA, não foi bem essa, como podemos ver abaixo,

> 3. Alguns Ministros da FNLA simplesmente abandonaram o posto, não se sabe bem por medida temporária de segurança, ou em caráter definitivo, para se colocarem logo de lado certo, na guerra que seu partido tende a declarar, a partir do Zaire, Johnny Eduardo partiu para Kinshasa e lá se deixou ficar. Ngola Kabangu passou a despachar em casa e houve mesmo rumor no sentido de que se refugiara na fortaleza de São Pedro da Barra, onde ainda tiroteavam os remanescentes da tropa da FNLA em Luanda. Doutor Abrigada, no entanto, só fez uma concessão frente ao panorama político subitamente tão modificado: tirou o *dolman* zairense que o caracterizava como prócer da FNLA e lhe dava o aspecto pitoresco de poste em desfilada, dada a sua alta estatura. De camisa esporte, acolheu no prédio de seu Ministério dezenas

[223] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Persistência no Governo do Ministro da Saúde, Doutor Samuel Abrigada N º192. Em 24/07/1975.

> de famílias de refugiados. E continuou a despachar, a comparecer a reuniões do Conselho de Ministros, como se nada tivesse havido. Para justa medida, para que não pudessem confundir com qualquer oportunista que se ajeitasse à nova situação, resolveu continuar a guerra sozinho: emitiu um vibrante comunicado, concitando o povo a resistir ao poder Popular.

Embora ficasse explícita a retirada da FNLA do governo de transição, Abrigada, de forma quixotesca, encontra uma maneira de se manter no cargo de Ministro da Saúde. Claro que poderia ser uma estratégia, mas com base no momento que Angola viva, o que podemos inferir é que muitos atos foram tomados no calor do momento. O exemplo dos próprios comunicados que o ministro Abrigada deu, como Melo discorre,

> 4. Como não poderia deixar de acontecer, o comunicado do Ministério da Saúde, divulgado em momento tão improprio, provocou uma saraivada de comunicados outros, em respostas, da parte de todos setores médicos e estudantis de Luanda, nos quais o MPLA predomina. E se antes o Doutor Abrigada era um Ministro muito controvertido, passará agora a ser uma espécie de para-raios para iras literalmente fuzilantes do Poder Popular.
> 5. Não obstante, a despeito de todos os comunicados que procedimentos sui-generis do Doutor Abrigada vai provocando, não tem sido até agora considerada a possibilidade de sua saída do Ministério. Paradoxalmente, com esta prova de destemor que vai dando, talvez o Ministro da Saúde se fortifique perante o próprio inimigo. As bases do MPLA podem odiar o Doutor Abrigada. Mas se a direção do MPLA quiser mostrar moderação, se quiser continuar mantendo intacto o Governo de Transição, mais tolerância terá de demonstrar justamente para com os Ministros adversários que mais adversários sejam. Quanto à própria FNLA, só pode ficar grata a um Ministro que permanece em Luanda e que, quando todos os ânimos se abatem, pretende continuar a guerra contra o Poder Popular, sozinho.

A garantia de um serviço de saúde com qualidade é essencial para a construção de uma sociedade e, como vimos, para isso o governo de transição angolano esperava poder contar com o apoio do governo brasileiro. Para a garantia da educação, o governo angolano também busca estabelecer ligações com o Brasil. A este respeito, em 13/05/1975, Ovídio mostra,

> Fui hoje procurado pelos Senhores Joaquim Manuel dos Santos Silva, professor português, assessor do Ministro da Educação de Angola, que aqui veio acompanhado do Senhor José Vasco Benedito Gomes, Inspetor de Ensino no mesmo Ministério, e que

> vieram me transmitir o interesse que o Doutor Jeronimo Wanga, Ministro da Educação, tem cooperação com o Brasil, o “desejo que teria de ser convidado para visitar nosso país”.
> 2. Disse-lhe já haver estado em contato com o Ministro Jeronimo Wanga, quando da minha passagem por Angola, previamente à criação da Representação Especial, ocasião em que tratamos de vários aspectos da cooperação possível entre os dois países. Mencionei também que, ao instalar a Representação Especial, escrevi carta ao Ministério da Educação, enviando-lhe livro sobre o Projeto Rondon, lembrando-lhe a entrevista anterior, renovando o pedido que então lhe fizera, no sentido de que removesse os obstáculos ainda existentes para a entrada do livro didático brasileiro em Angola. E que, por tudo isso, alegrava-me agora o interesse que o Ministério demonstra pela cooperação com o Brasil, pelo que transmitiria a sugestão de visita a meu governo, com maior urgência possível e meu favorável parecer.[224]

A parceria no setor tão nevrálgico para construção de um país, a educação seria de interesse do governo brasileiro, pois essa parceria além de contribuir para surgimento de uma Angola independente também aproximaria o Brasil, fazendo que o país servisse de referencia. Ao apontar os entraves, a exemplo a restrição dos livros didáticos para entrar no país, ou como foi discutido em outra seção deste texto, os empecilhos para importação de livros brasileiros, Melo vai exposto a contrapartida que o governo angolano teria que estar disposto a fazer. Seguindo com outras questões pertinentes em relação ao contato do Ministério da Educação,

> 3. A respeito dessa pouca ortodoxa maneira de se fazer convidado muito haveria a dizer, por certo, mas basta salientar que é compreensível no ambiente atual de Angola e no sistema de trabalho do governo de transição.
> 4. Em meu ofício nº90, referência a visita próxima que fará ao Brasil o Ministério da Saúde, salientei o papel que desempenham, em cada Ministério desde Governo de Transição, os assessores portugueses de alto nível. Os Ministros, africanos militantes dos vários Movimentos de Libertação, chegaram do exterior, ou do interior, sem experiência alguma de governo, tiveram de aceitar desde logo a orientação e os conselhos dos tecnocratas portugueses que já estavam na administração. Estes, de começo, terão procurando ir acomodando os Ministros para uma situação neo-colonialismo que pretenderiam pudesse prevalecer depois da independência. Mas os acontecimentos em Portugal se precipitaram, tomaram rumos que contrariam a maioria desses

[224] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Sugestão de visita do Ministro da Educação ao Brasil. N º96. Em 13/05/1975

> tecnocratas portugueses de Angola. Lembram-se eles, então, e somente então, da alternativa brasileira. Já sem base em Portugal, sentindo-se cada vez mais inseguros em Angola, participantes precários de um Governo compósito que cada dia mais se mostra paralisado, surgem então, perante Sua Excelência o Ministro, com a formula alternativa milagrosa: a cooperação brasileira. Buscam então apresentar-se como agenciador necessários, intermediários imprescindíveis, orientadores naturais, para africanos e brasileiros. Nessa cooperação que pretendem como tabua de salvação. Nele se escudam. Com ela se protegerão, se valorização. E chegam a vir a Representações estrangeiras, solicitar em nome do Chefe, convites para visitas oficiais.[225]

No memorando, Melo discorreu a respeito da estratégia do governo angolano de aproximação do Ministério da Educação brasileiro, que na impossibilidade de ter uma relação mais estreita com o governo português, vê o governo brasileiro como a saída de Angola. Ao nomear os portugueses que fazem parte da comitiva de tecnocratas, temos novamente o fenômeno de tentativa de emigração para o Brasil. Registramos que, a situação dos brancos descendentes de portugueses e, os até então colonos em Angola, não foi fácil, inclusive pessoas que fundaram movimentos de libertação foram depois expulsos.

Sendo assim, parece natural a tentativa dos mesmos de emigração, mas na condição do representante Ovídio Melo não era fácil, pois tinha que olhar as possibilidades reais de parcerias com o governo angolano. Evitando “os oportunistas”.

A respeito dessa questão Melo discorre no mesmo memorando que

> 5. Cria-se, assim, uma espécie de provocação. Se o Brasil lhes dá o convite que pretendem, aboletam-se na comitiva ministerial, que vá ao Brasil, e, na visita, já levam propósitos dispares: verificar as possibilidades de emigrar para o Brasil, caso situação aqui se torne intolerável; apresentar-se perante o Ministério como homem que tem relação com o Brasil, que consegue tudo do Brasil; apresentar-se ao Brasil como intermediário indispensável, como especialista em África, caso o Brasil pretenda ter relações com Angola; E, se não lhe damos o convite pretendido, terão acesso imediato ao Ministro, para lhes sussurrar que “com o Brasil não se pode contar, que do Brasil nada há a esperar”.
> 6. Por tudo isso, pretendo verificar com o próprio Ministro Wanga as intenções que verdadeiramente tenha de buscar a cooperação

[225] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Sugestão de visita do Ministro da Educação ao Brasil. N º96. Em 13/05/1975

> do Brasil, de visitar o Brasil. Mas não posso voltar à sua presença de mãos vazias. Seria necessário que estivesse preparado para, ao vê-lo, já ter um pronunciamento do meu Governo sobre a oportunidade e a conveniência dessa visita, que como tudo neste país, teria de ser programada rapidamente, ainda que com caráter meramente exploratório.[226]

Aqui evidenciamos a complexidade do envolvimento do Brasil com Angola, pois quando Melo expõe que é para tomar cuidado com os membros da comitiva ministerial, principalmente de portugueses, deixa claro o jogo de poder ao permitir a vinda deles, mesmo sabendo que dentre as prioridades desses membros não era Angola, mas sim seus planos individuais, inclusive com a possibilidade de pedido de emigração para o Brasil. Há também da parte do representante brasileiro um posicionamento rápido do Estado brasileiro para não chegar sem nenhuma proposta ao conversar com o ministro da Educação.

Ovídio Melo retoma o assunto do Ministério de Educação quando, de forma concreta, o chefe do gabinete do Ministério lhe envia o documento informando que iria visitar o Brasil como podemos ver no documento de 25/07/1975,

> Acabo de receber documento pelo qual o Chefe de Gabinete do Ministro Jeronimo Wanga, titular que está para visitar o Brasil em data ainda a ser fixada, credência o Doutor Joaquim Manuel dos Santos Silva, conselheiro técnico daquele Ministério, para assentar o programa de viagem do Ministério ao Brasil.
> 2. Como Vossa Excelência se recordará, a visita em apreço já estava assentada para começo de agosto próximo, mas teve de ser transferida por força dos últimos acontecimentos políticos militares em Luanda. Basicamente, o que o Ministro Wanga agora pretende é que a viagem seja transferida para uma data entre 25 e 30 de agosto. E que o conselheiro Técnico referido possa ir com antecedência ao Brasil no mais breve prazo possível, a fim de entrar em contato com universidades, centros de pesquisas cientifica e pedagógica, empresas editoras, fabricantes de material didático, etc., numa espécie de missão exploratória que melhor preparasse a própria visita do Ministro.
> 3. Parece-me aproveitável a ideia do Ministro Wanga e sugeria que, posto em contato pelo Itamaraty com as autoridades de educação e outros entidades que pretenda procurar, o conselheiro Joaquim Manuel dos Santos Silva possa tratar, diretamente com o Itamaraty e com o Ministério da Educação, da programação da

[226] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Sugestão de visita do Ministro da Educação ao Brasil. N º96. Em 13/05/1975

> própria viagem do Ministro. Muito agraciaria, por conseguinte, seja a Varig instruída a conceder a passagem de primeira, no trajeto Luanda-Rio-Brasília-Rio-Luanda, para este conselheiro que seguirá com precursor e arauto da comitiva ministerial.[227]

Novamente o cenário de incerteza e insegurança é o norte do teor do memorando de Ovídio Melo sobre os representantes do governo de transição, tanto no caso discorrido do Ministério da Educação, como também o caso do Ministério da Saúde que sofria de problemas semelhantes. Primeiramente, porque as pessoas que ocupavam a pasta tinham poucos conhecimentos técnicos, o que obrigava a ter conselheiros portugueses ou descendentes de portugueses que estavam mais interessados em "salvar suas próprias peles". Como muitos deles não estavam alinhados com o governo que ocupou Portugal, viam no Brasil uma rota de fuga. Outro ponto era que ambos os ministérios pertenciam a movimentos que perdiam espaço na luta pela ocupação da presidência e liderança para independência de Angola, o Ministério da Saúde a FNLA, que como já vimos havia rompido com a MPLA e o Ministério da Educação ligado a UNITA, outro grupo que a MPLA não tinha muita simpatia.

Sobre o conselheiro Joaquim Manuel Santos Silva e os contatos com o Ministério da Educação, Melo ainda discorre,

> 4. A respeito do conselheiro Santos Silva devo adiantar a Vossa Excelência que, em moldes bem característicos da conturbada Angola atual, está ele totalmente inseguro quanto à possibilidade de permanência neste país após a independência. Como alternativa, considera a possibilidade de fixar-se no Brasil e para isto, a modo de seguro de vida, já me sondou até sobre a possibilidade de emigrar. É este, como tenho salientado, o dilema comum a todos os assessores portugueses dos Ministros angolanos atuais. Ao Ministro, para se fazerem imprescindíveis, apresentam-se como conhecedores do Brasil, traço de união indispensável entre Angola independente e o Brasil. Ao Brasil, apresentam-se como profundos conhecedores de Angola, conselheiros indispensáveis de Ministro pouco experientes. Como não podemos por ora ver-nos livres de tão incômodos intermediários, melhor será que aceitemos o Senhor Santos Silva como programador da viagem do Ministro Wanga, mas que quaisquer negociação [sic] de substância durante a própria visita seja tida com o Ministro mesmo, por mais inexperiente que seja,

[227] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Sugestão de visita do Ministro da Educação ao Brasil. N º 195 em 25/07/1975

> ou com outros angolanos autênticos que façam parte da comitiva[228].

A indagação, "*Visitas ministeriais ao Brasil a procura de uma nova Angola ou a Rota de Fuga?"* apresentada no subtítulo desta seção tem uma resposta aproximada nos memorandos os quais demonstram que alguns membros dos ministérios estavam mais preocupados em resolver seus problemas pessoais a contribuir com a Angola independente. Muitos viam nas visitas a outros países, a exemplo, do Brasil, a possibilidade de começar outra vida longe dos conflitos cada vez mais intensos em solo angolano.

2.5. "Os Misteriosos tiroteios de Luanda": o medo para criar caos

Os conflitos eram rotineiros entre os movimentos e o governo de transição, como o próprio representante brasileiro discorreu sobre tensões sofridas pelos consulados e até a revista que o cônsul holandês foi submetido pelas tropas da UNITA. Um memorando longo, datado em 01/04/1975[229], que Ovídio Melo intitulou "Os misteriosos tiroteios de Luanda" para a Secretaria de Estado, traz um panorama dos acontecimentos violentos por Luanda:

> Na noite do dia 28, em todos os bairros desta capital, a população foi despertada, a um só tempo, por intensos tiroteios. Nada parecia justificá-los. Os movimentos, saídos dos conflitos de março, estavam, senão conciliados, pelo menos apaziguados. Savimbi havia sido recebido com festa e se encontrava já há dois dias em Luanda. Sua presença aqui parecia ser bem tolerada pelos dois outros partidos. Ao buscar uma explicação para o tiroteio no meio da noite, a população sobressaltada lembrou-se logo dos choques de março e imaginou que o MPLA e o FNLA se tinham de novo defrontado. Outra hipótese seria aquela de que o tiroteio fosse contra Savimbi. Mas esta era logo afastada, quando se pensava que Savimbi vinha a Luanda como mediador, com uma proposta de paz os dois outros partidos, entre as duas raças em presença.
> 2. Na manhã imediata tínhamos entrevista marcada com o Doutor Agostinho Neto. Atravessando a cidade quase vazia, o

[228] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Sugestão de visita do Ministro da Educação ao Brasil. N º 195 em 25/07/1975

[229] Embora esteja datado como 1º. de Abril, a análise do documento nos leva a inferir que o mesmo foi escrito em 1º. de maio, pois muitas vezes, no corpo do texto, o diplomata se refere a fatos ocorridos em 30/04/1975 e na sequência, o documento posterior tem uma rasura, substituindo o mês de abril para o mês de maio

> Conselheiro Cyro Cardoso e eu fomos encontrar o Presidente do MPLA na maior placidez possível, em sua residência quase desprovida de segurança. Quando lhe indagamos o que havia, disse-nos ele que o tiroteio era obra dos brancos descontentes com a independência, que assim visavam alarmar a população, com finalidades mais ou menos espúrias: acirrar os movimentos uns contra os outros; anular os efeitos pacificadores e diminuir o sucesso da presença de Savimbi em Luanda; impedir as manifestações dos trabalhadores no 1º de Maio. [230]

No primeiro momento as explicações do então líder do MPLA Agostinho Neto não têm poder de convencimento, principalmente pelo histórico de disputa entre os três movimentos, bem como a representação portuguesa. Contudo, Ovídio Melo segue apontando outras questões sobre os tiroteios que assolaram Angola,

> 3. As afirmativas do Presidente do MPLA a principio nos pareceram esdrúxulas. Os tiroteios continuavam por toda parte. Circulavam pela cidade rumores os mais variados, no sentido de que um outro Movimento estava em choque com os demais. No decorrer do dia as notícias que nos foram chegando de várias fontes pareceram ir corroborando as afirmativas de Agostinho Neto. Os hospitais até as três da tarde de ontem permaneciam vazios e em plena normalidade. No principal pronto socorro local apenas da UNITA fora socorrido, com ferimentos leves de bala. Populares, empregados do Consulado, Choferes da vizinhança, reportavam haver vislumbrado gente branca, que furtivamente disparava armas de fogo para o ar, nas varandas de edifícios de luxo, destas imediações. Houve até mesmo quem assegurasse ter visto um provocador atirar sucessivamente em direção opostas da mesma rua, mirando de um lado uma sede do MPLA, para em seguida alvejar, do outro lado, um quartel da FNLA.[231]

As evidências dos fatos nos levam a inferir que se realmente foi *armação* de grupos de brancos inconformados com o processo de independência, a intenção era culpar os movimentos de emancipação (MPLA, UNITA E FNLA) e, mais que isso, agravar a disputa destes grupos numa perspectiva de dificultar a luta pela independência. Por outro lado, a ocorrência de tiroteios e de outros atos

[230] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Os misteriosos tiroteios de Luanda. N º68 01/04/1975 (como informação acima, inferimos que o documento tenha sido escrito em 01/05/1975).

[231] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Os misteriosos tiroteios de Luanda. N º68 1/4/1975 (como informação acima, inferimos que o documento tenha sido escrito em 01/05/1975).

violentos, fez com que a sensação de insegurança deixasse a sociedade angolana desestabilizada,

> 4. Os partidos mantiveram-se tensos, mas não entraram em peleja. A população dos "Muceques", temerosa de ser alvo dos tiroteios, imobilizou-se tanto quanto possível, diminuindo consideravelmente o comparecimento ao trabalho. A cidade esvaziou-se. Os disparos, porém, continuaram, inexplicavelmente, quase ininterruptos, noite e dia, nas últimas 48 horas. Houve tiroteios vários a cerca de duzentos metros do Consulado. E, num destes, nosso prédio foi atingido, em parede lateral, por uma rajada perdida de arma automática. Não houve vítima ou danos materiais, senão o reboco da parede.
> 5. No decorrer do dia de hoje (trinta de abril), e agora à noite, disparos de armas, morteiros e bazucas, foram frequentemente ouvidos do consulado. Essas armas, sim, ao explodirem seus projeteis, começaram indiscriminadamente a fazer vitimas. O fato é que, a partir da tarde de hoje, incessantes comunicados radiofônicos passaram a conclamar médicos, enfermeiros, estudantes de medicina, a que comparecessem aos hospitais do pronto socorro. E apelavam também aos doadores de sangue e fornecedores de gêneros alimentícios, para que socorressem urgentemente os hospitais.[232]

Sendo ou não realizados pelos movimentos, tiroteios que agora partiam de armamentos pesados, tais como bazuca, morteiros que mesmo sendo para causar instabilidade realmente acabou ferindo a população, como Ovídio Melo discorreu em seu memorando, porém ainda persistia a indagação sobre quem cometeu esses atos,

> 6. O agravamento da situação e o aparecimento de vítimas não esclareceu, contudo, o mistério da autoria dos disparos. O mesmo rádio que proclama apelos e médicos e padeiros divulga também comunicados outros, em que todos os Movimentos angolanos, cada um por si, ou em conjunto, negam firmemente a autoria dos tiros, culpam provocadores indefinidos, vagos "inimigos do povo", para depois reafirmarem a intenção de resistirem a qualquer provocação e não se deixarem envolver na luta. Se assim é, quem estaria, pois, a usar armas de fogo em Luanda, e principalmente armas pesadas, que começam a fazer vítimas e ocasionar danos? Envio, em anexo, texto aproximado da proclamação radiofônica pela qual os três Movimentos angolanos negam autoria dos tiroteios.

[232] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Os misteriosos tiroteios de Luanda. N º68 1/4/1975 (como informação acima, inferimos que o documento tenha sido escrito em 01/05/1975).

> 7. Curiosa é também, nessas confusas circunstâncias, a impassibilidade mantida pelo Alto Comissário e pelas tropas portuguesas. Ontem, Alto Comissário limitou-se a emitir um comunicado concitando a população à ordem. Hoje, pela primeira vez soldados portugueses moveram-se em tanques, passando pelos muceques para distribuir panfletos, solicitando à população que se recolhesse voluntariamente a partir das 16 horas. Somente à noite a rádio divulgou novos comunicados a Comissão Nacional de Defesa, na qual está presente o Alto Comissário, instituindo toque de recolher obrigatório a partir das 21 horas. Repete-se, assim, a situação de março. Se a população for retida em casa e as tropas portuguesas não tomarem medidas enérgicas para coibir o tiroteio, maior será o numero de vitimas dos morteiros e bazucas que se disparem contra os muceques. A serem confirmadas as suspeitas de que são brancos os provocadores, somente as tropas portuguesas deverão reprimi-los, sob pena de surgirem então choques que poderiam parecer ter motivação racial. Seria este, justamente, o proposito dos não identificados provocadores?[233]

Ao contrário do luso-tropicalismo, ideia propagada pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre em seu livro *O mundo que o português criou (*1940), em que demonstrava que a ocupação portuguesa em África traria benefício para a população local, civilizando e dando como exemplo o Brasil, que aquela altura (década de 1950) era apontado como "país do futuro". Na realidade a ocupação portuguesa, principalmente após a Conferência de Berlim foi exploratória não dando aos pertencentes a terra possibilidade de desenvolverem-se, pelo contrário, houve implementação de politica que os tratava- como cidadão de segunda classe, como já foi discorrido nesse trabalho[234].

No momento do processo de emancipação, a África do Sul, que vivia uma política de Apartheid, ficou receosa diante do novo Governo angolano, agora

[233] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Os misteriosos tiroteios de Luanda. N º68 1/4/1975 (como informação acima, inferimos que o documento tenha sido escrito em 01/05/1975).

[234] Embora já tenhamos feitos algumas considerações registramos algumas reflexões da Historiadora e Socióloga portuguesa Cláudia Castelo pertinente ao nosso trabalho: Em 1951, no quadro da revisão da Constituição Politica, o presidente do Conselho apresenta uma proposta de revogação do Acto colonial, que contempla a sua integração no texto constitucional, com mudanças de terminologia e outros "ajustes". Segundo o governo, a clara afirmação da unidade nacional, apesar da dispersão geográfica de Portugal por vários continentes é o principal objetivo a atingir. O termo "Império Colonial Português", com conotações negativas de alguns procuradores à Câmara Corporativa, nomeadamente de Armindo Monteiro, a proposta recebeu o apoio da maioria dos deputados da Assembleia Nacional e foi aprovada. Na nova formulação, Portugal aparece como uma "nação pluricontinental, composta por províncias europeias e ultramarinas, integradas harmoniosamente no todo nacional, uno e indivisível. Escudando-se no facto de nominalmente não possuir "colônias", o Estado Novo considera que não tem que prestar contas à comunidade internacional do que se passa no inteiro das suas fronteiras. A tónica da política ultramarina seja, dai em diante, a "assimilação". (CASTELO, 2007, p107-108)

governado por autóctones e negros, temendo a criação de uma gestão de ódio à minoria branca, pois tanto a UNITA como a FNLA verbalizavam esse sentimento. Sendo assim não seria de espantar uma tentativa de boicote realizada por brancos inconformados com a independência de Angola. Chama atenção a ação do Alto Comissário que mediante aos confrontos, poderia tomar ações mais enfáticas, Ovídio Melo continua em seu memorando,

> 8. Tomando como motivo a situação política instável, o Governo de Transição, com a assistência e o conselho do Alto Comissário, acaba de adiar as comemorações de 1º de Maio – o que convalida a suposição de Agostinho Neto, ontem feita.
> 9. Outro insistente rumor que nesses dois dias percorreu a cidade, foi aquele que dizia haver sido apreendido no porto um navio para o MPLA. De fato, comunicado radiofônico hoje divulgado, diz que um navio Iugoslavo que trazia armas foi embargado. E que, por determinação do Governo Transitório, no qual se inclui o MPLA, será escoltado pela marinha portuguesa até aguas internacionais. Teriam sido estas as primeiras armas que qualquer Movimento receberia através do porto de Luanda.
> 10. Como ninguém explica o profundo mistério da autoria dos tiroteios, todas as hipóteses ficam em aberto, umas tão válidas quanto as outras. Citemos, indiscriminadamente, apenas algumas que nos ocorrem:
> a) todos os portugueses que estão próximos do consulado procuram de início fazer-nos crer que se tratava apenas da continuação dos choques havidos em março entre o MPLA e o FNLA. Ao fim de 24 horas, somente depois de acumuladas evidencias contrárias a esta tese, começaram eles a admitir que nenhum dos movimentos era o iniciador dos tiroteios, mas que não sabiam quem poderá tê-los começado. Alguns personagens confessadamente da proscrita FUA têm vindo ao Consulado nos últimos dias, como que para sondar-nos. Estão preocupados com a possível deserção do eleitorado branco em direção a Savimbi. Teria sido a FUA o dedo no gatilho? Ou estaríamos a presenciar algo ainda da pior, os primórdios de uma campanha temerária, de aventura como a das OAS na Argélia? Seria o tiroteio uma consequência direta das eleições portuguesa, que a varrem as últimas esperanças dos brancos de Angola? Ou haveria algo muito mais complicado e tenebroso para explicar o mistério? Estando previsto para o mês de Abril o começo da retirada das tropas portuguesas, seria o tiroteio uma tentativa desesperada dos ultras angolanos para reter as tropas, para numa segundo etapa jogá-las os movimentos de independência, incitando-se, por exemplo, com as aparências de choques raciais? Estariam os tiroteios de agora ligados à crise do abastecimento, à paralização dos portos, as crises estudantis, tudo com finalidades de desmoralizar o Governo de Transição, de demonstrar que este Governo tripartite não consegue sequer manter a ordem alimentar o povo, pelo que Angola precisaria de uma autoridade forte, de um homem

> providencial, ainda que negro, desde que manipulado pelos ultras brancos? Seria finalmente essa conspiração maior urdida no Zaire com Holden Roberto, ou na África do Sul, talvez com Savimbi, que ainda recentemente declarou que o "apartheid" é problema dos sul-africanos? E como as tropas portuguesas ainda sediadas reagiriam? Haveriam de preferir o retorno a Portugal, canadas das guerras coloniais, ou a ter de integra-se no Portugal de agora, prefeririam uma aventura com os brancos de Angola, em torno de algum personalidade carismática portuguesa?
> 11. Em meio a todas essas especulações, só uma coisa evidencia: em todos os cálculos que até agora se faziam, os brancos de Angola eram considerados como vencidos de antemão por uma decisão aparentemente irrecorrível da mãe pátria portuguesa. Isso está longe de ser certo. A população branca é numerosa, a politica está intacta, o poder econômico, administração pública de comunicação e de transporte, o comercio exterior, a tecnologia, tudo lhe pertence. Tem assim poderosos meios de provocação, conta ou julga contar com o apoio, pelo menos parcial, das tropas que ainda não embarcaram, e pretende ter simpatia de países distantes ou ajuda eventuais vizinhos. Nessas condições, não se pode excluir a possibilidade de uma aventura, que leve os brancos angolanos a tentarem controlar a ex-colônia, como contrapeso à esquerdização de Portugal.[235]

Verificamos pelo memorando do representante brasileiro, como o início de maio foi tenso, em Luanda. A embarcação vinda da Iugoslávia, segundo Ovídio Melo, trazia o primeiro carregamento de armas e que era endereçada ao MPLA. Temos também a pressão de grupos de portugueses, ao perceber que o processo de independência era irrevogável. Não obstante, o Alto Comissário que tinha que lhe dar com situações bastante complexa, com os movimentos de pró-libertação de Angola e os portugueses e membros da FUA, que detinham em grande parte os meios de produção e não viam como saída o retorno a Portugal, que nesse momento passava por processo revolucionário de esquerda.

Por fim, Ovídio Melo encerra o memorando com um parecer que comprova suas indagações,

> 12. A meia noite, de abril para 1 de maio, o rádio divulgou da FNLA reconhecendo que os "incidentes havidos provocados por elementos interessados em desencadear a luta entre o FNLA e MPLA". Noticiou o rádio ainda que o "os presidentes Savimbi e

[235] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Os misteriosos tiroteios de

Luanda. N º68 1/4/1975 (como informação acima, inferimos que o documento tenha sido escrito em 01/05/1975).

> Agostinho Neto cordialmente se encontravam hoje", o que prova terem bom diálogo apesar dos tiroteios. Essas noticias, ouvidas quando já havia sido redigido este ofício, parecem vir confirmar as impressões, e alguns aspectos das hipóteses neles contidas.[...][236]

Os acontecimentos ocorridos no final de Abril e inicio de Maio de 1975 foram tensos. Na capital de Angola, o representante brasileiro em Luanda fez reflexões pertinentes sobre as ações serem decorrentes de brancos inconformados com a independência. Outro ponto interessante de seu memorando é a chegada do líder da UNITA Jonas Malheiros Savimbi. Em entrevista ao autor, o agora ministro Ovídio Melo[237], relatou que Savimbi foi educado na Suíça, onde fez Ciência Sociais, tendo o domínio do alemão e do francês idiomas falados naquele país. Ao voltar para Angola foi ao encontro do MPLA para dizer ao líder Agostinho Neto que almejava o cargo de Ministro das Relações Exteriores do partido por dominar outros idiomas, o que não foi aceito por Neto, segundo Ovídio Melo. Sendo assim foi conversar com o Holden Roberto, que acabou dando o posto que ele desejava. No entanto, por divergências, acabou formando com outros dissidentes, a UNITA que significa União para Libertação Total de Angola. Curiosamente, Ovídio relata que o nome do movimento foi dado por Savimbi, que reproduz o nome de um jornal italiano que o inspirou quando estava na Itália lendo num café o referido jornal, então viu que seria um bom nome para um movimento.

Sobre a chegada de Savimbi a Luanda, Ovídio Melo discorreu em 01/05/1973 que:

> Chegou sábado a Luanda o Presidente da UNITA, Jonas Malheiros Savimbi. A chegada foi comemorada, sem maiores perturbações da ordem, por considerável número de adeptos, que o receberam no aeroporto a compareceram à concentração realizada em estádio de futebol desta capital, que teria reunido cerca de 50 mil pessoas. Enviei-lhe mensagem de pêsames pelo falecimento de um filho seu, ocorrido na madrugada mesma do dia da sua chegada.

---

[236] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Os misteriosos tiroteios de Luanda. N º68 1/4/1975 (como informação acima, inferimos que o documento tenha sido escrito em 01/05/1975).

[237] Na carreira diplomática brasileira no Ministério das Relações Exteriores brasileiro, o ultimo cargo tem o titulo de ministro.

> 2. O Doutor Savimbi, envergando incomsumpto uniforme de campanha e frequentemente empunhando uma metralhadora, fez inúmeros pronunciamentos, discursos e concedeu entrevista à imprensa, sempre muito longas, que tiveram como tom principal exortação em favor da paz, e da união do povo angolano e evitando definições que comprometam sua linha politica de elemento presumivelmente mediador na luta entre a FNLA e MPLA. Nota-se ainda a preocupação do Doutor Savimbi de procurar obter o apoio e eventualmente os votos dos portugueses radicados em Angola, e que parecem ter comparecido, em grande número, as manifestações pela sua chegada.[238]

A respeito da chegada de Jonas Savimbi, Ovídio Melo chama atenção para questão da presença maciça de portugueses e seus descendentes que foram ao Estádio para prestigiá-lo. Alerta que Savimbi viria justamente para ser o mediador entre o MPLA de Agostinho Neto e a FNLA de Holden Roberto. Sendo assim é interessante a forte presença de brancos para recebê-lo, justamente no momento de grandes conflitos, em que as suspeitas caiam justamente sobre os brancos. Ovídio continua o memorando relatando o conteúdo do discurso de Savimbi,

> 3. Repetiu o Presidente da UNITA seu pronunciamento feito em Dar-es-Salam, no sentido de que deve ser realizada um "cimeira", ou reunião de cúpula entre os chefes dos três movimentos, a fim de que se possa chegar a acordos impossíveis de concretizar em nível inferior. Sobre o local da reunião, disse que ela deveria ter lugar em território angolano, pois seria um absurdo que os líderes dos movimentos tivessem que se reunir fora do seu país. Essa declaração contraria os interesses de Holen Roberto, que há anos não vem a Angola e ainda não fixou data para sua vinda.
> 4. Definiu o Doutor Savimbi a posição do seu partido dizendo ele "é socialista, mas o nosso socialismo não é ortodoxo. É um socialismo libertador". Disse ainda: "Se nosso combate de libertação fosse simplesmente para o colonialismo abandonar o país e nos constituímos nós mesmos em novo capitalismo, o nosso combate teria sido inútil, teria sido em vão. A nossa luta tem de visar a libertação do país e dos nossos meios de produção". Em outro pronunciamento o Doutor Savimbi diz que Angola necessita do capital estrangeiro e que, para que ele venha é preciso dar-lhe rentabilidade e assegurá-lo contra o risco, mas que, ao mesmo tempo, é preciso evitar os monopólios.
> 5. O chefe da UNITA condenou os ataques do Jornal "Província de Angola" aos Movimentos das Forças Armadas de Portugal, por

[238] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Chegada do Presidente Savimbi a Luanda. Nº69 em 01/05/1975

> constituir ingerência nos assuntos internos daquele país. O Presidente da UNITA tem procurado caracterizar com nitidez seu favorecimento a uma política externa baseada no respeito reciproco entre países soberanos. Com relação ao problema da Rodésia e da África do Sul, sempre condenando apartheid e defendendo um governo representativo da maioria, advoga o diálogo com aqueles governos e o respeito pelo direito das minorias. [...] [239]

Vemos que quando as ex-colônias iniciaram o processo de independência, aconteceu a Conferência de Bandung em 1955. Nesta conferência as nações africanas e asiáticas colocaram-se como não alinhadas a correntes ideológicas, portanto, não seguiriam Socialismo (URSS), nem o Capitalismo (EUA). Porém, o período que Savimbi faz seu discurso, em 1975, o mundo estava dividido nessas duas correntes ideológicas, porém, Jonas Savimbi tentava fazer um jogo que procurava agradar a todos, brancos, socialistas e capitalistas. A UNITA teve ao longo da Guerra, como já é sabido, o apoio de três grupos EUA, China, África do Sul e de alguns portugueses inconformados com a emancipação angolana, o que podemos reparar pela ida significativa de branco para prestigia-lo no seu “comício” em Luanda.

A Representação Especial Brasileira estava atenta aos acontecimentos do processo de independência de Angola, como é recorrente nos memorandos a informação de que os protagonistas dos movimentos por independência costumavam procurar a Representação Brasileira afim de algum apoio, não somente dos três mencionados (UNITA, FNLA E MPLA), mas também de outras agremiações, pois de acordo com o documento escrito em 29/04/1975,

> Procuram-me hoje, sob pretexto de obter material publicitário do Brasil para um programa de rádio que a firma Brastur tem em Angola, os Senhores Vasco Ribas Soares, Comerciante, e o Doutor Álvaro Joaquim Braga, dentista, sócios na Brastur, ambos partidários da agremiação política FUA, cuja representatividades não foi reconhecida por Portugal quando prometeu a independência de Angola. O Doutor Braga declarou-me ocupar cargo na direção daquele movimento. O Senhor Vasco Ribas Soares é casado com a Brasileira, vive cerca de 30 anos no Brasil.

[239] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Chegada do Presidente Savimbi a Luanda. Nº69 em 01/05/1975.

> 2. O que ambos muito jeitosa e veladamente desejavam era sondar o interesse que meu Governo ou eu pudéssemos ter pela organização a que pertencem.
> 3. Expuseram-me o seguinte:
> - que a FUA logo de começo, tinha grande seguimento em Luanda, entre os pretos. Nisto, constituía competição principalmente para UNITA.
> - que o não reconhecimento da FUA por Portugal deixou os brancos de Angola sem participação possível em política. Por isso, estão ainda desarvorados, sem saber para que lado voltar-se. Ontem, por exemplo, quando Savimbi desembarcou em Luanda, os brancos lá foram ao aeroporto, em massa. Mas Savimbi não lhes dá postos de direção e responsabilidade, na UNITA ou no Governo, a que eles seriam normais candidatos, por competência maior.
> - Savimbi queria recolher os votos dos brancos em Angola, mas sem nada lhes prometer em troca.
> - Agostinho Neto, do MPLA, também buscaria incorporar a seu movimento os remanescentes da FUA. Mas também nada lhes concede.
> -Falta à FUA ainda conversar com o FNLA. Mas Holden tem e demonstra aversão irrecorrível pelo Engenheiro Fernando Falcão, Presidente da FUA. Talvez porque este Senhor tenha pertencido ao MPLA.
> Parece à FUA que eventualmente terá de alinhar-se com Holden, dadas as maiores afinidades existente, mesmo que deva alijar o Engenheiro Falcão a presidência.
> 4. Inexplicavelmente, ao fim dessa exposição que me foi feita maciamente, em hora e meia de conversa descoordenada, o Doutro Braga Moreira solicitou-me "conselho", sobre a maneira possível para aproximar a FUA da FNLA.
> 5. Respondi-lhe simplesmente não saber, nem me ser possível dar qualquer "conselho" sobre o particular – pelo simples fato de que sou estrangeiro, diplomata, representante de um país que pretende manter equidistância entre os movimentos reconhecidos.
> 6. Fiquei com a impressão de que os dois haviam vindo a min na suposição de que houvesse algum entendimento especial e secreto entre Brasil e FNLA. Talvez hajam chegado a esta crença, pelos artigos recentes que a Manchete publicou a respeito de política angolana e pelos editoriais do Jornal Província de Angola, mencionando o Brasil, artigos editoriais que várias vezes foram lembrados.
> 7. Sobre o material publicado do Brasil que me foi solicitado para o programa radiofônico da Brastur, envio ofício à parte de número 70.[240]

A respeito da Frente de Unidade Angolana - FUA que, como próprio memorando demonstra, era uma representação da comunidade branca de Angola.

[240]Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Conversa com elementos da proscrita a FUA. Nº72 em 29/04/1975

E além de não ser reconhecida pelo governo de transição, inferimos certa desorganização, a qual observamos em livros de memórias recentes lançados em Portugal temos alguns agentes históricos que participam da fundação do MPLA, a exemplo de Adolfo Maria que depois acabam sendo expulso e caçados, em suas memórias[241] um dos fatores para perseguição seria a cor da pele. Nito Alvez[242] foi um dos que verbalizavam a questão da pele, mas que depois foi caçado pelo MPLA.

Registramos, que entre os três movimentos maiores (UNITA, MPLA e FNLA), o único que se caracterizava por uma multiplicidade de etnias era o MPLA. Os grupos FUA, a FNLA. Como podemos observar neste texto, a presença da representação brasileira é bem constante e trata de assuntos diversos, dando, desta forma, um pequeno panorama da relação Brasil e Angola. Vejamos a visão do diplomata brasileiro a respeito dos grupos políticos, em memorando escrito no dia 02/05/1975,

> Fui procurado hoje, em momento de confusão (acabamos de estar na linha de foto de um combate de rua ocorrido na própria quadra do Consulado-vide meu telegrama nº 60), por um brasileiro de quarenta anos presumíveis, Senhor Edmundo Macedo Soares, sobrinho do General do mesmo nome.
> 2. O Senhor Macedo Soares, que me telefonara e que me quis ver imediatamente - a despeito de que eu lhe avisei haver perigo nas imediações – declarou-me estar chegado de Kinshasa, apenas de passagem em Luanda nesta fase tão conturbada, devendo embarcar amanhã mesmo para o Rio, pelo que tinha pressa.
> 3. Ao que disse, está aqui por motivos de política e negócios, na medida em que os vultosos interesses que declara obrigam-no a pensar em política. Informou-me possuir firma de consultoria econômica junto com seu pai, Hélio Macedo Soares; que a firma tem jazidas minerais no norte de Angola, para o lado de fronteira do Zaire, em associação com empresas anglo-sul africanas e norte-americanas, tais como “De Beers” e “Harry Oppenhimmer”; que essas jazidas de diamantes e cobre, interessando este especialmente ao Brasil. Pelos interesses que tem Angola, pelas associações de sua firma, pelo cobre que pretenderia explorar e exportar de Angola, ou do Congo, para o Brasil, esteve em Kinshasa a sondar as disposições do FNLA com relação aos

[241] Ver: Angola no percurso de um nacionalista: Conversas com Adolfo Maria (2011)

[242] Bernardo Alves Baptista (Nito Alves), com os nomes de guerra Agir, Chou em Lai, ou simplesmente Nito Alves, nasceu em 23 de junho de 1945 na aldeia de Piri, do conselho dos Dembos, numa modesta família . Assume logo altos cargos no comando da MPLA. Combate com a Revolta Activa ficando com o odioso da repressão. Em 1977 e preso e logo é condenado por traição. Ver (MATEUS, 2009)

> capitais estrangeiros neste país. Não pude ver Holden Roberto , a quem já conhecia, pois este se encontra ausente, em viagem ao convite. Mas que esteve em estreito contato com Chipenda, havendo até sido a visitar alguns quarteis na mata, que não aceitou. Segundo afirmou, as tropas de Chipenda já seriam cinco mil homens. Teriam sido treinadas inicialmente por portugueses mercenários e dispõem até hoje, não de armas soviéticas ou chinesas, mas de armas portuguesas. Mas que agora Chipenda dispensou os portugueses e tem cinquenta chineses como instrutores de seus guerrilheiros.[243]

O brasileiro Edmundo Macedo Soares, evidencia o interesse do capital internacional em Angola e como esses capitais estrangeiros, nas palavras de Macedo tem "que pensar em política". Sua empresa, que tinha capitais com empresa estadunidense e sul-africana no norte da Angola, e para seu pleno funcionamento teve que negociar com os movimentos o que inferimos financiando-os. Inclusive contatos com Chipenda, que altura havia rompido com o MPLA na disputa com Agostinho Neto, como já demonstrado em outras linhas. Ovídio Melo relata ainda,

> 4. Nas condições em que estávamos a conversa não podia ser metódica, teria de ser precipitada, inclusive porque o Senhor Macedo Soares deveria regressar ao hotel antes do toque de recolher, imposto a partir de nove horas. Mesmo assim, pude ainda dele escutar o seguinte: Holden Roberto, de outra feita, pediu-lhe vinte milhões de dólares para garantir os interesses de sua firma em Angola; Agostinho Neto, a quem também diz conhecer de Paris ou de Londres, pediu 50 milhões de dólares com a mesma finalidade: a ambos recusou tão vultoso pagamento, pois não deposita maior confiança em qualquer dos dois. Quando Chipenda, em Kinshasa, despediu-o, recomendou-lhe procurasse aqui o Senhor Câmara Cascudo, Jornalista, dono de uma agência de publicidade, que trabalha para o FNLA da propaganda política e eleitoral daquele partido. E que Chipenda explicitamente lhe recomendou dizer a Câmara Cascudo que tomasse muito cuidado: pois o MPLA já estava informado sobre Câmara Cascudo e suas atividades em Luanda, pelo que o referido brasileiro pessoalmente corria riscos".[244]

---

[243] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF: Índice: Visita de brasileiro. Edmundo Macedo Soares. N º73. Em 02/05/1975.

[244] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF: Índice: Visita de brasileiro. Edmundo Macedo Soares. N º73. Em 02/05/1975

O empresário Macedo traz informações interessantes sobre os bastidores dos movimentos (MPLA e FNLA) os quais o procuraram para que desse uma vultosa quantia para que seus negócios fossem assegurados em Angola. Este relato mostra a relação estreita que os movimentos tinham com o capital estrangeiro, como já mencionado, e a necessidade desse dinheiro para o financiamento dos movimentos. Novamente temos a presença do Jornalista Fernando Câmara Cascudo, que está sendo observado, segundo memorando de Ovídio Melo, pela MPLA, pois seus préstimos à FNLA não são bem vistos. Melo discorre sobre Fernando Câmara Cascudo,

> 5. Havendo o Senhor Macedo Soares perguntado a mim se conhecia o jornalista Câmara Cascudo e sabia que faz aquele brasileiro aqui, transmiti-lhe a informação que também já enviei ao Ministério, no sentido de que o próprio Câmara Cascudo me procurara, logo que aqui cheguei, para comunicar-me estar trabalhando em caráter técnico publicitário e mediante remuneração para o FNLA, principalmente no jornal "Província de Angola". Disse-me mais, que na mesma ocasião, eu lhe recomendara caracterizar bem as suas funções como técnicos para que suas atividades não pudessem ser mal interpretadas, nem servissem a explorações políticas que pudessem destoar da posição governamental brasileira de perfeita equidistância entre os partidos angolanos. A pedido do Senhor Macedo Soares terminei por indicar-lhe que Câmara Cascudo estava na cidade e residia no mesmo Hotel Trópico onde ele Macedo Soares também se hospeda. Tive um vago pressentimento de que Macedo Soares bem sabia do endereço da Câmara Cascudo.
> Além disso tudo, o Senhor Macedo Soares procurou sonda-me sobre o presente e o futuro da política de Angola sobre as formas militares e eleitorais dos três movimentos, sobre o futuro de investimentos estrangeiros aqui, após a independência. Respondi de forma muito vaga e geral, não só porque fazer prognósticos seria descabido numa situação fluida e incerta, como também porque não julguei que o Senhor Macedo Soares, nas rápidas e confusas condições em que se me apresentou, pudesse ser confidente das interpretações que tenho da presente situação angolana e suas perspectivas.[245]

O memorando de Ovídio Melo a respeito do empresário brasileiro Edmundo Macedo Soares expõe bem os interesses empresariais que, independente da corrente ideológica, o que mais importa para as empresas é o lucro que pode

[245] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF: Índice: Visita de brasileiro. Edmundo Macedo Soares. N º73. Em 02/05/1975

decorrer de uma conjuntura de guerra, os riscos que estão submetidos, o grau de investimento e de retorno. Os movimentos, pelo visto, não estavam indiferentes as ações dos grupos envolvidos, como mencionado no memorando. Cumpre observar o papel de Fernando Câmara Cascudo, que inclusive, por recomendação do Ovídio Melo, deveria expor bem qual era sua função e ação em solo angolano.

No entanto, como vimos em linhas anteriores, Fernando Câmara Cascudo estava envolvido profundamente com a FNLA, o jurista angolano Onofre dos Santos, em seu livro (já mencionado nesse capítulo) de memória constantemente cita Câmara Cascudo, como homem importante da FNLA, inclusive participando de todas reuniões importantes do movimento, assim como dando conselho ao Holden Roberto.

Todavia como Ovídio Melo havia relatado no inicio do memorando que a Representação Brasileira foi envolvida no meio dos conflitos, ou melhor, as ações violentas passavam próximas dela como podemos ver em outro documento também escrito em 02/05/1975. A seguir,

> Como confirmação prática de todas as afirmações e suposições que ontem fiz em meu ofício confidencial número 68, sobre as causas, os autores, as possíveis finalidades dos tiroteios que têm sacudido Luanda há três dias e três noites consecutivas, meus colaboradores e eu tivemos hoje desagradável experiência de presenciar um combate, travado ao redor do Consulado. Nosso prédio ficava bem no centro dos acontecimentos. Dos três andares e do terraço, em vários ângulos, voltados para diferentes esquinas, tínhamos visita cautelosa, mas desimpedida. Tudo começou às quatro e quinze da tarde, quando o bairro repousa após o almoço do feriado. Disparos cerrados, muito próximos, irromperam, a um só tempo, provindo de diferentes edifícios e casas esparsas, nas vizinhas imediatas deste prédio. Quinze minutos depois, chegou um patrulha conjunta, com cinco soldados dos vários Movimentos, acompanhada de um soldado branco, português. A viatura em que vinham parou numa esquina, a cem metros de distancia. Em disposição de combate a patrulha avançou cautelosamente nesta direção, atirando constantemente com armas automáticas, cuidando de proteger-se dos tiros que provinham dos edifícios ao redor. Avançou até um terreno baldio, imediatamente atrás do consulado, onde, lançando impropérios, contra “reacionários”, fascistas, continuou atirando, inclusive com metralhadoras, em direção a vários prédios de onde haviam participado os disparos iniciais.
> 2. Com o avanço da patrulha os disparos partidos dos edifícios e casas foram escasseando. Quando a patrulha se localizou no terreno, o fogo da vizinhança cessou.

> 3. Numa casa vizinha, que bem se descortina do alto o do consulado, dois brancos com aspectos prósperos, mas ar furtivo, um deles louro, se refugiaram precipitadamente, para sair minutos depois com roupas de outra cor e ar vitorioso, tão pronto a partilha se retirou.
> 4. O cônsul italiano, na casa ao lado, não tinha bandeira içada. Precipitou-se a iça-la, quando o perigo já havia passado.
> 5. De parte a parte, e aqui no Consulado, não houve vitimas nem danos.[246]

A tensão foi constante, Ovídio Melo, em entrevista que nos concedeu em 2009, na época em que escrevíamos a dissertação de mestrado, comentou que num desses tiroteios em frente ao consulado havia uma mulher morta sem cabeça. Os impactos psicológicos, como o psiquiatra Frantz Fanon, discorreu em sua obra *Os Condenados da Terra* (2005) são imensos. Lembramos, inclusive, que quando o embaixador comentou esse fato seus olhos encheram de lágrimas. Se para um observador, como era Ovídio Melo são impactantes, o que dirá aos protagonistas dessa história que estavam no campo de batalha.

No próximo capítulo vamos discorrer a respeito do êxodo de portugueses, por conta do processo de descolonização, os problemas enfrentados pelo representante brasileiro, Ovídio Melo, com o consulado brasileiro e o lobby dos representantes dos movimentos que queriam exilar no Brasil.

[246] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF: Combate travado nas imediações do Consulado. N º74. Em 02/05/1975.

Capitulo III – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA E O CONSULADO BRASILEIRO CRISE IDENTITÁRIAS E O ÊXODO EMINENTE DE BRANCOS.

3.1 Êxodo eminente de brancos

Com todos os acontecimentos que estavam ocorrendo em Angola, o aumento da violência fazia com que os brancos, tanto portugueses como os nativos, ou até mesmo negros angolanos que queriam sair do estado de Guerra, vissem em Portugal e no Brasil possibilidades de refugio por conta das semelhanças culturais e, principalmente, linguísticas. A Representação brasileira e o Consulado brasileiro receberam inúmeras pessoas solicitando visto para o Brasil, como Ovídio Melo demonstra no memorando de 08/05/1975,

> Em meu ofício numero 66, expedido em 30 de abril passado, enviei à Secretaria de Estado, gráfico e quadros demonstrativos do aumento havido no número de concessões de vistos em Luanda em 1973 e 1974 e nos quatros meses do corrente ano. Nos gráficos referidos, a curva ascende a partir de 25 de abril de 1974, mas a subida visivelmente se acelera, vai-se vertiginosa, à medida que a independência de Angola se aproxima.
> 2. Mais importante ainda seria estabelecer a correlação direta entre a cronologia dos acontecimentos políticos e as flutuações da curva, os conflitos de 1º de maio, que causaram, segundo é consenso, quase três mil mortos em Luanda, tiveram efeitos imediatos nas estatísticas de vistos para o Brasil. Nos dias desta semana o Consulado passou a receber em média uma centena de candidatos a emigração, gente nervosa, agitada, talvez alguns com muita razão para estarem assim. As instalações do Consulado, as saletas de espera, ficaram superlotadas, subitamente se revelaram por demais exíguas. A garagem da entrada e o próprio jardim em frente terminaram transformados em locais de atendimento ao público. E o consulado só tem três funcionários para todo o serviço, inclusive vistos.[247]

A violência daqueles dias vinha crescendo e isso levou a um aumento dos pedidos de visto para o Brasil, o que notoriamente pelo memorando deixa o representante brasileiro preocupado, não só pela quantidade de vistos solicitados, mas pela falta de estrutura da Representação, como já comentado

[247] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Critério político para o serviço consular em Luanda. Nº84 em 08/05/1975.

exaustivamente ao longo desse trabalho, com apenas três funcionários para fazer todo o trabalho diplomático, além de emitir o visto. O memorando vai além e discorre sobre outros problemas enfrentados,

> 3. Os riscos de segurança que essa situação provoca são óbvios. Os outros não têm esta romaria à porta. Os ânimos políticos visivelmente se esquentam pela Capital. Os rumores terríveis, que fazem tanta gente pensar subitamente em emigrar, não são totalmente infundados. Não se exclua a hipótese de que esta massa de candidatos a visto, acumulada à porta do Consulado, possa tornar-se numa espécie de para-raios para iras locais acumuladas. Ou para alvo de ações terroristas.
> 4. Riscos políticos, e bem graves, também existem. Começa agora o Brasil a tentar um novo tipo de relações com Angola, mesmo ante da independência desta, pelo que abriu aqui, antecipadamente, uma Representação Especial. Mas as instalações do Consulado e da Representação Especial são as mesmas. Por mais que se pretenda delimitar e separar um setor diplomático de um setor consular, o público sempre os confundirá. A concessão de visto, legalização de lista de bagagens, assuntos meramente consulares, podem assim tornar-se a qualquer momento assunto político, pontos de atrito de fricção com o Governo local, com repercussões evidentemente sérias, que poderiam vir a invalidar os melhores esforços que façamos para o bem lançar as relações diplomáticas do Brasil e Angola [248].

O receio do represente brasileiro com a situação que se encontrava têm suas razões concretas, em um momento de violência que a capital de Angola, Luanda sofria, um aglomerado de pessoas em qualquer lugar era uma boa ocasião para atos de violência. Outro elemento que poderia suscitar violência dos revoltosos seria o próprio desejo de emigração do país, pois, em um contexto de luta por libertação. O nacionalismo, mesmo tão difuso, como em Angola, poderia ditar algum tipo de retaliação contra o consulado, pois aqueles que estavam ali a pedir visto, poderiam ser considerados como inimigos ou desertores. Vemos que a maioria das pessoas que procurava o consulado era formada por brancos portugueses ou de descendência portuguesa, como nos aponta Ovídio Melo,

> 5. Os candidatos à emigração são portadores de passaporte português. As leis brasileiras e os acordos internacionais vigentes

[248] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Critério político para o serviço consular em Luanda. Nº84. Em 08/05/1975.

> estabeleceram facilidades enormes para que os portugueses viessem para o Brasil. A grande maioria, pois dos pretendentes a visto, poderia simplesmente tomar o primeiro avião da Varig e, sem visto algum, pôr-se a salvo. Demoram-se, querem visto, apenas pela bagagem.
> 6. Examinemos, então, em que consiste a legalização da lista de bagagem do emigrante. É uma conferência da própria bagagem com a lista que o emigrante leva ao Consulado? Não. Essa conferência só é feita, obviamente, na alfandega do destino. É um documento pelo qual o Consulado proíba ou autorize a remessa, de um ou outro item figurante na lista que o emigrante apresente? Também não. É um simples reconhecimento de firma, pelo qual o Consulado convalida a firma de notório local, que, por sua vez, haja endossado a assinatura do emigrante, de todas as declarações que este faça. Trata-se assim de uma providencia meramente cartorial, destinada quando muito a alertar o emigrante para certas restrições que pesam quanto à remessa de bagagem (automóvel, por exemplo, que requer permissão especial) ou destinada a trazer alguma renda consular. A legalização da lista de bagagem, é pois, providencial expletiva, puramente burocrática, perfeitamente dispensável tendo em vista considerações maiores, de ordem política. Tão dispensável de legalização prévia como a declaração para a bagagem de mão, que se preenche no avião, para entregar Alfândega.
> 7. Em vez de legalizar listas de bagagens, o consulado poderia simplesmente divulgar, a titulo de informação geral, até em jornais, as poucas restrições que a lei brasileira impõe à entrada de certos itens de bagagem, como automóveis, eletrodomésticos. Isto seria até politicamente conveniente: teria um tom restritivo, pareceria que as autoridades locais que o Brasil não estava encorajando um êxodo de Angola. Ou se êxodo houvesse, que o Brasil não estava interessado em receber máquinas, fábricas inteiras, automóveis que daqui pudesse o emigrante pretender levar. O edital seria mais ou menos assim: “Aos regulamentos que disciplinam a entrada de bagagem de emigrante no Brasil só permitem a entrada de bagagem que contenham apenas objetos usados, de utilização pessoal ou caseira, móveis, utensílios domésticos usados, mas excluem automóvel, instrumentos de trabalho, maquinais, etc...”[249].

Como hoje já é sabido, houve a fuga não só de força de trabalho especializado em Angola, mas a espoliação de todos os objetos possíveis de serem levados. Cumpre observar que na região do oceano Atlântico próximo a Angola ou em trajeto para Portugal é possível encontrar automóveis, pianos entre outros objetos que foram jogados ao mar por conta do excesso de peso das embarcações. Percebemos o apelo do representante brasileiro para que não

[249] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Critério político para o serviço consular em Luanda. Nº80. Em 08/05/1975.

ocorresse na vinda de emigrante para o Brasil, com a preocupação de estabelecer bons contatos com o governo que assumisse o Estado Angolano, Ovídio Melo segue com outras recomendações,

> 8. Nem visto, nem lista de bagagem, seriam, pois concedidos ou legalizados em Luanda, pelo menos por uns anos, até depois da independência. O processo burocrático desses requisitos seria feito à chegada. Para a legalização da lista de bagagem, o interessado, antes que a bagagem lhe chegasse por via marítima, procuraria um notário público, ou o escritório do Itamaraty no Rio. As exigências legais seriam todas cumpridas. Os riscos políticos seriam, no entanto, evitados.
> 9. Pois os riscos políticos e de segurança só tendem a crescer daqui por diante. Não só poderemos ter incidentes, atentados do consulado. Poderemos também, a qualquer momento, o Governo local irritado com visto que tenhamos dado algum emigrante, que aqui seja considerado criminoso, terrorista, genocida; ou poderemos ter o Governo local agastado com a bagagem que o emigrante possa estar tentando tirar o país, tal como já aconteceu em Moçambique, onde a bagagem de emigrantes passou a ser considerada contrabando. Sem o visto, sem a legalização consular, tudo podendo ser processado à chegada no Brasil – teremos evitado este problema.
> 10. Finalmente, como última, mas não menos importante razão para que seja adotado este procedimento *sui generis* para Luanda, permito-me relembrar que o consulado é pequeníssimo, apenas três auxiliares locais, e que a Representação Especial, recém criada, em fase de instalação, também pequeníssima, com funcionários provisórios locais portugueses. O critério para a concessão de vistos, para legalização de bagagem, para portugueses que vão para o Brasil, é também de funcionários portugueses que podem estar comprometidos com diferentes linhas políticas. Seria, bem melhor, que este critério fosse definido no Rio, quando o emigrante-refugiado ai chegasse. [250]

Não obstante, Ovídio Melo procura uma "saída" diplomática para saídas dos brancos portugueses e seus descentes de Angola, visando possibilitar que mesmo em meio daquele contexto, essas pessoas pudessem sair com seus bens, mas de uma forma que as lideranças angolanas não ficassem receosas com o Estado brasileiro. Uma situação muito complicada, pois os bens foram adquiridos com o trabalho e as riquezas do país e, principalmente, em muitos casos com a exploração da força de trabalho dos angolanos pobres e que até pouco tempo

[250] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Critério político para o serviço consular em Luanda. Nº84. Em 08/05/1975.

eram considerados “cidadãos de segunda classe”, que após a independência começariam praticamente a reconstruir Angola do zero.

Nesses momentos conturbados, em que no Consulado brasileiro e na Representação Brasileira, como aponta Ovídio Melo, a população não difere o que é um consulado ou uma representação diplomática, o desespero para deixar Angola aumenta a ponto de acontecerem manifestações de candidatos a vistos de entrada perante o Consulado, como ele registra no seguinte memorando enviado em 11/05/1975,

> Em meu ofício nº84 sugeri a Vossa Excelência fossem adotados, com maior urgência possível, critérios novos, de ordem política e humanitária, para simplificar desde logo a ida de emigrantes-refugiados de Angola para o Brasil. Parecia-me isso imprescindível para evitar ou minimizar atritos ou desentendimentos com o Governo de Transição, com alguns dos Movimentos que compõe este Governo, para maximizar o proveito das atitudes políticas que possamos tomar de ajuda a Angola. Acrescendo agora: tais critérios novos para emigração de angolanos servirão também para evitar ou minimizar atritos com as próprias autoridades portuguesas em Angola, para distender o clima político neste país.
> 2. Acabo de ter hoje, sábado à tarde, à frente do consulado, uma manifestação ordeira, de cerca de sessenta pessoas, todos brancos, na maioria portugueses humildes, que aqui chegaram em vários veículos e alguns caminhões, ostentando faixas com dizeres “fartos de serem massacrados e saqueados, violados etc...” e que me pediram audiência. O grupo, para maior efeito, trazia crianças, algumas de colo, com vestes sujas de sangue [251].

Nesse memorando Ovídio Melo expõe, o que já se previa, ou seja, o acontecimento de manifestações em frente ao Consulado. O representante brasileiro traz uma importante problematização, pois se por um lado acontecia a emigração de brancos com posses, por outro há também brancos pobres que buscavam a saída do país. Estes foram para Angola com a promessa de riquezas que, todavia, não obtiveram. Desta forma a questão torna-se mais complexa, pois além de não encontrarem as riquezas prometidas, havia algumas gerações vivendo em Angola, que já não se consideravam portugueses, que, aliás, nunca tinham ido a Portugal, e que agora não viam outra opção a não ser se retirar,

[251] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Manifestações de candidatos a visto perante o Consulado. Nº 85. Em 11/05/1975.

porque não dizer, de sua “terra”. Neste sentido, para muitos, o Brasil parecia uma escolha mais viável que Portugal, que naquele momento também estava passando por um processo “Revolucionário”, embora o Brasil estivesse sobre um regime militar.

Ovídio Melo segue o memorando discorrendo a questão dos emigrantes,

> 3. Mandei entrar apenas dois dos cabeças da manifestação, pelo que conversei com o Senhor Fernando Couto, que trabalha na Companhia de Seguros “A Nacional de Angola” e com o Senhor Antonio Lopes Marcelo, mestre de obras na construção civil. Vieram os dois dizer-me o seguinte tentando conversar com o Alto Comissário hoje, mas que não foram sequer recebido; que estão cansando de serem ameaçados localmente: que sentem traídos e abandonados pelas autoridades portuguesas; pelo que pedem o Governo brasileiro, como país irmão, que primeiro junto às autoridades portuguesas para que estas dispensem aos portugueses de Angola maior proteção; e segundo que acolha no Brasil, assegurando-lhes emprego, permitindo-lhe levar o que aqui puderam amealhar em longos anos de duro trabalho.
> 4. Expliquei aos manifestantes que a primeira parte da petição era do todo despropositado, porque certamente não competia ao Brasil, como país estrangeiro, embora fraterno, imiscuir-se nos assuntos internos de Portugal, nem nos de Angola, nem nos problemas de Portugal com Angola, quanto à acolhida de portugueses no Brasil, sempre foi ampla e amiga, para todos os portugueses, sem quaisquer motivações políticas. Quanto a emprego no Brasil, certamente não faltavam, mas não eram “assegurados” pelo Governo, nem aos nacionais brasileiros, pelo que não poderiam ser garantidos a estrangeiros, de qualquer origem. No tocante à bagagem, disse-lhes também que as normas brasileiras para entrada de bagagem eram bastante generosas para permitir que imigrantes levassem seus pertences, seus instrumentos de trabalho, mas que em todos os países do mundo havia regras para a exportação de bagagem de emigrantes e estas regras eram legislação estrangeira, na qual o Brasil obviamente não poderia influir. Terminei por dizer-lhes que acolhimento que o Brasil lhes pode dar a qualquer tempo será tão mais eficaz quanto menos procurem eles envolver o Brasil e o Governo brasileiro nos assuntos internos de Portugal ou de Angola, ou no processo de descolonização de Angola, fazendo manifestar da espécie à frente do Consulado [252].

[252] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Manifestações de candidatos a visto perante o Consulado. Nº 85. Em 11/05/1975.

Os manifestantes tinham uma pauta de reivindicações para o governo brasileiro, que como vimos vai desde saída de Angola, garantia da permissão para levarem seus bens e emprego. Esse caso demonstra o quanto é difícil estabelecer e acompanhar um processo de independência de um país, principalmente quando se tem laços históricos que tanto servem para aproximação, quanto para reinvindicações de ambos os lados. Inferimos que por mais que a Representação brasileira tivesse o discurso de isonomia e mero expectador, cada vez mais os movimentos, o governo de transição e até mesmo aqueles que queriam sair de Angola exigiam uma postura do Governo brasileiro. Melo após expor as condições para os representantes da manifestação discorre sobre o posicionamento tomado,

> 5. Retiraram-se os representantes para confabular com os seus representados na calçada em frente, já então com a presença de alguns soldados das tropas portuguesas e de um patrulha conjunta dos três movimentos, forças estas que não foram chamadas por mim, mas talvez por vizinhos, ou pela polícia que tenho à porta, mas que é inerme nesses casos. Tanto as tropas portuguesas quanto as tropas africanas presentes, que não se entendiam bem, estavam tensas, impacientes entre si e contra os manifestantes, alguns soldados já tinham armas em riste e com balas na agulha. Intimidados assim, embora não satisfeitos com a falta de uma solução magica e imediata para seus problemas e inquietações, os manifestantes se retiraram.
> 6. Tendem a voltar, cada vez com maior desespero, sempre que haja maiores conflitos, à medida que a independência se aproxime. Tudo me faz supor que a manifestação do hoje foi parte da campanha de sensibilização da opinião pública nacional portuguesa e internacional que a chamada quarta força de Angola vem fazendo nos últimos quinze dias, para obter, senão um regresso ao colonizador, pelo menos um lugar na mesa de negociação da nova "cimeira" que vai sendo programada entre os movimento angolanos e o Governo Português [253].

O que podemos perceber nas palavras do representante brasileiro, é que esse grupo de portugueses e descendentes, doravante órfãos de um Estado que não existia mais, o "Estado Salazarista", havia prometido prosperidade em África. Inferimos que muitos realmente queriam sair de Angola e reconstruir suas vidas em outro lugar, a exemplo do Brasil, bem como o próprio Ovídio de Melo expôs, a

[253] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Manifestações de candidatos a visto perante o Consulado. Nº 85. Em 11/05/1975.

manifestação aconteceu para sensibilizar a opinião pública portuguesa e internacional, numa perspectiva de conquistarem alguma “barganha” na mesa de negociações.

Melo também relata que possuía receio destes manifestantes tentarem ocupar um avião da FAB, que trazia ajuda humanitária,

> 7. Como soube que alguns dos manifestantes na rua haviam murmurado algo a respeito de avião brasileiro que poderia servir para leva-los do avião da FAB que está a chegar, trazendo ajuda para famílias descoladas pelos últimos conflitos havidos em Luanda. Telefonei imediatamente para o Gabinete do Alto Comissário, que estava ausente, pedi a um ajudante de ordens que o informasse da manifestação, que bem caracterizasse a isenção total do Governo brasileiro ante as queixas que descabidamente me foram feitas e que, sobretudo, para prevenir quaisquer manifestações da espécie quando da chegada do avião da FAB, ou da entrega dos medicamentos que ele traz, fossem tomadas medidas dobradas de precaução e segurança.
> 8. O ajudante das ordens do Alto Comissário demonstrou compreensão, disse-me que a manifestação era causada por motivações “pouco patriótica” e medidas de segurança dobrada seriam tomadas para o recebimento e a guarda do avião brasileiro que trará auxilio [254].

Contudo, além das manifestações no consulado havia outras questões que afligiam o representante brasileiro, questões essas ligadas a logística de comunicação com as embarcações brasileiras que passavam por Luanda e que não se comunicavam com a Representação, bem como um melhor aproveitamento dos aviões da Varig que faziam viagem duas vezes por semana para Luanda. Estes temas apareceram em memorando também escrito em 11/05/1975,

> É extremamente oportuna a Circular nº3889, que revigora penalidades para capitães de navio que não cumpram certas formalidades perante Consulados brasileiros em portos onde façam escala.
> 2. Navio brasileiro esteve atracado por vários dias, no cais, a distância visível do Consulado, no auge dos conflitos da última semana, sem que o Capitão aqui tivesse vindo, ou mesmo telefonado, para se precisávamos de algo.

[254] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Manifestações de candidatos a visto perante o Consulado. Nº 85. Em 11/05/1975.

> 3. Sugiro que as companhias de navegação brasileiras que tenham linha para Angola sejam instruídas não só para cumprir rigorosamente as formalidades de apresentação e saída, mas até mesmo avisar ao Consulado com antecedência a data de chegada ao porto, com o prazo mínimo da escala prevista, bem como, em chegando, apresentar-se logo, estando preparados para colaborar com o Consulado na eventual evacuação de brasileiros. Tais instruções deveriam prevalecer pelo menos até a independência, no fim corrente ano.
> 4. Assim também, a Varig, que tem dois voos semanais, Luanda-Rio, poderia ser instruída a reservar pelo menos dois lugares, até a véspera da partida, para esta Representação Especial, bem como instruir seus comandantes a aceitarem temporariamente servir como correios de emergência, para malas diplomáticas ou correspondência avulsa que não possam ser entregues por via normal [255].

Ovídio Melo demonstra a preocupação em aproveitar as ligações marítimas e aeroviárias possíveis com o governo brasileiro. Inferimos que essas estratégias decorrem das dificuldades que enfrentavam nesse momento com os atos de violência e em decorrência a falta de energia elétrica e telefonia, essenciais para a comunicação com governo brasileiro.

Não obstante, entre os pedidos de visto e saída de portugueses de Angola, há um grupo que se destaca: aquele formado pelos membros da PIDE, a polícia secreta portuguesa, que ao longo do regime colonialista do Salazarismo abusou do poder e cometeu várias atrocidades. Agora, muitos dos seus membros viviam nas ex-colônias e, mediante todo processo de independência, Angola já não era mais um lugar seguro para eles.. Ovídio Melo discorre em 22/05/1975, sobre a tentativa de esse grupo sair de Angola e vir justamente para o Brasil,

> Referência meu telegrama nº 97. Telefonou hoje o gerente da VARIG para informar que, a pedido das Forças Armadas Portuguesas em Angola, está organizando, às pressas, a ida para o Brasil, até o próximo dia 30, cerca de setenta agentes da ex-PIDE-DGS, que em grupo, estão sendo expulsos de Angola pelo Governo de transição, indo para o Brasil como simples turistas portadores de passaporte português.
> 2. Disse-me o gerente da VARIG, ainda, sendo tão elevado o numero de integrante terá de mandar a Luanda um avião especial, pois não há espaço disponível nos voos regulares até setembro. E

[255] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Colaboração de linhas de navegação marítima e áreas. N º86. Em 11/05/1975.

> que, para isso, já se comunicou com a agencia em Lisboa, da que filial Luanda depende.
> 3. Terminou por solicitar instruções, ao que respondi que consultaria antes Vossa Excelência, sobre os aspectos políticos do assunto.[256]

A situação para o governo brasileiro era complicada, pois a PIDE cometeu várias atrocidades a serviço do governo salazarista e atuou no Brasil com a conivência de parte do governo brasileiro como a repressão ao MABLA, objeto chave em nossa dissertação de mestrado (SANTOS, 2010). Como já mencionamos, os membros do MABLA foram perseguidos e presos desde o primeiro dia do Golpe de Estado dado pela autocracia burguesa militar em 1964 e, durante a investigação de mestrado nos deparamos com muitos relatos que indicavam que os membros do MABLA foram interrogados não pela polícia brasileira, mas sim pela PIDE. Portanto, o governo brasileiro, abrigando membros da PIDE no Brasil ficaria em situação delicada diante do governo Angolano se assumisse, principalmente se fosse a MPLA. Vale informar que entre os que foram presos no Brasil, havia partidários da MPLA que em 1975 já assumiam representações importantes dentro do partido, a exemplo de Fernando Costa Andrade, mas conhecido em Angola como *Ndumduma Wé Lepi* e José Lima de Azevedo.[257] O diplomata continua o memorando informando e tecendo reflexões sobre os integrantes da PIDE,

> 4. Devo informar, a respeito, o seguinte:
> a) os expulsando não são, obviamente, turistas, pelo que é abusivo o uso que fazem dos acordos sobre isenção de vistos existentes com Portugal. São eles propriamente refugiados, o que faz com que qualquer decisão sobre o assunto deva ser tomada adotando critérios políticos referentes à concessão de asilo territorial.
> b) a expulsão é a primeira que se faz oficialmente e pretende servir de escarmento. Sendo o primeiro grupo expulso, e de supor inclua os elementos mais notórios e malquistos da extinta PIDE-DGS. A expulsão foi subitamente decidida, por consenso de todos os partidos que constituem o Governo de Transição, e esse consenso só foi possível porque a PIDE, que em Angola não estava ainda

[256] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Expulsão da PIDE de Angola para o Brasil. N º 113. Em 22/05/1975.

[257] Sobre esse episódio consultar dissertação a respeito do MABLA (SANTOS, 2010).

> desmantelada, intrometeu-se visivelmente como provocadora e agitadora nos recentes acontecimentos políticos e militares que, em começo de maio, causaram 2.930 mortes em Luanda.
> c) segundo esclareceu-me bem o gerente da VARIG, a iniciativa de recorrer à companhia brasileira, e ao expediente espúrio de enviar para o Brasil como turistas, os expulsando – foi tomada não pelo Governo de Transição, mas pelas Forças Armadas Portuguesa em Luanda.
> d) pode ser que essa iniciativa se deva à natural solidariedade racial e nacional entre brancos portugueses, ou ao simples desejo de evitar uma presença e uma atuação que se perdurarem em Angola, podem aumentar a tensão politica reinante.
> e) não se deve excluir, no entanto a hipótese de que a escolha do Brasil como lugar de refúgio e da VARIG como transportadora de grupo de refugiados tão notórios seja uma provocação da mesma ex-PIDE que pretendesse envolver o Brasil nos problemas da descolonização e da politica interna portuguesa e angolana. Poderia também ser uma provocação das Forças Armadas Portuguesas, no sentido de incompatibilizar o Brasil com o Governo de Transição, [...] com o povo angolano pelo acolhimento da PIDE [...] no Rio.
> f) os expulsando, ao que parece, se recusam a voltar a Portugal, onde seriam presos. Mas nada impediria o Governo angolano de colocá-los num país vizinho, de onde pudessem tomar outros destinos, inclusive ir para o Brasil, sem publicidade. A mesma TAP, que vai à África do Sul poderia para lá transportá-los, nessa primeira etapa do exílio.[258]

As questões postas por Ovídio Melo foram importantes no que diz respeito a se manter uma postura brasileira "neutra" diante das questões políticas que envolvem Angola e Portugal, pois, caso o Brasil aceitasse os membros da PIDE e, pior que isso, viabilizasse a viagem deles a partir de uma empresa brasileira e em voo exclusivo, estaria se envolvendo de maneira direta no processo de autonomia angolana. Tendo em vista que para ambos os movimentos, os membros da PIDE não eram bem vistos por representarem o que mais negativo teve no Estado Salazarista. Todos os grupos, tanto de esquerda ou de direita, que foram contrários ao regime salazarista foram perseguidos e mortos.

Melo aponta ao Estado brasileiro algumas saídas,

[258] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Expulsão da PIDE de Angola para o Brasil. N º115. Em 22/05/1975.

> 5. A vista de todos as considerações acima parece-me que não temos senão um numero limitado de opções:
> a) Poderíamos aceitar como turistas, no Galeão, os setenta indesejáveis em Angola que daqui saiam expulsos, com grande publicidade. Mas, se tal fizermos, teremos de assumir várias consequências, tais como a antipatia da opinião pública de Portugal e de Angola, a presença incomoda no Brasil de setenta agentes de uma corporação estrangeira, que de maneira coerente e metódica buscarão, por todos os meios, contagiar o Brasil e a colônia portuguesa no Brasil com os problemas políticos de Portugal e de Angola.
> b) Poderíamos impedir a entrada no Brasil desses pseudo-turistas, fixar-lhes residência ou prazo máximo de permanência, mas também nisso teríamos de arcar com consequência: agradaríamos a opinião pública de Angola e de Portugal, mas desagradaríamos as Forças Armadas Portuguesas. Tornaríamos mais difícil para o Governo de Transição a execução de medida de expulsão decretaria, paradoxalmente ganhando-lhe certa simpatia; mas aborreceríamos parte da população branca que em Angola se sente ameaçada e pretende ir para o Brasil quando não pode ou não deseja ir para Portugal. Não é de excluir, nesta hipótese de recusa, a possibilidade de que a PIDE/DGS, que se mostra ainda setenta servidores remanescentes neste país, passasse a criar problema locais para a Representação do Brasil em Luanda.
> c) Poderíamos, finalmente, se aceitar ou recusar expressamente, sustar, talvez com publicidade prévia, a vinda deste avião especial que a VARIG pretenderia enviar. Isso forçaria o Governo de Transição e as Forças Armadas Portuguesas a reconsiderarem o assunto, a agirem com mais correção e formalidade, no sentido de consultar-nos diretamente, para que possamos tomar com calma a decisão política que a meu ver se impõe. Creio que esse pedido, das próprias autoridades expulsantes, é conveniente. Poderíamos então impor que a expulsão se fizesse por outros meios, para a África do Sul, por exemplo, em aviões fretados, ou em aviões militares portugueses. Sem publicidade que aqui nos desfavorece, que encorajasse um êxodo ainda maior de individuo ou corporações inteiras para o Brasil. Da África do Sul, então, os expulsando tomariam seus rumos e da lá se assim quisesse, e quando o Brasil se decidisse a aceita-los, a VARIG poderia transportá-los para o Rio, pouco, ou de uma só vez, em aviões de carreira ou especiais, mas sem fazer escala em Luanda.[259]

Vemos acima que Ovídio Melo desenvolve ponderações acerca de prováveis consequências que o Brasil teria, tomando partido de um ou outro grupo. Neste contexto, o diplomata acredita que nosso país poderia sugerir que

[259] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Expulsão da PIDE de Angola para o Brasil. N º115. Em 22/05/1975.

os exilados fossem encaminhados para África do Sul, retirando, desta forma a visibilidade brasileira.

> 6. Devo acrescentar que tais situações, extremamente difíceis e embaraçosas para a política que o Brasil pretende fazer com Angola, em parte previstas em meu ofício nº 84 de 08 de maio do corrente, que diz respeito a visto e bagagens de ex-colonos portugueses que de Angola pretendam emigrar para o Brasil. Prevejo emigração cada dia mais intensa, pelo que encareço a necessidade de uma orientação de Vossa Excelência a respeito, para que eu possa transmiti-la ao Consulado. Assim também, preocupa-me sobremaneira a situação do próprio consulado nestas difíceis circunstâncias de Luanda. Uma vez aberta aqui a Representação Especial, fiquei vagamente encarregado de "supervisar" ad latere as atividades do consulado, que está oficialmente entregue à responsabilidade de um contratado local, português, Vice Cônsul interino. De minha parte, na Representação Especial, com apenas três funcionários aqui servindo provisoriamente, com infraestrutura mínima, entretanto dificuldade materiais de toda espécie, nesta aceleração que vão tendo as relações entre o Brasil e Angola, vejo-me assoberbado de trabalho. O consulado, por sua vez, está cada vez mais assediado por candidatos a vistos, neste êxodo que se prenuncia antes da Independência. Garagem, jardins já foram transformados em locais de espera para o público. Não há, pois supervisão alguma que eu possa fazer, que não prejudique, não aniquile meus esforços na Representação Especial. Nem creio deva o Consulado, em período de trabalho tão intenso, e de intensidade sempre politica, ficar confiado a funcionários locais, a portugueses, talvez comprometidos, talvez mesmo vinculados a facções da política local. Reitero, pois, a solicitação já anteriormente feita, no sentido de que pelo menos um diplomata jovem e ativo, ou um excelente funcionário administrativo, com prática consular, seja designado para Luanda, ainda que provisoriamente, apenas para se ocupar com a supervisão do Consulado.[260]

O panorama em Angola não era nada animador e, pelo que vimos diversos grupos procuraram sair do país. Para essa retirada era necessário um plano, pois como percebemos muitos voos já estavam com suas passagens esgotadas por vários meses, o que com certeza agravaria o caos no país. Ovídio Melo expõe em 26/06/1975 a situação e como estava travando diálogos com os responsáveis pelos transportes aéreos entre Brasil e Angola,

[260] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Expulsão da PIDE de Angola para o Brasil. N º115. Em 22/05/1975.

> Aditamento meu telegrama 176 e referência ao despacho telegráfico 145. O Conselheiro Cyro Cardoso entrevistou-se com o Senhor Vitor Veres, que aqui exerce as funções de Consultor do Ministro dos Transportes para assuntos aeronáuticos. O senhor Veres já participou de várias reuniões entre autoridades aeronáuticas do Brasil e de Portugal e conhece pessoalmente vários membros da CERNAI, inclusive seu atual Presidente. Disse que veio para Angola a fim de assessor as autoridades da aeronáutica angolanas, em preparação para a independência do país, em tudo o que diz aos transportes aéreos internacionais.
> 2. Informou o Senhor Veres que, numa primeira fase, foram consideradas para a TAG (Transporte Aéreos de Angola) ligações aéreas de médio curso, tendo sido entabuladas negociações com os países africanos mais próximos, tais como o Zaire, Congo e São Tomé. Numa segunda fase seriam tratados os problemas das linhas aéreas de longo curso, como é o caso das ligações aéreas como Brasil. No mês de junho vindouro o Senhor Veres irá a Montreal, companhia do Engenheiro Humberto Bessa Vitor, Diretor do Serviço de Aeronáutica Civil de Angola, a fim de tratar na OACI da adesão de Angola à Convenção da Chicago. A caminho de Montreal passaria então pelo Brasil, aproveitando a ocasião para iniciar "conversações informais e preliminares" com autoridades aeronáuticas brasileiras sobre o futuro das relações entre Angola e o Brasil.[261]

O senhor Vitor Veres, que em conversa com o conselheiro Cyro Cardoso expôs o seu planejamento para os voos de Angola, uma vez que era um país em transição, os transportes, principalmente aéreos deveriam ser reorganizados justamente com a prioridade do novo Estado Angolano. O Senhor Veres, que conhecia o presidente da Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional - CERNAI, demostrava assim ser um conhecedor da área. Melo discorre que o referido senhor pretende iniciar diálogos, mesmo que informais, com o Estado brasileiro, embora possamos inferir, que a altura, qualquer compromisso fechado poderia ser alterado por conta a instabilidade política sobre essas questões, Ovídio discorreu,

> 4. Da conversa que manteve com o Senhor Veres, o conselheiro Cyro Cardoso levou a impressão de que vai visitar o Brasil constitui mais uma iniciativa própria, em parte motivada pelo seu conhecimento pessoal com o Presidente e alguns membros da CERNAI, do que a uma decisão do Governo de Transição de

[261] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Transportes aéreos Brasil - Angola. Nº 169. Em 26/06/1975.

> Angola de iniciar negociações com o Brasil no campo dos transportes aéreos. Isto, aliás, não deve causar surpresa nem maior apreensão no caso especifico de Angola. O país, nessa fase de transição, é dirigido por três movimentos de libertação armados e antagonistas através de um governo que, na verdade, não tem meios de governar. Nessas condições, as iniciativas nos diversos setores da administração são em geral mais pessoais do que fruto de uma decisão governamental. Todos os entendimentos mantidos com funcionários do Governo de Transição de Angola são, por esses motivos, precários e a situação do próprio Governo local.[262]

O diplomata fortalece a ideia da precariedade do governo de transição, como já apontado e demonstra em seus memorandos as dificuldades em realizar parcerias solidas entre Brasil e Angola naquele momento. O que percebemos é uma constante prospecção de intenções com esse Estado angolano, a fim de que, no período pós-independência, já se tivesse um conhecimento acumulado a respeito de Angola, o qual sirva como subsidio para negociações futuras.

Melo conclui o memorando abordando a questão das complexidades para o estabelecimento de parcerias e retoma novamente a questão dos brancos em Angola,

> 6. Em resumo, a representatividade do Senhor Veres é, aparentemente tão válida quanto a de todos os demais brancos que sejam participantes do Governo de Transição de Angola e, poder-se-ia, dizer, quanto a do próprio Governo. É impossível ter ideia do futuro próximo e, portanto, do valor que terão os compromissos assumidos pelo atual Governo. De qualquer forma, e a despeito das observações supra, parece-me conveniente manter entendimento com o Senhor Veres sobre os problemas futuros do transporte aéreos internacional entre Brasil e Angola, a fim de que não haja solução de continuidades nos serviços da VARIG para Angola após a independência. Provavelmente muitos técnicos portugueses ficarão em Angola após a independência, e o Senhor Veres poderá ser um deles. Ou ficará no Brasil, com os conhecimentos de Angola que já tem.
> 7. Permito-me chamar a atenção para as sugestões contidas nos meus ofícios de referencia, sobre a grande importância que Angola pode vir a ter para os transportes aéreos brasileiros e a respeito dos sérios riscos que a VARIG corre, aqui e em outros países africanos, por operar na África do Sul. Como tive a oportunidade de informar, a “South African Airways” cancelou, ao que parece definitivamente, seus serviços para Angola por ter sido metralhado um avião seu que aterrava no aeroporto de Belas. E não cessam

[262] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Transportes aéreos Brasil - Angola. Nº 169. Em 26/06/1975.

> as ameaças, em vários países africanos, de represálias contra as empresas que operam na África do Sul.
> 8. Permito-me ainda salientar a conveniência de se oferecer à Diretoria do Serviço de Aeronáutica Civil de Angola toda colaboração possível em consonância coma política do Governo brasileiro traçada.[263]

Vemos que a procura pela representação brasileira foi crescendo à medida que os conflitos foram se agravando e, neste contexto, houve a necessidade de um fortalecimento estrutural e político da representação. Ovídio Melo passa a reivindicar uma maior estrutura e no memorando enviado no dia 04/06/1975 expõe os por menores sobre a necessidade de melhorias na infraestrutura da Representação brasileira, bem como as diferenças com o Consulado brasileiro em Angola,

> Quando o governo brasileiro resolveu criar uma Representação Especial em Luanda, antecipando-se assim à data prevista para a independência de Angola, desde logo julgou conveniente tomar algumas providência para defasar o Consulado que aqui existia e traçar distinção entre as atribuições da Representação e as do Consulado.
> 2. Com efeito, não se tratava da simples absorção de um Consulado já existente por uma Embaixada que fosse subsequentemente criada. Na situação *sui-generis* existente em Angola, nessa expectativa da independência oriunda dos acordos de Alvor, a distinção a ser feita entre o Consulado e a Representação precisava ser traçada nitidamente, por motivos políticos. O Consulado existia com o exequatur das autoridades portuguesas, ainda dos tempos coloniais. A Representação Especial, missão diplomática embrionária, era credenciada – e essa a sua finalidade-para ter relações com o Governo de Transição, constituído pelos três Movimentos de Libertação. O Cônsul, que aqui já estava há cinco anos, necessariamente vinculado ao antigo regime colonial, era transferido a outro posto. Mas o Representante Especial designado não tinha carta patente, nem para aqui viria desempenhar quaisquer funções consulares, senão com atribuições exclusivamente politicas.[264]

Assim, Ovídio Melo manifesta sua indignação ao ver o papel que a representação assumiu com a emissão de visto, atendimentos aos que queriam emigrar para o

---

[263] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Transportes aéreos Brasil - Angola. Nº 169. Em 26/06/1975.

[264] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Problemas práticos da coexistência da Representação com o Consulado em Luanda. Nº125. 04/06/1975.

Brasil. Funções afetas ao Consulado brasileiro, , mas estava comprometido com o antigo Estado angolano, que mantinha suas amarras com o período colonialista. Melo, no decorrer do memorando, discorre sobre atribuições do Consulado e o que deveria ser da Representação,

> 3. O consulado por isto passou a ser dirigido, por determinação do Itamaraty, por um Vice Cônsul interino, auxiliar contratado local, de nacionalidade portuguesa, Senhor Fonseca Lima. E na medida em que certos problemas ou atividades consulares pudessem ter reflexos políticos, como seria, por exemplo, a concessão de vistos a portugueses que se retirassem de Angola, o Itamaraty estabeleceu que o Representante Especial "supervisaria" as atividades consulares. Tratava-se de uma supervisão meramente política, mas não consular, ou administrativa – mesmo porque a Representação estaria inteiramente voltada para outros assuntos, com vistas ao futuro das relações Angola e o Brasil.[265]

Pelo que vemos, ao longo de nossa investigação, os argumentos expostos no memorando não condizem com as práticas que a Representação brasileira teve que desempenhar em Angola. O próprio Ovídio Melo problematiza a questão nesse mesmo memorando,

> 4. Eis que na prática, a distinção não se pode fazer assim tão nítida, o que termina por prejudicar a atuação da Representação Especial em suas funções e finalidades especificas. E isto pelas razões que enumero:
> 1. a infraestrutura única existente em Luanda e de que forçosamente se serve a Representação Especial é a do exíguo Consulado, que subsiste á parte;
> 2. a Representação Especial não teve até hoje dotação alguma para aqui chegar e instalar-se, pelo que necessariamente usa verbas que só para o Consulado já eram insuficientes e que tiveram de ser reforçadas – mas sempre a titulo de reforço da dotação do Consulado, pois é este que continua fazer cambio, manegar contas bancárias, prestar contas, pendentes uma definição do Itamaraty sobre meu oficio referente à verbas;
> 3. Não tendo a Representação Especial assumindo o Consulado, expressamente como lhe foi recomendado, não houve qualquer prestação inicial de contas ou passagem formal daquela Repartição, que foi simplesmente deixada pelo antigo titular a um de seus colaboradores locais;

[265] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Problemas práticos da coexistência da Representação com o Consulado em Luanda. Nº125. 04/06/1975.

> 4. o Consulado, desprovido de pessoal, contando só com dois auxiliares locais, além do Vice Cônsul interino que dele se encarregou, (todos funcionários despreparados, acostumados a uma modorra colonial que foi quebrada de momento a outro, pela expectativa da independência, preeminência da guerra civil, pela chegada súbita da Representação Especial) funciona mal, muito mal mesmo, não só suas atribuições consulares específicas, mas em questões de administração e prestação de contas;
> 5. dos três funcionários com que conta o Consulado, o Vice Cônsul interino caiu subitamente enfermo, com problema pulmonar, pelo que deverá provavelmente afastar-se por longa temporada. Isso ainda mais dificuldade uma tomada de contas, ainda que a Representação Especial pudesse responsabilizar-se pelas contas do Consulado. Nem teria a Representação Especial funcionária lotada aqui que pudesse se encarregar desta tomada de contas, assumir responsabilidades consulares;
> 6. Acresce que as circunstâncias políticas em Angola se agravam dia a dia, a cada choque armado que ocorre, o Consulado se enche e transborda, de público nervoso e apressado. A TAP já tem 113.000 passagens vendidas, 35.000 candidatos a passageiros na fila de espera. A VARIG tem passagens vendidas e lotação completa até o fim do ano. O que indica as dimensões do êxodo que pode ocorrer.

O prognóstico apresentado pelo representante brasileiro em Angola era desesperador, tendo em vista que sua missão era observar como estava desenvolvendo o processo de independência. Porém acabou sendo levado a assumir outras designações que comprometiam seu trabalho. Embora, o governo brasileiro tenha designado o diplomata Ovídio Melo para uma Representação Especial notamos, ao longo dos memorandos, a omissão do Estado brasileiro para dar um suporte necessário possibilitando que a Representação pudesse realizar suas funções de maneira plena.

Cumpre observar as ressalvas que Ovídio Melo tem com o Consulado Brasileiro em Angola, que era formado somente por portugueses, inclusive o Vice-Cônsul, Fonseca Lima. Conclui o memorando discorrendo, mormente da falta de estrutura e do desfalque, que o senhor Fonseca Lima havia dado por ficar enfermo,

> 5. Impossibilitado por instruções de assumir responsabilidades consulares, sem ter a quem designar, nesta emergência para assumir responsabilidades e as de administração deste Consulado, ao lado do qual, e as custas do qual a Representação Especial subsiste, quero aqui deixar registrado que não posso me responsabilizar em nada pelos assuntos consulares e

> administrativos em Luanda senão no que respeita especificamente a despesas que sejam da Representação Especial.
> 6. Apenas porque o Vice Cônsul interino caiu subitamente enfermo, designei o Conselheiro Cyro Cardoso para assinar os cheques necessários ao pagamento de despesas correntes do Consulado e da Representação. Mas também não posso dispensar este meu único colaborador na Representação Especial para a gestão do Consulado e suas verbas, muito menos responsabilizá-lo pelas prestações de contas do consulado, que por ele tampouco, pelos motivos acima referidos, não foram formalmente recebidas[266].

No transcorrer dos memorando, Ovídio Melo critica a falta de estrutura da Representação Brasileira, bem como a confusão na atuação do Consulado Brasileiro, que também não tinha estrutura. Em outras correspondências, havia criticado o Vice-cônsul do Brasil em Angola, o senhor Fonseca Lima, discorrendo que seu comportamento não inspirava confiança, pois estava lá desde período colonial e que sua mentalidade não havia mudado. Insistia para que o governo brasileiro colocasse mais funcionários brasileiros em Angola, afim de que os vistos expedidos para brancos de descendência portuguesa tivesse mais lisura. Em correspondência enviada em 31/10/1975 à Secretaria de Estado discorreu,

> Em aditamento ao meu telegrama 372. Havendo-se demitido e precipitadamente embarcado para o Brasil, o ex-vice-cônsul interino Fonseca Lima antes pretendeu, como informei na ocasião generalizar os temores que sentia, pretendidamente antes vagas ameaças que dizia ter recebido, mas que não definia bem, e que declarava serem "atribuíveis ao cargo que aqui desempenhava". Ao reportar a Vossa Excelência aquelas referidas por Fonseca Lima tive a preocupação de salientar que nelas não acreditava como "ameaças ao Cônsul" ou "ameaças ao Brasil", mesmo porque todos nós, brasileiros que aqui estamos, em momento algum havíamos sentido qualquer má vontade, risco ou tolhimento pelo fato de sermos brasileiros e funcionários.
> 2. Fonseca Lima embarcou e passado apenas um mês, nesse moinho de boatos que é Luanda, já começam a chegar-me algumas explicações mais coerentes sobre os motivos de sua partida precipitada.
> 3. Um desses rumores, que aqui registro por necessidade de serviço, diz que Fonseca Lima trabalhava para PIDE, que nos últimos meses trabalhou para a FNLA, e que, por tudo isso, dispondo de provas dessas atividades clandestinas, o MPLA teria

[266] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice Problemas práticos da coexistência da Representação com o Consulado em Luanda. Nº125. 04/06/1975.

> dado um ultimato a Fonseca Lima para sair até 30 do mês passado, ou arriscar-se a ser "casualmente atropelado".
> 4. A informação acima foi-me transmitida por outro funcionário português do Consulado, que disse tê-la recebido de um militante do MPLA. E que ao dar-lhe essa informação, o militante do MPLA até teria acrescentado, jocosamente: - e seria por "atropelamento", para caracterizar bem a casualidade, para distinguir bem Fonseca Lima alcaguete do Fonseca Lima Cônsul do Brasil. Pois contra o Brasil nada temos.[267]

A situação estava tão precária que o representante brasileiro expõe em detalhes um pedido especial ao dono do Hotel Trópico[268], senhor Serafim Andrade. O representante brasileiro discorreu em 11/05/1975,

> Na situação política militar crescentemente conturbada que esta Representação Especial encontrou em Luanda, desde o primeiro momento de seu funcionamento ainda sem instalação, o Hotel Trópico tem sido usado, não só para residência de funcionários, mas como Chancelaria provisória ou como Chancelaria alternativa, dado que alguns contatos políticos não devem ser tidos na Chancelaria consular, aliás exígua para acomodar todos nossos serviços. O consulado não dispõe sequer de telex. Temos usado continuadamente o Telex do Hotel como único recurso. Precisamos reservar vinte e cinco quartos para junho, prevendo a vinda a Luanda da Escola Superior de Guerra, que terminou por se cancelada, O Hotel Tropico nos-lo reservou, despeito da falta de acomodação na cidade. Em caso de evacuação geral – e em tal contingencia devemos pensar – o Hotel Tropico, que central, dispõe de telex, de gerador próprio, de stock de gênero alimentícios suficientes para um mês, é uma das alternativas possíveis que temos para a concentração dos brasileiros, antes que possam ser retirados da cidade.[269]

O diplomata apresenta a precariedade da Representação Brasileira e expondo que a viabilidade da mesma naquele momento só ocorria por conta à infraestrutura do Hotel Trópico, tais como mencionou, o telex, gerador de energia,

---

[267] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Exoneração do Vice-Cônsul interino Fonseca Lima. Nº 255. Em 31/10/1975.

[268] Esse Hotel, de tão importante para o processo emancipatório, virou nome de livro do historiador estadunidense e brasilianista Jerry Dávila. O livro discorre sobre a relação Brasil e continente africano tendo como subtítulo "O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980". Portanto travando um dialogo direito com essa pesquisa, a respeito de Angola dedica um capítulo sobre a Representação Especial em Angola, embora não tenha usado os telegramas que estão sendo usado nesse trabalho.

[269] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Facilidade para obtenção de visto permanente. Serafim Andrade. Nº 87. Em 11/05/1975.

estoque de alimentos, item emergencial numa situação de atenção de guerra civil, que Angola viva. Todavia a intenção de Ovídio Melo ao demonstrar os préstimos do Hotel Trópico estava ligada na intermediação de pedido de visto ao dono, senhor Serafim Andrade como podemos ver no memorando,

> 2. Nestas condições o proprietário e diretor do Hotel Trópico, Senhor Serafim Lopes Andrade, merece-me considerações especiais e creio da maior conveniência tenha ele razão para estar nos melhores termos possíveis com o Brasil. Procurou-me ele para dizer que está considerando a possibilidade de emigrar para o Brasil. Que irá ao Brasil brevemente apenas como turista, mas que, se ver possibilidade de encetar qualquer atividade no Rio, ou em São Paulo, na indústria, ou no ramo hoteleiro, pretenderá reiniciar a vida no Brasil, ainda que não abandone de todo seus vários negócios em Angola, Pretende ele ter visto permanente para o Brasil a partir da cidade do Porto, onde tem residência quando em Portugal, e de onde pretenderia levar bagagem. Por todos os motivos acima muitos agradeceria que o Consulado no Porto fosse instruído para tratar o referido candidato a visto com a maior deferência possível, mencionando lhe a recomendação que ora faço e concedendo-lhe todas as facilidades para a emigração que pretende.
> 3. Estou encaminhando, por oficio, diretamente para o Consulado Geral do Porto, o currículo vitae do Senhor Serafim Lopes de Andrade, por ele mesmo fornecido, significativamente em papel do Hotel Trópico.[270]

Mediante a situação de tensão vivida em Angola, foi vista a necessidade de criar um plano de evacuação de brasileiros residentes lá, como aborda o diplomata em mais um memorando enviado em 11/05/1975

> Respdesptel 70. Remeto, em anexo, “croquis” que nos foi fornecido pelo Gerente da Luthansa, no qual assinei os pontos de maior interesse para elaboração de um plano de evacuação dos brasileiros residente em Luanda o aeroporto alternativo que o Governo alemão pretende utilizar para evacuação dos seus nacionais em caso de emergência. Nele estão assinalados os seguintes pontos principais:
> 1. Localização do prédio onde se encontram a residência e a Chancelaria do consulado;
> 2. Localização aproximada do centro da cidade, a região correntemente conhecida como “baixa”, considerada a área mais segura ou, pelo menos, a última a ser atingida em caso de conflitos ou luta armada;

[270] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Facilidade para obtenção de visto permanente. Serafim Andrade. Nº 87. Em 11/05/1975

> 3. Hotel Trópico, no qual temos instalada nossa chancelaria alternativa, e que conta com serviço de telex; Nele moram os três funcionários que aqui servem em caráter provisório, bem como o Embaixador do Gabão, o representante do Alto Comissário da ONU para os Refugiados, e praticamente todas as pessoas de maior importância que por aqui passam. O Hotel tem reservas de alimentos para um mês, gerador próprio e poderia servir eventualmente de ponto de concentração ou ponto de referência para concentração de brasileiro;
> 4. Porto de Luanda;
> 5. Muceque do Samba, um dos lugares mais atingidos pelos últimos conflitos. Qualquer pessoa que de Luanda se dirija ao ponto 7, local do aeroporto alternativo, terá que atravessá-lo;
> 6. Aeroporto de Luanda. Além de ser de difícil acesso em caso de emergência, comenta-se que não oferece maior garantia de operação mesmo em período normais. Recentemente a South African Airways suspendeu seus voos para Luanda por ter sido metralhado ao aterrissar um avião da Companhia;
> 7. Aeroporto alternativo – dista menos de 20 kilomentros[sic] do aeroporto oficial de Luanda, na direção sul e está quase à beira mar;
> 8. Chancelaria do consulado da Alemanha – beira d'água e com lancha para transporte ao ponto 7;
> 9. Ilha do Mussulo – ponto de concentração previsto pelo consulado alemão para os 2 mil nacionais daquele país, aqui residentes. De Mussolo sairiam para o aeroporto alternativo indicado ou seriam levados por barcos até 10 milhas da consta, onde seriam recolhidos por navios.[271]

O plano de evacuação elaborado pelo consulado alemão só foi o reflexo da situação complexa que Angola estava sofrendo, mormente pensado no momento politico que esse país estava passando, os cerca de 20 mil alemães que lá viviam seriam retirados de lá. Ao refletir sobre possíveis perseguições a portugueses, como se daria esse processo, uma vez que parte significativa da população era dessa descendência?

Em relação aos alemães, Ovídio Melo aponta algumas falhas ao plano de fuga,

> 3. Não me foi possível estabelecer, neste fim de semana, contato com o Cônsul da Alemanha, a fim de obter informações mais pormenorizadas sobre o aeroporto alternativo, tais como estado de conservação e extensão da pista, extensão da pista, existência de serviço de rádio, etc. enviarei oportunamente informações mais detalhada a esse respeito.

[271] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAO/DA/DES/DAF. Índice: Plano de evacuação de brasileiros residentes em Angola. Nº 89. 11/05/1975.

> 4. Com relação à localização desse aeroporto, preocupa-me desde já a extrema dificuldade de acesso a ele, via terrestre, por pessoas provenientes de Luanda, em caso de emergência, sobretudo pela quase impossibilidade de atravessar o muceque do Samba em situações especiais.[272]

Após apontar as eventuais falhas no plano do consulado alemão, Ovídio Melo fez levantamentos dos brasileiros vivendo em Angola e eventuais complicações que poderiam ocorrer com um plano de fuga,

> 5. Estou elaborando com toda urgência uma relação dos brasileiros residentes em Angola com respectivos endereços e telefones. O contato com os mesmos em caso de emergência será extremamente difícil, mesmo para os que moram em Luanda e que constituem a maioria. Poucos têm telefones, e ainda existe o risco de que o telefone seja interrompido. Somente após termos conhecimentos dos estudos a que se refere o desptel. 70 podemos cogitar de um sistema de aviso, na impossibilidade de contarmos com meios de comunicação, estabelecermos previamente um ponto de reunião, caso se declare um estado de real emergência. Devo manifestar, entretanto, que tenho receios quanto ao estabelecimento prévio de um ponto de reunião, pois no ambiente de tensão em que a maioria das pessoas se encontra neste momento, os mais afoitos poderão precipitar-se para o ponto combinado, ao irromper o primeiro tiroteio, sem que se configure a situação de emergência, capaz de determinar uma evacuação dos estrangeiros aqui residentes.

Embora comece a elaborar um plano de retirada de brasileiros de Angola, Ovídio Melo não acredita que seja necessário chegar a esse ponto, no entanto, como responsável da Representação Especial, se sente na obrigação de fazê-lo, como vemos nos seguinte trecho do memorando,

> 6. É com a maior relutância, mesmo com acanhamento, que considero a hipótese de evacuação de brasileiros e funcionários deste consulado. Só o faço em virtude da minha responsabilidade para com os brasileiros aqui residentes, muito dos quais já me procuram com esse objetivo. O Cônsul alemão, que tanto elabora esses planos não só tem dois mil nacionais, pouco integrados na sociedade local, mas é homem nervoso, a meu ver de tendências pessimistas, e seu país, ademais, grandes interesses econômicos que serão prejudicados pela independência de Angola. Mora ele adiante do bairro Samba, num caminho já desimpedido até o

[272] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Facilidade para obtenção de visto permanente. Serafim Andrade. Nº 87. Em 11/05/1975

> aeroporto alternativo, E seus nacionais, diretores e representantes de companhias alemãs aqui, são gente de alto nível de vida, capazes de terem barcos que os transportem do porto de Luanda à Ilha de Mussolo, ou desta ao aeroporto alternativo.
> Nosso caso é diferente. Não só os brasileiros locais são gente de poucos recursos, na maioria sem condução própria, terrestre ou marítima, mas se confundem com a população local. Prevejo, que em qualquer emergência de evacuação, muitos portugueses que hajam adquirido nacionalidade brasileira, ou tenham filhos nascidos no Brasil, surja à última hora, como já têm acontecido nos últimos acontecimentos, procurando fazer valer seus títulos de brasileiros. Os nacionais alemães, ingleses, holandeses, são bastante distintos e caracterizados. Os nacionais brasileiros serão indistinguíveis da população portuguesa. Lembro a Vossa Excelência, por conseguinte, a conveniência de que consideremos um sistema de evacuação de brasileiros, mais direto, menos complicado, acessível, portanto a pessoas de parcos recursos. Tendo como alternativa primeira, mais rápida e mais arriscada, um plano de evacuação via aérea, seria conveniente estudarmos também as possibilidades de evacuação por via marítima, que teria a vantagem de permitir que, numa situação de calamidade, tirássemos daqui não só brasileiros, mas portugueses-brasileiros e até mesmo, por humanidade, crianças e mulheres de outras nacionalidades. Nesse caso poderíamos prever pura e simplesmente concentração no Hotel Trópico, e em outros hotéis centrais e, destes, embarque em navio brasileiro, de guerra ou mercante.[273]

O plano de evacuação pensando no do consulado alemão, em que o cônsul vivia em uma residência próxima ao musseque de nome Samba, Melo nos chama atenção para peculiaridades dos brasileiros em relação aos outros países que tinham representações e cidadãos vivendo em Angola. Nossos compatriotas, em comparação aos alemães, tinham condições financeiras inferiores, eram facilmente confundidos com angolanos, o que numa fuga de Angola poderia dificultar um pouco as coisas. Melo alerta para a questão da dupla nacionalidade de alguns - além de brasileiros terem a cidadania portuguesa -, pois havia também situações de portugueses que tiveram filhos no Brasil. Embora, o próprio Melo atente para possibilidade de retirada via transporte marítimo e, por questões humanitárias, caso houvesse uma evacuação, cogita a colaboração brasileira na retirada de mulheres e crianças que não fossem brasileiras.

[273] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Facilidade para obtenção de visto permanente. Serafim Andrade. Nº 87. Em 11/05/1975

Com o passar dos meses e com o grau de confronto cada vez maior em Angola, iniciou-se um processo generalizado de esvaziamento do país, e os brasileiros lá residentes também participaram. Ovídio Melo faz referência em 01/07/1975 sobre a embarcação denominada Cabo Orange e avisa ao Itamaraty sobre gratificação por prestar serviços de escoamento de brasileiro de Angola, como podemos ver abaixo,

> Considerando que o navio "Cabo Orange", do Lloyd Brasileiro, tem aguardado neste posto, sob risco de guerra, segundo instruções do Lloyd e do Ministério dos Transportes, em colaboração com o Itamaraty, o embarque dos brasileiros que devem ser evacuados de Luanda nesta iminência de invasão da cidade e guerra civil em todo o país considerando, outrossim, que essa demora foi para a tripulação extremamente penosa e arriscada e não existe na marinha mercante brasileira qualquer sistema de compensação para riscos desta natureza; considerando finalmente, que a viagem para o Brasil será incômoda e trabalhosa, com o navio superlotado de brasileiros repatriando, aos quais estou certo essa briosa tripulação do Cabo Orange dará apoio e solidariedade, resolvi despender parte dos recursos de que disponho para esta emergência concedendo à tripulação do Cabo Orange um pequeno premio em dinheiro, que num só cheque entregarei ao Comandante do Cabo Orange para ser trocado no Banco do Brasil e divido no Rio de Janeiro, entre oficiais e tripulantes, estritamente em proporção às ajudas de custo a que cada um deles fez jus para esta viagem a Luanda, segundo o regulamento da companhia.
> 2. Pela entrega do referido cheque, no valor de U$ 2,035.00, o comandante do Cabo Orange assinará recibo no original e nas cópias deste ofício, para fins de minha prestação de contas ao Itamaraty.
> 3. Desejo salientar a Vossa Excelência a colaboração que em tão difíceis circunstâncias oficiais e tripulantes do Cabo Orange dispensaram à Representação Especial do Brasil em Luanda e citar especialmente o espirito público e a solidariedade demonstrados pelo Comandante Clarindo Martins e seu Imediato, Oficial Ramiro Alves Branco de Almeida em todos os momentos desta emergência.[274]

Ovídio Melo em um memorando longo, enviado em 03/07/1975, faz uma retrospectiva dos problemas enfrentados pela Representação brasileira, bem como a questão do êxodo em Angola, em especial da população branca,

[274] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Gratificação à Tripulação do Cabo Orange pela evacuação de brasileiro de Angola. Nº 202. Em 01/07/1975.

> Quando a Representação Especial foi criada tive instruções para não assumir o Consulado, mas apenas para supervisá-lo [sic], nos aspectos políticos em que o serviço consular pudesse perturbar, ou mesmo comprometer, o desempenho da Representação Especial. Tenho, por isso, de longe (e não teria tempo para mais) acompanhado com interesse a movimentação de concessão de visto a emigrantes, que nas condições de êxodo que se prenuncia em Angola, ameaça a cada passo significado e importância política.
> 2. Pelo meu ofício nº66 de 30 de abril do corrente apontei o rápido crescimento do numero de vistos concedidos de mês para mês, desde 25 de abril de 1974, principalmente no corrente ano, que vai sendo marcado por repetidos choques armados. Em ofícios outros, mais recentes, salientei que os conflitos havidos em Carmona, Malaje, Caxito e outras cidades do interior trouxeram a Luanda uma nova onda de milhares de brancos deslocados. Que estes se movimentam pela capital, em sucessivas manifestações de protesto, chamando por imediata retirada de Angola. Assim, o clima reinante de apreensão pode se transformar em pânico, para isso bastando uma simples fagulha: novos choques armados, principalmente em Luanda mesmo. A TAP já tem 120.000 reservas feitas até novembro deste ano e 35 mil passageiros em listas de espera. A VARIG tem todos os seus voos repletos de Luanda para Rio até o fim do ano. Aviões da VARIG que saem repletos de "turistas", voltam vazios.[275]

Novamente Ovídio fortalece que sua designação ao assumir a Representação brasileira, não de servir como Cônsul. Discorre sobre os conflitos armados doravante constantes, o que faz com que gradativamente aumente o fluxo de emigrante, ao ponto de sempre expor a situação como um êxodo.

Evidenciamos, ao escrever sobre as companhias áreas, tanto a TAP, portuguesa, a Varig, brasileira, a verdadeira derrocada para sair de Angola. No caso especifico da Varig, usa da sua ironia para demonstrar que grande parte que sai de Angola com destino ao Brasil vinha para ficar e não fazer turismo como se argumentava para fazer o pedido o visto.

Em outro ponto do memorando Ovídio Melo retorna aos pedidos feitos ao Itamaraty a fim de melhorar a estrutura deficitária que ambos, a Representação e o Consulado brasileiro enfrentavam em Angola. Principalmente após o aumento da violência e dos conflitos e, como discorrido, o êxodo da população branca.

[275] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Êxodo de portugueses de Angola e problema políticos e consulares que acarreta. Nº 172. Em 03/07/1975.

Importa salientar que isso faz com que o governo de transição desperte para questão,

> 6. Temos pois, de um lado a apreensão dos portugueses de Angola, que favorece o êxodo. E de outro lado, a nova consciência que o Governo de Transição tomou da necessidade de evitar o êxodo. Nessas condições, torna-se cada vez mais delicada a posição dos Consulados que concedem vistos, que legalizam listas de bagagem de emigrantes, que podem a qualquer momento parecer estarem "encorajando" os portugueses a sair. Pois este "encorajamento" passou a ser tido como ação de provocadores, de reacionário que desejam ver Angola paralisada quando ficar independente.
> 7. Eis que neste entrechoque de interesses a saída de portugueses não para antes se acentua. E em torno dessa saída de emigrantes vão surgindo interesses espúrios, em que se mesclam ganancia de lucro, provocação política, justificativas pseudo-humanitárias. Começam a surgir os primeiros despachantes que pretendem "facilitar" a saída de portugueses. Começam a aparecer procuradores brasileiros que se interessam pelas propriedades de portugueses que foram para o Brasil. Começam a reportar os primeiros agenciadores de emprego para portugueses no Brasil, que mediante comissão, conseguem contratos de trabalho, provavelmente graciosos. Já há anúncios no jornal, de portugueses no Brasil, que pretendem recolher recursos de seus compatriotas em Angola, para investimentos seguros, com vistas à "futura emigração".[276]

A emigração de brancos ou êxodo de brancos começou a preocupar o próprio governo de transição ao perceber que os profissionais, técnicos, comerciantes, ou seja, profissionais necessários para construção da nova nação estavam indo embora. Por mais que haja o elemento de rancor por anos de exploração colonial repor essa mão de obra não seria tarefa fácil.

Registramos que os portugueses que viviam no Brasil se organizaram para receber esses emigrantes, e cumpre observar que muitos estavam interessados nos eventuais investimentos em potencial que esses portugueses dispunham. Sendo assim não era somente uma questão humanitária.

Nos periódicos de grande circulação, a exemplo da *Folha de São Paulo*, havia anúncios e reportagens em que era favorável a emigração, principalmente

[276] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Êxodo de portugueses de Angola e problema políticos e consulares que acarreta. Nº 172. Em 03/07/1975.

daqueles de força de trabalho qualificada. No mesmo memorando Ovídio Melo descreve alguns problemas que essa emigração poderia suscitar e também alguns que já estaria enfrentando,

> *Procuradores brasileiros de português saídos de Angola*
> Já me apareceram alguns brasileiros nestas condições. Como as propriedades de portugueses que daqui se retiram ficam em condições de abandono, é provável que alguns espertalhões portugueses chegados ao Brasil procurem vende-la a brasileiros desinformados, ou associar-se com brasileiros, dando-lhe participação ou gerência, desde que o brasileiro aqui venha para administrá-las, para defendê-la de possível invasão ou nacionalização. Esta hipótese é muito provável, também porque coincide com certos interesses políticos: implicaria em envolvimento do Brasil e das autoridades brasileiras em Luanda, caso tivéssemos de dispensar-lhe proteção consular.
> Creio que deveremos em todos os casos conceituar bem que a proteção diz respeito às pessoas do brasileiro e sua família, no caso de retirada de Angola, por exemplo; bem como poderia se estender a propriedade que o brasileiro aqui tivesse antes de iniciado o processo de descolonização e que possam agora estar sofrendo, de parte das autoridades angolanas, alguma restrição ou imposição nitidamente discriminatória, diferente daquela que o mesmo Governo dispense, por exemplo, à propriedade dos portugueses. Mas em caso algum pode a proteção consular estender-se a propriedades dos recém-emigrado.[277]

As questões apontadas por Ovídio Melo a respeito da emigração para o Brasil levam em consideração a realidade das famílias que possuíam negócios e vida estabilizada em Angola. Foram, na verdade, favorecidos pela questão da propriedade e dos postos de trabalho que ocupavam naquele país, porém, em consequência de toda conjuntura, são levadas a deixar tudo para traz.

Contudo, é importante refletir que muitas das famílias que para lá foram faziam parte do projeto colonial, algumas até antes de salazarismo. Com a promessa de condições melhores de vida. A preocupação do representante brasileiro era justamente, de impedir que esses brancos emigrantes tentassem diminuir suas perdas vinculando os brasileiros interessados em novos negócios e, ao mesmo tempo, aproveitar a situação para tirar vantagens desses emigrantes.

[277] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Êxodo de portugueses de Angola e problema políticos e consulares que acarreta. Nº 172. Em 03/07/1975.

Indagamos quem seriam os brasileiros interessados em fazer negócios em Angola naquele momento?

Melo nos aponta outros grupos interessados em tirar vantagens da situação de emigrações,

> *Intermediário e despachantes na emigração para o Brasil*
> O governo brasileiro não encoraja o êxodo de portugueses de Angola, segundo a política que se traçou, nem deve aqui aparecer como beneficiário, como incentivador desse êxodo. Não obstante, as agencias de viagem, os despachantes dão-se conta das possibilidades de ganho que existem nessa emigração acelerada. E já começam a entrar nesse novo negocio. As passagens aéreas para Portugal ou Brasil são dificílimas de conseguir. A simples marcação de passagem, o "O.K" confirmador da data da partida tem ágio à parte do preço do bilhete propriamente, entre 2.500 a cinco mil escudos. E os agentes e despachantes procuram caracterizar sua relações com o Brasil como se fossem relações "especiais", "privilegiadas".
> Dou como exemplo o panfleto anexo, de um agencia, que se intitula *Brastur*, e que se diz "a única empresa devidamente autorizada a funcionar como operador de turismo". A *Brastur* cobra pela preparação dos papeis de emigrantes, vende passagens aos que vão como simples turistas, e, para aqueles que querem ir de vez como emigrantes, mas não tem ainda trabalho no Brasil, conchegue-lhes contratos de trabalho pelo preço de dez mil escudos.
> Como medida preventiva contra possíveis manobras da *Brastur*, dei instruções ao Consulado para que não aceite quaisquer intermediários entre emigrantes ou o candidato a qualquer tipo de visto e o consulado. E isto, na forma do regulamento já vigente.
> Quanto à *Brastur*, conversei com o Gerente, fiz-lhe ver a inconveniência politica e ética da expedição de panfletos desta espécie, bem como a impossibilidade regulamentar de aceitar qualquer intermediação da *Brastur* ou qualquer outra agencia de viagens na emigração para o Brasil.
> O gerente da *Brastur* pareceu concordar, mas duvido que se abstenha. De qualquer forma, não é a única agencia de viagens interessada neste novo tipo de negocio.[278]

Tem-se de forma generalizada a exploração do emigrante branco que quer vir ao Brasil, a exemplo da empresa Brastur com falsas promessas de trabalho no Brasil, aproveitando-se, portanto, do momento de tensão. Qualquer promessa de

[278] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Êxodo de portugueses de Angola e problema políticos e consulares que acarreta. Nº 172. Em 03/07/1975.

alento era uma válvula de escape para situação desesperadora que estavam vivendo as pessoas inseridas na realidade de incertezas inerentes a realidade de um país em meio de uma guerra civil. Ovídio Melo ainda expos que a exploração não acontecia somente de empresas inidôneas, mas também de profissionais liberais que há anos prestavam serviços ao consulado, local que Ovídio Melo desde quando estabeleceu a Representação brasileira vem fazendo críticas.

A respeito do médico Eduardo Ricou, Melo discorreu nesse memorando,

> *Medico credenciado para o consulado.*
> Quando aqui cheguei tinha tão somente um médico credenciado, o Doutor Eduardo Ricou, português, que, dependendo das relações pessoais que tenha tido com os sucessivos titulares do consulado, por uns foi condecorado com o Cruzeiro do Sul, por outros foi acusado de ser médico da PIDE, de ser viciado em drogas.
> Soube que o Doutor Ricou, único médico credenciado, vinha submetendo os candidatos a visto a longas esperas no consultório e cobrava caro demais pelo atestado concedido.
> Dei ao Consulado instruções para terminar com o credenciamento do Doutor Ricou e credenciar em vez todos os médicos de qualquer das três principias clinicas particulares de Luanda.

Os problemas consulares eram grandes em Angola e de uma maneira geral entidades e pessoas que poderiam ajudar tiravam benefício próprio do caos que Angola estava vivendo. O médico Eduardo Rico por uns foi condecorado, por outros, criticado e até dito que foi apoiador da PIDE. Independente do seu histórico, o médico infligia seu próprio juramento de *Hipócrates* de ajudar o outro quando em um momento tão delicado procura aproveitar-se.

Essa situação de retirada de emigrantes brancos em sua maioria descendentes de portugueses ou propriamente portugueses foi recentemente tratada no livro *SOS Angola: Os dias da Ponte Aérea* (2011), da jornalista portuguesa Rita Garcia. A autora discorre em seu livro sobre a ponte área, que segundo o livro, entre julho e novembro de 1975, levou quase 200 mil portugueses a interromperem abruptamente uma vida em Angola e voltarem para Portugal através de uma das maiores pontes áreas de resgate de civis.

Embora o assunto abordado possa parecer de conhecimentos de todos, pois uma retirada tão significativa de pessoas de um continente para o outro é algo que chamaria bastante a atenção, porém, esta situação é pouco conhecida.

Neste sentido é interessante expormos como a autora Rita Garcia ficou sabendo da fuga de Angola desses portugueses,

> Ouvi falar da Ponte Aérea pela primeira vez em Abril de 2010 quando estava a preparar um trabalho para a revista Sábado sobre a antiga Primeira Classe da TAP. Cada vez que entrevistava um assistente ou um comissário de bordo que trabalhava na companhia nessa época, a conversa ia, inevitavelmente, parar aos loucos meses de verão de 1975.
> Todos os que tinham presenciado o êxodo de Angola para Portugal continuavam a recordar os turnos consecutivos sem intervalos suficientes para descansar, o esforço de voar horas infinitas e, sobretudo, o desespero dos passageiros que entravam a bordo. Para quem fazia a linha de África, o habitual era transportar gente endinheirada – não refugiados. Aos tripulantes que me despertaram a curiosidade para esse assunto, muito obrigada. (GARCIA, 2011, p.231)

Registramos que a historiografia, até mesmo portuguesa, fala sobre "o retorno daqueles que nunca foram"[279] e refrataria, pois até mesmo a autora tomou conhecimentos sobre o assunto muito recentemente, um ano antes de escrever o livro. Dessa forma acreditamos que tal assunto ainda pode ter um aprofundamento. Contudo o livro está na sua segunda edição e na época do seu lançamento ficou no topo das vendas de livros em Portugal. Sendo assim evidencia a curiosidade da população portuguesa sobre o assunto.

Na nota introdutória Rita Garcia expõe as questões sobre a saída de portugueses de Angola e vai ao encontro das preocupações do representante brasileiro Ovídio Melo,

> Entre Maio e Novembro [sic] de 1975, chegaram a Lisboa 173 982 portugueses vindo de Angola, na maior operação de evacuação algumas vez realizada em Portugal – uma ponte área constituída por 905 voos de companhias nacionais e estrangeiras, que fez desembarcar no aeroporto da Portela milhares de famílias de refugiados, incapazes de suportar a instabilidade provocada pelo conflitos armado entre os chamados movimentos de libertação. Perante a ocupação das casas, as ameaças à integridade física e os confrontos diários que se registram em todo o território angolano desde o inicio do processo de descolonização, só lhes restavam uma saída: fugir. Muitos nunca tinham estado em Portugal. (GARCIA, 2011, p. 09)

[279] Digo isso no sentido que muitos que foram para Portugal estavam indo pela primeira vez.

O trabalho de Rita Garcia tem como tema principal as fugas dos portugueses e, a partir da problematização proposta pela autora, podemos inferir que os portugueses foram considerados como vítimas da situação. Todavia, ao fazermos leituras mais atentas sobre o período, o que, inclusive, percebemos nos memorandos do representante brasileiro, é uma situação bem complexa em que temos um país em frangalhos e sua população branca deixando-o. No entanto, não podemos afirmar que foram as maiores vitimas, pois ao irem para Portugal, Angola continuou lá com seus dramas e agora sem a força de trabalho especializado, a qual seria tão importante para a reconstrução da nova nação e sem muitas das empresas e fazendas constituídas por brancos que abandonaram o país.

Como sabemos também, a permanência dos brancos em solo angolano ficou complicada, principalmente por conta de anos de abusos e maus tratos da metrópole que constituiu um politica de segregação que privilegiava o branco, como já discorremos em outras partes desse trabalho.

No entanto, hoje temos vários livros de memórias de membros brancos dos movimentos de libertação de Angola, que ao escreverem sobre o processo de libertação das colônias portuguesas, evidenciam uma grande mágoa sobre esse período. Como exemplo, podemos colocar os livros do historiador Carlos Pacheco, *Angola*: *Um gigante com pés de barro* e *África e o mundo (2011)* e também do general António Silva Cardoso *Angola*: *anatomia de uma tragédia (2009)*. Esse último já está na sua sétima edição. E, pelos próprios títulos, inferimos o conteúdo.

Sobre militantes brancos que participaram dos movimentos, registramos o episódio do, hoje professor de economia da Universidade Lusófona de Portugal, Adelino Torres, na altura, membro do MPLA que em meio da luta por independência estava na Argélia em missão para o movimento. No entanto, quando quis sair da Argélia, se viu em uma situação complicada, pois ao se tornar membro do MPLA na época do regime salazarista, teve cassada sua cidadania portuguesa e quando foi solicitar sua cidadania angolana, membros dos movimentos a negaram, o que ocasionou sua permanência por tempo indeterminado na Argélia, uma vez que para sair de lá teria que ter passaporte

válido e o mesmo não tinha. A sua situação só foi resolvida quando a França lhe deu asilo politico e posteriormente cidadania francesa.[280]

Em Portugal, porém, esses emigrantes que “voltavam para casa” não estavam preparados, haja vista os próprios acontecimentos ocorridos em Portugal com a Revolução dos Cravos como. Rita Garcia discorre,

> A opinião pública nacional, mais preocupada com os acontecimentos do Verão Quente de 1975, pouco ou nada sabia sobre os dramas e os perigos por que tinham passado os desalojados de Angola. Para o Governo, o assunto não era uma prioridade. Só a vontade férrea de um homem permitira encontrar uma solução capaz de trazer para o país todos os que quisessem vir (GARCIA, 2011, p. 09)

A pessoa que Rita Garcia se refere é o tenente-coronel e secretário-geral do Alto Comissário de Portugal, António Gonçalves Ribeiro, que segundo a autora cedeu os dossiês para pesquisa do livro.

Como virmos nos memorandos do representante brasileiro, Ovídio Melo, a tentativa de saída de Angola tinha como um dos principais endereços o Brasil, enfatizamos isso, pois imaginamos que pessoas também foram para outros países além de Brasil e Portugal. Vimos no livro da Rita Garcia (2011) que o governo português, em um primeiro momento, não tinha planos consistentes de escoamento da população branca em Angola, o que fez a população de descendência portuguesa se revoltar com Portugal, como vemos no seguinte trecho do livro,

> Estavam todos zangados com Portugal. Duas ou três pessoas alheavam-se da multidão enquanto liam a obra Sem Pátria, de Hans Hellmut Kirst. A bordo sentia-se bem medo e a ansiedade de chegar a algum lado. Havia quem quisesse emigrar para a Austrália, para o Brasil ou para o Canadá apenas com a roupa do corpo. Os que fugiram à pressa não traziam mais nada. (GARCIA, 2011, p.14)

Os refugiados do processo de independência de Angola , como podemos perceber nos memorandos de Ovídio Melo e no livro de Rita Garcia, estavam desesperados para sair de Angola e, ao mesmo tempo, registram o abandono do Estado português deixando os mesmos a própria sorte.

[280] Entrevista dada ao autor em Lisboa. 15/01/2012.

Dentro das discussões sobre o processo de fugas decorrentes da emigração branca de descendência portuguesa, importa salientarmos que aqueles que nasceram e sempre viveram em Angola, mas que muitas vezes não se identificavam com a cultura africana ou se enxergavam como sendo da nacionalidade portuguesa, eram os que mais buscavam uma forma de sair do país. Sobre essa questão destacamos o seguinte trecho,

> Osvaldo Garcez Souza aterrada a Portela poucos dias antes. O anúncio de que o MPLA andava a recrutar para o Exército todos os naturais de Angola com mais 18 anos fizera-o desistir de ficar na terra onde tinha nascido. Aos 26 anos, cumpria serviço militar durante três anos e meio mas, com a família toda em Portugal, não queria correr o risco de se envolver numa guerra que não lhe dizia respeito e ficara aterrorizado com hipótese de o obrigarem a combater por algum dos movimentos de libertação.(GARCIA, 2011, p.16)

A autora aborda a questão da identidade nacional, pois o jovem em questão, Osvaldo Garcez Souza, foi o exemplo daqueles que nasceram em Angola, mas não tinham identificação com o país, haja vista que a família inteira acaba ido para Portugal. Mas o que chama atenção é a maneira como Rita Garcia escreve ao apontar que ele “não queria se envolver numa guerra que não lhe dizia respeito”. Fica a indagação: uma guerra que não lhe dizia respeito? Inferimos, pela forma da escrita, que mesmo com todos os problemas enfrentado pelos brancos em Angola, havia uma parte que fortalecia a ideia de uma ocupação branca de exploração em Angola e quando não tinha mais o que explorar, não tinha mais nada a ver com aquela terra. No entanto, a questão é mais complexa do que parece.

Em outro memorando Ovídio Melo discorreu em 21/05/1975 os por menores sobre a situação política de Angola e seus receios sobre o futuro,

> Tenho intencionalmente protelado a tentativa de fazer uma somação dos últimos acontecimentos políticos militares em Luanda, com as consequências que podem trazer, pela simples razão de que a poeira ainda não sentou sobre o campo da luta. Muitos dos ângulos da batalha se trava apenas vislumbrado, não são propriamente vistos. Isto torna extremamente difícil, senão impossível, ter a esta altura, uma percepção perfeitamente objetiva e qualificada de conjunto.

> 2. Os acontecimentos, no entanto, se precipitam. Causas e consequência começam a se confundir. Comunicados, proclamações se entrecruzem. Novas ou conferências de cúpula, são discutidas, aceitas ou recusadas. Personagens, entidade que tiveram breve fulgor nos primeiros atos da Independência programada e que, desde então pareciam afastadas definitivamente do enredo, fizeram estrondoso – e estrondoso é o termo – reaparecimento no proscênio. Novas dimensões internacionais vão ganhando esta luta pelo poder em Angola, que, até bem pouco, parecia ter significado apenas local, ou no máximo, luso-africano. Nestas condições uma tentativa de entendimento do conjunto será permitir que causas e efeitos se misturam irremediavelmente, que aspectos secundários, mas ainda assim importante, se obscureçam e terminem por se perder, na voragem de acontecimentos subsequentes. Melhor será tentar logo o equacionamento das forças em luta, fazer a súmula dos acontecimentos, mesmo que não possamos traçar a cada passo uma nítida distinção entre o que é pura realidade ou mera especulação.[281]

A introdução que Ovídio Melo expõe sobre a situação, é aquela que expusemos na introdução deste trabalho, na qual o processo de independência de Angola estava inserido dentro da Guerra Fria, na luta entre o capitalismo (EUA) e o socialismo (URSS) e suas derivações (China entre outros). Os brancos angolanos e portugueses que estavam, aquela altura, deslocados o que culminou no êxodo, onde destinos mais visados eram Portugal e Brasil. Em relação aos brancos portugueses havia o problema com membros da PIDE, grupo que estava sendo caçado em Angola, questão que já abordamos anteriormente. Melo em seu longo memorando desdobra esses acontecimentos,

> 3. Os acontecimentos de começo de maio em Luanda, com todo o rastro ensanguentado que deixaram, devem ser situados, para que melhor os compreendemos, num panorama mais vasto. As eleições em Portugal, em fins de abril, ao confirmarem rumos socializantes para a ex-metrópole, desesperaram todos aqueles que em Angola ainda ansiavam pelo retorno ao passado salazarista e colonial. Spínola ainda havia tido esperança. Falhara. A tentativa do FNLA em março, de liquidar o MPLA, de conseguir aqui o que Spínola não alcançou em Lisboa, também fracassou. Os estertores finais de Saigon e Pnhon Penn vinham acrescentar toques ainda mais dramáticos à visão evocada, e porque evocada, temida, de uma tomada de poder pelos negros, nesta Luanda sitiada por muceques. Ressurgiram, então, entidades e personagens que pareciam desaparecidas desde o primeiro ato do

[281] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 108. Em 21/05/1975.

> processo de descolonização. A PIDE, que nunca foi completamente desmontada em Lunda. A FUA, organização de brancos que, de começo, pretendeu ser reconhecida entre os movimentos, mas acabou enjeitada até pelo próprio governo português. Mas PIDE, FUA, eram pouca gente. Precisam sensibilizar a massa, jogar os movimentos uns contra os outros, caracterizar os pretos como racistas, irremediavelmente belicosos, semear pânico entre brancos, jogar contra pretos contra brancos, criar o caos, para então comover a mover as forças armadas portuguesas, aliciá-las na proteção dos compatriotas civis, de tal forma que se voltassem contra o processo de descolonização, contra o Movimentos das Forças Armadas em Portugal. Fazer, enfim, a revolução em Portugal a partir de Angola.[282]

O cenário apresentado por Ovídio Melo é perturbador, pois os brancos inconformados com o processo de independência e, porque não dizer, perdidos, procuram causar o caos e, segundo ele, esse traço se reproduz em todo o continente africano. No qual se coloca que África estava melhor quando o branco colonizador estava no comando. No entanto, o que Melo expõe é que, justamente, por conta da insatisfação com relação a perda do "poder branco" que decorreria da emancipação de Angola, os brancos procuravam boicotar o processo. É evidente que entre os movimentos havia intrigas e lutas pelo poder, mas como exposto pelo representante brasileiro, a situação era agravada por esses brancos que não queriam abrir mão de seus benefícios, em seguida nesse mesmo memorando ele expõe como eram executados os atos de violência,

> 4. Tudo isso foi tentado. De começo, tiroteio, para o ar, a esmo. Depois, bombardeio de muceques com armas pesadas, "furtadas", segundo rumores, de um arsenal militar português. Os movimentos terminaram relutantemente por entrar na peleja. Os boatos se entrecruzavam, cada dia mais terríveis. Saqueios, violações, repertório infindável de horrores. O bombardeio dos muceques, os choques entre os movimentos, logo encheram os hospitais de vítimas, moradores dos bairros periféricos, apavorados, afluíram para o centro da cidade. Manifestações "espontâneas" de brancos se formaram, para percorrer a cidade em caminhões, para concitar as tropas portuguesa à ação, para obrigar o Alto comissário e o Governo de Portugal a tomarem atitudes, para tentar até envolver países amigos, como o Brasil, nessa "tragédia" que muito gostariam de equiparar à do Congo em 1962. O consulado se

[282] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 108. Em 21/05/1975.

> encheu de candidatos a visto. O êxodo de brancos ameaça paralisar o pais.[283]

Pelo que é narrado por Ovídio Melo um verdadeiro caos foi instalado em Angola, e este tinha como objetivo desestabilizar o processo de independência, o que de certa maneira "rendia alguns frutos". Pois toda a população branca ou negra se sentia insegura em Luanda. Como Melo havia discorrido, vários são os brancos portugueses e seus descentes que pediram visto para o Brasil.

A respeito dos Movimentos Melo discorreu,

> 5. Se as bases dos vários movimentos, nos muceques bombardeados, não poderiam deixar de se contagiar com o pânico em começo – e por isso os movimentos submetidos a provocações se chocaram, os lideres souberam, no entanto, manter cabeças frias. Inúmeros comunicados conjuntos, insistentemente divulgados pela imprensa e para rádio, ordenavam às forças do MPLA da FNLA e da UNITA que não respondessem a fogo, em perigo imediato da vida. Tropas conjuntas dos três movimentos e das forças portuguesas começaram então a patrulhar a cidade, impedindo manifestações, defrontando provocadores, impondo cumprimento de toque de recolher e, com todas essas medidas, acalmando os ânimos. Depois de uma semana de tiroteios e escaramuças, a cidade pode então voltar a uma calma relativa e precária. Em Nova Lisboa, a 900 Km (sic) de Luanda, idênticos acontecimentos ocorreram um semana depois, em menor escala por certo, pois a cidade é menor. Tiveram exatamente as mesmas características e a mesma causação, isto é, pareciam obedecer aos mesmos planos. [284]

Os movimentos de independência, segundo Melo, resistiram às provocações e mesmo com suas diferenças, emitiam comunicados conjuntos, esclarecendo que o caos instalado era decorrência de ações dos brancos inconformados com a saída de Portugal do domínio de Angola. Dessa maneira, procuravam evitar maiores conturbações entre a população angolana. De qualquer

---

[283] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 108. Em 21/05/1975

[284] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 108. Em 21/05/1975.

forma, Ovídio Melo chama atenção para o impacto dos atos de violência, porque não dizer, de terrorismo cometido contra na população angolana,

> 6. A imprensa angolana, forçada pela censura a esfriar os ânimos da população, não fez um balanço coerente dos acontecimentos. A imprensa internacional noticiou os acontecimentos em tons alarmistas, dando ênfase aos choques entre os movimentos, divulgando números crescentes de mortos e feridos. Newsweek apontou 500 mortos. Le Monde 1.000. É voz corrente em Luanda que o numero de mortos atingiu 2.930. O certo é que as autoridades de saúde pública tiveram graves problemas para providenciar enterros a tempos de evitar putrefação e epidemias.
> 7. Estes são os fatos, na sua crueza. 2.930 mortos, a comoverem uma cidade de pouco mais de 600.000 habitantes. Acirramento crescente na luta entre os movimentos. Suspicácia racial maior. Aceleração do êxodo de branco. Paralisação da economia do país. Mais importantes, porém, do que esse saldo caótico de maio são alguns aspectos obscuros, ou propositalmente obscurecidos, dos acontecimentos: atitudes que se esboçaram, mas não chegaram a se definir; fissuras que apareceram, mas não se alargaram em cisões; interesses internacionais que agiram, mas não se alargaram em cisões; internacionais que agiram, mas não se declaram. Nesses aspectos penumbrosos, de que trataremos a seguir todos observadores, sem exceção, preveem para o futuro próximo, até a independência.[285]

O morticínio ocorrido em Angola materializa as dificuldades enfrentadas na luta por emancipação. O grande número de mortos mostra que o processo foi realmente intenso e, para que Angola se libertasse de Portugal, muito sangue jorrou e muitas vidas de civis foram ceifadas. O que podemos ver no memorando de Ovídio Melo em que foram mortos, 500, 1000 ou 2.930, qualquer desses números numa cidade 600.000 habitantes são impactantes e desestabiliza a sociedade. Inferimos que demonstrar esses dados ao governo brasileiro não foi nada animador, principalmente pensando que seu papel era de verificar a situação do país e procurar estabilizar relações solidas com o governo que assumisse o poder. Essa carnificina faz indagarmos como estava agindo o governo de transição e principalmente o Alto Comissário,

[285] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 108. Em 21/05/1975.

> 8. O Alto Comissário, desde março último, vem sendo acusado pelo MPLA de ser inerte, de favorecer com sua inercia a FNLA. Nos acontecimentos recentes, pelo menos nos três primeiros dias, o General Silva Cardoso pareceu mais uma vez titubear, ou omitir-se. Novas acusações lhe foram feitas pelo MPLA, porque essa imobilidade favorecia os provocadores brancos atuantes, e permitia ataques da FNLA aos muceques em que predomina o MPLA. Desta vez, o Alto Comissário retrucou acremente e com endereço certo: dois comunicados, destinados a refugiados as críticas que Agostinho Neto lhe fez, procurou fundamentar-se nos textos do próprio acordo de Alvor, a fim de justificar sua impassibilidade perante os graves acontecimentos. De março para cá o tom dessas acusações e contra-acusações foi ganhando acrimonia. Isto é: se antes o Alto Comissário tinha apenas uma ingênua atitude legalista, que apenas se devesse as instruções que trazia, de Alvor, hoje em dia essa inserção já pode ser até motivada, por antipatia ao MPLA. Nisto, o Alto Comissário, que foi inicialmente escolhido por Holden, em contraposição a seu antecessor, o Almirante Rosa Coutinho, vai-se distanciando do Movimento das Forças Armadas, que favorece Agostinho Neto, que admite como segunda opção Savimbi, mas que não tolera Holden, pois o associa a Mobuto, e, por intermédio deste, a Spinola, a Nixon, às conversações da ilha do Sal.

No trecho acima, Melo apresenta uma crítica ao Alto Comissário de Portugal, que diante dos fatos relatados, parece se omitir dos acontecimentos ocorridos em Luanda e Nova Lisboa, atual Huambo, ou seja, foram milhares de mortos em atos de terrorismo, e mesmo assim, há uma aparente omissão. Melo deixa a entender que na época, o Almirante Silva Cardoso, favorecia a FNLA (nesse trabalho já discorremos sobre o perfil do Almirante, que era de direita). Sendo assim as suspeitas da MPLA não foram infundadas.

Importa lembramos as relações que cada movimento matinha, quando Melo comenta que Holden Roberto não era tolerado por Agostinho Neto, por ter relações com Mobotu Sese Seko, ditador do Congo, e também as ligações com os Estados Unidos por meio do seu diplomata Henry Kissenger. Ao mesmo tempo é interessante observar a tolerância na época diante de Jonas Malheiros Savimbi, o que sabemos que, ao longo da História de Angola, vai ser o principal opositor ao MPLA[286]. A respeito de Portugal, Melo expõe a frisão que existe por conta da Revolução dos Cravos, um governo de esquerda, mas com grupos ainda ligados aos princípios salazaristas.

[286] Jonas Savimbi após o declínio da FNLA e morte de Holden Roberto se torna a frente da UNITA o maior opositor ao MPLA que fica no poder. A sua oposição só acaba com sua morte em 2002.

Ovídio Melo faz uma análise pertinente sobre esse possível racha entre as tropas portuguesas,

> 9. Seria este um dos fatores de possível divisão futura das forças portuguesas em Angola? Nos últimos acontecimentos armas pesadas teriam sido "furtadas" de um arsenal português. A boataria de cunho racista que inunda Luanda não pode deixar de afetar também as tropas, principalmente nos escalões mais baixos. Os acontecimentos em Portugal se precipitam e, vistos de longe, por uma imprensa provinciana de índole ultra conservadora, parecem ainda mais graves. Oficiais portugueses da ativa começam a enviar as esposas ao Consulado, para discretamente inquirirem sobre a possibilidade de emigração para o Brasil. Nessas condições agravadas, é prever que novos choques armados em Angola, principalmente se puderem se mascarados como conflitos raciais, poderiam sensibilizar facções militares, leva-los as se postarem em defesa dos colonos brancos.
> 10. Em Portugal mesmo, já há sintomas de descontentamento com a atuação do Alto Comissário Silva Cardoso, com a inércia das tropas em Angola deem mais proteção aos "brancos ameados em Angola". Por outro lado, Rosa Coutinho e os de seu grupo acham também que as tropas portuguesas devem intervir, sim, mas para ajudar o MPLA. Uma primeira manifestação já percorreu anteontem as ruas de Lisboa, proclamando que "a imobilidade das tropas favorece a reação em Angola", entenda-se, a FNLA. Tudo isso repercute imediatamente em Luanda, como não poderia deixar de ser. É sintomático que nas declarações feitas pelo Ministro Mello Antunes, quando regressou de Luanda a Lisboa na semana última, tenha ele, sem mais elaborar, afirmado que sua agenda de conversações aqui "não punha em dúvida a atuação do Alto Comissário". A simples necessidade de desmentir, mostrar que alguma duvida já existe aqui e em Lisboa, a respeito da eficácia do General Silva Cardoso.[287]

O relato feito pelo representante brasileiro deixa patente o conflito em Portugal sobre os caminhos que estão sendo tomados em Angola, pois o Almirante que foi enviado deixa claro no seu livro de memória o descontentamento com a MPLA, e pelo teor deste memorando mostra esse descontentamento ou certa aversão, poderia beneficiar a FNLA. Percebemos um Portugal dividido por grupos que haviam feito à revolução e os que tiveram que aceitar de toda forma as

[287] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 100. Em 21/05/1975.

mudanças no país. O papel realizado pelo Almirante Silva Cardoso despertava descontentamento de parte da população portuguesa, bem como vimos, por parte da população angolana. Os oficiais portugueses temendo o pior em Angola, e também insatisfeitos com governo português enviam suas esposas para o consulado brasileiro para tirar visto e, nas palavras de Ovídio Melo, a tentativa de "emigrar" para o país.

Melo discorre sobre o papel da imprensa em relação aos acontecimentos em Angola, se omitiam, os movimentos se relacionavam nesses momentos,

> 11. Outro aspecto altamente curioso e [...] de consequência, dos acontecimentos últimos, é o fato de que as provocações que motivaram os choques entre os movimentos vão sendo acobertadas, pela imprensa, pelas autoridades portuguesas em Angola. Provocadores são apontados em termos vagos, por todos os partidos, pelo Alto Comissário, ainda agora pelo comandante provincial em Nova Lisboa, uma semana depois dos acontecimentos em Luanda. Mas nenhum provocador, individuo concreto, aparece preso, julgado, expulso do país, sequer demitido de funções que exerça. Excluídos os revides imediatos que provocadores terão encontrado de parte dos Movimentos, quando pilhados no flagrante mesmo dos atos de provocações, a impunidade em que ficaram é total. Conduzirá isso a novas provocações, ainda mais fortes, melhor articuladas? É provável. Boatos disparados ainda circulam, como circulavam antes, marcando datas e prazos para novos "massacres"[...] [288]

Ovídio Melo expõe um panorama desanimador com relação à situação em Angola para os dias que vão se seguindo, e destaca a impunidade pelos atos de violência e demonstra uma passividade dos movimentos sobre a situação de tensão que era constante e só aumentava, como vemos a seguir,

> 11. [...] Há duas semanas atrás, durante os tiroteios, diziam-se que a Polícia entraria em greve. Agora, sob a influência do MPLA, fala-se muito no desmantelamento total da PIDE, que ainda está intacta, segundo dizem. Permitirá a PIDE seu desmantelamento em passividade? A FUA, por sua vez ostensivamente, em congressos públicos, renova seus esforços para vir à tona, agora procurando associar à FNLA, talvez para proteger-se contra eventuais apurações de culpa. Estarão PIDE, FUA organizações similares, embrionárias OAS locais, convencidas da inanidade

[288] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 108. Em 21/05/1975.

> dessas tentativas de convulsionar Angola jogando os Movimentos uns contra outro? Encontram encorajamento externo, até nas páginas de Manchete. Acreditem que se este país puder ser caracterizado como novo Congo de 1962, ou como sequela do Vietnam, a possibilidade de intervenções existirá. Do Zaire, da África do Sul, dos Estados Unidos, até o Brasil. Um retorno a Portugal, nas atuais condições, tornou-se impensável. Cada vez mais essas forças ainda informes se agrupam, se entrincheiram, buscam aliados fora, para uma resistência final contra a independência de Angola, para que Angola se torne um contrapeso à esquerdização de Portugal [289]

Ovídio Melo faz o prenúncio do cenário que se tornaria Angola até 2002, pois são vários os interesses envolvidos, e ninguém estava disposto a abrir mão, uma vez que o fator ideológico era muito forte, os brancos inconformados que procuravam se aliar com a FNLA, a temível PIDE que estava presente e que poucos acreditavam que seria desmontada. Para os portugueses, que lutavam ao lado da FNLA tinha que ser antítese de Portugal que a essa altura havia assumido uma postura de esquerda. Pensando sobre os atos racistas e ideológicos que massacravam a população angolana, discorreu que,

> 12. Para evitar que ação de provocadores brancos possa continuar a acirrar a luta entre os Movimentos, para impedir que racismo conjugados a ideologia possam levar de fato Angola a um banho de sague, o primeiro passo necessário seria a obtenção de uma medida maior de entendimento entre os partidos que compõem o Governo de Transição. Seria preciso, portanto, obviamente, rever os acordos de Alvor, reexaminar a oportunidade das eleições vindouras, estudar a possibilidade, ainda que remota, de um Governo de Coligação que pudesse levar este pais à independência na data programada, sem desdouro para o programa de descolonização do MFA, sem maiores problemas para Portugal. Lisboa sugeriu justamente, como única solução para este defrontamento crescente que vai fazendo, aparentemente entre brancos e pretos, uma nova cimeira. O MPLA e a UNITA aceitaram a proposta. Holden, em viagem à Tunísia, recusou-a, taxativamente, rejeitando participar de qualquer cimeira onde encontrem os portugueses. Colocou-se assim, definitivo, em contraposição ao Governo de Portugal. Mello Antunes veio a Luanda, entendeu-se com Agostinho Neto, com Savimbi. Da última feita que aqui veio, procurou Holden em Kinshasa. Desta vez, conversou apenas com Jonhy Eduardo, representante do FNLA no

[289] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 100. Em 21/05/1975.

> Governo de Transição. Nada transpirou dessas conversações. Mas, entre os dirigentes dos Movimentos, Holden assim se isola. Reside em Kinshasa, não em Luanda. Recusa-se a conversa com os portugueses, sem considerar a força que este ainda tem na ex-colonia. Várias hipóteses, então, ficam abertas para o futuro, quando se considera que acirramento da situação politica em Angola traz tantos problemas políticos para Portugal, que o Governo português, mesmo que quisesse, não poderia cruzar os braços, deixando que apenas os Movimentos, entre si, decidam os problemas da descolonização.[290]

Além dos problemas envolvendo os massacres em Luanda, o representante brasileiro aponta a falta de diálogo entre os movimentos, a ponto de propor soluções entre eles , tendo vista que Portugal somente propôs uma cimeira, porém a FNLA de Holden Roberto se põe contra por se negar a negociar com Portugal. Sendo assim, Ovídio Melo acreditava que a solução para os graves problemas em Angola ficariam difíceis de ser resolvidos, sem atuação presente de Portugal, Melo escreve algumas questões que colocam Portugal dentro desse processo de independência em uma situação complexa,

> 13. Em tendo de agir, com rapidez, Portugal está constrangido pelas circunstâncias:
> 1. Permitir que haja fluxo descontrolado e precipite de angolanos para Portugal será aumentar ainda mais as dificuldades econômicas de Lisboa, criar problema políticos adicionais na ex-metrópole. Todos os voos de Luanda para Lisboa (e também para o Rio) já estão reservados e repletos até setembro. Mas incidentes começam a surgir a cada passo, no próprio aeroporto de Sacavem, entre colonos angolanos que retornam e manifestantes portugueses governistas.
> 2. Permitir que as tropas portuguesas de Angola voltem, escalonadamente ou em massa, de um só vez, caso fiquem aqui até a independência, será criar problemas grandes para o MFA.
> 3. Deixar que as eleições se realizem em Angola, nas condições atuais, é permitir o acirramento de luta já existente.
> 4. Postergar as eleições ou a independência, ou dar a independência sem eleições e retirar-se, seria promover diretamente a guerra civil.
> 5. Proteger os brancos portugueses que estejam em Angola e fique imprescindível para que não haja grande comoção em Portugal. Mas como proteger nacionais que se vão maciçamente caracterizando, perante os negros, na situação de agitadores, de

[290] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 100. Em 21/05/1975.

> provocadores? Seria envolver-se na guerra civil, arrisca-se a invalidar todo o processo de descolonização.
> 6. Sendo Angola uma nação extremamente rica, Portugal tudo fará com ela manter estritos laços econômicos, à semelhanças do que fizeram a França e a Grã-Bretanha em suas ex-colônias. O ideal seria dar a independência politica, mantendo a dependência econômica. E nisso todos os portugueses, seja de direita, seja de esquerda, estarão de acordo.[291]

Ovídio Melo pontua algumas ações e situações que envolvem Portugal, em que qualquer atitude lusitana poderia ter reflexos positivos ou negativos. O quadro apontado por Ovídio, como sabemos, vai ocasionar a guerra civil logo após a independência. Importa grifarmos que a estratégia montada pelo representante brasileiro, algo que foi mais "tranquilo" para as outras sociedades colonizadoras, a exemplo da França, Inglaterra, Bélgica, que foi a dependência econômica, que muitos países africanos até hoje vivem dependendo economicamente de suas ex-metrópoles, logo tendo a dependência econômica a influência nas decisões políticas é um passo.

Segue com algumas preocupações sobre retirada de Portugal de cena,

> 14. Portugal tem, pois de sair, mas sem deixar os brancos de Angola desprotegidos. As tropas portuguesas não podem retornar de uma só vez, nem pode haver êxodo de portugueses que liquide a economia da mãe-pátria. Só duas fórmulas seriam ainda possíveis para satisfazer finalidades tão contraditórias. Aventou-as:
> 1. Tentar negociar com o MPLA e com a UNITA, promover um entendimento entre esses dois partidos, em prejuízo e com exclusão da FNLA. As tropas portuguesas então ficariam em Angola, pelo menos parcialmente, com auxiliares desses dois Movimentos, para defrontar-se com a FNLA, como as áreas geográficas de influência dos vários Movimentos são bastante caracterizadas, poder-se-ia imaginar um cenário em que o MPLA dominasse Luanda, Savimbi controlasse o Sul e ambos, com auxilio de tropas portuguesa, defrontassem Holden e Mobutu. Os brancos do Sul, mesmo conservadores, tolerariam Savimbi. Ainda que um guerra civil por longos anos se travasse numa Angola já independente, as forças em luta teriam então características multi-raciais, e a luta não afetaria diretamente a revolução portuguesa, nem comoveria desmesuradamente o mundo. Angola seria, assim,

[291] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 108. Em 21/05/1975.

> não uma espécie de Congo 1962, mas poderia até aparecer como um país invadido, em que tropas resistentes, compostas de pretos e brancos, lutassem contra intervenção estrangeira, numa espécie de Cambodia africana. A África do Sul talvez se envolvesse. Nesse caso, a luta travada na África Austral tornaria os Governos de Angola é de Portugal bem populares na África inteira. Outros países africanos certamente interviriam. Mais provável seria que a África do Sul evitasse intervir caracterizadamente no conflito, tendo em consideração a inconveniência de luta em todas as frentes, em Moçambique, na Rodésia, na Namíbia, em Angola, na Zâmbia, até na Botswana.[292]

Nos documentos escritos por Ovídio fica visível a preocupação com relação à integridade física dos brancos portugueses e descendentes, que viviam em Angola, por isso, ele propõe que a retirada dessas pessoas fosse feita aos poucos, mantendo a permanência de parte dessa população branca para a funcionalidade de Angola. Tendo em vista que a saída maciça dos brancos deixaria o país sem força de trabalho qualificada.

Como já vimos em linhas anteriores, a FNLA liderada por Holden Roberto a essa altura não queria contato com os portugueses, essa ojeriza dos angolanos ao Estado Português é tão forte que Ovídio, ao construir um plano para assegurar a independência, propõe uma aliança entre o MPLA, UNITA e MFA. Para justamente combater a FNLA. Em outra parte do memorando Ovídio Melo faz uma segunda proposta,

> 15. A segunda hipótese imaginável é o do recurso à ONU. Há várias décadas Portugal é instado pela ONU a retirar-se da África. Agora, já com a saída programada, com data certa, segundo os acordos de Alvor, vê-se ameaçado de retardamento devido ao perigo de guerra civil entre os Movimentos que não se entendem, a necessidade de proteger os brancos angolanos para evitar a repetição do Congo. A ONU, seja pelo conselho de segurança, seja pela Assembleia, dificilmente poderá se furtar às suas responsabilidades humanitárias, de manutenção da paz, caso o pedido de intervenção coletiva proceda de Portugal mesmo, que ainda detém a soberania de Angola. As tropas portuguesas seriam assim gradualmente retiradas e reabsorvidas na Metrópole, substituídas em Angola por boinas azuis, entre as quais, possivelmente tropas brasileiras. Os brancos, já então não

[292] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 108. Em 21/05/1975.

> refluíram para Portugal. Poderiam aqui ficar em relativa segurança. O sistema econômico e social seria mantido. Os problemas políticos de Angola ficariam congelados, a despeito do calor tropical, enquanto Portugal sairia em dosagens previstas, cumprindo pontualmente seu calendário do Alvor, sem perturbações maiores para a sua situação interna. As eleições em Angola se fariam antes ou depois da independência, sob os auspícios não de Portugal, mas da ONU.[293]

A segunda proposta feita pelo representante brasileiro sugere que as tropas portuguesas fossem substituídas por tropas da ONU, havendo, dessa forma uma lisura ou imparcialidade, facilitando que os brancos que viviam em Angola pudessem passar ilesos pelo processo de transição para a independência do país, sem ser-lhes atribuído o estigma de representantes do Estado Salazarista, impedindo que fossem vistos como algozes.

O exemplo usado por Ovídio Melo sobre Congo em 1962 se refere a transição traumática ocorrida naquele país, com a morte de lideranças, a exemplo de Patrice Lumumba[294], que até hoje está imersa em um mistério. Mas o que é

---

[293] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 108. Em 21/05/1975.

[294] O escritor, biografo e jornalista Martin Meredith, em seu livro *África:* Una historia de 50 años de independencia (2011) discorreu sobre o fim trágico de Patrice Lumumba: "A primera hora de la mañana del 17 de enero de 1961, Lumumba y colegas fueron recogidos por Nedaka en el campamento militar de Thysville. Fueron conducidos a un campo de aviación militar de Moanda, escoltados por tres soldados balubas de Kasai, que habían sido escogidos a por el odio que sentían hacia Lumumba. Durante las seis horas que duró el vuelo a Elisabertville, los prisioneros fueron brutamente golpeados por sus guardas. Sus ropas estaban desgarradas y manchadas de sangre. En el aeropuerto fueron recibidos por un gran contingente de oficiales belgas y soldados katangueses. Fueron golpeados con las de los fusiles, arrojados a la parte trasera de un camión y conducidos a una casa vacía situada a tres kilómetros y medio del aeropuerto donde fueron custodiados por soldados y policíais bajos el mando de un oficial belga. Encerrados en el cuarto de baño, fueron golpeados y torturados repetidamente. Tshombe y otro ministros de Katanga llegaron para mofarse de ellos y se unieron a la barbarie. Cuando Tshombe regresó a su residencia oficial, según su mayordomo, estaba “cubierto de sangre”. Aquella misma noche, en la residencia de Tshombe, los katangueses borrachos, decidieron que Lumumba y sus adláteres debían ser ejecutados inmediatamente. […] Cuando llegaron, ya se habían cavado las tumbas. Los prisioneros iban y vestido solamente con pantalones y camiseta. Cuando le llevaban a la tumba; Lumumba se dirigió a Verscheure: “Nos vais a matar, ¿verdad?”, preguntó. “Si”, respondió Verscheure. Lumumba fue el último en morir, ejecutado por un pelotón de fusilamiento bajo el mando de un oficial belga.

Por la noche, los belgas, cada vez más preocupado por consecuencias de su implicación en el asesinato de Lumumba, empezaron a urdir la historia de que a Lumumba y sus compañeros los habían asesinado unos “patriotas” cuando intentaban escapar. También decidieron deshacerse de los cadáveres. La noche siguiente, dos belgas y sus ayudantes africanos desenterraron los cuerpos, los transportaron a Kasenga, a 200 kilómetros al noroeste de Elisabethville, los descuartizaron y echaron los pedazos en un tonel de ácido sulfúrico. A continuación enterraron los

mais impactante dessa guerra civil, que envolveu inclusive alguns dos países que estavam presentes em Angola, a exemplo de Cuba, EUA, URSS entre outros, os quais materializaram também no continente africano a disputa ideológica.

A questão ocorrida no Congo foi considerada um grande fracasso para a ONU, pois culminou na morte de mais de 100.000 pessoas. A grande preocupação de Ovídio Melo era com o genocídio que poderia ocorrer em Angola. Registramos que o Brasil vai enviar tropas militares de paz para Angola somente duas décadas depois, no ano de 1991 a 1995[295].

Por fim Ovídio justifica os projetos de paz para Angola,

> 16. Essas duas possibilidades, que avento apenas como hipótese, não surgem em minha cabeça sem razão qualquer. Há indícios vagos de que outros nelas pensam, de que talvez já estejam sendo objeto de estudo em vários círculos. O movimento das Forças Armadas, os manifestantes que em Lisboa começam a concitar o Alto Comissário em Angola a lançar tropas portuguesas na luta, talvez estejam favorecendo a primeira fórmula: alijar Holden e Mobuto, exatamente como Spínola pretendia alijar o MPLA do Governo de Angola.
> 17. Considerando os riscos dessa linha de ação, ou seja, talvez porque esse não seja o curso de seu gosto, já o próprio Alto Comissário Silva Cardoso começa a lembrar, em suas entrevistas mais recentes, a possibilidade de uma intervenção da ONU.
> 18. E Holden, um tanto criticamente, fez declarações há quatro dias atrás (sic), no sentido de que "uma intervenção unilateral lançaria Angola numa guerra civil". Evidentemente Holden não se referia a uma intervenção do Zaire. Referia-se à possível entrada de Portugal na luta, ao lado do MPLA. Quando multilaterais, da ONU, Holden calou-se. Estas poderiam até favorecê-lo, ou pelo menos garantir-lhe a participação que tem, mas que vai perdendo, nos acontecimento de Angola.[296]

---

cráneos y desperdigaron los huesos los dientes durante el viaje de regreso, para que jamás se encontraram los restos de Lumumba y sus compañeros". (MEREDITH, 2011, p.144-145).

295 Segunda Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola - UNAVEM II
O Brasil continuou contribuindo para o segundo mandato da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, de maio de 1991 a fevereiro de 1995, com oito observadores militares, nove observadores policiais militares e uma unidade médica. Site: http://www.abfiponu.org.br/historia02.html. Acessado em 15/08/2014.

[296] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Situação política em Angola. Fato presentes. Hipóteses Futuras. Nº 108. Em 21/05/1975.

A respeito das ações propostas por Ovídio Melo, tendo a preocupação com o massacre generalizado de pessoas, cumpre observar a indiferença do Alto Comissário em relação aos problemas vivenciados em Angola, como também no que se referia aos privilégios dados à FNLA. Melo em outro memorando, enviado em 03/10/1975, fortalece essa indiferença e podemos observar um saudosismo pela por parte do Alto Comissário que parecia não ver com bons olhos a desvinculação de Angola de Portugal, ou como os portugueses que estavam com Salazar denominavam "Província Ultramarina".

> Entre os comunicados do Alto-Comissário da República Portuguesa em Angola, remeto, anexo, o de sábado, 29 do corrente.
> 1. Acusa os órgãos de informações angolanos de "ultrapassarem certos limites da ética e boas maneiras".
> 2. Após a "repreensão" a Savimbi por haver opinado sobre a polícia em Portugal – "país que não é o seu", agora o Alto Comissário considera demagógico chamar os militares portugueses de estrangeiros em Angola – "território onde a Bandeira Portuguesa flutua e flutuará até a independência".
> 3. Minimiza, como "incidente, em que o único molestado foi militar português", a "revanche" de um contingente do exército contra um quartel da polícia, onde estava detido um bêbado arruaceiro, circunstancialmente soldado à paisana.
> 4. Parece-lhe que a nervosa e precipitada atuação da referida tropa portuguesa, ao cercar o quartel angolano, é insignificante na sua "tática de neutralidade ativa".
> 5. Reiterou que a soberania continua a ser portuguesa – "e advirto-os de que não estou disposto a que as Forças que comando sejam insultadas, no todo ou em parte".
> 6. "Por último, desejo informar os senhores jornalistas que o Alto-Comissário e Comandante-chefe não necessita que lhe lembrem os seus deveres, e não admite que lhe exijam seja o que for".[297]

Ovídio Melo retransmite o memorando em 03/10/1975, onde menciona o acontecimento de um encontro entre representantes brasileiros com membros da UNITA, que demonstra o quanto estava complicado qualquer questão em Angola,

> Muito agradeço retransmissão extremamente útil sobre as conversações de José N'dele com assessores do Ministro em Nova York. A situação militar descrita por N'Dele é sofismática e

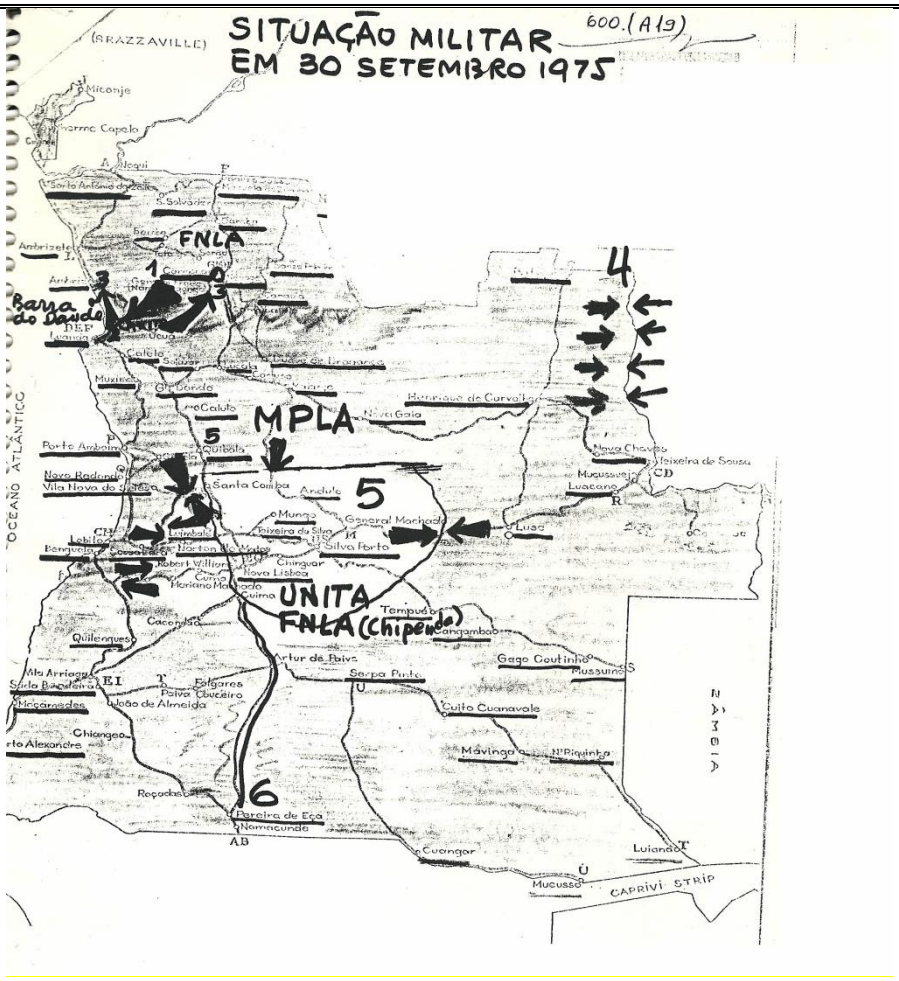
[297] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Comunicado do Alto Comissário. Nº 229. Em 03/10/1975.

> usa de artifícios. De uma parte menciona para a UNITA e para a FNLA "o controle de quatro províncias inteiras". De outra minimiza o controle que o MPLA exerce "apenas sobre a capital e sobre umas poucas cidades". A guerra em Luanda não é nos moldes clássicos. Não há grandes exércitos que se defrontem, nem frentes definidas. Nem o controle sobre províncias inteiras pode ser assegurado num país que tem a vastidão do Pará e uma população rarefeita. A guerra que se faz é justamente a partir das cidades e dos lugarejos, fontes imediatas de abastecimento. E é o próprio N'Dele quem reconhece que o MPLA controla a maioria das cidades importantes. De fato quem controla a capital de uma província passa por controlar a província inteira e nesse sentido das 16 províncias de Angola, contando Cabinda, o MPLA controla todas com exceção do Uige e Zaire ao Norte, em mãos do FNLA, ou província de Huambo no planalto central em mãos da UNITA. José N'Dele encontra-se em Nova York, longe capital provincial de Nova Lisboa o que dá até lugar a especulações quanto à possibilidade de que se esteja preparando para cindir a UNITA e eventualmente aderir ao MPLA. Mas porque está longe, desconhece exatamente as condições presentes em Nova Lisboa. Tenho o depoimento muito atualizado de funcionários internacionais, padres e jornalista brasileiros que vieram de Nova Lisboa na semana passada. É o mais completo caos, não tem suprimentos. Tornou-se pior do que Luanda nos piores momentos passados. E para acúmulo das desgraças, as tropas presentes em Nova Lisboa, da UNITA, da FNLA autêntica e da FNLA facção Chipenda, simplesmente não entendem e por ameaça chocar-se. Por outro lado, o MPLA, que assediava Nova Lisboa por todos os lados mas não havia ainda ultrapassado a fronteira da província, hoje publicada que os combates já travam "dentro da província de Huambo, com incursões mesmo até às cercanias de Nova Lisboa. Ninguém supõe aqui em Luanda que Nova Lisboa, nas condições acimas escritas, tenha condições para resistir muito tempo, pois até combustível lhe falta totalmente. [298]

Na próxima página apresentamos o mapa explicativo desenvolvido por Ovídio e enviado como anexo do memorando acima, o qual é nomeado como "Situação Militar". Neste mapa é possível ver o cuidado de Ovídio com relação às informações políticas passadas para o Brasil,

[298] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Encontro de Funcionários brasileiros coma representação da UNITA. Nº 232. Em 03/10/1975.

Imagem 2. Situação Militar em 30 de Setembro de 1975



Fonte: Mapa extraído dos memorados enviados ao Ministério das Relações Exteriores. Memorando da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Encontro de Funcionários brasileiros coma representação da UNITA. Nº 232. Em 03/10/1975

Os graves problemas enfrentados em Angola motivou uma dispersão de sua população, em especial branca, de descendentes portugueses ou propriamente de nacionalidade portuguesa. Registramos, inclusive, que membros brancos dos movimentos envolvidos no processo de independência, em encontro com o representante brasileiro, deixavam clara a intenção de pedir asilo para o Brasil. Ovídio Melo envia um memorando ao Estado Brasileiro em 03/12/1975, discorrendo sobre o crescimento de pedido de visto fazendo um balanço entre 1973 a 1975.

Encaminho levantamento que mandei fazer sobre o número de vistos concedidos pelo extinto Consulado em Luanda, nos anos de 1973, 1974, 19975 a fim de examinar melhor a relação entre os acontecimentos políticos durante o processo de descolonização em Angola e o fluxo da emigração para o Brasil. 1973 transcorreu plácido, como se a situação da Província Ultramarina fosse imutável. O número de vistos, de mês para mês era mínimo e, em alguns meses, zero.
[...]
2. Os acontecimentos de abril de 1974 em Portugal e de todo o período do governo Spínola não causaram sobressalto aos portugueses em Angola. Enquanto Spínola se entendia com Mobutu na Ilha do Sal, perdurava aqui a esperança entre os portugueses de que o processo de descolonização pudesse ser feito de maneira meramente formal, sem prejuízo qualquer para os colonos.
[...]
3. A queda de Spínola logo se refletiu em Angola: brancos entram nos muceques em setembro e promovem distúrbios, graves, que passam a causar represálias dos pretos. O número de vistos para o Brasil começa então a aumentar; 11 em setembro; 15 em outubro, 41 em novembro. Os acordos de Alvor e o Natal trazem em pouco mais de segurança: Só 11 vistos em dezembro.
[...]
4. Em janeiro é criado o Governo de Transição. OS movimentos trazem suas tropas para Luanda. Começa a aparecer grandes tensões. Em fevereiro, Chipenda é expulso das sedes que aqui instalara sua dissidência do MPLA. Em março estouram o primeiro grande conflito entre a FNLA e o MPLA. O êxodo de portugueses se acelera. Maio e junho são também marcados por lutas na Capital. Em julho a situação se define, com a vitória do MPLA e a expulsão da FNLA e UNITA. Os números de vistos no ano de 1975 refletem esses acontecimentos pari-passu. Em julho, pior de todos os conflitos, chegou o consulado a conceder 490 vistos que servirão à emigração de 774 pessoas.
5. Considerando-se que só obtinham vistos os “previdentes”, aqueles que dispunham de documentação em ordem para obter visto – pois os ‘imprevidentes’, ou mais temorosos, preferiam sair para o Brasil mesmo sem visto, valendo-se do acordo com Portugal que dispensava visto para turistas, é de ver que o Consulado, para conceder 490 vistos permanentes em um mês teve de atender a muitos milhares de consultantes e peticionários.
[...]
6. Em outubro, às vésperas da Independência, o movimento consular diminuiu sensivelmente, pois o êxodo em grande escala se estancar, a cidade estava em calma, a despeito do noticiário alarmante das agências noticiosas internacionais que aqui não repercutem.
7. Os números reduzidos de outubro em diante refletem, outrossim a existência no Brasil de um novo sistema para concessão de vistos a refugiados portugueses.

> 8. Em novembro, finalmente tivemos apenas dois vistos, O que mostra que o diluvio já passou e o serviço consular da nova Embaixada em Luanda pode começar a ser organizado.[299]

Os alertas constantes do representante brasileiro com relação a sensação de caos proliferado tinha razão de ser, pois, além de Luanda, outras grandes províncias angolanas sofriam com a proliferação do caos. A província de Nova Lisboa foi ocupada pelos membros da UNITA, que se dividiam entre lá e Nova York, todavia, o próprio movimento admitiu que o MPLA ocupava a capital e dezesseis provinciais, sendo este um quadro prejudicial à UNITA.

Os conflitos entre as facções da UNITA, FNLA e FNLA ligado a Daniel Chipenda[300] não conseguem entrar em acordo. O que agrava mais a situação de ambos os movimentos. O verdadeiro caos estabelecido na região agravados pelas mesmas consequências que em Luanda. Fuga de brancos, estradas congestionadas. Além de comprometer diálogos e acordos importantes entre o governo provisório ou de transição e o governo brasileiro, como podemos ver nessa parte final do memorando,

> O aeroporto está congestionado com êxodo total dos portugueses e a única estrada de acesso que lhe resta vem de Pereira d' Eça na fronteira com a Namíbia. A passagem por esta estrada é precária e apenas uns poucos caminhões de suprimento conseguiram chegar da Namíbia à Nova Lisboa, caracterizando

[299] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Emigração portuguesa no período descolonização de Angola. Nº 281. Em 03/12/1975.

[300] Ao longo desse trabalho, o militante Daniel Chipenda é amplamente cita, contudo importa salientamos mais alguns elementos do seu perfil, segundo Onofre dos Santos, Daniel Chipenda: Secretário-geral da FNLA nas alturas dos Acordos de Alvor, era meu conhecido desde os tempos de Coimbra, onde foi futebolista afamado da Académica. Grande jogador era também um talentoso orador que gostava de audiências que nunca lhe recusavam atenção e carinho. Foi, no entanto, um político senhor do seu destino o Daniel Chipenda que vi sair de um Mercedes à porta principal do bureau da FNLA em Kinshasa, depois da sua luta pela liderança no interior do MPLA em que chegou a impor os votos a seu favor ao favorito Agostino Neto. Depois disso, Chipenda não descansou na sua cruzada pela unidade entre a FNLA e a UNITA no Huambo foi conseguida naqueles primeiros dias de independência. O último acto destas memórias passam-se (sic) exatamente na sua casa em Kinhasa, sempre hospitaleira coo outras que lhe conheci em Oeiras e em Cascais, durante os lagos anos em que voluntariamente se exilou. Depois da paz de Bicesse, Chipenda voltou ao MPLA, o que não impediu de concorrer às eleições presidenciais, ao lado de José Eduardo dos Santos, Jonas Malheiro Savimbi e Holden Roberto, para além de outros. Veio a falecer em Portugal numa altura em que me encontrava ausente em serviços das Nações Unidas. Não pude ir dar-lhe o último abraço. (SANTOS, 2013, p.172-173.)

> eventual ajuda que a África do Sul, ou refugiados portugueses na África do Sul, possam estar dando aos assediados. Quando à conferência de Kampala, começou ontem, mas a UNITA, que era esperada porque sempre foi a primeira nessas iniciativas de paz, lá não está, muito embora os dois outros partidos estejam. Talvez isso se deva a um desentendimento temporário de Savimbi com Idi Amin, pois este, em sua incontinência verbal, acusou a UNITA de estar recebendo auxilio da África do Sul. Por tudo isso julgo seja prematura a ida de José N'Dele, acompanhado de Jerônimo Wanga, ao Brasil. Pois no presente momento a representação que tem é precária, diria mesmo periclitante, e a visita teria o imediato efeito de destroçar nossas relações certamente mais difíceis com o MPLA. Podemos ter certeza de que, após tantas lutas e estando tão próxima a independência, a situação em Angola não se resolverá por eleições, como desejaria a UNITA. E militarmente, é indubitável que o MPLA e muito forte.[301]

Vemos que a situação a um mês da independência de Angola estava favorecendo o MPLA. Inferimos que esse favorecimento era mais pela desorganização dos outros movimentos, embora evidenciemos que este movimento também vivenciava vários conflitos internos e, além disso, relatamos desistência de alguns membros que abandonaram o MPLA, ou se inseriram em outros grupos. Melo discorreu em 07/10/1975 sobre a reiteração da politica externa do MPLA, a um mês da independência de Angola,

> Percorrendo os vários bairros populares de Lunda, na campanha de organização e conscientização a que o MPLA denominou de "2 Semana do Poder Popular", o Presidente do Movimento, Agostinho Neto, ontem, pela segunda vez na semana, importante discurso, que transcende os propósitos da chamada "resistência popular generalizada", ou seja, ultrapassa os objetivos de pura politica interna e tem significado internacional, na medida em que antecipa as linhas de política externa a serem seguidas por Angola, após o 11 de novembro.
> 2. Sobre política interna, curioso é salientar que Agostinho Neto, presidente de um partido que, por si mesmo, já está longe de ser homogêneo, fala de um governo de "União Nacional" isto é, com a maior moderação possível, amplia ainda mais a heterogeneidade do partido, deixando a porta aberta para o reingresso de trânsfugas do MPLA, tais como os "traidores" da chamada Revolta Ativa, ou dissidentes eventuais da UNITA, talvez mesmo do FNLA. Comenta-se, por exemplo, que Joaquim Pinto de Andrade, fundador do MPLA que se incompatibilizou com Agostinho Neto e fundou a dissidência da Revolta Ativa, será o próximo Ministro da

[301] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Emigração portuguesa no período descolonização de Angola. Nº 281. Em 03/12/1975.

> Educação. E que José N'Dele, por exemplo, se quiser deixar Savimbi, poderá ter um ministério no novo Governo.[302]

O MPLA programa-se para ocupar o poder em Angola, para tanto procura diversificar suas alianças por meio de dissidentes de outros partidos ou movimentos e até mesmo de pessoas, a exemplo Joaquim Pinto de Andrade, que embora tenha fundado o MPLA agora havia formado o movimento Revolta Ativa, que reuniu os descontentes com o MPLA. Ou, a exemplo de José N'Dele, que era representante da UNITA, que o próprio Ovídio havia relatado sobre as preocupações que ele tinha sobre a própria UNITA dentro do processo de independência. Essas são questões internas que o MPLA procura organizar.

Nas questões ligadas a política externa, que na conjuntura da época já apontamos eram serias, Ovídio Melo faz as seguintes considerações,

> 3. Em política externa, vários pontos merecem destaque:
> A introdução da OUA na política de Angola é repelida, mas a organização internacional africana, mesmo sob a presidência megalomaníaca de Idi Amim, a quem o MPLA despreza e teme, não é hostilizado. Contemporizando, o MPLA comparece a Kampala com um delegação significativa, dialoga com a OUA, recebe em Luanda a missão que a OUA envia com proposito supostamente conciliadores. Enquanto isso ocorre, Idi Amin volta-se contra o MPLA contra a UNITA, increpando-lhe receber apoio da África do Sul.
> 4. Com os chineses, que apoiam Holden, Agostinho Neto também é conciliador. Atribui esse continuando apoio a um possível equivoco, mesmo três meses depois de haver enviado Lucio Lara à China para esclarecer os chineses a respeito da FNLA. Talvez esse tom conciliatório para com os chineses se deva ao fato recente de que a China, sempre continuando a apoiar Holden, passou a fornecer helicópteros, talvez armas, ao Congo Brazzavile.
> 5. Com respeito aos demais países o discurso merece ser esmiuçado, pela significação mais profunda e definitória que certas passagens possam ter.
> 6. Aos países amigos, que ajudam Angola "de um ponto de vista político, diplomático, material (URSS, por exemplo), Agostinho Neto agradece, mas "aproveita a ocasião" para definir a política externa do MPLA "como um política de não alinhamento, política

[302] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Reiteração da política externa do MPLA por Agostinho Neto. Nº 236. Em 07/10/1975.

> que permite estabelecer relações diplomáticas dentro em breve com todos os países do mundo, exceto aqueles que se constituem em agressores, contra nosso próprio país, ou contra a África". E continua:
> 7. "Apesar das diferenças que haverá, certamente, entre o regime que vamos estabelecer a partir dos dias 11, com regime de outros países de África, de Europa, da América ou da Oceania, pensamos que devemos restabelecer relações diplomáticas com todos os países do mundo que não se constituam com agressores do nosso povo ou do nosso Continente. Esta é a nossa política, política, política do MPLA, que tem sido seguida até a data. Esperamos que em Luanda, dentro de alguns meses, talvez no ano que vem, possamos ter as embaixadas de vários países do mundo, países socialistas, porque a nossa vida exigirá o intercambio político, econômico, a colaboração em diversos campos, de que o nosso povo vai beneficiar, certamente".[303]

Podemos inferir que "inebriado" com os princípios da Conferência de Bandung de 1955, como na introdução desta tese. Agostinho Neto *a priori* procura estabelecer uma política de não alinhamento, como era proposto pela referida Conferência. Contudo o cenário de Guerra Fria não possibilitava. tal autonomia como vemos na história de Angola, pois a pós-independência é uma ligação estreita com a então União Soviética. Também é verdade que após o fim da URSS, Angola entra para o mercado livre sem maiores restrições.

Ainda sobre a política externa do MPLA, Ovídio Melo discorreu sobre o papel do Ministro de Informações, senhor Rui Monteiro, que na visão do representante brasileiro, destoava de outros membros da cúpula do partido como nos aponta outro memorando, enviado no dia 07/10/1975,

> Em aditamento a informações anteriores em que salientei o contraste, dentro do MPLA, entre posições moderadas de Agostinho Neto, Lopo Nascimento, Henrique Santos, Carlos Rocha, e, de outra parte, posições extremadas de alguns ministros jovens, que se mostram mais radicais talvez com desejo de conquistar notoriedade em vésperas da independência, remeto em anexo entrevista do Ministro Rui Monteiro, no Diário de Luanda de 4/10/ 75.
> 2. Em comparação com as declarações hoje mesmo feitas por Agostinho Neto a respeito dos esforços conciliatórios da OUA, que comentei em meu ofício nº 236 desta data, as presentes

[303] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Reiteração da política externa do MPLA por Agostinho Neto. Nº 236. Em 07/10/1975.

> declarações de Rui Monteiro sobre a OUA são um modelo de inabilidade política e da inexatidão informativa.
> 3. Factualmente, prevalece no MPLA a posição de Agostinho Neto: reunião de Kampala foi assistida por uma representativa delegação do MPLA, que inclui membros do bureau politico como Henrique Santos e Carlos Rocha (Dilowa); e a missão que a OUA enviou pela segunda vez a Luanda será, senão com efusões de cordialidade, condignamente. Donde se conclui que, ao contrário do que Rui Monteiro diz, o MPLA pode se sentar à mesa de negociações da OUA, mesmo sob a presidência de Amin.
> 4. Rui Monteiro, como Ministro de Informação é o mentor dos jornais e da rádio. E seu mau exemplo de certa maneira inspira o radicalismo de alguns jornalistas improvisados, principalmente no Diário de Luanda, que tem atacado o Brasil gratuitamente, muito embora o MPLA conosco dialogue em termos de respeito e correção e, mais do que isto, conosco comece até a entabular comércio.
> 5. Pelas posições mais estremadas que, em todos os campos tem tomado, ontem já ouvi rumor no sentido de que Rui Monteiro poderá ser "saneado" após a independência.[304]

Quanto mais se aproximava a independência, mais se ampliavam as articulações, em que procuravam fortalecer alianças. A exemplo da OUA, na época dirigida pelo polêmico, Idi Amin[305], que se mostrava contrária ao MPLA, portanto, acabava boicotando o movimento. Melo discorreu sobre atitudes de membros do partido que contribuíam para polemizar mais ainda, a exemplo de Rui Monteiro, quando Ministro da Informação que boicotava os opositores do MPLA. O que acabava aumentando a ira dos opositores. As atitudes de Rui Monteiro, como podemos ver no documento levou o próprio movimento (MPLA), nas palavras de Ovídio Melo ser "saneado", ou seja, pô-lo de descanteio.

Em outro memorando, Ovídio Melo volta a discorrer sobre as articulações, como havia comentado em outro memorando, a OUA não apoiava o

[304] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Declaração sobre política externa do Ministério de Informções. Nº238. Em 07/10/75.

[305] A respeito de Idi Amin, o historiador Miranda Twiss escreve: *Em 1971, o autonomeado general Idi Amin tornou-se presidente de Uganda. Para o resto do mundo, era uma figura histriônica, cuja extravagância, só era excedida por seu talento para bufonaria. Mas por trás do rosto sorridente havia um monstro calculista que provocou uma tragédia de proporções monumentais. Criou o notório Departamento de Investigação Estatal, que, por ordem sua, assassinou milhares de ugandenses inocentes numa campanha de limpeza étnica e executou seus inimigos ao vivo na televisão. Mutilou sua mulher e matou seus ministro, mantendo a cabeça de um deles na geladeira como advertência aos outros. No final de seu reinado, mais de 300 000 pessoas – um sexto de sua população – havia sido assassinadas. (2006, p.273)*

MPLA. Aconteceu a conferência da Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia - OSPAA, em Loureço Marques, atual Maputo em Moçambique. Registramos que Moçambique, a essa altura, já havia conseguindo sua independência e o Movimento pelo qual obteve sua desvinculação de Portugal era a FRELIMO que tinha ligação fraterna com a MPLA. Mormente, Ovídio Melo discorre no memorando no dia 08/12/1975,

> O "Diário de Luanda" dedica duas páginas ao noticiário sobre a terceira conferência da OSPAA – Organização de Solidariedade dos Povos da África e Ásia em Lourenço Marques.
> 2. A referida conferência, à qual teriam comparecido perto de cem delegados de vários países da África, Ásia e Europa, encerrou-se com apelo a todos as organizações nacionais e internacionais, a todas as forças progressistas, a todas as forças de Libertação e da paz, para que elas desencadeiem, nos seus países, campanhas de solidariedade e apoio à justa luta do povo angolano, sob a direção do MPLA
> 3. Ao contrário da OUA de Idi Amin, a OSPAA, conclui com Marcelino dos Santos: "a história do MPLA é a história da resistência ativa do povo angolano, sob a direção do MPLA";
> 4. Remeto anexos, as informações divulgadas pelo referido vespertino.
> 5. Prevendo a possibilidade de que a questão de Angola seja levada à ONU, é bastante sintomático que a OUA e a OSPAA comecem, quase ao mesmo tempo, a realizar conferências, com vistas a caracterizar posições e angariar votos futuros.[306]

Mesmo que se buscassem alianças internas para a construção da governabilidade angolana, a disputa das organizações externas, que poderiam apoiar o processo de independência de Angola, acabava também reproduzindo as disputas internas, externamente, como no exemplo de Amim, que advoga contra o MPLA. Esse fato nos mostra que, se o representante de uma organização internacional (OUA), se posiciona contrário ao movimento que está à frente do processo de libertação de Angola, logo, traz empecilhos para a própria independência. Por outro lado, vemos no trecho acima que a OSPAA, tem posicionamento diferente, e a apoia o MPLA. Nesta conjuntura, Ovídio supõe que a questão de Angola seria levada para ONU, numa perspectiva de evitar que os

[306] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Conferência da OSPAA, em Lourenco Marques. Nº 242. Em 08/10/1975.

lideres dos movimentos internacionais usassem as dificuldades vivenciadas dentro do processo de independência de Angola, como mote para projeções políticas futuras.

O contexto exposto acima acontece em período bem próximo da materialização da independência. Restando somente duas semanas para independência, Ovídio Melo elabora um dossiê intitulado *Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país*. Vemos, ao longo dessa tese, o quanto a relação do Brasil e Angola é em alguns momentos estreitos e outros momentos distantes.

A posição brasileira de instalar uma representatividade em Angola, mesmo que de maneira precária, decorre do interesse da construção de relações estreitas no que se refere a economia, ao mercado, ao comércio, entre outros, muito bem explicito nos documentos de Ovídio Melo. E, além disso, os documentos algumas vezes nos levam a deduzir que a intenção brasileira era também, ocupar o lugar de Portugal. Neste contexto, o reconhecimento da independência de Angola torna-se um posicionamento político "chave" que o Brasil deveria ter para ganhar a confiabilidade do governo angolano. O diplomata discorreu em 31/10/1975 sobre a importância do reconhecimento da Independência em Angola,

> Para melhor instruir e documentar a posição que o Brasil deva assumir, quando da Independência de Angola, dentro de quinze dias, - mesmo sendo a independência proclamada em Luanda com o país ainda em guerra, e por um só dos partidos reconhecimento pelo Acordo de Alvor – permito-me aqui alinhar todos os motivos de ordem política, econômica, cultural, com raízes no passado, mas com importância presente e futura, que me levam a recomendar um pronto, imediato reconhecimento desde novo país, seja qual for o Governo que na Capital se constitua.
> 2. A primeira destas razões é de que o instituto jurídico formal do reconhecimento não tem valor constante, nem efeito uniforme. Variam estes conforme a importância econômica do país que reconhece ou deixa de reconhecer. Para uns poucos governos, o reconhecimento seria até supérfluo. Pode ser usado como arma política, pois a presença econômica no território do país não reconhecido esta garantida. Para outros, que não tem interesses econômicos em territórios alheios, o não reconhecimento implica ausência, alheiamente, que, em certos casos, só seria diminuído por vagas afinidades culturais. Para terceiros países que não tenham importância econômica nem afinidades culturais, o não reconhecimento implica ausência total. Pelas nossas afinidades com Angola e com o peso especifico que nosso grau de desenvolvimento nos colocaria na segunda categoria acima. Mas

> forças variadas aqui muito atuantes e que denunciarei a seguir, tenderão a deprimir a nossa imagem, em nossa ausência.[307]

O memorando de Ovídio Melo alerta o governo brasileiro a não perder a roda da história, pois o fato de estar lá ha alguns meses trazia legitimidade para suas sugestões, tendo em vista que acompanhava os movimentos de independência, assim como a própria dinâmica das relações diplomáticas que esses movimentos tinham externamente. Neste sentindo rememora o governo brasileiro a respeito de posturas anteriormente tomadas e como estava a condição atual, como vemos abaixo,

> 3. Encontra-se em Luanda, neste momento, ainda com o exaquatur dos tempos coloniais, os Estados Unidos, os países do Mercado Comum... e o Brasil. Fomos os últimos a chegar, e incorporamo-nos ao grupo de forma um tanto artificial, pois para aqui viemos em 1962 por motivos idealistas, sem interesses econômicos imediatos e concretos. Enquanto aos demais países presentes Portugal permitia uma associação discreta nos lucros do colonialismo, ao Brasil nada era permitido. Portugal desde o século XVII procura trazer-nos longe de Angola, segundo o principio de que dividir é reinar. Os outros países que aqui estão sempre temeram que lhes disputássemos o mercado angolano, que eles, por sua vez, a duras custas, disputavam a Portugal. Nossos interesses não coincidem, pois, no tocante a Angola. Há como que uma disputa triangular, em que somos os últimos a chegar. Vejamos a seguir de que maneira o reconhecimento ou não-reconhecimento afetaria cada um dos países já aqui presente, inclusive Portugal.[308]

Melo expõe como o governo brasileiro estava atrasado nas relações com Angola, mesmo tendo relações históricas, como apontado ao longo desse trabalho, o Brasil em um momento tão decisivo para os angolanos ainda engatinhava nas relações com a recém-nascida nação. Esse distanciamento foi patrocinado historicamente por Portugal, que monopolizava a então “colônia portuguesa” evitando qualquer tipo de relação direta entre as duas nações (Brasil/Angola).

---

[307] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país. Nº 256. Em 31/10/1975.

[308] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país. Nº 256. Em 31/10/1975.

As relações Portugal/Angola por mais que houvesse ressentimentos estavam ligadas e intensas por mais de 500 anos, ao contrário do Brasil, que no século XIX era um país independente de Portugal e foi se distanciando ao longo do tempo das nações africanas, especialmente, após o fim do comércio de escravos e a abolição da escravatura. Sobre essa questão Melo discorre,

> 4. Portugal, saia daqui como amigo ou como inimigo, saia bem ou mal, siga ou não rumos completamente diferentes dos de Angola, tenha ou não relações diplomática com Angola, aqui estará presente em força. Ficam aqui 250.000 portugueses, muitos dos quais até lutaram pela independência, e por isso terão ainda postos burocráticos ou governamentais. Se Portugal agora enveredasse pela direita, se Salazar redivivo retomasse o poder em Lisboa, ainda assim as vinculações de Angola com Portugal não desapareceriam, antes se fortificariam. Da mesma forma como Spínola pode pretender influir em Portugal através de Angola, a esquerda portuguesa, se sufocada em Portugal, tenderá a refluir para Angola, a unir-se ainda à esquerda angolana, branca e preta. Isto torna a presença portuguesa uma constante neste país[309].

Desta maneira Melo evidencia que independente da postura que Portugal adote a sua presença em Angola continuaria marcante. Ao contrario do Brasil, que por conta dos anos de distanciamento vai ter que começar a construir uma relação. Melo escreve que a postura ideológica, tanto de direita ou de esquerda não faria diferença, pois independente de qualquer coisa, seria constante a relação entre Portugal e Angola. Fato que podemos evidenciar até hoje em Angola e em Portugal o vinculo continua intenso, há vários angolanos em Portugal e, no atual momento de crise na Europa, muitos portugueses estão indo para Angola. Melo segue com seu memorando discorrendo sobre a relação de Angola com outras nações europeias e os EUA,

> 5. Quanto aos principais países europeus e aos Estados Unidos, que demonstram especial relutância (meramente política) em reconhecer Angola, caso o MPLA assuma o poder sozinho, são na verdade os detentores das grandes companhias, dos grandes interesses econômicos estrangeiros que Portugal permitiu aqui se estabelecessem. Caso esses países não reconheçam, pois Angola, caso fechem aqui suas representações, caso se

[309] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país. Nº 256. Em 31/10/1975

> submetam com o novo governo a um esfriamento de relações, meramente formal, político, diplomático, nem por tudo isto estarão submetidos a qualquer afastamento. Deixarão de instalar apenas suas Embaixadas, mas aqui permanecerão em força, com seus comerciantes, seus gerentes, seus técnicos, entre os quais haverá agentes políticos velados de toda espécie.
> 6. Essa presença econômica essencial já vai sendo por esses países cuidadosamente preservada: a Gulf americana, paga *royalties* do petróleo de cabida ao MPLA e são esse dólares que permite ao Governo angolano, mesmo nas presentes circunstâncias, encomendar do Brasil, e pagar em divisas, uniformes para a polícia (700,000.00 dólares), ou transferir os lucros da VARIG nesta rota (cerca de um milhão). A Diamang (portuguesa, belga, francesa) já se entendeu com o MPLA, convidou e financiou uma *tournée* de Agostinho Neto pela província de Lunda, mereceu discurso elogioso daquele líder, está pintando e reformando as muitas mansões de seus diretores, na rua de nosso Consulado. A estrada de Ferro de Benguela, interesses ingleses, também convive com o MPLA, foi o próprio Primeiro Ministro Lopo Nascimento que me disse que a ferrovia pode continuar a circular da Zâmbia a Lobito, desde que não interfira na guerra, não transporte suprimentos para Savimbi em Nova Lisboa. Os ingleses, donos da estrada, certamente estarão dispostos a essa condição, como estiveram dispostos a ajudar Moçambique com 16 milhões de libras, em detrimentos da Rodésia, só para salvar a Estrada de Ferro da Beira[310].

As grandes corporações, em especial do setor do petróleo e outros minerais, estavam compenetradas em garantir seus investimentos em Angola. Embora, Ovídio Melo descreva os receios dessas empresas com o MPLA. A GULF americana e a *Diamang*, que envolvia três países europeus, Portugal, Bélgica e França, financiaram o MPLA e como Melo expõe muito da renda era direcionado para investimentos de empresas brasileiras, a exemplo dos uniformes dos policiais e os pagamentos a Varig. Registramos que quando MPLA recebeu ajuda de Cuba nos conflitos com os outros movimentos, Fidel Castro recomendou ter cuidado com, *GULF* estadunidense como já discorrido em linhas anteriores.

No caso do Brasil, Ovídio Melo ressalta a diferença no status da relação, alertando para a "pobreza de nossa presença e de nossos recursos", vejamos abaixo,

> a) Daqui "fomos expulsos" no século XVII, depois que ajudarmos os portugueses a expulsar os holandeses. A história de Angola, originariamente escrita pelos portugueses, atualmente

[310] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país. Nº 256. Em 31/10/1975

> submetida a revisões pelo MPLA, com ajuda da esquerda portuguesa, registra ainda com certo gozo essa "expulsão dos brasileiros", como se Salvador Correa de Sá, Vidal de Negreiros, Fernando Vieira, velhos nomes lusos de nossa história colonial, fossem legítimos brasileiros. E como se o Brasil fosse responsável pelos desmandos que esses portugueses tidos como brasileiros aqui cometeram no século XVII.
> b) O tráfico de escravo foi feito por ingleses, por portugueses de Portugal, por lusitanos residentes no Brasil ainda hoje leva a culpa como se tivesse sido autor e não simples ponto de destino naquela suja passagem da história.
> c) A guerra colonial foi feita por Portugal, com ajuda da NATO. Derrotado na guerra, Portugal sai, não obstante, como amigo e deixa aqui um contingente de 250 000 portugueses que ainda participarão do Governo. O Brasil manteve-se distante da guerra, contemporizando apenas com Portugal por sentimentalismo. Mas, para a esquerda portuguesa, para a esquerda angolana, parece que dela foi culpado, apenas por inação, por distancia. ESSA TENDÊNCIA A INCULPAÇÃO BRASILEIRA POR COISAS QUE PORTUGAL FEZ E FAZ NÃO É OCASIONAL. É PREMEDITADA E FAZ PARTE DE UMA POLÍTICA PORTUGUESA SECULAR, JÁ QUASE INSTINTIVA, QUE É A DE EVITAR A APROXIMAÇÃO ENTRE BRASIL E ANGOLA. PARECE-ME SUMAMENTE PREJUDICIAL ESSA ADULTERAÇÃO QUE TANTO A DIREITA, QUANTO A ESQUERDA PORTUGUESA, FAZEM DO PASSADO DE PORTUGAL, DO BRASIL E DE ANGOLA, NUM MOMENTO DE TRANSIÇÃO COMO ESTE, EM QUE ESTE PAÍS SE TORNA INDEPENDENTE E COMEÇA A ESTUDAR SUA PRÓPRIA HISTÓRIA; COMO PODEMOS CONTRABALANÇAR ESSA INFLUÊNCIA, SE DAQUI NOS AUSENTARMOS NESTA TRANSIÇÃO?[311] (Destaques de Melo)

Os pontos históricos levantados pelo representante brasileiro partem de uma premissa patriótica e, ao mesmo tempo, equivocada, pois a historiografia atual nos aponta que no tráfico Atlântico, o Brasil foi o principal mercado e que além do famigerado "produto" escravo negro advindo da região de Angola para trabalhar, em especial nas lavouras monocultura, os *platation*, de cana de açúcar e outros gêneros, o Brasil exportava cachaça, fumo, produtos alimentícios, a exemplo da mandioca, para o que hoje conhecemos como Angola. O historiador Luiz Felipe de Alencastro (2000) aponta bem essa questão. ao explicar que a existência dos brasílicos em Angola foi premente, portanto a visão tanto da

[311] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país. Nº 256. Em 31/10/1975

esquerda portuguesa, bem como angolana, não estava de toda errada ao apontar o domínio brasileiro na região Atlântica, na época feitos pelos brasílicos.

Registramos que Ovídio Melo alerta para questão dos laços entre portugueses e angolanos apesar da guerra, ou melhor, , do processo de independência em que foram protagonistas.. Portugal deixa cerca de 250.000, portugueses em Angola e muitos participaram do governo. Melo escreve em caixa alta sobre a "INCUPALÇÃO BRASILEIRA", e a história comprova que o representante brasileiro não estava de todo errado, porém o Estado português fez muito mais mal e por muito mais tempo.

Na realidade podemos problematizar da seguinte maneira : ambas as nações (Brasil e Angola) foram possessões portuguesas, contudo, o Brasil após o desenvolvimento do tráfico negreiro no século XVII ao XIX cria uma identidade autônoma. Melo escreve em seu memorado sobre a vinda de português ao Brasil,

> d) Os portugueses que daqui estão saindo para o Brasil neste período, mesmo que adotem mais adiante a nacionalidade brasileira, continuarão a ter, radicados no Brasil, as mesmas motivações, o mesmo ímpeto para intervir em Angola que agora têm Serão estas outras inumeráveis fontes de atrito e malquerença, de desaires de "brasileiros" contra Angola. Estando daqui ausentes, não teremos sequer como esclarecer esses problemas que se acumularão.
> e) Com esses nossos antecedentes "históricos" o não-reconhecimento de Angola por parte do Brasil viria fazer o jogo dos portugueses (de esquerda ou de direita). Dirão eles muito a gosto: "-Pois não dizíamos? Assim como Pedro I não queria a independência de Angola e combinou com D. João VI que o Brasil não ajudaria Angola a ficar independente... agora que Angola ficou independente... o Brasil não n'a reconhece..."
> f) Seria vão lembrarmos aqui, por exemplo, que quando o Presidente Jânio Quadros mandou abrir um consulado em Luanda, pretendia ajudar a esta independência. De fato, o Consulado em nada ajudou, nem sequer nos permitiu a contento acompanhar o andamento da guerra colonial. Foi tolhido pela censura, pela PIDE, viu-se logo envolvido nas teias de uma desinformação total. Acabou cercado por militares portugueses, por comerciantes atacadistas locais, usado pelo Governo português como uma espécie de endosso burocrático que o Brasil dava a ficção da "Províncias Ultramarinas".[312]

[312] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país. Nº 256. Em 31/10/1975

O exemplo dado por Ovídio Melo é trabalhado em nossa dissertação de mestrado, a qual discorre, justamente, do início da década de 1960, em que o então Presidente Jânio Quadros tinha o plano de expandir a participação brasileira no exterior a partir da PEI – Politica Externa Independente. Mas após sua renuncia, o governo incompleto de João Goulart, deposto pouco tempo depois com o sequente golpe de 1 de abril, os planos da PEI foram por água abaixo. A tentativa de aproximação com o Estado angolano ficou inoculada até o momento da implementação da Representação Brasileira em Angola. Melo discorre:

> g) Só no caso do domínio colonial, quando Vossa Excelência credenciou-me perante o Governo de Transição de fato a entrar em contato com a verdadeira Angola. Nisso temos sido obstruídos de todas as maneiras pelos portugueses ainda presentes. Não nos informam. Espalham toda sorte de rumores. Armam todo tipo de esparrelas, para nos incompatibilizar com os novos governantes. Procuram alarma-nos perante os perigos. Incitam, desinformam. Não só ex-chofer do consulado confessou-me ser da PIDE. Idênticas acusações pesam agora sobre Fonseca Lima, que daqui saiu precipitadamente há um mês atrás, e parecia ter motivos para isso conforme explicito em documentos à parte. Isto é: nossa presença aqui frente à verdadeira Angola data de março último, tem apenas meio ano. VIMOS ATÉ AQUI OS ANTECEDENTES "HISTÓRICOS" A PRESENÇA FORMAL DE REPARTICÕES BRASILEIRAS EM LUANDA" VEJAMOS AGORA A PRESENÇA ECONOMICA DO BRASIL EM ANGOLA.[313]

As considerações de Ovídio Melo sobre a presença brasileira em solo africano evidenciam o quanto Brasil e Angola estavam distantes desde independência do Brasil e mesmo com as intenções de Jânio Quadros, no início da década de 1960, que teve com plano político a aproximação do continente africano, a concretização das relações permanecia muito distante. O consulado brasileiro, no que podemos observar, virou mais um tentáculo do colonialismo lusitano, mantendo-se mais próximo de Portugal que de Angola e, na concepção de Ovídio Melo, a tentativa de aproximação se dava há apenas seis meses, ou seja, desde que foi instalada a Representação.

Importante lembrar que o Brasil não tinha efetivado esse interesse, mas outros grupos de brasileiros mantiveram contato e ajudaram grupos em Angola, a

[313] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país. Nº 256. Em 31/10/1975

exemplo do MABLA, embora tenha sido extinto após o golpe militar de 1 de abril. Todavia pessoas ligadas a esse movimento continuaram a agir. Além das questões históricas expostas pelo Representante Brasileiro, outro ponto importante para o Brasil reconhecer de imediato a independência de Angola está ligado a interesses comerciais, como . Melo discorre,

> h) Promoção comercial não existia, a bem dizer. Nem poderia existir, nas condições coloniais, quando Portugal impunha um emaranhado de obstáculos a qualquer importação que não viesse de Lisboa. As exportações do Brasil para Angola nunca subiram a mais de 0,2% das importações deste país. As tarifas alfandegárias, desde que existisse similar português, eram absolutamente impeditivas. E quando não bastavam as tarifas, ou quando não havia similar português para certo produto, imperavam restrições quantitativas (plafonds). No consulado trabalhavam um contador português que se encarregava da "promoção comercial" por duas horas diárias e cuja principal virtude era a franqueza: reconhecia que ante os impedimentos existentes, que julgava "inamovíveis", qualquer esforço maior para introduzir aqui produtos brasileiros seria absolutamente fútil. Despedi-o.
> i) COM A SAIDA DO GOVERNO PORTUGÊS, COM A ASSUNÇÃO DE UM GOVERNO QUALQUER INDEPENDENTE EM ANGOLA VAMOS AGORA TER UMA FASE EM QUE SE DERRUIRÃO AS BARREIRAS ALFANNDEGÁRIAS, OS PLAFONDS, TODOS OS IMPEDIMENTOS QUE O COLONIALISMO INSTITUIU; OS GOVERNOS QUE AQUI FICAREM, SEJA COM EMBAIXADAS ABERTAS, SEJA COM INTERESSES ECONÔMICOS PODEROSOS, PODERÃO COMEÇAR A COMPETIR EM ANGOLA, EM IGUALDADE DE CONDIÇÕES COM A EX-POTENCIA COLONIAL. MAS, POR OUTRO LADO. OS AUSENTES. OS QUE NÃO TIVEREM RELAÇÕES POLITICAS NEM INTERESSES ECONOMICOS AQUI ESTABELECIDOS ESTÃO DE FATO COMPLETAMENTE ALHEIOS A ESTE PAÍS. NESTA FASE INICIAL DECISIVA, DURANTE A QUAL SE DEFINIRÃO OS PADRÕES FUTUROS DE INTERCÂMBIO. (Destaques de Melo)[314]

As tarifas alfandegárias discorridas por Ovídio Melo impedia qualquer processo de comércio durante o governo lusitano em Angola Ele chama atenção do governo brasileiro para dizer que o momento era aquele e caso o Brasil negasse a fazê-lo estaria abrindo mão de estar presente no processo de intercâmbio e podendo doravante competir com os outros mercados vigentes em

[314] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país. Nº 256. Em 31/10/1975.

Angola. A respeito das empresas brasileiras que mesmo antes da independência de Angola já atuavam em solo angolano discorre,

> j) Quanto aos interesses econômicos que aqui temos, não se prestam para estes fins de garantir uma presença brasileira. São a VARIG e o JUMBO. Examinemos cada um deles. A VARIG tem aqui apenas um escritório, chefiado por um funcionário português que não tem sequer ligações com a Diretoria da Companhia, senão com o escritório em Lisboa. É um simples preposto de Lisboa. E o acordo da VARIG com a TAP, que lhe permite apenas uma "descida técnica" em Luanda é parte do pool existente com Portugal. Isto é 50% do valor das passagens era até bem pouco pago à TAP em Lisboa. Com a independência, com a criação de uma companhia de aviação angolana, a TAAG, ainda muito incipiente e sob dependência da TAP, o normal seria que esse 50% passagem a ser pagos a nova companhia. A VARIG reluta em fazê-lo. Parece que a VARIG agora não está pagando nem à TAP, nem à TAAG, por estes acordos de pool. Mas terá de examinar o assunto, com vistas a uma negociação com a TAAG, caso queiramos ter bons e duráveis transporte entre Angola e o Brasil. Assim também, após a independência, não é mais concebível que o escritório da companhia aqui continue entregue a um português, preposto de Lisboa, cidadão honesto e operoso, mas cujo lusitanismo, cujas tendências políticas ultra direitistas o tornarão incompatível aqui. Assim também vem aqui via África do Sul. Se não for modificada a rota, se não for criada um linha direta a Angola, teremos nisso problemas agudos, principalmente agora que a África do Sul vai dando apoio à intervenção neste país. Isto é: a continuar assim em Angola, a VARIG em nada poderá representar interesses brasileiros aqui. Antes precisará de muita proteção da Embaixada que aqui se estabeleça, para esta linha não se perca.
> k) Quanto ao supermercado Jumbo-Pão de Açúcar, só é brasileiro na referência à montanha, ou quando pensa estar ameaçado de nacionalização aqui e recorre então ao Itamaraty em busca de proteção. Existe no Jumbo ínfima proporção de capital brasileiro, de um comendador Diniz, luso-brasileiro de São Paulo. No mais, todos os diretores são portugueses, os generais locais são lusos, as mercadorias que o supermercado importa vêm de Lisboa. Com o Jumbo, pois, não poderíamos contar para manter nossa presença aqui, caso não tenhamos relações normais com Angola.[315]

Desde início do memorando, Ovídio chama atenção do Estado brasileiro para o contato incipiente que se tinha com Angola, ao mencionar a empresa Jumbo, que tinha como um dos seus proprietários o empresário brasileiro, Abílio

[315] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país. Nº 256. Em 31/10/1975

Diniz, detentor da marca Pão de Açúcar. Nele, o representante brasileiro deixa evidente seu receio sobre as intenções desta empresa em Angola.

A questão da parte societária do empresário brasileiro na empresa Jumbo apresenta controvérsias nos documentos enviados ao Brasil por Ovídio Melo. Em um primeiro momento, membros do grupo Jumbo informam Ovídio que a participação societária brasileira é pequena, depois, o próprio representante brasileiro questiona essa informação e consegue, a partir de outras fontes, mostrar que a participação de brasileiros na empresa é maior do que informada em seus contratos.

Nesse memorando, Ovídio Melo discorre sobre o senhor Diniz, não como empresário brasileiro, mas como luso-brasileiro, e expõe sua condição de comendador português[316]. Melo ainda coloca que os produtos comercializados pela empresa Jumbo em sua maioria eram de procedência portuguesa. Fato que fica marcado também com a Varig ao detalhar como a empresa funcionava em território angolano, em que o representante era português de uma filial de Lisboa e que não tinha muito contato coma matriz brasileira, bem como era a parceria com a TAP. Por fim, Ovídio Melo faz a seguinte consideração sobre a importância de o Brasil reconhecer a independência de Angola, independente do partido ou movimento que esteja no poder,

> 8. Visto assim que nada teríamos para substituir relações diplomáticas, neste primeiro contato que vamos tendo com Angola, com a verdadeira Angola, depois de um afastamento que dura desde o século XVII, parece-me necessário salientar que em nossa ausência daqui, caso não reconheçamos qualquer governo que em Luanda se instaure, até as grandes afinidades culturais que temos com este país hão de esmaecer. Os livros brasileiros entram em Angola por intermédio de uma firma portuguesa. Entram em pequena quantidade, pois estão sujeito a *plafond*, em clara violação do acordo cultural que temos com Portugal. Ainda que com a independência esse *plafond* não subsista. Serão os mesmos portugueses do Centro Brasileiro do Livro que continuarão a selecionar os livros brasileiros que os angolanos devam ler. Adotarão, certamente, critérios que mais se coadunam com os interesses de Portugal do que com os interesses, com a realidade brasileira. A música é outro exemplo. É inegável que a música brasileira, por seus parentescos africanos, é apreciada

[316] Registrarmos que até hoje, o Clube Português, localizado no Bairro de Perdizes, em São Paulo, ha o encontro de vários portugueses e descendentes de portugueses, que carregam o titulo de comendador.

> aqui. Mas da mesma forma o é a música do Caribe, principalmente a de Cuba. E o som angolano típico tende mais para o merengue do que para o samba. Se estivemos ausentes de Angola, se não cuidarmos de inseminar a música angolana com nossa música, essa tendência, inclusive por motivos políticos, deve acentuar-se. E se isso ocorrer, se ficarmos alheios e distantes, até os laços culturais, as afinidades naturais e espontâneas que temos com este povo, hão de desaparecer. Estaremos, assim, involuntariamente, cegamente, fazendo o jogo que Portugal sempre quis. Estaremos também deixando o campo livre para todas as forças de predação que já estão presentes disputando a Portugal a carniça do colonialismo. Para nós, que estamos ausentes desde o século XVII, que só tivemos verdadeiro e direto contato com esta nação nesses seis meses passados, Angola novamente voltará a ser uma mera referência ocasional nas canções da Bahia. O país mesmo, rico e pujante, continuará a ser para nós distante e misterioso, como se estivesse nos antípodas, ou no lado oculto da Lua.
> 9. É por tudo isso que recomendo o imediato reconhecimento imediato do governo que constitua em Luanda no dia 11 de novembro.[317]

Com os acontecimentos demonstrados, Ovídio Melo deixa bem claro sua impressão sobre a relação Brasil e Angola, mesmo havendo um discurso de países irmãos e de semelhanças culturais, na realidade as duas nações estavam bem mais distantes do que somente a separação do Oceano Atlântico. O período de transição de uma "colônia portuguesa" para um país soberano propriamente dito não apagaria, como não apagou, os laços entre Angola e Portugal. Todavia, o Brasil tem se aproximado de Angola e fortalecido sua presença, principalmente após independência. Ainda tem-se um caminho longo a percorrer.

Para nosso trabalho apresentamos o posicionamento do governo brasileiro baseado no relatório feito por Carlos Alberto da Fontoura, quando embaixador em Lisboa, no ano de 1974, que podemos inferir que contribuiu para decisão do Brasil de criar uma Representação Especial em Angola.

Ao longo desses três capítulos vimos a atuação dos diplomatas em informar o governo brasileiro a respeito do processo descolonização dos territórios africanos, que outrora foram portugueses. No capitulo dois ficamos com a indagação para quem o representante brasileiro se corresponde e quais são as

---

[317] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para Secretaria de Estado, caráter Urgente – Confidencial – DAOC/DAF. Índice: Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país. Nº 256. Em 31/10/1975

respostas, infelizmente as fontes que obtivemos não dão respostas precisas sobre essas perguntas.

Mas, não podemos nos furtar de discorrer que dentro do Estado brasileiro não havia uma harmonia de conduta em relação às diretrizes que deveriam ser tomadas em Angola. Houve na realidade conflitos entre duas linhas da autocracia burguesa militar que estava no poder. Uma linha ligada a um pragmatismo nas relações externas, ligado ao então presidente Ernesto Geisel e outra ligada às ideias do golpe militar ligado ao ministro da guerra Sylvio Frota são questões que veremos no próximo subitem.

3.4 Conflitos ideológicos acerca do protagonismo do reconhecimento brasileiro: a independência de Angola e o preço pago pela atuação de Ovídeo de Andrade Melo.

Ao longo dos memorandos apresentados verificamos atuação do diplomata Ovídio Melo junto a Representação Especial do Brasil em Angola. Neste contexto importar salientar que durante o período do ano de 1975, houve visita de seus superiores a Angola, em uma delas o chefe do Departamento para África, Ásia e Oceania, Italo Zappa, fica impressionado com estado de Luanda por conta do conflito entre os três movimentos. Esse impacto, atrelado a conversas com lideres dos movimentos, levou a escrever um memorando particular para o chanceler Francisco Azeredo da Silveira, que nos foi concedido pelo diplomata Ovídio Melo quando o entrevistamos para nossa dissertação. Cumpre observar que os documentos foram cedidos pelo historiador estadunidense Jerry Dávila à Ovídio Melo, que incluiu em seu livro *O removedor de Mofo do Itamaraty* (2009). Sobre os documentos,

> Transmito: “Em cumprimento aa missão recebida, cheguei hoje a Luanda a fim de pessoalmente fazer uma avaliação da situação local, a cidade está tranquila na aparência, comparada com a que vi em dezembro passado vg [sic] é irreconhecível: lixo nas ruas, trafego escasso, ausência de policiamento ostensivo, sinais, enfim, de que vive num intervalo da luta, esta, pelo que observei, foi intensa e indiscriminada, estou convencido de que a qualquer momento a luta será reiniciada, desta vez com caráter muito mais grave, por que antecedida de período para preparação logística nos dois lados: MPLA e FNLA, em companhia do ministro Ovídio

> Melo, acabo de entrevistar-me com o primeiro ministro José N'Dele, decorridos três dias desde nossa ultima entrevista, realizam em Kampala, encontrei-o desta vez num estado de espirito que não hesito em classificar de desesperado e desesperador, não ficou a menor dúvida de que José N'Dele quis avisar ser iminente ou mesmo já ter ocorrido decisão do governo e afastada da cidade, aconselhou reiteradamente sob a evacuação do corpo consular e disse ter reformado seu parecer a retirada da população, pois "não se pode pedir das pessoas sacrifícios dessa natureza".[318]

Como discorremos, Italo Zappa ficou impactado com a situação que encontrou Luanda: as ruas vazias, lixos, ausência de policiamento. O cenário por ele apresentado era de total catástrofe. Além deste cenário, a conversa com o primeiro ministro José N'dele, ligado a UNITA, informou sobre a possibilidade de novos conflitos mais graves dos que já havia ocorrido. Não obstante, N'dele discorreu que muitos diplomatas já haviam saído de Angola. Diante deste panorama, Zappa faz a seguintes considerações,

> Contra a opinião do ministro Ovídio Melo, sou levado, por tudo quanto vi e ouvi, a solicitar a vossencia [sic] considerar a decisão de ordenar a imediata retirada dos três funcionários do Itamaraty que permanecem neste posto sua permanecia aqui já não serviria a nenhum objetivo, pois está claramente desborda a situação constitucional que a justifica, ao contrário, poderá essa permanência ser contraproducente na partir do momento em que pudesse ser interpretada como apoio a um dos movimentos, não equidistância em relação aos três, repito que foi representante máximo de um dos três movimentos que reiteradamente aconselhou a evacuação do pessoal do corpo diplomático, hoje de manhã cerca de três mil postulantes de visto colocaram-se, em desespero, frente ao consulado a fim de exigir concessão de vistos, o ministro Ovídio Melo aclamou-os com vagas palavras sobre a cooperação do Brasil com Angola, a tendência é que essa pressão sobre o consulado aumente e que venha a ocasionar incidentes de consequências imprevisíveis, se o consulado fica provisoriamente confiado à guarda de funcionários locais, mais facilmente poderão estes opor-se à pressão de todo o tipo, pois se tornará mais compreensível que a decisão não é do cônsul ou do Representante Especial, mas das autoridades competentes do governo brasileiro, Zappa.[319]

[318] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para (particular) para Ministro de Estado (Chanceler Francisco Azeredo da Silveira), caráter – Urgentíssimo –. Em 05/08/1975.

[319] Telegrama da Representação Especial brasileira em Luanda para (particular) para Ministro de Estado (Chanceler Francisco Azeredo da Silveira), caráter – Urgentíssimo –. Em 05/08/1975.

Italo Zappa, influenciado pela situação que viu Luanda e pelos conselhos do representante da UNITA, José N'Dele, pediu a retirada do representante especial Ovídio Melo, pessoa que havia escolhido para o cargo, como discorremos no capítulo anterior e que era seu amigo de infância. Pelos fatos relatados por Italo Zappa é compreensível seu pedido, independente da influencia de N'dele tenha dado, pois Luanda a essa altura estava sobre poder da MPLA.

Temos que pensar na integridade física dos representantes brasileiros que estavam lá, embora, como podemos ver pelo memorando, Ovídio Melo não tinha interesse em abandonar seu posto.

O chanceler Francisco Azeredo da Silveira, em seu livro de memórias *Azeredo da Silveira: um depoimento* (2010), embora em alguns trechos discorra sobre Angola, em nenhum momento comenta sobre episódio que envolveu a Representação Especial Brasileira em Angola, esse fato no mínimo curioso tem os seus motivos, o memorando que vimos acima de Italo Zappa nos foi fornecido pelo hoje ministro Ovídio Melo, como já mencionado.

Além desse memorando, Melo nos forneceu outro que é a resposta de Azeredo da Silveira que tudo indica queria que esse memorando fosse destruído após a sua leitura. Não obstante, esses documentos estão como já citato no livro O Removedor de Mofo do Itamaraty (2009).

Azeredo da Silveira discorreu,

> Em resposta ao seu particular de hoje devo dizer a você, em primeiro lugar, que nunca tive dúvida de que deveríamos, eventualmente, pagar um preço por termos criado a Representação Especial junto ao Governo de Transição de Angola. Esse ato político consciente que praticamente leva-me – e o digo com absoluta franqueza – a concordar com a posição de Ovídio. Nossa posição de estrita não intervenção nos assuntos internos de Angola – manteremos – não nos levará a qualquer apoio ostensivo a qualquer dos três Movimentos, mas não impede tampouco de acreditar que, seja para o Brasil, seja para o universo ocidental a que pertencemos, uma eventual derrocada do MPLA no confronto com a aliança FNLA/UNITA seja uma solução melhor do que o prevelecimento [sic] puro o simples do MPLA, de notória orientação marxista. Nada disso quer dizer que o Ovídio poderá deixar de contar, a qualquer momento e em qualquer circunstância, com o meu apoio integral. Estão sendo estudados, com a Marinha e a Aeronáutica, esquema de emergência. Por

> outro lado, além de guiar pelos termos do despacho-telegráfico nº220, especialmente sua pasta oficial que contem as instruções gerais, disponho-me a, de imediato, de modo a caracterizar a posição que antes esbocei, enviar funcionário diplomático, em serviço provisório, para substituir o Cyro e reforçar, com dois agentes de segurança, a parte de proteção física do Chefe da Representação Especial, no entendimento de que aí permaneceriam apenas tais funcionários, uma vez que já devem ter sido evacuados os familiares de brasileiros, lotados na Representação Especial. Creio que tanto você, quanto o Ovídio, me concedem o crédito de se um chefe acima de tudo humano. O que acabo de dizer representa, pois, o somatório de minhas convicções honestas e de minha avaliação do quadro, olhado quer do ponto-de-vista do interesse nacional brasileiro, quer de considerações essencialmente humanas. (leia e destrua este telegrama, inclusive a fita respectiva). Um abraço muito afetuoso. Silveira.[320]

No conjunto de documentos fornecidos pelo diplomata Ovídeo Melo temos um intitulado: *Comentários aos textos telegráficos precedentes.* Nele Melo procura responder a questões inerentes aos memorandos expostos acima, que só ficou sabendo que ainda existiam ,após trinta anos do ocorrido por conta do já citado historiador Jerry Dávila, que em pesquisa na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro encontrou os memorandos.

Importa salientar que Ovídio Melo discorreu que ao chegar a Luanda, Zappa pediu para que Melo os levassem para um “detour” pela cidade, segundo Melo a maneira como encontrava a cidade deixou Zappa e Ouro Preto espantado, que pode evidencia também pelo memorando que Italo Zappa enviou para Azeredo.

Para elucidar os fatos destacamos,

> Zappa pediu-nos que lhe mostrássemos alguns dos estragos que os combates entre os Movimentos haviam causado à cidade. Isto era fácil, pois os maiores confrontos haviam ocorrido a uns dois quilômetros do Consulado. Num rápido "detour' mostramos aos recém chegados três arruinados edifícios da Avenida Brasil que antes abrigavam forças da FNLA, e que haviam sido atacados com bazucas e canhões pelo MPLA.
> Zappa e Affonso Celso impressionaram-se com tão vastos estragos. Fomos depois para o Consulado e instalamo-nos no terraço, para lanchar e conversar. Em frente, na entrada da linda baia de Luanda, o tanque de gasolina de aviação da Shell queimava. Estava vazio do combustível, felizmente. Mas continha ainda gases que o levaram a incendiar-se por semanas

[320] Telegrama do Ministério das Relações Exteriores (Francisco Azeredo da Silveira) Particular para o Ministro Italo Zappa para, caráter Secreto - Exclusivo — Em 05/08/1975.

> consecutivas, sem explodir. Ao longe, em terra, certamente em Quifangondo[321], troavam canhões. E esses tiros se escutavam perfeitamente no Consulado. Para Cyro, eu e Ivony, o incedio, o ruído da artilharia já era rotina diária. Mas para Zappa e Afonso era novidade incômoda. (MELO, 2009, p. 15)

Vemos que mesmo diante de um contexto de guerra, Melo ao discorrer sobre o assunto, tenta transparecer certa tranquilidade diante do cenário de destruição que Luanda se encontrava. Obviamente que o seu envolvimento com os acontecimentos não o permitia enxergar que realmente Luanda não estivesse em condições salubres. E, nisso tudo é curioso observar que alguém ligado a um ofício, que muitas vezes tem como adjetivos a vida de um *bon vivant* e, em nome de suas convicções, optou por permanecer como representante especial do Brasil em Angola. Sua retirada mediante o quadro que ele apresenta historicamente seria justificável mesmo que não representasse sua vontade. Contudo insiste em ficar demonstrando um comprometimento, que seu superior mais próximo (Zappa) não conseguia entender.

Ovídio Melo segue discorrendo acerca da curta estadia que Zappa teve em Angola e evidencia o encontro com José N'Dele,

> Zappa, por volta das 6 horas da tarde perguntou-me se ainda seria possível ser recebido por algum membro do governo. O governo já era de um só Movimento, o MPLA. Telefonei para Lopo do Nascimento, primeiro-ministro do único Movimento no poder. Já havia saído do palácio. Telefonei então para José N'Dele, que fora primeiro-ministro da UNITA, mas que continuava no palácio, apenas porque o MPLA tinha ainda esperanças de que aderisse ao vencedor. N'Dele estava e nos recebeu. Fomos imediatamente vê-lo. E, ao entrarmos em sua sala mostrou fingido espanto e exclamou dramaticamente: "por que os brasileiros ainda estão em Luanda, na Representação Especial? Por que não saíram, seguindo o exemplo dos ingleses?". Depois, nos informou que ele próprio, N'Dele, deixaria Luanda no dia seguinte. E que compreendia agora a fuga dos portugueses de Angola. Sofreram muito, disse ele. N'Dele, que passara todo o ano sem definir-se, usando seu partido como um pêndulo entre o MPLA e a FNLA,

[321] A respeito de Kifangondo, registramos um trecho do *livro A Batalha de Kifangondo* 1975 (2013), organizado por Miguel Junior, nesse livro, o general Afonso de Castro discorreu, A batalha de Kifangondo enquadrou-se nos esforços empreendido pela FNLA que, depois de expulsa da capital, decidiu organizar forças e marchar para ela voltar. A chegada estava prevista para antes do 11 de novembro, dia em que o MPLA previa proclamar a independência. O objetivo era impedir a realização isolada do acto e também intimidar a população luandense para desencorajá-lo a participar do evento. Isso passaria por acções de flagelamento á cidade com artilharia pesada do Morro da Cal, seguindo de um assalto à capital com o apoio de mercenários e tropas zairenses. (JUNIOR, 2013, p13).

> agora definia-se de vez, explosivamente, porque tanto as forças militares da FNLA, quanto as da UNITA, tinham sido expulsas da capital. Não havia mais governo tripartite algum. O governo, agora, era só o MPLA. (MELO, 2009, p. 152)

Ao se reunir com o representante José N'Dele que podemos inferir a essa altura não representava nenhum dos movimentos, pelo menos não em Luanda, pois como já citado, os outros dois movimentos vão montar um governo paralelo em Huambo ou na altura ainda Nova Lisboa. Podemos inferir que para N'dele não interessante como representante da FNLA e UNITA, que a Representação Brasileira ficasse em Luanda, como o próprio Ovídio Melo expôs, Luanda naquele momento somente havia um movimento no governo o MPLA.

Como sabemos, o MPLA era ligado ideologicamente pelo menos por parte da cúpula do movimento a esquerda, nomeadamente a União Soviética e Cuba, grupos pelo que já apresentamos na conjuntura da Guerra Fria destoavam da conduta da autocracia burguesa, na qual se encontrava o Estado brasileiro.

Embora Italo Zappa fosse considerado de esquerda, e segundo o que vimos com Elio Gaspari, uns dos motivos da postura radical que Zappa começou após sua visita a Luanda, que foi a tentativa da retirada dos principais representantes da Representação Brasileira. Todavia continuemos a ver que postura Ovídio Melo tomou perante a reação de Zappa,

> Para mim, a explosão de N'Dele era irrelevante. Tinha eu em conta que a UNITA já se revelara insignificante como força militar nas lutas havidas e não tinha mesmo de participar do governo. O MPLA levara uma semana de acirrado conflito para expulsar as tropas do Zaire de Luanda e os guerrilheiros que seguiam Holden. A UNITA fora expulsa em uma hora, alguns dias depois, e fugira de Luanda sem tempo para vestir-se, com os sapatos nas mãos, segundo voz corrente na cidade. Zappa, no entanto, impressionou-se muito com o alarme e o pânico de N'Dele. E, quando voltamos ao Consulado, depois de um longo período de silêncio, postou-se no meio da sala, pediu-nos que o escutássemos com atenção e declarou que já achava o sacrifício que fazíamos em Luanda, completamente desnecessário. Por isso, queria passar um telegrama para Silveira sugerindo que a Representação fosse fechada, e que nos retirássemos com urgência para o Brasil.
> Opus-me imediatamente a esta determinação do chefe do Departamento. Disse-lhe que, pelas funções que exercia, poderia ele utilizar nosso telex para sugerir o que bem quisesse ao Ministro de Estado, até mesmo o fechamento da Representação, mas que imediatamente depois do telegrama dele, seguiria um telegrama meu, explicando porque eu insistia em que a Representação perdurasse em Luanda. Evidentemente, se em março havíamos

> chegado a Luanda proclamando isenção, equanimidade, neutralidade, entre os três movimentos; declarando que aceitaríamos qualquer deles como vencedor na data para a independência, agora, em agosto, não poderíamos nos retirar. Vencedor, já havia: o MPLA. E se nos retirássemos a esta altura do ano nada poderia assegurar-nos que o Brasil reconheceria a tempo e hora, em novembro, Angola independente. Se não reconhecêssemos Angola independente prontamente teríamos perdido todo o nosso sacrifício em Luanda durante oito meses de luta incessante. Moçambique ficaria ainda mais decepcionado conosco. E a África inteira diria que o Brasil não era confiável, nem no trato com os africanos que falam português. (MELO, 2009, p. 153)

Ovídio Melo segue narrando o episódio envolvendo Italo Zappa, Affonso Ouro Preto e Cyro Cardoso. Na discursão que, segundo Melo foi madrugada adentro até às três horas da manhã. Melo mencionou que até o conselheiro de Zappa, Ouro Preto ficou a favor da permanecia da Representação Brasileira.

Às sete horas da manha Ovídeo Melo convidou o representante do MPLA André Petrov para tomar café com Italo Zappa, Melo já alertou que Zappa havia encontrado no dia anterior com José N'Dele, com isso Melo queria que Petrov mostrasse a Zappa quais eram os caminhos que o MPLA doravante iria tomar. Antes de o Italo Zappa ir embora, Ovídio Melo pediu para que Zappa não enviasse o memorando. Fato que não ocorreu como vimos.

Registramos o que Ovídio Melo relatou sobre o episódio anos depois quando se encontrou com o diplomata Affonso Ouro Preto,

> Muitos anos depois desses acontecimentos, quando Zappa foi nomeado Embaixador em Cuba, encontrei Affonso Celso Ouro Preto, por acaso, no Itamaraty. Os jornais estampavam a designação de meu amigo para Havana, com grandes elogios, pois tinha ele boa imprensa. Ouro Preto e eu conversamos sobre as relações do Brasil com Cuba e coincidimos em elogiar a designação de Zappa para aquele posto. Depois rememoramos aquela noite de discussões em Luanda, quando contestamos o súbito desejo que Zappa teve, de simplesmente encerrar a Representação do Brasil em Angola. Ouro Preto então me interrogou: "Você chegou a acreditar que Zappa houvesse mesmo desistido de passar um telegrama a Silveira, propondo o fechamento da Representação?". Respondi que sim. Que acreditara nas declarações que o próprio Zappa havia feito a mim, no fim daquela noite de discussões, e depois porque, da África do Sul, ele me telefonara especialmente para dizer que havia desistido do fechamento da Representação. Então, Ouro Preto, rindo, disse-me: "Pois fique sabendo que ao chegar à África do Sul, ele logo passou um telegrama pessoal a Silveira propondo o encerramento da Representação. E Silveira imediatamente

> respondeu dizendo que isto era descabido e que ele, Zappa, deveria destruir os telegramas pessoais trocados sobre o assunto". Cobrei do Zappa dias depois o que Ouro Preto contara-me. Fez ele cara de surpresa e exclamou: "O que Ouro Preto tem contra mim?" (MELO, 2009, p. 154)

No seu livro Ovídio Melo escreveu que não se surpreendeu com a atitude de Italo Zappa, pois havia uma grande pressão da imprensa e, nas palavras dele, dos setores "militares de direitas", que não aceitariam o MPLA como líder da independência. Melo aponta outras questões importantes para nossa reflexão, pois, segundo ele seria inédita a relação entre o Itamaraty e, na altura, o Ministério da Guerra, como podemos ver no seguinte trecho,

> Mais adiante, Silveira também vacilou quando, por ocasião da independência, verificou que, talvez pela primeira vez na História do Brasil, o Itamaraty e o Ministério da Guerra, então ocupado por Sílvio Frota discordavam sobre Angola. Foi isso que fez Zappa e Silveira esquecerem-se de criar a nova Embaixada no mesmo dia do reconhecimento, como me haviam informado antes da Independência. E formalmente me ludibriaram, quando passaram a me intitular de "Encarregado de Negócios" de uma Embaixada não existente. Assim também, mais adiante, depois da Independência, Silveira insistiu para que eu ficasse em Angola sem ter contato com o Governo. Respondi-lhe que achava isso totalmente absurdo e que, se quisesse me removesse de Angola para o Rio ou para meu posto em Londres. Por tudo que precede, creio que foi o Presidente Geisel quem, com sua conhecida firmeza, exigiu de Silveira e de Zappa uma posição mais destemida com relação ao reconhecimento de Angola, mesmo depois que os cubanos desembarcaram, exatamente na noite em que Agostinho Neto proclamou a Independência. (MELO, 2009, p. 156)

Ovídio Melo traz elementos importantes, como a dissonância entre o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e o então Ministério da Guerra, hoje Ministério da Defesa. Melo aponta que o então encarregado do cargo, o General Sylvio Frota era contrário ao apoio ao MPLA, por ser um movimento ligado a esquerda. Mais adiante vamos ver que Frota discorreu sobre esse episódio em seu livro *Ideais Traídos* (2006). Por hora, em entrevista concedida em sua residência no dia 23/10/2009, Ovídio Melo faz a seguinte consideração,

> O Geisel, você sabe, não tinha apoio de todo o regime. O grupo do Sylvio Frota que era contrário e, veja, é uma das poucas vezes na história, que o chefe de Estado depõe um Ministro da Guerra [isto]

> e só em 1978. É, isso pode colocar em sua tese: a diplomacia sempre fica do lado das forças armadas e nunca do Rei, mas dessa vez foi ao contrário, ficamos do lado do Rei.

Embora, à época não vivêssemos em uma monarquia e, obviamente também não podíamos chamar de democracia, mas de qualquer maneira o que Melo nos aponta é que a diplomacia apoiava o "outro lado". Não obstante, expôs que após o protagonismo do Brasil em relação a independência de Angola, o Estado brasileiro recuou mediante o governo que assumia o Estado angolano. Tanto que somente na virada do ano de 1975 para 1976 que o governo brasileiro criou a embaixada e queria, nas palavras de dele, "ludibria-lo" com o cargo de Encarregado de Negócios Estrangeiros, sem que houvesse uma embaixada e com recomendações de seus superiores que não dialogasse com o governo que lá estava. Melo obviamente recusou.

Registramos que nesse capitulo abordamos as análises dos memorandos que Ovídio Melo enviou da Representação Especial Brasileira para o Itamaraty, os quais recebem o título de "*Afastamento histórico do Brasil em relação a Angola e necessidade de pronto reconhecimento da Independência deste país. Nº 256. Em 31/10/1975"*. O representante brasileiro discorreu justamente acerca do afastamento entre Brasil e Angola em todos os aspectos, comerciais, econômicos, políticos e culturais. E, mesmo o Estado angolano passando pelo processo de independência de Portugal, os laços entre ambos ainda seriam maiores que com Brasil.

Vemos, na maioria das fontes que utilizamos - em especial nos memorandos -, como também no livro escrito pelo próprio Ovídio Melo, que o mesmo buscava evitar que o Brasil repetisse o mesmo erro que cometeu na ocasião da libertação de Moçambique, conforme abordamos no primeiro capítulo.

Ao mencionar a posição do ministro da Guerra Sylvio Frota, coloca que,

> A questão de Angola não pode se encarada isoladamente, mas sim no contexto dos acontecimentos africanos, para que se possa bem aquilatar a responsabilidade e o facciosismo do nosso governo, reconhecimento a sua independência, no mesmo dia – 11 de novembro de 1975 – em que foi declarada pelos angolanos comunistas e seus comparsas cubanos-soviéticos. (FROTA, 2006, p183.)

Pelo tom jocoso da escrita do general Sylvio Frota, podemos inferir o seu descontentamento ao dizer que o governo brasileiro reconhecia a independência de Angola de forma parcial, chegando a usar o substantivo comparsas cubano-soviético, numa alusão a uma parceria negativa e que o Brasil dava anuência. Pelo próprio nome de seu livro - *Ideais Traídos (2006)*- Frota evidencia sua tendência de direita radical, que dentro da autocracia militar era conhecida como linha dura. Ao discorrer sobre o reconhecimento de Angola, Frota faz uma análise pertinente a respeito da geopolítica e também as exploração no continente africano.

> Este proposito leva-nos a um exame mais cuidadoso, embora superficial – como recomenda o caráter deste trabalho – tentativas de domínio da África e da situação topopolítica de suas colônias. É muito interessante fazê-lo porque aquele continente é o único de cujos bordos pode-se saltar diretamente para os demais, o que deve à sua vantajosa posição geopolítica.
> A África, no decorrer da História, foi a região do mundo onde sempre se cevaram os povos ditos civilizados. Suas riquezas exploradas à exaustão pelos dominadores e seus filhos escravizados devam um parâmetro preciso do desprezo que os povos mais fortes têm pelos mais fracos. Norte daquele continente, em época da antiguidade clássica, já havia sido conquistado pelos romanos, e no século VII da era cristã, os árabes subjugaram-no até as praias do Atlântico, para “exterminar as nações que reconhecem outros deuses”, nas palavras do general árabe Akba, que, no reinado do califa Abd-El-Malek, atingiu as margens do oceano Atlântico, na guerra sem tréguas para implantar o islamismo. (FROTA, 2006, p. 183-184.)

O general Sylvio Frota sinaliza com uma questão importante para pensarmos: a disputa pela ocupação do continente africano. Ao analisamos o Mapa-múndi verificamos que o continente africano fica em uma região estratégica fazendo divisão com praticamente todos os outros continentes, pois está geograficamente localizada no meio do planeta. Podemos inclusive inferir que além de todas as questões que a historiografia levantou ao longo da escravidão em África, como vimos nesse trabalho com Elikia M’Bokolo, praticamente persistiu a mais de oito séculos de escravidão por conta da localização do continente, o que facilitava o deslocamento de escravos para a América

O general Golbery do Couto e Silva[322] escreveu o livro *Geopolítico do Brasil* (1966), no qual chama atenção que o país deveria ter com suas fronteiras, pensando nas questões da Guerra Fria. Sugere cuidados com relação ao continente africano, principalmente a parte Atlântica na região Austral, onde Angola está localizada. Percebemos que Frota chama atenção para essa questão ao falar da questão geopolítica por acreditar que o movimento que assumiu o poder tem ligações com a então URSS e Cuba.

Sylvio Frota tem razão ao discorrer da ocupação do continente africano que ocorre inclusive antes a era cristã. Todavia, percebemos a forma preconceituosa como discorre sobre os árabes. Registramos que na maioria das vezes que discorrem sobre o continente africano o enfoque está nas guerras, fome, disputas entre grupos étnicos, sabemos que esses conflitos não são prerrogativa somente dos africanos, a própria Europa serviu de palco de disputas política, que até hoje não foram bem resolvidas, no Reino Unido, a questão do Irã, na Espanha os catalães e entre Espanha e França os bascos, sem falar da questão dos conflitos entre palestinos e judeus, e outros conflitos mundo a fora.

Mas voltando a questão do continente africano há outro argumento que fortalece nossa impressão de preconceito em relação aos árabes,

> A África, mais uma vez na História, tornar-se-ia cenário de uma luta inexorável, agora para a imposição de uma doutrina ideológica e de um sistema político-econômico despótico. Ressurgem, ali, fanatismo e crueldade, nunca inferiores aos árabes de Maomé, e uma ambição desmedida de poder, que supera, de muito a invasão europeia do século XIX.
> Enquanto as potencias democráticas e marxistas lutavam pelo controle da região, estes últimos, em sua marcha para o Ocidente, cravam nas Antilhas uma ilha socialista e fincavam o pé na Guiana hoje, estão atingindo – fieis ao principio geopolítico do domínio das costas opostas – borda africana banhada pelo oceano Atlântico. (FROTA, 2006, p185.)

[322] A respeito das ideias do General Golbery de Couto e Silva registramos o que, o pesquisador Eli Alves Penha discorreu no seu livro *Relações Brasil-África e a Geopolítica do Atlântico* (2011) Mesmo ao colocar ao em destaque a importância do Atlântico Sul como elemento geográfico comum ao Brasil e à África, Golbery considerava que não compartilhávamos do mesmo sistema de valores: no âmbito da Guerra Fria, a África não era parte do Ocidente. A única parte do "mar interior", sul-atlântico que poderia se considerada ocidental era a África do Sul. Daí os esforços de parceria militar e econômica com este país e coma região da África austral, ainda controlada pelas potencias colonialistas europeias. [...] (ALVES, 2011, p.162)

Fortalecendo os argumentos dos preconceitos do general Sylvio Frota em relação aos árabes, aqui temos que abrir um parêntese, pois em relação ao continente africano, o Islã não se configura somente com a presença de árabes, pois há a aderência das populações nativas, constantemente a opinião pública faz a confusão entre árabes e mulçumanos, nem todos árabes são mulçumanos e nem todos mulçumanos são árabes.

Além da forma preconceituosa como Sylvio Frota refere-se aos seguidores de *Mohamed*, equiparando os acontecimentos que ocorrem pós-segunda Guerra Mundial, com o fanatismo e crueldade do período referido. O que podemos ler nas entrelinhas estaria ligado a questões ideológicas ligadas ao marxismo e a esquerda em geral, Frota vai além dizendo que nem o século XIX foi de “uma ambição desmedida de poder”.

Ao fazermos comparações entre períodos com juízos de valores facilmente cometemos anacronismos., , Contudo, Sylvio Frota ao dizer que o século XIX foi melhor do que o processo de independência é no mínimo um equivoco histórico. Se no período da escravidão moderna, segundo a historiadora Leila Hernandez o comércio feito, a exemplo dos portugueses foi de roedura, o que o historiador Luiz Felipe de Alencastro expõe das negociações entre brasílico e africano, que ia além do escravo com outros produtos negociados, o mesmo não podemos dizer do período do final século XIX e início do XX.

Para além da Conferência de Berlim[323], no final do século XIX em que literalmente dividirão o continente Africano entre as potencias europeias e os Estados Unidos não dando condições para que os povos

[323] Sobre essa questão registramos o que o M’Bokolo discorreu: A Conferência de Berlim é um desses eventos fundadores que muitas vezes são investidos a posteriori duma importância, real ou simbólica, que não tinham no momento em que ocorreram. É o que se passa, por exemplo, com a surpresa que veio mais tarde a ser manifestada por alguns perante a ausência dos africanos nesta assembleia solene em que, pela primeira vez, a África era objecto exclusivo duma conferência internacional. Só o embaixador do Reino Unido em Berlim, Sir Edouard Malec, constatara na sessão inaugural a não representação dos africanos. Esta não chocou ninguém: res *nullus*, a África estava a saque; objecto da conferência, sim; seu sujeito activo, não sabe-se hoje que a partilha da África, que teve lugar na década de 1890 e no início do século XX, foi incorrectamente atribuída à Conferência de Berlim; o mito permanece tenaz, apesar dos esforços dos historiadores para restituírem o sentido do evento e definir os mecanismos do encadeamento de factos posteriores. (M´BOKOLO, 2004, p 311.)

nativos desenvolvessem suas potencialidades, colocando grupos étnicos rivais no mesmo território, explorando os bens naturais e força de trabalho.

Um exemplo da exploração, em África no século XIX foi o caso do Congo-Belga, território particular do rei Leopoldo II, que ao longo de sua exploração criou um zoológico na Bélgica, onde trazia nativos africanos negros para serem expostos, mantendo-os em jaulas, com a fixação nas grades de cartazes com os dizeres “não alimentem os animais”. Mas o mais chocante era mesmo no próprio Congo-Belga na extração de látex das seringueiras, quem não atingia a cota estabelecida tinha mão direita decepada, há relatos que somente em um dia chegou a decepar mais de 1000 mãos[324].

Não obstante, verificamos que o general Sylvio Frota dentro do seu radicalismo e aversão a esquerda e seus preconceitos, acabava fazendo uma análise superficial sobre o continente Africano, no nosso caso especificamente sobre Angola. Entretanto, Frota pontua em sua reflexão a respeito da exploração que sempre ocorrerá no continente, contudo expondo uma divisão entre a percepção de uma sociedade ocidental e oriental. Em que a ocidental seria melhor e que parte expressiva da África não estava inserida.

O autor evidencia sua repulsa pela postura que o governo brasileiro tomou ao reconhecer a independência de Angola, que foi uma conquista de um movimento de esquerda e em vários momentos cita a presença da URSS e de Cuba. Acredita que o reconhecimento do governo angolano estava ligado ao de Moçambique, mas a todo o momento deixa claro em sua opinião que o Estado brasileiro estava equivocado.

Ovídio Melo em seu livro e nos documentos que aqui foram analisados aponta que justamente um dos problemas que enfrentou no final da sua missão em Angola, o qual foi justamente de resistência de setores da autocracia militar, que ele nomeia de “militares de direitas”, que inclusive citam o nome de Sylvio Frota.

---

[324] O documentário *Racismo Uma História* (2007) da BBC podemos ver esse outros relatos dos abusos cometido no continente africano e pelo mundo. *Racismo Uma História*. Direção Paul Tickell. Duração 180 min. Produção: BBC. Inglaterra, 2007.

Para fortalecer essa questão destacamos o seguinte trecho de Sylvio Frota,

> Não soube, com antecedência, da intenção oficial brasileira de reconhecer a República Popular de Angola, porque, como já mencionei, estas decisões eram, normalmente, tomadas pelo Presidente da República e o Ministro das Relações Exteriores e, somente pela difusão na imprensa, fiquei ciente do fato. Os comentários foram amargos – ouvi-os de muitos colegas e dos oficiais, em geral – visto que nos militares acompanhávamos com imensa atenção os acontecimentos revolucionário em Portugal e nas suas colônias. Interessávamo-nos muito por seus aspectos militares e ideológicos.
> Na primeira oportunidade – durante uma audiência normal – disse ao presidente que a decisão sobre Angola repercutia negativamente, de base anticomunista, tivesse sido o primeiro a reconhecer Agostinho Netto, sustentado por tropas cubanas que combatiam naquela colônia portuguesa, na qual tinham sido implantadas duas repúblicas e a luta continuava.
> Respondeu-me o presidente que aproveitara e existência do representante diplomático do Brasil em Luanda para concretizar logo o reconhecimento, pois se o retirasse, teria maiores dificuldades, no futuro. E nada mais disse.
> A debilidade da explicação persuadiu-me da ausência de argumentos sérios para justificar a sofreguidão da medida. Era, entretanto, a síntese da explicação oficial.
> Muitas indagações afloram-me à mente como lógica, contudo, por serem de difíceis respostas e irreverentes, abandonei-as. (FROTA, 2006, p198-191)

O general Sylvio Frota estava em dissonância com as novas diretrizes do regime, pois, como discorremos na introdução deste trabalho, o presidente general Ernesto Geisel, procurava pautar as relações exteriores criando autonomia dos ditames estadunidense com o a Política Externa Pragmática e Ecumênica. Como vimos também, a política em relação ao continente Africano vinha mudando desde presidente general Costa e Silva, e com o presidente Garrastazu Médici, com o chanceler Mario Gibson Barboza, as mudanças foram ainda mais significativas.

O general Sylvio Frota, junto com os grupos de militares que compactuavam de suas ideias estava parado no tempo, como Ovídio Melo sinaliza, o conflito entre Frota e Geisel era inevitável e em 1977 há uma

tentativa de golpe dentro do golpe e Frota é exonerado do cargo de ministro da Guerra.[325]

Registramos, que embora as críticas que o general Sylvio Frota faz ao reconhecimento brasileiro do governo da MPLA acusando de ser ligado a URSS e a Cuba, portanto, sendo contrário ideologicamente aos ideias do poder autocrático burguês, que mantinha ligações estreitas com o governo estadunidense, salientamos o que o chanceler Azeredo da Silveira falou,

> [...] Antes de reconhecer Angola, consultamos os Estados Unidos, na época do [secretário de Estado, Henry] Kissinger, que não se opusera... Consultei a Alemanha, que não se apôs; consultei a França, que não se opôs; consultei a Inglaterra, que não se opôs. Ninguém teve coragem de me dizer que não devia reconhecer. Em uma conversa que tive com Kissinger, lhe perguntei sobre o que iria fazer em relação a Angola: "Vai entrar lá belicamente?" Ele disse: "Não posso". Disse-lhe: "Bem vou tentar estabelecer, por meio pacíficos, com Angola um relacionamento mais pluralístico do que você, que não quer fazer nem isso. Acho que é um erro você devia reconhecer" (SILVEIRA, 2010, p. 95)

Inferimos que ao contrário do que Sylvio Frota pensava, as relações na Guerra Fria não eram tão "preto no branco". Como vemos acima, o Brasil antes de reconhecer a independência de Angola fez diversas consultas diplomáticas, entre elas ao EUA, país que, como sabemos, patrocinava os outros grupos (FNLA E UNITA). Azeredo diz inclusive que aconselhava o governo estadunidense a também reconhecer, todavia, até hoje as relações entre EUA e Angola são repletas de problemas diplomáticos[326] decorrentes do período da independência.

---

[325] A respeito da exoneração de Sylvio Frota registramos as considerações do pesquisador Mathias Spketor, em seu livro *Kissinger no Brasil* (2009): Não surpreende que a linha dura tentasse resistir ás mudanças também sob máscara da politica externa. O caso mais patente foi a exoneração, em 12 de outubro de 1977, do ministro Sylvio Frota. O general comandava o Exercito e não estava disposto a ceder poder e autoridade a Geisel, nem a avançar decididamente com a abertura. Quando tentou unir os militares sob seu comando para uma demonstração de força, foi sumariamente exonerado. Ao justificar suas desavenças com o presidente publicamente o fez sem referencia à politica interna, centrando fogo na politica externa. Sem atacar o regime nem o presidente, condenou a decisão de reconhecer a China comunista. O governo, acusou Frota, estava infiltrado por supostos comunistas: segundo ele, Silveira "não escondia a sua idiossincrasia desfavorável àquelas nações que exalavam odores socialistas". Dessa maneira, uma vez mais a politica externa de Geisel deve ser vista como parte do xadrez político da abertura. (SPEKTOR, 2009, p79.)

[326] O jornal On-line *Maka Angola*, em reportagem intitulada A Imagem de Angola nos EUA: Contradições e Desperdício, discorre justamente dos problemas que a relação Angola e Estados Unidos. Site http://www.makaangola.org/index.php?option=com_content&view=article&id=71:a-

Cumpre observar que em seu livro de memórias, Azevedo discorreu a respeito do MPLA,

> O que levou a apostar no MPLA?
> Outro dia, o advogado José Nabuco, de quem sou amigo e que sempre aplaudiu a política africana – estou dizendo isso porque é pouco surpreendente -, me escreveu uma carta assim: "Você rompeu as lanças em África etc." É dos estilos antigos, mas de apoio. Ele queria saber como é que tinha acertado com o MPLA.
> Disse-lhe que tinha sido a coisa mais fácil do mundo porque o FNLA era mesma coisa que ter um partido boliviano no Paraguai ou vice-versa; ou de qualquer tipo de idiossincrasia negativa existente entre todos os países de fronteira na América Latina. Não tem um país, salvo o Brasil, que não tenha questão territorial com seus vizinhos. Isso divide muito mais a América Latina do que se crê. (SILVEIRA, 2010, p95.)

Os argumentos apresentados por Azeredo da Silveira com relação a justificativa de uma "aposta" na FNLA são pertinentes ao nosso trabalho, pois o mesmo reforça um debate que apresentamos algumas vezes no decorrer do texto, ou seja, problematiza a questão da FNLA. Considera a liderança de Holden Roberto ilegítima, tendo em vista que este era angolano, porém, havia sido criado no Zaire. Aponta certo afastamento deste líder, que mesmo envolvido na guerra civil, poucas vezes foi à Luanda. Faz, inclusive uma comparação, dizendo que a FNLA poderia ser vista como um partido boliviano no Paraguai.

Embora não tenha mencionado a UNITA, era outro grupo que tinha ligações estreita com grupo étnico dos Ovimbundos, do sul, mas o seu maior problema era seu vínculo político com o governo da África do Sul que pautava suas relações no regime do apartheid. Neste caso, o Brasil declarava-se contrario ao regime, no entanto mantinha contatos comerciais lucrativos.

Enfim, podemos dizer que a atuação de Ovídio de Andrade Melo foi essencial para que o Brasil construísse o posicionamento diplomático que

---

imagem-de-angola-nos-eua-contradicoes-e-desperdicio&catid=26:corrupcao&Itemid=256&lang=pt. Acesso em 28/07/2014.

> mais lhe convinha. Podemos ainda considerar que embora o governo brasileiro hoje exalte seu protagonismo no reconhecimento da independência de Angola, esse fato se deu por conta postura contundentes de alguns representantes do Estado. Dentre os principais protagonistas neste processo podemos, nomeadamente citar o próprio Ovídio Melo; o presidente Geisel, com o estabelecimento de sua politica externa pragmática; o chanceler Azeredo da Silveira.
>
> Ressaltamos que algumas peças ainda não encaixam nesse “quebra cabeça”, portanto acreditamos que existam outros nomes, os quais esperamos conhecer ao longo do tempo, por meio de investigação pautada nas memórias de protagonistas *ad hoc* que possam contribuir com mais revelações acerca do processo de reconhecimento de Angola, que como pudemos constatar, não foi tarefa fácil.

Após a saída de Ovídio Melo da Representação Especial de Angola, no ano de 1976 veio ocupar o seu lugar Affonso de Ouro Preto como Encarregado de Negócios em Luanda, agora na Embaixada do Brasil em Luanda.

A respeito desse período temos alguns memorandos da embaixada que vamos discorrer no próximo capítulo.

Capítulo IV – Angola Pós-independência: apontamentos acerca das perspectivas da relação Brasil e Angola

4.1 Transições da Representação Especial Brasileira para Embaixada brasileira em Angola.

O processo de transição da Representação Especial Brasileira para Embaixada Brasileira em Luanda foi um processo árduo, pois, como vimos no capítulo anterior, havia forças no governo brasileiro que não aceitavam o ineditismo brasileiro no reconhecimento da libertação de Angola, justamente por conta do movimento que assume o poder, o MPLA. Por essa questão inferimos que o reconhecimento da Representação como Embaixada ocorreu somente após mais de um mês, para, além disso, incialmente, o governo angolano no poder em Luanda não aceitava o nome do diplomata Affonso Ouro Preto, como embaixador.

Para entendermos este contexto, é importante percebemos como a opinião pública angolana viu o reconhecimento brasileiro do governo da MPLA e as repercussões diante disso. Ovídio Melo escreve ao governo brasileiro em 26/12/1975, apontando que,

> Como era esperado a campanha que alguns jornais brasileiros começaram a mover contra o reconhecimento de Angola começa a ter repercussões internacionais inclusive aqui . um artigo hoje estampado na primeira pagina do jornal de Angola e divulgado também pelo radio, o pretexto de esclarecer o público angolano sobre as relações com Brasil da curso basicamente as mesmas aleivosias no sentido de que o reconhecimento brasileiro só pode ter sido feito por um de dois motivos. 1) influencia esquerdista em meios universitários , na imprensa até administração . 2) intenção velada dos Estados Unidos de Manter aqui , através de uma embaixada brasileira , uma cabeça de ponte . Não importa ao articulista que duas versões tão contraditórias excludentes uma da outra possam ser assim apresentadas num só folego . Ambas versões servem ao Proposito de separar, de incutir duvidas e desconfianças aqui e no Brasil . Talvez tenham sido esta , e só esta, a intenção do artigo . Hoje mesmo manhã aqui veio esta missão o vice cônsul da Bélgica , que já estava a par do debate eniciado [sic] pelo Estado de São Paulo et que o como ultimo representante dos países do mercado comum em Luanda estava aspas “curioso” fecha aspas sobre aspas verdadeira situação fechas aspas da Relações do Brasil com Angola . Repetidas vezes voltou ao assunto da importância do artigo do jornal de Angola , salientando sempre que aspas na certa tivera influencia oficial”

> fecha aspas que aspas haveria no seio da MPLA um [sic] linha mestiça [sic] contraria às Relações com o Brasil" que o artigo refletia a opinião desta linha do MPLA desconfiada para com o Brasil , desejosa de salvar a face , de dar impressão de que a iniciativa fora de Angola caso o governo brasileiro se decidisse a romper relações". E tudo isso , não posso deixar de pensar nos muitos et variados interesses internacionais que se sentem inconfortáveis com a presença do Brasil aqui .[327]

Registramos que além das questões postas no capítulo anterior sobre motivações e reações para o reconhecimento da independência de Angola, pelo governo brasileiro, salientamos que parte da sociedade angolana também via com ressalva o protagonismo do nosso país. A imprensa verde-amarela nomeadamente *O Estado de S Paulo*,[328] desenvolveu campanhas contrarias ao reconhecimento brasileiro, essas notícias chegavam a Angola e levantavam suspeitas das reais intenções do Estado brasileiro. Do outro lado vemos que havia a suspeita de que o Brasil estaria a serviço do governo estadunidense, suposição que se deu pelo fato do Brasil estar vinculado por questões ideológicas o governo do EUA, o qual sempre apoiou o regime autocrático militar brasileiro. Além disso, havia o fato dos Estados Unidos apoiar a FNLA e UNITA, portanto seria interessante ter um "espião" para acompanhar o governo da MPLA.

O histórico do Brasil contribuiu para essa concepção, pois a relação com o regime salazarista sempre impediu relações com as, então, colônias portuguesas. Esta conjuntura só se modificou paulatinamente nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, todavia, quando a autocracia militar toma o poder, houve um retrocesso no que dizia respeito à relação com países africanos. Apenas após o governo de Castelo Branco que o país volta a buscar uma reaproximação, contudo, com dubiedade diante dos reais interesses.

---

[327] TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA EXTERIORES, CARÁTER URGENTE – ÍNDICE: ARTIGO DO JORNAL DE ANGOLA SOBRE AS RELAÇÕES COM O BRASIL. EM 26/12/1975.

[328] A respeito do periódico registramos: "A imprensa tomou partido no assunto. O Estado de S. Paulo dedicou uma série de editoriais, no ano de 1975, a criticar o Itamaraty e ao pragmatismo na política externa brasileira. Em um editorial intitulado "Mexicanização da Diplomacia", publicado em 12 de novembro de 1975, o jornal acusava o chanceler de ter tido interesse pessoal na "sedução de setores de esquerda" no Brasil e no mundo. Seguindo a mesma linha de acusação da linha-dura do estamento militar, o mesmo editorial afirmava que o Brasil havia reconhecido diplomaticamente, em Angola, um "fato criado por Moscou e Havana". E esse era um fato grave pra uma área de vital importância geopolítica para o Brasil como o Atlântico Sul. A matéria, "de segurança nacional", tinha sido resolvida com açodamento". (SARAIVA, 1999, p.244)

Outra questão que nos interessa no contexto pós-reconhecimento, se refere à leitura que outros países, próximos ou não, fizeram a respeito da atitude brasileira. No mesmo memorando Melo discorreu,

> Segunda Parte [...] Portugal desde logo, não tendo reconhecido, sente a presença do Brasil como desastre para sua politica secular de separar o Brasil e Angola. Os países do mercado comum temem um pujante concorrente comercialista. Finalmente, a União Soviética e Cuba pretendem com sua ajuda militar posar como única defensora de Angola contra a África do Sul perante os povos da África bem sabe que a presença do Brasil não lhe deixa movimentos totalmente livres et constitue [sic] , também aos olhos da África , um apoio contra o apartheid e a intervenção . Teme sobretudo que a presença diplomática do Brasil possam vir mais adiante a moderar um processo politico que ameaça convulsionar toda a África et em que Cuba , sozinha de ser única protagonista . O artigo, em suma vc começa cuidadosamente alinhando os seguintes a argumentos. 1) que os partidos de esquerda no Brasil sempre apoiaram o MPLA . 2) que a imprensa principalmente jornais como Opinião, Movimento e Tribuna da Imprensa também o apoio que os Centros de Estudos Afroasiaticos [sic] vc principalmente na Faculdade Candido Mendes. 3) que o Itamaraty em aberto a Relações com Angola por causa da influencia destes centros de Estudos Afro Asiáticos é que , por isso , também tendo em vista a opinião publica o governo brasileiro teria sido levado a reconhecer Angola a seguir o artigo comenta . No entanto, observadores bem informados acreditam que a motivação do governo brasileiro seja outra, que por influencia norte americana deseje apenas manter em Angola um posto de observação . Mas que isso o governo e o povo angolano não permitirão . O jornal de Angola , que foi do FNLA , encontra-se ainda hoje não muito à vontade com o governo junto ao qual tenta provar constantemente sua ortodoxia no que caindo sempre e m exageros. Estou procurando contactar a diretoria geral de informações a fim de conversar sobre este artigo e mostrar quão absurdas são as afirmações que faz final.[329]

As informações expostas por Ovídio Melo denotam uma visão “nebulosa” sobre as intenções do Brasil em relação ao governo angolano, pois com elas verificamos o intuito de realmente desestabilizar as relações entre ambos os Estados. Evidentemente o Brasil tinha interesses comerciais em Angola, Ovídio Melo chama atenção para o receio que causava em Portugal, e por isto inferimos que isso se deu por conta da tentativa de preencher a lacuna que a ex-metrópole

[329] TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA EXTERIORES, CARÁTER URGENTE – ÍNDICE: ARTIGO DO JORNAL DE ANGOLA SOBRE AS RELAÇÕES COM O BRASIL. EM 26/12/1975.

deixava. Saliente-se que Cuba e a União dos Estados Soviéticos, segundo Ovídio Melo, desconfiavam das reais intenções brasileiras.

Não obstante, o diplomata brasileiro chama atenção quando discorre sobre a imprensa angolana e cita a esquerda do nosso país, por conta do seu apoio ao MPLA, o que não era novidade. Além disso, menciona o apoio dos periódicos *Opinião*, *Movimento* e *Tribuna da Imprensa*[330]*, que* embora historicamente tenham sua importância no cenário político brasileiro do período da autocracia militar, pouco puderam interferir na conduta político-diplomática do governo brasileiro. Ao mencionar os Centros de Estudos Afro-asiáticos, descreve-os como vetores de informações que contribuíram para o reconhecimento da independência.

Cumpre observar, o que o sociólogo José Maria Nunes Pereira discorreu em sua dissertação "Os Estudos Africanos no Brasil e nas Relações com a África – um Estudo de Caso: O CEAA (1973-1986)" (1991), a respeito da criação do Centro Estudos Afro-Asiáticos pois estas expõem questões pertinentes ao nosso trabalho,

> [...] Para o Ibeaa [Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos], o estudo do mundo afro-asiático (que vivia ainda a época do "espirito de Bandung", era meio de cumprir sua função principal: colaborar com o Itamaraty no planejamento das relações culturais entre Brasil e os países da África e da Ásia. No entanto, perdido o impulso inicial do gesto de abertura de Jânio Quadros, a política africana do Itamaraty esmaeceu face aos embates travados com o lobby português que atuava tanto internamente no Ministério das Relações Exteriores quanto externamente, através da então influente federação das Associações Portuguesas, muito bem articuladas com setores políticos brasileiros favoráveis a Salazar.
> Para a analise que estamos realizando, importa salientar que o Ibea constitui o único caso que conhecemos de criação de um centro de estudo africano no justo momento e em função dele – de uma virada brasileira não só para África, como também para o Terceiro Mundo em geral.

[330] A respeito desses periódicos, o pesquisador Rivaldo Chinem, em seu livro "Imprensa Alternativa: Jornalismo de oposição e inovação (1995)' "Entre 1964 e 1980 nasceram e morreram cerca de 300 periódicos de tamanho tabloide, que tinham como traço comum a oposição sistemática aos militares que comandavam o país a ferro e fogo. Neste livro, além de descrever a trajetória de uma série de publicação que se impuseram, nos anos 70, como alternativas de noticiário, de postura, de mercado, de organização acionária à grande imprensa, o Autor resgata a memória de um período notável, que modificou a história do jornalismo brasileiro. Rivaldo Chinem relata ainda a valentia de alguns desses jornais, destacando casos especiais como Pasquim, Opinião e Movimento a tríade que influenciou gerações de jornalista, dando exemplo da indignação que toma conta do ser humano ao ver cerceada a sua liberdade". (CHINEM, 1995, p. 7-8)

> No caso do CEAA, verificamos que sua criação foi antes de tudo, a retomada por Candido Mendes de sua proposta programática iniciada no Ibeaa [...] para os parâmetros de uma instituição privada. Para vice-diretor executivo do CEAA, foi indicado José Maria Nunes Pereira, que era assistente do professor Candido Mendes num curso sobre política africana na PUC-RJ e que possuía razoável acervo de livro, periódicos e documentos sobre África. Embora brasileiro, José Maria Nunes Pereira estudou em Portugal, onde, no final dos anos 50 e início dos 60, foi membro da Casa dos Estudantes do Império. (CONCEIÇÃO, 1991, p. 87-88)

Salientamos que o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos - IBEAA, segundo, José Maria Pereira, foi "único caso que conhecemos de criação de um centro de estudos africanos no justo momento e em função dele". Primeiro constatamos que naquele momento havia precariedade do Itamaraty em relação às questões ligadas a África; segundo, pois membros do instituto, nomeadamente Candido Mendes, fundaram um centro privado voltado aos Estudos sobre as relações Brasil e o continente Africano. Não obstante, o CEAA foi citado no memorando do Ovídio Melo, que influenciou segundo a notícia do periódico *Jornal de Angola* na decisão do Brasil para o reconhecimento de Angola.

Os centros de estudos africanos no Brasil começaram a surgir a partir de 1959, na Universidade Federal da Bahia, com o português Agostinho da Silva, que criou o Centro de Estudos Afro Orientais – CEAO; em 1966, o Centro de Estudos Africanos – CEA, na Universidade de São Paulo, entre os seus criadores, Dr. Fernando Mourão; e em 1973, o Centro de Estudo Afro-asiático - CEAA, que acabamos de discutir. O prof. José Maria discorreu sobre a influência da Conferência de Bandung, que inclusive o Brasil teve um representante, o embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes[331]. A respeito da Conferência discorremos na introdução do nosso trabalho, todavia as influencias realmente

[331] "Não podemos deixar de destacar a participação do embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes, que a época era secretário na Embaixada de Jacarta, como observador na Conferência de Bandung. Segundo Sombra Saraiva (1996 p. 48), o livro de Bezerra de Menezes O Brasil e o mundo Ásio-africano(1961), se constituiu uma obra complexa, foi o primeiro livro escrito por um diplomata brasileiro voltado para o estudo especifico dos dois continentes. Bezerra de Menezes criticava a desinformação da diplomacia brasileira, cujo pouco que sabia sobre o continente africano vinha, justamente, dos canais de informação das metrópoles coloniais europeias. Saraiva (1996) cita trecho de entrevista que Menezes concedeu ao pesquisador Pio Penna em 10/01/1993, na qual o embaixador apontou que era vegetativa e contemplativa a vida política exterior brasileira, de pouca ação e alinhamento com os Estados Unidos e a Europa, deveria ceder lugar a um novo no Atlântico e para África". (SARAIVA, 1996, p. 49).

desses centros são notórios, no que se refere ao conhecimento do Itamaraty a respeito do continente Africano.

Além do memorando de Ovídio Melo, em que relata o fato da imprensa angolana comentar sobre a possível influência do CEAA. Azeredo da Silveira menciona o CEA, “temos na USP, um instituto Africano, talvez o mais importante do Brasil, embora a Bahia seja o *showcase* mais interessante”. (2010, p 99). A citação de Azeredo da Silveira reforça os argumentos da influências desses centros na corroboração ao conhecimento sobre o continente africano.

Podemos inferir que o estabelecimento de um novo país, como foi o caso de Angola, e levando em consideração o contexto que foi constituído, envolvendo a questão da Guerra Fria e seu passado colonial, levava a tensões constantes. Em relação ao Estado brasileiro, após a saída de Ovídio Melo, ele foi substituído por Affonso Ouro Preto, todavia, como já apontamos, o governo da MPLA, em primeiro momento rejeitou o seu nome, como relatou Ovídio Melo,

> Na chegada a Lisboa, o Ministro-Conselheiro Leite Ribeiro esperava-me à porta do avião com um recado de Zappa e de Silveira: queriam que eu voltasse imediatamente a Luanda, para assumir de novo a missão, dado que o novo Encarregado de Negócios não fora aceito. Relutei muito em voltar. Tive uma longa e irritada conversa telefônica com Zappa, no Brasil, outra com Silveira, que se encontrava em Paris. Finalmente aceitei retornar apenas por mais uns dias, somente para esclarecer de vez qual a razão pela qual o nome de Affonso Celso Ouro Preto, uma excelente indicação para o posto, havia sido recusado. De volta a Luanda, logo pude apurar: Affonso Celso tinha um meio irmão bem mais velho, Carlos Silvestre, que fora Embaixador em Portugal, ao tempo de Salazar. Este irmão, no meio da década de 1960, havia visitado oficialmente Angola e fizera um destemperado discurso pró-Portugal, de cunho nitidamente colonialista. O MPLA confundira os dois irmãos. E o discurso fora tão traumático que mais de dez anos depois servia como motivo para recusar o novo Encarregado de Negócios designado por Silveira. Tratava-se de mera confusão de sobrenome. Mas a decisão de recusa fora do Bureau Político do MPLA, que só se reuniria de novo, dadas as festas de fim de ano, no último dia de 75. Cabia ao Bureau Político reconsiderar a questão e desfazer o equívoco. (MELO, 2009. p 141.)

Por conta dessa conjuntura de desentendimentos políticos, Ovídio Melo teve que ficar em Angola até 6 de janeiro de 1976. Nesse período convenceu a cúpula do MPLA do equivoco que ocorreu. Em outro memorando Ovídio Melo

esclarece essa questão com diplomata responsável pelo Departamento de África, Ásia e Oceania, Ítalo Zappa,

> Como seguimento da decisão ontem tomada pelo conselho da Revolução e que tive noticia antecipada pelo Primeiro Ministro Lopo do Nascimento fui hoje chamado ao Ministério das Relações Exteriores para que me fosse entregue nota com o seguinte teor. "o Ministério das Relações Exteriores da República Popular de Angola apresenta os seus melhores cumprimentos ao Sr. Ovídio de Melo Encarregado de Negocio ad interim da República Federativa do Brasil e tem a hora de pedir lhe faça o obséquio de informar a sua excelência Antonio Francisco Azeredo da Silveira , ministro de Estado das Relações Exteriores da Republica Federativa do Brasil que, após o esclarecimento do equivoco relacionado coma a pessoa do Sr. Ouro Preto indicado pelo governo brasileiro para o cargo de Encarregado de Negócios ad interin na Republica Popular de Angola , o nosso governo decidiu dar acordo este ministério aproveita a oportunidade para reiterar lhe testemunho da mais alta consideração de José Eduardo dos Santos , ministro da Relações Exteriores . Gabinete do ministro das relações exteriores em Luanda em trinta de dezembro de mil novecentos e setenta e cinco". Levei ao ministro comigo o secretário Ouro Preto e apresentei às autoridades , que foram todas extremante cordiais conosco, tiveram palavras muito simpáticas para com o Brasil, para com vossencia e presidente pediram desculpas pelo quiproquó havido e terminaram por convidar a mim e a Ouro Preto para que compareçamos a Palácio amanha, à primeira festa de ano novo de Angola independente . Por falta absoluta de meios de transporte só poderei embarcar para Lisboa a caminho do Brasil no dia quatro de janeiro . Em tempo com a permissão de Affonso Ouro Preto esclareço que o equivoco havido , segundo as palavras de próprio ministro José Eduardo , nada tem a ver com conselheiro Gil Ouro Preto que aqui foi Encarregado de Negocio em setembro passado e contra o qual nada tem este governo final.[332]

No memorando informando ao seu chefe Italo Zappa, Ovídio Melo evidencia o jogo de forças entre os dois países em relação às questões político-diplomáticas, alertando, que mesmo havendo o protagonismo brasileiro, o governo angolano não estava a mercê do Brasil. Lembremos que no capítulo anterior, quando Melo escreveu a respeito do relacionamento histórico entre Brasil e Angola e abordou a necessidade do Estado brasileiro estreitar os laços com Angola, para compensar o longo período distante, todavia vemos pelo episódio

[332] TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA CONHECIMENTO IMEDIATO DO SENHOR EMBAIXADOR ITALO ZAPPA, CARÁTER URGENTE – ÍNDICE: ENCARREGATURA DE NEGÓCIOS. EM 31/12/1975.

envolvendo o diplomata Affonso Ouro Preto e seu meio irmão[333], que o governo angolano *a priori* não estava sujeito a tolerar qualquer "capricho do governo brasileiro". Ao contrário do que ocorreu com o diplomata Carlos Alberto da Fontoura, que quando indicado para embaixador em Lisboa demorou a receber seu *agrément*, o governo angolano rejeitou a indicação de maneira mais tácita e direta.

Importante salientar as contradições nas informações, pois em seu livro de memórias Ovídio Melo expõe que a resistência a Affonso Ouro Preto estava ligada ao seu meio irmão Carlos Silvestre de Ouro Preto, este a favor do regime salazarista, e também ex-adido em Angola. Contudo no memorando, Melo enfatiza que a rejeição ao nome de Affonso Ouro Preto não tinha nada a ver com seu meio irmão mencionado. Quais os motivos da omissão dessa informação? Inferimos que para evitar um episódio semelhante que envolveu a embaixada brasileira, em Lisboa com o embaixador Fontoura, optaram por omitir essa informação numa perspectiva de diminuir as tensões naquele momento delicado em que o país vivia.

---

[333] A respeito do meio irmão do diplomata Affonso de Ouro Preto, salientamos as considerações do historiador Pio Penna sobre esse episódio em seu artigo A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA AFRICANA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO "[...] Há um episódio curioso envolvendo o Embaixador Carlos Silvestre de Ouro Preto e sua convicta postura a favor do colonialismo português e do regime salazarista. Sua simpatia por ambos foi tornada pública em várias ocasiões e, numa dessas, em meados da década de 1960, um militante pela independência de Angola teve oportunidade de presenciar os efusivos comentários de Ouro Preto a favor do regime português. Impressionado com sua postura, o sobrenome Ouro Preto ficou gravado na memória do militante que logo informou os seus camaradas sobre a existência de um diplomata brasileiro excessivamente simpático à causa lusitana. Muitos anos depois, em 1975, quando Angola se tornou independente e o Brasil decidiu designar um substituto para o então Representante Especial em Luanda, Embaixador Ovídio de Andrade Melo, a escolha recaiu sobre o diplomata Afonso Celso de Ouro Preto, que teve suas credenciais negadas pelo governo do MPLA. O Embaixador Ovídio, que retornava de Luanda para o Brasil via Lisboa, teve a sua viagem interrompida a pedido do Ministro Azeredo da Silveira, que se encontrava em Paris, o qual, tendo tomado conhecimento da recusa angolana pela indicação do governo brasileiro, solicitou ao Embaixador Ovídio que retornasse a Luanda para esclarecer a situação. Qual não foi a sua surpresa quando, tendo sido recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Angola, o Embaixador foi informado que o governo angolano se recusava a aceitar o diplomata brasileiro por ter ele sido um veemente colaborador do colonialismo português! O Embaixador, pacientemente, explicou à autoridade angolana que havia um grande mal-entendido na questão, uma vez que aquele que o governo brasileiro indicara para a assumir temporariamente a Embaixada (que ainda não havia sido efetivamente criada) era outro Ouro Preto, inclusive com posturas políticas radicalmente diferentes do Embaixador Carlos Silvestre de Ouro Preto, por sinal irmão mais velho de Afonso Celso. Desfeito o engano, o governo angolano aceitou o diplomata designado pelo Brasil. Enfim, o episódio demonstra como, de fato, Carlos Silvestre de Ouro Preto causou má impressão nos círculos angolanos que lutavam pela independência. Ovídio de Andrade Melo. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 2000.Site www.ichs.ufop.br/memorial/conf/mr4d.pdf . Acessado no dia 05/08/2014.

Os últimos dias de Ovídio Melo em Luanda foram frenéticos, pois passou a maior parte do tempo resolvendo e prevenindo eventuais problemas que o seu sucessor poderia enfrentar no cargo. Vejamos que ele continua a fazer visitas ministeriais, a exemplo, que teve com o ministro da defesa de angolano, em 02/01/1976,

> 004 sexta-feira 19:00hs- [...] além da conversa com o Presidente Neto , reportada no tel em referencia , ao apresentar Ouro Preto a dirigentes do MPLA e membros do governo, outras conversas tivemos , das quais vale destacar os seguintes pontos bi. ministro da defesa Henrique Carreira chamou-nos atenção para o edital de concorrência que este governo fez publicar na imprensa local e que já encaminhamos ao Itamaraty pelo tel 581. Indagou-nos se o Brasil não estaria interessado no fornecimento de uniforme de dois ou três diferentes tipos para todas as forças armadas angolanas, num total de uns trinta mil homens. Lembrou que ainda recentemente fornecemos uniformes para a policia, adiantou-nos que no pagamento seria a visita e que estavam também interessados em comprar veículos para transporte, material para comunicação sobre a situação militar, declarou-nos que a mesma estava por enquanto estabilizada, que o ataque do Zaire a Cabinda - vide tel 001 - não foi forte e pode ser facilmente rechaçado e terminou por anunciar que em “breves dias haverá notícias de cunho miliar muito favoráveis ao MPLA”.[334]

Registramos que Ovídio Melo, mesmo de saída, ainda organiza encontros de prospecção de negócio com o ministro da defesa, Henrique Carreira, entre os produtos que interessava ao Estado angolano: veículos, material de comunicação. Lembrou também da aquisição de uniformes para as forças policias, os quais foram encomendados ao Brasil e que deveriam ser pagos em divisas de (700,000.00 dólares), conforme memorando de 31/10/1975.

Voltando a questão da imprensa, como percebemos nos memorandos que Ovídio Melo envia aos seus superiores abordando a questão da repercussão nos veículos de comunicação brasileiros, afirma que alguns tratam a questão de forma negativa, a exemplo do *O Estado de S. Paulo* e em Angola o *Jornal de Angola*. A respeito desse assunto destacamos um trecho do memorando de Ovídio Melo de 31/12/1975,

---

[334] TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: CONTACTO COM MINISTRO DA DEFESA ANGOLANA. EM 31/12/1975.

> [...]Luís de Almeida, diretor geral da informação, perguntei lhe sobre o artigo que foi objeto de meu telegrama cinco nove zero pedindo-me explicação como era possível que uma matéria publicada naquele jornal , com destaque em momento tão crucial para Angola , pudesse até por em risco as relações com o Brasil que para Angola são tão importantes , Luís de Almeida mais uma vez se mostrou furioso com o Jornal de Angola disse-me que o governo por deficiência de quadros ainda não tem poderes para controlar a imprensa e que o jornalista que escreveu o tal artigo "já ká estava a escrever no antigo Província de Angola antes do vinte et cinco de abril". anunciou que medida urgente estava sendo tomada para controlar a imprensa e rádio nesses difíceis momentos de guerra que o país atravessa e que "aproximadamente em duas semanas não mais teremos quaisquer aborrecimentos desta espécie". [...][335]

Para refletirmos sobre este contexto, é essencial nos pautarmos nos ensinamentos do jornalista Perseu Abramo, que coloca no livro *Padrões de manipulação na grande imprensa* (2003), que "a manipulação das informações se transforma, assim, em manipulação da realidade" (PERSEU, 2003 p. 24). No dialogo entre Ovídio Melo e Luís de Almeida, percebemos a irritação de ambos com a forma como as notícias sobre o relacionamento entre Brasil e Angola estavam sendo expostas. Luís de Almeida aponta a falta de quadros adequados para colocar nos periódicos, a exemplo do *Jornal de Angola* outrora chamado *A Província de Angola* e que o jornalista autor o artigo tinha o intuito de abalar as relações entre Brasil e Angola, pois estava no jornal desde antes da Revolução dos Cravos.

Ovídio Melo já havia chamado atenção para o fato da manipulação da imprensa, como pudemos ver no terceiro capítulo. Contudo registramos que no documento em questão, ambos demonstram a intenção de ter um controle maior da imprensa, a fim de que matérias sensacionalistas fossem divulgadas, ou que não sejam de interesse do Estado, não sejam publicadas. Essas observações nos fizeram indagar quanto dos fatos reais são realmente publicado pela imprensa[336]. Não obstante, outra preocupação é o controle do Estado sobre a imprensa.

---

[335] TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: CONTACTO MEMBROS DO GOVERNO ANGOLANO. EM 31/12/1975.

336 "1. Padrão de ocultação – é o padrão que se refere à ausência e à presença dos fatos reais na produção da imprensa. [...] É um deliberado silêncio militante sobre determinados fatos da realidade." (PERSEU,2003 p. 25) Opera no momento da pauta, quando está se decidindo o que

Em outra parte do memorando, Ovídio Melo relatou o encontro que teve com representantes do Estado angolano, que na época eram notórios, mas, alguns a exemplo, de Nito Alves, (já citado no terceiro capítulo), que um ano depois vai ser acusado de traição no episódio conhecido como "27 de maio de 1977", que discorreremos mais a frente, por hora, Ovídio Melo escreve,

> [...] Nito Alves ministro da administração interna . prestigioso chefe militar vencedor da Batalha de Luanda em julho passado aparentemente líder de uma tendência moderada no MPLA manifestou interesse em reencontrar o encarregado de negocio brasileiro . Garcia Neto secretário geral do ministério das relações exteriores adiantou , a respeito da retirada da Gulf de Cabinda mencionada no tel 592 , que o seu governo "surpreenderia os norte americanos ao não tomar talvez , em cabinda a iniciativa esperada de nacionalizar a Gulf". Em outras palavras, o MPLA estudaria a possibilidade de não tomar uma medida radical que pudesse comprometer a sua imagem nos países ocidentais e dificultar em eventual futuro dialogo com a Gulf . limitar-se-ia, por enquanto, a decretar uma "intervenção" na empresa norte americana . De todos os ministros e dirigentes do MPLA com quem falamos , só detectamos uma certa frieza do ministro da educação, o poeta Antonio Jacinto , branco , nascido em Portugal pareceu-nos distante e evasivo, talvez ciumento da presença e das possibilidades do Brasil em Angola .[337]

Além, de Nito Alves, que em momento propício discorreremos Ovídio Melo cita Antonio Jacinto, renomado poeta e escritor angolano, que no trabalho sobre o MABLA mencionamos sua participação nas trocas culturais entre Brasil e Angola, por meio da *Revista Sul,* editada em Santa Catarina, na década de 1950 e 1960, por Salim Miguel[338]. Chama atenção a postura do poeta Antonio Jacinto, inferimos

---

será noticiado ou não é quando se decide o que é fato jornalístico daquilo que é não-jornalístico (PERSEU, 2003p. 26).

[337] TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: CONTACTO MEMBROS DO GOVERNO ANGOLANO. EM 31/12/1975.

[338] A respeito do contatos entre Salim Miguel e Antonio Jacinto registramos, o seguinte trecho do livro Relação Brasil/Angola (2014) e que também está em nossa dissertação sobre o MABLA (2010) "[...] O órgão de repressão portuguesa, a PIDE, exercia controle sobre o material escrito que circulava pelas colônias e Salim Miguel narra um episódio: A meu ver, o melhor exemplo da repressão em Portugal e suas então colônias é uma carta cujo conteúdo não posso esquecer. Ela tinha data e assinatura era um rabisco, embora tenha quase certeza ser de Antonio Jacinto. O remetente queria um manual de economia política. Dizia: "se não for encontrado em Florianópolis, veja se me consegue um exemplar em Porto Alegre ou em Montevidéu" pois sabia que a Livraria Monteiro Lobato, de Montevidéu distribuía a Sul e concluía caso consiga o livro não pode mandá-lo como recebeu. Terá de retirar a capa, a folha de rosto com o titulo, separar o miolo de cem em cem páginas, embrulhá-la em jornais ou revistas de variedades e despachar cada pacote em separado, porque só assim poderemos ter a sorte de receber os livros." (MIGUEL, 2005, p. 10)

que possa ser resquício justamente do Estado brasileiro até pouco tempo tinha apoiado o salazarismo e essa mudança tenha sido visto com ressalvas por ele.

No próximo subcapítulo veremos as repercussões internacionais do reconhecimento do Brasil em relação Angola.

4.2 Repercussões internacionais do reconhecimento do Brasil em relação Angola e os percalços para o estabelecimento da Embaixada.

O embaixador de brasileiro em Portugal, Carlos Alberto da Fontoura, , em outubro de 1974, escreveu sobre a situação de Portugal e das então "Províncias Ultramarinas", , num memorando enviado ao Itamaraty pedido esclarecimentos sobre notícias a respeito de uma ação conjunta entre Brasil e França em relação ao estado angolano. Em resposta a este questionamento, o Itamaraty enviou documento à Embaixada em Lisboa, o qual foi assinado pelo Ministério de Relações Exteriores, que tem como tema "Relações Brasil – República Popular de Angola", no qual aborda a questão da relação com a França. Vejamos,

> Em resposta a seu telegrama nº 162, informo Vossa Excelência de que o Comunicado Conjunto de imprensa, emitido por ocasião do encerramento da estada do Ministério Sauvagnargues em Brasília, contem o seguinte paragrafo:
> "Examinaram as relações da França e do Brasil com o continente africano, ao qual os dois países se encontram ligados por estreitos laços de ordem afetiva cultural, histórica e geográfica. Assinalaram, ademais, a importância crescente dos acontecimentos na África, sobre o que continuarão a manter consultas frequentes, no mais alto nível."
> 2. As declarações do Ministro Sauvagnargues, tal como figuram na imprensa brasileira, estão inspirada nessa passagem do Comunicado Conjunto de imprensa que aprovamos. Aliás, tenho mantido – desde setembro último (quando de nosso encontro em Nova York, por ocasião da Assembélia-Geral das Nações Unidas) e passando por minhas estadas em Paris (visita oficial em outubro e conferencia sobre a Cooperação Econômica internacional em dezembro) – conversações amplas e francas com o chanceler da França sobre Angola, entre outros temas.[339]

Vemos pela resposta acima, que o Ministério de Relações Exteriores brasileiro colocou que na ocasião de contatos com o Ministro Sauvagnargues, à

[339] TELEMAGRAMA DO MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES PARA EMBAIXADA EM LISBOA. CARTER SECRETO. ÍNDICE: POLÍTICA. ANGOLA. RELAÇÕES BRASIL-REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA. RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA. Nº77. EM 03/02/1976.

época Ministro de Relações Exteriores da França, foi possível pautassem a questão da relação franco-brasileira com Angola. Aponta que em meio das reflexões foi considerado que França e Brasil possuem “laços estreitos com o continente africano”, portanto, assinalaram com importante a continuidade das análises dos fatos ocorridos. Neste sentido, podemos inferir que, como apresentamos anteriormente pelo chanceler Azeredo Silveira, o reconhecimento brasileiro em relação ao Estado angolano foi uma decisão tomada no calor do momento e, que logo após a independência que se buscou reflexões e análises diplomáticas mais aprofundadas.

A resposta do Itamaraty continua,

> 3. Para governo exclusivo de Vossa Excelência, acrescento que o Ministro Sauvagnargues me disse, durante a longa conversa que, a sós, entretivemos no último dia 29 de janeiro, que compreendia perfeitamente a posição brasileira com relação a Angola e estava convencido de seu acerto. Em 30 de janeiro, durante a entrevista coletiva que concedeu à imprensa no Itamaraty, o Ministro Sauvagnargues afirmou em resposta ao jornalista Carlos Conde de “O Estado de São Paulo”, que a França e o Brasil buscavam objetivos comuns em Angola, à luz do interesse que necessariamente tinham com relação àquele país: um solução africana sem, portanto, interferência externas. França e Brasil, entretanto, não dispunham de meios para exercer uma influencia direta.
> 4. Em conversa igualmente em 29 de janeiro último, o Diretor de Assunto Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França de Laboulaye, afirmou ao Secretário-Geral das Relações Exteriores ser posição de seu governo, e também do Reino Unido, de que é necessário fazer algo para evitar que os “africanos moderados percam inteiramente a face” diante dos últimos acontecimentos. Insinuou, a propósito, que o Brasil teria condições para desempenhar um papel positivo na busca de uma solução na qual MPLA desse um mínimo de satisfação aos demais movimentos. As observações do Embaixador Laboulaye foram confirmadas por informações enviadas pelo Encarregado de Negócio em Paris, no sentido de que, no Quai d’ Orsay, haveria interesse em saber em que medida estaria o Brasil disposto a exercer influencia moderada sobre o Governo de Luanda e assim equilibrar a influencia soviético-cubana.[340]

[340] TELEMAGRAMA DO MINISTÉRIO DA RELAÇÕES EXTERIORES PARA EMBAIXADA EM LISBOA. CARTER SECRETO. ÍNDICE: POLÍTICA. ANGOLA. RELAÇÕES BRASIL-REPUBLICA POPULAR DE ANGOLA. RELAÇÕES BRASIL-FRANÇA. Nº77. EM 03/02/1976.

Na sequência do documento podemos aprofundar nossa análise, pois as questões expostas pelo Itamaraty a respeito da relação entre Brasil e França, fortalecem os argumentos de setores da imprensa angolana, pois o chanceler francês almejava que o governo brasileiro tivesse uma participação mais reativa em relação ao governo angolano, exemplo que a imprensa angolana havia escrito em relação os EUA e Brasil. Contudo o memorando é concluído dizendo que a postura do Brasil seria de respeitar a soberania do Estado angolano e contribuir para sua construção. Mormente percebemos que o flerte das grandes potências com o Estado brasileiro no sentido de ditar regras ou acompanhar as iniciativas brasileiras em solo angolano, questão essa que decorrem do próprio fato do reconhecimento brasileiro, pois, havia uma expectativa de que o novo governo angolano pudesse abrir-se mais para o Brasil, que para outros países.

Para além, dos fletes das grandes potências, em relação à atuação do Brasil em uma Angola independente, o substituto de Ovídio Melo não teve tarefa menos intensa, na agora Embaixada Brasileira em Angola. Affonso Ouro Preto, que no início sofreu resistência por conta de “um mal entendido”, era, neste momento, o interlocutor brasileiro em uma Luanda e que a destreza diplomática estava à prova. Ouro Preto em memorando enviado em 19/04/1976, intitulado Relações Brasil-Angola, evidencia os ônus que estava submetido, ,

> 194-22200-Resp TP dos Tel . 146 e 175 . Acordo com as instruções do despetel de referência, solicitei audiência ao secretário geral do ministério das relações exteriores a fim de desmentir os rumores veiculados pela “prensa latina” de que Brasília assinara um acordo com a África do Sul. O desmentido brasileiro , aliais já fora publicado pela imprensa angolana com a entrevista de imprensa do ministro Paulo Tarso Flecha de Lima (ver tel 192) o secretário geral após acolher as minhas explicações e manifestar interesse pelo fato de que o Brasil não designaria um embaixador em Pretória , desviou a conversa para uma extinção do consulado brasileiro em Luanda mt a criação de um setor consular na embaixada, assunto que, de acordo com as instruções do tel 146, ter sido objeto de nota ao ministério das Relações exteriores . Afirmou-me nesse particular, o secretário geral, que o assunto era sem duvida de rotina administrativa mas que envolvia “aspectos complexos” já que como o embaixador do Brasil não havia ainda chegado a Luanda, Angola e o Brasil mantinham relações diplomáticas “de facto” e não “de jure”. Manifestei surpresa diante das afirmações do secretário geral declarando que, no entender do governo brasileiro, não havia quanto à existência de Relações diplomáticas os dois países e que a vinda do embaixador seria uma consequência normal dessas relações e

> não uma condição previa para sua existência. As notas trocadas entre embaixada e o ministro, o "agrément" concedido ao embaixador, a aceitação das minhas funções de Encarregado de Negócios pelo governo angolano testemunhava amplamente a existência de Relações diplomáticas normais entre dois países. O secretário geral limitou-se a responder que o assunto era "complexo" e indagou a data da chegada do embaixador Souza Dantas . Respondi-lhe que o embaixador chegaria em fins de abril e que não o fizera antes por motivo das férias do congresso brasileiro (explicação que já fizera varias vezes à administração local)[341]

Percebemos no memorando do diplomata Ouro Preto a "pressão" que estava sofrendo do governo angolano. Como podemos perceber a imprensa tanto nacional como internacional estava noticiando uma politica externa brasileira para o continente africano de maneira dúbia. Embora inferirmos que as matérias eram tendenciosas, foi notório, na politica diplomática brasileira a dubiedade em relação a politica do *apartheid*, na África do Sul, na qual, mesmo condenando essa política, ao mesmo tempo em que não havia instrumentos que restringissem os investimentos brasileiros em solo sul africano.

Em relação à ida do embaixador Raimundo de Sousa Dantas[342] para seu posto, pode-se levantar a hipótese de que está decisão foi resultante da própria da conjuntura de pós-independência de Angola, das pressões internacionais e internas de grupos que não concordavam com o reconhecimento brasileiro. Cumpre observar que nesse momento já era de conhecimento de todos a presença cubana e soviética em solo angolano e, como vemos pelos memorandos, presenças crítica de por alguns setores da imprensa brasileira, a exemplo do *O Estado de S Paulo.* Pelo relato de Ouro Preto constatamos a impaciência do governo angolano mediante a essa postura morosa do governo brasileiro em enviar o embaixador para Angola.

Não obstante, evidenciamos que o Estado brasileiro via com ressalva as condutas do governo angolano. O diplomata Ouro Preto, em outro memorando,

---

[341] TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA. EM 19/04/1976.

[342] "Cumpre observar que na década de 1960, Raimundo Souza Dantas foi o primeiro embaixador negro brasileiro e que foi enviado para Gana, como embaixador inserido na política externa autônoma do então presidente Jânio Quadros, dessa experiência escreveu o livro África Difícil (1965) discorrendo sobre o período que viveu em Gana." (SANTOS, 2014, p. 111.)

discorreu sobre a postura ideológica, do então Ministro de Relações Exteriores angolano, José Eduardo dos Santos, que após 1979, com o falecimento de Agostinho Neto, assumiu a presidência e continua no poder até hoje. Ouro Preto escreveu,

> [...] Roberto de Almeida , secretário geral das relações exteriores deve se estudada num contexto maior que seja a linha política do seu ministério . José Eduardo dos Santos , ministro do exterior e um dos elementos mais pro soviético do governo do RPA . Foi educado na União Soviética (contrariamente a maior parte dos lideres angolanos) casou-se com uma cidadã soviética e cercou-se no seu ministério de elementos pro soviético , como ele educado na União Sovietica e casados com soviéticas . Constitui na RPA o chamado "Clube de Patrice Lumumba" (diplomados na Universidade de Moscou). As simpatias do ministro de sua equipe transparecem evidentemente nas atitudes assumidas em relação aos ocidentais . Conforme pode unificar-se com a missão em Luanda do Minist . Paulo Fecha de Lima há muito mais interesse em dialogar cordialmente com o Brasil nos ministérios econômicos, no ministério na educação, saúde , justifiça etc . (mesmo no movimento e no ministério da defesa) do que no ministério da relações exteriores.[343]

Sobre Roberto de Almeida[344] é importante informarmos que o mesmo é irmão de Deolinda Rodrigues[345], protagonista até hoje reverenciada pela população angolana. A respeito de Almeida e, principalmente do ministro das relações exteriores, José Eduardo dos Santos, o embaixador Ouro Preto, demonstra no memorando os mesmos não eram considerados como contatos confiáveis para o diplomata Paulo Tarso Fecha de Lima, que naquele momento ocupava o cargo de chefe do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty.

José Eduardo dos Santos[346], Ministro das Relações Exteriores de Angola, seria, portanto, o caminho natural dentro das relações diplomáticas para

---

[343] TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: LINHA POLÍTICA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. EM 20/04/1976.

[344] Atualmente, em 2014, ocupa o cargo de vice-presidente do MPLA.

[345] A respeito de Deolinda Rodrigues cumpre observar: [...] Seu nome de guerra foi Langilda, que significa em quimbundo "vigilante" ou "sentinela". Nasceu 10 de fevereiro de 1939, filha de um casal de professores primários, seu pai, além de docente, era pastor evangélico. Na infância foi estudar em Luanda, como seus irmãos, tendo sido cuidada pela mãe do depois líder do MPLA, Agostinho Neto. (SANTOS, 2014, p.54)

[346] No livro Angola: O Principio do Fim da União Soviética (2009). Registramos a respeito de José Eduardo dos Santos: [...] "Já antes sabia muito sobre Santos. Quando jovem estudante destaca-se por capacidades invulgares, tinha um intelecto tenaz, vivo. Era bem desenvolvido fisicamente:

entendimentos, inclusive servindo para pleitear junto a outros ministérios estreitamentos nos contatos, com outros países. Todavia, pela postura ideológica, que Ouro Preto julgava que decorria de sua formação na União Soviética e, principalmente, por conta do grupo que o cercava os quais tinham ligações com a União Soviética. Ligações essas até de cunho afetivo, como apontado pelo diplomata, muitos eram casados com mulheres de nacionalidade soviéticas. Por conta de toda essa leitura, Ouro Preto assume que o mais conveniente seria aproximar-se de outros ministros. O embaixador aponta outros fatores para seus argumentos a respeito do então ministro Eduardo dos Santos,

> [...] . outro exemplo da relativa frieza na linha adotada por José Eduardo dos Santos em relação à Europa ocidental . Os países do mercado comum , após reconhecer a RPA , passaram nota ao governo de Luanda em vinte de fevereiro passado , o estabelecimento relações diplomáticas . As notas ocidentais não foram até agora respondidas . No entanto a decisão de estabelecer relações diplomáticas com a Europa ocidental já foi tomada em nível de Bureau Político em março passado e efetivamente vários membros do Bureau político , indagaram com surpresa de vice consuls [...] europeus porque os seus governos não haviam ainda enviado embaixadores a Luanda já que e "estavam estabelecidas as relações diplomáticas" (o que tecnicamente não é verdade já que as notas europeias não foram ainda respondidas). A implementação da decisão exterior há indícios de que a posição de José Eduardo dos Santos re [sic] vem degredando no governo , apesar de sua participação no Bureau Politico . As negociações com o Zaire que culminaram com os acordos de Brazzeville foram conduzidos por Lucio Lara , secretário do movimento e Paulo Jorge , assessor do Presidente para relações exteriores . As negociações foram dirigidas por Paulo Jorge e todos contatos com Zambia que ficaram sob responsabilidade de José Eduardo dos Santos que se ilustraram pela morosidade a atitude do ministro das relações exteriores na ultima conferencia da OEA em Addis Abeba também foi criticada devido aos seus ataques contra o Zaire os quais comprometeram os entendimentos alcançados pela RPA com o governo de Kinsabasa [sic] outro sinal de relativo desgaste da posição de José

---

jogou na equipa de futebol da primeira liga "Neftchi" (Azerbaijão). Isto porque estudava na URSS. No nosso país ele casou com um russa, que deu uma filha, e eles três foram viver para Angola. As tempestades políticas levaram-no à liderança do MPLA – Partido do Trabalho e, mesmo tempo, Presidente. Claro que ele não podia pertencer a si próprio. Ele tornou-se um dirigente popular". "Mas sua vida pessoal – continua o general russo[Valentin Varennikov] - desenvolveu-se de forma bastante dramática. Sob pressão das tradições nacionais, teve de deixar a esposa branca e a filha a formar uma nova família: a esposa do Presidente devia ser negra. Dos Santos sujeitou-se aos costumes do seu povo, mas comportou-se de forma bastante nobre em relação à sua família anterior: deu-lhe uma villa, concedeu à antiga esposa uma pensão e um subsidio à filha. A filha foi autorizada a ir ter com pai à resistência em qualquer tempo livre" (MILHAZES, 2009, p113-114)

> Eduardo dos Santos pode ser encontrado no fato que a conversão "salvo condutos" não diplomáticas de entrada e saída de Angola passou do ministério do exterior para policia civil e que a decisão foi tomada durante uma ausência de Luanda do titular das relações exteriores . Convém lembrar por outro lado que certos elementos do ministério do exterior, como Garcia Bires, chefe de organismos internacionais de resistência técnica são mais propensos do que o titular da pasta adotar uma atitude cordial em relação ao Brasil.[347]

Os primeiros contatos de Ouro Preto com o ministro das relações exteriores, José Eduardo dos Santos, os levaram a não vislumbrar um caminho diplomático adequado para o Brasil estreitar suas relações com Angola, mas via possibilidades na figura de João Garcia Bires, diplomata de carreira, que assumiu ao longo da história de Angola independente, várias missões. Valendo agrega a informação de que João Garcia Bires continua na ativa, atuando, principalmente, na Ásia, onde foi embaixador na Coreia do Norte.

Não obstante, entre os memorandos que discorrem sobre a relação Brasil e Angola, vemos a preocupação constante do governo angolano com a imprensa internacional e interna, que expõe pronunciamentos do governo brasileiro que revelam suas preocupações a acerca da presença cubana e da União Soviética, em solo angolano. A respeito desta questão a Raimundo Sousa Dantas, que assumiu a embaixada em Angola, faz considerações acerca de uma entrevista que fez com o então ministro das relações estrangeira, José Eduardo dos Santos, memorando do dia10/05/1976,

> Visitei esta semana o ministro do exterior, senhor José Eduardo dos Santos. Após desejar-me as boas vindas conversou sobre as relações entre os dois países. Demonstrou conhecer bem os objetivos da missão do ministro Paulo Tarso, declarando estar certo de que a presença do embaixador do Brasil em Luanda concretiza as bases então lançadas . Concordou comigo em que a ratificação da linha de credito a ser aberta pelo Banco do Brasil à Angola deverá ter caráter de urgência para dar inicio sem demora , as operações já assentadas em principio . Referiu se também há possibilidade de cooperação cientifica e tecnológica ao que afirmei a disposição do Brasil, lá há vários campos, se assim

[347] TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA DAO/DAF/DPR, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: LINHA POLÍTICA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. EM 20/04/1976.

> desejasse o governo angolano . No que tange as relações políticas que esperava não se preocupar por ter em “Jornal Português” que o presidente Geisel “em recente viagem à Europa” teria declarado “que a presença brasileira em Angola tinha por alvo combater a influência cubana soviética”. Na ausência de instruções sobre o assunto levantado pelo ministro, limitei-me a reiterar o caráter prioritário atribuído pelo Brasil as relações com a África em geral, com Angola em particular, bem como lembrei a nossa fidelidade ao principio sagrado não intervenção e do respeito mútuo entre os Estados .[348]

Vemos que mesmo com ressalvas em relação ao ministro José Eduardo dos Santos, o diplomata Ouro Preto abriu-se para o diálogo, permitindo que o mesmo expusesse as preocupações concretas sobre as reais motivações do Brasil em Angola. Além disso, não deixaram de propor parcerias de fomento a negócios entre os dois países, a exemplo da ratificação de uma linha de créditos concedida pelo Banco do Brasil, com caráter de urgência para Angola.

No segundo capítulo desta tese discorremos a respeito da parceria entre a Odebrecht e o Estado angolano, em que o Branco do Brasil garantiu os créditos para sua concretização. A partir deste exemplo, podemos inferir que a estrutura para esse formato de negócios estava no embrião do comercio entre os dois países.

A respeito das parcerias de ciência e tecnologia, é importante contextualizarmos que desde daquelas iniciativas, essas parcerias ocorrem até hoje, pois o SENAI[349] envia técnicos para apoios logísticos e capacitações da

---

[348] TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA EXTERIORES, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: LINHA POLÍTICA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. EM 10/05/1976.

[349] A respeito do SENAI em Angola registramos: “O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) assinou contrato internacional de prestação de serviços na área de educação profissional com a Odebrecht. O acordo é para qualificação de profissionais da Biocom, uma subsidiária da Odebrecht no setor sucroalcooleiro e bioenergético, que está em construção em na cidade de Cacuso, em Angola. O gerente-executivo de Relações Internacionais do SENAI, Frederico Lamego, disse que o contrato faz parte da proposta de apoiar a internacionalização das empresas brasileiras. “Nos últimos anos, tem ocorrido um crescimento do atendimento do SENAI no exterior. Esse projeto, em Angola, é um marco do ponto de vista de projeção mundial do SENAI, principalmente pela quantidade de pessoas a serem capacitadas”, destacou Lamego. Ao todo, 770 angolanos serão capacitados em ocupações como operador de processo da indústria sucroalcooleira e bioenergética, analista de laboratório industrial, mecânico e eletricista industrial, soldador e segurança no trabalho, dentre outras. A Biocom vai entrar em funcionamento em junho de 2014 e até 2017, a capacidade de produção será de 2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 33 milhões de litros de etanol anidro e 150 GWh de energia a partir de biomassa. Os cursos de curta e média duração começam em janeiro de 2014 e serão organizados e executados pelo SENAI da cidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul. A região é um importante polo sucroalcooleiro e bioenergético brasileiro. Nos últimos dois anos, o SENAI de Dourados qualificou

força de trabalho em Angola. Além do intercâmbio que garantiu desde 1960 a vinda de estudantes africanos, dentre eles angolanos para estudar em universidades de alto nível no Brasil. Cumpre observarmos que recentemente, na gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva foi projetada e inaugurada a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia – Afro-brasileira – UNILAB[350].

Voltando ao memorando, Souza Dantas expõe outras preocupações com relação a postura do Brasil diante da África do Sul e as questões ligadas a segurança no Atlântico,

> [...] nas instruções recebidas em vinte nove de abril ultimo através da embaixada em Lisboa , desmentir categoricamente as

---

mais de 6 mil pessoas em cursos de educação profissional voltados para o setor sucroenergético. Em 2010, um grupo de 60 angolanos, que também trabalham na Odebrecht em Angola, recebeu treinamento em Mato Grosso do Sul. Só que dessa vez, os técnicos do SENAI vão ministrar as aulas em Angola". Site: http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2013/11/1,28042/senai-formara-770-trabalhadores-para-usina-da-odebrecht-em-angola.html. Acesso em 05/08/2014.

[350] "A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) nasce baseada nos princípios de cooperação solidária. Em parceria com outros países, principalmente africanos, a Unilab desenvolve formas de crescimento econômico, político e social entre os estudantes, formando cidadãos capazes de multiplicar o aprendizado. São milhares de pessoas envolvidas entre estudantes, técnicos, docentes e colaboradores. Uma oportunidade de aproximar o interior do nordeste brasileiro a uma educação avançada. Foram mais de três mil inscritos no primeiro processo seletivo. **A Ousadia** "Nenhum tema é tão capaz de unir e transformar um país quanto a educação", ressaltou o então presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, durante aula magna realizada em Maputo-Moçambique. E, em comum acordo com os países parceiros, tornou a ideia em realidade: a criação de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano, principalmente com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O desafio Em outubro 2008, criou-se a Comissão de Implantação da Unilab (instituída pela secretária de educação superior) que, ao longo de dois anos fez levantamentos e estudos a respeito de temas e problemas comuns ao Brasil e países parceiros nessa integração. Levantou atividades para o planejamento institucional, preparou a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, etc. Durante esse período foram realizadas incansáveis reuniões, debates e parcerias importantes, tanto no Brasil como no exterior, pelos membros da comissão. Além disso, foram analisadas propostas e diretrizes elaboradas por entidades vinculadas ao desenvolvimento da educação superior no mundo. Foram privilegiados temas propícios ao intercâmbio de conhecimentos na perspectiva da cooperação solidária, além de sua aderência às demandas nacionais, relevância e impacto em políticas de desenvolvimento econômico e social. Em 20 de julho de 2010, o Presidente da República sancionou a Lei nº 12.289 instituindo a Unilab como Universidade Pública Federal. Após a nomeação do Reitor Pro Tempore Paulo Speller, os trabalhos da comissão foram encerrados. **Redenção** "É o Brasil assumindo a sua grandeza, assumindo a condição de um país que, a vida inteira, foi rece.or e, agora, é um país doador. Nós queremos ajudar os outros a se desenvolverem", disse Lula, em seu programa semanal Café com o Presidente ainda em julho de 2010. A sintonia dos objetivos pautados em busca desta redenção encontrou concordância com a cidade de mesmo nome no interior do Ceará, pioneira na abolição da escravatura em 1883. Localizada a 55Km da capital cearense, a criação do campus em Redenção representou bem a proposta da Unilab: integrar para desenvolver". Informações retiradas do site http://www.unilab.edu.br/como-surgiu/ Acesso em 05/08/2014.

> acusações vinculadas pelas “Prensa Latina” sobre suposta intenção do Brasil de subscrever acordo do tratado militar do qual participaria a África do Sul, relativo à segurança do Atlântico Sul . Reafirmei a solidariedade do Brasil com os países africanos na sua condenação ao “apartheid” e aos governos no minoria branca na África meridional e nossa não vacilação em aprovar e executar as medidas recomendadas pela Nações Unidas este particular. Sua excelência ouviu essas declarações com grande interesse e afirmou que faria relatório ao presidente da republica nessa entrevista sem fixar ainda data para apresentação de credenciais, prometeu me comunica-la com a possível antecedência, lembrando ser praxe do país do recebimento prévio do discurso a ser pronunciado na ocasião. A este respeito, apurei com segurança que o embaixador da Iugoslávia esperou um mês e meio na União Soviética cerca de um mês para apresenta-las . Peço vênia para ressaltar que o ministro José Eduardo dos Santos manteve atitude extremamente correta e cordial durante todo o transcurso do nosso encontro . fim. Souza Dantas.[351]

A questão das relações entre Brasil e África do Sul já foi apontada em outros documentos que estudamos, todavia vale a pena reforçar o entendimento que em nome das manobras militares a questão do “apartheid” fica em segundo plano. A questão da segurança sempre foi “carro chefe” no discurso da autocracia burguesa, sendo inclusive, tema tratado no livro do General Golbery do Couto e Silva, já mencionado nesta tese.

Registramos ainda esclarecimentos que o Itamaraty deu para embaixada brasileira em Luanda, e mesmo não conseguindo identificar o autor do memorando, julgamos que trechos deste documento interessam para nosso trabalho,. Em 17/05/1976,

> Para conhecimento exclusivo e orientação de Vossa Excelência, acrescento que o Presidente Geisel foi abordado sobre o assunto pelo presidente Giscard d’ Estaing durante a visita oficial que fez à França. Comenta Giscard d’ Estaing que via com muito pessimismo a situação em Angola, considerando o país “perdido” pera influência soviética. O Presidente Geisel retrucou dizendo ver de outra maneira a situação. Para ele, fora precisamente a falta de compreensão do oriente e o desamparo em que deixara os que lutavam contra o colonialismo nos territórios portugueses que tornou possível a Cuba e a União Soviética adquirirem a situação que alcançaram junto a Governo como o de Angola, sem alternativa de apoio para sustentarem a luta pela independência

[351] TELEGRAMA DA BRASEMB LUANDA PARA EXTERIORES, CARÁTER SECRETO – ÍNDICE: LINHA POLÍTICA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. EM 10/05/1976.

> nacional. Esse erro não era irrecuperável, ainda porque os Governos africanos, mesmo os marxistas, são sobretudo nacionalistas e não há exemplo de êxito continuado de presença soviética no continente. O Brasil, que sempre esteve presente em Angola, por compreender que não lhe é possível deixar de procurar ter boas relações com países de expressão portuguesa terá para Angola a opção de cooperação com os países ocidentais, uma opção que é desejada mesmo em Angola e que o Ocidente deveria saber não desperdiçar.[352]

O encontro entre o presidente Geisel e o presidente Giscard d' Estaing traz informações pertinentes ao nosso trabalho, pois como vimos em linhas anteriores, a imprensa brasileira e internacional havia noticiado uma ação conjunta que envolvia Brasil e França nas decisões em relação ao Estado angolano. No documento acima citado podemos observar uma análise "futurística", que acabou se confirmando, pois embora diversos países no continente africano tenham a primeiro momento se declarado socialistas, até expressão simbólica de ícones do socialismo, a exemplo de Angola, que até hoje traz na bandeira uma meia engrenagem e um facão[353], que lembra muito a bandeira da então União Soviética, com a foice e o martelo. Contudo com o fim da Guerra Fria imediatamente assumiram uma condução de desenvolvimento capitalista, embora haja ainda um controle do Estado não aderindo ao neoliberalismo, como grande parte do mundo capitalista.

Em relação as preocupações do presidente francês Giscard d' Estaing, sobre a direção assumida pelo governo angolano, com a presença cubana, vemos que as preocupações eram muito mais por conta de interesses particulares da França(aqui falta um complemento), como podemos ver no livro do ex-ministro das relações exteriores dos EUA, Henry Kissinger, *Anos de Renovação* (2003),

---

[352] TELEGRAMA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES PARA BRASEMB LUANDA, CARATER SECRETO URGENTISSIMO – ÍNDICE VISTA AO MINISTRO DO EXTERIOR. EM 17/05/1976.

[353] "A bandeira consiste de duas listras horizontais iguais de vermelho superior e inferior preta. A cor vermelha simboliza o socialismo que procurou o MPLA, que significa África Negra. Mais tarde, o vermelho era menos definido em termos do programa do partido e não para o sangue que foi derramado pelos angolanos na luta pela independência. Assim, a importância também é dada no artigo 162 da Constituição de 1992, que estabelece a bandeira nacional. Ao longo dos dois tiras está localizado no centro da bandeira, o emblema de Angola, o que representa uma meia engrenagem, um facão e uma estrela de cinco pontas. A engrenagem simboliza a classe operária, os camponeses, o facão, o progresso estrela e internacionalismo. A semelhança com o símbolo do martelo e foice na bandeira da União Soviética se refere ao comunismo". Informações no site http://www.bandeiras-nacionais.com/bandeira-angola.html Acessado em 05/08/2014.

> [...] passei em revista a situação em Angola com o Presidente francês Giscard d' Estaing durante o governo mantinha relações mais estreitas e cuja segurança interna protegia mais frequentemente do que qualquer outro antigo poder colonial fazia relativamente aos seus anteriores tutelados. E o Zaire, embora colónia belga, era francófono.
> Os herdeiros da diplomacia de Richelieu não confiavam em declarações piedosas de boa vontade do gênero "manter África fora da Guerra Fria". Giscard partilhava nossa opinião de que a combinação de fornecimento soviéticos e de tropas cubanas podia prejudicar a estabilidade em todos os territórios francófonos e não apenas no Zaire. Ao longo do episódio angolano, o governo francês demonstra um interesse benevolente e o seu ousado e imaginativo Chefe dos serviços de informações, o Conde Alexandre de Marenches, prestava-nos inestimáveis conselhos e, em certas ocasiões assistência técnica. Em 19 de Novembro, Giscard escrevera à Ford uma carta ponderada chamando a sua atenção para nova realidade de que "União Soviética, ao longo dos últimos dias já não está a conceder uma ajuda maciça e aberta ao MPLA, de Neto"[...] (KISSINGER, 2003, p. 728)

Por meio do relato de Kissinger podemos deduzir que as suspeitas do Estado angolano tinham suas razões, pois o presidente francês Giscard acreditava que a permanência de tropas da então União Soviética e Cuba, em África, principalmente, em Angola, poderia contribuir para o avanço do socialismo nos países africanos de expressão francófonas, o que não era interessante para França, tendo em vista que sua influências diminuiriam. Todavia, como vimos pela análise feita pelo então presidente brasileiro, a influencia do socialismo não foi perene. O embaixador Souza Dantas, em outro memorando discorreu sobre a entrevista que teve com o primeiro-ministro Lopo do Nascimento, em que vai de encontro com as preocupações geopolíticas expostas por Kissinger, em 6/10/1976,

> [...] 517. Os jornais de hoje reproduzem entrevista coletiva de imprensa – que estava em vias de ser comunicada a vossencia [sic] – concedida pelo primeiro-ministro no ultimo dia de sua visita à Italia . Entrevista – que foi reproduzida , principio , "in totum" – Em longa e apresenta como temas principais o futuro da África Austral e as relações internacionais de Angola . Após criticar acerbamente a política exterior estadunidense e sublinhar a recusa do "plano Kissinger" pelo países confrotacionistas e pelo povo de Zimbábue e da Namíbia , o Sr. Lopo do Nascimento respondeu – nos seguintes termos a pergunta de jornalista não identificado a respeito da formação de blocos militares no Atlântico Sul e no Indico: "Nos citamos, sempre o Atlântico Sul dentro da perspectiva

> anunciada no segundo ponto da pergunta , tendo em conta a formação de uma pacto militar ..[354]

Cumpre observar a constante preocupação do governo angolano em relação a geopolítica, que foi agravada com as motivações ideológicas da Guerra Fria. Vimos que Kissinger (2003) expunha sua preocupação com o processo de independência de Angola se expandir para outros países, assim como a África do Sul, com o seu regime de apartheid, com receios dos "ventos das mudanças" chegassem por lá. Lopo Nascimento expôs sua preocupação com informações da formação de blocos que estariam se organizando no Atlântico Sul para manobras militares, questão muito importante para o governo autocrático.

Todavia o Estado brasileiro realizou manobras políticas ligadas à questão territorial, no caso aqui, marítima, as quais o pesquisador Eli Alves Penha (2011) enfatiza a materialização dessas no que diz respeito à relação Brasil e continente africano, ,

> [...] Outra medida estratégica de projeção brasileira no Atlântico Sul foi a extensão do mar territorial brasileiro par a faixa de 2000 milhas, [...], pois tinha precisamente o sentido do país declarar independência em relação à política externa norte-americana. Segundo Saraiva (1996) a outra intenção dessa medida era envolver os países africanos da costa atlântica no apoio à decisão do governo Médici. A solidariedade africana à decisão unilateral brasileira era importante trufo junto aos organizamos multilaterais, denotando que o centro do enfoque estratégico para a África era ressaltar a importância do Atlântico Sul como área vital para a segurança econômica na região (PENHA, 2011, p. 166)

Lembremos que no governo anterior ao governo Geisel, o presidente Médici já vislumbrava a estratégia de aproximação do Continente africano,.Com isso inferimos com mais veemência a posição dúbia que o Estado brasileiro tinha em relação à política externa voltada à África, no nosso caso a Angola. Contudo havia outras suspeitas que o primeiro ministro Nascimento levantou, em relação a manobras marítimas envolvendo o Brasil,

---

[354] TELEGRAMA LUANDA PARA EXTERIORES. - CARATER SECRETO URGENTISSIMO – ÍNDICE POLÍTICA. ANGOLA. BRASIL. DECLARAÇÕES ATRIBUIDAS AO PRIMEIRO-MINISTRO LOPO DO NASCIMENTO. EM 06/10/1976.

> Como sabem, ainda muito recentemente, foram terminadas as manobras navais denominadas UNITAS III ou IV e nós temos conhecimento da situação que se vive no oceano Índico . Aliás, nós tivemos oportunidade de discutir pessoalmente com autoridades de Madagascar este problema . E tudo leva a crer que, efetivamente, os Estados Unidos, África do Sul e já tivemos a oportunidade de expressar oficialmente ao governo brasileiro , ignoro se a mencionada manifestações de preocupações ao governo brasileiro se prenderia à entrevista que mantive com o Sr. Lopo do Nascimento em doze de agosto (tel 445) . Conforme já comuniquei, especialmente pelo tel 543, a imprensa de Luanda tem voltado ao tema "Pacto do Atlântico Sul" , que é confundido simultaneamente com o imperialismo americano – do que a missão Kissinger seria tentativa desesperada de manutenção – com o acordo nuclear franco sul africano , com a política agressiva de Pequim , etc . A recém-terminada visita do primeiro-ministro à Itália , alias, merecem cobertura relativamente reduzida por parte da imprensa angolana e notei a ausência de declarações substantivas e tom bastante moderado no que tange as relações internacionais de Angola que havia sido posto de lado nos últimos tempos – ou, mais coincidentemente, após o veto norte americano nas Nações Unidas. O "Jornal de Angola" de ontem assim define a politica exterior do MPLA deste país: "somos um país cujas fronteiras começaram e acabam nesta linha inalterável: em Angola só os angolanos decidem . Estas são fronteiras do poder . Para além disso e desde que se não atropelem os consagrados princípios do assunto interno somos um país aberto à relações com outros países do mundo fundamentalmente aberto ao estabelecimento e troca de experiência com todos os povos que o queiram fazer dentro do respeito dos princípios atrás expostos" . Finalmente , comunico que não foi mencionado nesta capital o noticiário do jornal mexicano "Excelsior" .[355]

Essa parte do memorando traz vários elementos que corroboram para visualizarmos que esse período estava repleto de tensões, a exemplo da operação UNITAS, na qual o Brasil esteve envolvido desde estabelecimento da autocracia militar brasileira, que constituía operações militares, envolvendo manobras navais, países do continente americano (Argentina, Brasil e Estados Unidos), pensando justamente na defesa conjunta no Oceano Atlântico. Isto nos faz indagar se realmente Lopo Nascimento tinha motivos para suas preocupações em relação a uma ação conjunta.

[355] TELEGRAMA LUANDA PARA EXTERIORES. - CARATER SECRETO URGENTISSIMO – ÍNDICE POLÍTICA. ANGOLA. BRASIL. DECLARAÇÕES ATRIBUIDAS AO PRIMEIRO-MINISTRO LOPO DO NASCIMENTO. EM 06/10/1976.

Neste processo investigativo muito nos interessa a indagação feita pelos pesquisadores Celso Castro e Marina D'Araujo (1997), a respeito da politica do Brasil em relação a África do Sul e as manobras marítimas UNITAS feita ao general Geisel, que sabemos era o presidente do Brasil àquela altura,

> No seu governo surgiram rumores sobre a proposta de um pacto do Atlântico Sul entre Brasil e Argentina, com a participação da África do Sul. Há algum fundamento nosso?
> Não. O Brasil participou do boicote internacional à África do Sul por causa da segregação racial que lá imperava. No meu governo surgiu um problema relativo a provas esportivas, principalmente náuticas, que os desportistas do Brasil queriam concorrer. Não participaram porque foi decretado o boicote a essas competições.
> Com relação a pactos, o que há são certos acordos dentro da OEA. Anualmente se fazem manobras navais conjuntas da Argentina, Brasil e Estados Unidos para a defesa do Atlântico. É a operação Unitas. Há também um relacionamento entre as forças terrestres, mas extensivos aos demais países da América. Periodicamente representantes do Estado-Maior se reúne ou no Brasil, ou nos Estados Unidos, ou num país americano. São consequências da guerra, que permaneceram depois, por causa do problema comunista. Até hoje existem. Em Washington funciona a Junta Interamericana de Defesa, integra por militares dos países americanos. (CASTRO e D'ARAUJO, 1997, p. 348)

O relato feito pelo general Geisel evidencia a postura de uma politica externa pautada no pragmatismo, que procurava ter posturas políticas que agradassem os seus "novos aliados" (no nosso caso Angola e países africanos solidários ao mesmo), mas ao mesmo tempo, tinha ligações estreitas com os desafetos destes países dentro do cenário da Guerra Fria, como os Estados Unidos. Percebemos que essa postura "melindrosa" criou ranhuras com ambos os lados (Angola e Estados Unidos). Se por um lado Angola, de forma diplomática cobrava uma postura mais clara do Brasil pedindo explicações sobre o que saía na imprensa, a exemplo da suspeita de estar a serviço do imperialismo estadunidense, por outro lado os Estado Unidos reivindicava do Brasil explicações por suas posturas,

> Em cada negociação dessas os Estados Unidos se pronunciavam?
> Não se pronunciavam diretamente, davam a entender. Uma das medidas que o Silveira adotou foi estabelecer com os Estados Unidos um "memorando de entendimento", que estabelecia as bases de entendimento sem prejuízo de ação dos respectivos embaixadores em função de um representante americano qualificado, enviado pelo respectivo Ministério das Relações

> Exteriores, vinha ao Brasil apresentar e discutir os problemas existentes. Periodicamente também ia um representante brasileiro a Washington. Ou ia o Silveira, ou outro ministro do Itamarati, e discutia os nossos problemas recíprocos. Havia trocas de informações, de reclamações, e essas conversações nem sempre eram agradáveis. Ás vezes se chegava ao entendimento, a bons resultados. Sempre procurávamos conviver com os Estados Unidos, do ponto de vista diplomático, em pé de igualdade. (CASTRO e D'ARAUJO, 1997, p. 345.)

Além das questões diplomáticas, as quais já abordamos, outro problema era de cunho nuclear, principalmente ao longo da Guerra Fria , pois ali sempre houveram ameaças de ambos os lados, mesmo que sempre tragam à baila o episódio da Baia dos Porcos, em Cuba, envolvendo os Estados Unidos e União Soviética, em 1962, em que uma embarcação vinda da União Soviética com destino a Cuba foi interceptada, o que possibilitou que as agencias de inteligência estadunidenses descobrissem que havia bombas nucleares. Este episódio ficou conhecido como a "crises dos mísseis"[356], situação que serve como elemento para refletirmos acerca do contexto em que vivia Angola pós-independência, especialmente no que se referia ás tensões com África do Sul, que historicamente sempre lutou contra o MPLA, pois tinha receio da influencia do socialismo e do fim da política de segregação chegassem, em solo sul africano.

O embaixador Souza Dantas, ao mencionar em seu memorando o acordo nuclear franco- sul africano, demonstra que as potências ocidentais aliadas à África do Sul viam com preocupação os movimentos emancipatórios em África. Como já demonstramos repetidas vezes neste trabalho, o Estado francês temia o avanço da influência da URSS, em solo africano. Recentemente vieram à tona documentos que demonstram um acordo entre Portugal, Israel e África do Sul para que o último tivesse permissão para possuir bombas atômicas que seriam para proteger de ataques dos movimentos de independências das ex-colônias portuguesas em África.

Registramos que em 2009 a revista *África 21* publicou, um artigo escrito por Nicola Gardiola, intitulado *Aliança secreta apartheid, Portugal e Rodesia,* que vai

[356] A respeito dessa questão importa salientarmos: "Ray Cline, subdiretor para Assuntos de Informações da CIA. (Em outubro de 1962 Cline fora o autor do memorando que assegurara ao presidente Jón Kennedy a existência, em Cuba, de pelo menos oito mísseis soviéticos de médio alcance capazes de atingir o território americano.)" (GASPARI, 2002, p 166)

ao encontro das preocupações de Lopo Nascimento, fatos que ocorreram no processo de luta pela libertação na década de 1970,

> O marechal Costa Gomes, que impedira a publicação em 1974 do relatório de uma comissão de inquérito da ONU enviada a Moçambique após o massacre de Wiriyamu, e que acusava Portugal de crimes de guerra, admitia sem rebuço a utilização de napalm e de desfolhantes químicos pelas tropas portuguesas nos três teatros de guerra em África, mas negava, rotundamente, ter alguma vez autorizado o uso de armas bacteriológicas. O mesmo Costa Gomes fez alusão, em 1995, a uma misteriosa "arma invencível" que teria permitido acabar com a guerra de forma "definitiva", mas cujo uso tinha sido excluído, por razões também não esclarecidas. Estaria a pensar Costa Gomes no "Exercício Alcora" (de que nunca falou) e do arsenal de armas de destruição maciça de que dispunha o principal "parceiro" de Portugal nesta aliança? Este arsenal, então secreto, é hoje bem conhecido, graças aos depoimentos de vários "arrependidos" perante a Comissão Verdade e Reconciliação criada após a queda do regime racista. Sabe-se agora que a África do Sul se lançou na produção de armas nucleares, em 1971 com estreita colaboração com Israel. Segundo a Agência da Energia Atómica da ONU (AIAE) possuía, no final da década, pelo menos sete bombas atómicas, e trabalhava então num programa de miniaturização para produzir armas nucleares tácticas – o programa nuclear sul-africano foi entretanto abandonado e destruído em 1992, sob a fiscalização da AIEA. O activista holandês anti-apartheid Klàs de Jonge denunciou nos anos 70 várias "operações sujas" com armas químicas e bacteriológicas realizadas na Rodésia nos anos 70 no âmbito da Operação Alcora; o ex-coronel do exército rodesiano Lionel Dyck revelou ter assistido à contaminação de rios com o bacilo da cólera em Moçambique e Rodésia; e os dossiês secretos da Comissão Verdade e Reconciliação estão repletos de informações acerca das armas químicas desenvolvidas pelo Forensic Sciences Laboratory, em Visagie Street, dirigido pelo major-general Lothar Neethling ou das inúmeras toxinas e biotoxinas surgidas no âmbito do programa Coast, criado em 1983 e dirigido pelo Dr. Wouter Basson. Sabe-se que estas armas foram utilizadas em combate contra as tropas governamentais em Angola e Moçambique, e para tentar eliminar líderes da oposição ao regime racista, entre os quais o bispo Desmond Tutu. (GARDIOLA, 2009, p. 24)

Embora o fato acima tenha ocorrido alguns anos antes da emancipação angolana, mormente vemos que as denúncias feitas sobre a possibilidade de arma atômica, no continente africano, nas mãos do então Estado racista da África do Sul tem sua veracidade. Não obstante o próprio uso de armas de grande poder de

morticínios, a exemplo do napalm, armas bacteriológicas e químicas, que foram usadas de maneiras indiscriminadas.

Neste contexto é possível compreendermos o porquê do continente africano ser acometido por epidemias que afetam a sociedade civil como um todo. Vemos, portanto, que, muitas vezes, a pobreza e os problemas de saúde publica em África são decorrentes de armas de guerra silenciosas. Ao olharmos para o continente africano período em que esta tese está sendo finalizada (2014), nos deparamos com o surto de Ebola no continente e com inúmeras iniciativas de países do centro capitalista em construir vacinas para a doença, vacinas que via de regra, continuarão distantes das populações que mais sofrem. Não estamos inferindo que o vírus do Ebola também tenha ganhado tanta força de maneira deliberada, mas sim, queremos trazer a reflexão acerca das diferentes formas de tragédias que os países do continente estão vulneráveis.[357]

Mas, voltando a atuação do corpo diplomático brasileira, verificamos a cobertura da imprensa tanto interna brasileira e internacional numa perspectiva de alertar a opinião pública angolana ou brasileira, para condutas dúbias do governo brasileiro. Além do posicionamento oficial brasileiro, vimos nos capítulos anteriores como se deu a atuação do jornalista brasileiro Fernando Luís Câmara Cascudo, que no processo de independência esteve ao lado da FNLA e foi editor do jornal *A Província de Angola*, chegando a ser conselheiro de Holden Roberto. Em um memorando enviado em 01/11/1976 pela embaixada da Guiné-Bissau (sem identificação) para embaixada de Angola, a diplomacia discorre sobre a possível influencia de Luís Carlos Prestes em posicionamento do Estado guineese em relação ao Brasil,

> Reftel 603. Surpreendem-me as afirmações do Embaixador de Guiné-Conacri mencionadas na parte final do seu telegrama. São muitas as indicações sobre a contrariedade da União Soviética e Cuba com relação às posições assumidas pelo Brasil no quadro da politica africana. Cito, por exemplo, a campanha, desenvolvida até mesmo no âmbito das Nações Unidas, por meio do comunicado de Imprensa emitido pela Missão da União Soviética, sobre pretenso tratado do Atlântico Sul, de que participariam o Brasil e a África do Sul. Parece, portanto, pouco provável que o Senhor Luís Carlos Prestes se incline a defender o fortalecimento das relações do

[357] Agradeço as reflexões que a Dra. Andréa Pires Rocha fez ao ler essa parte do texto.

> Brasil com África. É, antes, provável que o Embaixador da Guiné Conacri não tenha fornecido a Vossa Excelência uma informação correta sobre a visita de Luís Carlos Prestes ao seu país, se é que tal visita realmente ocorreu. Nesse particular, estou solicitando à Embaixada em Dacar, cumulativa com Conacri, informações sobre se se confirma a visita de Luís Carlos Prestes a Sékou Tourré.[358]

Luís Carlos Prestes, ícone da esquerda brasileira, protagonista de eventos importantes da história do Brasil, como a Coluna Prestes e a Intentona Comunista, entre outros fatos históricos, por conta de sua militância ficou exilado ao longo do período ditatorial do Brasil e durante esse período recebeu convite de diversos países africanos para comemoração de suas independências. No memorando, além da já citada "campanha" da União Soviética e Cuba contrária a politica externa brasileira em solo africano, registramos segundo o memorando, que provavelmente, Prestes fizesse coro aos países socialistas citados.

Outros documentos que temos em mãos sobre o período de 1976 vão versar sobre a campanha da imprensa brasileira, contrária ao MPLA, que não vamos expor aqui por julgarmos repetidos em seus assuntos, como também a resposta do Estado brasileiro, todavia vale a pena apenas registramos que a *Revista Manchete, O Jornal do Brasil, O Estado de S Paulo* estão entre esses periódicos.

Partimos agora para próximo subcapítulo, que discorrerá a respeito do caso do dia 27 de Maio de 1977, período controverso da História recente de Angola, que culminou em perseguições e morte de centenas de militantes políticos, grande parte do MPLA, por tentativa de golpe ao próprio Movimento Popular de Libertação de Angola.

4.2. O "27 de Maio" de 1977

O episódio conhecido como "27 de Maio de 1977", , resultou na tentativa de golpe liderado pelo alto membro do MPLA, Nito Alves, que como vimos em

[358] TELEGRAMA DA EMBAIXADA DE GUINE CONACRI PARA EMBAIXADA EM ANGOLA. CARATER – SECRETO – ÍNDICE – DECLARAÇÃO DO EMBAIXADOR DE GUINÉ CONACRI. EM 01/11/1976.

outras partes do nosso trabalho era ministro da administração interna. Essa tentativa de golpe ficou conhecida como fraccionismo.[359]

A respeito desse episódio, o embaixador em Angola, Souza Dantas, inicia o memorando, com a seguinte frase *Rogo do conhecimento imediato ao embaixador Italo Zappa e o conselheiro Ouro Preto* acompanhamos o comunicado de Souza Dantas, em 31/05/1977,

> 344-21500 – Refses.el 193 e tel 24 . Pesso [sic] providencias . A imprensa escrita e falada de Luanda está demonstrando grande preocupação quanto às repercussões na imprensa estrangeira dos acontecimentos do vinte e sete e já começou a noticiar deformações no noticiário ocidental . Como já informei , os principais jornais brasileiros são regular e rapidamente recebidos pelas autoridades angolana, fato que ainda outro dia me foi confirmado. À natural suscetibilidade e desconfiança das autoridades deste país se acrescenta após o golpe de Nito Alves um manifesto sentimento de irritação e revolta, a começar pela pessoa do presidente da Republica. Temo reação de nossa imprensa aos recentes acontecimentos e ignoro o tom e o teor dos despachos que puderam ser transmitidos de Luanda . Presumo que haja grande desinformação, já que o telex está interrompido desde sexta-feira, vinte e sete, e os telefones estão sendo censurados . Pesso [sic] vênia, portanto para sugerir que os órgãos competentes da secretastado [sic] tentem esclarecer a imprensa brasileira sobre a realidade da situação em Angola. Permito me sublinhar os seguintes ponto . 1) A revolta foi julgada rapidamente em Luanda e o único resultado prático obtido pelo insurretos foi a ocupação durante algumas horas da Radio Nacional , foram desalojados por um comando já por volta do meio dia de sexta-feira , vinte e sete . 2) a cidade não sofreu aparentemente danos físicos e hoje é normal, notando-se apenas maior controle policial sobre veículos e indivíduos. Haverá, sem duvida, estritas buscas domiciliares para localizar os revoltosos evadidos e o toque de repercussões de monta no resto do país. Vários colegas meus endossam essa opinião, especialmente o representante das Nações Unidas, pessoas extremamente bem informadas já que funcionários da varias organizações que representa (UNICEF , refugiados , PNUD , saúde etc) são dos poucos indivíduos que, devido a suas funções, viajar em Angola. Por outro lado, as linhas aéreas suspensas por ocasião do levante [...][360]

---

[359] A respeito do termo faccionismo registramos segundo o pesquisador Eugénio da Costa Almeida, em seu livro Angola- Potência Regional em Emergência (2011): "O 27 de maio é considerado por uns como uma tentativa de Golpe de Estado, por outros como uma tentativa de reposição revolucionária e, por outros nomeadamente pelo serviços de informação afectos ao partido no poder, como um fraccionismo ou Intentona Fraccionista – entre camaradas do mesmo partido e da mesma República." (ALMEIDA, 2011, p. 68)

[360] TELEGRAMA BRASEMB LAUNDA [SIC] PARA EXTERIORES. - CARATER SECRETO URGENTISSIMO – ÍNDICE POLÍTICA. ANGOLA . BRASIL. IMPRENSA BRASILEIRA . EM 31/05/1977.

O episódio conhecido como 27 de maio de 1977, teve como protagonistas o já citado Nito Alves, além de Sita Valles[361] e Zé Van Dunem[362]. Nos dias atuais há algumas iniciativas de pesquisas que abordam esse período, a maioria das obras por nós analisadas mostra a versão dos que foram "vencidos" e isso não foi uma escolha registrarmos que a versão do Estado angolano sobre o referido episódio ainda não se aprofundando resumindo-se em dizer que foi uma tentativa de golpe que o poder local precisou reagir.

Todavia, não estamos aqui querendo fazer um juízo de valor de forma maniqueísta, só relativizamos, pois os fatos que pesquisamos possuem

---

[361] Sobre Sita Valles registramos: "nasceu em Cabinda, em 1951. É filha de um engenheiro agrônomo de origem goesa. Em 1971, resolve continuar a estudar em Portugal, tendo-se matriculado no quarto ano da Faculdade de Medicina de Lisboa. Faz parte da Direção da Associação de Estudantes. Em Dezembro ingressa na União dos Estudantes Comunistas (UEC). Em princípios de 1972 é membro do Secretariado na célula da Faculdade. Eleita para a Comissão Central da UEC, é um dos poucos membros dessa comissão na legalidade. No dia 25 de Abril de 1974, encontra-se em Moscovo como representante da UEC no Congresso das Juventudes Comunistas Soviéticas (Komsomol). Abandona os estudos para se dedicar por inteiro à atividade política, integrando o Comité Executivo da Comissão Central da UEC. Em junho de 1975, decide dar um contributo à luta no seu país natal e regressar a Angola. Antes de partir, tem uma reunião no PCP, com Álvaro Cunhal. Este ter-lhe-á explicação a complexidade da situação em Angola e que os militantes do PCP não eram bem recebidos, ao que parece porque no MPLA ficava sempre a sensação de que o PCP desejava interferir na situação interna e na linha política dos movimentos de libertação nacional. Contudo, se a sua decisão fosse, ainda assim, de partir, teria de cortar com todas as ligações ao PCP. E assinalou que o MPLA seria informado disso mesmo. Sita insiste em partir. E, chegada a Angola ingressa no MPLA, sendo incumbida de reorganizar o Sector Intelectual. Tempos depois, numa reunião do Bureau Político do MPLA, Lúcio Lara afirma que Sita Valles fora enviada pelo PCP para controlar o MPLA, acrescentando haver em Angola outros português com idêntica missão. Sita, pelo facto de ter militado em organizações portuguesa, é afastada do MPLA. Em 1976, casa com José Van Dunem, membro do Comité Central do MPLA e comissário político no Estado-Maior Geral das FAPLA. Integra equipas médicas no interior de Angola. Em fevereiro de 1977, nasce Ernesto, o seu primeiro filho. Em meados de junho é presa com o marido. Entra no Ministério da Defesa de mão dada com José. Um outro preso, Amadeu Neves, afirma que, quando lhe oferecia comida respondia: - A um comunista não se dá leite, dá-se porrada. Terá sido torturada e violada por elementos da DISA." [...] (CABRITA e MATEUS, 2007, p. 148-149).

[362] A respeito de Zé Van Dunem registramos: "José Jacinto da Silva Vieira Dias Van Dunem nasceu a 29 de agosto de 1949, Luanda, numa família da chamada elite crioula, com antecedentes que remontam ao século XVII. Era o mais velho de seis irmãos [...] A sua família participa desde a primeira hora na luta independentista. [...], incorporado na Força Aérea, fora graduado em primeiro-cabo de Armamento e Equipamento de Voo. [...] Transferido para Moçambique, forneceu, através de um idoso que conhecera numa aldeia, informações militares à FRELIMO. Foi por isso preso. Libertado com o 25 de Abril, regressou a Luanda. E, em 1975, participou na luta contra as tropas da FNLA.[...] Lúcio Lara chama-o e aconselha-o a afastar de Nito Alves, um "pé-descalço", ao passo que ele era de uma boa família e tinha um grande futuro. Aconselha-o, também, abandonar sua mulher, Sita Valles." (CABRITA e MATEUS, 2009, p25-26)

uma condução de explicação por conta do material levantado, o que acaba levando a uma analise de maneira unilateral.

O livro da historiadora portuguesa Dalila Cabrita Mateus e do jornalista Álvaro Mateus, *Purga em Angola: Nito Alves/Sita Valles/Zé Van Dunem* (2009), e o livro do historiador Carlos Pacheco *Angola um gigante com pés de barro* (2011), refletem a visão dos grupos que foram perseguidos.

Em relação ao entendimento da diplomacia brasileira a respeito da tentativa de golpe, não podemos inferir muita coisa, pois verificamos que a comunicação sobre isso foi muito incipiente, o que não quer dizer que o conhecimento acerca do fato apenas se resume ao que foi relatado no documento e trecho citado. Além do mais, inferimos que o memorando foi escrito no calor do momento, em que a embaixada brasileira não estava a par dos fatos.

O historiador angolano, Carlos Pacheco é um exemplo pertinente para nosso trabalho. Foi militante do MPLA que acabou sendo preso e acusado de golpe. Carlos Pacheco tem inúmeros livros e artigos com criticas pesadas ao governo do MPLA. A respeito de sua prisão Pacheco discorreu,

> No Centro de Detenção de São Paulo, em Luanda, onde me forçaram a um cativeiro de cerca de dois anos e meio, vi adolescentes a serem tratados da forma mais infame, que depois desaparecem. O rolo da repressão, que acabou por se legalizar à medida que avança, atingiu segmentos inteiros da sociedade. Em Malanje, por exemplo, uma escola perdeu de repente dezenas de estudantes que foram metralhados a sangue-frio à luz do dia por um grupo de extermínio, cujos chefes respondiam a ordens dimanadas do Estado. (PACHECO, 2011, p. 55)

As acusações que Pacheco são sérias, pois evidenciam violações elementares ao seres humanos, contudo importa refletirmos o momento histórico que Angola estava vivendo, isso não que dizer que justifique as arbitrariedades cometidas. Pacheco discorreu sobre essas questões,

> Realmente nada pode atenuar crimes, nem mesmo a tese oficial de que por razões de segurança nacional o Estado precisa, com a lei marcial então decretada, de se defender da intentona golpista protagonizada pelo grupo de “Nito Alves”. A extensão e a magnitude da repressão e mortalidade foram tais que nenhuma tese corrobora ou sequer absolve tais crimes. Milhares de indivíduos foram mantidos extra-judicialmente em cárcere privado por espaço de três anos sem nenhum direito garantido

> constitucionais. Até estudantes e oficiais militares a cumprir cursos na Roménia, na Bulgária e na União Soviética foram arbitrariamente presos e recambiados de volta ao país e trancafiados em sufocantes cubículos penitenciários. (na nota de rodapé Pacheco discorreu: Dos estudantes regressados da Roménia sob custodia policial [Ambrósio Lukoki, do Bureau Político, recebeu a incumbência de os ir buscar] fazia parte o próprio primogénito de Agostinho Neto, de seu nome Mário Jorge, que por solidariedade com os colegas, na chegada a Luanda, se recusou [ainda no aeroporto] a ser apartado dos demais e exigiu ser igualmente conduzindo aos calabouços da DISA na fortaleza de São Pedro da Barra. O pai, todavia, ordenou aos seus esbirros que o conduzissem à sua presença no Futungo de Belas) (PACHECO, 2011, p. 59).

Carlos Pacheco demonstra uma situação de total insegurança e desconfiança que a tentativa de golpe do 27 de Maio instaurou, ao ponto do filho do presidente Agostinho Neto, ao recusar a se separar dos seus colegas foi preso, sendo somente libertado com a interversão do pai. O historiador expõe que ao longo dos inquéritos que julgavam a traição, houve acusação e até aliciamento de brasileiros, como podemos ver no seguinte trecho,

> O tom despudorado e ameaçador, entretanto, subiu de grau. Em ritual feito de "sintomas de inquisição", continuaram a atacar-me com incrível violência verbal falsamente me acusavam de ter tido recrutado para os serviços de inteligência dos EUA nos anos que cursei na Universidade de São Paulo, sendo meu aliciador e mentor o professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão, sociólogo e livre-docente daquela Universidade, apontado pelos inquisidores como quadro superior da CIA no Brasil. (Em nota de rodapé Pacheco ainda discorreu: A imputação desvairada de seu ser agente dos serviços de inteligência da União Soviética e dos Estados Unidos partiu do escritor Manuel Rui Monteiro. "Ndunduma" assacou a Albuquerque Mourão a qualidade de agente da CIA) (PACHECO, 2011, p.82).[363]

O relato de Carlos Pacheco sobre o período que ficou preso sobre acusação de traição e membro da CIA deixa a mostra o quanto aquele momento

[363] Sobre esse evento salientamos o seguinte trecho do livro Purga em Angola: Um dos que passou por esta Comissão foi o historiador Carlos Pacheco. "Recorda-se de que, à volta da mesa, no Ministério da Defesa, se sentavam Costa Andrade (Ndunduma), Manuel Rui Monteiro, Diógenes Boavida, Ambrosio Lukoki, Artur Carlos Pestana (Pepetela), Paulo Teixeira Jorge e Paulo Pena. Ndunduma acusou-o de ter sido recrutado pela CIA, no Brasil. Tendo Pacheco exigido que dissesse o nome da pessoa que o recrutara, respondeu que fora o professor universitário Albuquerque Mourão, um amigo dos independistas angolanos desde os tempos da "Casa dos Estudantes do Império", em Lisboa." (CABRITA e MATEUS, 2009, p. 127)

foi conturbado, quando discorre sobre acusação de Fernando Costa Andrade, que viveu no Brasil na década de 1960 integrando o MABLA, de que o Prof. Fernando Mourão era membro da CIA e que Andrade havia dito que esse tinha aliciado Pacheco a sê-lo também. Como o próprio Pacheco discorre sobre acusação, afirma que era descabida, pois Fernando Albuquerque Mourão, como já discorremos em trabalhos anteriores, a exemplo do MABLA, foi um dos fundadores desse movimento e desde Casa dos Estudantes do Império em Portugal, na década de 1950 era solidário a luta de independência de Angola até hoje goza de grande prestigio em Angola, nos meios políticos e intelectuais.

O que faz inferimos que acusação de Ndunduma não seria para ver a reação de Carlos Pacheco, ao ser relacionado à CIA? Pois caso Prof. Fernando Mourão[364] configurasse como membro da CIA gozaria de tamanho prestigio até hoje em Angola? Por fim cumpre observamos o que o próprio Fernando Costa Andrade escreve sobre o Prof. Fernando Mourão,

> Fernando Mourão é outro, que desde sempre, pela sua acção e luta, se tornou credor da nacionalidade angolana, à qual ofereceu o melhor de si, até aos dias que vivemos. Existindo um Galardão do reconhecimento, caber-lhe-ia pelo menos, por Mérito absoluto, o reconhecimento e gratidão de Angola pelo contributo inegável de toda a sua vida à nossa independência e liberdade (ANDRADE, 2002, p 113)

Ao indagarmos o Prof. Fernando Mourão sobre esse assunto, nos respondeu por e-mail o seguinte,

> Não esperava ter que voltar a esse assunto, mais perto de uma novela policial, em que o "historiador" [Carlo Pacheco], inexplicavelmente para mim, resolveu me incomodar. Se um dia vier a publicar as minhas memórias, nem sei se vou dar importância a esse assunto.[365]

Voltando a questão das intimidações e informações desencontradas, no livro *Purga em Angola (2009)*, sobre esse episódio, Pacheco discorreu sobre

[364] Cumpre observar que o Prof. Fernando Mourão até hoje encontra-se impedido de entrar nos Estados Unidos com alegação referente as contribuições que deu a independência de Angola. Esse relato dado ao autor de maneira informal, no período da dissertação sobre o MABLA, nas várias entrevistas entre 2008, 2009 e 2010.

[365] Resposta enviada por e-mail no dia 19 de Agosto de 2014.

acusações que Manuel Rui faz afirmando que ele poderia ser um agente da KGB, como podemos ver no seguinte trecho,

> Manuel Rui Monteiro acusou-o, então, de ser um agente do KGB, sublinhando: vocês comunistas queriam tomar conta da situação em Angola. Pacheco respondeu-lhe: Desculpe, mas com quem estou a falar? Os senhores estão ao serviço de quem? Eu estive ao serviço dum regime assumidamente socialista. O Comité Central, em reunião de Outubro de 1976, assumiu o socialismo [...] (CABRITA e MATEUS, 2009, p127)

O 27 de maio de 1977 como discorremos dentro da historiografia sobre Angola ainda é marcado de maneira nebulosa, com acusações por todos os lados. Vimos no início o memorando da embaixada brasileira informando sobre os acontecimentos, mas percebemos que a embaixada não tinha muito clareza, ou pelo menos não demonstrou isso ao no memorando. Por outro lado nos deparamos com o relato do historiador Carlos Pacheco acerca de sua experiência pessoal por ter sido acusado de traição. Sentimos sua consternação por ter sido acusado, assim como procura mostrar o "absurdo" dessas acusações, citando nomes de pessoas que até hoje tem ligações com Angola, a exemplo do Prof. Fernando Mourão.

O periódico República, publicado em Angola, em 30 de maio de 2014 exibiu uma entrevista com o General Cubano Del Pino, que escreveu o livro *Proa à la libertad,* que discorre sobre da tentativa de golpe de 27 de maio de 1977. Na entrevista intitulada: *Massacre do dia 27 de Maio de 1977, foi uma estratégia Russa para mutilar a intelectualidade angolana*. O autor discorreu sobre a contribuição cubana para que o golpe não o fosse a frente e como a URSS apoiou os fraccionistas, pois não via em Agostinho Neto, um apoiador que concordasse com as diretrizes impostas pela União Soviética. Vimos ao longo do nosso trabalho que a União Soviética, em outros momentos fomentou disputas entre os membros do MPLA, a exemplo que entre Daniel Chipenda e Agostinho Neto, que foi exposto no primeiro capítulo.

Nesse cenário de conspirações, em que de maneira concreta ocorre em 1977 a tentativa de golpe liderado por Nito Alves, inferimos que o Estado angolano, que estava no poder há dois anos, posto alcançado a partir de inúmeras contradições, pois para a MPLA chegar ao poder, teve que com a ex-metrópole Portugal e disputar com os outros movimentos (UNITA E FNLA entre outros). Além

disso, não podemos deixar de considerar que todo este contexto estava incluído dentro da conjuntura da Guerra Fria. Neste quadro político, aliados angolanos levantavam suspeita com relação ao posicionamento de outros países, a exemplo do Brasil, questão que é abordada no livro do ex-agente da CIA John Stokwell, intitulado *A Cia contra Angola*, publicado em 1978, o qual já citamos no decorrer do texto, portanto, na próxima seção veremos a repercussão dessa obra nos memorandos da diplomacia brasileira.

4.3. Comentários e informações sobre acusações da CIA à política brasileira em Angola e papel dos EUA dentro do cenário da Guerra Fria

O diplomata Ovídio Melo , como discorremos no capitulo anterior, deixou o cargo em Angola no inicio de 1976. Após esse período, em 1978 foi ocupar o cargo de embaixador em Bangkok e dessa embaixada enviou o seguinte memorando, em 26/06/1978,

> 177-3-16:00HS – A New Letter Inglesa Latin American , que tem ampla circulação em todos dos continentes , em seu número 22, de nove de junho corrente , sob titulo "Brazil s Secret War in Angola" publica comentários sobre o livro recentemente editado nos Estados Unidos por um ex agente desafeto da CIA , Stockwel [sic] , que faz críticas à política do Brasil para com Angola em um nove sete cinco, acusando o Brasil de duplicidade, pois segundo afirma, enquanto reconhecia o governo instalado em Luanda as concedia assistência militar a Holden Roberto na invasão do norte do país . Não consegui ainda obter o livro de Stockwel [sic] , pelo que não posso verificar até que ponto o comentário da revista reflete , amplia ou distorce as revelações e opiniões do autor do livro , ex chefe do departamento da África da CIA . Parece-me em si mesmo , terá maior interesses em Angola , pois tende a aguçar desconfianças lá ainda existentes , de modo a prejudicar qualquer apreço especial que aquele governo e aquele povo tenham pelo Brasil , não só por naturais afinidades de cultura , mas pelo gesto correto e desassombrado de nosso pronto reconhecimento . Nesse sentido , o artigo da Newsletter inglesa pode constituir-se no marco inicial de uma campanha de desmoralização do Brasil dentro de Angola mesmo, o que viria a ter duplo e paradoxal efeito (de imediato, favoreceria aos interesses esquerdizantes da presença cubana) de outro lado contribuiria para o isolamento estratégico do governo , no momento mesmo em que um no round

> de intervenções se prepara contra aquele país, associado com Holden e Savimbi ..[366]

O memorando enviado por Ovídio Melo é bem extenso tendo dez laudas. Ao longo da comunicação, Melo expõe conteúdos extraídos da revista *New Letter*, a respeito do livro do ex-agentes da CIA, demonstra sua preocupação com alegações de que o Estado brasileiro agia em duplicidade durante o processo de independência, apoiando o MPLA e a FNLA. Além disso, o embaixador retoma o assunto referente ao jornalista Fernando Câmara Cascudo, em que discorre sobre assuntos aqui já expostos, especialmente acerca de seu papel junto a FNLA e ao jornal *A Província de Angola*, além de "mercenários brasileiros" apoiando a FNLA.

Em seu livro de memórias, Ovídio Melo relembra esse episódio escrevendo a respeito das atitudes que tomou quando ficou sabendo da publicação do livro de Stockwell,

> A primeira dessas revelações de Stockwell foi logo recolhida pela imprensa mundial e chegou ao meu conhecimento em Bangkok, com a interpretação maliciosa que logo correu mundo, de que o Brasil havia de fato sido o primeiro país a reconhecer Angola independente... Mas que, na verdade, teria feito um jogo duplo, apoiando também, ao mesmo tempo, Holden Roberto. Essa acusação de duplicidade em nossa política externa era o que me parecia importante e valeria à pena contestar, pelos danos que poderia causar às nossas relações com Angola. Comprei então o livro de Stockwell, enviei o a Silveira, com alguns comentários, e fiquei esperando um desmentido do Itamaraty, que nunca saiu. E nunca saiu, obviamente, porque Silveira não julgou prudente tentar identificar aqueles outros brasileiros militares ou civis, que, como o jornalista Câmara Cascudo, por iniciativa pessoal ou oficiosamente, faziam na África uma política externa contrária à política oficial do Brasil. (MELO, 2009, p. 144-145)

A partir das declarações de Ovídio Melo vemos que mesmo ao demonstrar uma atitude de reação diante das acusações de que o Estado brasileiro agia em duplicidade, o mesmo não se pronunciou a respeito do caso, o que nos leva a inferir que ele não queria identificar alguns agentes civis e militares brasileiros que agiam a revelia do governo. Situamos neste contexto fato da punição sofrida por

[366] TELEGRAMA DE BRASEMB BRANGOK PARA EXTERIORES. CARATER – SECRETO URGENTE – INDICE – COMENTÁRIOS ET INFORMAÇOES SOBRE ACUSAÇÕES DA CIA À POLÍTICA BRASILEIRA EM ANGOLA. EM 26/06/1978.

Ovídio, portanto, acreditamos que o silêncio, que o Estado brasileiro lhe pôs traria certa “conveniência”.

Sobre essa questão de apoio salientamos um memorando do Chefe, substituto da Divisão da África – I, Luiz Felipe de Seixas Corrêa acerca do encontro que teve com Charles Hartley, Primeiro-Secretário do setor Político da Embaixada dos EUA, em 11/04/1979,

> Recebi hoje a visita do Senhor Charles Hartley, Primeiro-Secretário do Setor Politico da Embaixada dos EUA, que me havia pedido hora para conversar sobre questões africanas.
> 2. Da conversa, mantida em termos muitos gerais, merece registro apenas o interesse demonstrado pelo diplomata norte-americano a respeito da política do Brasil com Angola. O Secretário Hartley exibiu-me documentos de “background” preparado pelo Departamento de Estado para recente visita do Vice-Presidente Mondale, de que leu trecho, segundo o qual (cito quase que textualmente) “os EUA tem interesse em encorajar a crescente presença do Brasil em Angola, na medida em que esta presença contrabalançar a influencia soviética e cubana naquele país africano”. Perguntou-me, em seguida, o Senhor Hartley se – à luz dos crescentes contatos entre Brasil e Angola – poderia presumir que a política seguida pelo Brasil coincidia com os interesses americanos.
> 3. Respondi ao Senhor Hartley que a política do Brasil com relação a Angola obedece a motivações próprias e específicas, que não podem nem devem ser consideradas no contexto geral da competição por influencia desenvolvida entre os EUA e a URSS. Acrescentei que o Brasil não entra no mérito da situação prevalecente em Angola, por considerá-la assunto de estrita competência da soberania angolana, e que o desejo reciproco de estabelecer vínculos estreitos de cooperação deve ser entendido não mais do que seu contexto bilateral e, bem assim, com parte da política brasileira de aproximação com os países africanos em geral e com os países de expressão portuguesa em particular.
> 4. Não me aprofundei na conversa sobre o tema, havendo sido, no entanto, muito enfático ao caracterizar a especificidade do relacionamento Brasil-Angola e ao descartar as motivações de natureza ideológicas insinuadas pelo secretario Hartley.[367]

O memorando de Luiz Felipe Seixas Correa vai ao encontro de assuntos que abordamos em linhas anteriores a respeito das suspeitas do governo angolano em relação às intenções do governo brasileiro mediante o seu

[367] SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. MEMORADUM PARA O SR. CHEFE DO DEPARTAMENTO DA ÁFRICA, ÁSIA E OCEANIA. CARATER – SECRETO – INDICE RELAÇÕES BRASIL- ANGOLA ENTREVISTA COM A DIPLOMACIA DOS EUA. EM 11/04/1979.

protagonismo no reconhecimento da independência de Angola. Vimos que o Estado brasileiro sempre negou sua atuação em Angola acontecesse em nome dos interesses dos Estados Unidos e para fazer frente a Cuba e a URSS. Observamos também que a declaração de Azeredo da Silveira o qual afirma que o Brasil consultava diversos países entre eles França, Alemanha e EUA, mas que as posições brasileiras eram autônomas. Dentro desse raciocínio importa salientamos as considerações do ex-chanceler Henry Kissinger,

> [...] Num momento crucial de crise angolana, queixei-me do reconhecimento pelo Brasil do MPLA (a facção apoiada pelos comunistas em Angola) Silveira recordou-me que o Brasil tinha um interesse nacional em todas as antigas possessões portuguesas em África. Era a reclamação de uma certa forma de continuidade que não existia da parte de qualquer outra antiga colónia. O Brasil considerava-se livre de agir de acordo com os seus próprios interesses e a sua própria história porque nós não tínhamos procurado o seu aconselhamento, nem o tínhamos informado das nossas intenções:
> Os Estados Unidos e o Brasil podem ser aliados pela metade. Os Estados Unidos não podem esconder determinadas informações do Brasil. Não sabíamos que estavam a intervir em Angola. Teríamos tido isso em consideração. Não me disse nada. Nós temos responsabilidades especiais em Angola. Compreendemos os vossos esforços para parar os soviéticos. Pode pensar que o reconhecimento por outras razões – para nos projectamos termos do Terceiro Mundo. Não foi assim! Fizemo-lo porque temos interesse nessa região de África. (KISSENGER,199, p658)

Vimos que a intenção do Estado brasileiro numa perspectiva de geopolítica era posicionar-se com maior protagonismo no cenário global, além da autonomia angolana. O pensamento de substituir Portugal, na zona de influência africana nos pareceu que era o caminho que política externa brasileira planejava, contudo, os tempos de Guerra Fria levavam a tensões, desconfianças e conchavos por todos os lados.

Os memorados e telegramas que analisamos, como citados dos anos 1978, os que temos de 1979 a 1983 abordam assuntos recorrentes sobre notícias da imprensa, brasileira e internacional, ou sobre possíveis negócios entre ambos os países. Evidenciamos que os documentos (telegramas e memorados) desse período, que analisamos não trazem novos elementos, apenas discorrendo a respeito de noticias da imprensa nacional e internacional, a respeito da relação

Brasil e Angola, nos moldes anteriormente trabalhados nessa tese. Por isso optamos, apenas trazer a tona alguns documentos com algumas notícias que achamos relevantes para nosso trabalho, a exemplo da morte do então presidente de Angola, Agostino Neto.

A respeito da morte do então presidente Agostinho Neto, em 10 de setembro de 1979, a embaixada brasileira em Angola nos memorandos que temos em mãos somente pediu ao governo brasileiro para fazer um comunicado de pesar pela morte, não temos nem uma tipo de análise de que grupo assumira o poder. O nome de José Eduardo inclusive não é mencionado, que como sabemos vai ser o novo presidente e que esta no poder até os dias atuais.

Dentre os documentos do Itamaraty que nos chama atenção é o processo de revogação da expulsão do cidadão angolano José Lima de Azevedo que veremos no próximo subcapítulo.

4.5 Revisão da expulsão do José Lima de Azevedo.

José Lima de Azevedo, cidadão angolano e militante do MPLA, desde Casa dos Estudantes do Império, em Lisboa, veio para o Brasil na década de 1960 com o intuito de retomar seus estudos em economia e de sensibilizar a opinião pública brasileira a respeito das atrocidades ocorridas em Angola provocadas pelo regime salazarista. Vivia no Rio de Janeiro e, conjuntamente com outros nacionais angolanos, a exemplo José Manuel Gonçalves, hoje conhecido como Jonuel Gonçalves e o brasileiro José Maria Nunes Pereira da Conceição, entre outros montaram uma célula do MABLA.

Com o estabelecimento a autocracia militar brasileira, os membros deste grupo foram presos e torturados, José Lima de Azevedo por portar um revolver acabou sendo expulso do país.[368] Todavia, por conta da alteração brusca da conjuntura em Angola e, principalmente, da relação Brasil – Angola, houve uma mudança de posicionamento a respeito desta expulsão. Em 1983 o diplomata Asdrúbal Ulyssea, escreve um memorando solicitando a revogação da sua expulsão, com o seguinte conteúdo,

[368] A respeito deste assunto, consultar a dissertação sobre o MABLA (2010) e o Livro Brasil/Angola (2014).

> Pelo telegrama 461 BRASEMB Luanda transcreveu nota da chancelaria angolana que, na parte mais substantiva, solicita esclarecimento sobre a possibilidade de anulação da expulsão, em 1965, do atual cidadão angolano José Lima de Azevedo. O telegrama 605 (cópia em anexo), retoma o assunto "atendendo a nova gestão de alto funcionário do Ministério das Relações Exteriores da República Popular de Angola". Pelo des.el 511 e pelo Despacho nº 18, a SERE respondeu a BRASEMB Luanda, fornecendo-lhe a argumentação jurídica contrária ao atendimento do pedido de anulação, formulado pela chancelaria angolana.
> 2. No telegrama nº744, hoje recebido, BRASEMB Luanda mais um vez refere-se à questão, lembrando que, com o passar do tempo e a evolução histórica de Angola, as razões de expulsão tornaram-se aparentemente superada. Haveria, de fato, hoje, interesse político em se atender à solicitação angolana. Estou ciente, por informação verbal do próprio Mauro Couto, de que o funcionário do Ministério das Relações Exteriores angolano que mais se tem interessado pelo assunto é o principal interlocutor da Embaixada do Brasil em Luanda. A ele devemos inúmeras gentilezas e favores. Por outro lado, o MPLA, de movimento subversivo, transformou-se em Partido Político no Poder. Dentro dessa ótica, as atividades do Senhor José Lima de Azevedo podem ser encaradas como manifestações naturais, ainda que, então, ilegais do nacionalismo, que informou todo processo de libertação da África nas décadas de 50 e 60.[369]

O caso de pedido de revogação de José Lima de Azevedo evidencia que embora o Brasil fosse o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, passados oito anos ainda havia muitas arrestas a serem aparadas. Vemos que seria um contrassenso manter os embargos à Lima de Azevedo que, dezoito anos antes havia sido preso, torturado e expulso do Brasil por ter lutado em nome da independência de seu país. País, que digamos de passagem, agora tem relações com o Brasil em níveis distintos das relações daquela época. Contudo, vejamos a resposta do diplomata Sérgio Damasceno Vieira, em 17/10/1983,

> Ao Senhor chefe do DEAF,
> Informo Vossa Excelência de que, no tocante à Segurança Nacional, as autoridades competentes julgaram inconvenientes atender ao pedido do Ministério das Relações Exteriores de Angola[370]

[369] SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MEMORANDUM PARA SR.DIRETOR DA DSI – CARATER- SECRETO – INDICE – EXPULSÃO DO CIDADÃO ANGOLANO JOSÉ LIMA DE AZEVEDO. POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO. EM 19/08/1983.

[370] SECRETÁRIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES MEMORANDUM – DESPACHO AO MEMO/ DEAF/SECRETO/Nº62, DE 19/AGO/1983. EM 17/10/1983

Com a resposta lacônica do diplomata Sérgio Damasceno Vieira após dois meses, o Estado brasileiro respondia ser “inconveniente atender ao pedido”, indagamos quais seriam estes, tendo como ponto de partida as alegações que o próprio diplomata Asdrúbal Ulyssea, as quais, a nosso ver, fazia muito mais sentido em meio das relações diplomáticas. Além das questões que expomos da própria conduta do governo brasileiro desde reconhecimento de Angola.

A solicitação continuou em pauta, sendo resolvida quase dois meses depois, o que podemos ver no documento enviado em 01/12/1983,

> Ao Senhor Secretário-Geral,
> Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que as autoridades competentes na área de informações após reexame do assunto, reformularam o parecer emitido anteriormente e julgaram não haver inconveniente, no tocante à Segurança Nacional, em que o José Maria de Azevedo[sic] [José Lima de Azevedo] seja atendido em sua pretensão.

A revisão da decisão do Estado brasileiro por meio do Serviço de Segurança Nacional seria o mínimo que poderia ser feito em relação à expulsão José Lima de Azevedo, pois manter tal postura fortaleceria as suspeitas sempre levantadas da dubiedade do governo brasileiro em relação à politica externa em relação ao Estado angolano.

Doravante veremos outras impressões da relação Brasil e Angola no que concerne aos “descobrimentos” de alguns brasileiros sobre continente africano, em especial Angola livre, além da influência que esses novos países africanos tiveram nos movimentos sociais, a exemplo do Movimento Negro Brasileiro no mito da “Mama África”.

4.6 Ligações Brasil e Angola reaproximações das duas margens do Rio Chamado Atlântico[371]

Alguns setores da sociedade brasileira, até então incipientes em relação à situação do Continente Africano, tomam não só consciência com referência a luta de independência dos países africanos e seus lideres, mas também passam a

[371] O subtítulo inspirado no livro do africanista Alberto da Costa Silva. Um Rio Chamado Atlântico (2011)

considerar a influência desta luta na organização de seus movimentos, a exemplo podemos citar o Movimento Negro Brasileiro. Nas palavras do pesquisador Petrônio Domingues (2007, p.116), o Movimento Negro "africanizou-se", No livro *História do Movimento Negro no Brasil* dos pesquisadores Verena Alberti e Almicar Araújo Pereira (2007), o militante Helio Silva Junior discorre:

> Podemos identificar três diferentes fontes, diferentes influências externas. Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância; você tem as lutas de independência no Continente Africano, sobretudo, até pela facilidade da proximidade lingüística, nos países lusófonos, notadamente Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau. E por fim, o movimento pela *negritude*, que a rigor sempre foi um movimento literário na verdade, um movimento cultural de intelectuais de África e das Antilhas que se encontram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular algumas ideias a respeito do que seriam o ocidentalismo e o orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos. Enfim, um modo africano de ser, por ser por meio de várias linguagens.[372]

Ao contrário do que podemos inferir, o Movimento Negro Brasileiro até então, tinha pouco contato com o Continente Africano. Entre os motivos para falta do estabelecimento de relações, consideramos que está a falta de liberdade por conta do regime da autocracia burguesa militar, que impedia até mesmo movimentos negros de manifestarem sobre o racismo e preconceito vividos na sociedade brasileira. Podemos acrescentar também o próprio perfil da comunidade negra brasileira, oriunda das camadas mais pobres da sociedade e, portanto, o contato com o Continente Africano era mais deficitário pela falta de recursos humanos e financeiros. Esse fato começa alterar-se com o início do processo de reabertura democrática iniciada em final de 1970[373].

---

[372] A pesquisadora Florentina da Silva Souza, em seu livro Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU (2006) sobre esse assunto faz a seguinte considerações: [...] Os textos pronunciamentos e as lutas de africanos e afro-americanos funcionaram contra o racismo e para a sedimentação de um discurso identitário afro-brasileiro. O Jornal do MNU, principalmente, entrevistou nomes importantes na história africana como Oliver Tambo, presidente do Congresso Nacional Africano de 1988, Francisco Romão de Oliveira e Silva, primeiro embaixador da República de Angola no Brasil ,que comentou aspectos similares e divergentes existentes entre a cultura afro-brasileira e afro-caribenha, como criar um intertexto. O texto do autor africano, ou da diáspora ajustado às especificidades da história dos afro-descentes no Brasil, contribuiu, em diferenças e similaridade, para a composição da produção textual brasileira, e essa produção, nos mesmos moldes, será parte constituinte também de um produção textual transnacional que Gilroy denomina black Altintic. (p40.)

[373] A respeito dessa questão salientamos o trecho do livro O Movimento Negro e o Estado (1983-1987) (2010), do pesquisador e militante Negro Ivair dos Santos: "O movimento negro é, pois filho

Mas ainda na década de 1970, há o ressurgimento de movimentos negros, como o Movimento Negro Unificado – MNU, além de outros os quais terão uma parcela significativa de seus componentes desenvolvendo curso superior, por isso, entrando em contato com uma literatura ligada aos principais teóricos sobre a Africanidade. Esse contato fez com que tivessem mais conhecimento sobre África e dessa maneira leva a um resgate da "Mama África". Esse resgate do saber sobre África vai além do mero conhecimento, ele ultrapassa para uma ação concreta nas atitudes desses militantes, Maués faz à seguinte consideração:

> Trata-se da adesão a uma estética da negritude-vestuário, penteado, adereços, ditos afro. Além de sua própria imagem, a adesão deve passar pela valorização e mesmo adoção de elementos da "cultura africana", tais como música, dança, jogos e até hábitos alimentares, traduzidos nos jornais em receitas atribuídas aos antigos descendentes de escravos. Para completar o modelo, insiste-se na adoção, para crianças, de nomes africanos, que aparecem sempre nos jornais acompanhados de sua tradução para o português. (M. A. Motta Maues, "Da 'branca senhora' ao 'negro herói': a trajetória de um discurso racial", *Estudos Afro-Asiáticos*, n.21 Rio de Janeiro, 1991, p.127 apud DOMINGUES, 2007, p.116)[374]

Luiz Silva, que deu depoimento para Alberti e Pereira (2007) sobre o Movimento Negro no Brasil, discorreu sobre a influência do marxismo[375] no movimento. Além de lideres e teóricos da independência dos países africanos, textos como do líder guineense Amílcar Cabral e o livro *Condenados da Terra* de

---

da explosão educacional pelo Estado como solução para "crise de vagas no ensino superior", considerada geralmente ponto crítico das relações sociedade-governo desde 1960. Com efeito, os jovens que fundam, nos 70, entidades negras de luta contra o racismo são, quase sempre, dessa geração universitária. Dentre os vários grupos, destacamos o Grupo Negro da PUC de São Paulo [...] "(ALVES dos SANTOS, 2010, p. 38)

[374] Ainda sobre as posturas que os militantes negros começaram a tomar ao africanizar observamos o depoimento, do militante Antonio Carlos Arruda ao pesquisador Ivair Alves dos Santos: "Quando entrei na Cacupro, quando ajudei a organizá-la, era o período de volta à África: usamos roupas afro, tranças, éramos contra alisar o cabelo. Eu estava com 21 anos. Nesse período tentávamos fazer outra coisas, como montar pelas e exposições. Era tudo muito ligado à África à redescoberta da África. Estávamos muito próximo dos movimentos revolucionários de Angola e Moçambique. Não podia aparecer um africano que nós carregávamos o sujeito para falar alguma coisa." (ALVES dos SANTOS, 2010, p41)

[375] A respeito da influencia do marxismo, da esquerda em geral cumpre ainda observamos: [...] Embora de forma reduzida, os grupos de esquerda que atuavam na clandestinidade no movimento estudantil acabaram se relacionando também com o movimento negro. Na clandestinidade, a tendência trotskista a Liga Operária – que mais tarde se uniria à facção Bolchevique Trotskista formando a Convergência Socialista, desenvolveu uma ação iniciativa junto aos movimentos estudantis no Rio de Janeiro, São Paulo, São Carlos e também junto ao movimento negro. (ALVES dos SANTOS, 2010, p39)

Frantz Fanon, eram lidos pela grande maioria dos militantes. A respeito, especificamente, dos países africanos de língua portuguesa, Silva registra:

> E essas revoluções africanas, sobretudo a revolução dos países de língua portuguesa – Moçambique, Angola, Guiné Bissau -, foram muito importantes para gente. Toda informação que vinha de lá: poemas de Agostinho Neto, informações de Moçambique, a poesia moçambicana revolucionária. Tudo isso também teve muita influência nesse momento, fazia parte de um conjunto de informações importantes. Mas chegava com muita dificuldade. A gente sabe que as traduções, no Brasil, passaram por um crivo, por uma peneira ideológica muito séria. (apud ALBERTI e PERREIRA, 2007, p.77)

A respeito da influência de lideres africanos, assim como também da diplomacia brasileira, o militante negro Ivair Augusto Alves dos Santos, discorreu,

> A diplomacia brasileira realizou um esforço muito intenso no estreitamento de relações econômicas com o continente africano, especialmente os países de colonização portuguesa, na década de 1970. O Brasil, num gesto ousado do Ministério das Relações Exteriores, foi um dos primeiros a reconhecer a independência de Angola, dando a uma estreita atenção aos novos países independentes da África Meridional.
> Nos fóruns internacionais, o Brasil condenou o *apartheid* na África dos Sul, numa posição ambígua, ao conviver com a situação de discriminação racial, embora a imagem divulgada fosse a de democracia racial no Brasil. Paralelamente, todas as entidades do movimentos negro se identificam com as transformações ocorridas na África e enfatizam a necessidade de buscar raízes da comunidade negra.
> Era comum nos encontros culturais a representação de poetas angolanos, como Agostinho Neto e Antônio Jacinto. A poesia "Monamgambe", de Antônio Jacinto, que retratava a dura vida de um camponês angolano, era transplantada para a dura realidade de ser negro no Brasil. O envolvimento com os angolanos sempre foi rico e, após a independência em 1975, o intercâmbio intensificou-se. Receber a visita de um africano era sinônimo de festa, e tudo quanto se publicava sobre a luta de independência era devorado. O Agostinho Neto não tiveram o mesmo impacto ou repercussão que seus poemas. Por outro lado, os escritos políticos de Amílcar Cabral, da Guiné Bissau, foram muito lidos e utilizados pela militância. (ALVES dos SANTOS , 2010, p. 40.)

Os pontos levantados por Ivair Alves dos Santos vão ao encontro de nosso trabalho, pois sua análise a respeito da postura da diplomacia brasileira, , evidencia esse estreitamento, em especial dos países africanos de expressão

portuguesa, que acabam de realizar sua independência. Seus protagonistas (Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Antônio Jacinto), como vemos com Alves dos Santos, servem de inspiração para o movimento negro brasileiro, que como vemos, ganha novo vigor da década de 1970, além do discorrer a respeito do *apartheid*, na África do Sul, assunto que também abordamos no que dizia respeito as pressões do Estado angolano, justamente a respeito da dubiedade do posicionamento brasileiro.

Ainda sobre a questão da diplomacia, Alves dos Santos discorreu sobre o Grupo de Trabalho de Profissionais Liberais e Universitários Negros – GTPLUN, esse grupo ligado a ARENA concentrava negros militantes de direita. Alves dos Santos faz a seguinte consideração sobre atuação desse grupo junto as embaixadas africanas,

> O GTPLUN, por outro lado, tinha como um das suas atividades o relacionamento com as embaixadas africanas, além de uma preocupação em divulgar os estudos sobre África no período pré-colonial. A literatura negra dessa época foi abundante em citações sobre o continente africano, como o livro de contos Carro do êxito, de Osvaldo de Camargo. (ALVES dos SANTOS, 2010, p41)

Henrique Cunha Jr[376], umas das grandes referências da militância negra no Brasil, em entrevista que nos concedeu no dia 10/07/2012, falou sobre grupos ligados ao movimento negro que vão fazer contatos com o continente africano, a exemplo do GTPLUN. Entre as diversas atuações desse grupo, Cunha Jr, diz que ao entrar no curso de Engenharia, na USP de São Carlos foi convidado para participar de um baile denominado “burro negro”, porém acabou não indo, pois considerava o grupo de direita, o que não condizia com sua postura política, mais inclinada para esquerda. Contudo chegou ter ligações com esse grupo e em seus

[376] Henrique Cunha Jr. nasceu em São Paulo, no bairro do Bexiga, em 1952. Passou a infância no tradicional bairro do Ipiranga, tendo estudado no Colégio Estadual Brasílio Machado. Formou-se em Engenharia Elétrica na USP e em Sociologia na UNESP de Araraquara. Mestre em História, cursou doutorado em Engenharia Elétrica na França. É Livre-docente pela Universidade de São Paulo e Professor Titular da Universidade Federal do Ceará, tendo também lecionado na USP. Filho do conhecido militante da causa negra Henrique Cunha, foi criado na militância dos movimentos negros. Dirigiu grupos de teatro amador na década de 1970 e foi membro do Grupo Congada, de São Carlos-SP. Participou da fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, tendo sido seu primeiro presidente. Ficcionista bissexto, publicou poemas, um volume de escritos políticos e dois livros de contos, tendo também composto a peça de teatro Negros que Riem, encenada em São Paulo nos anos 1980. Nesse período, escreveu o romance Sabá Buni, até hoje inédito pois, segundo consta, os originais foram extraviados. Entre 1978 e 1981, participou dos primeiros números da série Cadernos negros. Extraído do site http://www.letras.ufmg.br/literafro/data1/autores/73/dados.pdf . Acesso em 20/08/2014.

diálogos havia a discursão de enviar pessoas ligadas ao grupo para ajudar na reconstrução de Angola.

O próprio pesquisador Ivair Alves dos Santos, que foi entrevistado para o livro *A História do Movimento Negro no Brasil* (2007), relatou que havia conseguido um emprego na Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino da Ciência (Fundec),. Segundo ele, a fundação preparava material didático para o ensino de química, quando houve por parte da UNESCO um convite à instituição para trabalhar em Angola, mas l a maioria dos funcionários rejeitou, no entanto, Ivair Santos, até por conta de sua militância aceitou e, no ano de 1979, foi para aquele país. Seu relato é extenso, todavia destacamos algumas partes, que são, a nosso ver, necessárias para reflexão:

> Era casado, com filho, vivi todo o drama que você possa imaginar: família que nunca havia viajado para fora, um país estranho, em guerra... Mas para mim era aquele negócio de “Volta à África”. Fui para lá com cara e a coragem. Fui ficando, ficando, e acabei ficando quase quatro anos. Trabalhava com ensino de ciência no Ministério da Educação. Lá em Angola percorri o país inteiro. Das 17 províncias, fui a 12 pelos menos. Fui o brasileiro que mais percorreu aquelas zonas de perigo, aquelas confusões todas: caí numa emboscada, fiquei preso num lugar lá... Eu me metia em tudo, pela vontade de conhecer, vontade de sacar. Eu achava que tinha um papel militante lá também. Aí, no primeiro dia em que fiquei lá comecei a mandar sistematicamente jornais, revista e livros para o Brasil inteiro. Mandei milhares, pode colocar milhares. Eu chegava segunda-feira no correio com 50 pacotes de jornais, revistas e livros. Ficava circulando lá, via o que interessava, sábado e domingo ficava fazendo o pacote e mandava para o Brasil. Fazia isso com o meu dinheiro. Eu ganhava bem, era consultor da UNESCO durante todo esse período. E mandei tudo o que você pode imaginar, para o Vovô do Ilê Aiye, que nunca tinha ouvido falar, bem como para os meus amigos todos. Tudo o que as pessoas ouviam falar de África, eu comecei a desconstruir mandando aquilo: “África não é isso. África é isso...” Mandei centenas de livro de Pepetela. Você já imaginou: “Tem um cara lá em Angola, militante, mandando jornais, revista...” Essa era minha válvula de escape. (apud ALBERTI e PEREIRA, 2007, p77-78).

Os relatos expostos demonstram a influência que a África teve no Movimento Negro brasileiro do final da década de 1970 a 1980. Registramos que o país que possui a segunda maior população negra do mundo, perdendo somente para a Nigéria, passa neste contexto, a buscar por suas raízes africanas. Essa discussão que retrata a busca de uma identidade africana pelos

descendentes brasileiros, que como evidenciado pelos historiadores sobre a colonização portuguesa no Brasil, demonstram o projeto de assimilação que teve objetivo direto da destruição dos hábitos culturais desses grupos, fazendo com que perdessem suas línguas maternas, a separação de seus grupos étnicos, de suas praticas religiosas, enfim negando a esses grupos sua própria história.

O luso-angolano Filipe Zau[377], reitor da Universidade Independente de Angola-UnIA, militante da Educação, veio, na década de 1980, estudar pedagogia no Brasil no Centro Universitário de Brasília-UNICEUB. Em depoimento que nos concedeu em Angola, em 08/07/2014, Zau comentou que no Brasil era abordado a todo o momento e perguntado de como era a capoeira em Angola, como era o candomblé lá e o chamavam de irmão. Isso para ele era muito estranho, pois em Angola não tinha capoeira, hoje tem levada por brasileiros, e as chamadas religiões afro-brasileiras não significavam nada para ele, a própria questão de identificá-lo como irmão não tinha muita haver com ancestralidade angolana, que em termos familiares há uma extensão maior, mas nem todos os negros são irmãos.

Neste aspecto, são de suma importância as discussões desenvolvidas pelo jamaicano Stuart Hall, que problematiza a questão diaspórica, especialmente a materialização deste fenômeno em regiões caribenhas. Ao refletir sobre a diáspora, Hall a relaciona de forma íntima a cultura, chegando a problematizar da seguinte maneira:

> Que luz, então, a experiência da diáspora lança sobre questões de identidade cultural no Caribe? Já que esta é uma questão conceitual e epistemológica, além de empírica, o que a experiência da diáspora causa a nossos modelos de identidade cultural? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após a diáspora? Já que “a identidade cultural” carrega consigo tantos traços de unidade essencial, unicidade primordial, indivisibilidade e mesmice, como devemos “pensar” as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença, e disjuntura? (HALL, 2006, p. 28)

[377] Sobre Filipe Zau registramos ainda: Músico, compositor, poeta e investigador, bacharel em Ciência da Educação (1971) [...] e em Portugal pelo Instituto Superior Especializados em Administração Escolar (1994), mestre em Relações Interculturais (1999) e doutorado em Ciências da Educação, na especialidade de Educação Multicultural e Intercultural pela Universidade Aberta de Lisboa (2005) Extraído da orelha do livro Do Acto Educativo a Exercício da Cidadania (2012).

Ressaltamos a necessidade de discutir o *pós-colonial*, apensar Angola na formação de sua população de várias etnias, regiões diversas e culturas distintas e, como vimos no estudo dos documentos de Ovídio Melo, a questão étnica é utilizada pelas forças políticas. Portanto, pensar Angola em sua complexidade, o desafio é grande. Stuart Hall aborda o assunto sobre o pós-colonial e faz a indagação,

> Quando foi o pós-colonial? O que deveria ser incluído e excluído de seus limites? Onde se encontra a fronteira invisível que separa seus "outros" (o colonialismo, o neocolonialismo, o Terceiro Mundo, o imperialismo) e em cujos limites ele se define incessantemente, sem superá-los em definitivo? (HALL, 2006, p95)

As reflexões feitas por Hall vão ao encontro das indagações sobre Angola pós-independência, pois o país passou por todos os períodos históricos que discutimos. Lançada a pergunta: será possível superá-lo em definitivo o colonialismo? Não obstante, importa pensarmos que dentro dessa conjuntura o Brasil contribui para a reconstrução de Angola, no entanto, poderíamos pensar em uma nova colonização? Para essa questão registramos como Hall, pautado em alguns autores, classifica o termo pós-colonização,

> [...] Segundo Shóat, o pós-colonial é politicamente ambivalente porque obscurece as distinções nítidas entre colonizadores e colonizados até aqui associados aos paradigmas do "colonialismo", do "neocolonialismo e do "terceiro mundismo" que pretende suplantar. Dissolver a politica de resistência, uma vez que "não propõe uma dominação clara, nem tampouco demanda uma clara oposição". Como os outros "pós" com os quais se alinha, o pós-colonial funde histórias, temporalidades e formações raciais distintas em uma mesma categoria universalizante. Essa visão é compartilhada por Anne McCliontock, outra dentre as primeiras estudiosas deste campo que crítica o conceito por sua linearidade e sua "suspensão" arrebatada da história" (McClintock, 1992). Para ambas, o conceito é utilizado para marcar o fechamento final de um período, como se o colonialismo e seus efeitos estivesse, definitivamente terminado. (HALL, 2006, p. 96)

Angola é um país recém-independente, onde as reflexões discorridas por Hall são pertinentes. Quando usamos o termo pós-colonial corremos o risco de cobrir os desafios para construção da nova nação. Pois, ao contrário disso, podemos dar a falsa ideia de superação dos problemas que têm como raiz justamente a colonização, como modo de pensar, agir e conviver. Em outras

palavras, a libertação formal de uma relação colonial não faz com que o país seja de fato livre, pois a liberdade e o caráter nacional serão construídos dentro de um processo repleto de nuances e contradições.

Neste diálogo entre Brasil e Angola, além do termo pós-colonial, abordado por Hall, outro termo relevante para a pesquisa que desenvolvemos, inclusive, usado muito na atualidade, é o multicultural. Sobre essa denominação o autor faz uma diferença entre multicultural e multiculturalismo:

> Pode ser útil fazer aqui uma distinção entre o "multicultural" e o "multiculturalismo". Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentado por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir sua identidade comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade "original". Em contrapartida, o termo "multiculturalismo" é substantivo. Refere-se às estratégias e politicas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. É usualmente utilizado no singular, significando a filosofia especifica ou doutrina que sustenta as estratégias multiculturais. "Multicultural", entretanto, é por definição, plural. Existem muitos tipos de sociedade multicultural, como por exemplo, os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a França, a Malásia, o Sri Lanka, a Nova Zelândia, a Indonésia, a África do Sul e a Nigéria. Estes são, de forma bastante distinta, "multiculturais". Entretanto, todos possuem uma característica em comum. São, por definição, culturalmente heterogêneo. Eles se distinguem neste sentido do Estado Nação "moderno", constitucional liberal, do Ocidente, que se afirma sobre o pressuposto (geralmente tácito) da homogeneidade cultural organizada em torno de valores universais, seculares e individuais liberais (GOLDBERG, 1994 apud HALL, 2006, p. 50).

Quando pensamos em Brasil e Angola, os pressupostos para uma sociedade multicultural estão também colocados, principalmente quando se olha para formação de suas populações que são justamente heterogêneas. Não só cultural, mas também etnicamente.

Lembremos que os três movimentos pró-independência de Angola, a FNLA – Frente de Libertação de Angola (bankogo), UNITA – União Nacional para Libertação de Angola (ovimbundo) e MPLA ligado à população urbana e mestiça e de perfil ocidental, demonstravam o quanto a questão do conflito étnico expõe o problema da formação identitária. Hall discorre a respeito,

> As identidades, portanto, são construídas no interior das relações de poder (Foucault,1996). Toda identidade é fundada sobre uma

> exclusão e, nesse sentido, é “um efeito do poder”. Deve haver algo “exterior” a uma identidade (Laclau ou Mouffe, 1985; Butler, 1993). Esse “exterior” é constituído por todos os outros termos do sistema, cuja “ausência” ou falta é constitutiva de sua “presença” (Hall, 1996b). “Sou um sujeito precisamente porque não posso ser uma consciência absoluta, porque algo constitutivamente estranho me confronta”. Cada identidade, portanto, é radicalmente insuficiente em termos de seus “outros”. “Isso significa que o universal é parte de minha identidade tanto quanto sou perpassado por falta constitutiva”.(Laclau, 1996).
> O problema é que este argumento parece constituir um álibi para o retorno sub-re.ício do velho liberalismo universal. Contudo, como observa Laclau: “A expansão imperialista europeia teve que ser apresentada em termos de uma função civilizadora, modernizadora universal, etc. As resistências a outras culturas foram... apresentadas não como lutas entre culturas e identidades particulares, mas como parte de uma luta abrangente e que faz época entre o universalismo e os particularismos”. (Laclau,1996). Em suma, o particularismo ocidental foi reescrito como um universal global. (Hall, 2006, p. 81-82)

No trecho acima discorrido por Hall, a reflexão sobre a identidade está relacionada a questões “exteriores”, nas quais a exclusão, o não pertencimento leva a construção de uma identificação numa relação de poder de inclusão a um grupo. No caso de Angola fica clara essa identificação, pois por conta da não inclusão no processo de construção da nação, das particularidades que cada grupo achava corretas, levou a desentendimentos que culminaram em uma Guerra Civil. A disputa em Angola entre os movimentos (MPLA, UNITA E FNLA) ocasionou um novo processo diaspórico, se ao longo da colonização portuguesa entre o século XVI ao XIX, muito também nos dias de hoje em que angolanos vieram para o Brasil como força de trabalho escravo, em meados da década de 1970 até os dias atuais foi para fugir das perseguições politicas ou tentar a vida em lugar longe dos conflitos promovidos pela Guerra.[378]

Hall discutiu a questão do global e local nesse processo diaspórico advindo da colonização,

[378] Fenômeno atual de emigração pode ser evidenciado na Copa do Mundo recentemente disputado no Brasil, a exemplos de ganeses que pediram visto de turista e ao chegar no Brasil acabaram pedido asilo político. Segundo o jornal Gazeta do Povo: [...] Há, no Brasil, 1.132 ganeses. Pelas regras do visto, eles têm 90 dias para permanecer no país. Mas a Polícia Federal (PF) já sabe que ao menos 500 deles pediram refúgio.[...] http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1485675. Acesso em 23/09/2014.

> [...] a “colonização” como parte de um processo global essencialmente transnacional e transcultural – e produz uma reescrita descentrada, diaspórica ou “global” das grandes narrativas imperiais do passado, centradas na nação, portanto recai precisamente sobre sua recusa de uma perspectiva do “aqui” e “lá”, de um “então” e “agora”, de um “em casa” e no “estrangeiro”. “Global” neste sentido não significa universal, nem tampouco é algo especifico a alguma nação ou sociedade. Trata-se de como as relações transversais e laterais que Gilroy denominado “diaspóricas” (Gilroy,1993) complementam e ao mesmo tempo des-locam as noções e moldam um ao outro. Como Mani e Frankenberg afirmam, o “colonialismo”, como o “pós-colonial”, diz respeito às formas distintas de “encenar os encontros” entre as sociedade colonizadoras e seus “outros” – “embora nem sempre da mesma forma ou mesmo grau” (Mani e Frankenberg, 1993, p. 301, apud HALL, 2006, p. 03)

É, portanto, dentro desse processo que se procura o resgate de uma identidade que fora negada. Chegamos nesse processo a pensar quem seria mais africano: um negro em Chicago com roupas típicas de grupos étnicos da África subsaariana ou um grupo de nigerianos de terno e gravata[379]? Essa indagação é pertinente, justamente ao se refletir sobre o Movimento Negro brasileiro, como Ivair Santos que vai para Angola no intuito de retomar as raízes e ao chegar ao continente depara-se com uma realidade totalmente adversa da que havia idealizado, em outro trecho do relato fica mais evidente:

> [...] Mas você entra num prédio, não tem luz, roubaram a lâmpada, aquela sujeira e tal, você vai falar em negritude? Então comecei a me confrontar com as lideranças aqui: “África não é essa poesia que você está falando, é muito mais duro. [...] A experiência em Angola fazia com que eu visse quem estava no Brasil como ingênuo, achando que aquilo era essencial. E não era. Não conheci a África rica, então comecei a ser, digamos assim, muito critico e intolerante com certos discursos em relação à África. Aquilo não batia com o que eu tinha vivido. Mãe África, essas coisas me deixaram aborrecido. (apud ALBERTI e PEREIRA, 2007, p79)

As reflexões trazidas por Ivair Augusto Alves dos Santos, para além dos problemas de infraestrutura que Angola sofria e sofre, termina com a frase “Mãe África, essas coisas me deixaram aborrecido”. O discurso sobre a identidade entre dois povos Brasil e Angola, o que vemos ao longo do texto na realidade são vários

[379] Essa indagação foi feita pelo professor Adam Lee, em disciplina ministrada para o Programa de Pós-graduação em História na PUC-SP, no ano de 2008.

povos. Dentro dessa discussão é pertinente as considerações, da filosofa Marilena Chauí, em seu livro Mito Fundador, que citamos na introdução dessa tese sobre a diferença entre povo e nação,

> De fato, a palavra "nação" vem de um verbo latino, *nascor* (nascer), e de um substantivo derivado desse verbo, *natio* ou nação, que significa o parto de animais, o parto de uma ninhada. Por significar o "parto de uma ninhada", a palavra *natio*/nação passou a significar, por extensão, os indivíduos nascidos ao mesmo tempo de uma mesma mãe, e, depois, os indivíduos nascidos num mesmo lugar. Quando, no final da Antiguidade e início da Idade Média, a Igreja Romana fixou seu vocabulário latino, passou a usar o plural *nationes* (nações) para se referir aos pagãos e distingui-los do *populus Dei*, o "povo de Deus". Assim, enquanto a palavra "povo" se referia a um grupo de indivíduos organizados institucionalmente, que obedecia a normas, regras e leis comuns, a palavra "nação" significava apenas um grupo de descendência comum e era usado não só para referir-se aos pagãos, em contraposição aos cristãos, mas também para referir-se aos estrangeiros (era assim que, em Portugal, os judeus eram chamados de "homens da nação") e a grupos de indivíduos que não possuíam um estatuto civil e político (foi assim que os colonizadores se referiram aos índios falando em "nações indígenas", isto é, àqueles que eram descritos por eles como "sem fé, sem rei e sem lei"). Povo, portanto, era um conceito jurídico-político, enquanto nação era um conceito biológico. (CHAUÍ, 2000, p 07)

Ao refletimos sobre o movimento negro brasileiro, ou melhor parte desse movimento que procurava sua identidade nos países africanos, em especifico, no nosso caso, Angola, registramos que tanto o uso de povo ou nação, para esse país é algo muito mais complexos, pois temos tanto nações, como povos, que algo longo da formação como Estado ainda procura um identidade própria, assim como o movimento negro brasileiro que ao estudar a História africana e afro-brasileira procura justamente um valorizar a identidades dos povos e nações africanas para ter como parâmetros para quem ai sabe ver a verdadeira mãe África.

Saindo das questões identitárias entre Angola e Brasil, no próximo subcapítulo discutimos questões ligada as colaborações reais dos Estado para com Angola.

4.7 Angola em construção reflexões sobre os seus reais colaboradores?

Embora as contribuições mútuas entre Brasil e Angola tenham a sua importância, há pesquisadores que se demonstram reticentes com relação a real contribuição de outras nações na reconstrução de Angola, o que entendemos como natural, haja vista a maneira complexa como as relações entre Brasil e Angola se estabeleceram.

O pesquisador Daniel Santos[380] expõe as complexidades desse processo,

> A luta de libertação angolana no século XX deve ser enfocada, com sua especificidade própria, como intrinsecamente ligada à evolução das resistências provocadas pela expansão do sistema capitalista mundial. Nesta perspectiva, reduzir esta luta a uma dimensão puramente política significa limitá-la à conquista da independência, às disputas pelo poder político e menosprezar seu alcance. A luta de libertação nacional angolana tem, em sua base, um rico conteúdo. Sua edificação é, antes e acima de tudo, uma questão de identidade cultural, elemento essencial e permanente para edificar suas instituições próprias, fundamentado no reconhecimento das diferenças, e de elaborar um projeto social, nacional e popular baseado no diferendo. Ela se desenvolve a partir do reconhecimento dos interesses e das opiniões específicas do povo angolano, e da necessidade de um debate com a participação de todos, excluindo-se os que compactuam com interesses exteriores à nação, sobre as formas de criação de riqueza (relações sociais e econômicas, forças produtivas) e sobre o marco referencial desta organização (relações políticas e exercício do poder). (SANTOS, 2001, p. 102).

O autor nos chama atenção para não reduzirmos o processo de independência de Angola aos acontecimentos meramente políticos, econômicos, social, principalmente, levando em conta a conjuntura da Guerra Fria. Pois a construção da identidade nacional, na visão do autor, é o que realmente pode levar a uma “verdadeira nação”, sendo que para essa constituição se deveriam excluir grupos que tivessem interesses somente em “explorar” o país.

---

[380] O professor Daniel dos Santos, (Universidade Ottawa) mantém um forte laço sentimental (é de origem angolana), mas também científico e político com Angola. Extraído do site: www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_22.pdf. No dia10/11/2011.

O Brasil, além de ser a primeira nação ocidental a reconhecer a independência de Angola, tem algumas de suas empresas atuando em solo angolano logo após a independência. A citação de Santos traz a reflexão se a postura brasileira não estaria justamente enquadrada dentro de sua análise, no que se refere aos problemas para o desenvolvimento do país. Registramos que esse pensamento tem fundamento no período de colonização portuguesa em Angola, o autor escreve,

> De fornecedora de escravos, Angola passa a produtora de matérias-primas (diamantes, ferro, petróleo, manganês, urânio...), produtos agrícolas (açúcar, algodão, café, sisal...) e provedora de força de trabalho barata. Para a produção da burguesia portuguesa, Angola representava, seguramente, um mercado; mas, para o capitalismo mundial, Angola era uma reserva de matérias-primas e de força de trabalho. É somente a partir dos anos 1960-1970, com a maior abertura aos investidores portugueses e estrangeiros e uma certa industrialização, que Angola se torna um mercado interessante para a produção do capitalismo mundial. Dessa forma, a dominação das indústrias de exportação acentuou a dependência da colônia em relação ao capital mundial (Torres, 1983, p.1102-1107) e a burguesia portuguesa teve então de ceder maior espaço às burguesias americana e europeia. A industrialização e o desenvolvimento da empresa capitalista em Angola estavam, dessa forma, ligados ao capital financeiro português e mundial. Frágil em relação aos seus concorrentes, a burguesia metropolitana portuguesa se agarrava às suas colônias: com raríssimas exceções, a subcontratação, a *joint-venture* e a intermediação tornam-se as únicas formas nas quais a burguesia colonial podia se refugiar. As colônias, e Angola em primeiro lugar, permitiam-lhe realizar uma certa acumulação, ao mesmo tempo em que constituíam, com a imigração para a Europa e para a América, um meio ideal para solucionar o problema da mão-de-obra excedente. (SANTOS, 2001, p.103)

A evolução na exploração da cadeia produtiva das riquezas de Angola por Portugal e a forma de tratamento dado à população, traz o receio do autor na construção da Angola pós-independência de que esse “circulo vicioso” de expropriação da riqueza angolana continuasse pelo Estado e por seus aliados. Esta preocupação faz sentido na conjuntura de Guerra Fria, na qual havia vários interesses ideológicos, políticos e econômicos. E entre esses o que menos contava era as necessidades da população, como o autor discorre, Angola servia como local de exploração do capitalismo mundial.

Nesse sentido, Santos reflete sobre os desafios que Angola pós-independência tem que enfrentar para realmente tornar-se um país autônomo,

> [...] África Austral. Não mais se trata de escolher entre o colonialismo ou o neocolonialismo português e a libertação nacional enquanto conquista política, mas sim entre uma integração mundial maior ou uma integração regional. A integração mundial significa a recolonização de Angola, seja através de mecanismos regionais sob controle sul-africano, seja pelo controle direto dos centros do sistema mundial, Estados Unidos da América à cabeça. Em uma perspectiva contrária, a integração regional exigiria um compromisso segundo os interesses nacionais e sociais dos países da África Austral, em um esforço de partilha e de comunhão de bens e de recursos. Esse compromisso, condição de passagem da conquista do poder político à libertação social e da possibilidade de fazer progredir a construção da nação democrática, não diz respeito unicamente a Angola, mas a todas as nações da região. (SANTOS, 2001, p.105)

Santos aponta o dilema, não somente da construção da nação angolana, mas de toda região, onde os percalços são consideráveis no processo de integração com os países do capitalismo central, mormente EUA e os países europeus. Na sua análise, essa integração com os países do capitalismo central não traria muito benefícios à região, visto que os interesses desses são os mesmos do período colonial, ou seja, o de fornecimento barato de produtos e força de trabalho.

Para alteração desse processo, o autor sugere uma integração regional da África Austral para o fortalecimento dos laços políticos, econômicos e sociais, fazendo frente ao grande capital, dando a possibilidade real de negociação com os grandes países capitalistas, evitando assim a mera exploração dos recursos naturais e das populações locais. Criando, desta forma, espaço para construção de uma democracia verdadeira para região. Embora que, para erguimento de uma nação, Santos registra a importância de uma burguesia consciente,

> A noção de formação social angolana expõe à luz vários elementos essenciais à evolução da Angola independente, como o desenvolvimento da pequena burguesia angolana, a construção da nação angolana e o povo. Esta pequena burguesia deveria desempenhar o papel de correia de transmissão e de ligação entre a sociedade colonial e as sociedades africanas. Entretanto, tal papel, consequência de uma política de assimilação e de uma política colonial que impediu a formação de uma burguesia angolana, criou, desta forma, seu contrário. Pelo seu

> conhecimento de uns (racionalidade e tecnologia capitalistas) e de outros (cultura, aspirações e necessidades populares), a pequena burguesia ocupa uma posição que lhe permite mediatizar um projeto nacional. Ela é fundamental para a reprodução do sistema, ao mesmo tempo em que se transforma em seu coveiro, uma vez que deveria assumir a organização da nação. A construção da nação angolana exige a unificação e a organização do espaço herdado do capitalismo colonial e a integração das diferentes sociedades africanas, tendo por base as suas diferenças. A nação é uma condição *sine qua non* da definição de uma formação social angolana acabada. Ela compreende todo o território de Angola no momento de sua independência (compreendendo Cabinda), todas as etnias e todas as raças que compõem o povo angolano.
> A nação significa que o povo angolano é chamado a participar plenamente na definição de seus interesses, de suas necessidades e dos meios para obter suas satisfações e sua defesa. Este projeto nacional deve ter como base aquilo que une o povo angolano: sua história comum e suas características específicas, o pluralismo cultural e lingüístico, a produção e distribuição da riqueza, a ajuda mútua e a solidariedade. Dessa forma, os interesses nacionais não devem dividir ou separar a comunidade nacional, nem criar desigualdades econômicas e sociais inaceitáveis para nenhum componente da nação, seja ele qual for. (SANTOS, 2001, p.107)

A transição de uma sociedade colonial para um Estado Nação, segundo Santos, tem a contribuição da burguesia, sendo ela uma correia de ligação entre os dois tempos (colonial e nação), mas esse processo não foi realizado. Afirma que no projeto de construção da nação, a participação da burguesia é incipiente. Santos alerta que para os interesses nacionais tem que unir a população e não separa-la como aponta no texto acima.

No seu artigo o autor faz em síntese uma análise do pós-independência de Angola, o ônus para uma construção dessa jovem nação, os riscos de mesmo pós-independência Angola transformar-se em uma nova colônia moldada ao período atual, em que não se tem a necessidade de ocupar fisicamente um local. Mas a dependência econômica faz com que o país fique submetido ao jugo de outro país, não permitindo a possibilidade de desenvolvimento de uma identidade nacional e perpetuando o sofrimento da população que, outrora vivia em uma colônia e agora vive em um país livre, mas o seu modo de vida continua o mesmo.

Dentro das questões levantadas pelo autor discorrendo sobre a construção nacional de Angola, quais são as contribuições atuais do Brasil, o que veremos no próximo subcapítulo.

4.8 Breve Histórico da relação Brasil e África de 1979 aos dias atuais.

As reflexões realizadas nesse trabalho estão centradas nos anos de 1974 e 1975 de maneira mais intensa a partir da análise documental feita em relatórios, memorados e telegramas de representante do Ministério das Relações Exteriores, além de livros de memórias, de alguns protagonistas desse período e entrevistas, fizemos um breve relato do encontro do Movimento Negro Brasileiro, pós-independência dos países africanos, especial de expressão portuguesa.

Nesse subcapítulo apresentamos uma síntese da relação Brasil e África, pós-governo do General Ernesto Geisel e seu ministro Antônio Francisco de Azeredo. Pois ao longo dos capítulos discorremos da "Política Externa Pragmática Ecumênica" desenvolvida nessa gestão, contudo o que vem depois desse período?

No ano de 1979, assume a presidência do Brasil o general João Batista Figueiredo e quem ficou a cargo do Ministério das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro, que foi auxiliar do ministro exterior no que se referia a politica para o continente africano, o qual procurou manter o mesmo seguimento do seu antecessor.

A respeito da política externa brasileira voltada para África, o diplomata Fernando de Mello Barreto em seu livro *Os Sucessores do Barão* (2006) faz a seguinte consideração,

> Guerreiro daria, ao longo de sua gestão, forte atenção à cooperação com a África. O Brasil continuaria a receber autoridades daquele continente. Assim para posse de Figueiredo compareceram delegações de doze países da África ocidental. Na ocasião, o ministro Guerreiro deu especial atenção ao Ministro do Comercio exterior de Angola, Roberto Victor Francisco de Almeida, e considerou sua vinda "o primeiro passo concreto" daquele país para estabelecer "relações privilegiadas com o Brasil". Em encontros que manteve com aquela autoridade angolana, o novo Ministro do Exterior brasileiro tratou do "pronto restabelecimento da linha aérea comercial Rio-Luanda". (MELLO, 2006, p. 395)

Fernando Mello ressalta a tentativa de continuidade na política externa pelo chanceler Guerreiro, no que se refere ao continente Africano, com destaque ao ministro do comércio exterior, Roberto Víctor Francisco de Almeida, que nas palavras do chanceler brasileiro seria "o primeiro passo concreto" para estabelecer

“relações privilegiadas com o Brasil”. Podemos inferir que na análise do chanceler brasileiro é neste momento que o Estado brasileiro teria retorno pelo apoio dado a Angola em sua independência.

O que podemos visualizar no conjunto de procedimentos dados nesse período, é que o Brasil continua a buscar o estreitamento de laços, como vemos em outro trecho de Fernando Mello,

> O Brasil prosseguia sua politica favorável à aproximação dos países africanos, em especial dos de expressão portuguesa. Assim, durante a visita do ministro dos petróleos de Angola, Jorge Morais, em 2 de maio, foram firmados acordos entre a empresa angolana Sociedade Nacional de Petróleo de Angola – Sonangol e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás). [...] (MELLO, 2006, p. 396)

Como discorremos em capítulos anteriores, atuação da Petrobrás em Angola vai ser de extrema importância, pois como o comércio de *counter-trade* possibilitou que o Brasil diminuísse o impacto da “crise internacional do petróleo” estabelecida naquela altura e empresas brasileiras como a Odebrecht pudesse estabelecer em solo angolano como já discorremos no segundo capítulo do nosso trabalho.

Como apontamos em linhas anteriores desse capítulo, outras preocupações continuam, pois os Estados Unidos, que não estava satisfeito pela conduta do governo brasileiro em apoiar o governo angolano, desconsiderando o fato de este receber apoio da União Soviética e Cuba em meio da Guerra Fria. Dentro dessa questão ainda havia a questão dos países de governos segregacionistas, no continente Africano que continuavam atacar os recentes estados africanos de expressão portuguesa.

A respeito dessas questões, o diplomata Fernando Melo aponta que no governo de Figueiredo,

> [...] Em Moçambique, prosseguiam dificuldades e o Presidente moçambicano, Samora Machel, afirmou que resistira a 350 ataques repentinos de forças rodesianas. O governo Reagan reafirmava sua preocupação com a influência soviética em países tais como Iêmen do Sul, Etiópia, Angola e Moçambique.
> Na África Ocidental e Meridional, o Brasil mantinha, em 1979, embaixadas em Bissau, Luanda, Maputo, Nairóbi e Pretória e representações cumulativas em São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Lesoto, Suazilândia, Maurício e Zâmbia. Em agosto fora criada a embaixada em Dar-Es-Salàm, antes cumulativas com aquele no Quênia. (MELLO, 2006, p. 396)

Registramos que os problemas levantados em anos anteriores continuam a persistir na gestão de Saraiva Guerreiro a atuação de governo de regime de *apartheid*, além da África do Sul, a Rodesia. E a pressão do governo estadunidense[381] em relação aos governos africanos que tinham regimes com apoio da URSS e Cuba. Contudo o Brasil continua com uma política e expansão de suas embaixadas no continente africano.

Todavia, esse período é marcado pela crise financeira mundial que atingiu o Brasil, e mesmo assim continuou com seu apoio aos países africanos, mas agora a política não podia ser tão agressiva. Não somente o Brasil passava por crise, mas o próprio continente Africano.

O historiador José Sombra Saraiva faz a seguinte consideração,

> Na África, esfacelaram-se as esperanças construídas durante as lutas de independência. A desilusão conta dos gestores africanos. A década foi mais que perdida para os africanos, pois representou o próprio desencanto com a democracia. Golpes de Estado e instabilidade política foram as marcas da vida política do continente. O abismo entre elite e sociedade ampliou-se. Os efeitos da divida e os ajustamentos estruturais coordenados pelos técnicos do Fundo Monetário Internacional tomaram o custo de vida extremamente alto nas capitais africanas.
> Mas a politica africanas do Brasil não sentiu as consequência imediatas das dificuldades que se somavam em ambos os contextos. Apesar do seu caráter realista e redução da euforia, o Brasil tentou continuar sua inflexão para a África. O ultimo do ciclo militar, presidido pelo general Figueiredo (1979-1985), manteve as linhas gerais das condutas anteriores. Em 1983, Figueiredo foi o primeiro presidente brasileiro a visitar o continente africano. [...] (SARAIVA, 1996, p. 188)

Percebemos pelo exposto que a permanência da política brasileira no continente africano sofria não só por questões externas ligadas a Guerra Fria, mas o próprio continente Africano enfrentava seus próprios ônus, com o fim da euforia

[381] O historiador José Sombra Saraiva, em seu livro O Lugar da África (1996) faz a seguinte consideração sobre o posicionamento do EUA: As condições econômicas severas criadas na década de 1980 coincidiriam com o endurecimento político do maior credor brasileiro, os Estados Unidos. O retorno a certas condições já quase esquecidas da dependência brasileira em relação à grande potência ocidental confundiam-se com a recuperação da hegemonia norte-americana no Ocidente. As políticas agressivas de mercado, o uso político das dividas externas e o renascimento do conceito da cruzada contra o comunismo forma os eixos da administração de Ronald Reagan nos 1980. O Brasil e a África sentiriam as consequências do endurecimento americano. (SARAIVA, 1996, p186).

da independência e as dificuldades de reconstrução, aliados a governos que não contemplavam as ansiedades das populações africanas, cercada por disputas ideológicas e politicas pelo poder. Um bom exemplo disso era Angola com a Guerra Civil, que durou até 2002.

O comprometimento do Brasil em relação à manutenção de sua política, evidenciou, como vimos na primeira visita de um presidente brasileiro ao continente africano, o general Figueiredo, em 1983. Ressaltamos que antes da visita do presidente do Brasil, o chanceler Saraiva Guerreiro foi ao continente africano, como podemos ver nos seguinte trecho do livro do diplomata Fernando Mello,

> Guerreiro visitou a África em junho. Esteve em Tanzânia, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue e Angola. Já no primeiro país visitado (Tanzânia),conforme constou de comunicado de imprensa divulgado em Dar-Es-Salàm, o ministro brasileiro tratou da cooperação com muitos cuidados e ressalvas: “com base na equidade, no respeito mútuo e na estrita observância do principio de vantagens reciprocas” inserida “no quadro do esforço que os países em desenvolvimento fazem para atingir metas de progresso social e econômico e se orientadas pelos autênticos interesses desses países e pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas. (MELLO, 2006, p397)

O chanceler Saraiva Guerreiro, que acompanhou no mínimo a política externa brasileira para África desde anterior chanceler Azeredo da Silveira sabia que o Estado brasileiro tinha que manter-se ativo em solo africano, principalmente, pelo fato do governo ter permanecido muito tempo distante, não poderia depois da Representação Especial Brasileira, em Angola, protagonizada por Ovídio Melo, regredir em sua política.

Principalmente após a desconfiança que o Estado angolano e outros países africanos, a exemplo de Moçambique, tinham diante das mudanças na postura brasileira em relação aos países africanos que foram colônias portuguesas.

Sobre a visita do presidente à África, importa expormos o que Fernando Mello discorreu,

> A visita a Angola, conforme constou de comunicado, daria a oportunidade para ampliar e intensificar a cooperação já em curso “no campo do petróleo”, “mediante fornecimento de petróleo e derivados, participação da Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) nas atividades de prospecção e exploração de petróleo e gás natural

> em Angola, com o respectivo aproveitamento industrial da cooperação técnica bilateral no setor". (MELLO, 2006, p. 397-398)

Aproximação diplomática entre Angola e Brasil, vai se consolidando, principalmente na parceria para prospecção de petróleo e gás natural, por meio da Petrobrás. O estreitamento da relação entre os dois países é vislumbrado na visita do Ministro do Exterior de Angola, Paulo T Jorge, como podemos verificar abaixo,

> [...], o Ministro do Exterior de Angola, Paulo T Jorge, visitou o país em fevereiro. Guerreiro tratou com o visitante da questão do conflito na Namíbia e explicou ter o Brasil adotado "uma linha não só consoante com seus compromissos de nação africana, mas igualmente favorável à procura de soluções pacifica" para o que chamou de "o mais grave problema da África" naquele momento. Do comunicado conjunto constou, no âmbito bilateral, terem os dois ministros ressaltados a importância dos resultados mutuamente vantajosos nos trabalhos já realizados em Angola pela Petrobras Internacional S.A. (Braspetro), "com boas perspectivas de ampliação" assinalaram o "vigoroso desenvolvimento do intercâmbio comercial mútuo, assim como da cooperação" que expandia "em domínios cada vez mais amplos"; identificaram com setores onde a cooperação apresentavam-se promissora a agricultura, alimentação, transportes e equipamentos, telecomunicações, energia, hotelaria, industrias leves e prestação de serviços técnicos. (MELLO, 2006, p. 399).

A manutenção da política brasileira iniciada pelo antecessor, vislumbrou parcerias estratégicas para o Estado brasileiro, assim como para empresas brasileiras. A empresa Odebrecht foi uma das beneficiadas pelos contratos da Petrobras e Sonangol, para comercialização *counter-trade*, como já citado no segundo capítulo.

Nos seus empreendimentos, a Odebrecht tomou todo cuidado, em sua instalação da empresa em Angola, em plena Guerra Civil. Contudo vislumbramos o cuidado que a empresa tomou,

> Para preparar as lideranças brasileiras envolvidas no projeto angolano, montou-se um programa de treinamento que incluía cursos sobre a realidade africana ministrado por renomados professores de universidade brasileiras. A esses conhecimentos agregavam-se outros que, embasados em princípios e valores da organização, definiam a marca do comportamento e de posturas adotadas nas diversas situações em território angolano. Nesse sentido, Márcio Politoro, diretor das Relações Institucionais, destaca que "(...) o fundamento da Odebrecht sustenta todos os

> relacionamentos que desenvolvemos e quem entra na empresa assume o compromisso de compreender, concordar e praticar os valores da Odebrecht. (SANTANA, 2004, p118-119)

A Atuação do Estado brasileiro contribuiu para os empreendimentos da empresa baiana Odebrecht, que está em Angola a trinta anos e a maior empregadora privada do país. A relação da empresa baiana e o Estado angolano são bem estreita, justamente por ela ter sido a empresa estrangeira pioneira em investir no pais em plena Guerra Civil. A empresa, como empresas brasileiras que atuam no continente africano estão envolvidas em várias polêmicas, entre denuncia de trabalho escravos, como aponta, o pesquisador Daniel Martins,

> A denúncia de trabalho escravo envolvendo a empresa é grave. Há muito tempo tem-se falado sobre os abusos que as multinacionais de várias partes do mundo estão cometendo na África, tanto em questões trabalhistas, quanto ambientais. A Odebrecht, assim como Petrobras, Banco do Brasil, Vale do Rio Doce, Votorantim, Companhia Siderúrgica Nacional, Camargo Corrêa e Gerdau, recebe altíssimos empréstimos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). Entre 2006 e 2012, foram US$ 3,2 bilhões (R$ 6,4 bilhões) oferecidos em empréstimos a companhias brasileiras em Angola. Dos 65 empreendimentos financiados, 49% deles executados pelo grupo Odebrecht.[382]

Importante salientar que além da Odebrecht, outras empresas brasileiras de renome são citadas pelo pesquisador, sendo interessante perceber como se dá no momento atual os investimento que o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) faz com essas empresas, em especial, com a empresa baiana, que deteve 49% dos investimentos. Ainda sobre a Odebrecht Daniel Martins discorreu,

> A Odebrecht entrou no mercado africano através de Angola, e foi a primeira empresa brasileira a se instalar efetivamente no país. Tornou-se, a partir de Capanda, uma das maiores empresas da construção civil responsável por inúmeras obras públicas. Em Angola, ela tem os seus mais diversificados negócios, atuando também nos segmentos de diamantífero, agronegócio e imobiliário.[383]

---

[382] Retirado do site http://observatoriodàfrica.wordpress.com/category/brasil-africa . Acesso em 05/08/2014.

[383] Idem

Para além da construção civil, a Odebrecht diversificou seus investimentos em Angola para outras áreas igualmente interessantes e notoriamente conhecidas pelas potencialidades daquele país, a exemplo dos diamantes e do solo fértil para agricultura. O que possibilitou o crescimento de empresas como Odebrecht foi o comercio de *counter-trade.* Destacamos o seguinte trecho de Sombra Saraiva,

> Daí o impulso do comércio bilateral entre Brasil e alguns países da costa ocidental da África, como a Nigéria e Angola. A prática do counter-trade entre o Brasil e a Nigéria foi um capitulo todo especial da expansão das relações comerciais entre o Brasil e África no final do governo Figueiredo e início do período presidencial de José Sarney. (SARAIVA, 1996, p.195)

O comércio de *counter-trade* foi importante naquele momento, embora os sinais da crise financeira, como já discorrido, não possibilitavam o vigor de outrora. Nesta conjuntura o governo do Presidente José Sarney vai procurar manter a política externa para África, no entanto os percalços são maiores, a respeito dessa questão Sombra Saraiva discorreu,

> O governo Sarney atuou dentro dos limites impostos pela negociação da dívida externa e pela instabilidade econômica interna, de forma a não deixar morrer o ímpeto da política africana do Brasil. Os próprios dados comerciais mostram que, apesar do claro declínio em relação ao governo Figueiredo (só no ano 1986 o comércio do Brasil com a África em cerca 50% em relação ao ano anterior) a participação das exportações para África ainda apresentava certa importância. Oscilando em torno de 4,5% do total das exportações brasileiras para todo o mundo, as exportações na segunda metade da década de 1980 traduziam os esforços que tinham sido feitos nos anos dourados das relações Brasil-África e a ampliação do esforço exportador para Nigéria na primeira década. (SARAIVA, 1996, p.197)

O governo Sarney está inserido dentro de um momento histórico complexo de redemocratização do país, seguido por graves problemas econômicos e divida externa avolumada, que vinha sofrendo com pressões e sanções do Fundo Monetário Internacional – FMI. Esse panorama politico e econômico do Brasil dificultou a manutenção da politica externa para o continente Africano, como apontado pelo trecho acima. Contudo foi nesse momento que o Estado brasileiro participa da formação da criação da Comunidade dos Países da Língua

Portuguesa (CPLP), sobre essa questão Sombra Saraiva faz a seguinte consideração,

> [...] Em 1989, o presidente José Sarney reuniu, em São Luís do Maranhão, a primeira cimeira dos chefes de Estados e do governo do Brasil e países africanos de língua oficial portuguesa. Em São Luís forma aprovados os objetivos comuns que integrariam tais países no Instituto Internacional da Língua Portuguesa [...] (SARAIVA, 1996, p.229)

Todavia, nos 1990 o presidente Fernando Collor de Mello que adotou o neoliberalismo como política econômica, e conjuntamente uma política externa mais direcionada para os países tidos desenvolvidos, deixando em segunda instância as relações que se estabeleciam com países em processo de desenvolvimento. A respeito desse período o historiador Paulo Fagundes Visentini, no livro *A África na Politica Internacional (2010)*, faz uma síntese que nos interessa,

> A ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência e a adoção do neoliberalismo como política econômica, em 1990, abriram nova fase de relativo distanciamento em relação à África. A visão estratégica contida no Consenso de Washington, que orientava a nova elite brasileira, enfatizava as relações verticais Norte-Sul, em lugar das relações horizontais Sul-Sul. No contexto do fim da Guerra Fria e da criação do Mercosul, em 1991, a África foi considerada um cenário secundário, nos marcos de uma diplomacia baseada numa visão neoliberal da globalização e voltada aos países da OCDE. O declínio comercial que se seguiu era fruto dos planos de ajuste dos dois lados do Oceano, da retirada do Estado do financiamento das exportações de muitos ramos da economia e da necessidade de comprar petróleo da Argentina, como forma de equilibrar as relações comerciais dentro do Mercosul. (VISENTINI, 2010, p221)

Por todas as questões apontadas por Visentini, houve o afastamento da política sul-sul, que estava sendo desenhada desde Jânio Quadros (1961), que foi interrompida no governo da autocracia militar de Castelo Branco (1964), mas que foi retomada por Costa e Silva e tem seu ponto alto no governo Geisel. Contudo no governo Collor que, como sabemos foi conturbado, chegando ao *impeachment*, Visentini faz considerações pertinentes sobre o governo do presidente Itamar Franco,

> Durante o governo Itamar Franco (1992-1994), com Fernando Henrique Cardoso (FHC) e, depois, Celso Amorim como chanceleres, voltou a haver certa visão articulada quanto à política

> africana. Foram selecionados alguns países-chaves como prioritários, e neles concentrados os limitados esforços. A nova África do Sul, Angola e Nigéria eram os principais focos da política externa brasileira, que buscava atingir os vizinhos através destes. Em 1993 Itamar Franco reativou a ZoPaCas e, no ano seguinte, realizou um Encontro de Chanceleres dos Países Língua Portuguesa, em Brasília. Mas importante, contudo, foi o apoio bilateral e multilateral (via ONU) ao processo de paz e reconstrução em alguns países do continente, especialmente em Angola. (VISENTINI, 2010, p. 221).

Registramos que mesmo com a tentativa de reaproximação, as iniciativas não tiveram a mesma intensidade que discorremos ao longo desse trabalho, no governo FHC, o cenário não se altera, Visentini, discorreu sobre o lugar da África nesse momento,

> No governo FHC (1995-2002) o lugar da África nas relações internacionais do Brasil continuou modesto, mas houve algumas iniciativas importantes e certa inflexão ao longo do segundo mandato, que viriam a ser qualitativamente aprofundadas pelo governo Lula. A partir de 1995 o exercito brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola e em alguns outros países. Em 1996, Cardoso visitou Angola e África do Sul, firmando acordos e várias áreas, em 1998 o presidente Mandela para o Brasil. No ano 2000 aquele país assinou um Acordo com o Mercosul.(VISENTINI, 2010, p.222

Visentini enfatiza que no período do governo FHC a reaproximação do Brasil em relação aos países africanos foi bem reduzida, ou quase inexistente, embora algumas inciativas foram tomadas, à exemplo da missão de paz enviada para Angola, em 1995[384].

[384] No dia 19 de setembro de 1995, o Pelotão de Polícia do Exército juntamente com a 3ª Companhia de Fuzileiros, a Companhia de Comando e Apoio e o Estado-Maior, compostos por militares do 72° BIMtz embarcou no navio NDCC Duque de Caxias, da Marinha do Brasil, ancorado no Porto do Recife, partindo com destino ao Porto de Lobito, em Angola, onde chegou no dia 03 de outubro. Do Rio de Janeiro também partiram outros dois navios, O Ceará e o Rio de Janeiro conduzindo parte do efetivo, juntamente com as viaturas, com destino a Angola. O Brasil, dentro do contexto mundial e apoiando decisão da ONU, na tentativa de estabelecer a paz em Angola, resolve mandar um Batalhão do Exército Brasileiro para participar de uma operação conjunta de Força de Paz, com Exércitos da Romênia, Índia, Coréia do Sul, Uruguai e Portugal. O Batalhão do Exército Brasileiro, denominado "Batalhão Angola" era composto por 6 Companhias: uma Companhia de Comando e Apoio, uma Companhia de Serviços, três Companhias de Fuzileiros e uma Companhia de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil. A Companhia de Comando e Apoio era composta de 06 Pelotões, assim discriminados: Pelotão de Apoio de Fogo, Pelotão de Reconhecimento, Pelotão PE, Pelotão de Comunicações, Pelotão de Comando e uma Seção de Comando. Extraído do site: http://www.4bpe.eb.mil.br/paginas/links/angola.html . Acessado em 25/08/2014. Cumpre observar que no XXVII Simpósio Nacional de História, na cidade de Natal entre os dias 22 a 36 de julho de

Contudo, no período do presidente Luís Inácio Lula da Silva acontece uma política de reestabelecimento dos vínculos com o Continente africano[385]. Podemos dizer mais ainda, pois, em 2003, quanto assumiu a presidência da República, uma das primeiras leis que assinou foi a 10639/2003, que como vimos nas primeiras páginas desse trabalho estabelecia a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, nas escolas, o que demorou tanto tempo tendo em vista as contribuições, que os povos vindos de África deram para a formação do Brasil.

O cenário diplomático criou políticas afirmativas para afro-descentes terem condições de ingressar na carreira diplomática, como é o caso do primeiro embaixador negro Raimundo Dantas, na década de 1960, mas ao longo da história do Itamaraty o número até hoje é pequeno. Importa salientamos sobre a política do governo Lula, segundo Visentini,

> Desde o inicio do governo Lula, em 2003, a diplomacia brasileira tem dado atenção especial à África, intensificando os laços com o continente, pois o Brasil passou a desenvolver uma diplomacia "ativa e afirmativa". Uma visão estratégica e uma perspectiva coerentes são as novas bases das relações Brasil-África, tomando, tomando-se o principal foco da chamada Sul-Sul. Relações bilaterais e multilaterais tem se desenvolvido de maneira notável mas áreas do comércio e investimento (principalmente nos setores petrolíferos, de mineração e infraestrutura), saúde, ciência e tecnologia, diplomacia e mesmo segurança e defesa. (VISENTINI, 2010, p. 222-223)

Todavia, a política externa estabelecida no governo Lula foi alvo de criticas, pois alguns a denominaram como *Imperialismo Soft*[386], haja vista que esse retorno

---

2013, em conversa informal com um expositor que também é militar membro do exercito brasileiro me disse que participou dessa missão em Angola comentou que não podia interferir no conflito presenciou um homem em uma bicicleta que havia adquirido mantimentos junto essa missão e quanto saiu manobrando a bicicleta passou por um mina e explodiu, o homem nesse momento não sofreu nada, no entanto, na tentativa de pega o mantimento que estava no chão outra mina explodiu e ai o homem faleceu (ao contar isso militar ficou com lagrimas nos olhos.)

[385] A respeito do restabelecimento da política externa para África salientamos um pronunciamento que Lula fez quando era líder do ., no governo Figueiredo, segundo Sombra Saraiva: Foi naquele mesmo contexto que Luís Inácio Lula da Silva, líder ., declarou que "a única boa coisa" do governo Figueiredo era sua política externa. (SOMBRA SARAIVA, 1996, p199)

[386] Cumpre observamos sobre o termo: Para muitos com África provam a dimensão solidaria do programa social do presidente Lula, numa extensão internacional das ações nacionais, enquanto outros consideram essas relações apenas uma "diplomacia de prestigio", com desperdício de tempo e dinheiro; finalmente, alguns as consideram pela ótica da "diplomacia de negocio", uma

de aproximação do continente Africano não trazia retorno financeiro, a exemplo da China que faz negócios mais rentáveis em África do que o Brasil. A respeito da política internacional para África registramos, segundo Visentini,

> Brasil, China e Índia são os novos atores na política internacional africana. Após um longo período de distanciamento a sociedade brasileira e as relações interestatais com a África ultrapassaram a etapa retórica e ganharam incentivo a partir do governo Lula. Os Laços históricos, o elevado número de descendentes africanos no país e o debate interno em relação a igualdade racial estão presentes na perspectiva brasileira em relação à necessidade de um relacionamento mais próximo e cooperativo para com os parceiros africanos. Entretanto, os pilares estratégicos e econômicos dessa recente aproximação são mais importantes: ainda que o continente africano apresente níveis alarmantes de pobreza, não há estagnação na região, fato que propicia um papel importante para projeção mundial brasileira. (VISENTINI, 2010, p. 223)

Neste contexto, importa salientar como a política implementada pelo governo brasileiro no Continente africano é vista pelos Angolanos. Tivemos oportunidade de entrevistar em Luanda, no dia 05/06/2014, o ex-Ministro da Casa Civil de Angola, Dr. Carlos Maria da Silva Feijó[387], e buscamos que o mesmo abordasse suas percepções a respeito das relações com o Brasil em comparação com as relações que eram estabelecidas com Portugal, vejamos:

> A única diferença que tem entre Brasil e Portugal é que o último foi uma potência colonizadora de quinhentos anos, portanto a relação vai ser maior, os nossos pais iam para Portugal estudar, trabalhavam aqui para metrópole portuguesa, essa era a razão, não é que um faz mais que o outro é uma razão histórica estiveram cá mais presentes [português] e durante esses quinhentos anos fizeram filhos portugueses em Angola, nasceram cá... o primeiro ministro de Portugal nasceu aqui[388], o atual governo português tem cinco ministros que nasceram cá não poderia ter acontecido com o Brasil, mas isso é sobre a relação, mas sobre a relação econômica etc comercial, a relação com o Brasil é forte demais, o Brasil começou a ter um presença

---

espécie de imperialismo soft, que de diferenciaria da presença chinesa na África apenas pela sua forma e intensidade. (VISENTINI, 2010, p223).

[387]Carlos Maria da Silva Feijó, além do cargo de ministro da Casa Civil que ocupou é Professor Titular/Catedratico de Direito, Universidade Agostinho Neto, Sócio do escritório de advogados CFA – Firma de Advogados e consultor associado do escritório de Advogados Noronha Tiny & Associados.

[388] O atual primeiro ministro de Portugal Pedro Manuel Mamede Passos Coelho, conhecido como Passos Coelho, ao que consta nasceu em Coimbra, em Portugal, em 24 de julho de 1964.

> econômica mais forte que Portugal, a Odebrecht e a Petrobras entraram aqui cedo demais, o facto do Brasil ter reconhecido Angola tão cedo tem disso tirado partido na relação na relação Brasil/Angola.... Portugal/Angola há sempre um belisco, em outubro de 2013 o presidente José Eduardo dos Santos chegou a dizer, bom o dialogo estratégico com Portugal tem que ser suspenso, no ano passado em 15 de outubro de 2013, o Brasil nunca, pelo contrário, a nota que quero passar é que proveito, o Brasil tirou do ponto de vista político, comercial e cultural do fato de ser uns dos primeiro ou o primeiro a reconhecer a independência de Angola.[389]

Podemos observar que o Dr. Carlos Feijó faz uma nota sobre a relação entre Brasil e Angola, em que o fato do Estado brasileiro ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola foi o que possibilitou uma relação privilegiada nos aspectos políticos, econômicos, culturais entre outros.

Mediante a relação entre Portugal e Angola, o mesmo refere que apresentam suas tensões, o que não ocorre com Brasil. Embora, nosso trabalho aponte algumas questões complicadas nas relações entre Brasil e Angola.

Salientamos que indagamos qual foi sua visão da politica externa brasileira em Angola, quando foi ministro da Casa Civil de Angola,

> Eu tive o privilégio de chefe da Casa Civil, em março de 2010, qual foi a feliz coincidência? Eu era chefe da Casa Civil e Dilma Rousseff era chefe da Casa Civil do Brasil, mas fomos fazer uma vista oficial ao Brasil e foi ai em 2010 que foi assinado o acordo de Cooperação Estratégica entre Brasil e Angola, a declaração e a criação de mecanismo político de cooperação, nessa altura quando nós fomos a Dilma estava já em campanha eleitoral, já nem apareceu na negociação só encontramos com o presidente Lula, então a impressão que posso ter desse período e de abertura total tanto é que foi nesse período, que se alargou a linha de credito entre Brasil e Angola para importação de produtos brasileiros para Angola, isso diz tudo né? **Sim!** (grifo nosso) No domínio da defesa nos também, nessa altura conseguimos que o Brasil nos prestasse apoio na delimitação da plataforma continental de Angola, a extensão da plataforma continental para levar nas Nações Unidas no quadro dos direitos do mar.... O Brasil tem nos apoiado nisso. Portanto foi um momento de incremento das relações Brasil e Angola e continua crescendo.[390]

---

[389] Entrevista concedida em seu escritório em Luanda, no dia 05/06/2014.

[390] Entrevista concedida em seu escritório em Luanda, no dia 05/06/2014.

O Dr. Carlos Feijó, expõe que os contatos com o Brasil foram de estreitamentos em pontos nefrálgicos das relações diplomáticas, ao contrário das críticas que foram feitas do “Imperialismo Soft”, que o Visentini, expõe em seu trabalho. Inferimos que as negociações feitas, segundo depoimentos de Feijó, proporcionam aproveitamentos sólidos para ambos os lados, o Brasil a estender um linha de crédito para importações brasileiras em Angola, fomentaria o comércio com Angola e incentivaria a indústria do Brasil também.

Na questão territorial é importante salienta o suporte técnico que o Estado brasileiro dá ao Estado angolano, corroborando para a demarcação da plataforma continental de Angola. Registramos que as questões territoriais dentro da geopolítica eram umas das grandes preocupações do governo da autocracia militar brasileira, como vimos com o General do Golbery do Couto e Silva. Dessa forma evidência habilidade diplomática do governo brasileiro de ganhar a confiança do governo angolano para fazê-lo.

Por fim, Dr. Carlos Feijó faz a seguinte consideração dos negócios de Angola com o Brasil em detrimento da China, questão que já mencionamos acima,

> A nossa política externa é de permitir espaços para todos os países que quiserem vim cá, a China não tem o monopólio da cooperação em Angola, o Brasil não tem o monopólio, não aceitamos na nossa relação econômica a dependência de um único país, essa é bocado a ideia dos não alinhados não é? Sim! (grifo nosso) Portanto não podemos dizer que a China vem roubar o lugar dos brasileiros, nem o contrário, os brasileiros vêm aqui e desenvolvem sua atividades em bilhões de dólares como os chineses fazem, na área de construção e de infraestrutura, estuda o caso da Odebrecht e ver o volume de negócios que eles têm, e na área de infraestrutura, onde os chineses também atuam... tanto que o Brasil tem uma linha de crédito no petróleo como a china; são parceiros privilegiados... temos que dividir o bolo e o Brasil tem sempre sua fatia...[391]

Não obstante, Dr. Carlos Feijó pontua vários pontos que infelizmente não vamos desenvolver com o cuidado que mereceria, contudo registramos que análise do ex-ministro da Casa Civil sobre a questão da China e do Brasil é pertinente para as discursões da política externa contemporânea. Pois como já

[391] Entrevista concedida em seu escritório em Luanda, no dia 05/06/2014.

citados aqui em algumas passagens, a China vem ganhando espaço na economia não só do continente africano, mas mundial.

Todavia, a resposta do Dr. Carlos Feijó teve como argumentos a politica dos “Não Alinhados”, que foi desenvolvida na Conferencia de Bandung, em 1955. Esta conferência deixou fortes marcas das instituições políticas africanas, no caso especifico do nosso trabalho, mormente em Angola, justamente procurando ver o que é melhor para seu país independente da ideologia. Novamente comenta dos empreendimentos das empresas brasileiras, tanto estatais, como particulares.

Apresentamos esse breve histórico numa perspectiva de mencionarmos, mesmo que de maneira sucinta, os laços construídos entre Brasil e África, em específico Angola, pontuando rupturas e continuidades da política externa brasileira para o continente Africano. Verificamos pelo exposto do ex-ministro da Casa Civil, Carlos Feijó, que essa relação goza até hoje de considerações ao reconhecimento do Brasil à independência de Angola.

Não podemos deixar mencionar que tais relações privilegiadas abordadas pelo Dr. Carlos Feijó, possibilitaram a influência cultural brasileira em Angola, por meio da música, telenovelas e até religiosa, não pelas religiões afro-brasileiras, mas pelas neopentecostais, a exemplo da Igreja Universal do Reino de Deus[392].

A influência cultural brasileira, motivada pelo calor do momento, ou seja, o país em construção, o que culminou na ida de vários artistas a exemplo de Chico Buarque, Clara Nunes, Antônio Pitanga, valendo ressaltar que muitas dessas “missões artísticas” foram organizadas por Martinho da Vila, que até hoje carrega o título simbólico de embaixador cultural do Brasil em Angola[393].

Sobre essa questão, é interessante pensarmos que dentro deste processo de influência cultural brasileira, ao longo do tempo foi se transformando. Se antes artistas ligados a um comprometimento político, crítico e emancipatório, que inclusive lutaram contra a autocracia burguesa no Brasil, eram a vanguarda da influência cultural brasileira em Angola, a partir da década de 1990 esse quadro se modificou. Agora, o que permanece é a influência das telenovelas brasileiras e

[392] Segundo nota nº37 do livro de Visentini (2010), somente na África do Sul já existem quase 300 templos da Igreja Universal do Reino de Deus, onde pastores conseguem até contar anedotas e zulu mas, o fenômeno é ainda mais forte nos países de Língua portuguesa (VISENTINI, 2010, p. 222).

[393] Ver o livro de Martinho da Vila, Kizomba (1998)

de artistas representantes de uma “cultura de massa”, a exemplo de Leandro e Leonardo, Zezé de Camargo e Luciano, Roberta Miranda. Contudo, constatamos, alguns lampejos de retomada de vinculo crítico, por meio de protagonistas musicais mais contemporâneos, como Gabriel Pensador[394].

Enfim, indagamos o quanto dessa referência faz parte de uma troca entre duas nações que foram espoliadas pelos países ricos, num primeiro momento por Portugal, depois pelas potências do século XX, Inglaterra, França, EUA e URSS e mais recentemente no século XXI pela China[395]. O Brasil não será somente mais um país nesse sentido concreto, desejoso da espoliação de Angola? O que foi feito e o que está fazendo para contribuição da constituição da nação angolana, que como demonstrado é muito recente?

[394] Sobre esse influencia artista recente agradeço as Dra. Tania Macedo e Dra. Rita Chaves, que entrevista comentaram dessa influencia recentes da cultura brasileira em Angola.

[395] Apesar do Brasil ser considerado agora no século XXI um dos países de maior expressão econômica, assim com a Angola seu maior parceira e a China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teceremos, a partir de agora, algumas considerações que podemos chegar após a realização da investigação em questão, a qual, inicialmente teve como objetivo geral historicizar o processo de relacionamento entre Brasil e Angola no período contemporâneo, visando mostrar elementos políticos, diplomáticos, culturais, econômicos entre esses dois países em específico, tratar do período que vai da independência angolana ocorrido no ano de 1975 até o fim da Guerra Civil em 2002.

Contudo, no decorrer do processo de leituras, estudos, reflexões, fomos construindo outros elementos, o que modificou o objetivo proposto, para um estudo pormenorizado dos relatórios, memorados e telegramas produzidos por agentes do Itamaraty em Portugal, Angola, Nairóbi entre outros lugares nos anos de 1974 a 1983.

Lembremos que historicamente a relação entre Brasil e Angola se mostra de forma dialética e contraditória. Do governo Jânio Quadros em 1961, quando se inicia o processo de aproximação entre Brasil e o continente Africano. Um marco deste contexto foi a publicação do primeiro livro discorrendo sobre a *Relação Brasil e África* (1961), do historiador José Honório Rodrigues, voltado a grupos de jovens diplomatas brasileiros que começam a pensar numa postura mais autônoma do Brasil, diante das imposições do governo salazarista. Porém, o golpe da autocracia militar brasileiro, em 1 de abril de 1964, rompeu com essa politica externa, principalmente, com o continente Africano, em especial nas chamadas “Províncias Ultramarinas” portuguesa.

Contudo, no governo do presidente Costa e Silva (1967-1969) já temos indícios que a conduta de restrições e sanções ao continente Africano não perdurariam. Como pudemos ver no governo do Presidente Médici (1969-1974), com o chanceler Mario Gibson Barboza, tivemos uma aproximação de fato com políticas concretas e parcerias firmadas com governos africanos.

Registramos que o ponto alto da politica externa para o continente Africano, em especial as chamadas “Províncias Ultramarinas” pertencentes a Portugal, foi no governo do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Entretanto temos que levar em conta diversos fatores como foi visto ao longo do trabalho, a exemplo da

Revolução dos Cravos em Portugal que acelerou o processo de descolonização nos territórios africanos de expressão portuguesa dentro da conjuntura da Guerra Fria, em que o Brasil buscava mais autonomia em suas decisões em relação aos Estados Unidos.

Nesse sentido os documentos que analisamos são reveladores, pois demonstram como se deu a tentativa do Estado brasileiro de constituir um maior protagonismo nas relações internacionais. O relatório produzido pela embaixada brasileira em Lisboa em outubro de 1974, que tinha a frente à figura polêmica do embaixador Carlos Alberto da Fontoura, evidencia a preocupação e curiosidade do governo do Brasil em relação as colônias africanas portuguesas percebemos que a intenção da autocracia militar brasileira, dentro da conjuntura da Revolução dos Cravos , seria ver quais as possibilidades reais de penetração do Estado brasileiro em África, haja vista que durante o governo salazarista as relações com esses povos africanos eram poucas e refratarias.

Os documentos analisados demonstram uma ampla situação política em Portugal que envolvia partidos e movimentos políticos, alguns pitorescos, a exemplo de um que defendia a monarquia e o marxismo ao mesmo tempo. Houve também a menção ao Brasil, quando se aborda a questão de militantes da esquerda brasileira que se exilam em Portugal, assim como a influência de militantes e intelectuais brasileiros na conjuntura daquela época. Um dos exemplos mais contundentes é o do renomado educador Paulo Freire, que vai a Portugal e alguns países africanos colocando seu método em prática, chegando a escrever um livro, *Cartas à Guiné-Bissau* (1978), relatando sua experiência nesse país. Outro foi Carlos Marighela, com o seu mini manual do guerrilheiro urbano, que era mimeografado e circulava mundo a fora ensinando militantes a agir na clandestinidade, cumpre ainda observar que suas táticas influenciaram os revolucionários africanos.

Outro aspecto interessante dos relatórios é a evidência do interesse econômico, pois muitas vezes foi mencionada a importância dos contatos, considerando que as relações no aspecto econômico e de mercado poderiam se ampliar. Inferimos que os relatórios influenciaram o Estado brasileiro para uma ação mais efetiva, a qual culminou no envio do diplomata Ovídio de Andrade Melo, primeiro para Nairóbi, no Quênia e dela encontra-se com as principais lideranças

dos movimentos de libertação de Angola. E, posteriormente, em março de 1975, o governo brasileiro instala em Luanda a Representação Especial Brasileira em Angola. Sendo importante considerarmos que a diplomacia brasileira já tinha certa ambientação dos fatos que estavam ocorrendo. Observamos que Ovídio Melo tentou preparar-se para ir a Angola, chegando a ir aos arquivos do Itamaraty, onde encontrou poucas coisas, o que se repetiu nas livrarias do Rio de Janeiro, encontrando muito mais obras a respeito da presença portuguesa no continente Africano, do que informações sobre os povos que lá viviam.

Ao longo do tempo que viveu em Luanda, Ovídio Melo por meio dos telegramas e memorados que estudamos, traduz toda a complexidade do processo de independência de Angola. Relata encontros com as lideranças de cada movimento e os interesses envolvidos, muitas vezes não coletivos, ao evidenciar oportunismos dos seus membros em disputas internas.

O conflito se agrava mais por conta da Guerra Fria, pois as grandes potências mundiais envolvidas de maneira indireta ou direta, a exemplo da URSS e Cuba que enviaram tropas para auxiliar o MPLA; ou os EUA, que investiu milhões na UNITA e FNLA. Sem falarmos do apoio da África do Sul a UNITA, com receio que os ventos das mudanças chegassem ao extremo sul do continente africano, ao ponto de se firmar um acordo secreto entre África do Sul, Israel e Portugal durante a década de 1970, que procurou ter arma de destruição em massa, a exemplo de ogivas nucleares.

Vimos que dentro desse cenário, o papel da imprensa era praticamente rotineiro, o Estado brasileiro tenta explicar notícias que eram exibidas pela imprensa brasileira ou internacional a respeito da dubiedade da politica do Brasil em relação a Angola. Não podemos deixar de lembrar o papel do jornalista falecido recentemente, filho do grande folclorista brasileiro Luís da Câmara Cascudo, Fernando Luís da Câmara Cascudo, que junto com Théo Drumond foram trabalhar como redatores do periódico *A Província de Angola* , principal jornal do período colonial, mas no processo de independência seu nome era anacrônico, pois não condizia com os novos tempos.

Pudemos observar, ao longo dos memorandos, diversas críticas à atuação de Fernando Câmara Cascudo, pois o jornal em que trabalhava pertencia a FNLA. Além disso, Onofre dos Santos, em seu livro de memórias diz que o jornalista

brasileiro era conselheiro pessoal do líder da FNLA Holden Roberto. Não podemos afirmar, embora um dos depoentes tenha dito com todas as palavras que ele era o agente da CIA, o que inferimos no livro do ex-agente da mesma instituição Jón Stockwell. O livro de Stockwell ao ser lançado em 1978 causou polêmica, pois fortalece a desconfiança de que o governo brasileiro agia de forma dúbia, discorrendo sobre um jornalista brasileiro e um militar também brasileiro que eram espiões da CIA e os mesmo ajudavam a FNLA.

Voltando ao período da atuação da Representação brasileira em Angola, outro fato que chama atenção se refere aos pedidos de visto feitos à Representação Especial Brasileira e ao Consulado Brasileiro em Angola. Dentre obras que retratam este contexto da história angolana há vários títulos sobre a saída de milhares de portugueses e seus descendentes de Angola para Portugal, inclusive trabalhamos com um deles, o livro *SOS Angola* (2011), da jornalista Rita Garcia. Os telegramas mostram que além de Portugal, rota natural de saída, o Brasil também se configurou como outra opção. Vimos que em muitos memorandos Ovídio Melo demonstra sua preocupação com essa situação, tanto para aqueles que estavam saindo, como em relação ao próprio caos que estava se constituindo em Angola com o êxodo dos portugueses. Nestes aspectos pudemos observar que havia um receio de que os movimentos vissem o governo brasileiro como contribuinte para a resolução da situação dos portugueses e angolanos que eram contra a libertação do país.

Entre os diversos assuntos abordados pelos memorandos, outros temas recorrentes se referiam a proposta de convênios entre os governos brasileiro e angolano em áreas nevrálgicas para um Estado, a exemplo da saúde, educação, comércio. Nesse momento de transição de colônia para um Estado de fato e pela maneira que as negociações foram conduzidas, os contatos estabelecidos pela representação brasileira em Angola nos pareceram muito mais “cartas de intenções”.

Contudo, verificamos que após o processo de independência consolidado, embora ainda com a guerra civil que durou até 2002, as parcerias entre Brasil e Angola se constituíram de fato, a exemplo da Odebrecht, dona de diversos empreendimentos na área da educação são vários os estudantes que saem de Angola para estudar em universidades brasileiras, algumas renomadas como a

USP, PUCSP, UFRJ, UFF, UNICAMP entre outras. Podemos também elencar o apoio técnico fornecido pelo sistema S, como o SENAI, que além de capacitar jovens angolanos no Brasil, também levou professores e infraestrutura para desenvolver capacitações em Angola nos mais variados ramos da indústria.

Aproveitando discussão do pós-independência, registramos que embora a retórica do Estado brasileiro insista em exaltar o protagonismo do governo brasileiro, ao analisarmos os livros de memórias e os documentos investigados, percebemos que os caminhos para o ineditismo brasileiro foi por meios tortuosos, tanto que Ovídio Melo[396] só chegou ao topo da carreira após redemocratização do Brasil.

No conteúdo do memorando de Zappa o mesmo solicitava que o chanceler Azeredo retirasse Ovídio Melo de Luanda, dado à precariedade que estava vivendo. Silveira se opôs e garantiu a permanência de Ovídio Melo, que foi a única representação que permaneceu durante todo período do processo de independência em Luanda.

Os documentos que temos do ano de 1976 em diante são refratários, e deles ressaltamos que os memorandos a nós repassados foram doações do caro Prof. Pio Penna, portanto uma seleção dele dessa documentação. Todavia, neles percebemos a continuidade da desconfiança mútua entre os dois Estados (Brasil e Angola) dentro da conjuntura da Guerra Fria.

Registramos nas questões das desconfianças mútuas, no caso do Brasil a rejeição de parte da imprensa brasileira nomeadamente, os periódicos O Estado de S Paulo, O Globo, o semanário Manchete, entre outros, em relação ao reconhecimento do Brasil acerca da independência de Angola. Dentro do próprio Estado brasileiro, membros ligados a “linha dura” não aceitaram o fato de o governo brasileiro apoiar um país que possuía vínculo direto com URSS e Cuba, a exemplo do ex-ministro da Guerra, Sylvio Frota em seu livro *Ideais Traídos* (2006), no qual evidencia sua rejeição a decisão do Estado brasileiro em reconhecer o Estado angolano.

A insatisfação de Sylvio Frota com a condução do Estado brasileiro tentou aplicar conjuntamente com outros apoiadores o golpe dentro do golpe da

[396] Registramos que o embaixador Ovídio de Andrade Melo faleceu recentemente no mês de agosto de 2014.

autocracia militar brasileira . O presidente Geisel combateu a tentativa e Frota foi sumariamente exonerado. Isso demonstra as tensões correntes naquele período.

Por outro lado, a imprensa angolana noticiava que o protagonismo brasileiro para o reconhecimento da independência, na realidade era uma trama dos EUA para ter um aliado de olho na atuação de Cuba e URSS em solo angolano. O que temos de fato a este respeito foi o flerte do governo estadunidense para que o Brasil fosse os “olhos do EUA”, contudo tivemos a informação de que esse fato não se configurou.

A respeito do “27 de maio de 1977”, nos documentos que obtivemos pouco foi discorrido, mesmo porque nessa questão inferimos que o Brasil não teve atuação sendo mais um espectador externo. Todavia os livros de memórias de Carlos Pacheco, *Angola: Um gigante de pé de barros* (2011) e Dalila Cabrita Mateus e Mateus Álvaro *Purga em Angola* (2009), relatam o episódio em que o luso português, Carlos Pacheco foi acusado de ser agente da CIA e foi aliciado no Brasil pelo Prof. Fernando Mourão.

Tentamos investigar até que ponto este fato poderia ser considerado verídico e nessa busca, questionamos o Professor Mourão o qual negou a acusação. Outro aspecto nos levam a desconsiderar essa questão se refere aos relatos presentes no livro de Memórias de Fernando Costa Andrade, no qual ainda reforça a importância do Professor Mourão, mesmo depois de 20 anos.

Com a mudança de governo Geisel para o General João Batista Figueiredo , este procurou manter a política externa brasileira, principalmente no que se refere ao continente Africano. O chanceler Saraiva Guerreiro, foi elogiado até pela oposição ao regime ditatorial. Em um discurso, Luís Inácio Lula da Silva, chegou a dizer que a única coisa boa do governo Figueiredo, era sua politica externa. Contudo, os tempos eram outros, o Estado brasileiro havia contraído uma grande divida externa e os credores começaram a cobrar, a exemplo do FMI. Sendo assim,, o vigor de outros tempos foi se perdendo, assim como o continente Africano, passado a euforia das independências, muitos países, como Angola aprofundam seus conflitos internos com a Guerra Civil, que como sabemos estava inserido em algo maior que era a Guerra Fria.

Os anos 1980 e 1990, embora, o governo de Figueiredo e logo após o governo da redemocratização brasileira, que assume José de Ribamar Ferreira de

Araújo Costa, conhecido como José Sarney, que procura manter os laços entre Brasil e África, registramos que o primeiro encontro para criação da CPLP foram em 1989, em São Luís do Maranhão.

Não obstante, os governos que se seguiram tinham outras prioridades na política externa. Fernando Collor de Mello priorizou uma política neoliberal, com abertura do mercado brasileiro e com foco voltado aos grandes países capitalistas. O próprio fracasso do seu governo fragilizou a política externa brasileira como um todo.

No governo Fernando Henrique Cardoso, embora houvesse todo discurso de reaproximação, sua politica externa teve como prioridade os mercados do EUA e europeu. Não podemos esquecer-nos da criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que desde governo Collor procurava ter olhos para o desenvolvimento do comércio e de estreitamento de relacionamento com os países da América Latina, especialmente Argentina, Paraguai e Uruguai. Com isso África foi perdendo espaço.

O governo Luís Inácio da Silva que abordamos de maneira sucinta no nosso trabalho, mas que, como ressaltamos, retoma a política de aproximação com o continente Africano, abriu novas representações diplomáticas no continente e estabelecendo parcerias politicas, econômicas e cultuarias. A gestão da presidente Dilma Rousseff continuou com a politica de aproximação com o continente.

No caso específico de Angola, o Brasil é o sexto país que mais investe no país, ficando apenas atrás de Portugal, Estados Unidos, África do Sul, França e China. Recentemente, no dia 07 maio de 2014, o Instituto Lula, em parceria com a Fundação Eduardo Santos, promoveu o Seminário Combate à Fome e a Pobreza, no hotel Epic Sana em Luanda, do qual tivemos a sorte de participar.

O ex-presidente Lula foi o orador principal do evento, e o titulo de sua palestra foi *Experiência em Angola e no Brasil*. Na sua fala discorreu sobre sua atuação enquanto presidente do Brasil, na atuação ao combate a miséria, ao estabelecimento do programa Fome Zero e suas repercussões para o desenvolvimento do Brasil. A proposta do seminário foi justamente mostrar políticas públicas brasileiras que podiam servir de referência para Angola.

A ministra do Comércio de Angola, Rosa Pacavira, que é coordenadora nacional do combate a Fome em seu país discorreu sobre políticas inspiradas no Fome Zero, do Brasil, como cartão cedido a população mais pobre em que pode ser usado para aquisição de comida e material de construção diferentemente do programa brasileiro, em Angola a população não pode sacar o benefício em dinheiro.

Registramos que no atual momento Brasil e Angola vêm estreitando ainda mais seus laços, e apesar não temos condições de apontar questões de maneira aprofundada acerca dos vínculos culturais entre os dois países, é notório desde 1980, que a música e as novelas brasileiras são os principais aspectos culturais brasileiros que intervém no cotidiano da população angolana. Estivemos em Angola no mês de junho de 2014 para participarmos de duas Conferências na Universidade Independente de Angola, portanto saímos da "meta-história", pois até então somente conhecíamos Angola por meio das leituras dos livros, estudando os documentos e em conversas com pessoas que lá estiveram.

Possuíamos um objetivo maior, que era conhecer a África, ou uma pequena parte dela, todavia, estar em Angola superou todas as expectativas, pois nos permitiu circular por entre a realidade e o imaginário desse país. A proposta inicial deste trabalho era o estudo acerca das influências culturais brasileiras em Angola, que teve a contribuição das professoras de Literatura africana da Universidade de São Paulo, Tania Macedo e Rita Chaves, a cantora Leci Brandão e o livro de memórias de Martinho da Vila. Todavia, decidimos não usar esse material por conta do recorte, porém, vamos procurar usá-los com a profundidade merecida em outros trabalhos.

Finalizaremos essas considerações trazendo algumas perspecções obtidas durante a visita que fizemos à Luanda. Registramos que tivemos a oportunidade de conhecer o Espaço Cultural Chá de Caxinde, e ao chegarmos na entrada havia uma placa com o nome de vários escritores angolanos que foram protagonistas estudados em nossa dissertação de mestrado, a exemplo da Fernando Costa Andrade, Pepetela e autores contemporâneos, como Ondjaki. Mas, o que nos chamou atenção, além da comida como Fungi entre outras iguarias, foi a trilha sonora, que tocava músicas cubanas, inclusive com um grupo ao vivo de cubanas, contudo o ponto alto foi ouvir, Martinho da Vila, Ângela Maria, Chico Buarque e

cantor Bola de Nieve, esse último cubano. A professora Tania de Macedo havia comentado como Ângela Maria e Bola de Nieve eram ouvidos em Angola e que todos comentavam como o timbre da voz eram semelhantes. Esse foi o encontro do imaginário que nem acreditávamos encontrar.

A população é tão alegre e simpática como em grande parte do Brasil, conhecem muito da nossa cultura, o que nos deixava constrangidos, pois sabemos que aqui no Brasil muitas vezes não sabemos que em Angola se fala português, o que dirá que foi uma colônia portuguesa que só recentemente conseguiu sua libertação. A presença de empresas brasileiras, a exemplo da Odebrecht é nítida, inclusive com carros com o logotipo da empresa por todo lado, assim como de igrejas neopentecostais brasileiras a exemplo da Universal do Reino de Deus.

Luanda é um grande canteiro de obras. Prédios e estradas sendo construídos por todo lado. Porém o caos se faz presente, pois são ainda muitos os musseques, lixo em córregos, falta de luz elétrica. Em muitos lugares que passei a energia vinha de geradores particulares movidos a óleo, o trânsito faz ficar “com saudade do congestionamentos de São Paulo”, há diversas vans de cor azul pelas ruas, que seriam nossa lotação que lá são chamada de candongueiro, que significa uma espécie de malandro. Do outro lado vimos automóveis de luxo, grandes picapes, pertencentes aos grandes executivos de multinacionais ou a membro do governo angolano. Ouvimos de alguns angolanos a insatisfação com essa situação, dizendo “lutamos tanto para isso! Para alguns desfrutarem enquanto a maioria passa fome?”, de outros brincadeiras com as siglas do partido que está no governo, ao invés de Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA, colocam “Menos Pão e Liberdade em Angola”.

Essas críticas são reforçadas pela permanência do presidente José Eduardo dos Santos, que tomou posso em 1979 após a morte de Agostinho Neto. A sua filha mais velha Isabel dos Santos, por ser uma das mulheres mais ricas do continente Africano, também é alvo de críticas de grande parte da população que vive em situação precária.

Não obstante, temos também angolanos que se orgulham das mudanças e justificam que a guerra durou até 2002, portanto não teria como realmente investir na população e que agora começam a ver mudanças. Referem-se à construção de

casas populares num projeto chamado Centralidade, programa do governo que procura deslocar a população do centro de Luanda para outras localidades, a fim desafogar o Centro. Mas que também é alvo de críticas, pois essas construções geralmente feitas por empresas chinesas são construídas em lugares carentes de infraestrutura adequada, como escolas, mercados, hospitais etc.

As empresas chinesas não se fazem presentes somente nos nomes e letras em mandarim, mas em contingentes significativos de sua população a ponto de termos a impressão de que alguns prédios estão sendo construídos somente por eles.

Enfim, indagamos o quanto dessa referência faz parte de uma troca entre duas nações que foram espoliadas pelos países ricos, mormente, em primeiro momento por Portugal, depois pelas potências do século XX, Inglaterra, França, EUA e URSS, agora no século XXI pela China. O Brasil não será somente mais um país nesse sentido concreto, desejoso da espoliação de Angola? O que foi feito e o que está fazendo para contribuição da constituição da nação angolana, que, como demonstrado é muito recente? São indagações que essa pesquisa procurou contribuir.

ENTREVISTAS

- Carlos da Silva Feijó. 05/06/2014. Entrevista concedida em seu escritório em Luanda, no dia 05/06/2014. (duração 15 minutos)
- Henrique Cunha Junior, no dia 10/07/2012. (duração cerca de 1hora)
- Fernando Mourão. 19/08/2014. Por e-mail
- Filipe Zau. 08/06/2014. Entrevista concedida em seu gabinete na Universidade Independente de Angola – UnIA. (duração cerca de 1hora e meia)
- Leci Brandão. 13/05/2011. Na Assembleia Legislativa de São Paulo. (duração 1hora e meia).
- Rita Chaves. 30/04/2011. Em sua residência em São Paulo. (duração 1 hora).
- Tania Macedo. 27/04/2011. No Centro de Estudos de Língua Português – USP (duração de cerca de 1hora e meia).

DOCUMENTOS

- Relatório da Embaixada do Brasil em Lisboa “Portugal (continente) - Territórios Africanos de Expressão Portuguesa: Perspectivas das Relações com o Brasil”, 31 de Outubro de 1974.

- Arquivo histórico do Itamaraty – Brasília – Angola, Caixa 273, conteúdo diverso do período de 1974 a 1983.

- Documentos da Representação Especial do Brasil em Luanda, de março a dezembro de 1975, contendo relatórios, memorandos, telegramas, entre outros.
- MELO, Ovídio de Andrade. O Reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. Originais do livro, cedido pelo autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos em Revistas e Periódicos

[S.A.] Martinho da Vila: o embaixador Cultural de Angola. in: Revista Brasil – Angola. Ano 1. N. 01. São Paulo: Associação Brasil-Angola, março de 2010.

ADOLFO, Sérgio Paulo. *Nkissi Tata Dia Nguzu*: estudos sobre o candomblé Congo-Angola. Londrina: UEL, 2010.

ANTONCCI, Maria Antonieta. ÁFRICA/BRASIL: Corpos, tempos e histórias silenciadas. *Revista do Programa de Pós-graduação em História: Tempo e Argumento*, Florianópolis, v.1 n.1, p46-47, 2009.

BITTECOURT, Marcelo. “A questão étnica e racial nas eleições angolanas”. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, n°25, dezembro de 1993.

BITTECOURT, Marcelo. “A raiz da liberdade”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 4, n°39, dezembro 2008.

CARVALHO, Otelo Saraiva. Por que a Revolução dos Cravos deixou de ser socialista? Entrevista concedida a RAMPINELLI, Waldyr. *Revista Lutas Sociais. NEILS - Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais*. Volume 8. São Paulo, 2002.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, n. 23. Os índios na história: abordagens interdisciplinares. UFF, 2010.

FERREIRA, Roquinado. Terra de oportunidades: Nos tempos da independência, vários brasileiros fizeram fama e fortuna do outro lado do oceano In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*, dez – 2008.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Trajetos Identitários e Negritude: jovens africanos no Brasil e em Portugal. Revista Impulso, Piracicaba, 17(43): 45-57, 2006.

NETO, José Fiuza. A vitória de Mandela. In: *História Viva*, ano VI nº76 fev. de 2010. Duetto: São Paulo, 2010.p.49-55.

PENNA, Pio. "*A pesquisa histórica nos arquivos do Itamaraty*". *Revista Brasileira de Política Internacional*, 42/2, 1999,117-44.

PINHEIRO, Letícia. *"Ao Vencedor, as batatas"*: o reconhecimento da independência de Angola. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n °39, janeiro – junho de 2007. P 83-120.

PORTELLI, Alexandro. Forma na História Oral. *A pesquisa como experimento em Igualdade*. 7 – 25 p. In: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo), fevereiro, n°14 São Paulo, 1997. P.1-279.

PORTELLI, Alexandro. Forma na História Oral. *O que faz a História Oral Diferente.* 25 - 41. In: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo), fevereiro, n°14 São Paulo, 1997. P.1-279.

SANTOS, Daniel dos . Economia, Democracia e Justiça em Angola: O Efêmero e o Permanente. Revista *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 99-133.

Leis

BRASIL, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro – Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, 2004.

Obras completas e/ou capítulos de livros

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Almicar Araujo. História do Movimento Negro no Brasil: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC – FGV, 2007

ALBUQUERQUE, Carlos. Angola: A cultura do Medo. Lisboa: Livros do Brasil, 2002.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina*. 1800-200. Traduação: Magda Lopes. São Carlos: EDUFScar, 2007.

BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 3° edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

BASTO, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale e FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.) *Trânsitos Coloniais*: Diálogos críticos Luso-Brasileiros. Campinas: UNICAMP,2007.

BIRMINGHAM, David. Portugal e África. Lisboa. 2º ed. Tradução Arlindo Barbeitos. Lisboa: Vega, 2010.

BITTENCOURT, Marcelo P. *DOS JORNAIS ÀS ARMAS*: Trajectória da Contestação Angolana. Lisboa: Vega, 1999;

CABAÇO, José Luís. *Moçambique*: Identidade, Colonialismo e Libertação. São Paulo: EDUNESP, 2008.

CARDOSO, António Silva. *Angola*: antomia de uma tragédia. 7ed. Alfradige: Oficina do Livro, 2009.

CERVO, Amado L. e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 3°ed. Brasília: UNB, 2002.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique*: Experiência Colonial e Território Literários. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

CHAVES, Rita; MACEDO, Tania; SECCO, Carmen. (orgs). *Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo. Ed. Unesp, Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil*: Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Um rio chamado Atlântico*: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta*: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo:EDUSC: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo e FAPESP, 2000.

D'ARAÚJO, Celina e CASTRO Celso. (orgs) *Ernesto Geisel***.** 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV,1997.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo, Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

GUSMÃO, Neuza Maria Mendes. *Os filhos da África em Portugal*: Antropologia, multiculturalidade e educação.2 ed. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende [et al.]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença relações século XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.

HENRIQUES, Isabel Castro. Percurso da Modernidade em Angola: Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX. Tradução Alfredo Margarido. Lisboa, 1997.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na Sala de Aula*: visita à história contemporânea. 3ª. Ed. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. Os Filhos da Terra Sol: A formação do Estado-nação em Cabo Verde. São Paulo: Sumunus, 2002.

JAIME, Drumond e BARBER, Helder. *Angola*: Depoimentos para a História Recente (1950-1976). S/I: Edições dos autores, 2000.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Vol 1. 4ª. Ed. Trad. CARVALHO, Américo. Portugal: Publicações Europa América, 2009.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Vol 2. 3ª. Ed. Trad. CARVALHO, Américo. Portugal: Publicações Europa América, 2002

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro:Pallas, 2006.

LOWY, Michael. *Walter Benjamin*: aviso de incêndio: Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução: Wanda Nogueira Caldeira Bant. São Paulo: Boimtempo, 2005.

LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanez. (Org.). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luisa. *Cidade e Imprensa*: Unesp, 2006.

M’BOKOLO, Elikia. *África Negra*: História e Civilizações. Do século XIX aos nossos dias. Tombo II. Tradução Manuel Resende. Lisboa: Colibri, 2007.

M’BOKOLO, Elikia. *África Negra*: História e Civilizações: Tombo I(até o século XVII). Tradução Alfredo Margarido. Salvador/São Paulo: Casas das Áfricas e EDUFBA, 2009.

MATEUS, Dalila Cabrita e Mateus Álvaro. *Angola 61 Guerra Colonial*: Causas e Consequências o 4 de fevereiro e o 15 de março. Alfragide – Portugal: Texto, 2011.

MATEUS, Dalila Cabrita e Mateus Álvaro. *Purga em Angola*: Nito Alves/Sita Valles/ Zé Van Dunem: O 27 de Maio de 1977. 3ed. Alfragide – Portugal: Texto, 2009.

MATEUS, Dalila Cabrita. *Memórias do colonialismo e da Guerra*. Porto: ASA, 2006.

MATHIAS, Suzely Kalil. Os militares na educação. São Paulo: UNESP, 2004.

MELO, Ovídio de A. *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty*: Relatos de política externa de 1948 à atualidade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MEREDITH, Martin. *África*: una historia de 50 años de independencia. Madrid: New edition, 2011.

MILHAZES, José. Angola: O principio do Fim da União Soviética. 2ed. Lisboa: Nova Vega, 2009.

MIRANDA, Felix. Angola: *O Futuro é possível.* Lisboa: Vega, 2000.

MOREIRA, Adriano [et. al]. *Estudos sobre as Campanhas de África*. [1961-1974]. Sintra: Atena, 2000.

MOURÃO, Fernando A. A. *A Sociedade Angolana através da Literatura.* São Paulo: Ática, 1978.

MOURÃO, Fernando A. A. Continuidade e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de uma Leitura de Luanda: Uma interpretação do desenho urbano. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

MÚRIAS, Manuel Beça. *O Salazar nunca mais morre*: Cartas de África em tempos de Guerra e amor. Lisboa: Planeta, 2009.

NETO, António Alberto. *A outra face de Angola*. Luanda: Livraria Kiazele, 2010.

PACHECO, Carlos. *Angola*: Um gigante com pés de barro e outros sobre a África e o mundo. 2ª ed. Lisboa, 2011.

REIS, Daniel Aarão. Os descolamentos da memória. In. REIS, Daniel Aarão, RIDENTE, Marcelo e MOTTA, Rodrigues Patto Sá (Orgs) *O Golpe e a ditadura Militar: 40 anos depois* (1964-2004) São Paulo: Edusc, 2004.

RÉMOND, R. *Por Uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996

RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860).* São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

RODRIGUES, José Honório. Brasil e África outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SÁ, Tiago Moreira de. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola*: Gerald Ford, Henry Kissenger e o programa secreto para Angola. Alfragide – Portugal: D. Quixote, 2011.

SAID, Edward. *Orientalismo*: O Orientalismo como invenção do Ocidente. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia de Bolso,2010.

SANTANA, Ivo de. *A Experiência Empresarial Brasileira na África (1970 a 1990).* Salvador: Ponto e Vírgula Publicações, 2004.

SANTOS, José Francisco dos. *Relação Brasil/Angola*: A participação de brasileiros no processo de libertação de Angola, o caso do MABLA e outros protagonistas. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.

SANTOS, Onofre. *Os (meus) dias da Independência*. Lisboa : Notícias Editorial, 2013.

SARAIVA, José Flávio S. e PANTOJA, Selma. (org). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, 1999.

SARAIVA, José Flávio S.(Org). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.* Brasil: IBRI, 2001.

SARAIVA, José Flávio S.. O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 aos nossos dias). Brasília: UNB, 1996.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*: INTELECTUAIS, ARTE E MEIOS DE COMUICAÇÃO. Tradução: Rubia Prates Godoni e Sérgio Molina. São Paulo: EDUSP, 2005.

SECCO, Carmem Tindó; SALGADO; JORGE, Silvio Renato (Org.). África, Escrita Literárias: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Rio de Janeiro: UFRJ/ UEA, 2010.

SODRÉ, Nelson. Wernneck. *História da Imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado*: O MPLA perante si próprio (1962-1977) – Ensaio de História Política – Vol.II: 1974-1977. Tradução: Manuel Ruas. Luanda: NZILA, 2001;

VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo do trafico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, dos séculos XVII a XIX. 2a. ed. Tradução, Tasso Gadzanis. São Paulo: Editora Corrupio, 1987

VIEIRA, Maria do Pilar A.; PEIXOTO, Maria do Rosário C.; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em História*. São Paulo: Ática, 2007.

VILA, Marinho. Kizomba, andança e festança. 2º ed. Rio de Janeiro: Record,1998.

VILA, Martinho da. *Os Lusófonos*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006.

VILA, Martinho. A Influência Africana na Música Popular. In CHAVES, Rita; MACEDO, Tania; SECCO, Carmen. (orgs). *Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. São Paulo. Ed. Unesp, Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006.

VISENTINI, Paulo G. Fangundes. *As Revoluções Africanas*: Angola, Moçambique e Etiópia. São Paulo: UNESP, 2012.

VISENTINI, Paulo G. Fangundes; RIBEIRO, Luiz. D.; PEREIRA, Analúcia D. *História da África e dos Africanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

VIZENTINI, Paulo G. Fangundes. *A política externa do regime militar brasileiro*: multiralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964 – 1985). Porto Alegre: UFRGS, 1998.

VIZENTINI, Paulo G. Fangundes. *As Relações Internacionais da Ásia e da África*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

ZAU, Filipe. *Educação em Angola*: Novos trilhos para o Desenvolvimento. Luanda: Movilivros, 2013.

Teses e Dissertações

BITTENCOURT, Marcelo “As linhas que formam o “EME”: Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de Libertação de Angola”. Dissertação de Mestrado apresentado na pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

BITTENCOURT, Marcelo. “Estamos Juntos” O MPLA e a Luta Anticonial (1961 – 1974)”. 2002. Tese Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói RJ, 2002.

CONCEIÇÃO, José Maria N. Pereira. “Angola: uma política externa contexto de crise (1975 – 1994)”. São Paulo, 1999. Tese de Doutorado, em Sociologia, Universidade de São Paulo.

CONCEIÇÃO, José Maria Pereira da. “*OS ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL E AS RELAÇOES COM A ÁFRICA – UM ESTUDO DE CASO: CEAA (1973-1986)”.* São Paulo, 1991. Dissertação de Mestrado, em Sociologia. Universidade de São Paulo

GONÇALVES, Willians. “O Realismo da Fraternidade as relações Brasil – Portugal no Governo Kubitschek”. São Paulo, 1994. Tese de Doutorado, em Sociologia, Universidade de São Paulo.

MAKUÉDIA, João Sebastião. “Reflexões, sobre Políticas Sociais de Enfrentamento a Pobreza: O Caso de Angola”. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2002

MARTINS FILHO, João Roberto (org). *O Golpe de 1964 e o Regime Militar.* São Carlos: EDUFSCAR, 2006. P.143-159.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira*. Relações “Políticas-Comerciais Brasil-África*. *(1985-2006)”.* Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Política, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SANTOS, José Francisco dos. *Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA) – “Um Amplo Movimento”: Relação Brasil e Angola de 1960 a 1975.* Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

Sites

http://bemfalar.com/significado/agrement.html

http://makaangola.org/maka-antigo/2013/02/21/diamantes-de-sangue-carta-a-jes/

http://www.flecnoticias.com/index.php?option=com_content&task=view&id=17&lang=pr .

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/01/100111_entenda_cabinda_mv.shtml

http://angolaterradaskiandas.blogspot.com.br/p/curiosidades.html

www.ichs.ufop.br/memorial/conf/mr4d.pdf .

http://www.letras.ufmg.br/literafro/data1/autores/73/dados.pdf .

http://observatoriodàfrica.wordpress.com/category/brasil-africa .

http://www.4bpe.eb.mil.br/paginas/links/angola.html